Secretaria Federal de Controle Interno

PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS

estados, df e municípios

Programa de Fiscalização em Entes Federativos – V04º Ciclo

Número do Relatório: 201701312

Sumário Executivo Petrolina/PE

Introdução

O presente relatório apresenta os resultados consolidados das ações de controle realizadas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) no quarto ciclo do Programa de Fiscalização em Entes Federativos, no âmbito do município de Petrolina/PE.

No referido ciclo do Programa, foram selecionados, de forma aleatória, 100 municípios para serem fiscalizados em todo o país, em conformidade com a Portaria CGU nº 208, de 17 de janeiro 2017. A definição do escopo dos exames, por sua vez, foi efetuada a partir de critérios de relevância, criticidade e de materialidade dos programas de governo.

Os exames no município de Petrolina/PE, efetuados no primeiro semestre de 2017, envolveram a avaliação de programas de governo e/ou ações de cinco ministérios, quais sejam: Cidades (Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários), Turismo (Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística), Ciência, Tecnologia e Inovação (Apoio à Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável), Educação (Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa Nacional de Transporte Escolar e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e Saúde (Piso da Atenção Básica, Promoção da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica e Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade).

No que tange ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o escopo dos trabalhos foi a verificação da regularidade da execução dos recursos, tanto no que se refere à aplicação dos valores (processos de aquisição de alimentos, execução de despesas e movimentação financeira), quanto no tocante à parte operacional do Programa (armazenagem, distribuição e produção de alimentos). Vale salientar que foram avaliados os exercícios 2014, 2015 e 2016,

durante os quais foram transferidos ao município recursos no montante de R$ 15.658.408,00 para execução do Programa.

No que se refere ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o escopo dos trabalhos foi a verificação da regularidade da execução dos recursos da parcela referente ao Fundeb 40%. Vale salientar que foi avaliado o período entre 1 de janeiro de 2014 e 30 de março de 2017, durante o qual foram transferidos ao município recursos no montante de R$ 123.895.687,99 para composição do fundo. Desse montante, 66.085.217,60, ou seja, aproximadamente 51% do total, foram alocados no Convênio nº 65/2010, firmado em 1º de outubro de 2010, com a Associação dos Amigos da PETRAPE, CNPJ nº 11.470.259/0001-12, tendo em vista a prestação de atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade, no âmbito do Programa Nova Semente. Os trabalhos realizados tiveram por objetivo a análise de diversos aspectos deste Programa, dentre ao quais destacam-se:

- Atendimento aos princípios da Educação Infantil, cujos serviços prestados com recursos públicos têm como diretrizes básicas a universalidade e a gratuidade;

- Regularidade das despesas realizadas com a folha de pessoal, tendo por critérios norteadores os conceitos de elegibilidade das despesas com recursos do FUNDEB, bem como as diferenças entre os parâmetros de quantitativos de profissionais para o atendimento às crianças, definidos em 2015, 2016 e em 2017;

- Regularidade das despesas realizadas com odontologia, ainda que, em princípio, custeadas com recursos próprios, uma vez que fazem parte das ações do Programa Nova Semente e resultaram em desperdício de dinheiros e valores públicos;

- Controles existentes sobre as matrículas dos alunos no Programa, bem como da frequência dos mesmos nas respectivas unidades, por parte do grupo gestor designado pela Secretaria de Educação do Município, de modo a respaldar os valores pagos conforme os Planos de Trabalho;

- Critérios definidos para expansão do Programa, em termos de quantitativos de novas unidades inauguradas, bem como do número de alunos atendidos na Educação Infantil da rede conveniada.

Com relação ao Programa de Transporte Escolar, foram transferidos R$ 3.840.915,37, entre 2014 e 2016, para seu custeio, sendo que somente essa fonte não é suficiente para fazer face às despesas deste serviço. Na realidade, esses recursos complementam o valor que é disponibilizado para essa finalidade por meio do Fundeb. Os trabalhos de fiscalização tiveram por objetivo a verificação da lisura do procedimento licitatório, relativamente ao contrato de prestação de serviços que perdurou de janeiro de 2011 até fevereiro de 2015, além de verificar a legalidade e legitimidade dos atos administrativos de gestão desse Contrato, a exemplo da aferição da consistência das justificativas para os acréscimos de valor, e a existência de procedimento estruturado de verificação periódica da vantajosidade das condições contratuais.

No que diz respeito ao Piso da Atenção Básica Fixo, entre janeiro de 2015 e março de 2017 foram transferidos mais de R$ 58,8 milhões em recursos federais ao município. Os trabalhos de campo foram realizados na sede da Prefeitura Municipal e em seis unidades de atendimento da Atenção Básica em Saúde, selecionadas em amostra não estatística. O escopo do trabalho incluiu a verificação da regularidade da execução dos recursos da Atenção Básica em Saúde, tanto no que se refere à aplicação dos recursos (gestão e movimentação dos recursos e elegibilidade das despesas realizadas) quanto no tocante à parte operacional (infraestrutura das unidades de atendimento à população).

Relativamente aos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde – FNS para a ação Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade, foram analisados os recursos transferidos no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de março de 2017, os quais totalizaram R$ 35.154.328,25. A fiscalização teve como escopo a fiscalização de empresas contratadas para prestação de serviços/fornecimento de material com indícios de irregularidades em outros municípios. Ademais de se verificar a regularidade da contratação de serviços/compras, verificou-se a carga horária dos médicos integrantes da folha de pagamento dos profissionais que atuam nos serviços de saúde de Média e Alta Complexidade.

Quanto à ação de Promoção da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica, o montante de recursos fiscalizados foi de R$ 13.224.873,49, repassados entre 2015 e 2016 para a Edilidade. Foram analisados informações e documentos sobre os procedimentos licitatórios, movimentação dos recursos nas contas vinculadas, processamento das despesas com medicamentos e material penso, métodos de controles de estoques utilizados na Central de Abastecimento, inclusive a possível operacionalização de entrada e saída de fármacos dos estoques por meio do Sistema Hórus, do Ministério de Saúde.

Os exames tiveram por objetivo avaliar a regularidade na execução das despesas com os recursos do Bloco da Assistência Farmacêutica, compreendendo desde a avaliação dos elementos que pudessem evidenciar a ocorrência de vícios prejudiciais à lisura dos procedimentos licitatórios, até a verificação de evidências de que os quantitativos de medicamentos listados nas notas fiscais de fato transitaram nos estoques da Central.

Ademais, os exames tiveram por objetivo avaliar a consistência e fidedignidade dos registros produzidos pelos sistemas e métodos de controle de estoques, a adequação e suficiência da estrutura disponibilizada para o armazenamento dos volumes de fármacos, bem como verificar a ocorrência de desperdício de medicamentos em face de possíveis falhas nos controles, inclusive quanto à validade dos lotes

No que diz respeito à ação Apoio à Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável, a fiscalização teve por objetivo a análise dos Convênios n.º 719009/2009 e n.º 724498/2009, os quais totalizam cerca de R$ 628 mil. O objeto dos convênios é a implantação de telecentros de inclusão digital, ou "centros de acesso a tecnologias para inclusão social" (CATIS). O escopo do trabalho incluiu a verificação da regularidade da execução dos recursos dos convênios, tanto no que se refere à aplicação dos recursos (bens adquiridos) quanto no tocante à parte operacional (gestão e atingimento dos objetivos). Os trabalhos de campo foram realizados na sede da Prefeitura Municipal e em sete telecentros de inclusão digital, selecionados em amostra.

Por fim, cabe informar que foram realizadas fiscalizações em obras, a exemplo dos Contratos de Repasse n.º 0346460-82 (Siconv n° 752026), n.º 0336439-98 (Siconv n° 746349) e n.º

0372580-78 (Siconv n° 766087), cujo objeto conjunto foi a urbanização e revitalização da orla fluvial de Petrolina/PE, tendo como valores globais R$ 728.520,08, R$ 410.000,00 e R$ 1.230.076,60, respectivamente.

Outra obra fiscalizada foi Contrato de Repasse n° 233.403-86 (Siconv n° 610492), que tem como objeto "a urbanização de assentamentos precários no Município de Petrolina/PE". O contrato de repasse tem como Contratado o Estado de Pernambuco e valor global de R$ 10.615.000,00.

Na fiscalização destas obras buscou-se obter evidências suficientes e adequadas que permitissem avaliar os atos de gestão praticados em relação à execução dos objetos, no que tange à garantia das seguintes dimensões:

a) legalidade: se as fases de contratação, acompanhamento e recebimento do projeto e obra obedeceram às formalidades legais;
b) economicidade: se a execução do projeto e obras são compatíveis com os preços de mercado;
Os exames foram efetuados sobre os itens mais relevantes financeiramente, contratados e executados, em documentação solicitada à Prefeitura de Petrolina/PE, tais como: projeto básico, licitações, contratos e aditivos, projeto executivo, pagamentos e controles de execução contratual.

Indicadores Socioeconômicos do Ente Fiscalizado

População:	293962
Índice de Pobreza:	42,96
PIB per Capita:	8.601,43
Eleitores:	144394
Área:	4559

Fonte: Sítio do IBGE.

Informações sobre a Execução da Fiscalização

Ações de controle realizadas nos programas fiscalizados:

Ministério	Programa Fiscalizado	Qt.	Montante Fiscalizado por Programa
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	Ciência, Tecnologia e Inovação	1	627.792,54
TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO		**1**	**627.792,54**

Ministério	Programa Fiscalizado	Qt.	Montante Fiscalizado por Programa
MINISTERIO DA EDUCACAO	Educação de qualidade para todos	3	143.395.011,36
TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DA EDUCACAO		**3**	**143.395.011,36**
MINISTERIO DA SAUDE	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	3	107.238.833,40
TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DA SAUDE		**3**	**107.238.833,40**
MINISTERIO DAS CIDADES	Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	1	10.615.000,00
TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DAS CIDADES		**1**	**10.615.000,00**
MINISTERIO DO TURISMO	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão	1	2.368.596,68
TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DO TURISMO		**1**	**2.368.596,68**
TOTALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO		**9**	**264.245.233,98**

Os executores dos recursos federais foram previamente informados sobre os fatos relatados, tendo se manifestado em 03 de outubro de 2017, cabendo ao Ministério supervisor, nos casos pertinentes, adotar as providências corretivas visando à consecução das políticas públicas, bem como à apuração das responsabilidades.

Consolidação de Resultados

Em decorrência das ações de controle realizadas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) no quarto ciclo do Programa de Fiscalização em Entes Federativos, no âmbito do município de Petrolina/PE, foram identificadas falhas na aplicação dos recursos federais examinados e/ou inobservâncias aos normativos que regulamentam os programas de governo e/ou ações avaliados.

Para facilitar o entendimento, os fatos mais relevantes e/ou impactantes verificados na fiscalização do Ente Federativo serão apresentados a seguir, para cada um dos programas de governo e/ou ações avaliados:

a) Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)

Os exames constataram que o modelo de aquisição de gêneros alimentícios adotado pela Secretaria de Educação não está aderente com os normativos norteadores do Programa, decorrendo desse fato, várias situações comprometedoras da gestão da alimentação escolar, tais como, ausência de transparência da definição dos custos unitários, ausência de comprovação quanto à disponibilização de equipamentos e utensílios às escolas, custo pago

pela utilização de equipamentos de cozinha superior ao custo de aquisição, ausência da disponibilização dos meios de transporte e de mão de obra assumidos em contrato.

Além dessas situações, foi verificado que os cardápios elaborados não estão sendo plenamente cumpridos, como também, constatou-se que a Prefeitura Municipal não implementou medidas necessárias para garantir as condições adequadas de infraestrutura nos locais de armazenamento e nas cozinhas utilizadas para o preparo das refeições.

b) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

Dos exames empreendidos foram verificadas várias irregularidades, sendo elencadas as mais relevantes:

- Cobrança de taxas aos pais e responsáveis, até dezembro de 2016, no que se refere à Educação Infantil, contrariando o princípio da gratuidade;

- Gastos inelegíveis, com profissionais na área de apoio administrativo ao Programa Nova Semente, consistindo na realização de despesas no montante de R$ 1.870.398,42.

- Execução de serviços de odontologia a menor do que o pactuado em contrato;

- Excesso de profissionais cozinheiros, cujos registros foram verificados na folha de pagamento dos exercícios de 2015 e de 2016, mostrando que houve gastos a maior (em relação a 2017) no total de R$ 4.355.260,00; e,

- Excesso de profissionais assistentes educacionais contratados. Os gastos a maior (em relação a 2017) totalizaram, para os exercícios de 2015 e 2016, R$ 12.280.268,00 (doze milhões, duzentos e oitenta mil, duzentos e sessenta e oito reais).

c) Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate)

A equipe considerou insubsistente os motivos para celebração de aditivos ao Contrato nº 005/2010, uma vez que teve como fundamento apenas as premissas de aumento na quantidade de alunos na zona rural e o processo de nucleação escolar. Também foram considerados insubsistentes os acréscimos ocorridos com o advento do sexto e sétimo termos aditivos.

Ademais, as contínuas renovações, através da celebração de termos aditivos de prorrogação do contrato não foram precedidas de verificação da vantajosidade da manutenção das mesmas condições, como a verificação periódica dos preços ofertados pelos agentes do mercado, atuantes na prestação de serviços de transporte de alunos. Por fim, concluiu-se pela restrição e direcionamento na contratação em comento.

d) Piso da Atenção Básica

Em relação ao aspecto finalístico, não foram identificadas irregularidades ou impropriedades na aplicação dos recursos do Bloco da Atenção Básica em Saúde, tais como desvio de objeto ou de finalidade. Cerca de 95% dos recursos são aplicados na folha de pagamento dos servidores que desempenham funções relacionadas aos serviços relativos ao Piso. Em uma

amostra composta por seis das 44 unidades municipais de atendimento da Atenção Básica em Saúde, concluiu-se que tais unidades apresentam boas condições de infraestrutura.

e) Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade

Verificou-se, com relação às contratações de serviços e fornecimento de material, ausência de competição em procedimentos licitatórios vencidos reiteradamente pelo mesmo fornecedor, além de ausência de prestação de contas por prestador de serviços.

No que tange aos médicos que integram a folha de pagamento da Média e Alta complexidade, constatou-se acumulação ilegal de cargos ou empregos, com base em dados constantes no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), do Ministério da Saúde (MS).

f) Promoção da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica

Os exames permitiram constatar a ausência de controles de estoques na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF). Desse fato decorrem outros problemas, como o desperdício de medicamentos, ocorrências de volumes de lotes cujos prazos de validade já se encontravam próximos de expirar.

Foi observada ausência de medicamentos básicos devido ao desabastecimento ocorrido em 2017, a exemplo de Glicazida 30 mg, Metformina 500 mg, Albendazol 400 mg, Itraconazol 100 mg e Loratadina 10 mg.

Foram constatadas também compras de lotes de medicamentos, sobretudo no exercício de 2016, com prazo de validade próximo de expirar, tendo por referência as datas das notas fiscais. Por fim, a realização de pregões presenciais demonstrou ser uma praxe na edilidade, com relação à contratação de fornecedores de medicamentos.

g) Apoio à Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável

Em relação ao processo de execução, foi constatada a realização de processos licitatórios distintos, para cada um dos convênios, resultando na contratação de itens idênticos por preços diferentes – em alguns casos, contratados do mesmo fornecedor. No tocante à parte operacional, com base em uma amostra composta por sete dos treze telecentros de inclusão digital relativos aos convênios em tela, bem como nos documentos relativos à sua gestão, concluiu-se pela fragilidade do controle patrimonial dos bens adquiridos. Finalmente, foi identificado que os Convênios n.º 719009 e n.º 724498 não atingiram plenamente o objetivo a que se destinavam, considerando que ao menos nove dos treze telecentros implantados foram subutilizados no período de exame.

h) Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística

Não foram identificadas impropriedades ou irregularidades em licitações e contratos com consequências capazes de resultar em dano ao Erário, tampouco foi identificado sobrepreço nas contratações efetuadas.

Contudo, para o Contrato de Repasse n.º 0372580-78 (Siconv n° 766087), foi identificado superfaturamento de R$ 22.064,89 devido a superestimativa de quantidades.

i) Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários

Com base nos exames realizados, verificou-se que o processo licitatório promovido para a contratação da empresa executora das obras apresentou indicativos de conluio entre os participantes do certame. Adicionalmente, foi identificado o superfaturamento por desequilíbrio econômico-financeiro tendo em vista a celebração de termos aditivos que desrespeitaram o desconto observado no início da contratação, num valor de R$ 205.398,47.

Ordem de Serviço: 201700463
Município/UF: Petrolina/PE
Órgão: MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
Instrumento de Transferência: Convênio - 719009
Unidade Examinada: MUNICIPIO DE PETROLINA
Montante de Recursos Financeiros: R$ 627.792,54

1. Introdução

O presente trabalho, realizado no âmbito do Programa de Fiscalização em Entes Federativos (FEF), teve por objetivo fiscalizar a aplicação de recursos federais transferidos ao Município de Petrolina/PE por meio dos Convênios 719009/2009 e 724498/2009, totalizando cerca de R$ 628 mil em recursos relativos ao Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação, Ação 20UQ – Apoio à Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável. O objeto dos convênios é a implantação de telecentros de inclusão digital, ou "centros de acesso a tecnologias para inclusão social" (CATIS).

Os trabalhos de campo foram realizados de 3 a 7 de abril de 2017, na sede da Prefeitura Municipal e em sete telecentros de inclusão digital, selecionados em amostra.

O escopo do trabalho incluiu a verificação da regularidade da execução dos recursos dos convênios, tanto no que se refere à aplicação dos recursos (bens adquiridos) quanto no tocante à parte operacional (gestão e atingimento dos objetivos).

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja dos **gestores federais**.

2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Este Ministério não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

2.2.1. Realização de processos licitatórios distintos e simultâneos, para cada um dos convênios, resultando na contratação de itens idênticos por preços diferentes e prejuízo estimado em cerca de R$ 7,4 mil.

Fato

Foi verificada a realização de processos licitatórios distintos e simultâneos, para cada um dos Convênios 719009/2009 e 724498/2009, para a aquisição de itens idênticos. Trata-se de três pares de processos.

O primeiro dos pares de processos de aquisição é formado pelos Pregões nº 127/2013 e 128/2013, cujos dados básicos encontram-se no quadro a seguir:

Quadro 1 – Pregões nº 127/2013 e nº 128/2013: dados básicos

Descrição	Pregão nº 127/2013	Pregão nº 128/2013
Objeto licitado:	Equipamentos de informática para equipar os laboratórios de inclusão digital	Equipamentos de informática para equipar os laboratórios de inclusão digital
Valor da licitação (R$)	123.927,00	77.536,00
Publicação do aviso de licitação	05/09/2013	05/09/2013
Sessão de abertura	18/09/2013	18/09/2013
Convênio de vinculação	719009/2009	724498/2009

Fonte: Siconv.

Todos os doze itens do Pregão nº 127/2013 também foram licitados no Pregão nº 128/2013, o que resultou na contratação de itens idênticos por preços diferentes, conforme sumarizado na tabela a seguir:

Tabela 1 – Pregões nº 127/2013 e nº 128/2013: preços contratados

#	Descrição	Pregão 127/2013			Pregão 128/2013			Diferença	
		Qt	R$/un	R$	Qt	R$/un	R$	R$/un	R$
1	Computador (servidor)	4	2.299	9.196	2	2.480	4.960	181	362
2	Computador (desktop)	40	1.670	66.800	20	1.750	35.000	80	1.600
3	Switch 24 portas	4	400	1.600	2	960	1.920	560	1.120
4	Impressora laser mono	4	790	3.160	2	1.696	3.392	906	1.812
5	Data show (projetor)	4	1.421	5.684	2	1.421	2.840	-	-
6	TV LCD 42”	4	1.600	6.400	2	1.990	3.980	390	780
7	Lousa digital interativa	4	4.858	19.432	2	4.858	9.716	-	-
8	Armário baixo 2 portas	4	375	1.500	4	373	1.492	2	8
9	Mesa + cadeira professor	8	207	1.656	4	205	820	2	16
10	Quadro branco	4	73	292	2	73	146	-	-
11	Estabilizador de tensão	50	135,9	6.795	30	133	3.990	2,9	145
12	No break	4	353	1.412	2	350	700	3	12
13	Mesa + cadeira aluno				20	389	7.780	-	-
14	Rack multidivisão				2	400	800	-	-
	Totais			123.927			77.536		5.855

Fonte: Siconv.

Em alguns casos (itens # 1, 2, 8, 9, 11 e 12), os preços diferentes para itens idênticos foram ofertados pelo mesmo fornecedor. Tomemos o exemplo do item # 11 – estabilizador de tensão. Na sessão do pregão nº 127/2013, realizada pela manhã, o fornecedor ofertou o preço unitário de R$ 135,90 para o fornecimento de 50 unidades. Já na sessão do Pregão nº 128/2013, realizada na tarde do mesmo dia, no mesmo local, com o mesmo pregoeiro, o mesmo fornecedor ofertou o preço unitário de R$ 133,00 para o fornecimento de 30 unidades – ou seja, ofertou um preço unitário menor para uma quantidade menor.

O segundo par de processos de aquisição é formado pelos Pregões nº 5/2014 e 6/2014, cujos dados básicos encontram-se no quadro a seguir:

Quadro 2 – Pregões nº 5/2014 e nº 6/2014: dados básicos

Descrição	Pregão nº 127/2013	Pregão nº 128/2013
Objeto licitado:	Eletrodomésticos e móveis para equipar os laboratórios de inclusão digital	Eletrodomésticos e móveis para equipar os laboratórios de inclusão digital
Valor da licitação (R$)	12.920,00	6.600,00
Publicação do aviso de licitação	16/01/2014	16/01/2014
Sessão de abertura	30/01/2014	30/01/2014
Convênio de vinculação	719009/2009	724498/2009

Fonte: Siconv.

Novamente, a realização de processos licitatórios distintos e simultâneos resultou na contratação de itens idênticos por preços diferentes, com um mesmo fornecedor, conforme sumarizado na tabela a seguir:

Tabela 2 – Pregões nº 5/2014 e nº 6/2014: preços contratados

#	Descrição	Pregão 127/2013			Pregão 128/2013			Diferença	
		Qt	R$/un	R$	Qt	R$/un	R$	R$/un	R$
1	Mesa + cadeira aluno	40	293	11.720	20	300	6.000	7	140
2	Rack multidivisão	4	300	1.200	2	300	600	-	-
	Totais			12.920			6.600		140

Fonte: Siconv.

Finalmente, o terceiro par de processos de aquisição é formado pelos Pregões nº 33/2014 e 40/2014, cujos dados básicos encontram-se no quadro a seguir:

Quadro 3 – Pregões nº 33/2014 e nº 40/2014: dados básicos

Descrição	Pregão nº 127/2013	Pregão nº 128/2013
Objeto licitado:	Eletrodomésticos para equipar os laboratórios de inclusão digital	Eletrodomésticos e móveis para equipar os laboratórios de inclusão digital
Valor da licitação (R$)	11.600,00	7.200,00
Publicação do aviso de licitação	14/03/2014	19/03/2014
Sessão de abertura	28/03/2014	01/04/2014
Convênio de vinculação	719009/2009	724498/2009

Fonte: Siconv.

Mais uma vez, a realização de processos licitatórios distintos e simultâneos resultou na contratação de itens idênticos por preços diferentes, conforme sumarizado na tabela a seguir:

Tabela 3 – Pregões nº 33/2014 e nº 40/2014: preços contratados

#	Descrição	Pregão 127/2013			Pregão 128/2013			Diferença	
		Qt	R$/un	R$	Qt	R$/un	R$	R$/un	R$
1	A/C Split 12.000BTU	8	1.450	11.600	4	1.800	7.200	350	1.400

Fonte: Siconv.

Em suma, nos três casos, a realização de processos licitatórios distintos e simultâneos, para cada um dos Convênios 719009/2009 e 724498/2009, resultou na contratação de itens idênticos por preços diferentes – em alguns casos, contratados do mesmo fornecedor. O prejuízo contabilizado nas Tabelas 1, 2 e 3 equivale a R$ 7.395,00. O prejuízo total, porém, é superior a este valor, pois os preços que seriam obtidos em processos licitatórios unificados, com as somas de quantidades dos pregões citados, tenderiam a ser menores, em função da

economia de escala. Ainda, a realização de dois pregões simultâneos, em detrimento da realização de um só procedimento unificado, praticamente dobra os custos administrativos do processo de aquisição, indo frontalmente contra o princípio da racionalização administrativa, englobado no princípio constitucional da eficiência.

Ainda, verifica-se que todos os processos de aquisição relativos aos Convênios nº 719009/2009 e 724498/2009 foram realizados na forma presencial da modalidade pregão, quando o Art. 4º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, estabelece a forma eletrônica como preferencial na aquisição de bens e serviços comuns.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício PROGEM Nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017, assinado pelo Procurador Geral do Município, foi emitida a seguinte manifestação sobre os fatos apontados:

"O Convênio nº 719009/2009, com vigência de 05/07/2010 a 30/05/2016, bem como o Convênio nº 724498/2009, com vigência de 31/12/2009 a 31/12/2015, foram assinados, executados e geridos pela gestão administrativa anterior, na qual exerceu mandato eletivo pelo período de 8 (oito) anos, 2009 a 2016, em decorrência da reeleição.

Com efeito, todos os trâmites necessários para a formalização e execução dos mencionados convênios, inclusive no tocante a realização de procedimentos licitatórios para aquisição de itens, com o repasse de recursos federais, consoante indicado no relatório da CGU, deu-se sem que houvesse a participação da atual gestão, uma vez que desde 01 de Janeiro do ano em curso, a Prefeitura Municipal de Petrolina vem sendo conduzida por uma nova administração em decorrência dos resultados das últimas eleições.

Nessa toada, resta patente que a atual gestão municipal não teve e não tem qualquer responsabilidade pelos prejuízos ocasionados pela gestão anterior, em decorrência da má aplicação dos recursos repassados pelo Governo Federal.

Por fim, convém registrar que a Administração Pública atual tomará todas as medidas cabíveis para punir o gestor da época."

Análise do Controle Interno

Em sua manifestação, os responsáveis pela gestão municipal não apresentam qualquer justificativa para os fatos apontados, limitando-se a afirmar que a responsabilidade sobre tais fatos é da gestão municipal anterior, e que serão tomadas medidas contra tais responsáveis. Ressalte-se que não houve manifestação dos responsáveis pela gestão anterior.

2.2.2. Impropriedades em registros de documentos de liquidação realizados no Siconv.

Fato

Foram constatadas impropriedades em registros de documentos de liquidação lançados no Sistema de Convênios (Siconv) relativos ao Convênio 724498/2009.

Uma impropriedade diz respeito ao registro do valor de documentos de liquidação (notas fiscais) em que constavam itens relativos a ambos os convênios (719009 e 724498). Foi verificado que, nesses casos, os registros relativos ao Convênio 719009, no tocante a quantidades e valores, foram feitos da forma correta, pela totalidade do documento; já os

registros relativos ao Convênio 724498 consideraram apenas as quantidades e valores a ele correspondentes. Tais registros encontram-se sumarizados no quadro a seguir:

Tabela 4 – Impropriedades em registros de quantidades e valores de notas fiscais (R$)

Documento de Liquidação (Nota Fiscal)					Reg. 719009		Reg. 724498	
Nº	**Emissão**	**Item**	**Qt**	**Valor**	**Qt**	**Valor**	**Qt**	**Valor**
27	09/04/2012	Data show	5	6.425	5	6.425	3	3.855
43	08/11/2011	Kit do estudante	50	12.500	50	12.500	20	5.000
		Mesa do professor	10	2.000	10	2.000	2	400
		Switch / roteador	5	4.000	5	4.000	2	1.600
131	06/03/2012	Computador desktop	40	56.000	40	56.000	30	42.000
		Computador servidor	4	13.780	4	13.780	3	10.335
345	12/03/2012	TV LCD 42”	4	6.240	4	6.240	3	4.680
1149	31/01/2012	Condicionador de ar	8	7.352	8	7.352	1	919
		Armário baixo 2 portas	4	880	4	880		
1197	21/03/2012	Ar condicionado Split	2	1.838	2	1.838	2	1.838
		Armário baixo 2 portas	1	220	1	220		
1473	25/11/2011	Lousa interativa digital	4	24.760	4	24.760	3	18.570
		Totais		135.995		135.995		89.197

Fonte: Sistema de Convênios (Siconv). Acesso em 27/03/2017.

Ainda, foi verificado que a data de saída/entrada da NF 1149 está errada no registro Siconv relativo ao Convênio 724498 (consta 31/12/2012, quando o correto seria 31/01/2012).

Quanto ao pagamento relativo a essas notas fiscais, no Convênio 719009 ele foi feito de forma parcial, contemplando apenas os valores realmente relativos àquele convênio; já no caso do Convênio 724498, o pagamento foi registrado como “total” – correspondendo, portanto, aos respectivos valores parciais, conforme equivocadamente registrados. Desta forma, não houve pagamento de valores em duplicidade.

Outra impropriedade é relativa à tipificação dos itens de cada documento de liquidação. No Siconv, cada item deve ser registrado em uma das seguintes classificações: “bem”; “serviço”; ou “outros”. No caso do Convênio 724498, vários dos bens adquiridos foram registrados como “outros”, conforme mostrado na tabela a seguir:

Tabela 5 – Itens em documentos de liquidação classificados como “outros”

Nº NF	Emissão NF	Descrição do item	Qtde	Valor (R$)
27	09/04/2012	Data show – projetor multimídia	3	3.855,00
43	08/11/2011	Kit do estudante (mesa e cadeira)	20	5.000,00
		Mesa do Professor	2	400,00
126	24/12/2013	Mesa do professor	4	820,00
		TV LCD 42 polegadas	2	3.980,00
131	06/03/2012	Microcomputador (desktop)	30	42.000,00
		Microcomputador (servidor)	3	10.335,00
150	26/12/2013	Armário baixo em MDF	4	1.492,00
162	11/07/2014	Armário baixo 2 portas	20	4.000,00
		Kit do estudante (mesa e cadeira)	20	2.600,00
345	12/03/2012	TV LCD 42 polegadas	3	4.680,00
553	24/03/2015	Data show – projetor multimídia	2	2.840,00
		Lousa digital interativa	2	9.716,00
		Switch 24 portas	2	1.920,00
569	30/12/2013	Kit do estudante (mesa e cadeira)	20	7.780,00
1473	25/11/2011	Lousa digital interativa	3	18.570,00
1643	30/12/2015	Impressora laser monocromática	2	2.160,00
6450	17/12/2013	Monitor 18.5”	22	8.800,00
		Mouse PS2 ótico preto	22	220,00

Nº NF	Emissão NF	Descrição do item	Qtde	Valor (R$)
		Teclado OS padrão 4 preto	22	440,00
		CPU computador (desktop) UDP ME POC	20	26.400,00
		CPU computador (servidor) UDP SERVEM	2	4.100,00
		Total		162.108,00

Fonte: Sistema de Convênios (Siconv). Acesso em 27/03/2017.

Desta forma, os bens listados na tabela anterior não figuram no relatório denominado "Relação de Bens Adquiridos", emitido por meio do Siconv.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício PROGEM Nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017, assinado pelo Procurador Geral do Município, foi emitida a seguinte manifestação sobre os fatos apontados:

"O Convênio nº 719009/2009, com vigência de 05/07/2010 a 30/05/2016, bem como o Convênio nº 724498/2009, com vigência de 31/12/2009 a 31/12/2015, foram assinados, executados e geridos pela gestão administrativa anterior, na qual exerceu mandato eletivo pelo período de 8 (oito) anos, 2009 a 2016, em decorrência da reeleição.

Com efeito, todos os trâmites necessários para a formalização e execução dos mencionados convênios, inclusive no tocante aos lançamentos no SICONV (Sistema de Convênios) dos documentos de liquidação, pagamentos de notas fiscais, tipificação de itens adquiridos, consoante indicado no relatório da CGU, deu-se sem que houvesse a participação da atual gestão, uma vez que desde 01 de Janeiro do ano em curso, a Prefeitura Municipal de Petrolina vem sendo conduzida por uma nova administração em decorrência dos resultados das últimas eleições.

Nessa toada, resta patente que a atual gestão municipal não teve e não tem qualquer responsabilidade pela omissão de dados no Sistema de Convênios, ocasionados pela gestão anterior.

Por fim, convém registrar que a Administração Pública atual tomará todas as medidas cabíveis para punir o gestor da época."

Análise do Controle Interno

Em sua manifestação, os responsáveis pela gestão municipal não apresentam qualquer justificativa para os fatos apontados, limitando-se a afirmar que a responsabilidade sobre tais fatos é da gestão municipal anterior, e que serão tomadas medidas contra tais responsáveis. Ressalte-se que não houve manifestação dos responsáveis pela gestão anterior.

2.2.3. Não atingimento dos objetivos dos Convênios 719009 e 724498.

Fato

Foi identificado que os Convênios 719009 e 724498 não atingiram plenamente o objetivo a que se destinavam, qual seja, "*possibilitar a oferta de meios de ampliação e difusão de conhecimento, para uma viabilização e inserção no mercado de trabalho*" (Proposta do Convênio 719009). De acordo com a Proposta do Convênio 724498:

"Esse pleito de Inclusão Digital [...] visa a implantação de projeto de Inclusão Digital para a consequente inclusão Social e no Mercado de trabalho.

A inclusão digital está estreitamente vinculada à problemática da inclusão social dos menos favorecidos. Instrumentos que efetivamente criem as condições necessárias e suficientes para a geração de emprego e renda. O programa de inclusão digital, portanto, é um instrumento da promoção da inclusão social. Os beneficiários do programa de inclusão digital receberão conhecimento das técnicas e práticas envolvidas no quesito informática, não como um mero conhecimento a mais, e, sim, como uma ferramenta útil e prática a ser utilizada nas atividades desenvolvidas nos postos de trabalho. "

Foi verificado que os telecentros de inclusão digital, ou "centros de acesso a tecnologias para inclusão social" (CATIS), objetos dos citados convênios, encontram-se subutilizados – sem atender, portanto, ao seu objetivo.

Acerca dos telecentros de inclusão digital, foi solicitado à Prefeitura Municipal de Petrolina/PE, por meio do item 2 da Solicitação de Fiscalização (SA) nº 04/2017/PETROLINA, de 29 de março de 2017 que informasse sobre o momento de inauguração dos telecentros, suas localizações, início de funcionamento e sua situação atual.

Em resposta, por meio do Ofício nº 009/2017, de 4 de abril de 2017, a titular da Secretaria Executiva de Direitos Humanos encaminhou as seguintes informações:

"[...] em resposta ao item 2, referente aos Telecentros de Inclusão Digital, [...] foram implantados conforme os convênios celebrados com o Ministério da Ciência e Tecnologia, sob os números Siconv 719009 e 724498.

Venho informar que nos nossos arquivos, existe um relatório, datado de 01 de fevereiro de 2016, feito pelo então Secretário Executivo de Juventude e Qualificação Profissional [...], contendo endereços, relação de equipamentos com tombamento e registro fotográfico, que não sei precisar se é do momento da inauguração dos mesmos.

Informo, porém, que atualmente estamos em processo de visitação aos mesmos, tendo sido identificadas algumas discordâncias em relação ao relatório acima citado [...].

Informo, ainda, que até o final de abril serão concluídas as visitas e relatórios, a fim de saber a situação de funcionamento de todos os centros. "

De acordo com o citado relatório, denominado "Relatório dos Telecentros de Inclusão Digital", anexo ao Ofício nº 009/2017, a relação de telecentros apresenta-se conforme o quadro a seguir:

Quadro 4 – Telecentros de inclusão digital

#	Nome	Endereço
1	Comunidade Católica Boa Nova	Projeto Maria Tereza, km 18 – Zona Rural
2	CRAS João de Deus	Rua 12, s/n – João de Deus
3	CMEI Jesus Pequenino	Rua 03, s/n – Jardim Petrópolis
4	CEU – Centro de Esportes Unificado	Rio Corrente
5	Centro Pastoral São João Paulo II	Rua 09, s/n – Jardim Amazonas
6	FACAPE 1	Av. Cardoso de Sá, s/n – Cidade Universitária
7	FACAPE 2	Av. Cardoso de Sá, s/n – Cidade Universitária
8	Biblioteca Municipal Prof. Cid Carvalho	Praça Santos Dumont, s/n – Centro
9	Seminário São José	Praça das Nações, s/n – Areia Branca
10	Igreja Batista Missionária Central	Av. da Integração, 210 – Palhinhas
11	Associação Cristo Ama	R. Pessoa de Melo, 543 – Gercino Coelho

#	Nome	Endereço
12	Centro Cultural N. Sra. das Dores	R. José Costa Lima, 326 – Ouro Preto
13	Central de Cursos	Av. Josemar Batista da Silva, s/n – Mª Auxiliadora
14	Petrape	Av. da Integração, s/n – Gercino Coelho

Fonte: Relatório datado de 01/02/2016, anexo ao Ofício nº 009/2017, de 04/04/2017.

Com o objetivo de verificar *in loco* a situação dos telecentros de inclusão digital, incluindo instalações, equipamentos e controles de utilização, foi estabelecida uma amostra (não estatística), composta por sete unidades (# 2, 3, 6, 7, 9, 10 e 14), a ser vistoriada. No dia da realização das vistorias, em 7 de abril de 2017, a Secretária Executiva de Direitos Humanos apresentou uma versão diferente do "Relatório dos Telecentros de Inclusão Digital": embora com a mesma data (1 de fevereiro de 2016), havia algumas diferenças em relação à versão anexa ao Ofício nº 009/2017, entre as quais destacam-se as seguintes:

- Referência expressa aos Convênios nº 306.543-30 e nº 307.865-30 (Siconv 719009 e 724498, respectivamente);
- Na relação de equipamentos do telecentro # 4 (CEU) consta a informação de que "*o mesmo foi adquirido através do convênio de construção e equipamentos do CEU – Centro de Esportes Unificado – Ministério da Cultura*";
- O telecentro # 13 aparece com descrição e endereço diferentes: "*Assentamento Mandacaru, Zona Rural, s/n*"; embora a relação de equipamentos seja a mesma, as fotos também são de um lugar diferente;
- Há anotações manuscritas complementares, que constituem indícios de que a atual Administração Municipal realizou vistorias nos telecentros # 2 e 4.

Assim, de acordo esta segunda versão do "Relatório dos Telecentros de Inclusão Digital", a relação de telecentros apresenta-se conforme o quadro a seguir:

Quadro 5 – Telecentros de inclusão digital – segunda versão

#	Nome	Endereço
1	Comunidade Católica Boa Nova	Projeto Maria Tereza, km 18 – Zona Rural
2	CRAS João de Deus	Rua 12, s/n – João de Deus
3	CMEI Jesus Pequenino	Rua 03, s/n – Jardim Petrópolis
4	CEU – Centro de Esportes Unificado	Rio Corrente
5	Centro Pastoral São João Paulo II	Rua 09, s/n – Jardim Amazonas
6	FACAPE 1	Av. Cardoso de Sá, s/n – Cidade Universitária
7	FACAPE 2	Av. Cardoso de Sá, s/n – Cidade Universitária
8	Biblioteca Municipal Prof. Cid Carvalho	Praça Santos Dumont, s/n – Centro
9	Seminário São José	Praça das Nações, s/n – Areia Branca
10	Igreja Batista Missionária Central	Av. da Integração, 210 – Palhinhas
11	Associação Cristo Ama	R. Pessoa de Melo, 543 – Gercino Coelho
12	Centro Cultural N. Sra. das Dores	R. José Costa Lima, 326 – Ouro Preto
13	Associação do Assentamento Mandacaru	Assentamento Mandacaru, s/n – Zona Rural
14	Petrape	Av. da Integração, s/n – Gercino Coelho

Fonte: Relatório datado de 01/02/2016, entregue à CGU em 07/04/2017.

A partir da realização das vistorias nos telecentros (# 2, 3, 6, 7, 9, 10 e 14), foram evidenciados os seguintes problemas:

- Falta de equipamentos que constavam no inventário: telecentros # 2 (nove estabilizadores, um projetor multimídia), # 7 (um *rack*, um projetor multimídia), # 9 (um monitor, um *no break*, uma impressora, uma cadeira);

- Equipamentos sem tombamento: telecentros # 2 (sete mesas), # 3 (sete monitores, uma lousa digital, um *switch*, um projetor multimídia, uma mesa), # 6 (um monitor, um estabilizador, um computador, uma lousa digital, um *switch*, um *no break*, onze mesas, onze cadeiras, um armário, uma TV, dois *split*, um projetor multimídia, um roteador wi-fi/AP), # 7 (dois computadores, uma lousa digital, um *switch*, um *no break*, onze mesas, onze cadeiras, um armário, uma TV, dois *split*, um roteador wi-fi/AP), # 9 (dois monitores, cinco mesas), # 10 (uma lousa digital, quatro mesas, dez cadeiras), # 14 (um computador, um *switch*);
- Equipamentos com etiqueta de tombamento danificada: telecentro # 9 (três monitores);
- Equipamentos localizados fora dos telecentros: # 3 (um servidor, um monitor, uma mesa, uma cadeira, um projetor multimídia), # 6 (um computador, um *switch*, um *no break*, uma impressora, um projetor multimídia, um roteador wi-fi/AP), # 7 (um *switch*, um *no break*, uma impressora, um roteador wi-fi/AP), # 14 (uma TV).

Ainda, não foram encontrados registros de utilização de nenhum dos telecentros vistoriados. No telecentro # 2, inaugurado em 10 de dezembro de 2015, a responsável afirmou que ele nunca foi utilizado; no # 3, inaugurado em 29 de agosto de 2014, a responsável afirmou que ele foi utilizado apenas três vezes. Apenas o telecentro # 14 (Petrape) foi encontrado em utilização.

Além disso, não foi possível vistoriar os telecentros # 8 (Biblioteca Municipal), pois o prédio estava fechado, em função de uma reforma, e # 11 (Associação Cristo Ama), pois estava fechado, e não foi encontrada pessoa responsável pela guarda da chave. Aliás, vários dos telecentros localizam-se em propriedades privadas, ou mesmo públicas, não abertas ao público em geral.

Seguem alguns registros fotográficos das vistorias realizadas:

Foto – Mesas sem tombamento no CATIS CRAS João de Deus.
Petrolina (PE), 7 de abril de 2017.

Foto – Equipamentos localizados fora das instalações do CATIS CMEI Jesus Pequenino.
Petrolina (PE), 7 de abril de 2017.

Foto – Equipamentos localizados fora das instalações dos CATIS FACAPE 1 e 2.
Petrolina (PE), 7 de abril de 2017.

Foto – Equipamento com etiqueta de tombamento danificada no CATIS Seminário São José.
Petrolina (PE), 7 de abril de 2017.

Foto – Cadeiras sem tombamento no CATIS Igreja Batista Missionária Central.
Petrolina (PE), 7 de abril de 2017.

Foto – Equipamento localizado fora das instalações do CATIS Petrape.
Petrolina (PE), 7 de abril de 2017.

Diante da insuficiência das informações apresentadas no Ofício nº 009/2017 em resposta ao item 2 da SA nº 04/2017/PETROLINA, bem como da divergência de informações entre as duas versões do "Relatório dos Telecentros de Inclusão Digital" e da situação constatada durante a vistoria, foram solicitadas à Prefeitura Municipal de Petrolina, por meio da Solicitação de Fiscalização nº 14/2017/PETROLINA, de 11 de abril de 2017, informações acerca da cessão de telecentros a outras entidades, bem como acerca do histórico de utilização dos CATIS no período de exame.

Em resposta, por meio do Ofício nº 028/2017, de 20 de abril de 2017, a titular da Secretaria Executiva de Direitos Humanos afirmou que onze dos treze telecentros (relativos aos Convênios 719009 e 724498) foram cedidos "*pela gestão anterior a outras instituições, a exemplo de associações comunitárias e entidades religiosas*". Foram apresentados os "*termos de responsabilidade pela guarda, uso e conservação dos equipamentos*" relativos a 7 desses telecentros (# 1, 6, 7, 10, 11, 12, 14), todos datados de 28 de janeiro de 2016, com vigência de cinco anos; para os demais telecentros cedidos (# 3, 5, 9 e 13) foi informado que "*não foi possível localizar os termos*" respectivos, uma vez que "*não constam nos arquivos da secretaria e não foram disponibilizados pelas instituições*".

Verificou-se que os termos celebrados estabelecem tão somente a responsabilidade pela guarda e conservação dos equipamentos. Não há cláusulas que regulem a utilização dos

telecentros cedidos, de modo a que os objetivos da aplicação dos recursos transferidos no âmbito dos convênios ora fiscalizados sejam atingidos.

No tocante à utilização dos telecentros, as informações apresentadas estão resumidas no quadro a seguir:

Quadro 6 – Telecentros de inclusão digital – utilização

#	Nome	Histórico de Utilização	Utilização Futura
1	Comunidade Católica Boa Nova	Há informações de que seria utilizado pelos internos, porém não foram apresentados registros comprobatórios.	Será pactuado o horário de utilização pela comunidade, ou a relocação objetivando o pleno funcionamento.
2	CRAS João de Deus	Nunca foi utilizado. Foi inaugurado em 09/12/2015.	Pactuados cursos de informática básica, em parceria com o IF-Sertão. Será realizada uma organização de horários para uso pela comunidade em geral.
3	CMEI Jesus Pequenino	Há informações de que teriam sido realizados três cursos, porém não foram apresentados registros comprobatórios.	Será pactuado o horário de utilização pela população, ou a relocação objetivando o pleno funcionamento.
4	CEU – C. Esportes	Fora do escopo.	Fora do escopo.
5	Centro Pastoral São João Paulo II	Há informações de que está disponível para utilização pela população, no turno matutino, porém não foram apresentados registros comprobatórios.	Estão sendo realizados cursos de informática básica em abr/2017, em parceria com a FACAPE, com previsão de abertura de novas turmas.
6	FACAPE 1	Foi afirmado que "*têm atendido à proposta de inclusão digital, já que vêm ofertando cursos de informática básica*". Porém, foi apresentado apenas um registro comprobatório, do segundo semestre de 2015.	Estão sendo realizados cursos de informática básica em abr/2017, em parceria com a FACAPE, com previsão de abertura de novas turmas.
7	FACAPE 2		
8	Biblioteca Municipal Prof. Cid Carvalho	Foi afirmado que "*a biblioteca municipal encontra-se em reforma, não sendo possível o acesso ao registro de utilização*".	Será pactuada, junto à Secretaria Municipal de Educação, a utilização pela população, uma vez que se configura como ambiente propício para tal.
9	Seminário São José	Não foram apresentados registros de utilização.	Será pactuado o horário de utilização pela comunidade, ou a relocação objetivando o pleno funcionamento.
10	Igreja Batista Missionária Central	Há informações de utilização apenas em dois eventos da própria igreja, sem relação com informática. Sem registros comprobatórios.	Será pactuado o horário de utilização pela população, ou a relocação objetivando o pleno funcionamento.
11	Associação Cristo Ama	Há informações de que seria utilizado, porém não foram apresentados registros comprobatórios.	Será pactuado o horário de utilização pela comunidade, ou a relocação objetivando o pleno funcionamento.
12	Centro Cultural N. Sra. das Dores	Foi informada a realização de sete eventos, sendo apenas um deles relacionado a informática. Apresentados registros fotográficos.	Não foram apresentadas informações.
13	Assentamento Mandacaru	Há informações de que seria utilizado, porém não foram apresentados registros comprobatórios.	Será pactuado o horário de utilização pela comunidade, ou a relocação objetivando o pleno funcionamento.
14	Petrape	Utilizado diária, para aulas de informática dirigidas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.	

Fontes: Ofício nº 028/2017, de 20/04/2017; placas de inauguração dos CATIS.

Assim, conclui-se que ao menos nove dos treze telecentros implantados com recursos dos Convênios 719009 e 724498 foram subutilizados no período de exame – pouco contribuindo, assim, para o atingimento dos objetivos dos citados instrumentos de transferência voluntária.

Também merece relevo a fragilidade do controle patrimonial dos bens adquiridos, uma vez que todos os telecentros possuem equipamentos sem tombamento. Considerando que onze dos treze CATIS encontram-se cedidos a outras instituições, este fato fica agravado. Nas vistorias realizadas, foi constatada a falta de dezesseis equipamentos, em três dos sete telecentros vistoriados, além de outros 16 equipamentos localizados fora das instalações dos CATIS, em quatro deles.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício PROGEM Nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017, assinado pelo Procurador Geral do Município, foi emitida a seguinte manifestação sobre os fatos apontados:

"O Convênio nº 719009/2009 e o Convênio nº 724498/2009 possuíam como objeto a implantação de centros de acesso a tecnologias para inclusão social, como instrumento que criariam condições suficientes para geração de emprego e renda.

Neste sentido, foram adquiridos equipamentos para a concretização dos telecentros de inclusão digital, no entanto, mediante a omissão da gestão antecessora e a inobservância dos princípios administrativos da legalidade, eficiência e economicidade, os telecentros implantados com recursos dos convênios foram subutilizados durante o período de vigência destes, como bem apontado no relatório da CGU, e por consequência, resultando desperdício de dinheiro público.

De outra banda, convém registrar que, após o início da atual gestão, não houve tempo suficiente para a análise dos convênios em vigor, tão pouco os conclusos. Acrescente-se a isso, o fato da transição administrativa entre as duas gestões, antecessora e sucessora, imposta por Lei no Estado de Pernambuco, que é cobrada e regulamentada pelo Tribunal de Contas do Estado, ocorreu de forma inapropriada, haja vista que inúmeros documentos e informações não chegaram a ser repassados à equipe de transição designada na ocasião pelo Prefeito Eleito M.S.C., o que comprometeu qualquer análise imediata da situação do Município naquele momento, bem como a tomada de qualquer providência para ver sanada as irregularidades por ventura existentes.

Deste modo, torna-se cristalino que nesse contexto não houve tempo hábil para fazer avaliações que se permitisse tomar uma atitude proativa por parte do atual gestor para fazer cumprir as finalidades contidas nos supramencionados convênios.

Ainda, convém registrar que a Administração Pública atual tomará todas as medidas cabíveis para punir o gestor da época, bem como planejará a utilização dos equipamentos pela comunidade, objetivando o pleno funcionamento, além da realização de cursos de informática básica.

Porém, é de extrema importância salientar que os respectivos convênios foram firmados no ano de 2009, e que, possivelmente, boa parte dos equipamentos nem sequer exista mais. Nestes termos, será grande a dificuldade em dar funcionalidade àqueles. O mais prudente, será a realização por parte da gestão atual, de levantamento de dano ao erário, para o

posterior ajuizamento de ação de improbidade que busque ressarcir o Município do dano suportado."

Análise do Controle Interno

Em sua manifestação, os responsáveis pela gestão municipal não apresentam qualquer justificativa para os fatos apontados, limitando-se a afirmar que a responsabilidade sobre tais fatos é da gestão municipal anterior, e que serão tomadas medidas contra tais responsáveis. Afirma-se, ainda, que não teria havido "*tempo hábil para fazer avaliações que se permitisse tomar uma atitude proativa por parte do atual gestor para fazer cumprir as finalidades contidas nos supramencionados convênios*". Ressalte-se que não houve manifestação dos responsáveis pela gestão anterior.

3. Conclusão

Foi verificado que os recursos federais relativos transferidos ao Município de Petrolina/PE por meio dos Convênios 719009/2009 e 724498/2009 foram aplicados no objeto dos convênios, qual seja, a implantação de telecentros de inclusão digital, ou "centros de acesso a tecnologias para inclusão social" (CATIS).

Em relação ao processo de execução, foi constatada a realização de processos licitatórios distintos e simultâneos, para cada um dos convênios, resultando na contratação de itens idênticos por preços diferentes – em alguns casos, contratados do mesmo fornecedor. Também foi verificado que a totalidade dos processos de aquisição relativos aos dois convênios foram realizados na forma presencial da modalidade pregão, quando o Art. 4º do Decreto nº 5.450/2005, estabelece a forma eletrônica como preferencial na aquisição de bens e serviços comuns. Ainda, foram constatadas impropriedades em registros de documentos de liquidação realizados no Siconv.

No tocante à parte operacional, com base em uma amostra composta por sete dos treze telecentros de inclusão digital relativos aos convênios em tela, bem como nos documentos relativos à sua gestão, concluiu-se pela fragilidade do controle patrimonial dos bens adquiridos, uma vez que todos os telecentros possuem equipamentos sem tombamento, fato agravado pela cessão de onze dos treze CATIS a outras instituições. Nas vistorias realizadas, foi constatada a falta de equipamentos adquiridos, além de equipamentos localizados fora das instalações dos telecentros.

Finalmente, foi identificado que os Convênios 719009 e 724498 não atingiram plenamente o objetivo a que se destinavam, considerando que ao menos nove dos treze telecentros implantados foram subutilizados no período de exame – pouco contribuindo, assim, para o atingimento dos objetivos dos citados instrumentos de transferência voluntária.

Assim, em virtude do exposto, conclui-se pela regularidade com ressalvas na aplicação de recursos federais transferidos ao Município de Petrolina/PE por meio dos Convênios 719009/2009 e 724498/2009.

Ordem de Serviço: 201700914
Município/UF: Petrolina/PE
Órgão: MINISTERIO DA EDUCACAO
Instrumento de Transferência: Não se Aplica
Unidade Examinada: MUNICIPIO DE PETROLINA
Montante de Recursos Financeiros: R$ 15.658.408,00

1. Introdução

Os trabalhos de fiscalização no Município de Petrolina/PE foram realizados no mês de abril de 2017, tendo por período de campo o interstício de 3 a 7 de abril. O montante de recursos fiscalizados foi de R$ 15.658.408,00, repassados entre 2014 e 2016 para a Entidade.

Foram solicitados informações e documentos à Secretaria de Educação, sobre os processos licitatórios, movimentação dos recursos na conta específica do Programa, processamento das despesas com alimentação escolar, métodos de controles de estoques utilizados pelas Escolas e Armazém Central, elaboração dos cardápios, etc.

Os exames tiveram por objetivo avaliar a regularidade na execução das despesas com os recursos alocados ao município por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, compreendendo desde a avaliação dos elementos que pudessem evidenciar a ocorrência de vícios prejudiciais à lisura dos procedimentos licitatórios, até a obtenção de evidências de que os quantitativos de gêneros alimentícios listados nas notas fiscais de fato transitaram nos estoques do armazém e unidades escolares. Também foram objeto de avalição a verificação do cumprimento dos cardápios elaborados e da infraestrutura existente no armazenamento e preparo das refeições.

Ademais, os exames tiveram por objetivo avaliar a consistência e fidedignidade dos registros produzidos pelos sistemas e métodos de controle de estoques, a adequação e suficiência dos quantitativos de gêneros alimentícios adquiridos, bem como, a avaliação da modalidade de gestão e aquisição desses itens alimentares pela Prefeitura Municipal de Petrolina/PE.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja dos **gestores federais**.

2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Este Ministério não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

2.2.1. Informações gerais sobre contratação de prestação de serviços para gerenciamento do PNAE

Fato

A Prefeitura Municipal de Petrolina/PE iniciou em 16 de dezembro de 2014 o processo de licitação nº 426/2014, na modalidade de pregão presencial para registro de preços – SRP (nº 277/2014), cujo objeto consistiu na "elaboração de ata de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para a execução de serviços na Gestão de Merenda Escolar incluindo o fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos necessários, logística, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e utensílios utilizados para atender ao programa de alimentação escolar nas unidades educacionais, creches e entidades conveniadas de responsabilidade do município".

Segundo informações constantes na Ata de Reunião para recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preços e habilitação, apenas compareceram à sessão as empresas Paulo Valderico Oliveira de Castro e Cia Ltda. (CNPJ: 35.405.844/0001-05) e Menezes Serviços de conveniência Ltda (CNPJ: 05.686.218/0001-65).

Ainda de acordo com as informações contidas na Ata, a empresa Menezes Serviços de Conveniência Ltda. foi desclassificada por deixar de apresentar planilha de composição de preços ofertados, conforme exigência estabelecida no subitem 7.2 "e" do Edital licitatório. Dessa forma, a empresa Paulo Valderico Oliveira de Castro e Cia Ltda. (CNPJ: 35.405.844/0001-05) foi considerava vendedora do processo licitatório.

Em decorrência do processo de licitação, a Prefeitura Municipal celebrou o contrato nº 41/2015, em 19 de fevereiro de 2015, com a empresa Paulo Valderico Oliveira de Castro e Cia Ltda. (CNPJ: 35.405.844/0001-05), no valor global de R$ 13.191,488,64. O prazo de execução originalmente fixado foi de 12 meses, a partir da execução dos serviços.

Foram os seguintes, as quantidades e valores unitários e totais por tipo de serviço contratado:

Tabela – Preços contratados – Empresa Paulo Valderico Oliveira de Castro e Cia Ltda. (CNPJ: 35.405.844/0001-05)

Serviços	Quantidade diária	Valor Unitário (R$)	Valor total dia (R$)
Alunos EMEF	30.255	1,00	30.255,00
Alunos EJA	2.445	1,00	2.445,00
Alunos Projovem	236	1,00	236,00
Alunos Mais Educação	8.137	2,30	18.715,10
Alunos CEMEI parcial	818	1,57	1.284,26
Alunos Pré-escolar parcial	4.755	1,60	7.608,00
Alunos CEMEI integral	1.093	2,72	2.972,96

Serviços	Quantidade diária	Valor Unitário (R$)	Valor total dia (R$)
Alunos Pré-escolar integral	422	2,72	1.147,84
Total	48.161		64.664,16

Fonte: contrato nº 41/2015

Em relação ao contrato em referência, verificou-se que a Prefeitura Municipal emitiu termo aditivo de prorrogação de prazo, em 10 de fevereiro de 2016, cuja vigência inicialmente fixada foi estendida. Em consequência, o novo prazo estabelecido foi o compreendido entre 19 de fevereiro de 2016 a 19 de fevereiro de 2017.

Em 06 de fevereiro de 2017, o segundo termo aditivo ao contrato foi emitido, prorrogando a vigência contratual para 20 de abril de 2017. Em análise ao processo de licitação, foram identificadas várias situações discordantes com preceitos normativos e, também, antieconômicas, em prejuízo da Prefeitura Municipal, conforme detalhamento a seguir.

2.2.2. Composição de objeto da licitação n.º 426/2014 não admitida pelo FNDE. Ausência de detalhamento da composição de custos dos itens contratados pela Prefeitura. Custos diversos para mesmos gêneros alimentícios a depender do Programa educacional.

Fato

O processo de licitação nº 426/2014, na modalidade de pregão presencial para registro de preços – SRP (nº 277/2014), apresentou por objeto *"a elaboração de ata de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para a execução de serviços na Gestão de Merenda Escolar incluindo o fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos necessários, logística, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e utensílios utilizados para atender ao programa de alimentação escolar nas unidades educacionais, creches e entidades conveniadas de responsabilidade do município".*

O Anexo III do processo de licitação contém as especificações técnicas do objeto/projeto básico, as quais definiram o objeto da licitação da seguinte forma:

"Contratação de empresa especializada para a execução de serviços na Gestão de Merenda Escolar incluindo o fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos necessários, logística, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e utensílios utilizados, para atender ao programa de alimentação escolar nas unidades educacionais, creches e entidades conveniadas de responsabilidade deste município, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação".

No subitem 2 do Anexo III, foram definidas as seguintes especificações do objeto:

"- Fornecimento de gêneros alimentícios estocáveis não perecíveis;
- Fornecimento de gêneros alimentícios estocáveis perecíveis;
- Fornecimento de botijão de gás nas unidades de ensino;
- Aquisição e substituição de utensílios de cozinha e eletrodomésticos, quando- necessários bem como a manutenção preventiva e corretiva;
- Serviço de estocagem, distribuição e logística por conta da empresa;
- Dispor de frota mínima e apropriada para a execução do objeto;
- Serviço de estocagem e distribuição dos produtos fornecidos pelos Produtores da Agricultura Familiar por conta da empresa;

- Serviços de nutricionista permanente no quadro funcional da empresa para fiscalizar o cumprimento dos cardápios, condições de estoque, distribuição por per capita escola e fiscalização conforme legislação vigente";

A execução do objeto contratado está especificada no subitem 4.0 do Anexo III, conforme o que segue:
"O regime de execução do objeto será por refeição servida, por tipo de cardápio especificado no Anexo II, de acordo com os critérios estabelecidos"

Em análise à adequação do processo de licitação aos dispostos normativos que regulamentam a alimentação escolar, constatou-se que a incorporação, num mesmo objeto licitado, da aquisição de gêneros alimentícios com a prestação de serviços (logística, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e utensílios utilizados), não é permitida pela legislação do FNDE que trata da gestão dos recursos financeiros do PNAE.

A Resolução nº 26, de 17 de julho de 2013, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, estabelece, em seu no seu Art. 8º, que *"Os recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios*".

Ainda em conformidade com o parágrafo único desse mesmo artigo, a resolução estabelece que *"a aquisição de qualquer item ou serviço, com exceção dos gêneros alimentícios, deverá estar desvinculada do processo de compra do PNAE*".

Verificou-se que o FNDE realizou trabalhos de auditoria no processo de licitação nº 426/2014 e na subsequente execução contratual, tendo constatado, conforme solicitação de auditoria nº 016-002/2016, de 30 de março de 2016, impropriedade da contratação, ao relatar o seguinte:

"Contratação indevida para fornecimento de alimentação escolar.

Conforme verificado na documentação referente ao contrato firmado com a Empresa Paulo Valderico Oliveira de Castro e Cia Ltda., foi efetuado no mesmo processo licitatório a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de preparo e distribuição da alimentação escolar, com a vinculação dos custos dos gêneros alimentícios aos dos serviços e demais despesas pertinentes ao fornecimento da alimentação escolar, contrariando a legislação do Programa a qual determina que qualquer item que não seja gêneros alimentícios deve ser desvinculado do processo de compra do PNAE."

Não obstante o FDNE ter emitido opinião desfavorável à contratação realizada em decorrência do processo de licitação nº 426/2014, os gestores municipais mantiveram a execução do contrato nos termos inicialmente propostos, cujo objeto agregou fornecimento de gêneros com prestação de serviços.

Em decorrência da realização de licitação cujo objeto foi composto por aquisição e prestação de serviços, verificou-se que a formação de custos, tanto no projeto básico, quanto na contratação final, mostrou-se carente de transparência.

Inicialmente, observou-se que o regime de execução do objeto, qual seja, "refeição servida", conforme subitem 4.0 do Anexo II, não obedeceu às características das composições dos

cardápios, de acordo com os custos individuais de cada gênero alimentício incorporado a essas composições.

De acordo com o disposto no processo de licitação, os licitantes deveriam apresentar proposta de preços por tipo de programa escolar, conforme a seguir:

Quadro – proposta de preços-licitação

Programa escolar	Números de refeições diárias	Números de alunos	Valor da refeição por programa (diário)
EMEF	1	30.255	
EJA	1	2.445	
PROJOVEM	1	236	
MAIS EDUCAÇÃO	3	8.137	
CEMEI – PARCIAL	4	818	
PRÉ-ESCOLA PARCIAL	4	4.755	
CEMEI INTREGRAL	5	1.093	
PRÉ-ESCOLA INTREGRAL	5	422	

Fonte: Processo de licitação nº 426/2014

O Anexo IV do processo de licitação especifica os cardápios e pertinentes composições de gêneros alimentícios e suas quantidades (gramas), em relação às refeições definidas para cada programa escolar.

Para o programa escolar "Mais Educação", por exemplo, foi definido um cardápio para quatro semanas, três refeições diárias (lanche da manhã, almoço e lanche da tarde) e trinta e três tipos de composições (refeições) diferentes.

Para cada composição de refeição, há diferentes gêneros alimentícios e quantidades (gramas ou litros) variadas.

Não obstante as diferenças por tipo de gênero e respectivas quantidades, considerando cada refeição definida para os programas escolares, o custo base (refeição servida) definido na licitação e, por conseguinte, no preço contratado, foi unificado por programa escolar.

Na planilha do quantitativo de alunos, refeições e valores (anexo VII) do processo de licitação, a prefeitura municipal estimou os seguintes custos:

Quadro – Preços estimados - Licitação

Programa escolar	Números de refeições diárias	Números de alunos	COT-1 (VALOR DIA)	COT-2 (VALOR DIA)	COT-3 (VALOR DIA)	MÉDIA (VALOR DIA)	Valor da refeição p/programa
EMEF	1	30.255	1,19	1,05	1,2	1,15	34.793,25
EJA	1	2.445	1,19	1,05	1,2	1,15	2.811,75
PROJOVEM	1	236	1,19	1,05	1,2	1,15	271,40
MAIS EDUCAÇÃO	3	8.137	3,11	3,05	3,10	3,09	25.143,33
CEMEI – PARCIAL	4	818	3,17	3,05	3,12	3,11	2.543,98

Programa escolar	Números de refeições diárias	Números de alunos	COT-1 (VALOR DIA)	COT-2 (VALOR DIA)	COT-3 (VALOR DIA)	MÉDIA (VALOR DIA)	Valor da refeição p/programa
PRÉ-ESCOLA PARCIAL	4	4.755	3,17	3,05	3,15	3,1	14.835,60
CEMEI INTREGRAL	5	1.093	3,21	3,21	3,21	3,15	3.442,95
PRÉ-ESCOLA INTREGRAL	5	422	3,21	3,12	3,12	3,15	1.329,30
Total		48.161					85.171,56
Total geral para ano letivo (204 dias letivos)							17.374.998,24

Fonte: Processo de licitação nº 426/2014

Os preços contratados junto à empresa vencedora do certame licitatório, Paulo Valderico Oliveira de Castro e Cia Ltda. (CNPJ: 35.405.844/0001-05), foram os seguintes, conforme proposta de preços final constate do processo nº 426/2014:

Quadro – Preços contratados – empresa Paulo Valderico

Programa escolar	Números de refeições diárias	Números de alunos	Valor unitário	Valor da refeição p/programa
EMEF	1	30.255	1	30.255,00
EJA	1	2.445	1	2.445,00
PROJOVEM	1	236	1	236,00
MAIS EDUCAÇÃO	3	8.137	2,30	18.715,10
CEMEI – PARCIAL	4	818	1,57	1.284,26
PRÉ-ESCOLA PARCIAL	4	4.755	1,60	7.608,00
CEMEI INTREGRAL	5	1.093	2,72	2.972,96
PRÉ-ESCOLA INTREGRAL	5	422	2,72	1.147,84
Total		48.161		64.664,16
Total geral para ano letivo (204 dias letivos)				13.191.488,64

Fonte: Processo de licitação nº 426/2014

Como se observa, os custos-base estimados na licitação e, por conseguinte, contratados, não consideraram as diferenças de gêneros e quantidades para cada refeição definida nos cardápios, referentes aos diversos programas escolares.

Para possibilitar a unificação dos custos unitários para cada programa escolar, em um único valor, constatou-se que foram definidos custos distintos para o mesmo gênero na planilha descritiva de custos por refeição, de forma a permitir o mesmo custo total por programa.

Dessa forma, observou-se, a título exemplificativo, para as composições abaixo especificadas, que o contratado definiu custos diferentes para o mesmo gênero alimentício, conforme informações constantes na planilha descritiva de custos, componente da proposta de preços:

Quadro – Cardápio do programa "Mais Educação" para a terça-feira da primeira semana

Cardápio do "mais educação" para a terça-feira da primeira semana				
Refeição	Cardápio	Insumos	Per capita	Custo unitário
Lanche (manhã)	Vitamina e banana com aveia e biscoito	Banana	1	0
		Leite em pó	20	0,5737
		Aveia	10	0,1912
		Açúcar	10	0,0252
		Biscoito	30	0,2869
Almoço	Frango com legumes, arroz e feijão sobremesa fruta	Arroz	40	0,146
		Feijão	30	0,219
		Coxa e sobrecoxa	70	0,9127
		Abóbora	30	0
		Macaxeira	40	0
		Tomate	4	0
		Cebola	2	0
		Alho	0,5	0,0096
		Óleo	2	0,0096
		Colorau	0,5	0,0261
		Cominho	0,25	0,013
		Sal	2	0,0021
		Laranja	1	0
Lanche da tarde	Suco com batata doce	Polpa	40	0,2086
		Açúcar	20	0,0504
		Margarina	2	0,0167
		Batata doce	80	0
Custo total				2,69

Fonte: Processo de licitação nº 426/2014

Quadro – Cardápio do programa "Mais Educação" para a segunda-feira da primeira semana

Cardápio do "mais educação" para a segunda-feira da primeira semana				
Refeição	Cardápio	Insumos	Per capita (gramas)	Custo por insumo
Lanche (manhã)	Mingual de cremogema com biscoito	Leite em pó	25	0,59431
		Cereal/cremogema	20	0,36019
		Açúcar	10	0,02089
		Biscoito doce salgado	30	0,23773
Almoço	Carne moída com legumes, arroz, feijão, sobremesa fruta	Arroz	40	0,12102
		Feijão	30	0,18154
		Soja	5	0,05403
		Batata doce	20	0
		Cenoura	20	0
		Tomate	4	0
		Cebola	2	0

Cardápio do "mais educação" para a segunda-feira da primeira semana				
Refeição	Cardápio	Insumos	Per capita (gramas)	Custo por insumo
		Alho	0,5	0,00792
		Óleo	2	0,00792
		colorau	0,5	0,02161
		Cominho	0,25	0,01081
		Sal	2	0,00173
		Banana	1	0
Lanche da tarde	Achocolatado com biscoito	Achocolatado	15	0,21611
		Leite em pó	25	0,59431
		Açúcar	10	0,02089
		Biscoito	30	0,23773
Custo total				2,69

Fonte: Processo de licitação nº 426/2014

Os itens para os quais não foram definidos custos, deve-se ao fato de que esses gêneros foram objeto de outra contratação.

Comparando alguns itens das duas planilhas (composições de insumos das refeições) é possível constatar diferenças de custos unitários para os mesmos gêneros, conforme a seguir:

Quadro – custos unitários distintos para o mesmo gênero alimentício

Item	Custo dos insumos por composição	
	Cardápio do "Mais Educação" para a terça-feira da primeira semana	Cardápio do "Mais Educação" para a segunda-feira da primeira semana
Leite em pó	0,5737	0,59431
Açúcar	0,0252	0,02089
Biscoito	0,2869	0,23773
Feijão	0,219	0,18154

Fonte: Processo de licitação nº 426/2014

Também observou-se que os custos unitários referentes a cada programa escolar, em virtude da incorporação de serviços de gestão de merenda escolar com a aquisição de gêneros alimentícios em um mesmo objeto, agregaram os seguintes itens, conforme o Anexo VII do processo de licitação:

Quadro – composição dos custos unitários por programa escolar

Programa escolar	Itens (elementos formadores dos custos)	Valor unitário	%	Valor total
EMEF	Insumos	0,34	29,36	1,15
	Transporte, mão de obra e logística	0,35	30,52	
	Equipamentos, Utensílios e manutenção	0,10	8,72	
	Impostos	0,20	17,44	
	BDI	0,16	13,95	
EJA	Insumos	0,34	29,36	1,15

Programa escolar	Itens (elementos formadores dos custos)	Valor unitário	%	Valor total
	Transporte, mão de obra e logística	0,35	30,52	
	Equipamentos, Utensílios e manutenção	0,10	8,72	
	Impostos	0,20	17,44	
	BDI	0,16	13,95	
Projovem	Insumos	0,34	29,36	1,15
	Transporte, mão de obra e logística	0,35	30,52	
	Equipamentos, Utensílios e manutenção	0,10	8,72	
	Impostos	0,20	17,44	
	BDI	0,16	13,95	
Mais Educação	Insumos	1,27	40,66	3,12
	Transporte, mão de obra e logística	0,79	25,40	
	Equipamentos, Utensílios e manutenção	0,37	11,95	
	Impostos	0,40	12,81	
	BDI	0,29	9,18	
Pré-escolar (parcial)	Insumos	1,27	40,66	3,12
	Transporte, mão de obra e logística	0,79	25,40	
	Equipamentos, Utensílios e manutenção	0,37	11,95	
	Impostos	0,40	12,81	
	BDI	0,29	9,18	
CEMEI (parcial)	Insumos	1,27	40,69	3,11
	Transporte, mão de obra e logística	0,79	25,37	
	Equipamentos, Utensílios e manutenção	0,37	11,99	
	Impostos	0,40	12,74	
	BDI	0,29	9,21	
Pré-escola (integral)	Insumos	1,30	41,27	3,15
	Transporte, mão de obra e logística	0,79	25,19	
	Equipamentos, Utensílios e manutenção	0,37	11,85	
	Impostos	0,40	12,59	
	BDI	0,29	9,10	
CEMEI (integral)	Insumos	1,30	41,27	3,15
	Transporte, mão de obra e logística	0,79	25,19	
	Equipamentos, Utensílios e manutenção	0,37	11,85	
	Impostos	0,40	12,59	
	BDI	0,29	9,10	

Fonte: Processo de licitação nº 426/2014

Os valores referentes aos custos unitários detalhados no quadro acima são aqueles estimados pela Prefeitura Municipal no processo de licitação.

O item "insumos" corresponde ao custo de aquisição dos gêneros alimentícios, de acordo com os cardápios definidos no processo de licitação.

Dessa forma, para cada programa escolar, o custo unitário final é composto dos seguintes itens:

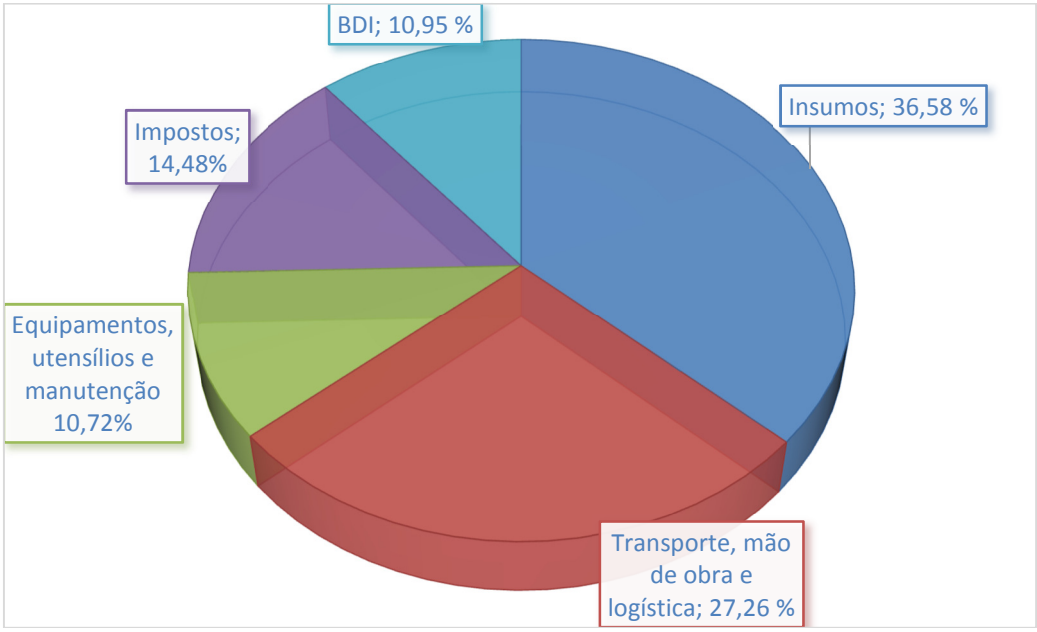
Quadro – composição geral – custos unitários

Composição custo unitário – Objeto da licitação	
Fornecimento de bens	Prestação de serviços
Insumos	Transporte, mão de obra e logística
	Equipamentos, Utensílios e manutenção
	Impostos
	BDI

Fonte: Processo de licitação nº 426/2014

Observou-se que a participação média de cada item no custo unitário total para os programas educacionais foi a seguinte:

Gráfico – Participação percentual média na composição dos custos unitários



Fonte: Processo de licitação nº 426/2014

Percebe-se que a maior contribuição média ao custo unitário total foi correspondente ao item "insumos" (aquisição de gêneros alimentícios), com participação de 36,58 %, seguido do item "transporte, mão de obra e logística" com 27,26%.

Observa-se, também, que a participação média no custo unitário total daqueles itens que não estão relacionados à aquisição de gêneros alimentícios, ou seja, todos os demais componentes do custo (transporte, mão de obra e logística; equipamentos, utensílios e manutenção; impostos e BDI) que não o item "insumos", foi de 63,42 %. A participação agregada desses componentes, foi em média, superior ao custo de aquisição de gêneros.

Essa análise indica, preliminarmente, que caso a Prefeitura Municipal houvesse licitado tão somente a aquisição de gêneros alimentícios, teria incorrido em um custo total inferior ao efetivamente contratado.

Ao longo deste relatório, análise comparativa dos custos dos gêneros alimentícios com os preços vigentes no mercado é explicitada, de forma a demonstrar que os custos contratados foram muito superiores aqueles que poderiam ter sido obtidos mediante, tão somente, aquisição dos gêneros alimentícios.

Mais uma vez, em decorrência da incorporação da prestação de serviços e fornecimento de gêneros alimentícios em um mesmo objeto de licitação, constata-se a ausência de transparência na determinação dos custos, já que não consta no processo de licitação informações que fundamentem e especifiquem a forma da participação dos componentes de custos relacionados à prestação de serviços, quais sejam, transporte, mão de obra e logística; equipamentos, utensílios e manutenção; impostos e BDI).

Não foram especificadas as quantidades e formas de apropriação dos serviços associados aos custos unitários. Por exemplo, não é possível saber a quantidade de transporte (na forma de combustível, depreciação, veículos utilizados, etc.) vinculada a cada refeição que constituiu a base de preços do objeto licitado, ou a quantidade de mão de obra/logística, equipamentos (fornecimento e manutenção), impostos, BDI, também associados a cada custo de refeição por programa escolar.

Também, ao longo deste relatório, é explicitada a situação de ausência de comprovação, por parte do contratado, de fornecimento de equipamentos e utensílios, itens componentes dos custos unitários das refeições.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 03 de Outubro de 2017, a Prefeitura Municipal de Petrolina/PE apresentou a seguinte manifestação, em resposta ao relatório preliminar:

" Inicialmente, é de bom alvitre destacar que o contrato de nº 041/2015, de 19 de Fevereiro de 2015, que teve sua celebração decorrente do Processo Licitatório Nº 426/2014, na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço – SRP Nº 277/2014, foi formalizado pela gestão administrativa anterior, que exerceu mandatos referentes ao quadriênio 2013/2016.

Ou seja, todos os trâmites de elaboração da licitação, especialmente do Termo de Referência, que incluía o pagamento de outros objetos que não aquisição de gêneros alimentícios, com os recursos do FNDE, conforme apontado pela CGU, deu-se sem que houvesse a participação da atual gestão, que passou a comandar os destinos da cidade e da gestão administrativa municipal, tão somente desde 01 de Janeiro do corrente ano de 2017.

Por ser assim, fica evidente e claro que, a atual gestão municipal, em especial a da Secretaria de Educação do Município, gestora do contrato, não teve e não tem a responsabilidade para com qualquer ato ou providência tomada para realização do processo de contratação, tais como de elaboração de cardápio, composição do objeto da licitação, detalhamento da composição de custos dos itens contratados, coleta de dados da quantidade de alunos matriculados até então, cotação de preços para formação de orçamento, decisão sobre o modelo a ser implantado da gestão da merenda escolar, tipo de licitação, etc.

Ressalte-se que, é de suma importância para a conclusão sobre preços e custos dos serviços atualmente praticados - já que o processo teve início em 2014, muito embora o contrato e sua execução somente tenham se dado em fevereiro de 2015 -, as cotações de preços para formalização do orçamento municipal.

Foram feitas em datas anteriores àquela de lançamento do Edital de Pregão em comento, em datas que provavelmente digam respeito a dois ou três meses anteriores a acima citada de celebração e início do procedimento licitatório, dada a complexidade e quantidade de dados que devem ser coletados, para que possa apresentar subsídios confiáveis para início de uma licitação de tão elevado porte e importância.

Isto porque dela se deriva a contratação, que se apresenta como um das maiores que uma administração de município de tamanho médio, como o de Petrolina, tem a responsabilidade e o dever de celebrar, já que visa manter e desenvolver a alimentação escolar, envolvendo o fornecimento de 48.161 refeições servidas diariamente (quantitativo previsto inicialmente, mas que sofre alterações anuais e até mesmo mensais, em razão da constante alteração do número de alunos).

Neste sentido, após a investidura em seu mandato, a partir de janeiro de 2017, não havia tempo suficiente para a análise dos contratos ainda vigentes, de modo a avaliar legalmente suas cláusulas e seus objetos. E, mais especificamente em relação ao contrato de fornecimento de merenda, esta situação se agravou ainda mais, tendo em vista a iminência do início do ano letivo que se deu em 13 de Fevereiro de 2017, com a consequente necessidade imediata do fornecimento de merenda escolar.

Esta data no início do ano, possibilita que se contabilize ao final do exercício, no mínimo, 200(duzentos) dias letivos.

Registre-se ainda, que a Transição Administrativa entre as duas gestões, dos gestores que estariam saindo do governo e os que estariam iniciando gestão em Janeiro de 2017, imposta por Lei no Estado de Pernambuco, que é cobrada e regulamentada pelo Tribunal de Contas do Estado, se deu de forma totalmente precária, o que impediu que a atual administração, tomasse providências e realizasse planejamento confiável. Deste modo, é patente e claro, não havia tempo para que fossem feitas as avaliações necessários para que se pudesse chegar a uma conclusão que permitisse a tomada de decisão sobre qual a melhor fórmula ou modelo para a contratação para fornecimento da merenda escolar.

Ademais, observou-se que, através de pesquisa de mercado, inviável seria a não realização de aditivo, visto que os preços a serem cobrados, por exemplo, em uma dispensa – já não haveria tempo hábil de realização de um procedimento licitatório antes do início do ano letivo -, seriam superiores àqueles já praticados pela empresa antes contratada pela gestão passada.

Neste caso, em atenção ao Princípio da Economicidade, da Eficência e, especialmente, da Continuidade dos Serviços Públicos, o citado contrato foi aditivado apenas, inicialmente, pelo período de fevereiro/2017 a abril/2017. Posteriormente, pelos mesmos motivos, o contrato foi prorrogado mais duas vezes, e será encerrado no final do presente exercício (termos aditivos em anexo).

Para tanto, já se encontra em fase final de planejamento, o novo modelo de contratação, diverso do implantado pela gestão anterior, quando se fará a aquisição dos gêneros alimentícios e a Secretaria de Educação será responsável por todas as demais etapas, como distribuição, fornecimento de insumos, utensílios, guarda, logística, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos.

Em anexo, segue cotação de preços levada a cabo no período subsequente ao primeiro aditivo feito no presente exercício, quando se constata que os preços praticados, que haviam sofrido um reajuste, quando os preços iniciais foram corrigidos no percentual de 9,27% (nove virgula vinte e sete por cento), conforme 1º Termo Aditivo, celebrado em 10 de Fevereiro de 2016, seriam superiores aos contratados.

Mediante cotações realizadas (anexas), que não levavam em conta preços dos demais serviços prestados na gestão da merenda escolar, em razão das demais etapas, como distribuição, fornecimento de insumos, utensílios, guarda, logística, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, fornecimento de gás, chegou-se à conclusão que naquele momento, seria viável, a prorrogação do contrato, em face do princípio da economicidade e eficiência.

Para que se tenha uma ideia, conforme comprovam as citadas cotações e demais providências levadas a cabo quando da prorrogação do contrato, só os valores que se gastaria para realizar as aquisições dos gêneros alimentícios, já eram superiores, aos previstos contratualmente. Ocorre que, devem-se somar a tais montantes, os recursos que são gastos em todos os demais serviços prestados e que teriam que ser assumidos pela municipalidade, que hoje são prestados pela contratada para a gestão do serviço.

Na ocasião, para que se tenha uma ideia, seria gasto para 200 (duzentos) dias letivos, levando em conta o número de refeições diárias previstas para todo o alunado envolvido, o montante de R$ 17.901.276,32 (dezessete milhões, novecentos e um mil, duzentos e setenta e seis reais e trinta e dois centavos), tão somente para a aquisição de gêneros alimentícios.

Com este valor, chega-se à previsão de gastos, diariamente, somente com aquisição de gêneros alimentícios, sem contar com os montantes gastos com as aquisições dos produtos produzidos pela agricultura familiar, obrigatórios também para aquisição, da ordem de R$ 89.506,38 (oitenta e nove mil, quinhentos e seis reais e trinta e oito centavos).

Ocorre que atualmente e também naquele momento, os valores pagos à empresa que abastece como previsto em contrato todas as escolas, com todos os produtos previstos para o cumprimento dos cardápios elaborados pelos técnicos especializados do quadro do município, são da ordem de R$ 70.600,89 (setenta mil, seiscentos reais e oitenta e nove centavos), gerando uma economia somente no item aquisição de gêneros alimentícios, diariamente, de R$ 18.905,49 (dezoito mil, novecentos e cinco reais e quarenta e nove centavos).

Para se chegar a este número levou-se em consideração os montantes pagos à empresa contratada neste exercício de 2017, até agosto, transcorridos 126 dias letivos, da ordem de R$ 8.895.712,90 (oito milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, setecentos e doze reais e noventa centavos), equivalente, portanto, ao valor diário de R$ 70.600,89 (setenta mil, seiscentos reais e oitenta e nove centavos), conforme planilhas e relações de pagamentos em anexo.

A economia para o erário do Município, e não para o FNDE, que somente remete 32,24% (trinta e dois vírgula vinte e quatro por cento) do valor total aplicado e gasto na merenda escolar municipal, é no mínimo (faltam computar os outros serviços prestados atualmente pela empresa), projetada no montante de R$ 2.382.091,74 (dois milhões trezentos e oitenta e dois mil noventa e um reais e setenta e quatro centavos).

Neste período de planejamento, justifica-se para que a atual gestão iniciasse os trâmites para a instauração do processo licitatório, com o objetivo de contratar empresa especializada apenas e unicamente no fornecimento de merenda escolar, nos termos exigidos pelo FNDE. Advirta-se que a atual gestão, pontuando as impropriedades, está corrigindo os equívocos observados no certame anterior, que originou a celebração do contrato de nº 041/2015.

Neste sentido, é importante advertir que todos os fatos relatados pela CGU referem-se à execução do contrato durante a gestão administrativa anterior à atual. Isto porque, como bem assentado no próprio relatório, a atual administração apenas aditou o contrato por período de tempo, justamente para que não houvesse prejuízo ao fornecimento de merenda no início do calendário escolar, já que não teria tempo suficiente à realização de um novo em tão curto tempo.

Por consequência, a atual gestão do contrato, não poderia ser responsabilizado pelas impropriedades relatadas pela CGU, no que se refere à utilização dos recursos do FNDE, visto que no período em que aditou a avença, por estrita e relevante urgência, não há a ocorrência de dano, dano este que não poderia ser presumido, para fins de responsabilização dos envolvidos.

Neste sentido, veja-se a jurisprudência do TCE/PE sobre o tema:

ESTADO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE CONTAS PROCESSO TCE-PE Nº 1303504-6 SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27/07/2017 AUDITORIA ESPECIAL UNIDADE GESTORA: SECRETARIA DAS CIDADES DO ESTADO DE PERNAMBUCO INTERESSADOS: Srs. DANILO JORGE DE BARROS CABRAL, EVANDRO JOSÉ MOREIRA DE AVELAR, AUREA MARIA DA CRUZ IGREJAS LOPES, FLÁVIO GUIMARÃES FIGUEIREDO LIMA, JOÃO HENRIQUE MORAES PINHEIRO, GUSTAVO JOSÉ BARROS GURGEL, RICARDO CALHEIROS DE ANDRADE LIMA, VALDIR JOSÉ VIEIRA E MAIA MELO ENGENHARIA LTDA.
(...)
RELATORA: CONSELHEIRA TERESA DUERE ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA ACÓRDÃO T.C. Nº 0791/17 VISTOS, relatados e discutidos os autos do Processo TCE-PE nº 1303504-6, RELATIVO À AUDITORIA ESPECIAL REALIZADA NA SECRETARIA DAS CIDADES DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SECID, COM O OBJETIVO DE REALIZAR O ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DAS OBRAS DOS CORREDORES DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE E ELABORAÇÃO DE

PROJETOS EXECUTIVOS DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS, OBJETO DO CONTRATO Nº 019/2012, ACORDAM, à unanimidade, os Conselheiros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente Acórdão, CONSIDERANDO os termos dos Relatórios de Auditoria e da Nota Técnica de Esclarecimento, ambos produzidos pelo Núcleo de Engenharia deste Tribunal; CONSIDERANDO as peças e os documentos das defesas apresentadas; CONSIDERANDO que o titular de um órgão deve acompanhar, mesmo que de forma geral, o desempenho de seus subordinados, sob pena de responder por culpa in vigilando; CONSIDERANDO que os gestores máximos da Secretaria das Cidades do Estado de Pernambuco foram devidamente notificados da existência de irregularidades na execução do Contrato nº 019/2012, registradas nos Relatórios de Auditoria emitidos pela equipe técnica desta Casa; ***CONSIDERANDO que as ações apontadas por irregulares nos Relatórios de Auditoria se consolidaram em gestão anterior à do Sr. Evandro José Moreira de Avelar, a qual ocorreu por período relativamente curto, cabendo, preliminarmente, o afastamento de sua***

E, ainda, não obstante a ausência de responsabilidade da atual gestão do Município de Petrolina, em especial da Secretaria de Educação, gestora do contrato, quanto aos fatos ora relatados, deve-se destacar que o caso analisado pela CGU, a contratação de fornecimento de alimentos, associada à gestão da merenda, pode ser considerada sob o prisma do sistema de terceirização da gestão da merenda escolar. Tal modelo de prestação de serviço apresenta vários benefícios, notadamente uma maior qualidade no fornecimento de merenda, bem como a possibilidade de os gestores escolares se preocuparem exclusivamente com as questões pedagógicas.

A respeito do tema, podem ser feitas as seguintes considerações:

A terceirização, modalidade de gestão preferida pela SEDU para gerir o PNAE, apesar de ter um custo bem mais alto, apresenta uma série de vantagens em relação à modalidade escolarizada, conforme afirmou a Gerência de Apoio Escolar. ***Dentre estas vantagens destacamos: cumprimento dos cardápios; diretores com mais tempo para ações pedagógicas; controle do número de refeições servidas; Sistema informatizado de registros de atendimentos e anomalias e garantia de utilização de gêneros alimentícios de boa qualidade****.* [1]

Mas, o principal diferencial, é que as escolas podem focar na educação. ***A terceirização isenta o diretor da responsabilidade de administrar e gerir os processos de alimentação, otimizando sua função pedagógica e administrativa na escola.*** *Programas de educação nutricional, que incentivam hábitos saudáveis desde cedo, maior agilidade no atendimento para situações que exijam reparos na estrutura e a garantia de qualidade e segurança alimentar também "* [2]

Além disso, tem-se que enxergar o fornecimento de alimentos, para fins da merenda escolar, como uma atividade indissociável do transporte e das outras atividades ligadas à logística da execução do contrato, sob pena de parcelamento oneroso e ineficiente do objeto da contratação, com ônus para a Administração Pública. Em se verificando a onerosidade da segregação dos objetos, resta plenamente possível realizar-se a contratação do bloco de serviços necessários ao fornecimento de merenda escolar, visto que os serviços são correlacionados entre si, em estrito respeito ao Princípio Constitucional da Eficiência.

Ademais, sob esta ótica, em sendo fixos os valores repassados pelo FNDE ao Município de Petrolina, levando-se em consideração o número de alunos matriculados, e não o valor correspondente aos dos contratos firmados por cada Ente Público para o efetivo fornecimento da merenda escolar, dessa forma, a União Federal não teria competência para fiscalizar os contratos, mas apenas a aplicação dos valores repassados pelo FNDE.

Nesse sentido, caso os valores tenham sido devidamente aplicados na contratação de fornecimento de merenda escolar, e tal serviço foi devidamente prestado, como no caso em discussão, não havendo indícios de deficiência no serviço, não houve qualquer prejuízo ao FNDE, razão pela qual a fiscalização resta descabida. Tudo isso em respeito à autonomia municipal para firmar os contratos necessários à prestação dos serviços de sua competência.

Inclusive, em se tratando de serviços indissociáveis ao próprio fornecimento da merenda escolar, em determinada licitação hipotética, certamente estes custos seriam embutidos no preço das mercadorias a serem adquiridas pelo Ente Público, caso estes não fossem discriminados no contrato, ensejando o mesmo valor final. No caso do Município de Petrolina, especificamente em relação ao contrato em análise, a Administração Pública, à época, discriminou estes itens, o que demonstra total respeito ao Princípio da Transparência Pública.

Sobre a possibilidade de contratação cumulativa de objetos, podemos indicar o seguinte precedente:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - LIMINAR - SUSPENSÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - ***CUMULAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO - ILEGALIDADE NÃO DEMONSTRADA*** *- AUSÊNCIA DE RELEVANTE FUNDAMENTO. 1. A liminar em mandado de segurança consiste em um remédio jurídico para que o chamado direito líquido e certo, ameaçado ou lesado, não se frustre até a decisão final, pelo comprometimento ou mesmo extinção do direito, o que tornaria a prestação jurisdicional inócua e formalmente insubsistente pela ineficácia da ordem decisória; 2. A ilegalidade do ato impugnado é pressuposto para a concessão da segurança, especialmente em sede de provimento liminar, devendo ficar evidenciada a relevância do pedido e o justo receio de irreparabilidade, com o objetivo de suspensão do ato que deu origem ao pedido****; 3. Na licitação, a divisão do objeto contratado é medida de meio, para que se possibilite o maior número de participantes e, consequentemente, se obtenha a melhor proposta. 4. Ocorre que a análise do caso concreto se faz necessária tendo em vista que nem sempre o fracionamento implicará no melhor atendimento ao interesse público, sabendo-se que há casos em que a contratação global de um serviço poderá ser mais vantajosa, seja do ponto de vista econômico ou qualitativo; 5. Inexistente a comprovação de prejuízo ao interesse público com a cumulação dos serviços contratados em um único lote, não há relevante fundamento para a concessão da liminar.*** *(AI 10000151006772001 MG).*

1 Disponível em: http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0439.pdf
2 Disponível em: http://direcionalescolas.com.br/2015/03/18/terceirizacao-da-alimentacao-escolar-representa-economia-acima-de-20-nos-custos-dos-municipios-contratantes/

É de bom alvitre lembrar que o artigo 23, §1o, da Lei 8.666/93, estabelece a regra de parcelamento da contratação apenas quando for comprovadamente mais econômico e eficaz, veja-se:
§ 1o As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração ***serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala****.*

Mais jurisprudência sobre o tema:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. LICITAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE ITENS DO EDITAL. FRACIONAMENTO. ART. 23, § 1º, DA LEI N. 8.666/93. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA E ECONÔMICA. INADEQUAÇÃO DA VIA MANDAMENTAL.
1. Cuida-se de recurso ordinário interposto contra acórdão que denegou a segurança em writ impetrado em prol da anulação de licitação de serviços de telecomunicações; o Tribunal de origem acordou que a via mandamental seria inadequada, pois seria necessária a dilação probatória.
2. No caso concreto, a recorrente insurgiu-se contra a licitação dos serviços em lote único, quando argumenta que deveria haver o fracionamento do objeto, nos moldes do art. 23, § 1º, da Lei n.
8.666/93; alegou que tal definição do objeto licitado frustraria a competitividade e, portanto, violaria o interesse público.
3. O fracionamento das compras, obras e serviços, nos termos do § 1º do art. 23 da Lei n. 8.666/93 somente pode ocorrer com demonstração técnica e econômica de que tal opção é viável, bem como que enseja melhor atingir o interesse público, manifestado pela ampliação da concorrência.
4. Resta evidente que a opção de fracionar, ou não, objeto de licitação, nos moldes do art. 23, § 1°, da Lei n. 8.666/93 somente se mostrará ilegal ante a evidência técnica e econômica de prejuízo; mesmo que tivesse sido comprovado o dano potencial, a via ainda seria inadequada, já que eventuais laudos técnicos teriam que poder ser contraditados; e na via mandamental não existe esta opção.
Precedente: RMS 29.001/ES, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17.8.2011.
Recurso ordinário improvido.
(RMS 34.417/ES, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/09/2012, DJe 18/09/2012).

Há de se registrar ainda que, as considerações acima aplicam-se também quanto as ocorrências registradas no item 4 do Relatório, na Ordem de Serviço em tela, quanto a composição do objeto da licitação não admitida pelo FNDE, pois que segundo sua ótica, com os recursos enviados pelo FNDE, somente podem ser adquiridos Gêneros Alimentícios para o Programa de Merenda Escolar.

E pode-se afirmar, inclusive, que os recursos remetidos pela União, por meio do Ministério da Educação/FNDE, foram e são aplicados, mesmo levando em conta o objeto mais abrangente, pois prevê outros serviços, são aplicados plenamente na aquisição dos alimentos/gêneros alimentícios, em face dos valores repassados.

Tanto é assim que, no presente exercício de 2017, foram recebidos recursos voltados para tal finalidade, no valor total (tabela em anexa) de R$ 4.096.686,80 (quatro milhões, noventa e seis mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos). Deste montante, R$ 1.229.006,04 (hum milhão, duzentos e vinte e nove mil, seis reais e quatro centavos) foram destinados para a agricultura familiar, restando assim, para aquisição de gêneros alimentícios, o valor de R$ 2.867.680,76 (dois milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e oitenta reais e setenta e seis centavos). Em anexo, CIs requisitando pagamentos da SEDUC para SEFIN, e Relatórios dos pagamentos feitos à Empresa Comida Pronta - Paulo Valdérico Oliveira de Castro.

Ocorre que no mesmo período, foram gastos com pagamentos à empresa contratada, até o final de agosto, R$ 8.895.712,90 (oito milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, setecentos e doze reais e noventa centavos), para que realizasse o objeto de contrato, que prevê fornecimento de gêneros alimentícios, bem como uma série de outros serviços.

Em sendo desta forma, pode-se afirmar que, efetivamente, todos os recursos repassados pelo FNDE, foram aplicados tão somente na aquisição de gêneros alimentícios, que por sua vez, ainda necessitou de complementação de pagamentos com recursos próprios do Município de Petrolina.

Em estando essa CGU fiscalizando os recursos transferidos pela UNIÃO/MEC/FNDE, R$4.096.686,80 (quatro milhões, noventa e seis mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos), constata-se que, obviamente, tais recursos recebidos foram aplicados corretamente nos seus objetivos, previstos no Programa, já que com eles, muito embora de forma atrelada a outros objetivos e serviços, já que voltados e aplicados para a aquisição de gêneros alimentícios.

No que se refere ao fato de que alguns produtos inseridos no cardápio não estavam previstos no cardápio, bem como troca de cardápio para os dias programados, registrados nos itens 2 e 8 da Ordem de Serviço em comento, os técnicos da Secretaria informam que tais trocas e substituições, foram e são feitas, de acordo com eventuais intercorrências em virtude por vezes da indisponibilidade de gêneros alimentícios por parte dos fornecedores, mas que estas alterações não comprometem nem comprometeram os valores nutricionais dos cardápios modelos constantes na base da licitação. Por vezes, os gêneros utilizados para substituir algum temporariamente, inclusive, além de produzir o mesmo efeito nutricional, possuem custos de aquisição superiores aos que previstos inicialmente.

Da mesma forma, a troca de cardápio em sua totalidade, ocorre eventualmente, mas tais ocorrências não prejudicam em nada o alunado, pois que existe tão somente a troca prevista do cardápio previsto para determinado dia, pois outro previsto para fornecimento em outro. As composições de todos eles atendem nutricionalmente às suas necessidades, como afirmam os técnicos da área (nutricionistas e tecnóloga), do quadro da Secretaria de Educação.

Entretanto, verifica-se que a observação do relatório, leva em consideração amostragem feita nos exercícios de 2015 e 2016. No presente exercício estas ocorrências são evitadas e quase não ocorreram.

Outra observação constante no Relatório Preliminar da Auditoria da CGU, item 3, diz respeito ao fato de que alguns gêneros alimentícios não foram recebidos nas unidades escolares, devido a insuficiência de estoques da contratada e deficiências de estrutura das

escolas. Para tanto, foi utilizada a amostragem dos meses de maio e agosto de 2015. No que diz respeito a referido exercício, os atuais gestores não possuem elementos para apresentar justificativas quanto a tais ocorrências.

Atualmente, em algumas poucas ocorrências podem ter ocorrido, pois que a fiscalização e acompanhamento de tais fatos é rígida, para que se evite tal tipo de falha, que é totalmente sanável.

Conforme relata a auditoria, realmente existem em algumas unidades escolares deficiências e ausência de infraestrutura adequada de armazenamento, tais como insuficiência no número de freezer/geladeiras ou espaço para acondicionar todos os gêneros alimentícios. Entretanto, este é um fato que decorre da atuação dos gestores de outras épocas.

A atual gestão não possui, por ser impossível em tão curto espaço de tempo (a auditoria esteve presente nas escolas em Abril do corrente ano), capacidade nem condições financeiras e/ou econômicas, para resolver todo tipo de problema que vem se avolumando ao longo de anos. É certo que fará todo tipo de esforço para que se possa minimizar tais tipos de ocorrências e problemas. Inclusive, tal tipo de solução, aplica-se também ao quanto relatado nos itens 9, 10, 11, no que diz respeito às instalações físicas apropriadas das escolas, condições inadequadas de armazenamento e da falta de refeitórios apropriados.
Importante ressaltar que, de forma categórica, e a própria auditoria constatou in loco este fato, é que, atualmente, pelo menos no que diz respeito ao exercício de 2017, todas as escolas possuem estoques de alimentos em quantidade abundante, a merenda é servida diariamente, da forma como programada e prevista em contrato e na quantidade de vezes necessárias, conforme o tipo de programa e o público alvo.

Em anexo, segue cópia da Portaria Nº 01447/2014, que nomeou o Sr. Ricardo Santos Pereira, para o cargo de provimento em comissão de Superintendente de Alimentação Escolar, responsável pela elaboração do Termo de Referência, juntamente com os gestores da Secretaria de Educação das gestões passadas. Juntamente com gestor municipal são os responsáveis pelo modelo de gestão, escolha do procedimento licitatório, composição de custos e todas as demais deliberações sobre o Programa de Alimentação Escolar no Município de Petrolina.

Em anexo, para conhecimento, seguem também orientações repassadas pela Diretoria de Alimentação Escolar e Logística, para todos os gestores escolares, para que saibam como proceder quando do recebimento dos gêneros alimentícios voltados para a Merenda Escolar."

Análise do Controle Interno

Não obstante as justificativas do Gestor no tocante à incorporação, num mesmo objeto licitado, da aquisição de gêneros alimentícios com a prestação de serviços, a legislação do PNAE não admite esse modelo de contratação, fato esse, reiterado pela Auditoria Interna do FNDE que emitiu relatório demonstrando que a contratação da *Empresa Paulo Valderico Oliveira de Castro e Cia Ltda.,* em decorrência do processo de licitação nº 426/2014, foi considerada "indevida".

Em relação à ausência de transparência na determinação dos custos unitários, uma vez que esses elementos não consideraram as diferenças de gêneros e quantidades para cada refeição

definida nos cardápios, referentes aos diversos programas escolares, como também, no tocante à determinação de custos distintos para o mesmo gênero, a Prefeitura Municipal informou que o processo licitatório em questão, e seus correspondentes elementos, foi realizado pela gestão municipal anterior.

Ainda segundo justificativas do Gestor, o contrato nº 41/2015 foi prorrogado até o encerramento do exercício de 2017. Apesar dos gestores já terem conhecimento dos fatos narrados no relatório de Auditoria Interna do FNDE, de 30 de março de 2016, quanto à contratação indevida, prorrogaram o contrato por todo o exercício de 2017, sem contudo, terem demonstrado a adoção de medidas objetivas para analisar e corrigir as impropriedades ocorridas na contratação, especialmente aquelas relacionadas à execução e fiscalização contratual explicitadas neste relatório, tais como, a ausência de comprovação da disponibilização de equipamentos e utensílios, ausência de disponibilização de todos os meios de transporte, custo pela utilização de equipamentos superior ao custo de aquisição, gêneros alimentícios não recebidos pelas escolas.

De acordo com os gestores a única medida adotada é o novo modelo de contratação que se encontra em fase final de planejamento.

2.2.3. Custos contratados para fornecimento de gêneros alimentícios em valor superior aos vigentes no mercado.

Fato

Objetivando verificar a compatibilidade dos custos unitários licitados, por intermédio do processo de licitação nº 426/2014, com aqueles praticados no mercado, inicialmente foi elaborada amostra de itens (gêneros alimentícios), de acordo com a materialidade, e após esse procedimento, foram realizadas análises comparativas com preços vigentes no mercado.

Conforme já especificado neste relatório, os custos unitários de cada tipo de refeição (programa escolar) são compostos por gêneros alimentícios adquiridos, conforme quantidades definidas nos cardápios constantes no Anexo IV do processo de licitação, e por prestação de serviços relacionados a transporte, mão de obra, equipamentos e manutenção, além de imposto e BDI.

Quadro – composição geral – custos unitários

Composição custo unitário – Objeto da licitação	
Fornecimento de bens	Prestação de serviços
Insumos	Transporte, mão de obra e logística
	Equipamentos, Utensílios e manutenção
	Impostos
	BDI

Fonte: Processo de licitação nº 426/2014

Na planilha do quantitativo de alunos, refeições e valores (anexo VII) do processo de licitação, a prefeitura municipal estimou os seguintes custos:

Programa escolar	Números de refeições diárias	Números de alunos	COT-1 (VALOR DIA)	COT-2 (VALOR DIA)	COT-3 (VALOR DIA)	MÉDIA (VALOR DIA)	Valor da refeição p/programa
EMEF	1	30.255	1,19	1,05	1,2	1,15	34.793,25
EJA	1	2.445	1,19	1,05	1,2	1,15	2.811,75
PROJOVEM	1	236	1,19	1,05	1,2	1,15	271,40
MAIS EDUCAÇÃO	3	8.137	3,11	3,05	3,10	3,09	25.143,33
CEMEI – PARCIAL	4	818	3,17	3,05	3,12	3,11	2.543,98
PRÉ-ESCOLA PARCIAL	4	4.755	3,17	3,05	3,15	3,1	14.835,60
CEMEI INTREGRAL	5	1.093	3,21	3,21	3,21	3,15	3.442,95
PRÉ-ESCOLA INTREGRAL	5	422	3,21	3,12	3,12	3,15	1.329,30
Total		48.161					85.171,56
Total geral para ano letivo (204 dias letivos)							17.374.998,24

Fonte: Processo de licitação nº 426/2014

Os preços constantes na proposta da empresa considerada vencedora do certame licitatório, Paulo Valderico Oliveira de Castro e Cia Ltda. (CNPJ: 35.405.844/0001-05, foram os seguintes:

Quadro – Proposta de preços vencedora (fase de lances) – empresa Paulo Valderico

Programa escolar	Números de refeições diárias	Números de alunos	Valor unitário	Valor da refeição p/programa
EMEF	1	30.255	1,00	30.255,00
EJA	1	2.445	1,00	2.445,00
PROJOVEM	1	236	1,00	236,00
MAIS EDUCAÇÃO	3	8.137	2,69	21.888,53
CEMEI – PARCIAL	4	818	2,70	2.208,60
PRÉ-ESCOLA PARCIAL	4	4.755	2,70	12.838,50
CEMEI INTREGRAL	5	1.093	2,72	2.972,96
PRÉ-ESCOLA INTREGRAL	5	422	2,72	1.147,84
Total		48.161		73.992,43

Programa escolar	Números de refeições diárias	Números de alunos	Valor unitário	Valor da refeição p/programa
Total geral para ano letivo (204 dias letivos)				15.094.455,72

Fonte: Processo de licitação nº 426/2014

Observou-se, conforme Ata de Reunião para recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preços e habilitação do PL 426/2014 (pregão presencial SRP nº 277/2014), que a empresa Paulo Valderico Oliveira de Castro e Cia Ltda. (CNPJ: 35.405.844/0001-05) apresentou nova proposta de preços, decorrente de negociação de valores considerados vencedores na fase de lance da licitação.

Foram os seguintes os novos preços apresentados mediante proposta, em relação aos quais, a Prefeitura municipal formalizou contrato para a execução do objeto licitado.

Quadro – Preços contratados – empresa Paulo Valderico

Programa escolar	Números de refeições diárias	Números de alunos	Valor unitário	Valor da refeição p/programa
EMEF	1	30.255	1,00	30.255,00
EJA	1	2.445	1,00	2.445,00
PROJOVEM	1	236	1,00	236,00
MAIS EDUCAÇÃO	3	8.137	2,30	18.715,10
CEMEI – PARCIAL	4	818	1,57	1.284,26
PRÉ-ESCOLA PARCIAL	4	4.755	1,60	7.608,00
CEMEI INTREGRAL	5	1.093	2,72	2.972,96
PRÉ-ESCOLA INTREGRAL	5	422	2,72	1.147,84
Total		48.161		64.664,16
Total geral para ano letivo (204 dias letivos)				13.191.488,64

Fonte: Processo de licitação nº 426/2014

A amostra selecionada foi composta pelos custos unitários dos programas escolares "EMEF" e "Mais Educação", em relação aos quais, observa-se uma concentração de previsão de despesas correspondente a 70,37 % do total licitado, conforme estimativa de custos elaborada pela Prefeitura Municipal.

Os custos unitários utilizados na análise comparativa foram os apresentados na primeira proposta de preços da empresa vencedora da licitação, constantes no "*Quadro – Proposta de preços vencedora (fase de lances) – empresa Paulo Valderico",* sendo R$ 1,00 para o programa "EMEF" e R$ 2,69 para o "Mais Educação".

Conforme mencionado, a empresa vencedora da licitação apresentou, após a fase de lances, nova proposta de preços, na qual consta uma redução no custo unitário referente ao programa "Mais Educação", para o patamar de R$ 2,30. Contudo, não consta nessa nova proposta de preços, o detalhamento dos custos (planilha de formação de custo por modalidade) de acordo com as quantidades previstas nos cardápios, conforme Anexo VIII do Edital da licitação.

Por esse motivo, o custo que foi tomado como referência foi aquele contido na proposta anterior, no valor de R$ 2,69.

Para o programa "EMEF", não ocorreu alteração no custo unitário, entre as duas propostas.

A partir da seleção para amostra dos custos unitários referente aos programas escolares referentes ao "EMEF" e "Mais Educação", por refeição, foram escolhidos itens de gêneros alimentícios, considerando também critérios de materialidade.

Foram selecionados os seguintes gêneros e respectivas quantidades e custos unitários:

Tabela – Gêneros alimentícios selecionados como amostra

Gêneros alimetícios	Unidade De medida	Mais Educação			EMEF		
		quantidade anual	Custo unitário	Custo total Anual	quantidade anual	Custo unitário	Custo total Anual
Leite em pó integral	Kg	53.704	25,11	1.348.507,44	98.026	25,11	2.461.438
Açúcar cristal	Kg	43.490	2,03	88.284,70	141.771	2,03	287.794
Arroz Parboilizado tipo 1	Kg	61.516	3,09	190.084,44	214.850	3,09	663.888
Feijão Mulatinho ou tipo carioca - tipo 1	Kg	35.152	6,18	217.239,36	87.512	6,18	540.825
Frango congelado (Coxa sobrecoxa)	Kg	41.010	12,65	518.776,50	182.231	12,65	2.305.221
Carne moída, sem gordura congelada	Kg	20.993	12,04	252.755,72	20.993	12,04	252.761
Polpa de fruta	Kg	42.963	4,56	195.911,00	203.666	4,56	928.717
Total				2.811.559			7.440.644

Fonte: Processo de licitação nº 426/2014

As quantidades dos gêneros alimentícios foram obtidas a partir das quantidades dessas composições (em gramas) definidas nos cardápios para cada refeição fixada em relação aos programas "Mais Educação" e "EMEF"), de acordo com as informações constantes no Anexo IV no processo de licitação.

Esses cardápios foram definidos em base mensal, divididos por semanas. Após a identificação das quantidades definidas para os gêneros utilizados em cada composição de refeição definida nos cardápios, em perspectiva mensal, foi realizada a estimativa anual, multiplicando os valores mensais por 12.

Para a definição dessa amostra, as quantidades foram estimadas em base anual, correspondente ao período de execução do contrato, originalmente definido como o compreendido entre 19 de fevereiro de 2015 a 19 de fevereiro de 2016. Por isso, foram realizadas as necessárias conversões para a unidade de medida "quilo", já que as quantidades estabelecidas nos cardápios estavam na unidade "grama".

Já em relação aos custos unitários objeto de comparação, salienta-se que nesses valores estão inclusos todos os componentes que contribuíram para a formação do custo unitário final, ou seja, insumos, transporte, mão de obra e logística, Equipamentos, Utensílios e manutenção, Impostos e BDI.

Os custos unitários dos gêneros alimentícios constantes na tabela "*Gêneros alimentícios selecionados como amostra*", foram obtidos a partir de informações contidas na planilha de formação de custo por modalidade, documento integrante da proposta de preços da empresa vencedora, conforme Anexo VIII do Edital da licitação.

A partir do custo definido pelo contratado para cada gênero alimentício integrante das composições (refeições) estabelecidas na planilha de formação de custo por modalidade definida no cardápio, em função da quantidade total de gramas por gênero, foi encontrado o custo unitário por unidade de medida "grama", e após isso, estimado o custo unitário para a unidade de medida "quilo", para efeito de comparações numa mesma unidade de medida.

Como já foi demonstrado neste relatório, o contratado, em suas planilhas de formação de custo por modalidade, fez constar custos unitários diferentes para o mesmo gênero alimentício, nas diversas composições de refeição, de forma a resultar sempre nos mesmos custos unitários por refeição, R$ 2,69 para o programa "Mais Educação" e R$ 1,00 para o "EMEF".

Em função dessa incongruência, e para efeito de permitir comparações, foram selecionados de forma aleatória, aproximadamente, cinco custos unitários para cada gênero alimentício. Após esse procedimento, foi extraída a média desses valores. Esses custos médios são os constantes na coluna "custo unitário" da tabela "*Tabela – Gêneros alimentícios selecionados como amostra"*

Esses custos unitários da amostra foram comparados com preços praticados no mercado, sendo considerado esses últimos, aqueles constantes em banco de dados do Portal de Compras do Governo Federal (comprasnet).

As consultas ao banco de dados do comprasnet foram realizadas para preços praticados em estados do Nordeste e para licitações ocorridas em períodos próximos ao da época da licitação objeto de comparação, o pregão eletrônico nº 277/2014 (processo de licitação nº 426/2014), objetivando minimizar os fatores relacionados à sazonalidade, à influência por diferenças geográficas, inflação, etc.

Foram extraídos das consultas realizadas ao comprasnet três pregões eletrônicos para cada gênero alimentício objeto da análise de compatibilidade de preços, de forma a minimizar possíveis vieses nos preços. Após isso, foi calculada a média dos preços dos gêneros dessas consultas e realizada a comparação com o custo unitário contratado.

Para o programa “Mais Educação”, foram obtidos os seguintes resultados comparativos:

Quadro – comparação custos unitários – Mais Educação

Licitação/contratação				Consultas - processos de pregão - comprasnet				
Gêneros	Unid. de medida	Quantidade anual	Custo Unitário	UASG	Ata de pregão	Custo Unitário	Quantidade licitada	Custo Unitário médio
Leite em pó integral	Kg	53.704	25,11	160047 - 10ª Região Militar - Comando Militar do Nordeste - Comando do Exército - Fortaleza/CE	Pregão Eletrônico nº 04/2015 - 19/05/2015	11,99	30.200 Kg	13,65
				10ª Região militar - Fortaleza/CE	Pregão nº 07/2015 - 19/10/2015	13,86	91.000 Kg	
				160036 - 6ª Região Militar - Comando do Exército - Salbador/BA	Pregão eletrônico nº 20/2014 - 23 de outrubro de 2014	15,10	30.000 Kg (LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTANEO)	
Açúcar	Kg	43.940	2,03	160050 - Hospital Geral de Fortaleza/CE	Pregão Eletrônico nº 2/2015 - 26/06/2015	1,26	49.000 Kg	1,59
				158465 - IFPE - Campus Vitória de Santo Antão	Pregão Eletrônico nº 2/2015 - 21 de maio de 2015	1,62	41.530 Kg	
				153038 - Universida de Federal da Bahia	Pregão eletrônico nº 26/2014 - 12 de janeiro de 2015	1,88	50.000 Kg	
Arroz parbolizado tipo 1	Kg	61.516	3,09	160047 - 10ª Região militar - Fortaleza/CE	Pregão Eletrônico nº 04/2015 - 19/05/2015	1,92	117.000 Kg	1,99
				158465 - IFPE - Campus Vitória de Santo Antão	Pregão Eletrônico nº 04/2015 - 19/05/2015	2,19	29.812 Kg	

Licitação/contratação				Consultas - processos de pregão - comprasnet				
Gêneros	Unid. de medida	Quantidade anual	Custo Unitário	UASG	Ata de pregão	Custo Unitário	Quantidade licitada	Custo Unitário médio
				158197 - Universida de Federal de Campina Grande - Centro de Formação de Professores	Pregão Eletrônico nº 012/2014 - 08 de outubro de 2014	1,87	22.000 Kg	
Feijão Mulatinho ou tipo carioca - tipo 1	Kg	35.152	6,18	158197 - Universida de Federal de Campina Grande	Pregão eletrônico nº 12/2014 - 08 de outrubro de 2014	2,18	7.000 Kg	3,25
				158409 - IFBA - Campus Vitória da Conquista	Pregão Eletrônico nº 3/2014 - 03 de outrubro de 2014	3,89	10.000 Kg	
				153071 - Universida de Federal da Paraíba	Pregão eletrônico nº 11/2015, 12 de junho de 2015	3,69	9.000 Kg	
Frango congelado (Coxa sobrecoxa)	Kg	41.010	12,65	783602 - Escola de Aprendizes Marinheiro s de Pernambuc o - Comando da marinha	Pregão Eletrônico nº 20/2014 - 04 de dezembro de 2014	4,89	31.920 Kg	4,91
				160036 - Comando Militar do Nordeste - 6ª Região militar Salvador/B A - Comando do Exército	Pregão eletrônico nº 20/2014 - 23 de outrubro de 2014	4,75	50.000 Kg	
				158196 - Universida de Federal de Campina Grande/PB - Hospital Universitári o Alcides Carneiro	Pregão eletrônico nº 050/2015 - 16 de abril de 2016	5,10	18.000 Kg	

Licitação/contratação				Consultas - processos de pregão - comprasnet				
Gêneros	Unid. de medida	Quantidade anual	Custo Unitário	UASG	Ata de pregão	Custo Unitário	Quantidade licitada	Custo Unitário médio
Carne moída, sem gordura congelada	Kg	20.993	12,04	153065 - Universida de Federal da Paraíba/PB	Pregão eletrônico nº 45/2014 - 23 de setembro de 2014	8,28	5.692 Kg (CARNE BOVINA IN NATURA, TIPO COXÃO MOLE, APRESENTAÇÃ O MOÍDA)	8,44
				153037 - Universida de Federal de Alagoas/L A	Pregão eletrônico nº 038/2014 - 14 de novembro de 2014	6,77	20.000 Kg (CARNE BOVINA IN NATURA, TIPO ACÉM, APRESENTAÇÃ O PEÇA INTEIRA, DESOSSADA, CONGELADA)	
				153074 - Universida de Federal da Paraíba	Pregão eletrônico nº 11/2015 - 02 de junho de 2015	10,28	3.069 Kg (CARNE BOVINA MOÍDA CONGELADA, tipo COXÃO MOLE)	
Polpa de fruta	Kg	42.963	4,56	155013 - Hospital universitári o Onofre Lopes - Natal/RN	Pregão Eletronico nº 5/2014 - 04 de março de 2015	3,90	11.500 Kg POLPA DE FRUTA - ACEROLA - De primeira qualidade; - Embalagem individual de 1 (um) Kg)	3,74
				153037 - Universida de Federal de Alagoas	Pregão eletrônico nº 50/2014 - 10 de novembro de 2014	2,81	12.000 Kg (SUCO, APRESENTAÇÃ O POLPA CONGELADA, SABOR CAJÚ, TIPO NATURAL)	
				783810 - Centro de Intendência da Marinha em Natal - comando da Marinha	Pregão eletrônico nº 31/2014 - 14 de outubro de 2014	4,50	27.641 Kg (SUCO, APRESENTAÇÃ O POLPA CONGELADA, SABOR GOIABA, TIPO NATURAL)	

Fonte: processo de licitação nº 426/2014 e consultas ao site comprasnet

Como se observa, para todos os gêneros alimentícios da amostra, os valores da proposta de preços da empresa contratada foram superiores à média de custos observados em processos de pregão eletrônicos constantes no comprasnet.

A seguir, apresenta-se síntese dessas diferenças:

Quadro – Diferenças entre custos licitados e os extraídos do comprasnet

Gêneros	Custos		Diferença	
	Custo proposta de preços	Custo Unitário médio (comprasnet)	R$	%
Leite em pó integral	25,11	13,65	11,46	84,0%
Açúcar	2,03	1,59	0,44	27,7%
Arroz parbolizado tipo 1	3,09	1,99	1,1	55,3%
Feijão Mulatinho ou tipo carioca - tipo 1	6,18	3,25	2,93	90,2%
Frango congelado (Coxa sobrecoxa)	12,65	4,91	7,74	157,6%
Carne moída, sem gordura congelada	12,04	8,44	3,6	42,7%
Polpa de fruta	4,56	3,74	0,82	21,9%

Fonte: processo de licitação nº 426/2014 e consultas ao site comprasnet

A maior diferença observada foi em relação ao gênero "frango congelado (coxa e sobrecoxa)", cuja variação percentual atingiu 157,6%. Ou seja, o preço considerado vencedor da licitação foi superior em 157,6% em relação à média de preços obtida para o mesmo gênero em pregões realizados pela Administração Pública Federal, conforme informações extraídas do banco de dados do comprasnet.

A menor diferença apresentada ocorreu no tocante ao gênero "polpa de fruta", cuja variação positiva alcançou 21,90%.

Já em relação às análises comparativas para o programa "EMEF", obteveram-se os seguintes resultados:

Quadro – comparação custos unitários – EMEF

Licitação/contratação				Consultas - processos de pregão - comprasnet				
Gêneros	Unid. de medida	Quantidade anual	Custo Unitário	UASG	Ata de pregão	Custo Unitário	quantidade licitada	Custo Unitário médio
Leite em pó integral	Kg	98.026	25,70	160047 - 10 ª Região Militar - Comando Militar do Nordeste - Comando do Exército - Fortaleza/CE	Pregão Eletrônico nº 04/2015 - 19/05/2015	11,99	30.200 Kg	13,65
				10ª Região militar - Fortaleza/CE	Pregão nº 07/2015 - 19/10/2015	13,86	91.000 Kg	

Licitação/contratação				Consultas - processos de pregão - comprasnet				
Gêneros	Unid. de medida	Quantidade anual	Custo Unitário	UASG	Ata de pregão	Custo Unitário	quantidade licitada	Custo Unitário médio
				160036 - 6ª Região Militar - Comando do Exército - Salbador/BA	Pregão eletrônico nº 20/2014 - 23 de outrubro de 2014	15,10	30.000 Kg (LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTANEO)	
Açúcar	Kg	141.771	2,59	160050 - Hospital Geral de Fortaleza/CE	Pregão Eletrônico nº 2/2015 - 26/06/2015	1,26	49.000 Kg	1,59
				158465 - IFPE - Campus Vitória de Santo Antão	Pregão Eletrônico nº 2/2015 -21 de maio de 2015	1,62	41.530 Kg	
				153038 - Universidade Federal da Bahia	Pregão eletrônico nº 26/2014 - 12 de janeiro de 2015	1,88	50.000 Kg	
Arroz parbolizado tipo 1	Kg	214.850	3,68	160047 - 10ª Região militar - Fortaleza/CE	Pregão Eletrônico nº 04/2015 - 19/05/2015	1,92	117.000 Kg	1,99
				158465 - IFPE - Campus Vitória de Santo Antão	Pregão Eletrônico nº 04/2015 - 19/05/2015	2,19	29.812 Kg	
				158197 - Universidade Federal de Campina Grande - Centro de Formação de Professores	Pregão Eletrônico nº 012/2014 - 08 de outrubro de 2014	1,87	22.000 Kg	
Feijão Mulatinho ou tipo carioca - tipo 1	Kg	87.512	7,40	158197 - Universidade Federal de Campina Grande	Pregão eletrônico nº 12/2014 - 08 de outrubro de 2014	2,18	7.000 Kg	3,25
				158409 - IFBA - Campus Vitória da Conquista	Pregão Eletrônico nº 3/2014 - 03 de outubro de 2014	3,89	10.000 Kg	

Licitação/contratação				Consultas - processos de pregão - comprasnet				
Gêneros	Unid. de medida	Quantidade anual	Custo Unitário	UASG	Ata de pregão	Custo Unitário	quantidade licitada	Custo Unitário médio
				153071 - Universidade Federal da Paraíba	Pregão eletrônico nº 11/2015, 12 de junho de 2015	3,69	9.000 Kg	
Frango congelado (Coxa sobrecoxa)	Kg	182.231	15,31	783602 - Escola de Aprendizes Marinheiros de Pernambuco - Comando da marinha	Pregão Eletrônico nº 20/2014 - 04 de dezembro de 2014	4,89	31.920 Kg	4,91
				160036 - Comando Militar do Nordeste - 6ª Região militar Salvador/BA - Comando do Exército	Pregão eletrônico nº 20/2014 - 23 de outrubro de 2014	4,75	50.000 Kg	
				158196 - Universidade Federal de Campina Grande/PB - Hospital Universitário Alcides Carneiro	Pregão eletrônico nº 050/2015 - 16 de abril de 2016	5,10	18.000 Kg	
Carne moída, sem gordura congelada	Kg	20.993	22,35	153065 - Universidade Federal da Paraíba/PB	Pregão eletrônico nº 45/2014 - 23 de setembro de 2014	8,28	5.692 Kg (CARNE BOVINA IN NATURA, TIPO COXÃO MOLE, APRESENTAÇÃO MOÍDA)	8,44
				153037 - Universidade Federal de Alagoas/LA	Pregão eletrônico nº 038/2014 - 14 de novembro de 2014	6,77	20.000 Kg (CARNE BOVINA IN NATURA, TIPO ACÉM, APRESENTAÇÃO PEÇA INTEIRA, DESOSSADA, CONGELADA)	
				153074 - Universidade Federal da Paraíba	Pregão eletrônico nº 11/2015 - 02 de junho de 2015	10,28	3.069 Kg (CARNE BOVINA MOÍDA CONGELADA, tipo COXÃO MOLE)	

Licitação/contratação				Consultas - processos de pregão - comprasnet				
Gêneros	Unid. de medida	Quantidade anual	Custo Unitário	UASG	Ata de pregão	Custo Unitário	quantidade licitada	Custo Unitário médio
Polpa de fruta	Kg	203.666	5,47	155013 - Hospital universitário Onofre Lopes - Natal/RN	Pregão Eletronico nº 5/2014 - 04 de março de 2015	3,90	11.500 Kg POLPA DE FRUTA - ACEROLA - De primeira qualidade; - Embalagem individual de 1 (um) Kg)	3,74
				153037 - Universidade Federal de Alagoas	Pregão eletrônico nº 50/2014 - 10 de novembro de 2014	2,81	12.000 Kg (SUCO, APRESENTAÇÃO POLPA CONGELADA, SABOR CAJÚ, TIPO NATURAL)	
				783810 - Centro de Intendência da Marinha em Natal - comando da Marinha	Pregão eletrônico nº 31/2014 - 14 de outubro de 2014	4,50	27.641 Kg (SUCO, APRESENTAÇÃO POLPA CONGELADA, SABOR GOIABA, TIPO NATURAL)	

Fonte: processo de licitação nº 426/2014 e consultas ao site comprasnet

A seguir, demonstra-se síntese das diferenças encontradas entres os custos unitários considerados vencedores da licitação e aqueles obtidos mediante consulta ao comprasnet:

Quadro – Diferenças entre custos licitados e os extraídos do comprasnet

Gêneros	Custos		Diferença	
	Custo proposta de preços	Custo Unitário médio (comprasnet)	R$	%
Leite em pó integral	25,7	13,65	12,05	88,3%
Açúcar	2,59	1,59	1,00	62,9%
Arroz parbolizado tipo 1	3,68	1,99	1,69	84,9%
Feijão Mulatinho ou tipo carioca - tipo 1	7,4	3,25	4,15	127,7%
Frango congelado (Coxa sobrecoxa)	15,31	4,91	10,4	211,8%
Carne moída, sem gordura congelada	22,35	8,44	13,91	164,8%

Gêneros	Custos		Diferença	
	Custo proposta de preços	Custo Unitário médio (comprasnet)	R$	%
Polpa de fruta	5,47	3,74	1,73	46,3%

Fonte: processo de licitação nº 426/2014 e consultas ao site comprasnet

Como se verifica, todos os itens apresentaram valores unitários superiores em relação aos custos extraídos do comprasnet. A maior diferença foi observada para o gênero "frango congelado (Coxa sobrecoxa)", cuja variação positiva atingiu 211,8%. A menor variação ocorreu em relação ao gênero "polpa de fruta", com um percentual de 46,3 %.

Em termos de repercussão financeira correspondente à variação de preços unitários contratados em relação ao valor obtido mediante pesquisa de preços, considerando a totalidade dos itens da amostra e suas respectivas quantidades, constatou-se que para a modalidade de educação "Mais Educação" ocorreu uma variação total de R$ 826.073,30, equivalente a 52,3 %, e para a modalidade "EMEF" observou-se uma variação total de R$ 4.588.862,22, correspondente a 111,7%.

Tabela – repercussão financeira – Mais Educação

Gêneros alimentícios	Unid medida	qte anual	Custo - Contratação		Custo - pesquisa de preços		Diferença entre custos		
			unitário	total Anual	unitário	total Anual	unitário	total Anual	%
Leite em pó integral	Kg	53.704	21,47	1.153.024,88	13,65	733.059,60	7,82	419.965,28	57,3%
Açúcar cristal	Kg	43.490	1,74	75.672,60	1,59	69.149,10	0,15	6.523,50	9,4%
Arroz Parboilizado tipo 1	Kg	61.516	2,64	162.402,24	1,99	122.416,84	0,65	39.985,40	32,7%
Feijão Mulatinho ou tipo carioca - tipo 1	Kg	35.152	5,28	185.602,56	3,25	114.244,00	2,03	71.358,56	62,5%
Frango congelado (Coxa sobrecoxa)	Kg	41.010	10,82	443.728,20	4,91	201.359,10	5,91	242.369,10	120,4%
Carne moída, sem gordura congelada	Kg	20.993	10,30	216.227,90	8,44	177.180,92	1,86	39.046,98	22,0%
Polpa de fruta	Kg	42.963	3,90	167.555,70	3,74	160.681,62	0,16	6.874,08	4,3%
Total				2.404.214,08		1.578.091,18		826.122,90	52,3%

Fonte: processo de licitação nº 426/2014 e consultas ao site comprasnet

Em relação ao "Mais E7ducação", observa-se que o custo total contratado para os itens da amostra mostrou-se 52,3% mais elevado que o custo obtido por meio da pesquisa de preços. Salienta-se que os custos contratados indicados na coluna "contratação" foram reduzidos linearmente em 14,49% em relação aos preços constantes na proposta de preços vencedora, em virtude, conforme já relatado, da empresa vencedora da licitação ter apresentado, após a fase de lances, nova proposta de preços, na qual consta uma redução no custo unitário por refeição para o valor de R$ 2,30.

Tabela – repercussão financeira – EMEF

Gêneros alimentícios	Unid medida	qte anual	Custo - Contratação		Custo - pesquisa de preços		Diferença entre custos		
			unitário	total Anual	unitário	total Anual	unitário	total Anual	%
Leite em pó integral	Kg	98.026	25,70	2.519.268,20	13,65	1.338.057,63	12,05	1.181.213,30	88,3%
Açúcar cristal	Kg	141.771	2,59	367.186,89	1,59	225.415,13	1,00	141.771,00	62,9%
Arroz Parboilizado tipo 1	Kg	214.850	3,68	790.648,00	1,99	427.552,30	1,69	363.096,50	84,9%
Feijão Mulatinho ou tipo carioca - tipo 1	Kg	87.512	7,40	647.588,80	3,25	284.414,52	4,15	363.174,80	127,7%
Frango congelado (Coxa sobrecoxa)	Kg	182.231	15,31	2.789.956,61	4,91	894.753,82	10,40	1.895.202,40	211,8%
Carne moída, sem gordura congelada	Kg	20.993	22,35	469.193,55	8,44	177.184,80	13,91	292.012,63	164,8%
Polpa de fruta	Kg	203.666	5,47	1.114.053,02	3,74	761.710,54	1,73	352.342,18	46,3%
Total				8.697.895,07		4.109.088,73		4.588.812,81	111,7%

Fonte: processo de licitação nº 426/2014 e consultas ao site comprasnet

Para o "EMEF", os preços contratados revelaram-se 111,7% maiores, em média, quando comparados com preços obtidos por meio da pesquisa de preços.

Conjuntamente, considerando os itens da amostra das modalidades de ensino "Mais Educação" e "EMEF", constatou-se que os preços contratados foram superiores em R$ 5.414.935,71, quando confrontados com os preços dos mesmos gêneros alimentícios extraídos de outras compras governamentais realizadas e registradas no sítio do comprasnet.

Essa importância corresponde a 41,04% do montante contratado, R$ 13.191.488,64.

Repise-se que os custos trazidos neste ponto, pagos pela Prefeitura no âmbito do Processo Licitatório n.º 426/2014, incluem, além dos custos dos gêneros alimentícios em si, gastos indiretos com prestação de serviços tais como, transporte, mão de obra, logística, equipamentos, utensílios e sua manutenção, bem como impostos e BDI, custos esses não existentes nas licitações pesquisadas no sistema Comprasnet.

Dessa forma verifica-se que essa forma de licitação encarece a aquisição de gêneros alimentícios, e como se verá em outros pontos deste relatório, tais custos não trazem ganhos proporcionais à prestação de serviço de fornecimento de merenda aos escolares.

Manifestação da Unidade Examinada

Não houve manifestação da unidade examinada para este item.

Análise do Controle Interno

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após a apresentação dos fatos, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo "fato".

2.2.4. Custo pago pela utilização de equipamentos de cozinha superior ao seu custo de aquisição. Aumento no custo de utilização de equipamentos de 40,79% em relação ao contrato anterior.

Fato

Conforme já explicitado neste relatório, em virtude da Prefeitura Municipal ter consolidado em um só objeto de licitação, a prestação de serviços e o fornecimento de gêneros alimentícios, no tocante ao processo nº 426/2014, o custo unitário por refeição agregou, além de outros componentes de custo, o item *"aquisição e substituição de utensílios de cozinha e eletrodomésticos, quando necessários bem como a manutenção preventiva e corretiva"*.

A participação média desse item de custo, considerando os custos estimados na licitação, por refeição, para todos os programas educacionais, foi equivalente a, aproximadamente, 10,72 % do custo total unitário referente a cada programa.

Numa perspectiva global, o valor total desse item de custo, computado a partir do montante estimado da licitação, é de R$ 1.862.599,81.

Considerando o valor total contratado, R$ 13.191.488,64, esse componente de custo, na média da sua contribuição a cada programa escolar (tipo de refeição), é estimado em R$ 1.414.127,51.

O subitem 9.22 – do contrato nº 41/2015, firmado com a empresa Paulo Valderico Oliveira de Castro e Cia Ltda (CNPJ: 30.405.844/0001-05), em decorrência do processo de licitação, estabelece, como obrigação da contratada, a seguinte:

"Com relação aos utensílios, equipamentos e instalações, a empresa vencedora deverá:
a) Identificar todos os equipamentos e utensílios disponibilizados nas unidades escolares, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Prefeitura do Município de Petrolina, devendo disponibilizar os equipamentos e utensílios mínimos previstos nos ANEXOS, deste edital, para complementar os que porventura não comportem a demanda das Unidades Escolares".

O Anexo IX do Edital da Licitação nº 426/2014 informa a relação de equipamentos, utensílios, veículos e ambientes necessários a atender o disposto no subitem 5.0, "e", do anexo III (especificações técnicas do objeto/projeto básico), e ao subitem 9.22 do contrato celebrado com a empresa contratada.

São os seguintes os equipamentos e utensílios:

Quadro – Equipamentos e utensílios mínimos

Equipamentos		Utensílios	
Fogão industrial com 06 (seis) acendedores com forno	140	Conchas diversas grandes de inox	142

Equipamentos		Utensílios	
Geladeira duplex com 02 (duas) portas	142	Cuscuzeiro grande de alumínio com base nº 03	142
Freezer horizontal 02 (duas) tampas 477 litros	142	Balde de água 20 litros em polietileno na cor preta	142
Panela de pressão de alumínio 15 litros	142	Escumadeiras de macarrão em alumínio cabo longo	142
Panelas industriais de alumínio com média 30 litros, 02 (duas) em cada unidade escolar	284	Bacias plásticas de 18 litros em polietileno transcolor	142
Panelas industriais de alumínio com média 50 litros , 02 (duas) em cada unidade escolar	284	Balde de lixo com tampa 60 litros em polietileno	142
Butijão de gás – vasilhame para gás de 13 Kg, 02 (dois) em cada unidade escolar	284	Colheres plásticas em polietileno	44.600
		Escorredor de macarrão de alumínio de 30 cm	142
		Facas de mesa	142
		Facas de corte grande (açougue) de inox com cabo de plástico	142
		Copos de plásticos em polietileno	44.600
		Garrafas térmicas de 5 litros	142
		Pratos plásticos em polietileno	44.600
		Ralador inox	142
		Tábua de corte para carnes e vegetais em polietileno 02 (duas) para cada unidade escolar	284
		Facas para corte de verduras, legumes e frutas em inox com cabo plástico	142

Fonte: processo de licitação nº 426/2014 e contrato nº 41/2015

Objetivando verificar compatibilidade do valor total do componente de custo referente "*aos equipamentos e utensílios disponibilizados nas unidades escolares",* entre o valor global estimado para esse item de custo e os preços de mercado desses bens, foi realizada pesquisa de preços, em 07 de junho de 2017, por meio de consultas a sítios de empresas que comercializam os equipamentos e utensílios em relação aos quais a empresa contratada tem obrigação de disponibilizar às escolas.

A seguir, apresenta-se resultado dessa pesquisa:

Quadro – Pesquisa de preços – equipamentos e utensílios

Equipamentos	Qte	Custo unitário	Custo total	Fonte de pesquisa
Fogão industrial com 06 (seis) acendedores com forno	140	2.400,00	336.000,00	http://www.sofogoes.com/produto/fogoes-industr--baixa-pres-/fogao-industrial-6-bocas-40x40/2645
Geladeira duplex com 02 (duas) portas	142	1.179,00	167.418,00	http://www.americanas.com.br/categoria/eletrodomesticos/geladeira-refrigerador/geladeira-duplex-2-portas
Freezer horizontal 02 (duas) tampas 477 litros	142	1.969,00	279.598,00	http://www.pontofrio.com.br/Eletrodomesticos/Freezer/Horizontal/Freezer-Horizontal-02-Tampas-477-Litros---H500-6054829.html
Liquidificador industrial basculhante copo inox de 25 litros	142	1.595,90	226.617,80	http://www.americanas.com.br/produto/20774734/liquidificador-industrial-basculante-inox-25-litros-spolu?WT.srch=1&condition=NEW&epar=&epar=bp_pl_00_go_ep_todas_geral_gmv&gclid=CNjGsuKfrNQCFcWAkQodjScJpg&opn=YSMESP&sellerId=18169643000129&voltagem=220
Panela de pressão de alumínio 15 litros	142	329,00	46.718,00	https://www.zoom.com.br/panela-pressao/panela-de-pressao-15-l-097167-nigro
Panelas industriais de alumínio com média 30 litros, 02 (duas) em cada unidade escolar	284	155,00	44.020,00	http://www.casadofogao.com.br/loja/panela-de-aluminio-batido-n40.html
Panelas industriais de alumínio com média 50 litros , 02 (duas) em cada unidade escolar	284	219,00	62.196,00	http://www.casadofogao.com.br/loja/panela-de-aluminio-n50.html
Butijão de gás – vasilhame para gás de 13 Kg, 02 (dois) em cada unidade escola	284	50,00	14.200,00	http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/09/preco-do-botijao-de-gas-sobe-entre-8-e-10-em-pernambuco.html
Conchas diversas grandes de inox	142	106,82	15.168,44	https://www.submarino.com.br/produto/8112123/concha-grande-em-aco-inox-empresarial?WT.srch=1&condition=NEW&cor=Inox&epar=&epar=bp_pl_00_go_g35198&gclid=CNymqbS5rNQCFYSBkQodxz4DEA&opn=XMLGOOGLE&sellerId=9313127000135
Cuscuzeiro grande de alumínio com base nº 03	142	50,90	7.227,80	http://www.americanas.com.br/produto/21260461/cuscuzeiro-nordestino-extra-grande-7-7-litros-n-24?condition=NEW&pfm_carac=Cuscuzeiras&pfm_index=20&pfm_page=category&pfm_pos=grid&pfm_type=vit_product_grid
Balde de água 20 litros em polietileno na cor preta	142	10,28	1.459,76	http://www.suprimax.com/balde-plastico-20-litros-plastex.html

Equipamentos	Qte	Custo unitário	Custo total	Fonte de pesquisa
Escumadeiras de macarrão em alumínio cabo longo	142	16,54	2.348,68	https://www.submarino.com.br/produto/14290057/espumadeira-tipo-hotel-de-aluminio-n-12-ab-1643?WT.srch=1&condition=NEW&epar=&epar=bp_pl_00_go_g35210&gclid=CNGM9qm9rNQCFQQHkQod8_wPGQ&opn=XMLGOOGLE&sellerId=12501214000120
Bacias plásticas de 18 litros em polietileno transcolor	142	6,50	923,00	http://www.paranautilidades.com.br/produto/mh0006/bacia+plastica+canelada+18+litros+arqplast
Balde de lixo com tampa 60 litros em polietileno	142	19,90	2.825,80	https://www.submarino.com.br/produto/13051741/lixeira-canelada-60-lts?WT.srch=1&condition=NEW&epar=&epar=bp_pl_00_go_g35210&gclid=CJD_7tG-rNQCFUwFkQodpIgJtA&opn=XMLGOOGLE&sellerId=21264523000115
Colheres plásticas em polietileno	44.600	1,00	44.600,00	http://www.paranautilidades.com.br/?consulta=colher+plastica+merenda&page=consulta
Escorredor de macarrão de alumínio de 30 cm	142	24,90	3.535,80	http://www.americanas.com.br/produto/124293458/escorredor-de-macarrao-inox-euro?DCSext.recom=RR_item_page.rr1-ClickCP&condition=NEW&nm_origem=rec_item_page.rr1-ClickCP&nm_ranking_rec=1
Facas de mesa	142	3,01	427,42	http://www.americanas.com.br/produto/13148286/faca-de-mesa-em-inox-laguna-k901b?WT.srch=1&condition=NEW&epar=&epar=bp_pl_00_go_pla_rlsa_novos_gmv&gclid=CLrzmtnBrNQCFcMHkQodhKkOcA&opn=YSMESP&sellerId=18896798000167
Facas de corte grande (açougue) de inox com cabo de plástico	142	27,84	3.953,28	http://www.americanas.com.br/produto/11510662/faca-para-carne-inox-8-ultracorte-cabo-de-plastico-preto-tramontina-23861008?WT.srch=1&condition=NEW&epar=&epar=bp_pl_00_go_pla_rlsa_novos_gmv&gclid=CPuAsrjBrNQCFcUHkQodH7YMqQ&opn=YSMESP&sellerId=9313127000135
Copos de plásticos em polietileno	44.600	2,99	133.354,00	http://www.paranautilidades.com.br/?consulta=copo+plastico+merenda&page=consulta
Garrafas térmicas de 5 litros	142	26,90	3.819,80	http://www.americanas.com.br/produto/16504579/garrafa-termica-5-litros-aladdin-vermelho?WT.srch=1&condition=NEW&cor=vermelho&epar=&epar=bp_pl_00_go_pla_rlsa_novos_gmv&gclid=CMP9u8iQudQCFcmAkQodqaAIXg&opn=YSMESP&sellerId=14673436000156

Equipamentos	Qte	Custo unitário	Custo total	Fonte de pesquisa
Pratos plásticos em polietileno	44.600	4,49	200.254,00	http://www.paranautilidades.com.br/produto/1028/prato+fundo+plastico+infantil+merenda+escolar
Ralador inox	142	22,90	3.251,80	http://www.americanas.com.br/produto/114586169/ralador-aco-inox-4-fases-hercules?condition=NEW&pfm_carac=ralador+inox&pfm_index=2&pfm_page=search&pfm_pos=grid&pfm_type=search_page+
Tábua de corte para carnes e vegetais em polietileno 02 (duas) para cada unidade escolar	284	75,05	21.314,20	http://www.utilplast.com.br/tabua_de_corte_de_polietileno_duchefe_branca_33_x_25_cm_-_18943/p?idsku=18943&gclid=CNqyxZW_rNQCFUsEkQodzz8HJg
Facas para corte de verduras, legumes e frutas em inox com cabo plástico	142	19,99	2.838,58	http://www.casaevideo.com.br/faca-do-chef-3910-mor/p?idsku=6721&gclid=CLWMkYS_rNQCFYcFkQodlm8ENA

Considerando a totalidade (quantidade) dos equipamentos e utensílios a serem disponibilizados às escolas e os custos unitários obtidos mediante pesquisa de preços, o montante do custo obtido na pesquisa foi de R$ 1.624.070,16.

De acordo com a forma de apropriação e determinação dos custos do objeto licitado, a Prefeitura municipal desembolsará, em caso de execução total do contrato, o valor aproximado de R$ 1.414.127,00, pela efetiva utilização desses bens.

Constata-se, contudo, que o valor global estimado para esse componente de custo é muito próximo ao valor de mercado da totalidade dos equipamentos e utensílios, conforme pesquisa de preços, demonstrado, com isso, que a Prefeitura municipal poderia ter adquirido todos esses equipamentos, diferentemente do caso em questão, já que os equipamentos e utensílios são disponibilizados pela empresa contratada. A prefeitura apenas pagou pelo uso, disponibilidade, desses ativos.

Salienta-se que os preços de mercado objeto da pesquisa foram os vigentes na data da realização desse procedimento, 07 de junho de 2017.

O valor referente ao componente de custo "*equipamentos e utensílios disponibilizados nas unidades escolares",* foi definido na data de apresentação da proposta de preços da empresa vencedora da licitação, 21 de janeiro de 2015.

Para tornar esses preços comparáveis em um mesmo momento de tempo, já que o período decorrido entre a proposta de preços e a realização de pesquisa está contaminado pelos efeitos inflacionários, foram realizados cálculos de expurgo desses efeitos por meio da deflação do valor R$ 1.624.070,16 (pesquisa de preços), utilizando a série histórica do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A escolha do IPCA decorreu do fato de ser o índice oficial do Governo Federal para definição das metas de inflação.

Após esses cálculos de deflação, observou-se que em janeiro de 2015, o valor total da pesquisa de preços, R$ 1.624.070,16, seria equivalente, em termos aproximados, a R$ 1.378.262,99 (preços em 2015).

Após o expurgo dos efeitos inflacionários para o período mencionado, o valor aproximado de aquisição dos equipamentos e utensílios seria equivalente a R$ 1.378.262,99, a preços constantes de janeiro de 2015, e o valor total do componente de custo referente aos equipamentos e utensílios disponibilizados às escolas foi correspondente a R$ 1.414.127,51, a preços constantes também de janeiro de 2015.

Salienta-se que o montante de R$ 1.414.127,51 é composto pela disponibilidade de equipamentos e utensílios, além da manutenção preventiva e corretiva desses bens e daqueles de propriedade da Prefeitura, disponíveis nas cozinhas das escolas.

Contudo, não consta no processo de licitação, a forma de participação proporcional desses diferentes itens (disponibilidade de equipamentos/utensílios e manutenção) no valor total do custo.

Constatou-se, portanto, que a Prefeitura Municipal contratou a disponibilidade dos equipamentos por um valor 17,83 % superior àquele que seria necessário para adquirir os equipamentos, demostrando completa ausência de razoabilidade.

A contratação da disponibilidade desses bens implica na pertinente devolução dos equipamentos por ocasião do encerramento do contrato, em nada acrescentando ao patrimônio da Prefeitura, ainda que o valor contratado se mostrasse suficiente para a aquisição dos ativos e, por consequência, para a formação de patrimônio, de forma que a prefeitura, em contratações futuras, não incorresse nesses tipos de gastos.

Contudo, além de ter contratado a disponibilidade de equipamentos por valor superior ao custo total de aquisição, a Prefeitura reincidiu no mesmo custo, em 2016 e 2017, uma vez que o contrato ainda está vigente, mediante a emissão de termos aditivos de prazo.

O 3º termo aditivo ao contrato nº 41/2015, de 06 de fevereiro de 2017, prorrogou o prazo contratual, cuja vigência compreende o período de 21 de abril de 2017 a 21 de junho de 2017.

Dessa forma, considerando os exercícios de 2015, 2016 e 2017, a prefeitura contratou potencialmente o valor de R$ 3.063.942,83, referente ao item de custo de disponibilidade de equipamentos e utensílios, conforme explicitado a seguir:

Quadro – valores proporcionais aos exercícios de execução contratual - custo "equipamentos e utensílios"

Exercício	Valor	Observações
2015	1.414.127,51	Valor anual
2016	1.414.127,51	Valor anual
2017	235.687,83	Valor proporcional – 02 meses

Fonte: processo de licitação nº 426/2014, contrato nº 41/2015 e termos aditivos

Portanto, esse montante é duas vezes o valor equivalente da aquisição dos equipamentos e utensílios. Caso a Prefeitura houvesse adquirido os equipamentos e utensílios no exercício da contratação (2015), não teria incorrido nesses custos de disponibilidade dos bens nos

exercícios de 2016 e 2017. Potencialmente, não incorreria em gastos equivalentes a R$ 1.694.815,34.

Verificou-se, também, que o componente do custo unitário total, "e*quipamentos e utensílios disponibilizados nas unidades escolares",* presente no contrato nº 41/2015, mostrou-se superior ao mesmo tipo de custo vigente na contratação anteriormente realizada pela Prefeitura Municipal.

A Prefeitura municipal contratou a mesma empresa, Paulo Valderico Oliveira de Castro e Cia Ltda (CNPJ: 30.405.844/0001-05), por meio do contrato nº 18/2011, de 11 de janeiro de 2011, para a prestação de serviços contínuos de fornecimento de alimentação escolar, incluindo o acompanhamento, supervisão e fiscalização do pré-preparo, preparo e distribuição de merenda, com o fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos necessários, logística, manutenção preventiva e corretiva dos utensílios utilizados, para atender ao programa de alimentação escolar nas unidades educacionais, creches e entidades conveniadas de responsabilidade do município de Petrolina/PE.

A execução contratual permaneceu em vigor até 10 de fevereiro de 2015, conforme 9º termo aditivo ao contrato.

De forma similar à situação verificada no contrato nº 41/2015, a Prefeitura incorporou em um mesmo objeto contratado, o fornecimento de gêneros alimentícios e prestação de serviços, sendo o custo unitário total composto por custos individualizados, pertinentes a cada um desse itens.

Conforme planilha de composição de preços que integrou a proposta de preços da empresa contratada, os custos estavam assim discriminados:

Quadro – Composição de custos – Contrato nº 18/2011

Itens de custo	EMEF	EJA	CEI e Pré-escolar
mão de obra	0,1	0,11	0,6
Insumos	0,14	0,15	0,7
Transporte logística	0,13	0,1	0,4
Equipamento utensílio e manutenção	0,04	0,04	0,1
Impostos	0,14	0,15	0,6
Administração	0,12	0,12	0,12
BDI	0,08	0,08	0,08
Custo unitário total	0,75	0,75	2,6

Fonte: Contrato nº 18/2011

Em análise à planilha de preços, observa-se que a participação média do componente de custo *"equipamentos e utensílios disponibilizados e manutenção*" em relação aos custos unitários totais foi de 4,8 %. Considerando o valor total contratado, R$ 8.550.670,00, esse componente de custo foi equivalente a R$ 410.432,16.

Conforme informações constantes na proposta de preços da empresa contratada, a quantidade diária de refeições, base da estimativa dos gêneros alimentícios adquiridos e demais

componentes de custo, foi correspondente a 37.386. Portanto, o componente de custo "*equipamentos e utensílios disponibilizados e manutenção*" foi de R$ 0,06, por refeição diária, considerando a média desses componentes de custos.
Com a finalidade de comparar o valor desse componente de custo contratado em 2011 com o mesmo componente de custo contratado em 2015, inicialmente, foi realizada a atualização monetária do valor de R$ 0,06 inflação do período (fevereiro de 2011 a janeiro de 2015), utilizando a série histórica do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

Após a atualização monetária, verificou-se que o valor do componente de custo "*equipamentos e utensílios disponibilizados e manutenção*" a preços constante de janeiro/2015 foi de R$ 0,076, por refeição diária.

O valor total do componente de custo, considerando a quantidade total de refeições por ano escolar, foi de R$ 649.871,13.

Na contratação realizada por meio do contrato nº 41/2015, o valor total anual do componente de custo "*equipamentos e utensílios disponibilizados e manutenção*" foi de R$ 1.414.127,51. O custo por refeição desse montante foi de R$ 0,107. Para esse contrato foram estimadas 48.161 refeições diárias e 204 dias letivos.

Portanto, observa-se que a Prefeitura municipal contratou o mesmo componente de custo com um valor superior em 40,79 % .

Quadro – Diferença de custos para o mesmo componente - "equipamentos e utensílios disponibilizados e manutenção"

2011 (contrato nº 18/2011)		2015 (contrato nº 41/2015)		Diferença	
Valor unitário do componente de custo	Valor total médio anual do componente de custo	Valor unitário do componente de custo	Valor total médio anual do componente de custo	Valor unitário do componente de custo	Valor total médio anual do componente de custo
0,076	649.871,13	0,107	1.414.127,51	0,031	764.256,38

Fonte: contrato nº 41/2015 e nº 18/2011

Manifestação da Unidade Examinada

Não houve manifestação da unidade examinada para este item.

Análise do Controle Interno

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após a apresentação dos fatos, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo "Fato."

2.2.5. Ausência de comprovação da disponibilização de equipamentos e utensílios às escolas

Fato

Além das situações de divergências de valores do componente de custo "*equipamentos e utensílios disponibilizados e manutenção*" em relação aos preços de mercado, como também, no tocante aos valores anteriormente contratados, conforme explicitado neste relatório, constatou-se, ainda, que o contratado não comprovou ter disponibilizado às unidades escolares os equipamentos e utensílios elencados no anexo IX do Edital da Licitação nº 426/2014, conforme obrigação contratual estabelecida ao subitem 9.22 do contrato nº 41/2015.

Foi requerido à Prefeitura Municipal, por intermédio da solicitação de fiscalização nº 11/2017, relação de bens (equipamentos e utensílios de cozinha, freezers, fogões, geladeiras, dentre outros) disponibilizados pela empresa às escolas em virtude da execução do contrato.

Em resposta, a prefeitura municipal apresentou como comprovação da entrega de equipamentos e utensílios às escolas, tão somente, formulários intitulados "requisição", onde constam identificação da escola, data, assinatura do responsável e a indicação da quantidade e especificação de bens.

Esses formulários não estão acompanhados de documentação fiscal (notas fiscais) dos equipamentos e utensílios de forma a caracterizar a perfeita identificação de cada um deles, demonstrando que o contratado é o efetivo proprietário ou detentor da posse dos bens.

Salienta-se que, conforme disposto no subitem 9.22 do contrato nº 41/2014, cabe obrigatoriamente ao contratado, "*Identificar todos os equipamentos e utensílios disponibilizados nas unidades escolares, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Prefeitura do Município de Petrolina"*.

Para essa identificação, portanto, é necessária a comprovação de que os equipamentos e utensílios são de propriedade ou posse do contratado.

Adicionalmente, foram realizadas visitas a onze escolas mantidas pelo município de Petrolina/PE objetivando, além de outras verificações, analisar os controles sobre os equipamentos e utensílios alocados às cozinhas, além de averiguar o efetivo atendimento ao disposto no subitem 9.22 – do contrato nº 41/2015, quanto à identificação dos bens disponibilizados pela empresa contratada às escolas.

Observou-se, inicialmente, que vários equipamentos estavam identificados com etiquetas patrimoniais da própria Prefeitura municipal. Para essas situações foi realizado cotejo com informações extraídas de relatório patrimonial (relatório de bens por local) disponibilizado pelos gestores municipais, a fim de verificar a adequação dos controles patrimoniais.

Verificaram-se situações de equipamentos que constavam nas relações patrimoniais, mas que não foram localizados nas cozinhas. Também foram identificados equipamentos com etiquetas patrimoniais, sem contudo, constarem nas relações de controle patrimonial.

Em apenas uma unidade educacional, a escola Anele Rolim, foram identificados equipamentos (01 fogão industrial e um liquidificador industrial) com indicação sugestiva de que foram disponibilizados pela empresa contratada.

Foto - Fogão industrial com placa de identificação “ CP 025” – Petrolina/PE, 06 de abril de 2017.	Foto - Fogão industrial com placa de identificação “ CP 025” – Petrolina/PE, 06 de abril de 2017.

Foto – Liquidificador industrial com placa de identificação “ CP 026” – Petrolina/PE, 06 de abril de 2017.	Foto – Liquidificador industrial com placa de identificação “ CP 026” – Petrolina/PE, 06 de abril de 2017.

Em vários documentos contidos no processo de licitação, há a indicação de que a empresa contratada utiliza o nome “Comida Pronta” em conjunto com o nome empresarial “Paulo Valderico Oliveira de Castro e CIA Ltda”. A numeração inscrita nas etiquetas de identificação desses equipamentos é iniciada pelas letras “CP”, sugerindo, dessa forma, que esses equipamentos foram disponibilizados pela empresa contratada.

Merece destaque a disposição contida na letra “d”, subitem 9.22, do contrato nº 41/2015, a qual assevera, como obrigação do contratado: “*retirar por sua conta e risco dos locais de trabalhos, os equipamentos e utensílios de sua propriedade dentro de 10 (dez) dias após o término do contrato”*.

Em virtude das disposições contratuais, bem como, à situação relatada, no sentido da ausência de comprovação pelo contratado da propriedade ou posse dos bens instalados nas cozinhas das unidades educacionais, emerge um risco grave ao patrimônio da Prefeitura municipal, assim também, à continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escoar executado localmente, pois, findo o contrato, a empresa contratada poderá retirar equipamentos e utensílios, em relação aos quais não houve a comprovação de posse ou propriedade.

Manifestação da Unidade Examinada

Não houve manifestação da unidade examinada para este item.

Análise do Controle Interno

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após a apresentação dos fatos, a análise do controle interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo "fato."

2.2.6. Ausência da disponibilização dos meios de transporte e mão de obra contratados por meio do Processo Licitatório n.º 426/2014. Superfaturamento no valor de R$ 2.678.678,59 no exercício de 2015.

Fato

Conforme já explicitado neste relatório, em virtude da Prefeitura Municipal ter consolidado em um só objeto de licitação, a prestação de serviços e o fornecimento de gêneros alimentícios, no tocante ao processo nº 426/2014, o custo unitário por refeição agregou, também, além de outros componentes de custo, o item *"transporte, mão de obra e logística"*.

A participação média desse item de custo, considerando os custos estimados na licitação, por refeição, para todos os programas educacionais, foi equivalente a, aproximadamente, 27,26 % do custo total unitário referente a cada programa.

Numa perspectiva global, o valor total desse item de custo, computado a partir do montante estimado da licitação, é de R$ 4.731.424,45.

Considerando o valor total contratado, R$ 13.191.488,64, esse componente de custo, na média da sua contribuição a cada programa escolar (tipo de refeição), é estimado em R$ 3.595.999,80.

O Anexo III do processo de licitação informa as "*especificações técnicas do objeto/projeto básico"*.

No subitem 2 (especificações do objeto da licitação) desse anexo, destacam-se como parte componente do item de custo "*transporte, mão de obra e logística":*
"
...
- Serviços de estocagem, distribuição e logística por conta da empresa;
- Dispor de frota mínima e apropriada –para a execução do objeto
- Serviço de estocagem e distribuição dos produtos fornecidos pelos produtores da Agricultura Familiar por conta da empresa
...".

Nas letras "a" e "n", do subitem 5.0 - responsabilidades da contratada, do Anexo III, constam como obrigações relacionadas ao item de custo, as seguintes:
"a) Disponibilizar funcionários, devidamente identificados por crachás e fardamento da empresa, em número suficiente para garantir a entrega em todas as unidades escolares e para fiscalização do objeto".
"n) Receber no depósito da contratada e distribuir nas unidades escolares os produtos oriundos da agricultura familiar, comprados pela PMP/SEDUC, utilizando meios próprios e adequados de logística, conforme orientação nutricionista e obedecendo a legislação vigente."

Em atendimento à letra "a" do subitem 5.0, a empresa contratada apresentou em sua proposta de preços a composição da equipe de funcionários destinada a atender o objeto do contrato, conforme a seguir:

Tabela – Composição quadro de funcionários para atendimento ao objeto contratado

Cargo	quantidade	Preço mensal do posto	total mensal por posto
Gerente de logística	1	4.989,44	4.989,44
Coodenador de logística	2	3.935,34	7.870,68
Moto Boy	2	2.314,84	4.629,68
Motorista	18	3.473,94	62.530,92
Ajudante	18	2.092,62	37.667,16
Nutricionista	6	3.874,92	23.249,52
Total	47		140.937,40

Fonte: Processo de licitação 426/2014.

Salienta-se que o valor total mensal por posto contém o salário e todos os tributos e encargos sociais pertinentes.

A partir desses valores, observa-se que o montante referente a mão de obra disponibilizada ao contrato é de R$ 1.832.186,20, considerando o período de execução contratual, qual seja, um ano.

Em análise às informações extraídas da Relação Anual de Informações Sociais-RAIS do Ministério do Trabalho, para o ano-base de 2015, e CNPJ 35.405.844/0001-05 (empresa contratada), constatou-se que não havia a quantidade de funcionários registrados nesse banco de dados correspondente ao quantitativo constante na proposta de preços.

Em relação aos cargos de coordenador de logística e ajudante, não constam registros na RAIS da contratação desses funcionários pela empresa Paulo Valderico Oliveira de Castro e Cia Ltda., para o ano-base de 2015.

Já no tocante aos cargos de motorista, nutricionista e moto boy, embora constem registros da contratação desses profissionais, as quantidades de registro mensal de trabalho desses funcionários são inferiores àquelas incluídas na proposta de preços.

As quantidades de meses de registro de funcionários na RAIS para o ano-base de 2015, foram as seguintes:

Quadro – Efetivo registro mensal de profissionais na RAIS

Profissional	Números de profissionais registrados em 2015	Números de meses de efetivo registro em 2015 - RAIS
Nutricionista	5	39
Moto boy	1	12
Motorista	14	107

Fonte : Relação Anual de Informações Sociais-RAIS do Ministério do Trabalho/2015

Em relação ao cargo de nutricionista, constatou-se o registro 05 profissionais contratados no ano de 2015, contudo, alguns deles foram desligados ao longo do mesmo ano, de maneira que o total de meses onde ocorreram registros e, portanto, efetiva atividade profissional no decorrer de 2015, foi de 39.

Não obstante ter ocorrido registro de contratação do profissional de nutrição em 39 meses durante o ano de 2015, a empresa contratada estipulou em sua proposta de preços, 72 meses de trabalho desse profissional, uma vez que incorporou no custo unitário do contrato, 06 nutricionistas para o período de vigência do contrato(01 ano).

Em relação ao profissional "moto boy", a empresa fez constar em sua proposta de preços a quantidade de 02 desses funcionários, embora, conste na RAIS apenas um profissional dessa categoria registrado pela contratada.

No tocante ao profissional "motorista", além da empresa contratada ter registrado na RAIS uma quantidade inferior aquela contida em sua proposta de preços, vários deles foram desligados ao longo de 2015. Dessa forma, em termos de meses de registro na RAIS, ou seja, efetiva atividade laboral, foram computados 107 registros mensais.

Entretanto, a empresa incluiu em sua proposta de preços, 216 meses (18 profissionais para um ano de execução contratual) de efetiva atividade profissional visando atender o objeto do contrato.

Considerando as diferenças entre as quantidades de meses de exercício profissional contidas na proposta de preços e as quantidades de efetivo registro na RAIS, para as diversas categorias de funcionários e período de execução contratual, observa-se a seguinte repercussão financeira, em prejuízo potencial à contratada, tendo em vista que o contratado ofertou, disponibilizou, uma quantidade de trabalho inferior ao quantitativo contratado, conforme análise comparativa entre os registro na RAIS e sua proposta de preços.

Tabela – Repercussão financeira decorrente de disponibilização de item de custo em quantidade inferior àquela contratada

	Proposta de preços da contratada			Registro na RAIS	Diferença	Repercussão financeira
Profissional	Número de profissionais	Preço mensal do posto	Qte. meses de atividade profissional	Qte. Meses	Qte da proposta de preços X registro na RAIS	Proposta de preços X registro na RAIS
Coodenador de logística	2	4.989,44	24	0	24	119.746,56
Moto Boy	2	2.314,84	24	12	12	27.778,08
Motorista	18	3.473,94	216	107	109	378.659,46
Ajudante	18	2.092,62	216	0	216	452.005,92
Nutricionista	6	3.874,92	72	39	33	127.872,36
Total						1.106.062,38

Fonte: Processo de licitação nº 426/2014 e Relação Anual de Informações Sociais-RAIS do Ministério do Trabalho/2015

Como resultado da análise comparativa entre as quantidades constantes na proposta de preços e os registros contidos na RAIS, constatou-se uma repercussão financeira de R$ 1.106.062,38, referente a oferta de mão de obra em quantidade inferior à contratada.

A essa importância pode ser ainda acrescido o valor de R$ 1.290.405,66, caso essa situação tenha se repetido em 2016 e 2017, uma vez que o contrato tem vigência até 21 de junho de 2017. Portanto, em caso de reincidência, o montante de prejuízo potencial à contratante pode alcançar R$ 2.396.468,04. Ocorre, contudo, que as informações da RAIS referentes aos anos-base 2016 e 2017 ainda não se encontram disponíveis para consulta.

Adicionalmente, salienta-se que a empresa Paulo Valderico Oliveira de Castro e Cia Ltda. possui vínculo contratual com a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, prestando serviços de fornecimento de alimentação escolar, conforme informações sobre pagamentos realizados no exercício de 2015, extraídas do sítio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. O montante desses pagamentos foi de R$ 12.385.559,05.

Portanto, o quadro de funcionários indicado como aportado ao Contrato nº 41/2015 pode estar sendo compartilhado com outros contratos firmados pela empresa Paulo Valderico Oliveira de Castro e Cia Ltda, já que a Prefeitura não apresentou comprovação de que o quantitativo de funcionários constante na proposta da empresa contratada é exclusivo do Contrato nº 41/2015.

Além da oferta de mão de obra em quantidade inferior ao quantitativo contratado pela Prefeitura municipal, conforme registros na RAIS e proposta de preços da empresa contratada, constatou-se que o contratado também deixou de observar a disponibilização mínima de meios de transporte necessários ao atendimento do objeto contratado.

O anexo IX do Edital de Licitação estabelece os meios de transporte mínimos que o contratado deve dispor, conforme a seguir:

Quadro – Meios de transporte mínimos para a execução do contrato

Tipo	Capacidade/quantidade	
Caminhões baú com câmara frigorífica a temperatura 10 a 15º c	10 toneladas	3 toneladas
	4	2
Caminhões baú simples	12 toneladas	04 toneladas
	3	3
Caminhões com carroceria simples	10 toneladas	04 toneladas
	3	2

Processo de licitação nº 426/2014

Por meio da Solicitação de fiscalização nº 16/2017/PETROLINA, foi pedido à Prefeitura municipal que apresentasse relação de veículos utilizados pela empresa contratada pela Prefeitura para realização dos serviços de gestão da merenda escolar, no que se refere à logística de transporte dos gêneros alimentícios para os estabelecimentos de ensino municipais, disponibilizando documentação comprobatória dos registros dos mesmos junto aos órgãos de trânsito (CRLV).

Em resposta, a Prefeitura municipal indicou os seguintes meios de transporte utilizados pelo contratado em atendimento ao objeto do contrato.

Quadro – Relação de meios de transporte efetivamente utilizado para a execução do contrato nº 41/2015

Modelo	Capacidade	Placa
Caminhonete furgão- FIAT/ Fiorino Flex	0,62 Toneladas	KGU5033
Caminhonete furgão- FIAT/ Fiorino Flex	0,62 Toneladas	KGU6181
Caminhão fechado – Mercedes Benz 710 –Baú térmico	0,37 toneladas	HYU3661
Caminhão aberto – Ford/F4000 –	3,86 Toneladas	Kll9027
Caminhão aberto – Ford/F4000 –	4,00 Toneladas	MMV1530
Caminhonete fechada – KIA K2508 HD - Baú térmico	1.53 Toneladas	PEO2356
Caminhonete fechada – KIA UK 2500HD - Baú térmico	1.81 Toneladas	PFH3344
Caminhonete furgão FIAT/DUCATO MAXICARGO –	1.54 Toneladas	FEZ1095

Fonte: CI nº 013/2017 (relação de veículos utilizados para a execução do contrato nº 41/2015)

Ao confrontar o quantitativo mínimo de meios de transporte estabelecido no anexo IX do Edital de Licitação, a partir do qual o contratado determinou seus preços constantes em sua proposta de preços, com os veículos efetivamente utilizados no atendimento do objeto contratado, verificou-se diferenças nas quantidades de veículos e pertinentes capacidades de carga.

O total de veículos exigidos no Edital de licitação (e consequente contrato) foi de 17 unidades, enquanto o contratado apenas utilizou 08 automóveis. Dessa forma, o contratado fez constar em sua proposta de preços o custo de disponibilidade de 17 veículos, contudo, utilizou uma quantidade inferior.

Além da quantidade total, também constataram-se diferenças na capacidade dos veículos. O contratado incluiu no preço unitário de sua proposta de preços o custo de utilização do veículo "caminhões baú com câmara frigorífica a temperatura 10 a 15º c", sendo 04 (quatro) com capacidade de 10 toneladas e 03 (três) de 04 toneladas. Contudo, utilizou veículos com capacidade inferior. De acordo com as informações fornecidas pela Prefeitura, foram utilizados três veículos dotados de "báu térmico", sendo um com capacidade de 0,37 toneladas e outros dois com 1,53 e 1,81 toneladas, respectivamente.

Em relação aos demais veículos previstos no contrato, "caminhão baú simples" e "caminhões com carroceria simples", com capacidades que variam de 04 a 12 toneladas, observou-se que o contratado não utilizou veículos com capacidade de 10 e 12 toneladas. Todos os veículos do contratado apresentavam capacidade inferior a 4 toneladas, à exceção de um, que tinha exatamente essa capacidade.

Considerando a capacidade total de carga de transporte, os custos unitários contratados foram formados, estipulados, considerando os tipos de veículos estabelecidos no anexo IX do Edital de Licitação, cuja carga foi determinada em 132 toneladas.

Entretanto, a capacidade de carga total disponibilizada pelo contrato foi de 14,35 toneladas, conforme somatório das capacidades individuais dos veículos, indicadas nos documentos de registro junto aos órgãos de trânsito (CRLV). Dessa forma, o contratado disponibilizou apenas 10,84 % da capacidade de carga constante nos custos unitários contratados.

Conforme informado, o valor total médio referente ao item de custo *"transporte, mão de obra e logística"* foi de R$ 3.595.999,80, sendo que o item "mão de obra" correspondeu a R$ 1.832.186,20. Dessa forma, depreende-se que a diferença, R$ 1.763.813,60, está relacionada aos demais itens, transporte e logística.

Uma vez que o contratado apenas disponibilizou 10,84 % da capacidade total de carga relacionada ao item "transporte/logística", embora, contratualmente, tenha incorporado aos custos unitários totais o valor correspondente à capacidade total, infere-se que houve o pagamento de R$ 1.572.616,21 por serviços não disponibilizados.

Em consequência da disponibilização e utilização de capacidade de carga inferior à definida no processo de licitação e consequente contrato, constatou-se a impossibilidade da contratada em entregar a totalidade dos gêneros alimentícios às escolas dentro do período de um mês, visando o cumprimento dos cardápios, em termos de tipos de itens e respectivas quantidades.

A partir das informações extraídas dos cardápios referentes ao "Mais Educação" e "EMEF", contendo os tipos de gêneros alimentícios e pertinentes quantidades, conforme disposto em anexo do processo de licitação, foram obtidas as quantidades mensais de gêneros utilizados nas composições alimentares, considerando também o total de alunos atendidos.

Para atender o cardápio referente ao "EMEF" foram necessários 358.108 kg mensais de gêneros alimentícios. Já em relação ao "Mais Educação" esse quantitativo total foi de 94.560 Kg. Somadas as quantidades mensais de alunos previstas de atendimento contratual, 30.255 para o "EMEF" e 8.137 para o "Mais Educação", verificou-se que esse total foi correspondente a 79,71 % do montante de alunos a serem atendidos pela execução contratual (48.161). Os demais alunos são referentes aos outros grupos de educação, como "EJA", Projovem", CEMEI Integral", etc., também atendidos pelo contrato.

Estimando-se a quantidade mensal total de gêneros alimentícios previstas em cardápio para o contrato, a partir das informações constantes nos cardápios pertinentes ao "EMEF" e "mais educação", já que essas duas modalidades de educação concentram 79,71 % do total de alunos atendidos, verificar-se que o contratado tem que entregar às escolas 568.300 Kg de gêneros, mensalmente.

Em consonância com a relação de escolas a serem atendidas pelo contratado, contida em anexos ao Edital de Licitação, observou-se que a totalidade dessas unidades de ensino é de 167.

Portanto, o contratado tem que entregar, aproximadamente, 3.402 Kg por escola, a cada mês. Considerando sua capacidade total de carga de 14,35 toneladas, a empresa tem condições de realizar entregas a 04 escolas com sua capacidade máxima.

Para realizar entregas à totalidade das escolas, 167 unidades, com sua capacidade máxima, a empresa tem que realizar esse procedimento de entrega 41,75 vezes, aproximadamente. Se a empresa for capaz de carregar todos os seus veículos, utilizando a carga máxima de cada um deles, com os gêneros alimentícios, e realizar entregas a 04 escolas, em um único dia de trabalho, necessitará de mais 40,71 dias para efetuar todas as entregas previstas nos cardápios para um único mês.

Dessa forma, a partir das inferências realizadas conforme explicitado, a empresa leva aproximadamente dois meses (considerando apenas os dias úteis) para conseguir entregar às escolas a totalidade dos gêneros alimentícios previstos para um único mês.

Manifestação da Unidade Examinada

Não houve manifestação da unidade examinada para este item.

Análise do Controle Interno

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após a apresentação dos fatos, a análise do Controle interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo "fato".

2.2.7. Fornecimento e pagamento de gêneros alimentícios não previstos em cardápio

Fato

Em análise aos processos de pagamento disponibilizados pela Prefeitura Municipal no tocante à execução do contrato nº 41/2015 celebrado com a empresa Paulo Valderico Oliveira de Castro e Cia Ltda. (CNPJ: 35.405.844/0001-05), observou-se que para nota fiscal emitida, o fornecedor anexa a esse documento relatório de matéria prima para merenda escolar, de maneira a demonstrar os gêneros alimentícios, custos unitários e respectivas quantidades que compuseram as refeições fornecidas, tendo em vista que o pertinente processo de licitação definiu como serviço básico "o fornecimento de refeições".

O Anexo VI do Edital de nº 426/2014 (modalidade de pregão presencial para registro de preços – SRP -nº 277/2014), informa a descrição dos produtos (gêneros alimentícios) que devem compor as refeições fornecidas pela empresa contratada, de acordo com os cardápios discriminados no Anexo IV, item também integrante desse Ato convocatório.

A partir de exames realizados em notas fiscais apresentadas pelos gestores municipais, conforme amostra elaborada para essa finalidade, constatou-se que a empresa contratada informou no "relatório de matéria prima para merenda escolar" gêneros alimentícios que compuseram e fundamentaram os valores constantes nos documentos fiscais, sem contudo, esses itens estarem previstos no Anexo VI do Edital de licitação – descrição dos produtos (gêneros alimentícios).

A amostra elaborada foi composta por serviços de fornecimento para os alunos do "Mais Educação" e do "EMEF", conforme Anexo XI da proposta de preços (processo de licitação) da empresa contratada, referente aos seguintes meses de emissão das notas fiscais:

Quadro – amostra selecionada

Exercício	Mês
2015	Fevereiro
	Março
	Abril
	Maio
	Novembro
	Dezembro
2016	Fevereiro

Fonte: processos de pagamento disponibilizados

O valor da amostra de notas fiscais emitidas, R$ 1.479.169,00, foi equivalente a 11,21 % do valor contratado à empresa Paulo Valderico Oliveira de Castro e Cia Ltda. (CNPJ: 35.405.844/0001-05).

Foram os seguintes os gêneros alimentícios incluídos nos "relatórios de matéria prima para merenda escolar", sem que estivessem contemplados, previstos, no Anexo VI do Edital de licitação:

Nota Fical	Mod Educação	Item	Quantidade	Vlr unitário	Vlr Total
4012	EMEF	Cremogema	96	66,00	6.336,00
		Multicereais	91	120,00	10.920,00
4013	Mais Educação	Cremogema	36	66,00	2.376,00
		Multicereais	34	120,00	4.080,00
		Ervilha	33	36,00	1.188,00
		Milho Verde	37	36,00	1.332,00
4149	EMEF	Cremogema	96	66,00	6.336,00
		Multicereais	91	120,00	10.920,00
4015	Mais Educação	Cremogema	26	66,00	1.716,00
		Multicereais	24	120,00	2.880,00
		Ervilha	20	36,00	720,00
		Milho Verde	18	36,00	648,00
4277	EMEF	Cremogema	96	66,00	6.336,00
		Multicereais	91	120,00	10.920,00
4278	Mais Educação	Cremogema	29	66,00	1.914,00
		Multicereais	22	120,00	2.640,00
		Ervilha	12	36,00	432,00
		Milho Verde	10	36,00	360,00
4394	EMEF	Cremogema	96	66,00	6.336,00
		Multicereais	91	120,00	10.920,00
4395	Mais Educação	Cremogema	29	66,00	1.914,00
		Multicereais	22	120,00	2.640,00
		Ervilha	12	36,00	432,00
		Milho Verde	11	36,00	396,00

Nota Fical	Mod Educação	Item	Quantidade	Vlr unitário	Vlr Total
5219	Mais Educação	Cremogema	27	66,00	1.782,00
		Multicereais	40	120,00	4.800,00
		Ervilha	16	36,00	576,00
		Milho Verde	15	36,00	540,00
5218	EMEF	Cremogema	45	66,00	2.970,00
		Multicereais	70	120,00	8.400,00
		Ervilha	10	36,00	360,00
		Milho Verde	10	36,00	360,00
5250	EMEF	Cremogema	89	66,00	5.874,00
		Multicereais	86	120,00	10.320,00
		Ervilha	11	36,00	396,00
		Milho Verde	11	36,00	396,00
5251	Mais Educação	Cremogema	27	66,00	1.782,00
		Multicereais	42	120,00	5.040,00
		Ervilha	16	36,00	576,00
		Milho Verde	15	36,00	540,00
5258	EMEF	Cremogema	90	66,00	5.940,00
		Multicereais	90	120,00	10.800,00
		Ervilha	10	36,00	360,00
		Milho Verde	10	36,00	360,00
5308	EMEF	Cremogema	86	66,00	5.676,00
		Multicereais	90	120,00	10.800,00
		Ervilha	10	36,00	360,00
		Milho Verde	10	36,00	360,00
5309	Mais Educação	Cremogema	10	66,00	660,00
		Multicereais	8	120,00	960,00
		Ervilha	4	36,00	144,00
		Milho Verde	3	36,00	108,00
Total					175.932,00

Fonte: processos de pagamento componentes da amostra

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 03 de outubro de 2017, a Prefeitura Municipal de Petrolina/PE apresentou a seguinte manifestação em resposta ao relatório preliminar:

"...
No que se refere ao fato de que alguns produtos inseridos no cardápio não estavam previstos no cardápio, bem como troca de cardápio para os dias programados, registrados nos itens 2 e 8 da Ordem de Serviço em comento, os técnicos da Secretaria informam que tais trocas e substituições, foram e são feitas, de acordo com eventuais intercorrências em virtude por vezes da indisponibilidade de gêneros alimentícios por parte dos fornecedores, mas que estas alterações não comprometem nem comprometeram os valores nutricionais dos cardápios modelos constantes na base da licitação.

Por vezes, os gêneros utilizados para substituir algum temporariamente, inclusive, além de produzir o mesmo efeito nutricional, possuem custos de aquisição superiores aos que previstos inicialmente. Da mesma forma, a troca de cardápio em sua totalidade, ocorre eventualmente, mas tais ocorrências não prejudicam em nada o alunado, pois que existe tão somente a troca prevista do cardápio previsto para determinado dia, pois outro previsto para fornecimento em outro. As composições de todos eles atendem nutricionalmente às suas necessidades, como afirmam os técnicos da área (nutricionistas e tecnóloga), do quadro da Secretaria de Educação.

Entretanto, verifica-se que a observação do relatório, leva em consideração amostragem feita nos exercícios de 2015 e 2016. No presente exercício estas ocorrências são evitadas e quase não ocorreram.
..."

Análise do Controle Interno

As intercorrências informadas pelo Gestor, as quais motivaram as trocas e substituições, bem como, as substituições temporárias, eventualmente são passíveis de ocorrência. Contudo, alterações como essas deveriam obedecer as prescrições contidas nos cardápios, conforme estabelece a Resolução Nº 26, de 17 de junho de 2013 (dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE), em seu art. 19:

"Art. 19 A aquisição de gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista, observando as diretrizes desta Resolução e deverá ser realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, priorizando os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos."

2.2.8. Gêneros alimentícios não recebidos pelas unidades escolares devido a insuficiência de estoques da contratada e deficiências de estrutura das escolas.

Fato

Objetivando verificar a adequação da entrega de gêneros alimentícios nas escolas em conformidade com as aquisições realizadas pela empresa contratada para a gestão da alimentação escolar no município, Paulo Valderico Oliveira de Castro e Cia Ltda. (CNPJ: 35.405.844/0001-05, foram realizados exames próprios de fiscalização, conforme segue.

Inicialmente foram realizadas entrevistas com agentes da Prefeitura responsáveis pela alimentação escolar, como também, com funcionários da empresa contratada, com o propósito de coletar informações para a formação de entendimento sobre o processo e controle de entrega dos gêneros às unidades escolares.

Após essas entrevistas, verificou-se que o procedimento de entrega de gêneros é iniciado pela Prefeitura Municipal ao emitir solicitação de entrega à empresa prestadora dos serviços de gestão alimentar, através de formulário denominado de romaneio. Nesse documento são informadas as espécies e quantidades de gêneros alimentícios que a empresa deve encaminhar às escolas.

As escolas ao receberem os gêneros alimentícios entregues pela empresa contratada, de acordo com a solicitação da Prefeitura, realizam a conferência dos itens e o responsável pelo recebimento apõe sua assinatura.

Foi solicitada à Prefeitura Municipal a disponibilização dos formulários solicitação e entrega de gêneros alimentícios para o período de exame. A partir desses documentos foi elaborada amostra para verificação da adequação dos procedimentos de entrega e recebimento e dos controles implementados e utilizados pelos gestores municipais.

Foram selecionados para análises de adequação de entrega, os meses de maio e agosto relativos ao exercício de 2015.

A partir de análises nesses formulários, constatou-se que algumas escolas indicam no próprio formulário os itens que não foram entregues pela empresa contratada com a inscrição "falta" ou "F" ao lado do gênero não recebido. Portanto, embora no formulário de entrega de gêneros alimentícios constem os itens como entregues às escolas, essas mesmas unidades de educação informam que não os receberam, conforme aposição da inscrição informada acima.

Para os dois meses selecionados como amostra, constatou-se que a empresa deixou de entregar os seguintes itens e respectivas quantidades, de acordo com informações das escolas, apostas nos próprios formulários de entrega:

Tabela – Gêneros Alimentícios não entregues nas escolas

Mês	Polpa de Fruta (Kg)	Ovo (unid)		Pão (unid)	Bolo (Unid)	Mel (L)	Bebida Láctea (L)	Fígado (kg)	Polpa de frutas (Kg)	Músculo (KG)	Peito de Frango (Kg)	Filé de Peixe (kg)	Carne Moída (kg)	Salsicha (Kg)	Coxa e sobre-coxa (Kg)
Maio	383	17.303		16.896	211	4	396	251	26	446	80	845	255	148	74
Agosto	1.098	8.054		14.780	2.797	32	1.034	306	0	226	89	726	15	70	0
Total	1.481	25.357		31.676	3.008	36	1.430	557	26	672	169	1.571	270	218	74

Fonte: Formulários de entrega de gêneros alimentícios

Com a finalidade de acompanhar a entrega de gêneros pela empresa contratada às escolas, foram realizadas visitas no momento em que esses entregas ocorreram nas seguintes unidades de educação e datas:
- Escola Anézio Leão (06 de abril de 2017);
- Escola Antônio Cassimiro (06 de abril de 2017);
- Escola Soledade Alves (06 de abril de 2017).

As verificações obtidas a partir das observações realizadas no momento das entregas dos gêneros alimentícios reforçaram as constatações obtidas por meio de análise dos formulários de entrega, no sentido da ocorrência de gêneros não entregues nas escolas, embora presentes e especificados nos formulários.

Adicionalmente, constatou-se que a situação de itens/gêneros não entregues se deu por dois motivos em particular. Uma dessas razões está relacionada à ausência de infraestrutura adequada de armazenamento das escolas, tais como, insuficiência de freezer/geladeiras, e/ou

espaço para acondicionar todos os gêneros alimentícios, conforme registros fotográficos a seguir:

Foto – Freezer sem espaço para acondicionamento dos gêneros recebidos no dia da visita – Escola Anézio Leão – Petrolina/PE, 06 de abril de 2017	*Foto – Espaço destinado ao armazenamento de gêneros sem espaço para acondicionamento dos gêneros recebidos no dia da visita- Escola Anézio Leão – Petrolina/PE, 06 de abril de 2017*

O outro motivo para a ausência de entrega da totalidade dos gêneros alimentícios contidos nos formulários de entrega decorreu da indisponibilidade de produtos no estoque da empresa contratada, no momento do fornecimento dos itens às unidades educacionais, conforme informações dos gestores e funcionários das escolas transmitidas no momento da visita.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 03 de outubro de 2017, a Prefeitura Municipal de Petrolina/PE apresentou a seguinte manifestação em resposta ao relatório preliminar:

"...
Outra observação constante no Relatório Preliminar da Auditoria da CGU, item 3, diz respeito ao fato de que alguns gêneros alimentícios não foram recebidos nas unidades escolares, devido a insuficiência de estoques da contratada e deficiências de estrutura das escolas. Para tanto, foi utilizada a amostragem dos meses de maio e agosto de 2015. No que diz respeito a referido exercício, os atuais gestores não possuem elementos para apresentar justificativas quanto a tais ocorrências.

Atualmente, em algumas poucas ocorrências podem ter ocorrido, pois que a fiscalização e acompanhamento de tais fatos é rígida, para que se evite tal tipo de falha, que é totalmente sanável
...
"

Análise do Controle Interno

A Prefeitura informou que, em relação ao período examinado (maio e agosto de 2015), não houve justificativas a apresentar.

2.2.9. Ausência de segregação de funções na fiscalização do Contrato nº 41/2015

Fato

Em análise ao processo de licitação nº 426/2014 (pregão nº 377/2014), observou-se que o Sr. R.S.P. foi nomeado, por meio da Portaria nº 14447/2014, para exercer o cargo de provimento em comissão de Superintendente de Alimentação Escolar, sendo lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Consta no termo de referência que norteou e antecedeu o processo de licitação, a aposição de assinaturas do Superintendente de Alimentação Escolar, indicando que esse funcionário participou, ou foi responsável, pela elaboração desse referencial, onde foram definidos o objeto da contratação, especificação do objeto, cardápios, relação de utensílios mínimos necessários à consecução do objeto, especificação dos gêneros alimentícios, média de preços das cotações para formação de custo por média, dentre outras informações pertinentes à licitação.

O contrato nº 41/2015, firmado com a empresa Paulo Valdérico Oliveira de Castro e Cia Ltda. (CNPJ: 35.405.844/0001-05), em decorrência do processo de licitação n º 426/2014, informa, em seu subitem 13.2, que à Fiscalização compete, dentre outras atribuições:

"I-Solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
II - Acompanhar a entrega e atestar seu recebimento definitivo;
III - Encaminhar à Secretaria de Finanças os documentos que relacionem as importâncias relativas e multas aplicadas à Contratada, bem como os referentes a pagamento".

Ainda de acordo com o subitem 13.4, o contrato estabelece que o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos serviços serão efetuados pelo fiscal R.S.P, por intermédio da portaria nº 01447/2014.

Em consonância com o disposto no subitem 13.4, o Sr. R.S.P foi o responsável por atestar os serviços contidos nas notas fiscais emitidas pelo contratado.

O subitem 7.0 do anexo III - especificações técnicas do objeto/projeto básico, do Edital de Licitação, estabelece que:
"Caberá ao fiscal do contrato, exercer rigoroso acompanhamento do cumprimento do contrato, em especial quanto às quantidades, variedades e qualidade dos serviços, bem como os prazos e vigência do contrato e a emissão das notas fiscais"

Portanto, constata-se a ausência de segregação de funções, uma vez que o mesmo funcionário que participou da elaboração do termo de referência da contratação, onde foram definidos os referenciais norteadores da execução dos serviços, também abarcou a responsabilidade de fiscalização da execução do contrato.

Além disso, a fiscalização da execução contratual dos serviços de gestão de merenda escolar prestados pela empresa Paulo Valdérico Oliveira de Castro e Cia Ltda, deveria ser realizada por funcionário da Secretaria Municipal de Educação alheio à função de gestão da alimentação escolar.

Na situação verificada o Superintendente de Alimentação Escolar, a quem cabe atribuições de gestão, também fiscalizada o contrato de execução de serviços de gestão da merenda escolar no município.

Manifestação da Unidade Examinada

Não houve manifestação da unidade examinada para este item.

Análise do Controle Interno

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após a apresentação doa faots, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo "Fato".

2.2.10. Atribuição de responsabilidades próprias da Entidade Executora (Prefeitura Municipal) à empresa contratada para execução de serviços de gestão da alimentação escolar

Fato

O anexo II – Especificações técnicas do objeto/projeto básico, do processo de licitação nº 426/2011, dispõem em seu subitem 4.0 (execução do objeto) que *"a licitante vencedora deverá supervisionar todos os procedimentos de armazenamento e distribuição dos alimentos, em conformidade com a legislação vigente"*.

O contrato nº 41/2015, celebrado com a empresa vencedora, Paulo Valdérico Oliveira de Castro e Cia Ltda. (CNPJ: 35.405.844/0001-05), estabelece nos subitens 9.13 e 9.32, como obrigação da contratada, respectivamente:

"...

9.13 - Disponibilizar funcionários em número suficiente para garantir a supervisão e fiscalização da merenda escolar.
...

9.32- Disponibilizar equipe técnica composta por um coordenador regional e supervisores para as unidades educacionais, conforme exigências do Conselho Regional de Nutricionistas, com o objetivo de orientar sobre os procedimentos de manipulação dos géneros alimentícios, preparação, níveis nutricionais e distribuição das refeições, além da verificação da qualidade dos serviços
..."

A partir da análise dos dispositivos contratuais acima explicitados, além daqueles previstos nas especificações técnicas do objeto/projeto básico, constata-se que a Prefeitura Municipal atribuiu obrigações à contratada que, conforme a Resolução FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, são de responsabilidade do Ente municipal como Entidade Executora do PNAE.

O Inciso II do parágrafo 1º do Art. nº 12 da Resolução, estabelece que:

"Compete ao nutricionista Responsável Técnico- RT pelo Programa e aos demais nutricionistas lotados no setor de alimentação escolar, entre outras atribuições estabelecidas na Resolução CFN nº 465/2010:
...
II – Planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região, acompanhando desde a aquisição dos gêneros alimentícios, o preparo, a distribuição até o consumo das refeições pelos escolares;
..."

Portanto a empresa contratada para a execução de serviços de gestão de merenda escolar, incluindo o fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos necessários, será a responsável pelo acompanhamento e fiscalização de suas próprias obrigações contratuais, tais como, acompanhando da aquisição e distribuição dos gêneros alimentícios e supervisão e fiscalização da merenda escolar.

Manifestação da Unidade Examinada

Não houve manifestação da unidade examinada para esse item.

Análise do Controle Interno

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após apresentação dos fatos, a análise do controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo "Fato".

2.2.11. Ausência de cumprimento do previsto em cardápio-base

Fato

Foram realizadas visitas a dez escolas de um total de cento e sessenta e sete unidades de ensino discriminadas no processo de licitação nº 426/2011 como beneficiárias do fornecimento de gêneros alimentícios, objeto da contratação decorrente do certame licitatório.

Verificou-se que o cardápio elaborado pela Secretaria de Educação não é completamente aplicado, tendo em vista que na maioria dessas escolas constatou-se divergência entre as refeições servidas no dia da visita e aquelas previstas no cardápio-base, conforme detalhamento a seguir:

a) Escola Anete Rolim

Constatou-se que no dia da visita, 7 de abril de 2017 (sexta-feira), a escola preparou para os alunos "baião de dois (feijão com arroz)". Para esse dia, o estabelecido em cardápio era "risoto de frango". Há previsão no cardápio para a composição "baião de dois com frango e salada crua". Contudo para o dia da visita, só havia arroz e feijão nessa composição.

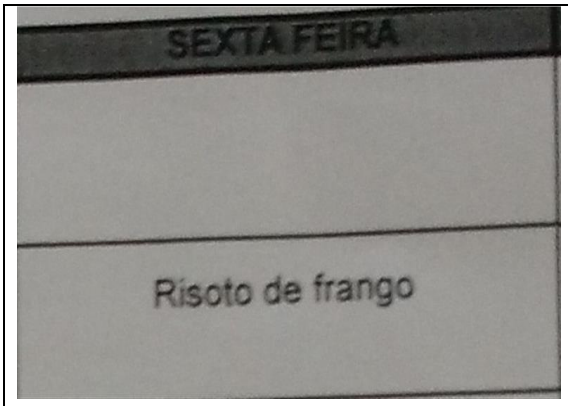


Foto - Refeição prevista no cardápio do dia, Petrolina (PE), 07 de abril de 2017.	*Foto - Refeição preparada – Baião de dois (feijão com a arroz), 07 de abril de 2017.*

b) Escola Eliete Araújo de Souza

Constatou-se que no dia da visita, 06 de abril de 2017 (quinta-feira), a escola ofertou aos alunos "arroz com soja". Constatou-se que essa composição não estava prevista no cardápio pertinente ao mês de abril/2017. Para esse dia, o estabelecido em cardápio era "bebida láctea c/biscoito doce/salgado".

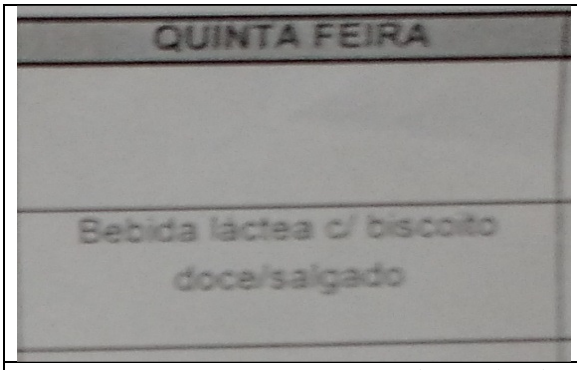


Foto - Refeição prevista no cardápio do dia, Petrolina (PE), 06 de abril de 2017.	*Foto - Refeição preparada – Arroz com soja -, Petrolina (PE), 07 de abril de 2017.*

c) Escola José Esmerildo

A refeição prevista para o dia da visita, 07 de abril de 2017 (sexta-feira), era "risoto de frango". Constatou-se que nesse dia a escola serviu aos alunos "biscoito com suco". Embora prevista no cardápio-base do mês de abril/2017, não era a refeição planejada para o dia da visita.

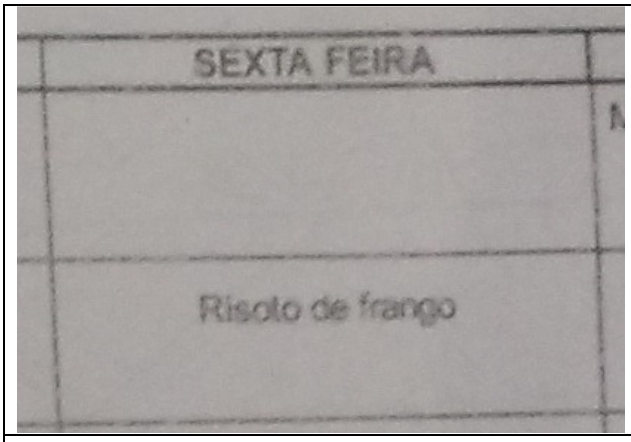


Foto - Refeição prevista no cardápio do dia – Risoto de frango. Petrolina (PE), 07 de abril de 2017.	*Foto - Refeição preparada – Biscoito com suco- Petrolina (PE), 07 de abril de 2017.*

d) Escola Luiza de Castro Silva

Constatou-se que no dia da visita, 06 de abril de 2017 (quinta-feira), a escola serviu aos alunos "cuscuz, feijão e carne". Essa refeição não estava prevista no cardápio-base referente ao mês de abril/21017. Para esse dia, o estabelecido em cardápio era "bebida láctea c/biscoito doce/salgado".

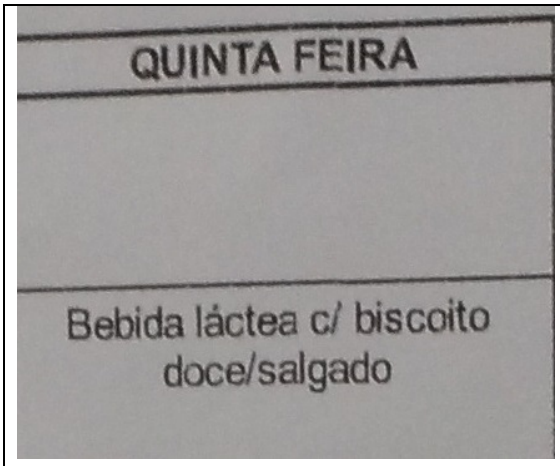


Foto - Refeição prevista no cardápio do dia – Bebida láctea c/biscoito doce/salgado- Petrolina (PE), 06 de abril de 2017.	*Foto - Refeição preparada –* cuscuz, feijão e carne *- Petrolina (PE), 06 de abril de 2017.*

Foto - Refeição preparada – cuscuz, feijão e carne - *Petrolina (PE), 06 de abril de 2017.*	*Foto - Refeição preparada* – cuscuz, feijão e carne - *Petrolina (PE), 06 de abril de 2017.*

e) Escola Maria Soledade Alves

Constatou-se que no dia da visita, 07 de abril de 2017 (sexta-feira), a escola serviu aos alunos "sopa de feijão, macarrão e carne moída". Para esse dia, o estabelecido em cardápio era "risoto de frango". No cardápio-base de abril/2017 não havia previsão para a oferta da composição oferecida aos alunos no dia da visita.

Foto - Refeição preparada – sopa de feijão, macarrão e carne moída - *Petrolina (PE), 07 de abril de 2017.*	*Foto - Refeição preparada* – sopa de feijão, macarrão e carne moída - *Petrolina (PE), 07 de abril de 2017.*

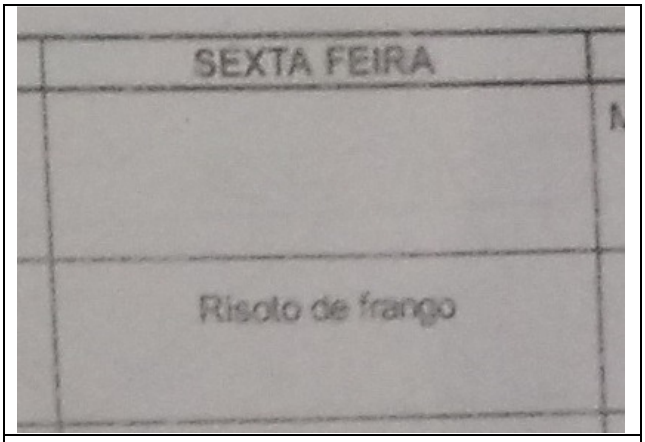


Foto - Refeição prevista no cardápio do dia – Risoto de frango. Petrolina (PE), 07 de abril de 2017.

f) Escola Nossa Senhora Rainha dos Anjos

Constatou-se que no dia da visita, 5 de abril de 2016 (quarta-feira), a escola serviu aos alunos "arroz com carne moída". Essa preparação não estava prevista no cardápio-base do mês de abril/2017. Para esse dia, o estabelecido em cardápio era "canja de galinha".

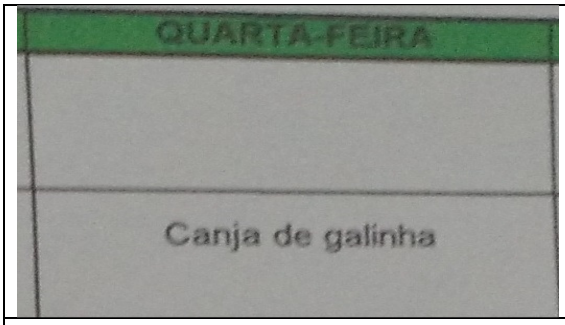


Foto - Refeição prevista no cardápio do dia – Canja de galinha. Petrolina (PE), 06 de abril de 2017.

Foto - Refeição preparada no dia Arroz com carne moída. Petrolina (PE), 06 de abril de 2017.

g) Escola Santa Terezinha

Constatou-se que no dia da visita, 05 de abril de 2017 (quarta-feira), a escola preparou para os alunos "xerém com frango". Contudo, essa modalidade de refeição não estava prevista no cardápio-base elaborado pela Secretaria de Educação para o mês de abril/2017. Para o dia da visita, a preparação prevista era "canja com galinha".

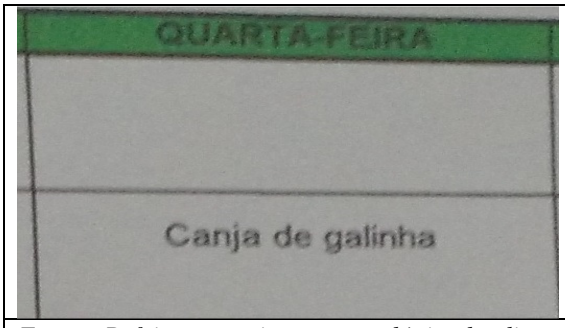


Foto - Refeição prevista no cardápio do dia – Canja de galinha. Petrolina (PE), 06 de abril de 2017.	*Foto - Refeição preparada no dia – Xerem com arroz.. Petrolina (PE), 06 de abril de 2017.*

É mister, por fim, enfatizar que o cumprimento do cardápio da alimentação escolar é parte essencial da execução do PNAE. Sob a responsabilidade do Município, deve ser elaborado por nutricionista habilitado, de modo a atender as necessidades nutricionais mínimas estabelecidas pelo FNDE. É com base nesse instrumento que deve ser feita a aquisição dos gêneros alimentícios, bem como todo o fornecimento e preparo da merenda ao longo do ano letivo.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 03 de outubro de 2017, a Prefeitura Municipal de Petrolina/PE apresentou a seguinte manifestação em resposta ao relatório preliminar:

"...
No que se refere ao fato de que alguns produtos inseridos no cardápio não estavam previstos no cardápio, bem como troca de cardápio para os dias programados, registrados nos itens 2 e 8 da Ordem de Serviço em comento, os técnicos da Secretaria informam que tais trocas e substituições, foram e são feitas, de acordo com eventuais intercorrências em virtude por vezes da indisponibilidade de gêneros alimentícios por parte dos fornecedores, mas que estas alterações não comprometem nem comprometeram os valores nutricionais dos cardápios modelos constantes na base da licitação.

Por vezes, os gêneros utilizados para substituir algum temporariamente, inclusive, além de produzir o mesmo efeito nutricional, possuem custos de aquisição superiores aos que previstos inicialmente. Da mesma forma, a troca de cardápio em sua totalidade, ocorre eventualmente, mas tais ocorrências não prejudicam em nada o alunado, pois que existe tão somente a troca prevista do cardápio previsto para determinado dia, pois outro previsto para fornecimento em outro. As composições de todos eles atendem nutricionalmente às suas necessidades, como afirmam os técnicos da área (nutricionistas e tecnóloga), do quadro da Secretaria de Educação.

Entretanto, verifica-se que a observação do relatório, leva em consideração amostragem feita nos exercícios de 2015 e 2016. No presente exercício estas ocorrências são evitadas e quase não ocorreram
...."

Análise do Controle Interno

Inicialmente, salienta-se que o período de observação, consubstanciada nas visitas às escolas, conforme amostra elaborada, ocorreu entre os dias 06 e 07 de abril de 2017, contrariamente ao informado pela Prefeitura municipal, ou seja, "exercícios de 2015 e 2016".

As intercorrências informadas pelo Gestor, as quais motivaram as trocas e substituições, eventualmente são passíveis de ocorrência. Contudo a situação constatada foi verificada em 70 % das escolas visitadas, demonstrando, dessa forma, que não está relaciona a eventualidades, mas sim, é um padrão observável, evidenciando que os cardápios elaborados não estão sendo seguidos.

2.2.12. Instalações físicas inadequadas para o preparo das refeições

Fato

Em decorrência da realização de exames de inspeção física em doze escolas, de um total de cento e sessenta e sete unidades de ensino especificadas no processo de licitação nº 426/2011 como beneficiárias do fornecimento de gêneros alimentícios, constatou-se a inadequação das instalações físicas para o preparo das refeições, conforme detalhado a seguir:

a) Acabamento apresenta falhas que impedem a limpeza e desinfecção.

Contrariamente ao disposto nos subitens 4.1.1, 4.1.3 e 4.1.17 da Resolução ANVISA RDC nº 216, verificou-se que as cozinhas das escolas a seguir especificadas apresentavam infiltração e/ou aberturas no teto, frestas nos balcões e pisos, impossibilitando a manutenção da adequada limpeza de desinfestação:

a.1) Escola Ana Leopoldina dos Santos

Foto - Infiltração no teto da cozinha, Petrolina (PE), 07 de abril de 2017.

a.2) Escola Anete Rolim

Foto - Infiltração no teto e parede da cozinha, Petrolina (PE), 07 de abril de 2017.

a.3) Escola Anézio Leão

Foto – parede da cozinha com frestas nos azulejos, Petrolina (PE), 06 de abril de 2017

a.4) Escola José Esmerildo Ribeiro

Foto – parede da cozinha com aberturas, permitindo a entrada de material infectante, Petrolina (PE), 07 de abril de 2017

Foto – piso da cozinha com aberturas, permitindo a entrada de material infectante e impedindo a adequada limpeza e desinfecção, Petrolina (PE), 07 de abril de 2017

Foto – Grande abertura no teto da cozinha, permitindo a entrada de material infectante e impedindo a adequada limpeza e desinfecção. Petrolina (PE), 07 de abril de 2017

a.5) Escola Luiza de Castro Ferreira

Foto – Grande abertura no teto da cozinha, permitindo a entrada de material infectante e impedindo a adequada limpeza e desinfecção. Petrolina (PE), 07 de abril de 2017

b) Ausência de estrutura para armazenamento dos utensílios de cozinha

Constatou-se que nos locais de preparação dos alimentos não havia estrutura apropriada para o armazenamento dos utensílios de cozinha, contrariamente ao estabelecido no subitem 4.2.1 da Resolução ANVISA RDC nº 216.

b.1) Anézio Leão

Foto - Utensílios de cozinha sem proteção, Petrolina (PE), 06 de abril de 2017.

b.2) Escola Antônio Cassimiro

Foto - Utensílios de cozinha desprotegidos. Petrolina(PE), 06 de abril de 2017

b.3) Escola Elite Araújo de Souza

Foto - Utensílios de cozinha desprotegidos, Petrolina (PE), 06 de abril de 2017.

b.4) Escola José Esmerildo Ribeiro

Foto - Utensílios de cozinha desprotegidos, Petrolina (PE), 07 de abril de 2017

b.5) Escola Luiza de Castro Ferreira

Foto - Utensílios de cozinha desprotegidos, Petrolina(PE), 06 de abril de 2017

b.6) Escola Santa Terezinha

Foto - Utensílios de cozinha desprotegidos, Petrolina(PE), 05 de abril de 2017

c) Cozinhas desprovidas de recintos fechados e janelas sem telas de proteção

Constatou-se a ausência de telas milimétricas em janelas instaladas nas cozinhas escolares, de forma a evitar a entrada de insetos, conforme preceituado no subitem 4.1.4 Resolução ANVISA RDC nº 216.

c.1) Escola Anete Rolim

Foto -Janela sem tela de proteção milimétrica,, Petrolina, 03 de abril de 2017	*Foto –aberturas sem tela de proteção milimétrica,, Petrolina, 03 de abril de 2017*

c.2) Escola Anézio Leão

Foto – Janela sem tela milimétrica de proteção, com aberturas permitindo a entrada de insetos e outros contaminantes, Petrolina (PE),06 de abril de 2017

c.3) José Esmerildo Ribeiro

Foto – Janela sem tela de proteção milimétrica, Petrolina (PE), 07 de abril de 2017.

c.4) Escola Luiza de Castro Ferreira

Foto – Janela sem tela de proteção milimétrica, Petrolina (PE), 06 de abril de 2017.

c.5) Escola Nossa Senhora dos Anjos

Foto – Janela sem tela de proteção milimétrica, Petrolina (PE), 05 de abril de 2017.

Foto – Ralo da cozinha sem tela de proteção. Petrolina (PE), 05 de abril de 2017.

c.6) Escola Santa Terezinha

Foto – Janela sem tela de proteção milimétrica, Petrolina (PE), 05 de abril de 2017.

d) Focos de Insalubridade

Foi constatada a existência de ferrugens em geladeiras localizadas na cozinha, configurando focos de insalubridade, situação essa, discordante com o disposto no subitem 4.1.15 da Resolução ANVISA RDC nº 216.

d.1) Escola Ana Leopoldina dos Santos

Foto - Ferrugens – Foco de insabubridade, Petrolina, 07 de abril de 2017.

d.2) Santa Terezinha

Foto - Ferrugens – Foco de insabubridade, Petrolina, 05 de abril de 2017.

e) Acondicionamento de lixo de forma inadequada

Verificou-se o acondicionamento inapropriado do lixo (dejetos), em desacordo com o previsto no subitem 4.5.2 da Resolução ANVISA RDC nº 216, o qual estabelece, que os coletores utilizados para deposição dos resíduos das áreas de preparação e armazenamento de alimentos devem ser dotados de tampas acionadas sem contato manual.

e.1) Escola José Esmerildo

Foto - Lixo no interior da cozinha acondicionado em recipiente inapropriado e sem tampas de proteção, Petrolina (PE), 07 de abril de 2017

f) Ausência de equipamentos de material de higiene pessoal.

Por meio de exames de inspeção física *in loco,* nas cozinhas das unidades escolares, constatou-se que em todas as escolas visitadas os profissionais responsáveis pela preparação não estavam utilizando uniforme completo, quais sejam, touca, avental e sapados fechados.

Foram as seguintes as escolas visitadas:

- Escola Antônio Cassimiro
- Escola Anézio Leão
- Escola Santa Terezinha
- Escola Osório Leônidas Siqueira
- Escola Ana Leopoldina
- Escola Eliete Araújo de Souza
- Escola Anete Rolim

- Escola José Esmerildo
- Escola Luíza de Castro Silva
- Escola nossa Senhora Rainha dos anjos
- Escola Maria Soledade Alves
- Anexo da Escola Maria Soledade Alves

Em duas das escolas visitadas, verificou-se que os responsáveis pela distribuição das refeições estavam servindo os alunos, mantendo contato direto com os alimentos, sem luvas de proteção.

Foto – Escola Anézio Leão. Funcionários servindo os alunos, mantendo contato direto com os alimentos, sem luvas de proteção. Petrolina, 06 de abril de 2017.	Foto – Escola José Esmerildo Ribeiro. Funcionário servindo os alunos, mantendo contato direto com os alimentos, sem luvas de proteção. Petrolina (PE), 07 de abril de 2017.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 03 de outubro de 2017, a Prefeitura Municipal de Petrolina/PE apresentou a seguinte manifestação em resposta ao relatório preliminar:

"...
Conforme relata a auditoria, realmente existem em algumas unidades escolares deficiências e ausência de infraestrutura adequada de armazenamento, tais como insuficiência no número de freezer/geladeiras ou espaço para acondicionar todos os gêneros alimentícios. Entretanto, este é um fato que decorre da atuação dos gestores de outras épocas.

A atual gestão não possui, por ser impossível em tão curto espaço de tempo (a auditoria esteve presente nas escolas em Abril do corrente ano), capacidade nem condições financeiras e/ou econômicas, para resolver todo tipo de problema que vem se avolumando ao longo de anos. É certo que fará todo tipo de esforço para que se possa minimizar tais tipos de ocorrências e problemas. Inclusive, tal tipo de solução, aplica-se também ao quanto relatado nos itens 9, 10, 11, no que diz respeito às instalações físicas apropriadas das escolas, condições inadequadas de armazenamento e da falta de refeitórios apropriados.

Importante ressaltar que, de forma categórica, e a própria auditoria constatou in loco este fato, é que, atualmente, pelo menos no que diz respeito ao exercício de 2017, todas as escolas possuem estoques de alimentos em quantidade abundante, a merenda é servida diariamente,

da forma como programada e prevista em contrato e na quantidade de vezes necessárias, conforme o tipo de programa e o público alvo.
...”

Análise do Controle Interno

Embora a Prefeitura Municipal tenha reconhecido a situação relatada em sua manifestação, os gestores não dotaram medidas corretivas suficientes à resolução dos fatos explicitados.

2.2.13. Condições inadequadas de armazenamento

Fato

Em decorrência da realização de exames de inspeção física em doze escolas, de um total de cento e sessenta e sete unidades de ensino discriminadas no processo de licitação nº 426/2011 como beneficiárias do fornecimento de gêneros alimentícios, constatou-se a inadequação das instalações físicas/equipamentos para garantir o adequado acondicionamento dos produtos alimentícios, conforme detalhado a seguir:

a) Ausência de ventilação adequada:

Constatou-se que os locais de armazenamento dos gêneros alimentícios são desprovidos de ventilação adequada, contrariando o disposto no subitem 4.1.10 da Resolução ANVISA RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 (dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação):

Essas situações foram observadas em relação às seguintes escolas:

a.1) Escola Antônio Cassimiro

Foto - Espaço pequeno e sem ventilação. Petrolina (PE), 06 de abril e 2017

a.2) Escola Eliete Araújo de Souza

Foto - Espaço pequeno e sem ventilação. Petrolina (PE), 06 de abril e 2017

a.3) Escola José Esmerildo Ribeiro

Foto - Espaço pequeno e sem ventilação. Petrolina (PE), 07 de abril e 2017

Foto - Espaço pequeno e sem ventilação. Petrolina (PE), 07 de abril e 2017

Foto – Gêneros alimentícios acondicionados no chão, por falta de espaço. Petrolina (PE), 07 de abril e 2017.

a.4) Escola Maria Soledade Alves

Foto - Espaço pequeno e sem ventilação. Petrolina (PE), 07 de abril e 2017

b) Janelas sem telas milimétricas permitindo a entrada de insetos

Constatou-se para as escolas identificadas a seguir, a ausência de instalação de telas milimétricas nas janelas dos ambientes utilizados para armazenar os gêneros alimentícios.

b.1) Escola Eliete Araújo de Souza

Foto – Aberturas na parede do local de armazenamento de gêneros alimentícios sem tela de proteção milimétrica, Petrolina (PE), 06 de abril de 2017.

b.2) Escola Escola Luiza de Castro Ferreira

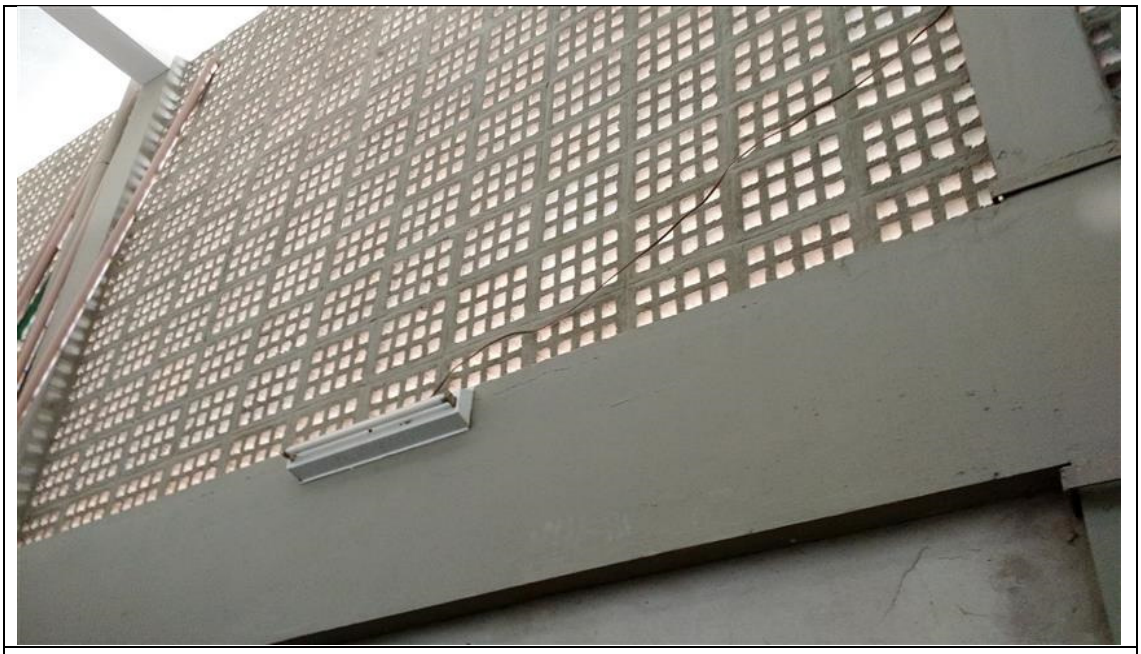


Foto – Aberturas na parede do local de armazenamento de gêneros alimentícios sem tela de proteção milimétrica, Petrolina (PE), 06 de abril de 2017.

b.3) *Escola Maria Soledade Alves*

Foto – Aberturas na parede do local de armazenamento de gêneros alimentícios sem tela de proteção milimétrica, Petrolina (PE), 07 de abril de 2017.

b.4) Escola Santa Terezinha

Foto – Janela do local de armazenamento de gêneros alimentícios sem tela de proteção milimétrica, Petrolina (PE), 07 de abril de 2017.

c) Acabamento apresenta falhas que impedem a limpeza e desinfestação

Verificou-se que o local de armazenamento dos gêneros alimentícios apresentava infiltração, impossibilitando a manutenção da adequada limpeza de desinfestação.

c.1) Escola Anete Rolim

Foto - Infiltração no teto e paredes do local utilizado para armazenar os gêneros alimentícios, Petrolina(PE), 07 de abril de 2017.

d) Armazenamento inadequado de gêneros alimentícios:

d.1) Escola Luiza de Castro Ferreira

Os gêneros alimentícios utilizados na produção da merenda escolar estavam acondicionados inapropriadamente em mesas escolares. Também verificou-se que o local de armazenamento não é utilizado exclusivamente para essa finalidade, sendo usado para armazenar diversos outros bens como armários, mesas, cadeiras, etc.

Foto - Gêneros Alimentícios armazenados em mesas. Petrolina (PE), 06 de abril de 2017.

Foto - Gêneros Alimentícios armazenados em mesas. Petrolina (PE), 06 de abril de 2017.

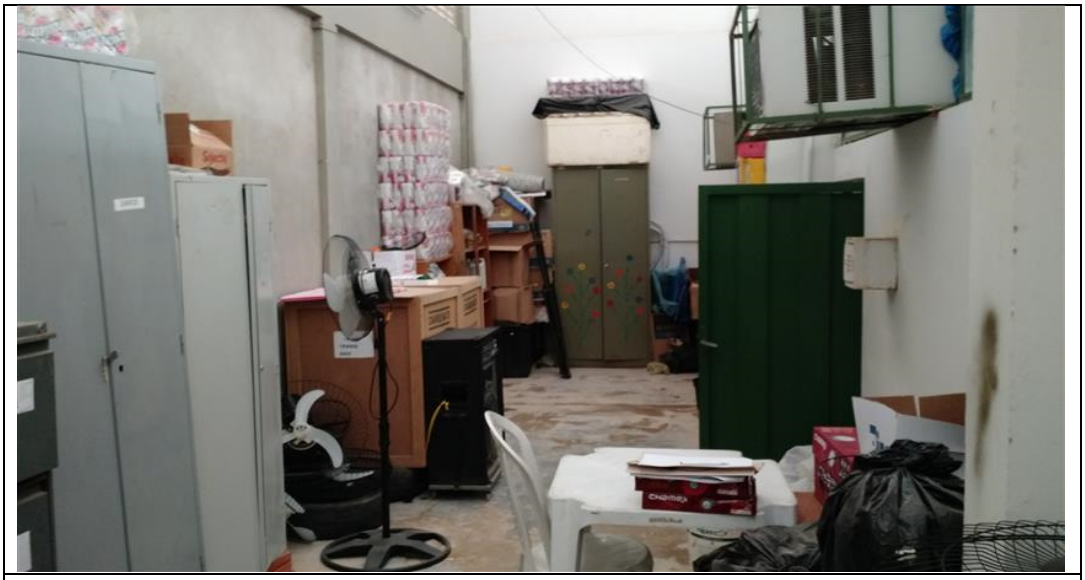


Foto – Local de armazenamento de gêneros alimentícios utilizado para outras finalidades. Petrolina (PE), 06 de abril de 2017

d.2) Escola Santa Terezinha

Os gêneros alimentícios estavam armazenados inadequadamente em balcão, inexistindo prateleiras para acondicionar esses produtos.

Foto – Ausência de prateleiras adequadas ao armazenamento de gêneros alimentícios. Petrolina, 05 de abril de 2017.	Foto – Ausência de prateleiras adequadas ao armazenamento de gêneros alimentícios. Petrolina, 05 de abril de 2017.

d.3) Anexo da escola Maria Soledade Alves –

Constatou-se que os gêneros alimentícios são armazenados no mesmo espaço da cozinha. Há insuficiência de prateleiras para o acondicionamento dos produtos

Foto- armazenamento de gêneros no mesmo espaço da cozinha e com insuficiência de prateleiras. Petrolina, 07 de abril de 2017

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 03 de Outubro de 2017, a Prefeitura Municipal de Petrolina/PE apresentou a seguinte manifestação em resposta ao relatório preliminar:

"...

Conforme relata a auditoria, realmente existem em algumas unidades escolares deficiências e ausência de infraestrutura adequada de armazenamento, tais como insuficiência no número de freezer/geladeiras ou espaço para acondicionar todos os gêneros alimentícios. Entretanto, este é um fato que decorre da atuação dos gestores de outras épocas.

A atual gestão não possui, por ser impossível em tão curto espaço de tempo (a auditoria esteve presente nas escolas em Abril do corrente ano), capacidade nem condições financeiras e/ou econômicas, para resolver todo tipo de problema que vem se avolumando ao longo de anos. É certo que fará todo tipo de esforço para que se possa minimizar tais tipos de ocorrências e problemas. Inclusive, tal tipo de solução, aplica-se também ao quanto relatado nos itens 9, 10, 11, no que diz respeito às instalações físicas apropriadas das escolas, condições inadequadas de armazenamento e da falta de refeitórios apropriados.

Importante ressaltar que, de forma categórica, e a própria auditoria constatou in loco este fato, é que, atualmente, pelo menos no que diz respeito ao exercício de 2017, todas as escolas possuem estoques de alimentos em quantidade abundante, a merenda é servida diariamente, da forma como programada e prevista em contrato e na quantidade de vezes necessárias, conforme o tipo de programa e o público alvo.
...”

Análise do Controle Interno

Embora a Prefeitura Municipal tenha reconhecido a situação relatada em sua manifestação, os gestores não dotaram medidas corretivas suficientes à resolução dos fatos explicitados.

2.2.14. Inexistência de refeitórios nas escolas

Fato

Em visitas a doze escolas visitadas, verificou-se que em nenhuma dessas unidades de educação havia refeitório instalado.

Foram visitadas as seguintes escolas:

Quadro – Escolas visitadas e quantidade de alunos

Escola	Quantidade de Alunos
Antônio Cassimiro	189
Anézio Leão	739
Ana Leopoldina dos Santos	873
Santa Terezinha	1.609
Osório Leônidas Siqueira	
Eliete Araújo de Souza	943
Maria Soledade Alves (Escola e Anexo)	1.118
Nossa Senhora Rainha dos Anjos	1.693
José Esmerildo Ribeiro	1.554
Anete Rolim de Albuquerque	1.201
Luíza de Castro Silva	1.485

Fonte: Relação de escolas constante no sítio do FNDE

Os estudantes se alimentam nas salas e/ou nos corredores das escolas, como foi observado na Escola Antônio Cassimiro.

Foto - Escola Antônio Cassimiro, Petrolina (PE), 06 de abril de 2016

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 03 de Outubro de 2017, a Prefeitura Municipal de Petrolina/PE apresentou a seguinte manifestação em resposta ao relatório preliminar:

"...
Conforme relata a auditoria, realmente existem em algumas unidades escolares deficiências e ausência de infraestrutura adequada de armazenamento, tais como insuficiência no número de freezer/geladeiras ou espaço para acondicionar todos os gêneros alimentícios. Entretanto, este é um fato que decorre da atuação dos gestores de outras épocas.

A atual gestão não possui, por ser impossível em tão curto espaço de tempo (a auditoria esteve presente nas escolas em Abril do corrente ano), capacidade nem condições financeiras e/ou econômicas, para resolver todo tipo de problema que vem se avolumando ao longo de anos. É certo que fará todo tipo de esforço para que se possa minimizar tais tipos de ocorrências e problemas. Inclusive, tal tipo de solução, aplica-se também ao quanto relatado nos itens 9, 10, 11, no que diz respeito às instalações físicas apropriadas das escolas, condições inadequadas de armazenamento e da falta de refeitórios apropriados.

Importante ressaltar que, de forma categórica, e a própria auditoria constatou in loco este fato, é que, atualmente, pelo menos no que diz respeito ao exercício de 2017, todas as escolas possuem estoques de alimentos em quantidade abundante, a merenda é servida diariamente, da forma como programada e prevista em contrato e na quantidade de vezes necessárias, conforme o tipo de programa e o público alvo.
...”

Análise do Controle Interno

Embora a Prefeitura Municipal tenha reconhecido a situação relatada em sua manifestação, os gestores não dotaram medidas corretivas suficientes à resolução dos fatos explicitados.

3. Conclusão

Os exames permitiram à equipe constatar que a modelo de aquisição de gêneros alimentícios adotado pela Secretaria de Educação não está aderente com os normativos norteadores do Programa, decorrendo desse fato, várias situações comprometedoras da gestão da alimentação escolar, tais como, ausência de transparência da definição dos custos unitários, ausência de comprovação quanto à disponibilização de equipamentos e utensílios às escolas, custo pago pela utilização de equipamentos de cozinha superior ao custo de aquisição, ausência da disponibilização dos meios de transporte e de mão de obra assumidos em contrato.

Além dessas situações, também foi verificado que os cardápios elaborados não estão sendo plenamente cumpridos, como também, constatou-se que a Prefeitura Municipal não implementou medidas necessárias para garantir as condições adequadas de infraestrutura nos locais de armazenamento e nas cozinhas utilizadas para o preparo das refeições.

Ordem de Serviço: 201700915
Município/UF: Petrolina/PE
Órgão: MINISTERIO DA EDUCACAO
Instrumento de Transferência: Não se Aplica
Unidade Examinada: MUNICIPIO DE PETROLINA
Montante de Recursos Financeiros: R$ 3.840.915,37

1. Introdução

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) destina-se ao apoio financeiro ao Município na estruturação dos serviços de transporte de alunos da zona rural para as escolas da rede.

Para o município de Petrolina/PE, foram transferidos R$ 3.840.915,37 entre 2014 e 2016 a título de PNATE, sendo que somente essa fonte não é suficiente para fazer face às despesas com os serviços de transporte escolar. Na realidade, esses recursos complementam o valor que é disponibilizado para essa finalidade por meio do FUNDEB.

Os trabalhos foram realizados em abril de 2017, e tiveram por objetivo a verificação da lisura do procedimento licitatório, relativamente ao Contrato de prestação de serviços que perdurou de janeiro de 2011 até fevereiro de 2015, além de verificar a legalidade e legitimidade dos atos administrativos de gestão desse Contrato, a exemplo da aferição da consistência das justificativas para os acréscimos de valor e a existência de procedimento estruturado de verificação periódica da vantajosidade das condições contratuais.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

2.1.1. Renovação contínua de contratação de serviços de transporte escolar sem a correspondente análise da vantajosidade para a Administração com respeito às condições e preços ofertados.

Fato

O Contrato nº 005/2010, celebrado em 15 de fevereiro de 2010, como resultado do Pregão Presencial nº 001/2010, teve por objeto a formalização da contratação dos serviços de

transporte escolar e de técnicos docentes, para as escolas da zona rural do município de Petrolina/PE.

Esse liame jurídico constituído entre a Prefeitura de Petrolina/PE e o Instituto de Tecnologia e Gestão (Alfa Brasil), inscrita no CNPJ sob o nº 07.761.035/0001-92, foi sendo continuamente renovado, de maneira que não foram verificadas, do respectivo processo licitatório e da execução contratual, quaisquer evidências de que a Administração teria procedido periodicamente à verificação de preços de mercado para os serviços de transporte de alunos, tendo em vista atender ao disposto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, previamente à celebração dos termos aditivos, no que se refere à aferição de condições mais vantajosas para a Administração.

Da documentação das renovações contratuais, foi possível extrair informações que possibilitaram a visualização do histórico de prorrogações do Contrato com a Prefeitura, bem como das alterações de seus termos, conforme quadro a seguir:

Relação de termos aditivos de prorrogação e de reajuste periódico de preços do Contrato nº 005/2010, para prestação de serviços de transporte escolar na zona rural de Petrolina/PE:

Termo aditivo	Data Celebração	Propósito (Objeto)	Nova vigência	Valor do CT no período (R$)
Primeiro TA	20/01/2011	Prorrogação do Contrato Original por mais 12 meses	15/02/2011 a 14/02/2012	4.647.165,32
Segundo TA	21/11/2011	Acréscimo de R$ 1.152.498,09 ao valor global (24,8%)	15/02/2011 a 14/02/2012	5.799.663,41
Terceiro TA	12/01/2012	Prorrogação do Contrato Original por mais 12 meses	15/02/2012 a 14/02/2013	5.799.663,41
Apostilamento nº 003/2012 ao 3º TA	16/03/2012	Aplicação do índice de reajuste sobre o valor global	15/02/2012 a 14/02/2013	6.067.467,33
Quarto TA	14/02/2013	Prorrogação do Contrato Original por mais 12 meses	14/02/2013 a 14/02/2014	5.799.663,41
Apostilamento nº 002/2013	21/03/2013	Aplicação do índice de reajuste sobre o valor global	14/02/2013 a 14/02/2014	6.968.196,54
5º TA	15/02/2014	Prorrogação do Contrato Original por mais 12 meses	15/02/2014 a 31/12/2014	6.968.196,54
Apostilamento nº 81/2014	30/04/2014	Aplicação do IGPM de 5,7677% relativo ao período	15/02/2014 a 31/12/2014	7.370.101,21
6º TA	24/12/2014	Acréscimo de serviços ao contrato, relativamente aos últimos sete dias de 2014	01/01/2015 a 15/02/2015	281.644,77

7º TA	11/02/2015	Acréscimo de serviços ao contrato, relativamente aos primeiros 45 dias de 2015 (8.47% do valor contratual)	01/01/2015 a 15/02/2015	589.853,08

Fonte: Processo referente ao Pregão Presencial nº 001/2010.

Urge ressaltar que a argumentação aduzida pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Educação, quando de elaboração dos pareceres tendo em vista a análise dos pleitos prorrogação da vigência do Contrato em questão, frequentemente utilizava das seguintes premissas, consoante exemplificado por meio da peça apresentada em 20 de janeiro de 2011:

"Destarte, restando inquestionável que a renovação do prazo de vigência do contrato foi prevista no ato convocatório; que se trata de serviços de natureza continuada; que tais serviços vêm sendo prestados de modo satisfatório pela contratada; que a realização de novo certame oneraria os custos da municipalidade; que o prazo não excede os limites da Lei 8.666/93, e foi fixado em sintonia com a Lei de Responsabilidade Fiscal, desde que foi efetivada nos limites do exercício orçamentário; e que a justificativa implementada pela Secretaria consulente encaixa-se perfeitamente nas hipóteses suscitadas pelos supra referidos mestres, entendemos, salvo melhor juízo, que deve a Administração promover a renovação do Contrato nº 005/2010, mediante a confecção de Termo Aditivo, desde que possua dotação orçamentária necessária à execução integral do contrato pelo novo prazo."

Como é possível verificar, a Assessoria Jurídica vinha continuamente corroborando as premissas utilizadas pela Administração para a renovação do Contrato, no período de 1º de fevereiro de 2010 a 15 de fevereiro de 2015, em especial as que se referem à natureza contínua dos serviços e os custos inerentes à realização de um novo procedimento licitatório, sendo que esta última não restou demonstrada na prática.

Da constatação dessa realidade, a Prefeitura de Petrolina/PE foi formalmente arguida a respeito de não ter recorrido a informações obtidas com os agentes do mercado de serviços de transporte, no sentido de efetuar comparações com os preços do quilômetro para roteiros efetuados com ônibus e para roteiros percorridos com veículo tipo van, e conforme os resultados dessas consultas, decidir pela manutenção do contrato nas mesmas condições ou realizar novo procedimento licitatório. Não houve resposta para tal questionamento, até o encerramento dos trabalhos.

Ademais, do processo licitatório nº 001/2010, realizado em janeiro de 2010, foi possível verificar que, das cinco concorrentes, quatro foram desclassificadas por não terem escrito em suas propostas de preços, expressamente, que as condições de pagamento seriam com 10 dias da apresentação de nota fiscal à Prefeitura, tendo sido todas impedidas de seguir adiante na disputa relativa à fase de lances.

Verifica-se, portanto, que desde aquela época já era sabido que havia outros interessados, os quais poderiam ter sido consultados a cada oportunidade de renovação contratual, tendo em vista avaliar periodicamente se de fato as condições praticadas pela Alfa Brasil eram melhores frente a todas as possíveis opções oferecidas pelo mercado regional de transportes.

Manifestação da Unidade Examinada

Em referência ao Processo nº 00215.100103/2017-18, acerca do Relatório Preliminar de Auditoria, a Prefeitura de Petrolina/PE, por intermédio do Ofício nº 264/2017-PROGEM, de 3 de outubro de 2017, apresentou a seguinte manifestação:

"Preliminarmente cumpre informar que o contrato de nº 005/2010, de 15 de Fevereiro de 2010, que teve sua celebração decorrente do Pregão Presencial Nº 001/2010, cujo objeto foi à contratação dos serviços de transporte escolar e de técnicos docentes, para as escolas da zona rural do Município de Petrolina/PE, foi formalizado pela gestão administrativa anterior, que exerceu mandatos referentes ao quadriênio 2013/2016. Ou seja, todos os trâmites desde elaboração do Termo de Referência, processo de licitação, execução do contrato, prorrogações e reajustes, ocorreram sob a tutela da referida gestão.

Dentro deste contexto, imprescindível a exclusão de responsabilidade da atual gestão, especificamente da Secretaria Municipal de Educação, visto que não detinha nenhum vínculo quando da formalização do procedimento licitatório bem como com suas fases posteriores, como a sequência de aditivos com inobservância dos ditames legais.

Ao assumir a condução do Município em janeiro de 2017, a atual gestão não dispunha de contratação vigente atinente ao serviço de transporte escolar, razão pela qual foi obrigada a realizar contratação emergencial de empresa especializada em prestação de serviços escolar e gestão dos 17 (dezessete) ônibus amarelos de propriedade do município, destinados ao transporte de alunos do Ensino Fundamental das Redes Municipal e Estadual conveniada com esta municipalidade, o transporte dos técnicos de ensino que realizam visitações diárias aos estabelecimentos educacionais, e atividades eventuais/extracurriculares.

Para efetivar a contratação foi feita prévia cotação, conforme quadro demonstrativo:

COTAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR							
ITEM	***DESCRIÇÃO***	***QTDE (Km)***	***COTAÇÃO 01 LOCASERV***	***COTAÇÃO 02 G.A.A***	***COTAÇÃO 03 ANA LÚCIA***	***MÉDIA R$***	***TOTAL R$***
0.1	*ÔNIBUS*	*564.655,11*	*R$ 3,82*	*R$ 4,15*	*R$3,94*	*3,97*	*2.241.680,79*
0.2	*MICRO-ÔNIBUS*	*508.812,12*	*R$ 2,97*	*R$ 4,51*	*R$ 3,94*	*3,81*	*1.936.878,14*
0.3	*BARCOS*	*508*	*R$ 70,26*	*R$ 0,00*	*R$ 2,82*	*36,54*	*18.562,32*
0.4	*VAN*	*78.606,95*	*R$ 3,15*	*R$ 4,73*	*R$ 2,52*	*3,47*	*272.504,09*
0.5	*ÔNIBUS PRÓPRIO*	*85.543,06*	*R$ 2,97*	*R$ 0,00*	*R$ 3,00*	*2,99*	*255.346,03*
0.6	*MICRO-*	*50.654,22*	*R$ 1,40*	*R$ 0,00*	*R$ 1,41*	*1,41*	*71.169,18*
0.7		*2.571,50*	*R$ 35,00*	*R$ 0,00*	*R$ 1,40*	*18,20*	*45.818,50*
Total							*4.841.959,05*

O prazo estimado para prestação de serviços foi de 90 (noventa) dias conforme disposição inserta no art. 24, IV da Lei de Licitações.

Ao comparar os valores das contratações, observa-se que a referida dispensa apresenta um montante bastante inferior ao praticado na gestão anterior, qual seja, no ***quinto aditivo a valor da contratação foi de R$ 6.968.196,56*** *(seis milhões novecentos sessenta e oito mil, cento e noventa e seis reais, cinquenta e seis centavos)* ***e a dispensa emergencial da atual gestão foi no valor de R$ 4.841.959,05*** *(quatro milhões, oitocentos e quarenta e um reais, novecentos e cinquenta e nove reais e cinco centavos), ou seja, possibilitando* ***uma economia***

em prol do Erário Público, de montantes da ordem de R$ 2.126.237,56 *(dois milhões cento e vinte e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos), levando a crer que os preços praticados antes estavam superfaturados, pois que acima dos que praticados pelo mercado, mesmo no presente momento, e quanto mais aos que praticados a época pretérita da sua contratação. Segue anexa cópia de todo o procedimento realizado para a referida dispensa emergencial."*

Análise do Controle Interno

Sobre as razões aduzidas pela Prefeitura de Petrolina/PE, é possível afirmar o seguinte:

a) O preço da nova contratação pode vir a demonstrar que a Administração teria possibilidades concretas de obter resultados favoráveis quando da reavaliação periódica das condições contratuais e, assim, buscar meios de fazer face ao princípio da economicidade, desde que o liame jurídico firmado com a LOCASERV Ltda. tenha ocorrido nas mesmas condições, inclusive quanto ao prazo mínimo de um ano, quando considerado juntamente com todos os termos aditivos de prorrogação.

Somente com base nas mesmas premissas é possível afirmar que o novo preço contratado é mais vantajoso que o da contratação anterior, como no caso afirmaram os novos representantes da edilidade, tendo por referência o preço formalizado pelo 5º Termo Aditivo e Apostilamento nº 002/2013 ao instrumento do Contrato nº 005/2010, entre a Prefeitura de Petrolina/PE e a Alfa Brasil.

É fato que a Administração prescindiu de buscar melhores preços, de modo a incorrer em potenciais prejuízos que remontam ao exercício de 2011, primeira oportunidade em que teria a Prefeitura de reavaliar as condições contratuais, o que não foi feito, sob o fundamento de que não poderia suportar os custos de novo procedimento licitatório. Como caraterizado na descrição dos fatos, a Administração e sua Assessoria Jurídica frequentemente utilizavam essas premissas como justificativa para as renovações, ou nas mesmas condições ou com acréscimos financeiros, sem demonstrá-las devidamente no Processo.

Na realidade, quando se avalia a proposta da empresa vencedora do Pregão Presencial nº 001/2010, a quilometragem levantada pela Secretaria de Educação foi de 1.878.156 Km para os roteiros a serem percorridos com ônibus e 919.184 Km a serem percorridos com veículo do tipo Van. Esse somatório daria 2.797.340 Km em um ano (220 dias letivos), ou seja, na vigência original do Contrato nº 005/2010.

Se a nova contratação, considerada com todos os termos aditivos, tiver prazo de um ano, o que não restou demonstrado, pois o anexo mencionado não foi enviado juntamente com a manifestação apresentada, considerando que o somatório das distâncias do novo liame jurídico firmado, inclusive de barco e ônibus próprios, totaliza 1.288.779,46 Km, há uma diferença de 1.508.560,54 Km em relação ao dimensionamento do Contrato anterior.

Se for levado em conta os 693.741 Km acrescidos ao objeto do Contrato nº 005/2010, por meio do segundo termo aditivo, existe uma diferença total em relação ao novo contrato celebrado em 2017 de 2.202.301,54 Km. Esse aspecto pode explicar a diferença de preço global obtida nos dois momentos (contrato de 2017 e valor do contrato anterior após o quinto termo aditivo).

b) Já em relação à questão principal tratada neste tópico do Relatório, qual seja, a continuidade das renovações contratuais com a empresa vencedora do certame de 2010, até fevereiro de 2015, não houve qualquer alegação no sentido de refutar os fatos apontados.

2.1.2. Acréscimo de serviços ao Contrato nº 005/2010 em percentual superior ao estipulado no art. 65 da Lei nº 8.666/93, com prejuízo no montante de R$ 862.223,52. Fundamentação insuficiente para as alterações promovidas nos quantitativos dos serviços de transporte escolar. Pagamento de serviços de transporte em período de férias escolares em 2015 no valor de R$ 677.847,26.

Fato

Em análise à documentação acerca da execução, com respeito ao Contrato nº 005/2010, celebrado com a Alfa Brasil, foi verificado que, logo após o decurso de um ano e dez meses de sua assinatura, foi formalizado junto à Administração da Prefeitura de Petrolina um acréscimo de 24,8% do montante original, decorrente da revisão das rotas definidas originariamente, aplicável ao período de 15 de fevereiro de 2011 a 14 de fevereiro de 2012, conforme segue:

Termo Aditivo de acréscimo ao objeto do Contrato nº 005/2010:

Termo aditivo	Data Celebração	Propósito (Objeto)	Nova vigência	Valor do CT no período (R$)
Primeiro TA	20/01/2011	Prorrogação do Contrato Original por mais 12 meses	15/02/2011 a 14/02/2012	4.647.165,32
Segundo TA	21/11/2011	Acréscimo de R$ 1.152.498,09 ao valor global (24,8%)	15/02/2011 a 14/02/2012	5.799.663,41

Fonte: Processo referente ao Pregão Presencial nº 001/2010.

A solicitação da Secretaria de Educação no sentido de pleitear o acréscimo ao objeto do Contrato foi formalizada por meio da CI nº 2.034/2011, de 24 de outubro de 2011, tendo sido mencionado o seguinte, a título de justificativa:

"Considerando o acréscimo no nº de matrículas em 2011, a quantidade de alunos nas escolas da zona rural e o processo de nucleação escolar, sendo assim necessário acrescentar novas rotas e alterar o percurso das rotas que existiam em 2010, conforme planilhas anexas, faz-se necessário acrescendo os quantitativos dos serviços em 24,8% mantendo o citado contrato em sua originalidade para atender demanda existente em 2011".

No Anexo I ao pleito do segundo termo aditivo consta o seguinte quadro com o detalhamento do quantitativo da quilometragem das rotas previstas para serem percorridas pelos veículos do transporte escolar em 2011:

Detalhe do acréscimo promovido por meio do Segundo Termo Aditivo:

Item	*Tipo veículo*	*Km contratada*	*Km a aditivar em 24,8%*	*Valor Unitário*	*Valor total a aditivar*

1	*Ônibus*	*1.878.156*	*465.783*	*R$ 1,75*	*R$ 815.120,25*
2	*Van*	*919.184*	*227.958*	*R$ 1,48*	*R$ 337.377,84*
Total					*R$ 1.152.498,09*

Fonte: Processo referente ao Pregão Presencial nº 001/2010.

De todas as 111 rotas elencadas no quadro anexo ao pedido de acréscimo no objeto, no valor de R$ 1.152.498,09, destacam-se as rotas 107, 108, 109, 110 e 111, as quais não existiam em 2010 e, juntas, perfazem 809,06 Km por dia, o que daria, para 200 dias letivos, 161.812 quilômetros ao todo. Isso representa 23,32% do total dos 693.741 quilômetros adicionados ao total do objeto do Contrato nº 005/2010.

O quadro a seguir detalha a situação identificada:

Rotas inseridas no exercício de 2011 para o transporte de alunos da zona rural:

Rota	Transportador	Km	Modal	Localidade
107	D. L. de S.	115,6	Micro-ônibus	Rajada
108	M. R. de S. C.	98,4	Micro-ônibus	Rajada
109	R. L. de S.	199,8	Micro-ônibus	Projetos/Ass. Massangano
110	S. R. F. M.	104,2	Ônibus	Izacolândia
111	R. P. D. N.	291,06	Micro-ônibus	Rajada

Fonte: Processo referente ao Pregão Presencial nº 001/2010.

Digno de nota é também o fato de que o número de matrículas efetuadas pela Secretaria de Educação de Petrolina/PE, no que se refere aos alunos da zona rural, foi acrescida de apenas 189 alunos no ensino fundamental, entre 2010 e 2011, consoante detalhado no quadro a seguir, com base em informações extraídas da página *http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar:*

Quadro comparativo entre número de matrículas realizadas entre 2010 e 2011 na rede de ensino municipal de educação básica, relativamente ao nível fundamental:

Censo	**2010**		**Totais**
	Fund I	**Fund II**	
Urbana	10.400	3.155	13.555
Rural	8.201	4.142	12.343
Censo	**2011**		**Totais**
	Fund I	**Fund II**	
Urbana	11.425	3.175	14.600
Rural	8.894	3.638	12.532

Fonte: Sítio do INEP na internet.

Não foram detalhadas as correlações entre o crescimento de apenas 189 alunos no ensino fundamental, na zona rural do município de Petrolina/PE, bem como as nucleações de escolas

efetivadas pela Secretaria de Educação, com o acréscimo de 693.741 quilômetros em relação ao que havia sido originariamente pactuado. Essa alteração teve consequências sobre o dimensionamento quantitativo do objeto do Contrato nº 005/2010.

Esse incremento no número de alunos do ensino fundamental regular na zona rural do município representa apenas 1,53% do total de estudantes do ano anterior. Entretanto, essa premissa foi um dos fatores para o aumento de aproximadamente 25% no quantitativo de quilometragem a ser percorrida pelos motoristas do transporte escolar já em 2011, segundo ano de execução dos serviços.

A respeito dos acréscimos realizados com base no sexto e sétimo termos aditivos, que tiveram por fundamento a necessidade de promover a continuidade dos serviços no final de 2014 e início de 2015, até a realização de nova licitação, no quadro tem-se o detalhamento sobre essas alterações, quais sejam:

Termos aditivos de acréscimo de quantitativos celebrados em 2014 e 2015:

Termo aditivo	Data Celebração	Propósito (Objeto)	Nova vigência	Valor do CT no período (R$)
6º TA	24/12/2014	Acréscimo de serviços ao contrato, relativamente aos últimos sete dias de 2014, e prorrogação do prazo de vigência por mais 45 dias	01/01/2015 a 15/02/2015	281.644,77
7º TA	11/02/2015	Acréscimo de serviços ao contrato, relativamente aos primeiros 45 dias de 2015 (8,47% do valor contratual)	01/01/2015 a 15/02/2015	589.853,08

Fonte: Processo referente ao Pregão Presencial nº 001/2010.

Urge ressaltar, preliminarmente, que esses dois últimos acréscimos ao Contrato nº 005/2010, já no final de sua vigência, ocorreram em desacordo com o que dispõe o parágrafo primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/93, considerando que no segundo termo aditivo o contratado já havia sido obrigado a aceitar 24,8% de acréscimo na quilometragem total anual, com repercussão financeira de R$ 1.152.498,09 para o liame jurídico contratual entre a Alfa Brasil e a Prefeitura de Petrolina/PE.

Não foi realizado, nesse caso, uma dispensa emergencial, nem tampouco foram realizados procedimentos preparatórios para a realização de uma nova licitação com a antecedência necessária ao caso. Não se pode olvidar o fato de que a Administração teve sessenta meses para promover as condições para a realização de procedimentos voltados à escolha de um novo contratado.

No que tange ao sexto termo aditivo, a justificativa da despesa de R$ 281.644,77 adicional, além do limite do parágrafo único do art. 65 da Lei nº 8.666/93, foi a seguinte, constante do termo de referência para sua celebração:

"Tendo em vista que a prestação dos serviços realizados pelo Instituto de Tecnologia e Gestão (Alfa Brasil) atendeu a demanda prevista no contrato e cumpriu todas as normas preestabelecidas no contrato nos anos anteriores e considerando que o transporte escolar é

um direito dos alunos matriculados na rede pública municipal e um serviço continuado essencial a consecução do objeto em epígrafe ainda considerando que nova licitação do transporte escolar ainda tramita nesta prefeitura torna-se necessário aditar o contrato para garantir o início do ano letivo em 05/02/2015, conforme calendário letivo estabelecidos pela SEDUC sem prejuízo aos alunos da rede segundo solicitação, em anexo da Diretoria de Transporte Escolar."

O anexo ao sexto termo aditivo apresenta como quantitativo de dias de execução dos serviços apenas sete, para todos os 121 roteiros a serem percorridos pelos respectivos motoristas, em que pese esse termo efetuar a prorrogação da vigência até 15 de fevereiro de 2015.

Considerando as informações do calendário escolar de 2014, que o 6º termo aditivo foi assinado em 24 de dezembro de 2014, e que essa prorrogação teve o objetivo de manter a continuidade dos serviços, é possível efetuar os seguintes comentários:

- Os dias 24 e 25 daquele mês foram considerados feriados de Natal, e os dias 27 e 28 corresponderam ao sábado e domingo da última semana de dezembro de 2014. Se nos dias 29 e 30 houve, respectivamente, o conselho de classe e a entrega dos resultados finais, restaria somente o dia 26 com possibilidade de aula.

- O calendário escolar é uma expectativa, baseada no planejamento realizado pela Secretaria de Educação, para efeito de estabelecer um cronograma de atividades para os alunos e corpo docente. Dessa forma, haveria de ser comprovado pela Prefeitura de Petrolina em que dias, a partir da assinatura do termo aditivo (24 de dezembro de 2014), ocorreram atividades nas escolas, de forma a demandar a execução dos serviços para todos os roteiros durante 7 dias.

- Ademais, há indicação, abaixo da tabela representativa do mês de dezembro de 2014, no calendário escolar daquele exercício, de que seriam apenas 13 dias letivos, dentre os quais 1 a 5 e 8 a 12 de dezembro de 2014 (dez dias). Se 15 e 16 também foram dias úteis e no dia 17 havia sido planejado o término da unidade, todos os demais não poderiam ter sido considerados dias letivos.

Diante do exposto, não faria sentido remunerar a empresa por serviços que não foram efetivamente prestados, e que não foram formalmente autorizados por meio da Secretaria de Educação.

Finalmente, com respeito ao sétimo termo aditivo, por meio do qual foi acrescido ao montante do Contrato nº 005/2010, o valor de R$ 589.893,08, correspondente a 8,47% do valor original, a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação por meio de Termo de Referência foi a seguinte:

"Tendo em vista que a prestação de serviços realizados pelo Instituto de Tecnologia e Gestão (Alfa Brasil), é de caráter continuado e que o Município de Petrolina devido a sua extensão *territorial e localização estratégica no vale do São Francisco, recebe continuamente alunos de diversas regiões, e até mesmo migração entre as diversas áreas irrigadas do município, afetando constantemente a alteração de rotas e o atendimento do transporte escolar. Considerando que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e o atendimento do transporte escolar é um dos meios para consecução do objeto em curso, é que se faz necessário aditar o contrato em epígrafe garantido acesso gratuito aos alunos matriculados na rede pública municipal nas localidades da zona rural e comunidades que estão distantes*

das unidades de ensino. Tornando assim, necessário acrescer o valor de 8,47% ao contrato nº 005/2010 nos termos do contrato original considerando todas as alterações. Conforme justificativa técnica em anexo".

Em anexo foi apresentada a seguinte tabela:

Quadro apresentado em anexo à justificativa para celebração do sétimo termo aditivo ao Contrato nº 005/2010:

Data	*Evento*	*Período*	*Valor (R$)*
14/02/2010	*Assinatura do Contrato nº 005/2010*	*15/02/2010 a 14/02/2011*	*4.647.165,32*
21/11/2011	*2º Termo Aditivo de acréscimo dos quantitativos*	*16,53%*	*1.152.498,09*
15/02/2014	*5º Termo Aditivo renovado*	*15/02/2014 a 31/12/2014*	*6.968.196,54*
01/01/2015	*6º Termo Aditivo de prazo*	*31/12/2014 a 15/02/2015*	*281.664,77*
31/12/2014	*Novo saldo contratual atual para aditivo de valor, passa a ser:*	*25,0%*	*1.724.049,13*
15/02/2015	*Diferença de saldo contratual*	*8,47%*	*589.853,08*

Fonte: Processo referente ao Pregão Presencial nº 001/2010.

Em 11 de fevereiro o Diretor de Transportes apresentou justificativa para o acréscimo pleiteado, do qual destacamos o que segue:

"Considerando que, as novas matrículas precisam ser computadas, nas rotas existentes ou em novas rotas de atendimento, para atender ao alunado carente do município".

Interessante frisar que no quadro anexo a justificativa para o sétimo termo aditivo fez-se alusão ao segundo termo aditivo como se o mesmo tivesse representado apenas 16,53% do montante original. Na realidade, corresponde esse valor a 24,8% do montante contratado em 2010, de forma que só restaria à Administração Municipal 0,2% (R$ 9.294,33) de margem para nova alteração, antes de alcançar o limite legalmente estipulado.

Assim sendo, considerando as duas últimas alterações promovidas no valor original, nos montantes de R$ 281.664,77 e R$ 589.853,08, os quais totalizam R$ 871.517,90, e a margem que restaria à Administração em termos de acréscimo ao quantitativo original (R$ 9.294,33), o valor pago além do limite insculpido no parágrafo primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/93, foi de R$ 862.223,52.

Ressalte-se ainda que, se as aulas iniciaram conforme o calendário escolar, em 5 de fevereiro de 2015, pelo menos 35 dos 45 dias teriam sido pagos sem que houvesse qualquer prestação dos serviços, não importando, nesse caso, a premissa do aumento do número de alunos com matrículas constantes durante o ano letivo, conforme alegou a Secretaria de Educação em sua justificativa.

Em termos de proporcionalidade, considerando que a fração 35/45 é equivalente a 7/9, tem-se que o valor pago indevidamente à contratada em face da inexistência de aulas nas escolas no início de 2015 é de R$ (871.517,90 x 7)/9 = R$ 677.847,26.

Manifestação da Unidade Examinada

Em referência ao Processo nº 00215.100103/2017-18, acerca do Relatório Preliminar de Auditoria, a Prefeitura de Petrolina apresentou a seguinte manifestação:

"No que atine aos aditivos de acréscimo ao Contrato nº 005/2010, convém observar que a responsabilidade deverá ser imputada a gestão anterior, por ter extrapolado os limites permitidos no estatuto licitatório. Neste caso, inexiste razão para a atual gestão seja responsabilizada pelas inconsistências indicadas no relatório.

Em outro vértice convém registrar que, após tomar conhecimento das informações contidas no Relatório, a gestão atual do município de Petrolina/PE, irá adotar as medidas judiciais cabíveis, a fim de que sejam os agentes responsáveis devidamente responsabilizados por tais condutas, em qualquer que seja a esfera, seja ela administrativa, civil ou criminal. Por cautela, deverá tomar tais informações, tão logo essa CGU apresente e divulgue o relatório definitivo".

Análise do Controle Interno

Com respeito aos argumentos aduzidos pela edilidade, é possível tecer os seguintes comentários:

a) Os eventuais procedimentos de responsabilização, como decorrência da identificação dos autores das respectivas condutas, levam em conta naturalmente o período em que os gestores estiveram à frente das citadas funções, bem como seus limites de competência para a prática dos referidos atos;

b) Não houve qualquer contrarrazão trazida à baila cujo teor fosse, em essência, o contraditório em relação ao que foi descrito neste ponto do Relatório. Ao contrário, a Administração sinalizou a pretensão de ajuizar medidas com vistas à responsabilização dos gestores que deram causa às irregularidades informadas, nas diferentes esferas.

2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Este Ministério não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

2.2.1. Direcionamento da contratação de serviços de transporte escolar no âmbito do Pregão Presencial nº 001/2010.

Fato

Procedeu-se à análise do Processo Licitatório nº 001/2010, realizado em janeiro de 2010, o qual teve por objeto a contratação de serviços de transporte de alunos da zona rural e técnicos docentes.

Foram identificados fatos no decorrer do procedimento em tela que conduzem à conclusão de que houve direcionamento à empresa vencedora, como a rejeição de propostas de preços de determinados licitantes para que não viessem a disputar os lotes na fase de lances, ou mesmo exigências técnicas que não se coadunam com a essência do objeto que se pretendia contratar.

Preliminarmente, foi possível verificar que, das cinco concorrentes que apresentaram propostas, três foram desclassificadas por não terem escrito em suas propostas de preços, expressamente, que as condições de pagamento seriam com 10 dias da apresentação da nota fiscal à Prefeitura, tendo sido todas impedidas de seguir adiante na disputa na fase de lances.

Nesse sentido, no item 12.1 do Edital, consta o seguinte:

"12. Do Pagamento

12.1 – O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao serviço prestado".

Não foi verificada nenhuma atitude do pregoeiro de sorte a manter o nível de competitividade do certame, com a participação de pelo menos três empresas. Eventual correção do prazo de pagamento, ou outros ajustes de caráter mais formal, poderiam ser solicitados à empresa vencedora depois da etapa de lances, para efeito de apresentação da proposta definitiva.

Nesse sentido, somente na alínea "j" do item 7 do Termo de Referência, ocorre a previsão de hipótese de desclassificação sumária, consistindo na omissão de demonstração das funcionalidades do software, de acordo com o item 6.0 do anexo III.

No item 9 do Termo de Referência, *"Do Procedimento e do Julgamento"*, após o credenciamento dos interessados em participar do certame, deveria ser declarada aberta a sessão da etapa competitiva, de maneira a selecionar as propostas para a fase de lances.

Nesse particular, no item 9.4, são elencadas as hipóteses de desclassificação, quais sejam:

"a) Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital;
b) Que apresentem preço excessivo ou manifestamente inexequível."

Dessa forma, observa-se que o foco do pregoeiro para desclassificar as demais propostas foi na questão do prazo para pagamento, aspecto que poderia ter sido ajustado somente após a etapa competitiva. Definitivamente, essa não é uma informação que poderia eivar a proposta de vícios insanáveis, de modo a impedir sua comparação com as demais, sobretudo em termos de preços e vantagens para a Administração, considerando ter sido a capacidade da empresa vencedora aferida segundo os ditames do Edital.

As empresas que ofertaram propostas foram as seguintes:

Relação de empresas que apresentaram propostas no Pregão Presencial nº 01/2010:

Empresa	CNPJ	Data Proposta	Valor (R$)
Alfa Brasil	07.761.035/0001-92	18/01/2010	4.768.250,76
URBE Transportes e Serviços Ltda.	05.885.395/0001-70	19/01/2010	5.066.766,32
Raul Santos Filho ME	34.092.361/0001-27	19/01/2010	5.205.837,56
Mart Transportes e Serviços	03.310.157/0001-01	15/01/2010	5.058.370,24
Olegário Pereira Lacerda Júnior	07.092.069/0001-31	18/01/2010	4.795.428,40

Fonte: Processo referente ao Pregão Presencial nº 001/2010.

Como é possível observar, a proposta da OSCIP Alfa Brasil encontrava-se bem próxima ao valor ofertado pela empresa Olegário Pereira.

Entretanto, o pregoeiro à época interpretou que as empresas haviam burlado o item 12.1 do Edital do certame, classificando apenas a Alfa Brasil que, na fase de lances, apresentou as seguintes ofertas para os preços unitários do transporte escolar por meio de ônibus e de van, segundo os registros de acompanhamento do pregão:

Fase de lances do certame com a participação de uma concorrente:

Ofertas	Ônibus	Redução %	Van	Redução %
Proposta	1,79	2,23	1,53	3,27
Lance 1	1,78		1,52	
Lance 2	1,77		1,49	
Lance 3	1,76		1,48	
Lance 4	1,75		Não houve	

Fonte: Processo referente ao Pregão Presencial nº 001/2010.

Verifica-se que a redução percentual obtida em relação às propostas iniciais, em face da apresentação de lances por parte da única participante, não foi significativa, tendo alcançado descontos que não ultrapassam 3,3%.

Ademais, no item 3.7 do Edital, foi prescrita a seguinte exigência, com relação a existência e utilização, pela prestadora de serviços, de software específico para gerenciamento dos seguintes aspectos, conforme transcrito:

"3.7.1 – Software específico para gestão de transporte escolar na visão da administração pública municipal, contendo os seguintes módulos:

3.7.1.1 – Cadastramento de alunos usuários dos transportes escolares;
3.7.1.2 – Expedição de carteiras escolares de usuários de transportes escolares;
3.7.1.3 – Cadastramento de trechos e sub-trechos (linhas) de transporte escolar;
3.7.1.4 – Cadastramento de veículos, por tipo, acompanhamento de vistorias e comprovação de registro legal do veículo;
3.7.1.5 – Cadastramento de condutores e controle de vencimento da CNH (Carteira Nacional de Habilitação);
3.7.1.6 – Módulo de cálculo de fatura de serviços, contendo:

a) Faturamento por cada transportador por origem de recursos;
b) Demonstrativo de pagamentos individuais por cada transportador;
c) Módulo de cálculo de consignações e de tributos;
d) Módulo de consignações de contratos e convênios;

3.7.1.7 – Módulo de relatórios de contratos e convênios."

Verifica-se que a Prefeitura fixou exigência que desvirtua a natureza e essência da contratação, uma vez que exige da empresa que a mesma tenha software com aplicativos e funcionalidades que, inclusive, referem-se a obrigações da própria Prefeitura, como é o caso da manutenção em banco de dados específico, do cadastro de alunos que utilizariam os serviços de transporte.

Nesse particular, vale a pena ressaltar considerações trazidas à baila pela impugnação ao Edital do certame, tida por intempestiva pelo pregoeiro responsável, e portanto não analisada, que consta do Processo às fls. 62 a 76, cujos trechos podem ser destacados, por sua relevância em relação ao tema:

"(...)

Contudo o item 6.0 do Anexo III (termo de referência) faz exigências, que podem ser consideradas como extremamente restritivas, por que não dizer direcionadas.

(...)
b) 6.1.1 – Cadastramento de alunos usuários dos transportes escolares;

Não é função da futura contratada essa atribuição, em razão da natureza da contratação, é função da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, além disso, o custo do cadastramento é diverso do custo da contratação, e incorrerá em contratação de pessoal por parte da vencedora para promover o cadastramento, essa planilha de custo não está definida no Edital, tampouco sua finalidade e modo de como ocorrerá esse cadastramento para que sejam levantados os custos;
Quantos alunos são estimados?
Em quanto tempo deverá ser o cadastramento?

c) 6.1.2 – Expedição de carteiras escolares de usuários de transportes escolares;

Apresenta com estranha essa exigência, uma vez que o controle deve ser exercido pela Administração e não pela contratada, mas indaga-se quantas:
Qual o objetivo da expedição dessas carteiras?
Quantas seriam as carteiras estimadas?
Qual o modelo de carteira?

d) 6.1.3 – Cadastramento de trechos e sub-trechos (linhas) de transporte escolar;
Os trechos e sub-trechos não são os descritos no Anexo III?

e) 6.1.4 – Cadastramento de veículos, por tipo, acompanhamento de vistorias e comprovação de registro legal de veículo;
Essa é uma atribuição interna da empresa vencedora, que a Administração pode fiscalizar a qualquer tempo, sem a necessidade de software específico.

(...)

Conclui-se que a inclusão desse item 6.0 não guarda correlação com o objeto da licitação. A Planilha de Custos da futura contratada vai exigir então além de todos os custos operacionais do transporte escolar, também um custo de SOFTWARE DE CONTROLE, destinado precipuamente a fiscalizar o contrato, cuja atribuição de fiscalizar contrato é legalmente de Administração".

O teor da referida impugnação somente corrobora o entendimento de que a exigência de software nunca poderia constar do Edital de contratação de serviços de transporte escolar, pois não consiste em custo característico da prestação de serviços dessa natureza (pneus, combustível, depreciação do veículo, manutenção, salário e encargos sociais dos motoristas, dentre outros).

Manifestação da Unidade Examinada

Em referência ao Processo nº 00215.100103/2017-18, acerca do Relatório Preliminar de Auditoria, a Prefeitura de Petrolina apresentou a seguinte manifestação:

"Na hipótese desta constatação ser confirmada, esta municipalidade não se eximirá de providenciar tomar todas as medidas judiciais cabíveis, objetivando apurar se realmente houve desvio as boas práticas licitatórias apontadas neste Relatório e obter o ressarcimento para recompor o erário".

Análise do Controle Interno

A Municipalidade, em sua argumentação, apenas sinalizou a pretensão de ajuizar ação contra os responsáveis que deram causa às irregularidades apontadas, sem apresentar qualquer contrarrazão que pudesse, no mérito, refutar os apontamentos presentes neste ponto do Relatório.

3. Conclusão

O Contrato nº 005/2010 iniciou-se no valor de R$ 4.647.165,32, quando de sua celebração em 20 de janeiro de 2011, tendo sido acrescido em 24,8% em novembro do mesmo exercício, passando o valor para R$ 5.799.663,41. Foram analisadas todas as justificativas acerca das prorrogações e dos acréscimos.

A equipe considerou que os motivos para esse acréscimo, decorrente do segundo termo aditivo, foram insubsistentes, uma vez que teve como fundamento apenas as premissas de aumento na quantidade de alunos na zona rural e o processo de nucleação escolar. Verificaram-se as inconsistências das justificativas para o acréscimo, por exemplo, por meio de consulta às informações do censo escolar, as quais evidenciam um aumento anual de apenas 189 alunos na zona rural, para a rede municipal, entre 2010 e 2011.

Nessa esteira, também foram considerados insubsistentes os acréscimos ocorridos com o advento do sexto e sétimo termos aditivos. Em primeiro lugar, porque na vigência do Contrato nº 005/2010 o prestador já havia sido obrigado a aceitar quase 25% de aumento na quantidade de quilômetros a percorrer. Além disso, os demais acréscimos não guardavam correlação com as atividades previstas no calendário escolar dos anos de 2014 e de 2015, de forma que foram pagos valores à contratada sem que os serviços tivessem sido prestados, como a ocorrência no período de férias no início de 2015. O montante indevidamente desembolsado pela Prefeitura para remuneração da Alfa Brasil, apurado pela equipe de fiscalização da CGU-Regional, foi de R$ 677.847,26.

Ademais, as contínuas renovações, através da celebração de termos aditivos de prorrogação do prazo de vigência do liame jurídico contratual, não foram precedidos de procedimentos de verificação da vantajosidade da manutenção das mesmas condições, como a verificação

periódica dos preços ofertados pelos agentes do mercado, atuantes na prestação de serviços de transporte de alunos.

Por fim, foi objeto de avaliação o procedimento licitatório para contratação de empresa prestadora de serviços de transporte de alunos, de cuja análise se tornou possível concluir pela ocorrência da hipótese de direcionamento do objeto, uma vez que foi identificada a existência de evidências de cláusulas restritivas no Edital e Termo de Referência, bem como atos administrativos que dificultaram a participação das concorrentes, quando da apresentação das propostas de preços.

Ordem de Serviço: 201700919
Município/UF: Petrolina/PE
Órgão: MINISTERIO DA EDUCACAO
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão
Unidade Examinada: MUNICIPIO DE PETROLINA
Montante de Recursos Financeiros: R$ 123.895.687,99

1. Introdução

Entre janeiro de 2014 e março de 2017, foram transferidos, oriundos do Fundo de Manutenção e Valorização da Educação Básica (FUNDEB), em sua parte que se refere aos 40%, R$ 123.895.687,99 para o município de Petrolina/PE. Desse montante, 66.085.217,60, ou seja, aproximadamente 51% do total, foram alocados no Convênio nº 65/2010, firmado em 1º de outubro de 2010, com a Associação dos Amigos da PETRAPE, tendo em vista a prestação de atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade, no âmbito do Programa Nova Semente.

Os trabalhos realizados tiveram por objetivo a análise de diversos aspectos do Programa Nova Semente, dentre ao quais destacam-se:

- Atendimento aos princípios da Educação Infantil, cujos serviços prestados com recursos públicos têm como diretrizes básicas a universalidade e a gratuidade;
- Regularidade das despesas realizadas com a folha de pessoal, tendo por critérios norteadores os conceitos de elegibilidade das despesas com recursos do FUNDEB, bem como as diferenças entre os parâmetros de quantitativos de profissionais para o atendimento às crianças, definidos em 2015, 2016 e em 2017;
- Regularidade das despesas realizadas com odontologia, ainda que, em princípio, custeadas com recursos próprios, uma vez que fazem parte das ações do Programa Nova Semente e resultaram em desperdício de dinheiros e valores públicos;
- Controles existentes sobre as matrículas dos alunos no Programa, bem como da frequência dos mesmos nas respectivas unidades, por parte do grupo gestor designado pela Secretaria de Educação do Município, de modo a respaldar os valores pagos conforme os Planos de Trabalho;
- Critérios definidos para expansão do Programa, em termos de quantitativos de novas unidades inauguradas, bem como do número de alunos atendidos na Educação Infantil da rede conveniada.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da

execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

2.1.1. Utilização de recursos do Fundeb 40% no montante de R$ 66.085.217,60 ao longo dos exercícios de 2015, 2016 e 2017 (janeiro a março), para custear gastos com folha de pagamento do Programa Nova Semente, pactuado no âmbito do Convênio nº 065/2010.

Fato

Em análise aos registros contábeis da Prefeitura Municipal de Petrolina/PE, verificou-se que ao longo dos exercícios de 2015, 2016 e 2017 (janeiro a março) foram pagas despesas com recursos do Fundeb 40%, nos valores respectivos de R$ 52.251.586,94, R$ 63.419.707,97 e R$ 8.225.393,08, evidenciando gastos médios mensais de R$ 4.354.298,91, R$ 5.284.975,66 e R$ 2.741.797,69, respectivamente.

Dos montantes citados, esta Controladoria realizou exames específicos nas despesas pagas ao credor "Associação dos Amigos do PETRAPE" tendo em vista a relevância e materialidade dos gastos. Acrescente-se que os desembolsos realizados ao PETRAPE para o período em análise somaram os seguintes valores:

Tabela – Relação de Empenhos pagos ao PETRAPE no exercício de 2015

Nº Empenho	**Valor Pago (R$)**
303/2015	12.346.579,04
1780/2015	2.134.777,69
1979/2015	2.659.065,30
2218/2015	2.659.065,30
2551/2015	2.659.065,30
2853/2015	2.659.065,30
3076/2015	1.156.000,00
Total – 2015	26.273.617,93

Fonte: Relação de empenhos pagos pela Prefeitura Municipal de Petrolina/PE no exercício de 2015.

Do exposto, observa-se que a Prefeitura Municipal de Petrolina/PE destinou a soma de R$ 26.273.617,93, representando 50% do montante de recursos do FUNDEB 40% (R$ 52.251.586,94), para pagamento de serviços prestados pela PETRAPE, ao longo do exercício de 2015.

Tabela – Relação de Empenhos pagos ao PETRAPE no exercício de 2016

Nº Empenho	Valor Pago (R$)
362/2016	2.898.644,40
379/2016	2.941.587,28
667/2016	3.027.473,04
1007/2016	3.042.503,05
1249/2016	3.060.395,91
1506/2016	3.142.306,31
1878/2016	3.210.426,24
2091/2016	3.230.202,99
2414/2016	550.428,09
2794/2016	3.421.987,81
2936/2016	3.876.869,37
Total – 2016	32.402.824,49

Fonte: Relação de empenhos pagos pela Prefeitura Municipal de Petrolina/PE no exercício de 2016.

Cumpre ressaltar que ao longo do exercício de 2016, a Prefeitura Municipal de Petrolina/PE comprometeu aproximados 51% (R$ 32.402.824,49/63.419.707,97*100) dos recursos do Fundeb 40% para pagamento ao PETRAPE.

Tabela – Relação de Empenhos pagos ao PETRAPE no exercício de 2017

Nº Empenho	Valor Pago (R$)
631/2017	3.343.708,67
676/2017	4.065.066,51
Total – 2017	7.408.775,18

Fonte: Relação de empenhos pagos pela Prefeitura Municipal de Petrolina/PE no exercício de 2017.(janeiro a março)

Informe-se que a Prefeitura Municipal de Petrolina/PE realizou desembolsos com recursos do Fundeb 40%, ao longo do período de janeiro a março de 2017, que totalizaram o valor de R$ 8.225.393,08, dos quais 90% (7.408.775,18/8.225.393,08*100) foram destinados ao pagamento de obrigações pactuadas junto à PETRAPE.

Vale lembrar que os pagamentos supracitados no montante de R$ 66.085.217,60 (26.273.617,93+32.402.824,49+7.408.775,18), realizados nos exercícios de 2015, 2016 e 2017 (janeiro a março), foram destinados à PETRAPE com vistas a atender exclusivamente a folha de salários dos profissionais atuantes no Programa Nova Semente, cuja execução restou pactuada com a Prefeitura Municipal de Petrolina/PE, por meio do Convênio nº 065/2010 e respectivos aditivos.

Em análise às formalidades do instrumento supra, observou-se que foi estabelecida uma relação de cooperação técnico-financeira entre a Prefeitura Municipal de Petrolina/PE e a Associação Amigos do PETRAPE, visando à promoção de ações educacionais às crianças de 0 a 6 anos, por meio do Programa Nova Semente, no âmbito do município de Petrolina/PE.

De acordo com o plano de trabalho do Convênio nº 065/2010, de 01 de outubro de 2010, foi estabelecido o prazo de vigência de 12 (doze) meses para a execução de ações orçadas em R$ 4.820.442,00, com vistas a atender a alunos alocados em 40 (quarenta) unidades, envolvendo despesas com mão de obra, alimentação e custeio, utilizando-se tão somente de recursos municipais.

O fato é que o referido instrumento vem recebendo aditivos de prazo e valor, de forma a dar continuidade ao Programa Nova Semente, desde o exercício de 2011 até o corrente exercício, resultando na formalização de Termos Aditivos que totalizaram o valor de R$ 303.583.507,12, detalhados a seguir:

Tabela – Relação dos Termos Aditivos ao Convênio nº 065/2010

Descrição	Objeto	Prazo de Vigência	Valor Estimado (R$)
1º Termo Aditivo, de 19/9/2011	Dar continuidade ao atendimento de 40 unidades implantadas. Atender meta de implantar 100 unidades até o final de 2012	1/10/2011 a 29/2/2012	**4.420.592,80** (sendo R$ 2.214.545,04, provenientes de recursos do Fundeb 40% e R$ 2.206.047,76,decorrentes de recursos municipais)
2º Termo Aditivo, de 27/2/2012	Dar continuidade ao atendimento de 50 unidades implantadas. Atender meta de conclusão de 50 novas unidades.	l/3/2012 a 31/12/2012	**16.281.457,14** (sendo R$ 8.096.055,44 provenientes de recursos do Fundeb 40% e R$

Descrição	Objeto	Prazo de Vigência	Valor Estimado (R$)
			8.185.401,70,decorrentes de recursos municipais)
3º Termo Aditivo, de 28/12/2012	Alterar o Plano de Trabalho incluindo cláusula visando o equilíbrio econômico financeiro do Convênio, suprimindo a bolsa alimentação.	1/1/2013 a 31/03/2013	**5.941.515,00** (sendo R$ 2.698.875,00 provenientes de recursos do Fundeb 40% e R$ 3.242.640,00,decorrentes de recursos municipais)
4º Termo Aditivo, de 6/2/2013	Dar continuidade ao atendimento de 100 unidades implantadas. Atender meta de implantação de 15 novas unidades.	1/4/2013 a 30/6/2013	**6.673.746,76** (sendo R$ 2.485.069,90 provenientes de recursos do Fundeb 40% e R$ 4.188.676,86,decorrentes de recursos municipais)
5º Termo Aditivo, de 26/6/2013	Continuidade na manutenção de 115 unidades.	1/7/2013 a 31/8/2013	**4.450.135,92** (sendo R$ 2.793.351,24 provenientes de recursos do Fundeb 40% e R$ 1.656.784,68,decorrentes de recursos municipais)
6º Termo Aditivo, de 29/8/2013	Continuidade na manutenção de 115 unidades.	1/9/2013 a 31/12/2013	**8.900.271,72** (sendo R$ 2.793.351,24 provenientes de recursos do Fundeb 40% e R$ 1.656.784,68,decorrentes de recursos municipais)
7º Termo Aditivo, de 31/8/2013	Implantar nova unidades totalizando 118 unidades.	1/9/2013 a 31/12/2013	**687.556,77** (sendo R$ 578.845,19 provenientes de recursos do Fundeb 40% e R$ 108.711,58,decorrentes de recursos municipais)
8º Termo Aditivo, de 26/12/2013	Continuidade na manutenção de 118 unidades.	1/1/2014 a 31/12/2014	**29.432.143,20** (sendo R$ 19.673.373,24 provenientes de recursos do Fundeb 40% e R$ 9.758.769,96,decorrentes de recursos municipais)
9º Termo Aditivo, de 28/5/2014	Implantar nova unidades totalizando 132 unidades.	1/6/2014 a 31/12/2014	**3.293.125,15** (sendo R$ 8.985.740,96 provenientes de recursos do Fundeb 40% e R$ 11.476.134,39,decorrentes de recursos municipais)
10º Termo Aditivo, 23/12/2014	Implantar nova unidades totalizando 150 unidades.	1/1/2015 a 30/6/2015	**22.213.750,59** (sendo R$ 6.681.898,11 provenientes de recursos do Fundeb 40% e R$ 15.531.852,48,decorrentes de recursos municipais)
11º Termo Aditivo, de 23/6/2015	Continuidade na manutenção de 150 unidades.	1/7/2015 a 31/12/2015	**25.085.442,77** (sendo R$ 6.479.794,37 provenientes de recursos do Fundeb 40% e R$ 18.605.648,41,decorrentes de recursos municipais)
12º Termo Aditivo, de 7/1/2016	Implantar nova unidades totalizando 200 unidades.	1/1/2016 a 31/12/2016	**66.754.277,61** (sendo R$ 18.252.664,75 provenientes de recursos do Fundeb 40% e R$ 48.501.612,86,decorrentes de recursos municipais)
13º Termo Aditivo, de 2/12/2016	Continuidade na manutenção de 200 unidades.	1/1/2017 a 31/12/2017	**78.948.839,55** (sendo R$ 21.920.303,70 provenientes de recursos do Fundeb 40% e R$ 57.028.535,85,decorrentes de recursos municipais)

Descrição	Objeto	Prazo de Vigência	Valor Estimado (R$)
14º Termo Aditivo, de 7/2/2017	Revoga o teor de cláusulas do 13º Termo Aditivo, passando o Programa Nova Semente a ser executado de acordo com as regras, valores e metas estabelecidas no Plano de Trabalho do 14º Termo Aditivo. Atendimento a 94 unidades.	1/3/2017 a 31/12/2017	**30.500.652,14** (sendo R$ 11.632.058,00 provenientes de recursos do Fundeb 40% e R$ 18.868.594,14,decorrentes de recursos municipais)
Valor Total estimado do Convênio no período de 2010 a 2017			**303.583.507,12**

Fonte: Termos Aditivos celebrados no âmbito do Convênio nº 065/2010.

Do exposto supra, resta evidenciado o expressivo crescimento do Programa Nova Semente ao longo do período de 2010 até 2016, tanto no que diz respeito aos valores orçados quanto no quantitativo de unidades implantadas, conforme demonstrado de forma exemplificativa na comparação entre os exercícios de 2012 e 2016.

Tabela – Dados comparativos entre valores e quantidades estimadas nos Termos Aditivos ao Convênio nº 065/2010 referentes aos exercícios de 2012 e 2016.

Valor Orçado (R$)		Nº Unidades Estimadas		Variação (%)	
2012 (a)	2016 (b)	2012 (c)	2016 (d)	e=(b-a)/a*100	F=(d-c)/c*100
16.281.457,14	66.754.277,61	50	200	310%	300%

Fonte: Termos Aditivos nº 2, de 27/2/2012 e nº 12, de 7/1/2016 celebrados no âmbito do Convênio nº 065/2010.

Por outro lado, tomando por base a comparação entre os exercícios de 2016 e 2017, observa-se a redução significativa nos valores orçados e nas quantidades de unidades estimadas para o funcionamento do Programa Nova Semente, conforme detalhado a seguir:

Tabela – Dados comparativos entre valores e quantidades estimadas nos Termos Aditivos ao Convênio nº 065/2010 referentes aos exercícios de 2016 e 2017.

Valor Orçado (R$)		Nº Unidades Estimadas		Variação (%)	
2016 (a)	2017 (b)	2016 (c)	2017 (d)	e=(b-a)/a*100	F=(d-c)/c*100
66.754.277,61	30.500.652,14	200	94	-54%	-53%

Fonte: Termos Aditivos nº 12, de 7/1/2016 e nº 14, de 7/2/2017 celebrados no âmbito do Convênio nº 065/2010.

Registre-se que as variações acima decorreram de mudanças promovidas pela atual gestão municipal a partir de janeiro de 2017 na execução do Programa Nova Semente, a exemplo de:

a) transferência de alunos que eram atendidos pelo Programa Nova Semente para a rede municipal de ensino de Petrolina/PE;

b) redução de 200 para 94 na quantidade de unidades estimadas para atender às crianças do Programa Nova Semente;

c) redução do quadro de profissionais atuantes no Programa Nova Semente, conforme verificado em análise das respectivas folhas de pagamento dos exercícios de 2015 e 2016.

Ademais, para a período de 2017-2020, a atual gestão municipal projetou ações no sentido de construir 12 (doze) Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI com vistas a ampliar gradativamente o atendimento de crianças de 0 a 3 anos nos referidos Centros.

Afora as discrepâncias identificadas nas análises comparativas entre dados orçados ao longo da vigência do Convênio nº 065/2010, o fato é que ao examinar os empenhos pagos pelo

concedente, envolvendo recursos federais e municipais, no decorrer dos anos de 2015 e 2016, a título ilustrativo, esta Controladoria verificou que as despesas foram executadas em níveis inferiores aos valores projetados nos planos de trabalho do instrumento em discussão, conforme demonstrado a seguir:

Tabela – Dados comparativos entre as despesas previstas e pagas pela Prefeitura Municipal de Petrolina/PE à PETRAPE nos exercícios de 2015 e 2016.

2015		Variação % c=(b-a)/a*100	2016		Variação % c=(b-a)/a*100
Despesa Prevista R$ (a)	Despesa Paga R$ (b)		Despesa Prevista R$ (a)	Despesa Paga R$ (b)	
47.299.193,36	36.816.808,00	-22,16%	66.754.277,61	46.919.589,17	-29,71%

Fonte: Despesas previstas: Termos Aditivos nº 10, de 23/12/2014, nº 11, de 23/6/2015 e nº 12, de 7/1/2016, referentes ao convênio nº 065/2010. Despesas pagas: Relação Geral de Empenhos contendo os empenhos pagos pela Prefeitura Municipal de Petrolina/PE ao PETRAPE, referente aos exercícios de 2015 e 2016.

Por fim, registre-se que esta equipe de fiscalização procedeu a exames no âmbito do Convênio nº 065/2010, ao longo do período de janeiro/2015 a março/2017, envolvendo exclusivamente recursos do Fundeb 40%, no montante de R$ 66.085.217,60, em que pese a despesa total (recursos federais + municipais) no período sob apreciação ter alcançado a soma de R$ 83.736.397,17 (36.816.808,00+46.919.589,17).

2.1.2. Aplicação irregular de recursos por parte da Associação dos amigos do PETRAPE no montante de R$ 3.132.606,83 ao longo dos exercícios de 2015 e 2016, no âmbito do Convênio nº 065/2010, sem que a Prefeitura Municipal de Petrolina/PE demonstrasse à época dispor de mecanismos de controle dos recursos aplicados pelo convenente.

Fato

Em análise aos documentos de despesas relativas ao Convênio nº 065/2010, verificou-se que a Prefeitura Municipal de Petrolina/PE transferiu recursos à Associação dos Amigos do PETRAPE, no decorrer dos exercícios de 2015 e 2016, por meio das contas correntes Caixa Econômica Federal nº 857-4 e nº 1464-7, com vistas à manutenção do Programa Nova Semente. Ressalte-se que na primeira conta foram movimentados os valores destinados às despesas com folha de pagamento, e na segunda, todos os outros gastos despendidos na manutenção do programa em tela, a exemplo de alimentação, assistência odontológica, material de limpeza e higiene, material pedagógico e didático, água luz e telefone, dentre outros.

Assim sendo, procedeu-se ao cotejamento dos dados dos empenhos pagos em favor da referida associação, ao longo dos exercícios de 2015 e 2016, com os respectivos valores creditados nas contas bancárias supracitadas, o que acarretou na constatação de que os empenhos cujos objetos tratavam de despesas de custeio foram pagos mediante transferências para a conta nº 1464-7 e os associados às despesas com folha de pagamento, por meio da efetivação de créditos na conta nº 857-4.

Decorrente ainda dessa análise, restaram identificados créditos na conta corrente nº 857-4 para pagamento de folha de salários sem que tenham sido localizados os respectivos registros na contabilidade da Prefeitura Municipal de Petrolina/PE, conforme detalhado a seguir:

Tabela – Valores creditados na conta corrente nº 857-4 sem respaldo de registro contábil

Conta Bancária	Data	Nº Documento	Histórico	Valor (R$)
857-4	26/05/2015	103063	CRED TEV	440.202,65
857-4	30/06/2015	365900	CRED TEV	97.644,03
857-4	04/09/2015	508299	CRED TEV	215.027,04
857-4	25/11/2015	173607	CRED TEV	218.093,48
857-4	29/12/2015	60689	CRED TEV	242.288,78
857-4	11/03/2016	326947	CRED TEV	302.682,08
857-4	27/04/2016	112565	CRED TEV	302.682,08
857-4	01/06/2016	434411	CRED TEV	151.341,04
857-4	20/06/2016	571687	CRED TEV	182.614,50
857-4	29/07/2016	290031	CRED TEV	182.614,50
857-4	07/12/2016	570808	CRED TEV	182.614,50
857-4	14/12/2016	327370	CRED TEV	404.186,76
857-4	23/12/2016	385834	CRED TEV	210.615,39
Total (R$)				3.132.606,83

Fonte: Relação Geral de Empenhos emitida pela Prefeitura Municipal de Petrolina/PE relativos aos exercícios de 2015 e 2016. Extrato bancário das contas correntes nº 857-4 e nº 1464-7 da Caixa Econômica Federal dos exercícios de 2015 e 2016.

Instada a se manifestar acerca de tal ocorrência, o PETRAPE informou o que segue:

" (....) Os demais valores tratam-se de ressarcimento para a conta corrente CEF 857-4. Razão contábil segue anexo."

Do exposto, observa-se que a PETRAPE se limitou a relatar que os valores supracitados foram creditados na conta corrente CEF nº 857-4 sob a justificativa de ressarcimento da folha de salários dos setores administrativo e pedagógico do Projeto Nova Semente, sem que, de fato, informasse a origem financeira e contábil desses recursos.

O fato é que esta Controladoria constatou que os referidos valores creditados na conta CEF nº 857-4, procedem de transferências realizadas pela PETRAPE a partir da conta corrente CEF nº 1464-7.

Tal procedimento evidencia que a PETRAPE procedeu à utilização de recursos no montante de R$ 3.132.606,83 em finalidade distinta da prevista nos empenhos pagos à conta corrente nº 1464-7, haja vista que os valores creditados na referida conta foram destinados ao pagamento de despesas com prestadores de serviços e fornecedores.

Importante observar que tal prática de dar finalidade diferente aos valores creditados na conta corrente nº 1464-7 ocorreu no período de maio/2015 a dezembro/2016, ao mesmo tempo que a Prefeitura Municipal de Petrolina/PE não comprova que dispunha à época de mecanismos de controle e acompanhamento dos gastos realizados pelo convenente na execução do Programa Nova Semente.

Ressalte-se que esta Controladoria requereu à Prefeitura Municipal de Petrolina/PE, relativamente aos exercícios de 2015 e 2016, a apresentação de relatórios e pareceres demonstrando registros de atividades de monitoramento e avaliação da execução das ações do Programa Nova Semente. Contudo, restaram disponibilizadas tão somente as prestações de contas mensais, fato que sinaliza para o descumprimento do item 6.6 do 11º e 12º Termos Aditivos ao Convênio nº065/2010, que assim prescreve:

" 6.6 – O PRIMEIRO CONVENENTE desenvolverá o acompanhamento, monitoramento, supervisão, fiscalização, avaliar e prestar assistência técnica na execução deste convênio; bem como a tomada de contas em conjunto com a controladoria interna do Município"

Por fim, acrescente-se que a irregular prática ora constatada no montante de R$ 3.132.606,83 decorreu dos exames realizados por esta Controladoria tão somente no período de maio/2015 a dezembro/2017, o que não exclui a necessidade de análises complementares ao longo dos exercícios de 2010 a 2017, haja vista o aludido Convênio estar em vigência desde o ano de 2010.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou, em 3 de outubro de 2017, manifestação consolidada para todos os pontos relativas à Ordem de Serviço 201700919 (FUNDEB), por meio do Ofício nº 264/PROGEM/2017. Com relação ao assunto tratado no presente item, a atual gestão municipal manifestou posição acerca da redução considerável no quadro de pessoal a partir de 2017, bem como do controle exercido sobre a folha de pagamento dos profissionais do programa Nova Semente, conforme transcrição de trechos da resposta a seguir:

"(...)

Ademais, é de extrema importância salientar que no ano de 2017 ocorreu uma grande reformulação do Programa Nova Semente, acarretando uma redução considerável no quadro de pessoal.

Mediante análises/estudo, assim como um melhor planejamento no âmbito do referido programa, possibilitou uma redução de 1.943 profissionais (no ano de 2016 eram 3.032 contra 1.089 profissionais que atualmente encontram-se vinculados ao programa).

Nestes termos, é de se afirmar que uma primeira correção adotada pela gestão atual foi o desligamento de 139 profissionais da rubrica "ADMINISTRAÇÃO NOVA SEMENTE".

Com relação à presença de outros profissionais que hipoteticamente não se coadunam com os objetivos do programa (assistente social, engenheiro de segurança, técnico em edificações, técnico em segurança do trabalho, enfermeiro, psicólogo, técnico em enfermagem e médico

do trabalho) é de se informar que após auditoria na folha de pagamento do Programa Nova Semente, realizada pela equipe de fiscalização do programa, está em fase de elaboração termo aditivo ao plano de trabalho atual para a supressão de referidos profissionais de quadro de pessoal. Concomitante a assinatura de referido termo, enviaremos a CGU para que seja acostado aos autos desta auditoria.

(...)

Ainda vale mencionar o efetivo controle exercido sobre a folha de pagamento dos profissionais do programa Nova Semente. Não foram raras às vezes em que por erro ou má-fé, foi solicitado pela Associação dos Amigos do PETRAPE, pagamento fundamentado em lista em que constavam profissionais que de fato não estavam vinculados aos quadros do programa. Sem titubeio, a equipe de fiscalização negou pagamento, e exigiu que se realizasse a devida correção, para posterior quitação dos respectivos valores."

Análise do Controle Interno

De fato, restou comprovada a adoção de efetivas medidas no controle das despesas de pessoal realizadas pelo PETRAPE, a partir de 2017, a exemplo da redução expressiva do quadro de pessoal envolvido no programa Nova Semente, o que vem a corroborar com os fatos apontados nesta constatação. Contudo, há de se registrar que a atual gestão municipal não proferiu opinião específica acerca da prática por parte do PETRAPE, ao longo dos exercícios de 2015 e 2016, de destinar indevidamente recursos no montante de R$ 3.132.606,83 para pagamento de folha de pessoal, decorrentes de empenhos emitidos para realizar despesas com prestadores de serviços e fornecedores.

Dessa forma, não restou evidenciada na manifestação do gestor a adoção de medidas no sentido de apurar responsabilidades pelas ocorrências ora relatadas por esta Controladoria, como também não demonstrou a intenção de implementar ações de fiscalização a partir de 2010, início de vigência do convênio em análise, no sentido de também identificar as irregularidades apuradas nos exercícios de 2015 e 2016.

Ademais, faz-se necessário alertar para que o que prescreve o art. 8º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), que dispõe, dentre outras questões, sobre o dever da autoridade administrativa, diante da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, de adotar providências com vistas à instauração da tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, conforme transcrito a seguir:

" Art. 8º Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, na forma prevista no inciso VII do art. 5º desta Lei, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano."

Diante do contexto supra, opinamos pela manutenção desta constatação.

2.1.3. Presença de 139 profissionais na área meio para administração do Programa Nova Semente em 2016. Despesas inelegíveis, no âmbito do Convênio nº 65/2010, de R$ 1.870.398,42.

Fato

Em análise às informações constantes da folha de pagamento da PETRAPE, no âmbito do Programa Nova Semente, sob a égide do Convênio nº 65/2010, sobretudo em relação ao período de janeiro a dezembro de 2016, foram identificados 139 vínculos de profissionais com a Associação dos Amigos da PETRAPE, no centro de custos *"ADMINIST. NOVA SEMENTE PETRAPE"*.

Constatou-se que, no período de janeiro a março de 2017, esse quantitativo de profissionais foi reduzido para 20. Desse fato, a Prefeitura foi arguida a respeito das razões técnicas que embasaram a decisão de efetuar essa racionalização do quadro de colaboradores que, eminentemente, se encontravam lotados na área administrativa do Programa Nova Semente, não fazendo parte do quadro fixo das Unidades que prestavam atendimento às crianças na Educação Infantil.

À Prefeitura foi pedido, inclusive, esclarecer, caso a caso, os motivos dos desligamentos efetuados em 2017, de modo que pudessem ser testadas as hipóteses de existência prévia de funções consideradas desnecessárias pela Secretaria de Educação para os objetivos do Programa, ou mesmo a constatação de que alguns cargos ou funções pudessem estar com quantitativo excessivo de colaboradores, o que geraria situações de retrabalho ou de ociosidade.

Nas Unidades do Programa Nova Semente, como foi possível verificar da folha de pagamento disponibilizada pela PETRAPE, é comum a presença da seguinte composição básica, qualitativamente falando, a saber:

- Coordenador;
- Auxiliar de Serviços Gerais (ASG);
- Assistentes Educacionais (Sementeiras);
- Professor;
- Cozinheira.

Dentre os profissionais lotados no centro de custos "ADMINIST NOVA SEMENTE PETRAPE", encontram-se colaboradores que, em princípio, teriam que estar lotados nas unidades do Programa, e não na área meio como apoio à execução, como verificado para as funções de cozinheira, assistente educacional e auxiliar de serviços gerais (ASG).

Há outras situações que não se coadunam com os objetivos do Programa, como a contratação de profissionais para fazer face às funções de Assistente Social, Engenheiro de Segurança, Assistente de Coordenação, Técnico em edificações, Técnico em Segurança do Trabalho, Enfermeira, Psicólogo, Técnico de Enfermagem e Médico do Trabalho. A remuneração dessas funções mediante a utilização de recursos do FUNDEB consiste em conjunto de atos de ordenação de despesas inapropriadas, posto que inelegíveis no âmbito do Programa.

O elenco a seguir ilustra a situação encontrada, com relação aos registros da folha de junho de 2016, com respeito aos profissionais que deveriam ter sido lotados diretamente na Unidades, mas se encontram no centro de custos relativo à área de apoio ao Programa:

Relação de colaboradores lotados no centro de custos *"Administ. Nova Semente Petrape"*, referente a junho de 2016:

CPF	Função	DataAdmissão
xxx.081.388-xx	COZINHEIRA	22/04/2013
xxx.438.005-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	18/04/2016
xxx.191.344-xx	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	05/11/2015
xxx.511.614-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	14/03/2013
xxx.163.204-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	22/04/2016
xxx.327.404-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	11/04/2016
xxx.122.495-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	01/06/2015
xxx.986.044-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	22/04/2016
xxx.935.973-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	06/01/2014
xxx.758.204-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	21/03/2016
xxx.809.524-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	01/10/2010
xxx.809.524-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	01/10/2010
xxx.877.244-xx	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13/04/2016
xxx.361.775-xx	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12/05/2016
xxx.601.434-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	15/03/2016
xxx.193.844-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	11/06/2014

Fonte: Folha de pagamento disponibilizada pela Associação dos Amigos da PETRAPE, em resposta à Solicitação de Fiscalização nº 13/2017, responsável pela execução do Programa Nova Semente.

Já a seguintes funções, por sua natureza, seriam inelegíveis, uma vez que as respectivas atividades não convergem com os objetivos do Programa:

Quadro contendo relação de profissionais cujas funções não se coadunam com os objetivos do Programa Nova Semente, lotados no centro de custos, *"Administ. Nova Semente Petrape"*:

CPF	Função	DataAdmissao
xxx.677.012-xx	ASSISTENTE SOCIAL	06/05/2015
xxx.389.584-xx	ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO	01/09/2015
xxx.267.424-xx	ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO	04/04/2012
xxx.916.104-xx	TECNICO EM EDIFICAÇÕES	06/11/2015
xxx.969.765-xx	TECNICO EM SEGURAÇA DO TRABALHO	02/09/2013

xxx.601.505-xx	ENFERMEIRA	04/05/2015
xxx.018.894-xx	TECNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO	19/11/2015
xxx.560.544-xx	PSICOLOGO	10/10/2013
xxx.596.784-xx	MEDICO DO TRABALHO	02/05/2012

Fonte: Folha de pagamento disponibilizada pela Associação dos Amigos da PETRAPE, em resposta à Solicitação de Fiscalização nº 13/2017, responsável pela execução do Programa Nova Semente.

Finalmente, os professores de música e capoeira, em face da natureza de suas atividades, os mesmos não poderiam se encontrar lotados nesse centro de custos relativo a área meio do Programa:

Relação de professores de capoeira e de música contratados e que faziam parte da área meio do Programa no Centro de Custos *"Administ. Nova Semente Petrape"*, referente a junho de 2016, exemplificado na competência junho de 2016:

CPF	Função	DataAdmissao
xxx.999.654-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	01/06/2012
xxx.300.124-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	06/04/2015
xxx.305.324-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014
xxx.196.124-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014
xxx.958.705-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014
xxx.597.364-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	13/07/2015
xxx.618.614-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	03/02/2014
xxx.106.444-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014
xxx.404.534-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014
xxx.169.534-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014
xxx.886.554-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	03/02/2014
xxx.372.105-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	02/05/2012
xxx.195.494-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014
xxx.811.475-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	02/04/2012
xxx.115.395-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	03/02/2014
xxx.440.734-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	16/09/2013
xxx.905.384-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	03/02/2014
xxx.731.785-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	13/07/2015
xxx.930.785-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014
xxx.343.974-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	02/04/2012

Fonte: Folha de pagamento disponibilizada pela Associação dos Amigos da PETRAPE, em resposta à Solicitação de Fiscalização nº 13/2017, responsável pela execução do Programa Nova Semente.

Observa-se, consoante informações extraídas desse último quadro, que apresentavam vínculo com a PETRAPE 11 professores de música e 9 professores de capoeira, somente em junho de 2016. Todo esse efetivo foi demitido em 2017, conforme poderá ser visto a seguir.

Diante de toda essa realidade, passou-se a analisar a pactuação formalizada entre a Prefeitura de Petrolina/PE e a Associação dos Amigos da PETRAPE, para execução das ações do Programa Nova Semente no exercício de 2017, o que ocorreu mediante assinatura do 14º Termo Aditivo ao Convênio nº 65/2010.

Verificou-se que, no anexo IV – Relação Analítica da Folha de Pagamento, a previsão mensal de despesas com mão de obra relativamente ao pessoal administrativo da PETRAPE, no montante de R$ 78.264,08, conforme a seguinte composição:

Composição da equipe administrativa da PETRAPE para o Programa Nova Semente em 2017:

Mão de obra	Quantidade	Valor (R$)	Valor total (R$)
Assistente (pessoal/Financeiro/contábil)	03	3.039,29	9.117,87
Auxiliar de estoque	01	1.852,00	1.852,00
Motorista	01	1.865,75	1.865,75
Diretor de RH	01	12.571,00	12.571,00
Coordenador Financeiro	01	12.571,00	12.571,00
Estoquista	01	1.886,16	1.886,16
Supervisoras Administrativas	02	4.250,42	8.500,00
Coordenador Contábil	01	12.571,00	12.571,00
Auxiliar Administrativo II	02	1.886,16	3.772,32
Auxiliar de Pessoal I	01	1.886,16	1.886,16
Técnico de Manutenção de computador	01	937,00	937,00
ASG	01	937,00	937,00
Técnico de Segurança do Trabalho	01	1.347,13	1.347,13
Médico do Trabalho	01	937,00	937,00
Técnico Enfermeiro do Trabalho	01	1.886,16	1.886,16
Técnico em Edificações	01	2.875,69	2.875,69
Assistente Trabalhista	01	2.750,00	2.750,00
Total (R$)			**78.264,08**

Fonte: Plano de Trabalho ao 14º Termo Aditivo ao Convênio nº 65/2010, celebrado entre a Prefeitura de Petrolina/PE e a Associação dos Amigos da PETRAPE.

Diante das informações do quadro supra já é possível tecer os seguintes comentários:

- Não fazem mais parte do referido centro de custos, representativo do pessoal administrativo do PETRAPE que trabalha para a execução do Programa Nova Semente, professores de música ou de capoeira, além de cozinheiras e assistentes educacionais;
- Entretanto, continuam fazendo parte do quadro administrativo do Programa (área meio) funções que não se coadunam com os objetivos do Nova Semente, como técnico em edificações, médico do trabalho, técnico em segurança do trabalho e técnico enfermeiro do trabalho, considerados inelegíveis, portanto, para remuneração por meio de recursos do FUNDEB;
- A redução do quadro, ainda assim, revela situações de excesso de profissionais em determinadas funções ou cargos ou mesmo a desnecessidade de alguns, em face das reais necessidades para administração das ações do Programa Nova Semente.

A respeito das informações constantes do quadro supra, a Prefeitura foi arguida no sentido de apresentar justificativas a respeito do seguinte:

a) salários atribuídos a cada uma das funções, por meio de fundamento técnico, legal, dentre outros, anexando, se for o caso, documentação comprobatória, a exemplo de: acordo ou convenção do trabalho, tabelas contendo dados do piso salarial de categorias profissionais e outras fontes de informação;

b) definição dos quantitativos de profissionais relacionados às funções de assistente (pessoal/financeiro/contábil), supervisoras administrativas e auxiliar administrativo II, informando também o nome, CPF e as atividades definidas e executadas por cada um dos profissionais em questão.

Nenhum dos questionamentos ora referidos foram objeto de manifestação da Prefeitura de Petrolina/PE, até o encerramento dos trabalhos.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou, em 3 de outubro de 2017, manifestação consolidada para todos os pontos relativas à Ordem de Serviço 201700919 (FUNDEB), por meio do Ofício nº 264/PROGEM/2017. Com relação ao assunto tratado no presente item, foi aduzida a seguinte argumentação, a qual segue transcrita:

"(...)

Ademais, é de extrema importância salientar que no ano de 2017 ocorreu uma grande reformulação do Programa Nova Semente, acarretando uma redução considerável no quadro de pessoal.

Mediante análises/estudo, assim como um melhor planejamento no âmbito do referido programa, possibilitou uma redução de 1.943 profissionais (no ano de 2016 eram 3.032 contra 1.089 profissionais que atualmente encontram-se vinculados ao programa).

Nestes termos, é de se afirmar que uma primeira correção adotada pela gestão atual foi o desligamento de 139 profissionais da rubrica "ADMINISTRAÇÃO NOVA SEMENTE".

Ora, referida rubrica tem como objetivo alocar recursos para fazer frente às despesas com o corpo administrativo e suas respectivas atribuições. Assim, todas as funções ligadas à área meio (cozinheira, assistente educacional e auxiliar de serviços gerais) foram retiradas desta rubrica.

Com relação à presença de outros profissionais que hipoteticamente não se coadunam com os objetivos do programa (assistente social, engenheiro de segurança, técnico em edificações, técnico em segurança do trabalho, enfermeiro, psicólogo, técnico em enfermagem e médico do trabalho) é de se informar que após auditoria na folha de pagamento do Programa Nova Semente, realizada pela equipe de fiscalização do programa, está em fase de elaboração termo aditivo ao plano de trabalho atual para a supressão de referidos profissionais do quadro de pessoal. Concomitante a assinatura de referido termo, enviaremos a CGU para que seja acostado aos autos desta auditoria.
Conforme documentos em anexos, é constante e rotineira notificações e pedido de explicação a empresa conveniada quando não resta claro/comprovado a existências de qualquer despesa.

Assim, rompeu-se com um dogma criado na gestão passada em que tudo o que estava previsto no plano de trabalho era pago na sua integralidade, sem que ocorresse a devida comprovação ou qualquer sistemática de fiscalização.".

Análise do Controle Interno

Diante das colocações da Prefeitura de Petrolina/PE, sobretudo pelas providências adotadas no início de 2017 com vistas à racionalização dos quantitativos de mão de obra contratada, para fazer face ao atendimento das crianças do Programa Nova Semente, reduzindo despesas, não há dúvidas de que os fatos apontados foram corroborados em todos os aspectos constantes de sua descrição.

A existência de um corpo técnico que chegou a mobilizar 139 profissionais na área meio de apoio ao Programa, contemplando as mais diferentes funções, representou um empecilho para sua fonte de recursos (FUNDEB), pelo período em que os respectivos colaboradores permaneceram vinculados à Associação dos Amigos do PETRAPE, no que se refere à eficiência e efetividade na utilização dos recursos públicos federais.

Não há que se olvidar, ainda, que se faz necessária e pertinente a elaboração de aditivo ao plano de trabalho original com vistas a efetivamente formalizar as pretensões complementares em termos de reduzir o quadro de pessoal administrativo da PETRAPE à disposição para execução das ações afetas ao Programa.

Lembre-se ainda que, além desse centro de custos, a PETRAPE tem em sua folha de pagamento o centro *"ADMINIST NOVA SEMENTE SEDUC",* formado por profissionais que também dão apoio à Secretaria de Educação de Petrolina/PE na execução das ações do Programa.

Por fim, todas as medidas já adotadas e a serem implementadas não são capazes de elidir a responsabilidade dos gestores que deram causa aos fatos afetos à utilização ineficiente dos recursos do FUNDEB, conforme exaustivamente relatado neste item do Relatório, bem como pelos prejuízos financeiros causados.

2.1.4. Despesas inelegíveis, no valor de R$ 1.870.398,42, com o pagamento de funcionários que exercem suas atividades no centro de custos ADMINIST. NOVA SEMENTE PETRAPE, de apoio administrativo ao Programa, por meio de recursos do Fundeb.

Fato

Em análise à folha de pagamento da Associação dos Amigos da PETRAPE, de janeiro de 2015 a março de 2017, à conta de recursos do FUNDEB, para efeito de especificar quais colaboradores trabalharam no Programa Nova Semente, foi levantado o montante global de R$ 1.870.398,42, pagos a profissionais cujas funções não se coadunam com as ações do Programa.

Preliminarmente, foi feito o cálculo do montante de recursos aplicados em despesas inelegíveis, em face daquelas funções que deveriam estar lotadas nas Unidades, ou seja, nas atividades finalísticas do Programa, com a prestação de serviços aos alunos da Educação Infantil:

Somatório dos pagamentos a profissionais lotados no centro de custos *"ADMINIST NOVA SEMENTE PETRAPE"*, cujas funções são características das Unidades do Programa Nova Semente:

CPF	Cargo	Data de Admissão	Período Inicial	Período Final	Remuneração Bruta
xxx.935.973-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	06/01/2014	01/2015	12/2016	21.349,85
xxx.132.794-xx	COORDENADORA	03/06/2014	01/2015	04/2015	5.890,64
xxx.065.545-xx	PROFESSORA	14/08/2015	08/2016	12/2016	10.843,12
xxx.511.614-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	14/03/2013	01/2015	12/2016	20.364,77
xxx.809.524-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	01/10/2010	03/2016	12/2016	10.292,53
xxx.081.644-xx	PROFESSOR COORDENADOR D	01/07/2016	07/2016	10/2016	3.916,64
xxx.122.495-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	01/06/2015	01/2016	12/2016	16.913,90
xxx.198.574-xx	PROFESSOR COORDENADOR D	01/07/2016	07/2016	10/2016	3.916,64
xxx.019.304-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	07/03/2016	08/2016	12/2016	5.279,13
xxx.361.775-xx	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12/05/2016	05/2016	12/2016	7.526,59
xxx.601.434-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	15/03/2016	03/2016	12/2016	9.956,64
xxx.346.794-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	08/08/2013	07/2015	07/2015	788,00
xxx.592.434-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	22/08/2016	08/2016	12/2016	3.389,79
xxx.327.404-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	11/04/2016	04/2016	06/2016	2.502,19
xxx.529.984-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	25/07/2016	07/2016	07/2016	187,66
xxx.382.314-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	17/08/2015	01/2016	12/2015	5.964,56
xxx.877.244-xx	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13/04/2016	04/2016	12/2016	8.478,78
xxx.001.494-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	01/09/2016	09/2016	10/2016	1.818,32
xxx.850.244-xx	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	24/10/2016	10/2016	12/2016	2.242,25
xxx.191.344-xx	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	05/11/2015	01/2016	12/2016	15.743,98
xxx.198.984-xx	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	18/08/2015	08/2015	09/2015	1.204,58
xxx.142.994-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	11/06/2012	01/2015	12/2016	9.954,62
xxx.830.454-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	06/03/2015	02/2016	06/2016	4.837,40
xxx.435.674-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	01/12/2015	01/2016	12/2015	1.789,02
xxx.758.204-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	21/03/2016	03/2016	12/2016	8.873,33
xxx.193.844-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	11/06/2014	06/2016	09/2016	3.724,12
xxx.199.464-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	13/06/2016	06/2016	12/2016	5.441,33
xxx.249.984-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	11/08/2015	08/2016	12/2016	4.400,00
xxx.089.704-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	22/07/2016	07/2016	10/2016	3.636,64
xxx.080.914-xx	PROFESSORA	01/02/2016	08/2016	12/2016	10.520,66

CPF	Cargo	Data de Admissão	Período Inicial	Período Final	Remuneração Bruta
xxx.219.314-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	12/02/2016	02/2016	05/2016	3.197,33
xxx.389.214-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	14/09/2016	09/2016	12/2016	2.626,84
xxx.729.988-xx	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	15/09/2016	09/2016	09/2016	469,33
xxx.081.388-xx	COZINHEIRA	22/04/2013	04/2016	12/2016	6.122,38
xxx.088.978-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	15/03/2012	07/2016	08/2016	1.760,00
xxx.438.005-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	18/04/2016	04/2016	12/2016	8.008,00
xxx.113.184-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	03/11/2016	11/2016	12/2016	968,00
xxx.022.644-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	08/03/2016	08/2016	12/2016	5.133,33
xxx.014.944-xx	COZINHEIRA	11/04/2016	10/2016	12/2016	3.300,00
xxx.986.044-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	22/04/2016	06/2016	07/2016	1.876,64
xxx.866.514-xx	PROFESSORA	25/07/2016	07/2016	12/2016	8.209,08
xxx.555.874-xx	COZINHEIRA	01/03/2013	01/2015	05/2015	3.256,78
xxx.406.614-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	22/06/2011	01/2015	12/2015	10.148,33
xxx.436.154-xx	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11/04/2012	01/2015	12/2015	11.564,77
xxx.398.344-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	19/09/2016	09/2016	12/2016	2.471,97
xxx.746.954-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	01/02/2016	08/2016	12/2016	5.352,47
xxx.807.774-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	22/06/2011	01/2015	12/2015	13.784,97
Total Parcial 1 (R$)					**299.997,90**

Fonte: Folhas de pagamento da PETRAPE relativamente ao período de janeiro de 2015 a março de 2017, pagos aos profissionais que trabalharam no Programa Nova semente nesse centro de custos.

Em segundo lugar, listam-se aqueles professores de música e de capoeira, para os quais há evidências da inelegibilidade dessas funções para o alcance dos objetivos do Programa Nova Semente, considerando a decisão da Prefeitura em demiti-los em 2017. Ademais, não faz sentido a manutenção de funções de professor em área de apoio administrativo ao Programa:

Somatório dos pagamentos a profissionais lotados no centro de custos *"ADMINIST NOVA SEMENTE PETRAPE"*, cujas funções não foram consideradas necessárias pela Prefeitura de Petrolina/PE para o Programa Nova Semente em 2017:

CPF	Cargo	Data de Admissão	Período Inicial	Período Final	Remuneração Bruta
xxx.219.955-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	01/07/2016	07/2016	10/2016	3.636,64
xxx.246.135-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	01/07/2016	07/2016	10/2016	3.636,64
xxx.343.675-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	01/07/2016	07/2016	10/2016	3.636,64
xxx.999.654-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	01/06/2012	01/2015	12/2015	20.504,15
xxx.506.955-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	14/09/2016	09/2016	10/2016	1.561,41
xxx.521.224-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	19/05/2014	01/2015	04/2015	2.678,38

CPF	Cargo	Data de Admissão	Período Inicial	Período Final	Remuneração Bruta
xxx.115.395-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	03/02/2014	01/2015	12/2015	18.330,77
xxx.094.875-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	01/07/2016	07/2016	10/2016	3.520,00
xxx.116.135-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014	01/2015	05/2015	5.939,73
xxx.731.785-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	13/07/2015	01/2016	12/2015	25.466,46
xxx.032.614-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	06/04/2015	01/2016	12/2015	15.031,16
xxx.305.324-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014	01/2015	12/2015	28.985,33
xxx.618.614-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	03/02/2014	01/2015	12/2015	18.790,97
xxx.886.554-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	03/02/2014	01/2015	12/2015	18.199,77
xxx.343.974-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	02/04/2012	01/2015	12/2015	18.184,97
xxx.372.105-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	02/05/2012	01/2015	12/2015	17.724,77
xxx.839.685-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	01/07/2016	07/2016	10/2016	3.520,00
xxx.407.964-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	01/07/2016	07/2016	10/2016	3.840,76
xxx.896.784-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	01/07/2016	07/2016	10/2016	3.753,28
xxx.404.534-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014	01/2015	12/2015	34.319,75
xxx.597.364-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	13/07/2015	01/2016	12/2015	25.520,02
xxx.905.384-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	03/02/2014	01/2015	12/2015	17.724,77
xxx.468.654-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	01/07/2016	07/2016	08/2016	1.934,96
xxx.440.734-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	16/09/2013	01/2015	12/2015	15.964,77
xxx.169.534-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014	01/2015	12/2015	34.319,75
xxx.300.124-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	06/04/2015	01/2016	12/2015	30.679,70
xxx.736.474-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	01/07/2016	07/2016	10/2016	3.636,64
xxx.323.124-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014	01/2015	12/2015	25.074,33
xxx.022.844-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/05/2015	01/2016	12/2015	19.435,52
xxx.950.654-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	01/07/2016	07/2016	10/2016	3.753,28
xxx.196.124-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014	01/2015	12/2015	34.319,75
xxx.751.124-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	22/08/2016	08/2016	10/2016	2.024,00
xxx.634.385-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	22/07/2016	07/2016	07/2016	264,00
xxx.195.494-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014	01/2015	12/2015	34.319,75
xxx.832.604-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	01/09/2016	09/2016	10/2016	3.556,28
xxx.106.444-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014	01/2015	12/2015	34.319,75
xxx.704.524-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	22/07/2016	07/2016	10/2016	3.636,64
xxx.930.785-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014	01/2015	12/2015	34.319,75

CPF	Cargo	Data de Admissão	Período Inicial	Período Final	Remuneração Bruta
xxx.338.285-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	03/10/2016	10/2016	10/2016	875,76
xxx.958.705-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	14/07/2014	01/2015	12/2015	34.319,75
xxx.811.475-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	02/04/2012	01/2015	12/2015	18.330,77
xxx.653.825-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	01/07/2016	07/2016	08/2016	1.993,28
Total Parcial 2 (R$)					**631.584,80**

Fonte: Folhas de pagamento da PETRAPE relativamente ao período de janeiro de 2015 a março de 2017, pagos aos profissionais que trabalharam no Programa Nova semente nesse centro de custos.

Em terceiro, elenquem-se os profissionais cujas funções não têm correlação com as ações do Programa Nova Semente, característicos de atendimento pedagógico a crianças de 0 a 5 anos de idade:

Somatório dos pagamentos a profissionais lotados no centro de custos *"ADMINIST NOVA SEMENTE PETRAPE"*, cujas funções não se coadunam com as ações do Programa Nova Semente, sendo consideradas inelegíveis:

CPF	Cargo	Data de Admissão	Período Inicial	Período Final	Remuneração Bruta
xxx.601.505-xx	ENFERMEIRA	04/05/2015	01/2016	12/2016	52.357,17
xxx.389.584-xx	ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABLAHO	01/09/2015	01/2016	12/2016	20.319,53
xxx.018.894-xx	TECNICO DE ENFERMAGEM DO TRABALHO	19/11/2015	01/2016	12/2016	29.357,17
xxx.560.544-xx	PSICOLOGO	10/10/2013	01/2015	12/2016	65.543,05
xxx.596.784-xx	MEDICO DO TRABALHO	02/05/2012	01/2015	12/2016	22.346,00
xxx.916.104-xx	TECNICO EM EDIFICAÇÕES	06/11/2015	01/2016	12/2016	48.303,73
xxx.634.024-xx	ASSISTENTE SOCIAL	17/04/2015	04/2015	05/2015	2.120,42
xxx.969.765-xx	TECNICO EM SEGURAÇA DO TRABALHO	02/09/2013	01/2015	12/2016	31.916,24
xxx.822.525-xx	TECNICO EM SEGURAÇA DO TRABLAHO	06/02/2012	01/2017	02/2017	1.502,76
xxx.677.012-xx	ASSISTENTE SOCIAL	06/05/2015	01/2016	12/2016	53.322,51
xxx.489.134-xx	SUPERVISORA ORGANIZACIONAL	16/08/2011	01/2015	12/2015	33.594,57
xxx.182.384-xx	SUPERVISORA ORGANIZACIONAL	02/06/2014	01/2015	12/2015	37.332,33
Total Parcial 3 (R$)					398.015,48

Fonte: Folhas de pagamento da PETRAPE relativamente ao período de janeiro de 2015 a março de 2017, pagos aos profissionais que trabalharam no Programa Nova semente nesse centro de custos.

Finalmente, considerando a decisão da Prefeitura em reduzir o quadro para 20 pessoas em 2017, no que se refere ao citado centro de custos de apoio, passa-se a calcular os montantes das remunerações brutas pagas ao número de profissionais de cada função que suplantam os quantitativos da tabela de colaboradores lotados no *"ADMINIST NOVA SEMENTE PETRAPE"*, constante do Plano de Trabalho do 14º Termo Aditivo ao Convênio nº 65/2010:

Anexo do Plano de Trabalho ao 14º Termo Aditivo ao Convênio nº 65/2010:

Mão de obra	Quantidade	Valor (R$)	Valor total (R$)
Assistente (pessoal/Financeiro/contábil)	03	3.039,29	9.117,87
Auxiliar de estoque	01	1.852,00	1.852,00
Motorista	01	1.865,75	1.865,75
Diretor de RH	01	12.571,00	12.571,00
Coordenador Financeiro	01	12.571,00	12.571,00
Estoquista	01	1.886,16	1.886,16
Supervisoras Administrativas	02	4.250,42	8.500,00
Coordenador Contábil	01	12.571,00	12.571,00
Auxiliar Administrativo II	02	1.886,16	3.772,32
Auxiliar de Pessoal I	01	1.886,16	1.886,16
Técnico de Manutenção de computador	01	937,00	937,00
ASG	01	937,00	937,00
Técnico de Segurança do Trabalho	01	1.347,13	1.347,13
Médico do Trabalho	01	937,00	937,00
Técnico Enfermeiro do Trabalho	01	1.886,16	1.886,16
Técnico em Edificações	01	2.875,69	2.875,69
Assistente Trabalhista	01	2.750,00	2.750,00
Total (R$)			**78.264,08**

Fonte: Plano de Trabalho do 14º Termo Aditivo ao Convênio do Nova Semente.

É digno de nota ainda o fato de que também já existia o centro de custos *"ADM. NOVA SEMENTE SEDUC"*, com objetivo de disponibilizar profissionais voltados ao apoio técnico e pedagógico ao Programa Nova Semente.

Somatório dos pagamentos a profissionais lotados no centro de custos *"ADMINIST NOVA SEMENTE PETRAPE"*, cujas funções têm número de profissionais acima daqueles definidos pela Prefeitura de Petrolina/PE para 2017, mediante Plano de Trabalho do 14º Termo Aditivo:

CPF	Cargo	Data de Admissão	Período Inicial	Período Final	Remuneração Bruta
xxx.313.513-xx	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	05/05/2015	01/2016	12/2016	26.860,21
xxx.234.114-xx	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	02/06/2014	01/2015	12/2015	17.085,70
xxx.533.054-xx	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	04/02/2013	01/2015	12/2015	14.352,02
xxx.580.084-xx	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	10/04/2012	01/2015	12/2016	35.522,56
xxx.637.905-xx	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	06/09/2016	09/2016	12/2016	5.941,41
xxx.389.354-xx	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	10/03/2016	03/2016	12/2016	15.019,90
xxx.063.674-xx	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	14/09/2015	01/2017	12/2016	18.826,27
xxx.330.544-xx	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	02/06/2015	01/2016	12/2016	22.288,28
xxx.644.164-xx	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	02/02/2015	02/2015	08/2015	5.489,73
xxx.981.214-xx	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	12/05/2014	01/20v15	01/2015	788,00
xxx.724.634-xx	MOTORISTA	02/04/2014	01/2015	12/2016	40.700,63
xxx.649.334-xx	MOTORISTA	04/09/2015	01/2016	12/2016	28.381,19
xxx.604.024-xx	MOTORISTA	01/09/2015	09/2015	11/2015	5.011,38
xxx.043.674-xx	MOTORISTA	18/03/2015	03/2015	08/2015	8.701,31

CPF	Cargo	Data de Admissão	Período Inicial	Período Final	Remuneração Bruta
xxx.220.644-xx	MOTORISTA	02/01/2016	02/2016	03/2016	3.407,74
xxx.652.664-xx	MOTORISTA	05/05/2014	01/2015	12/2016	40.758,97
xxx.204.874-xx	NUTRICIONISTA	11/03/2015	01/2016	12/2016	58.816,28
xxx.233.364-xx	NUTRICIONISTA	01/09/2016	09/2016	12/2016	12.358,32
xxx.107.143-xx	SUPERVISORA ADMINISTRA	01/03/2012	01/2015	12/2016	86.632,47
xxx.455.604-xx	SUPERVISORA PEDAGÓGICA	01/11/2012	01/2015	12/2015	34.460,64
xxx.751.254-xx	SUPERVISORA PEDAGÓGICA	02/02/2015	01/2016	12/2015	34.069,00
xxx.164.584-xx	ESTOQUISTA	01/04/2013	01/2015	12/2015	25.328,23
				Total (R$)	**540.800,24**

Fonte: Folhas de pagamento da PETRAPE relativamente ao período de janeiro de 2015 a março de 2017, pagos aos profissionais que trabalharam no Programa Nova Semente nesse centro de custos.

Da tabela supra é preciso fazer os seguintes comentários, com relação às premissas de comparação com a realidade encontrada em 2017:

a) como do quadro de profissionais do centro de custos administrativo do PETRAPE somente ficou o cargo de Auxiliar Administrativo II, com um componente, todas as funções de Auxiliar Administrativo foram consideradas como desembolsos inelegíveis;

b) do conjunto de motoristas foi somente desconsiderado aquele que permaneceu na folha do centro de custos *"ADMINIST NOVA SEMENTE PETRAPE"*, a saber, o profissional com registro no CPF sob o nº xxx.168.164-xx, tendo sido o restante considerado para efeito de cálculo dos desembolsos em que se configura inelegibilidade de recursos públicos federais.

c) com relação às nutricionistas, não foi considerada para efeito de cálculo dos recursos inelegíveis a profissional G. T. F. M., pois a mesma passou a ser lotada no centro de custos *"ADM. NOVA SEMENTE SEDUC"*, cuja equipe também tinha por objetivo dar apoio administrativo, mas também técnico-pedagógico ao Programa Nova Semente.

d) com relação às supervisoras pedagógicas, não foi considerada para efeito de cálculo dos recursos inelegíveis a profissional P. M. L. de C., pois a mesma passou a ser lotada no centro de custos *"ADM. NOVA SEMENTE SEDUC"*, cuja equipe também tinha por objetivo dar apoio administrativo, mas também técnico e pedagógico ao Programa Nova Semente.

e) finalmente, com relação à função de estoquista, somente foi considerado para efeito de cálculo aquele profissional desligado do quadro de funcionários da PETRAPE em 2017.

Importante ressaltar, diante de tudo o que foi até o momento exposto, que as situações de inelegibilidade caracterizadas podem ter ocorrido, também, em períodos pretéritos ao que se refere o escopo desse trabalho, ou seja, podem ter ocorrido no interstício compreendido entre a assinatura do Convênio nº 65/2010 no final de 2010 até o final do exercício de 2014.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700919 (FUNDEB), por intermédio do Ofício

PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. Com relação ao assunto tratado no presente item, foi aduzida a seguinte argumentação, a qual segue transcrita:

"(...)

Ademais, é de extrema importância salientar que no ano de 2017 ocorreu uma grande reformulação do Programa Nova Semente, acarretando uma redução considerável no quadro de pessoal.

Mediante análises/estudo, assim como um melhor planejamento no âmbito do referido programa, possibilitou uma redução de 1.943 profissionais (no ano de 2016 eram 3.032 contra 1.089 profissionais que atualmente encontram-se vinculados ao programa).

Nestes termos, é de se afirmar que uma primeira correção adotada pela gestão atual foi o desligamento de 139 profissionais da rubrica "ADMINISTRAÇÃO NOVA SEMENTE".

Ora, referida rubrica tem como objetivo alocar recursos para fazer frente às despesas com o corpo administrativo e suas respectivas atribuições. Assim, todas as funções ligadas à área meio (cozinheira, assistente educacional e auxiliar de serviços gerais) foram retiradas desta rubrica.

Com relação à presença de outros profissionais que hipoteticamente não se coadunam com os objetivos do programa (assistente social, engenheiro de segurança, técnico em edificações, técnico em segurança do trabalho, enfermeiro, psicólogo, técnico em enfermagem e médico do trabalho) é de se informar que após auditoria na folha de pagamento do Programa Nova Semente, realizada pela equipe de fiscalização do programa, está em fase de elaboração termo aditivo ao plano de trabalho atual para a supressão de referidos profissionais do quadro de pessoal. Concomitante a assinatura de referido termo, enviaremos a CGU para que seja acostado aos autos desta auditoria.
Conforme documentos em anexos, é constante e rotineira notificações e pedido de explicação a empresa conveniada quando não resta claro/comprovado a existências de qualquer despesa.

Assim, rompeu-se com um dogma criado na gestão passada em que tudo o que estava previsto no plano de trabalho era pago na sua integralidade, sem que ocorresse a devida comprovação ou qualquer sistemática de fiscalização".

Análise do Controle Interno

As alegações da Entidade somente corroboram a pertinência dos aspectos analisados pela CGU, no que se refere às irregularidades na utilização dos recursos do FUNDEB para fazer face ao pagamento da folha de pessoal do centro de custos "ADMINST NOVA SEMENTE PETRAPE.

A existência de um corpo técnico que chegou a mobilizar 139 profissionais na área meio de apoio ao Programa, contemplando as mais diferentes funções, representou um empecilho para sua fonte de recursos (FUNDEB), pelo período em que os respectivos colaboradores permaneceram vinculados à Associação dos Amigos do PETRAPE, no que se refere à eficiência e efetividade na utilização dos recursos públicos federais.

Lembre-se ainda que, além desse centro de custos, a PETRAPE tem em sua folha de pagamento o centro *"ADMINIST NOVA SEMENTE SEDUC",* formado por profissionais que também dão apoio à Secretaria de Educação de Petrolina/PE na execução das ações do Programa.

Por fim, todas as medidas já adotadas e a serem implementadas não são capazes de elidir a responsabilidade dos gestores que deram causa aos fatos afetos à utilização ineficiente dos recursos do FUNDEB, conforme exaustivamente relatado neste item do Relatório, bem como pelos prejuízos financeiros causados.

2.1.5. Ausência de critérios para determinação do quantitativo de unidades do Programa Nova Semente, promovendo crescimento desordenado ao longo de sua execução.

Fato

Em análise aos termos aditivos ao Convênio nº 65/2010, celebrado entre a Prefeitura de Petrolina/PE e a Associação dos Amigos da PETRAPE, CNPJ nº 11.470.259/0001-12, em 1º de outubro de 2010, foi possível verificar informações sobre as variações históricas dos quantitativos de unidades do Programa Nova Semente, contendo também as respectivas metas de beneficiários para os citados exercícios:

Relação dos Termos Aditivos ao Convênio nº 065/2010

Descrição	Objeto	Prazo de Vigência		Metas de alunos ao final da vigência dos termos
Convênio nº 65/2010	Iniciar a execução do Programa Nova Semente, estabelecendo a cooperação técnica e financeira entre Prefeitura de Petrolina e a PETRAPE	1/10/2010 1/10/2011	a	2.200
1º Termo Aditivo, de 19/9/2011	Dar continuidade ao atendimento de 40 unidades implantadas. Atender meta de implantar mais 20 unidades	1/10/2011 29/2/2012	a	3.300
2º Termo Aditivo, de 27/2/2012	Dar continuidade ao atendimento de 50 unidades implantadas, terminando o período com 100 unidades em funcionamento	l/3/2012 31/12/2012	a	5.500
3º Termo Aditivo, de 28/12/2012	Suprimiu a bolsa alimentação, e manteve o atendimento a 100 unidades na Educação Infantil (Creches)	1/1/2013 31/03/2013	a	5.500
4º Termo Aditivo, de 6/2/2013	Ao final da vigência do Termo, alcançar meta de 115 unidades implantadas (inclusão de mais 15 no período).	1/4/2013 30/6/2013	a	6.993
5º Termo Aditivo, de 26/6/2013	Continuidade na manutenção de 115 unidades.	1/7/2013 31/8/2013	a	6.993
6º Termo Aditivo, de 29/8/2013	Continuidade na manutenção de 115 unidades.	1/9/2013 31/12/2013	a	6.993
7º Termo Aditivo, de 31/8/2013	Implantar novas unidades totalizando 118.	1/9/2013 31/12/2013	a	7.166

Descrição	Objeto	Prazo de Vigência	Metas de alunos ao final da vigência dos termos
8º Termo Aditivo, de 26/12/2013	Continuidade na manutenção de 118 unidades.	1/1/2014 a 31/12/2014	7.166
9º Termo Aditivo, de 28/5/2014	Implantar novas unidades totalizando 132 unidades.	1/6/2014 a 31/12/2014	7.420
10º Termo Aditivo, 23/12/2014	Implantar novas unidades totalizando 150 unidades.	1/1/2015 a 30/6/2015	10.000
11º Termo Aditivo, de 23/6/2015	Continuidade na manutenção de 150 unidades.	1/7/2015 a 31/12/2015	9.825
12º Termo Aditivo, de 7/1/2016	Tentar implantar novas unidades para implantar 200 no total (no 13º termo aditivo afirma-se que no início de dezembro de 2016 havia 175 unidades em funcionamento) .	1/1/2016 a 31/12/2016	13.625
13º Termo Aditivo, de 2/12/2016	Criação de mais 25 unidades para alcançar a meta de 200.	1/1/2017 a 31/12/2017	13.625
14º Termo Aditivo, de 7/2/2017	Revoga o teor de cláusulas do 13º Termo Aditivo, passando a determinar o número de 94 unidades, funcionando em 94 prédios.	1/3/2017 a 31/12/2017	6.649
Valor Total estimado do Convênio no período de 2010 a 2017			

Fonte: Termos Aditivos celebrados no âmbito do Convênio nº 065/2010.

Preliminarmente, a título de esclarecimentos a respeito dos quantitativos de crianças que os três primeiros termos aditivos mencionam em seus planos de trabalho, os números previstos levam em conta o parâmetro de 55 beneficiários em creche/pré-escola em cada unidade, quando os respectivos documentos passam a definir os valores que iriam custear a ação de alimentação das crianças.

Para o quarto termo aditivo, o quantitativo de alunos foi obtido inicialmente pelo mesmo método do anterior, ou seja, multiplicando-se o parâmetro de 60 alunos, definidos como base para as despesas diárias com alimentação, pelo número de unidades (100) no início do período. Ao final, somou-se ao resultado parcial o quantitativo de crianças das outras 15 unidades implantadas no período.

No 9º Termo Aditivo, inicia-se a divisão das unidades em padrões I e II, com capacidade para atenderem, respectivamente, 55 e 60 crianças, de modo que, ao final, o quantitativo de crianças é obtido pelo somatório dos produtos entre o número de unidades e de crianças por unidade conforme cada padrão.

Analisadas essas considerações, é imperioso acrescentar que não se verificou a fixação ou previsão, no bojo dos termos aditivos e dos respectivos planos de trabalho, de quaisquer critérios ou estudos por meio dos quais fosse possível justificar as ampliações realizadas no Programa, de outubro de 2010 a dezembro de 2016 (intervalo de 74 meses), notadamente nos quantitativos de unidades e de alunos da Educação Infantil da rede conveniada.

O planejamento para a expansão dos serviços passa pela avaliação periódica da efetividade da própria estratégia de atendimento na Educação Infantil, uma vez que o município, em sua

rede, dispõe de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS), com capacidade de atender quantitativo de várias unidades do Nova Semente juntas.

Ao longo de toda a vigência do Convênio nº 65/2010, o atendimento começou com a estrutura de 40 unidades em outubro de 2010, tendo chegado a 200 unidades ao final de 2016. Iniciou com a previsão de atendimento de 2.200 alunos e alcançou, ao final de 2016, a pretensão de atender 13.625 crianças.

Em termos de recursos dispendidos com a manutenção do Programa, a Prefeitura de Petrolina/PE apresentou o seguinte levantamento histórico:

Levantamento sobre os gastos com o crescimento e ampliação do Programa Nova Semente entre 2011 e 2016:

FUNDEB - BASE DE CÁLCULO			
ANOS	**TOTAL DE ALUNOS**	**FUNDEB (NOVA SEMENTE)**	**VALOR ALUNO-ANO**
2011	2.103	4.000.452,78	1.902,26
2012	4.633	10.685.319,55	2.306,35
2013	6.050	14.785.595,00	2.443,90
2014	6.329	15.911.928,77	2.514,13
2015	6.501	18.201.759,84	2.799,84
2016	7.445	22.437.592,10	3.013,00
2017	10.108	31.966.853,24	3.162,53

Fonte: Resposta da Prefeitura de Petrolina/PE a demanda contida no item 2 da Solicitação de fiscalização nº 12/2017.

Com o advento do 14º Termo aditivo, celebrado em 15 de fevereiro de 2017, foram revogadas várias cláusulas do 13º Termo Aditivo, de 2 de dezembro de 2016, de forma a realizar uma repactuação das metas a serem cumpridas pelo Programa Nova Semente, bem como reduzir os recursos alocados em suas ações.

De 180 unidades, que funcionavam em 147 prédios, houve a redução para 94 no início de 2017, o que representa decréscimo de 36,05% em termos de infraestrutura em imóveis, e 47,77% em relação ao quantitativo de unidades. Vale ressaltar que esses prédios são todos alugados, e que o valor dessa despesa, até o final de 2016, vinha sendo custeado com as contribuições compulsórias dos responsáveis e pais de alunos, que pagavam mensalidades pelos serviços prestados pela PETRAPE, no âmbito do Programa Nova Semente.

Por meio do Ofício nº 17/2017, do Grupo Gestor do Nova Semente, foi informado que em abril de 2017 passaram a funcionar um total de 89 unidades, com redução de mais 5 unidades em relação ao mês de fevereiro deste ano.

O custo por unidade era representado basicamente pela seguinte composição de despesas:

- Pessoal – Equipe de cada unidade do Programa Nova Semente, composto por assistentes educacionais, coordenador, professores, cozinheira e auxiliar de serviços gerais;
- Alimentação – Despesas com as refeições a serem preparadas para as crianças, normalmente 5 vezes por dia, quando no atendimento integral;
- Serviços odontológicos para as crianças;
- Despesas de manutenção, dentre as quais se enquadram os materiais de limpeza e higiene, materiais didáticos e pedagógicos, além de gastos com água, luz e telefone.

Verifica-se que o início do funcionamento de cada unidade inaugurada representa para o Convênio nº 65/2010, e consequentemente para a Administração Municipal, gestora de recursos federais e próprios, mais obrigações operacionais e financeiras, uma vez que são necessários mais recursos para a aquisição de alimentos, fraldas, materiais de limpeza; contratação de profissionais para trabalharem nas equipes que irão assistir as crianças atendidas (professores, assistentes educacionais, cozinheiros, etc.); mais despesas fixas com manutenção dos prédios (contas de energia elétrica e água), dentre outras.

Especialmente em 2016, foram inauguradas 33 unidades do Programa Nova Semente, sendo 26 somente no segundo semestre. Essas informações podem ser detalhadas no quadro a seguir, disponibilizado pela gestora atual do Programa:

Quadro sobre as unidades do Programa Nova Semente inauguradas em 2016:

UNIDADE/BAIRRO	ENDEREÇO	DATA INAUGURAÇÃO
PSNC. N-10 "Espaço Bringel"	RUA L, Nº 57 CEP:	15/02/2016
PROJETO MARIA TEREZA VILA KM 22 – COVÃO "Benedito Barbosa dos Santos"	PROJETO MARIA TEREZA, VILA KM 22, COVÃO. CEP:	07/03/2016
JOSÉ E MARIA "Gabriel Barbosa da Silva"	RUA RIO IPOJUCA, Nº 30. CEP:	08/04/2016
ANTONIO CASSIMIRO "Novo Horizonte"	RUA 07, Nº 602 CEP:	31/05/2016
PROJETO MARIA TEREZA – KM 25 – ÁREA 20 "Jurandir Silva Moura"	QUADRA A, ÁREA 20. VILA BAIUSCA CEP:	08/06/2016
VALE DO GRANDE RI0 "Maria de Jesus Lopes"	RUA 07, Nº 20 CEP:	28/06/2016
PEDRA LINDA "Tio Joaquim"	RUA BELA VISTA, Nº 60. CEP:	30/06/2016
VALE DO GRANDE RIO "Severina Bezerra de Lima (Vovó Chique)"	AV I, RUA B, Nº 01. CEP:	01/07/2016
PEDRA LINDA "Dra. Lucia Giesta"	RUA ARAÇA, Nº 341. CEP: 56.317-500	23/08/2016
ANTONIO CASSIMIRO II "Vovó Lira"	RUA SANTA FILOMENA, Nº 60. CEP: 56.319-650	24/08/2016
PARQUE MANDACARU "Santa Marciana Pereira"	AVENIDA 01, Nº 29 CEP: 56.320-706	24/08/2016

UNIDADE/BAIRRO	ENDEREÇO	DATA INAUGURAÇÃO
JOÃO DE DEUS “Professora Cléa Oliveira Silva”	RUA TEREZINHA CAMPOS, Nº 18. CEP: 56.316-010	25/08/2016
JOÃO DE DEUS “Paraíso Infantil”	RUA JAIME AQUINO, Nº 54. (ANTIGA RUA 07) CEP: 56.316-040	25/08/2016
SÃO GONÇALO “Vionei Maria dos Santos”	RUA TAPUIO, Nº 170. CEP: 56.312-050	26/08/2016
JARDIM GUARARAPES “Flor de Liz”	RUA 20, Nº 151 CEP:	26/08/2016
OURO PRETO “Lar Maria Luciano Florentino”	RUA JOSÉ COSTA LIMA, Nº 464. CEP:	02/09/2016
COSME E DAMIÃO “Judite Maria dos Santos”	RUA IGNES MARQUES DE SOUZA, Nº 32. CEP:	14/09/2016
JOSÉ E MARIA “Santa Catarina Labouré”	RUA ASA BRANCA, Nº 68. CEP:	15/09/2016
COHAB 06 “Aquarela das Letras”	RUA 45, Nº 205. CEP:	16/09/2016
RESIDENCIAL NOVA PETROLINA “Manoel de Oliveira Filho”	RUA G, QUADRA D, S/N PARQUE DAS MANGUEIRAS. CEP:	17/09/2016
PSNC- N-01 “Rosimar Araújo”	RUA ALTO DO BOM JESUS, Nº 114 CEP:	26/09/2016
PSNC- N-02 “Vovó Julia”	RUA M, Nº 19 A. CEP:	26/09/2016
PSNC- N-07 –VILA NOVA “Balão Mágico”	RUA 06, Nº 06 CEP:	26/09/2016
PSNC- N-07 –VILA VELHA “Claudiana Barbosa de Souza”	RUA A, Nº 78. CEP:	26/09/2016
PROJETO MARIA TEREZA – KM 25 – “José Gomes da Cruz”	RUA 29, Nº 60 CEP:	27/09/2016
JOÃO DE DEUS “Gilmara Lacerda”	RUA 45, Nº 36 CEP:	27/09/2016
PEDRA LINDA “Pequeno Samuel”	RUA DO ANGICO, Nº 371. CEP:	27/09/2016
PEDRA LINDA “Luiz Saturnino de Lima”	RUA CAMPO ALEGRE, Nº 60. CEP:	27/09/2016
SÃO JORGE “Professora Isabel Cristina de Oliveira”	RUA 03, Nº 96 CEP:	27/09/2016
RESIDENCIAL BRASIL “Francisca Pereira Amorim”	RUA A, S/N CEP:	30/09/2016
FERNANDO IDALINO BEZERRA “ Conviver e Crescer”	RUA 10, Nº 80 **CEP:**	28/12/2016
SÃO GONÇALO “Pequenos Aprendizes”	RUA 16, Nº 121	28/12/2016

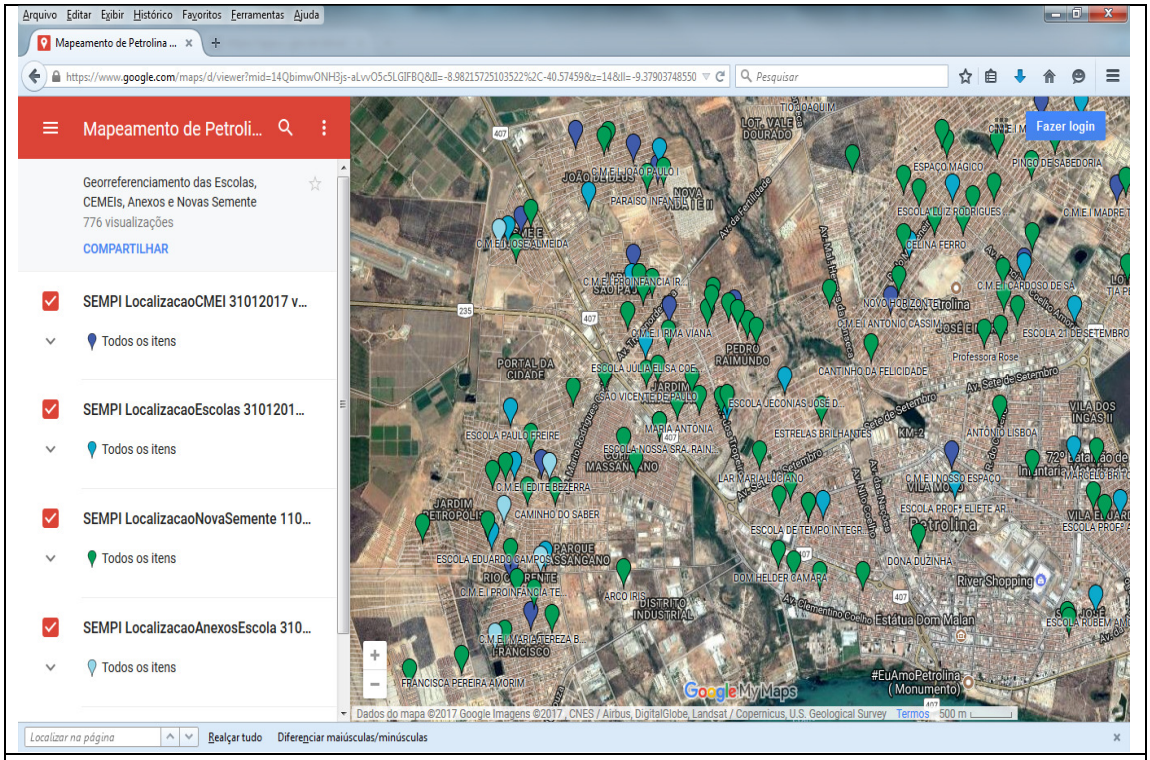
UNIDADE/BAIRRO	ENDEREÇO	DATA INAUGURAÇÃO
ALTO DO COCAR “Mundo Feliz”	RUA 24, Nº 170	28/12/2016

Fonte: Informações disponibilizadas em atendimento a Solicitação de Fiscalização nº 33/2017, item 3.

No sentido de ilustrar os efeitos da redução consubstanciada com o advento do 14º Termo Aditivo ao Convênio nº 65/2010, cada uma das 86 unidades fechadas representou uma equipe do Nova Semente a menos na folha de pagamento, com coordenador, professores, assistentes educacionais, cozinheiras e auxiliares de serviços gerais.

Finalmente, pelo georreferenciamento apresentado pela Prefeitura de Petrolina/PE, por meio da CI nº 45/2017, de 2 de maio de 2017, foi possível ter uma ideia da proximidade das unidades entre si, dentro da zona urbana do município:

Mapeamento das posições geográficas das Unidades do Nova Semente na zona urbana de Petrolina/PE:



Recife/PE, em 10 de julho de 2017. Apresentação de georreferenciamento das unidades do Programa Nova Semente, com pontos na cor verde. Somente nessa área da zona urbana do município é possível visualizar mais de 30 unidades.

Nessa área selecionada foi possível visualizar 38 unidades do Programa Nova Semente, distribuídas geograficamente entre os bairros de Jardim Amazonas, São Paulo, Pedro Raimundo, Cohab Massangano, Jardim Maravilha e Cosme e Damião.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os

pontos relativos à Ordem de Serviço 201700919 (FUNDEB), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. Com relação ao assunto tratado no presente item, foi aduzida a seguinte argumentação, a qual segue transcrita:

"A utilização de recursos do FUNDEB 40% para custear a manutenção do Programa Nova Semente no âmbito deste Município de Petrolina/PE neste exercício financeiro de 2017 é decorrente da celebração do 13º Termo Aditivo ao Convênio Nº 065/2010, pois que de conformidade com referido instrumento, que foi publicado no Diário Oficial deste Município em 26/12/2016, conforme cópia anexa, a gestão antecessora vinculou como fonte de custeio as fontes 06 e 17.

Pela dicção do referido termo aditivo, a vinculação das fontes 06 e 17 ficaram regulada para contemplar a execução do Programa Nova Semente durante todo o período de 01/01/2017 a 31/12/2017, cabendo tão somente a esta nova gestão administrativa o seu cumprimento, haja vista que sem fonte custeio impossível seria a manutenção do próprio programa.

Seguindo essa fonte de custeio esta gestão administrativa implementou recursos para atendimento da educação infantil voltada aos alunos de 0 a 6 anos incompletos que se encontravam vinculados ao Programa Nova Semente.

(...)

Pois bem, como restou demonstrado no próprio relatório preliminar de auditoria, ao receber o Programa Nova Semente esta gestão administrativa introduziu importantes modificações visando com isso garantir zelo, economicidade de recursos públicos e eficiência em sua execução, tornando-o gratuito para seus beneficiários, e sem qualquer cobrança de mensalidade como antes era procedida pela gestão antecessora a esta, conforme restará esmiuçado a partir do tópico a seguir.

Ademais, é de extrema importância salientar que no ano de 2017 ocorreu uma grande reformulação do Programa Nova Semente, acarretando uma redução considerável no quadro de pessoal.

Mediante análises/estudo, assim como um melhor planejamento no âmbito do referido programa, possibilitou uma redução de 1.943 profissionais (no ano de 2016 eram 3.032 contra 1.089 profissionais que atualmente encontram-se vinculados ao programa).

(...)"

Análise do Controle Interno

As informações trazidas pela manifestação apresentada pela Prefeitura de Petrolina/PE ratificam os aspectos analisados pela CGU com respeito à ausência de critérios e de um planejamento adequado para que se pudesse promover uma expansão racional do modelo de atendimento da Educação Infantil, proposto por meio do Programa Nova Semente.

Ao contrário, o que ocorreu foi o crescimento desordenado de unidades, que chegou a atingir efetivamente o quantitativo de 180 unidades, distribuídas em 147 prédios, tendo 18 delas sido inauguradas no último quadrimestre do mandato do Prefeito anterior.

Não há que se olvidar que as medidas tomadas desde o início da gestão em 2017 têm o condão de conduzir o Programa a um atendimento mais racional, dentro da capacidade da estrutura administrativa e operacional da Secretaria de Educação, promovendo, por consequência, a proteção das diversas fontes de recursos utilizadas para a execução das ações da Educação Infantil por meio da rede conveniada, dentre as quais o FUNDEB.

2.1.6. Falta de comprovação dos quantitativos de alunos atendidos mensalmente nas unidades do Programa Nova Semente, nos exercícios de 2015 e 2016. Controles ineficientes da Prefeitura e da Convenente, impossibilitando o efetivo exame das despesas realizadas no âmbito do convênio nº 065/2010.

Fato

Em análise aos Planos de Trabalho do Convênio nº 065/2010, relativamente aos exercícios de 2015 e 2016, consubstanciados nos Termos Aditivos nº 10, 11 e 12 do referido instrumento, constatou-se que foram previstas despesas para a manutenção do Programa Nova Semente contemplando as rubricas de pessoal, manutenção e desenvolvimento de ensino, assistência odontológica e alimentação, utilizando-se das fontes do Fundeb para pagamento de folha de pessoal e recursos próprios no atendimento das outras despesas, conforme demonstrado a seguir:

Tabela – Composição das despesas previstas em 2015 e 2016 – convênio nº 065/2010

Descrição	Fonte de Recursos	Despesas Previstas em 2015 (R$)	Despesas Previstas em 2016 (R$)	Total Despesas Previstas 2015 e 2016 (R$)
Custeio com pessoal	Fundeb	34.137.500,89	48.501.612,86	82.639.113,75
Custeio com manutenção e desenvolvimento de ensino - MDE	Municipal	4.678.215,63	7.408.803,85	12.087.019,48
Despesas Assistência Odontológica	Municipal	1.012.936,83	1.455.492,90	2.468.429,73
Despesas com Alimentação	Municipal	7.470.540,00	9.388.368,00	16.858.908,00
Total (R$)		47.299.193,35	66.754.277,61	114.053.470,96

Fonte: Termos Aditivos nº 10, 11 e 12 do convênio nº 065/2010

Vale registrar que as despesas com manutenção e desenvolvimento de ensino contemplaram os gastos relativos à limpeza e higiene; água luz e telefone; material pedagógico e didático; combustível e manutenção; extintores, exames médicos, frete caminhão, assistência trabalhista; móveis e equipamentos, dentre outros.

Ressalte-se que as projeções de gastos supracitadas nos montantes de R$ 47.299,193,35 e R$ 66.754.277,61, em 2015 e 2016, respectivamente, visaram atender as metas de 9.912 e 13.625 alunos nos referidos exercícios.

Com vistas a detectar o grau de execução das despesas previstas nos exercícios de 2015 e 2016, procedemos a comparação dos valores totais previstos com o total de empenhos pagos pela Prefeitura Municipal de Petrolina/PE à PETRAPE, no decorrer dos exercícios de 2015 e 2016, tendo constatado os seguintes resultados:

Exercício	Total Despesa Prevista (R$)	Total Despesa Realizada (R$)	Variação (%)
2015	47.299.193,35	36.816.808,00	22,16 %
2016	66.754.277,61	46.919.589,17	29,71%

Considerando que a valoração das supracitadas despesas previstas e executadas nos exercícios em comento, relacionadas à folha de pagamento, material pedagógico e didático, assistência odontológica e alimentação, está direta ou indiretamente associada ao número de beneficiários atendidos pelo Programa Nova Semente, esta Controladoria requereu à Prefeitura Municipal de Prefeitura/PE e à PETRAPE, a disponibilização de relação contendo o nome dos alunos que integraram mensalmente cada unidade do Programa ao longo do período de janeiro/2015 a março/2017.

Frise-se que a Prefeitura Municipal de Petrolina/PE solicitou dilatação de prazo de 15 (quinze) dias para encaminhar a documentação solicitada, conforme resposta transcrita a seguir

" Item 4 – Na oportunidade, solicitamos de V.Sa. um prazo de 15 (quinze) dias para o encaminhamento da documentação solicitada neste item, considerando que não encontramos nos registros fornecidos as informações referente ao período de 2015 e 2016, estamos organizando um arquivo que ainda será entregue pela entidade conveniada.

Na oportunidade de elasticidade do prazo acima requerido enviaremos a documentação relativa ao exercício de 2017, visto que, encontra-se em processo de organização das matrículas, perfil do aluno e gerenciais e posterior realização do censo. Desta feita, extrairemos dados em consonância com a realidade atual."

Em que pese ter sido requerido um prazo adicional para atendimento da demanda, registre-se que até o fechamento deste relatório os dados solicitados não foram apresentados. Em vez do efetivo número de alunos mensalmente atendidos pelo Programa, a concedente disponibilizou os dados dos alunos conveniados registrados no censo escolar 2015 e 2016.

Ressalte-se que esta Controladoria também oficiou tal pleito ao convenente, tendo a PETRAPE manifestado que tal demanda estava sendo providenciada, conforme resposta transcrita a seguir:

"O item 3 estamos providenciando."

O fato é que a ausência de controles administrativos internos evidenciando os registros de alunos matriculados e atendidos nas unidades do Programa impossibilita a efetiva verificação, por exemplo, de que a alimentação, materiais didáticos e pedagógicos fornecidos pela PETRAPE de fato corresponderam ao quantitativo de alunos presentes em sala de aula, bem como de que a quantidade de profissionais alocados nas unidades era proporcional ao número de alunos por turma, dentre outras.

Registre-se que, visando avaliar ainda os níveis de controle interno exercidos pela convenente, esta Controladoria requereu à PETRAPE a apresentação dos documentos que evidenciassem as aquisições, recebimentos e distribuição, por exemplo, de materiais pedagógicos, didáticos e de limpeza e higiene encaminhados às unidades do Programa, no período de 2015 a 2017.

Ao examinar as planilhas que registraram as entradas, relativamente aos exercícios de 2015 e 2016, identificou-se a discriminação individualizada de todos os produtos supostamente adquiridos por exercício, com menção ainda das respectivas quantidades e valores pagos, sem que restassem demonstrados a identificação do fornecedor, a nota fiscal correspondente e o atesto de representante da PETRAPE.

No que se refere às saídas dos materiais em comento, no igual período de 2015 e 2016, constatou-se a existência de planilhas mensais onde restaram nominados as unidades e os supostos produtos e quantidades distribuídos, sem que nelas fosse identificada a aposição de atesto por parte de profissionais das unidades acusando o ato de recebimento dos materiais em questão.

Diante do exposto, constata-se que as fragilidades de controle administrativo se mostram presentes no âmbito de atuação da Prefeitura Municipal de Petrolina/PE, pelo fato de não comprovar a existência de dados dos alunos atendidos nas unidades do Nova Semente, bem como por parte da PETRAPE ao não evidenciar a utilização de controles fidedignos no acompanhamento das aquisições e distribuições de materiais para as unidades do Programa.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou, em 3 de outubro de 2017, manifestação consolidada para todos os pontos relativas à Ordem de Serviço 201700919 (FUNDEB), por meio do Ofício nº 264/PROGEM/2017. Com relação ao assunto tratado no presente item, a atual gestão municipal manifestou opinião acerca das melhorias nos controles administrativos implementados na execução do Programa Nova Semente, conforme transcrição de trechos da resposta a seguir:

"(...)

Conforme documentos em anexos, é constante e rotineira notificações e pedido de explicação a empresa conveniada quando não resta claro/comprovado a existência de qualquer despesa.

Assim, rompeu-se com um dogma criado na gestão passada em que tudo o que estava previsto no plano de trabalho era pago na sua integralidade, sem que ocorresse a devida comprovação ou qualquer sistemática de fiscalização.

Nestes termos, atualmente, a título de exemplo, é realizada uma forte fiscalização quanto ao fornecimento da merenda. Anteriormente, pagava-se por aquilo que estava descrito no plano de trabalho, sem exigência nenhuma da comprovação da efetiva entrega dos respectivos gêneros, nas especificações e quantidades pactuadas.

Atualmente, a sistemática de entrega dos insumos para a confecção da merenda é totalmente diversa.

Em primeiro lugar, é elaborado um cardápio para cada faixa etária de alunos que são atendidos pelo programa. Posteriormente, a partir daquele, chega-se aos quantitativos e itens necessários para a confecção da merenda escolar. De acordo com esses itens e quantidades, é solicitado referidos gêneros ao fornecedor.

No ato da entrega, o responsável pelo recebimento, de posse de um romaneio que lhe é fornecido, deverá atestar os itens e as quantidades recebidas. De acordo com estes romaneios, devidamente atestados, é que será apurado o valor realmente devido ao fornecedor.

Ainda, vale mencionar o efetivo controle exercido sobre a folha de pagamento dos profissionais do programa Nova Semente. Não foram raras às vezes em que por erro ou má-fé, foi solicitado pela Associação dos Amigos do PETRAPE, pagamento fundamentado em lista em que constavam profissionais que de fato não estavam vinculados aos quadros do programa. Sem titubeio, a equipe de fiscalização negou pagamento, e exigiu que se realizasse a devida correção, para posterior quitação dos respectivos valores.

Por sua vez, é digno de nota relatar as constantes retenções de pagamentos, assim como realização da glosa no âmbito do Programa Nova Semente.

Foi relatado pela CGU, a não apresentação de memória de cálculo dos gastos relativos à assistência odontológica, assim como serviços odontológicos prestados em quantidade menor de que a pactuada no plano de trabalho.

É de se dizer que, em relação a esse serviço, a equipe de fiscalização vem realizando rigoroso controle. Ademais, que se diga que a mais de três meses o serviço não vem sendo atestado, acarretando a retenção dos respectivos pagamentos.

Por fim, resta informar que o Programa Nova Semente passará por nova reformulação para o ano de 2018, onde se excluirá todos os serviços que não mantenha nexo causal com os fundamentos do desenvolvimento da educação, assim como estar se buscando uma padronização e um melhor planejamento como o escopo de uma eficiente utilização dos recursos públicos. Uma vez concluída o novo plano de trabalho, será de imediato a CGU para que seja anexado a estes autos."

Análise do Controle Interno

Em que pese a adoção por parte atual gestão municipal de medidas de controle administrativo referente aos gastos com folha de pagamento, assistência odontológica e alimentação, dentre outros, no decorrer do exercício de 2017, restou evidenciada na manifestação do gestor a ausência de menção de medidas no sentido de apurar responsabilidades pelas ocorrências ora relatadas por esta Controladoria ao longo dos exercícios de 2015 e 2016, corroboradas pelo relato do gestor de que na gestão anterior existia a prática de pagar na integralidade tudo o que estava previsto no plano de trabalho, sem que ocorresse a devida comprovação ou qualquer sistemática de fiscalização.

Ademais, faz-se necessário alertar para que o que prescreve o art. 8º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), que dispõe, dentre outras questões, sobre o dever da autoridade administrativa, diante da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, de adotar providências com vistas à instauração da tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

Diante do contexto supra, opinamos pela manutenção desta constatação.

2.1.7. Acumulação de vínculos trabalhistas por parte de empregados do PETRAPE que trabalharam no Programa Nova Semente, sem a correspondente comprovação de compatibilidade de horários, com prejuízo potencial de R$ 484.714,49.

Fato

Em análise às informações dos arquivos de folha de pagamento dos colaboradores da Associação dos Amigos do PETRAPE, que trabalharam no Programa Nova Semente em 2015, em cotejo com os dados extraídos da base da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), foram identificadas, em sua quase totalidade, ocorrências de acumulação de vínculos empregatícios cujo somatório de cargas horárias semanais perfaz regime de trabalho superior a 60 horas.

O quadro a seguir detalha a situação encontrada:

Cruzamento entre informações da RAIS 2015 e Folha de Pagamento dos colaboradores da PETRAPE:

CPF	CARGO EXERCIDO NA PETRAPE	CH na PETRAPE	ENTIDADE SECUNDÁRIA	CH NA ENTIDADE	OCUPAÇÃO NA ENTIDADE	Total Valor_Petrape	Total Valor_RAIS
xxx.103.524-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	MUNICIPIO DE PETROLINA	36	Faxineiro	1.295,24	1.680,80
xxx.081.388-xx	COZINHEIRA	40	MUNICIPIO DE CABROBO	40	Cozinheiro geral	2.808,12	5.516,00
xxx.295.984-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA DE CASTRO ALVES	36	Técnico de enfermagem	4.893,48	8.223,88
xxx.638.874-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	40	MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE	40	Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	7.655,79	8.887,10
xxx.566.694-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	MUNICIPIO DE PETROLINA	36	Professor de nível médio na educação infantil	7.713,89	11.180,53
xxx.496.724-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	SECRETARIA DE EDUCACAO	30	Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	1.616,97	2.758,90
xxx.092.504-xx	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	44	CENTRO MARIA AUXILIADORA PRO MENOR CARENTE	18	Educador social	8.769,65	13.133,23
xxx.502.404-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	SECRETARIA DE EDUCACAO	30	Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	2.174,88	2.631,56
xxx.349.054-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	15	Professor de nível médio na educação infantil	9.920,49	17.585,78
xxx.957.134-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE	40	Auxiliar de pessoal	7.603,39	10.517,48
xxx.251.454-xx	COORDENADORA	40	MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE	40	Auxiliar de pessoal	3.926,60	2.416,60
xxx.762.184-xx	PROFESSORA	30	SECRETARIA DE EDUCACAO	36	Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	2.675,82	4.584,84

CPF	CARGO EXERCIDO NA PETRAPE	CH na PETRAPE	ENTIDADE SECUNDÁRIA	CH NA ENTIDADE	OCUPAÇÃO NA ENTIDADE	Total Valor_Petrape	Total Valor_RAIS
xxx.455.604-xx	SUPERVISORA PEDAGÓGICA	44	MUNICIPIO DE LAJEDO	40	Professor de nível médio no ensino fundamental	13.621,44	9.809,45
xxx.571.604-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	LIDER FLEX COLCHOES LTDA - EPP	44	Vendedor de comércio varejista	6.342,35	9.560,00
xxx.583.774-xx	AUXILIAR DE SERVIÇOS GE	40	PETROLINA CAMARA MUNICIPAL	30	Assistente administrativo	8.149,87	32.012,20
xxx.597.364-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	30	GNPK COLEGIO E CURSOS LTDA - ME	44	Instrutor de cursos livres	8.903,53	5.709,57
xxx.720.364-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	MUNICIPIO DE PETROLINA	36	Professor de nível médio na educação infantil	7.889,16	11.280,64
xxx.861.084-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	MUNICIPIO DE PETROLINA	36	Professor de nível médio na educação infantil	8.987,89	12.441,17
xxx.410.364-xx	COZINHEIRA	40	CENTRO MARIA AUXILIADORA PRO MENOR CARENTE	44	Contínuo	8.769,65	13.635,65
xxx.853.724-xx	COORDENADORA	40	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36	Agente de saúde pública	8.152,89	9.945,24
xxx.032.614-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	30	SECRETARIA DE EDUCACAO	30	Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	13.604,98	11.460,05
			MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE	40	Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	13.604,98	15.287,13
xxx.106.444-xx	PROFESSOR DE MÚSICA	30	HOTELZINHO SOSSEGO DA MAMAE LTDA - ME	11	Professor de música no ensino superior	12.523,02	2.942,58
			RAMOS D'OLIVEIRA LTDA S/C - ME	12	Professor de nível médio no ensino fundamental	16.893,15	7.584,11
xxx.010.804-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE	40	Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	2.500,64	3.821,76
xxx.692.195-xx	COORDENADORA	40	MUNICIPIO DE REMANSO	8	Coordenador pedagógico	6.696,18	5.903,33
xxx.081.145-xx	ASSISTENTE ADMINISTRATI	44	SALOMAO GOMES DINIZ - ME	16	Professor de pesquisa operacional (no ensino superior)	20.851,72	9.169,44
xxx.905.254-xx	COZINHEIRA	40	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	30	Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	3.659,85	7.092,00
xxx.525.595-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	CENTRO EDUCACIONAL MARIA MONTESSORI LTDA - ME	20	Professor de nível médio na educação infantil	5.654,75	5.998,65
xxx.930.604-xx	PROFESSORA	30	SECRETARIA DE EDUCACAO	30	Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	3.912,31	3.820,02
xxx.013.064-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	40	EDUCANDARIO INFANTIL SONHOS DOURADOS LTDA - ME	20	Professor de nível superior na educação infantil (zero a três anos)	9.084,05	11.649,97

CPF	CARGO EXERCIDO NA PETRAPE	CH na PETRAPE	ENTIDADE SECUNDÁRIA	CH NA ENTIDADE	OCUPAÇÃO NA ENTIDADE	Total Valor_Petrape	Total Valor_RAIS
xxx.811.475-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	30	SECRETARIA DA EDUCACAO-SEC	30	Professor de nível médio no ensino fundamental	9.168,69	15.058,98
			MUNICIPIO DE PETROLINA	36	Professor de educação física no ensino médio	3.100,97	6.706,06
xxx.115.395-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	30	SBF COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA	44	Vendedor de comércio varejista	9.168,69	36.161,45
xxx.653.904-xx	COORDENADORA	40	CENTRO HOSPITALAR SAO FRANCISCO LTDA	36	Técnico de enfermagem	11.066,31	12.054,34
xxx.440.734-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	30	CENTRO MARIA AUXILIADORA PRO MENOR CARENTE	11	Professor de língua inglesa	8.032,93	2.438,68
			ASS SANFRANCISCANA DE ASSISTAO PSICOPATA DESVALIDO	44	Professor de alunos com deficiência mental	8.854,29	14.534,56
xxx.264.164-xx	PROFESSORA	30	SECRETARIA DE EDUCACAO	30	Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	16.288,36	14.049,17
xxx.754.294-xx	PROFESSORA	30	SECRETARIA DE EDUCACAO	30	Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	5.311,39	3.862,45
xxx.652.034-xx	COORDENADORA	40	SECRETARIA DE EDUCACAO	30	Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	5.311,39	3.862,45
xxx.760.737-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	MUNICIPIO DE ARARIPINA	44	Professor da educação de jovens e adultos do ensino fundamental (primeira a quarta série)	7.304,16	11.457,36
xxx.111.364-xx	COZINHEIRA	40	INSTITUTO PAULO FREIRE	20	Inspetor de alunos de escola pública	3.760,63	1.979,00
			MUNICIPIO DE PETROLINA	36	Professor de nível médio na educação infantil	6.725,67	9.756,46
	PROFESSORA	30	INSTITUTO PAULO FREIRE	20	Inspetor de alunos de escola pública	3.760,63	1.979,00
			MUNICIPIO DE PETROLINA	36	Professor de nível médio na educação infantil	5.851,91	6.928,13
xxx.257.323-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	MUNICIPIO DE PENAFORTE	44	Auxiliar de escritório	4.556,22	5.828,24
xxx.707.614-xx	PROFESSORA	30	SECRETARIA DE EDUCACAO	30	Professor de disciplinas pedagógicas no ensino médio	5.311,39	3.862,45
xxx.394.585-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	COLEGIO MANANCIAL LTDA - ME	22	Professor instrutor de ensino e aprendizagem em serviços	8.827,65	10.014,46
xxx.950.675-xx	COORDENADORA	40	ESCOLA JOAO PAULO II S/S LTDA - ME	44	Professor de nível médio na educação infantil	16.893,15	9.456,00
xxx.781.544-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36	Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	1.520,05	3.497,46

CPF	CARGO EXERCIDO NA PETRAPE	CH na PETRAPE	ENTIDADE SECUNDÁRIA	CH NA ENTIDADE	OCUPAÇÃO NA ENTIDADE	Total Valor_Petrape	Total Valor_RAIS
xxx.905.384-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	30	MUNICIPIO DE PETROLINA	36	Professor de educação física no ensino médio	8.854,29	26.948,01
xxx.596.784-xx	MEDICO DO TRABALHO	44	BAHIA SECRETARIA DE SAUDE DO ESTADO	12	Médico cirurgião geral	8.880,56	62.900,41
			FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36	Médico clínico	8.880,56	61.623,86
			NORSA REFRIGERANTE S S.A	36	Médico do trabalho	8.059,20	66.966,67
			UPA UMBUZEIRO PRODUCOES AGRICOLAS LTDA	44	Médico do trabalho	8.880,56	10.015,60
			MAJESTOSA ENGENHARIA LTDA	44	Médico patologista clínico / medicina laboratorial	8.880,56	10.640,38
xxx.187.234-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	EDUCANDARIO ALBERTO DE OLIVEIRA LTDA - ME	20	Professor da educação de jovens e adultos do ensino fundamental (primeira a quarta série)	8.769,65	11.030,61
xxx.150.944-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	MUNICIPIO DE PETROLINA	36	Professor de nível médio na educação infantil	2.054,06	2.244,78
xxx.003.724-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	COLEGIO ESTER MARTINS LTDA - ME	44	Professor da área de meio ambiente	2.969,97	3.940,00
xxx.336.554-xx	COORDENADORA	40	MUNICIPIO DE PETROLINA	36	Professor de nível médio na educação infantil	16.893,15	12.426,16
xxx.106.784-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	COLEGIO INOVACAO EIRELI - ME	44	Professor da educação de jovens e adultos do ensino fundamental (primeira a quarta série)	2.305,66	2.430,00
xxx.866.564-xx	ASSISTENTE EDUCACIONAL	30	MUNICIPIO DE PETROLINA	36	Professor de nível médio na educação infantil	5.074,72	5.915,86
xxx.505.754-xx	TECNICO MANUTENCAO DE C	44	TGR BEBIDAS LTDA	44	Analista de desenvolvimento de sistemas	10.085,73	23.262,95
xxx.521.224-xx	PROFESSOR DE CAPOEIRA	30	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36	Agente de saúde pública	2.454,61	3.756,13
Total Geral para 2015 em face da acumulação sem compatibilidade de horários comprovada (R$)						**484.714,49**	**755.827,78**

Fonte: Folha de pagamento da PETRAPE, para os empregados que trabalharam no Programa Nova Semente e os dados da RAIS atualizados até 2015.

Adotaram-se como premissas para a obtenção das cargas horárias semanais totais as seguintes:

a) para a função de assistente educacional, foi considerada a carga horária informada nas entrevistas realizadas junto aos coordenadores das unidades tomadas como amostra, ou seja, 30 horas semanais, sendo 6 horas diárias.

Preliminarmente, urge ressaltar que as unidades visitadas pela equipe da CGU-Regional no período de 7 a 9 de junho de 2017 foram as seguintes:

Unidades tomadas como amostra para visita *"in loco"*:

Nome da Unidade de Acolhimento	Bairro
Tio Joaquim	Pedra Linda
Luiz Saturnino	Pedra Linda
Pequeno Samuel	Pedra Linda
Maria Antônia	Jardim Amazonas
Professora Cléa	João de Deus III
Isabel Mariano	São Gonçalo
Santa Luisa de Marilac	José e Maria
Mariana Vitória	Rio Corrente
Santa Catarina Labouré	José e Maria
Vovó Graça	Jardim Amazonas

Fonte: Entrevistas com as coordenadoras e inspeção física realizada nas unidades em Petrolina/PE no período de 7 a 9 de junho de 2017.

Com relação à legislação do Programa, a Instrução Normativa nº 05/2015 dispôs o seguinte, no que se refere à carga horária dos profissionais que trabalhavam nas unidades de acolhimento às crianças:

"Art. 30. As educadoras/sementeiras das Unidades do Programa Nova Semente terão sua carga horária de trabalho distribuídas da seguinte forma:

Unidades inauguradas até 2014	***Funcionárias***	***Unidades inauguradas a partir de 2015***	***Funcionárias***
Turno de 4 hs	*Assistentes de turma, ASG e cozinheiras*	*Turno de 6 hs*	*Todas*
Turno de 8 hs	*Coordenadoras, Educadoras e Cozinheiras*		

(...)"

O regime de trabalho das assistentes educacionais pode ser confirmado em face do que dispõe a Instrução Normativa nº 08/2016, de 3 de maio de 2016, que disciplinou a organização e funcionamento das unidades do Programa Nova Semente de Petrolina/PE para 2016, conforme transcrito:

"Art. 25. As educadoras/sementeiras das Unidades do Programa Nova Semente terão a carga horária de trabalho de 6h diárias."

b) para as funções de coordenador, auxiliar de serviços gerais e de cozinheiro, foi considerada a carga horária informada nas entrevistas com os coordenadores das unidades visitadas pela equipe da CGU-Regional, ou seja, 40 horas semanais (8 horas diárias);

c) para a função de professor, inclusive de música, foi considerada a carga horária semanal de 30 horas, ou seja, de seis horas diárias;

d) os cargos de supervisor pedagógico, assistente administrativo, técnico em manutenção de computadores e auxiliar administrativo correspondem à carga horária máxima semanal disciplinada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 44 horas semanais.

Há de se ressaltar que a carga horária considerada para a função de assistente educacional foi fruto da adoção de uma perspectiva conservadora, uma vez que a Secretaria de Educação de Petrolina/PE, por meio do Ofício nº 45/2017, de 2 de maio de 2017, informou o seguinte, sobre as características das unidades que funcionaram em 2015 e as cargas horárias dos funcionários nela lotados:

"(...)

- *Padrão I, Unidade de acolhimento com atendimento de 55 crianças das 06:00 as 18:00 horas, sendo 5 refeições diárias (café da manhã, lanche, almoço, lanche da tarde e jantar), com uma necessidade de 16 funcionárias trabalhando 8h diárias com intervalo de 2h.*
- *Padrão II, Unidade de acolhimento com atendimento de 55 a 60 crianças das 06:00 as 18:00 horas, sendo 5 refeições diárias (café da manhã, lanche, almoço, lanche da tarde e jantar), com uma necessidade de 16 funcionárias trabalhando 6h diárias corridas.*
- *Padrão III, Unidade de acolhimento com atendimento de 160 crianças em regime parcial das 06:00 as 18:00 horas, sendo 5 refeições diárias (café da manhã, lanche, almoço, lanche da tarde e jantar), com uma necessidade de 26 funcionárias trabalhando 6h diárias corridas.*

Ao final do 10º Termo Aditivo do convênio 65/2010, em junho de 2015 havia funcionamento 100 unidades Padrão I e 35 unidades Padrão II, nesse período não houve funcionamento das Unidades Padrão III."

A realidade descrita pela Secretaria de Educação reforça o fato de que a maior parte das unidades que funcionavam à época prestavam atendimento às crianças da Educação Infantil, de tal forma que os respectivos colaboradores eram submetidos a uma carga horária diária de oito horas, com duas horas de almoço (40h semanais).

Assim sendo, verificou-se, pelo cruzamento entre as bases de dados da RAIS 2015 e da folha de pagamento da PETRAPE, que esses colaboradores tinham mais de um vínculo, sem que restasse comprovada para a Prefeitura de Petrolina/PE a necessária compatibilidade de horários desse vínculo com os demais empregos.

Desse modo, não há como assegurar que essas pessoas de fato prestaram serviços ao Programa Nova Semente, uma vez que há registros de vínculos com outras pessoas jurídicas, no mesmo período em que estiveram à disposição da PETRAPE, o que representa prejuízos potenciais e/ou efetivos aos recursos que custearam a folha de pagamento das equipes do Nova Semente, ou seja, à conta do FUNDEB.

Por fim, urge lembrar que a verificação dessa situação em 2015 não exime a Administração de verificar as ocorrências que se configuraram anteriormente a esse exercício, dado que o escopo da fiscalização contemplou somente os anos de 2015 em diante, tendo em vista a avaliação da regularidade na utilização e aplicação dos recursos públicos.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700919 (FUNDEB), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. Com relação ao assunto tratado no presente item, foi aduzida a seguinte argumentação, a qual segue transcrita:

"(...)

Pois bem, como restou demonstrado no próprio relatório preliminar de auditoria, ao receber o Programa Nova Semente esta gestão administrativa introduziu importantes modificações visando com isso garantir zelo, economicidade de recursos públicos e eficiência em sua execução, tornando-o gratuito para seus beneficiários, e sem qualquer cobrança de mensalidade como antes era procedida pela gestão antecessora a esta, conforme restará esmiuçado a partir do tópico a seguir.

Ademais, é de extrema importância salientar que no ano de 2017 ocorreu uma grande reformulação do Programa Nova Semente, acarretando uma redução considerável no quadro de pessoal.

(...)

Ainda, vale mencionar o efetivo controle exercido sobre a folha de pagamento dos profissionais do programa Nova Semente. Não foram raras às vezes em que por erro ou má-fé, foi solicitado pela Associação dos Amigos do PETRAPE, pagamento fundamentado em lista em que constavam profissionais que de fato não estavam vinculados aos quadros do programa. Sem titubeio, a equipe de fiscalização negou pagamento, e exigiu que se realizasse a devida correção, para posterior quitação dos respectivos valores.

(...)"

Análise do Controle Interno

Com relação à manifestação apresentada, em que pese os comentários elencados acerca de todas as providências que vêm sendo tomadas a partir de 2017, no sentido de corrigir as falhas ocorridas em folha de pagamento, com pedidos de esclarecimento, de ajustes e glosas de desembolsos indevidos, é preciso salientar que os fatos apontados pela CGU são anteriores a 2017, com prejuízos efetivos ao Erário, caso as situações, após regular apuração, sejam consideradas pertinentes.

Não houve, portanto, no mérito, argumentação contendo contrarrazões da Prefeitura de Petrolina/PE para os fatos apontados, como resultado do cruzamento entre as bases de dados da RAIS 2015 e da folha de pagamento da PETRAPE, para os colaboradores alocados nas atividades do Programa Nova Semente.

2.1.8. Cobrança de valores a título de mensalidades escolares aos pais dos alunos do Programa Nova Semente, até o final do exercício de 2016, com desrespeito ao princípio da gratuidade dos serviços públicos na área de Educação Infantil.

Fato

Em visita a dez unidades do Programa Nova Semente, tomadas como amostra, foi informado pelas coordenadoras que houve, até 31 de dezembro de 2016, cobrança aos pais de alunos de valores de mensalidades pela prestação dos serviços públicos na área de Educação Infantil.

As unidades visitadas foram as seguintes:

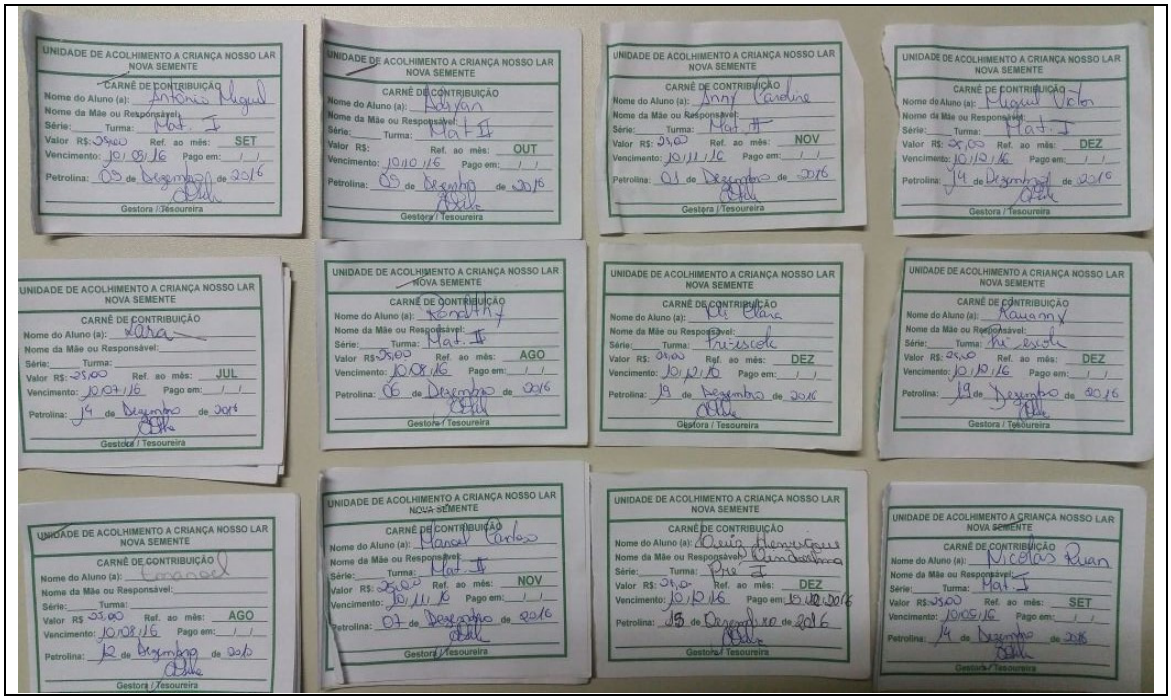
Unidades tomadas como amostra para visita *"in loco"*:

Nome da Unidade de Acolhimento	Bairro
Tio Joaquim	Pedra Linda
Luiz Saturnino	Pedra Linda
Pequeno Samuel	Pedra Linda
Maria Antônia	Jardim Amazonas
Professora Cléa	João de Deus III
Isabel Mariano	São Gonçalo
Santa Luisa de Marilac	José e Maria
Mariana Vitória	Rio Corrente
Santa Catarina Labouré	José e Maria
Vovó Graça	Jardim Amazonas

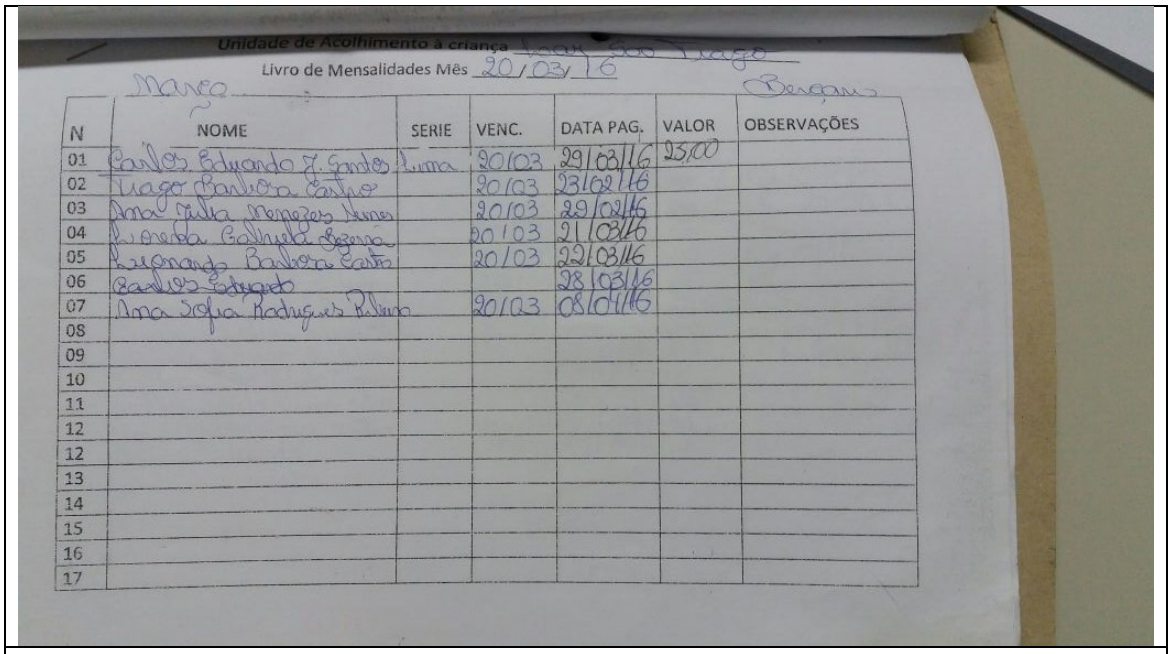
Fonte: Entrevistas comas coordenadoras e inspeção física realizada nas unidades em Petrolina/PE no período de 7 a 9 de junho de 2017.

Tendo essa informação por premissa, a equipe solicitou formalmente à Secretaria de Educação de Petrolina/PE que disponibilizasse exemplos de documentos comprobatórios de exigência, por parte da PETRAPE, parceira da Prefeitura no Convênio nº 65/2010, de contribuições pecuniárias por parte dos responsáveis pelas crianças, como forma de retribuição pelos serviços prestados.

A título de exemplo, passam a ser mostrados carnês com os valores cobrados, bem como controles de recebimento de numerário em algumas unidades do Programa Nova Semente:



Petrolina/PE, 8 de junho de 2017. Carnês de pagamento da Unidade do Nova Semente *"Nosso Lar"*, com comprovações de contribuição de responsáveis por alunos das turmas do Maternal I, Maternal II e Pré-Escola.

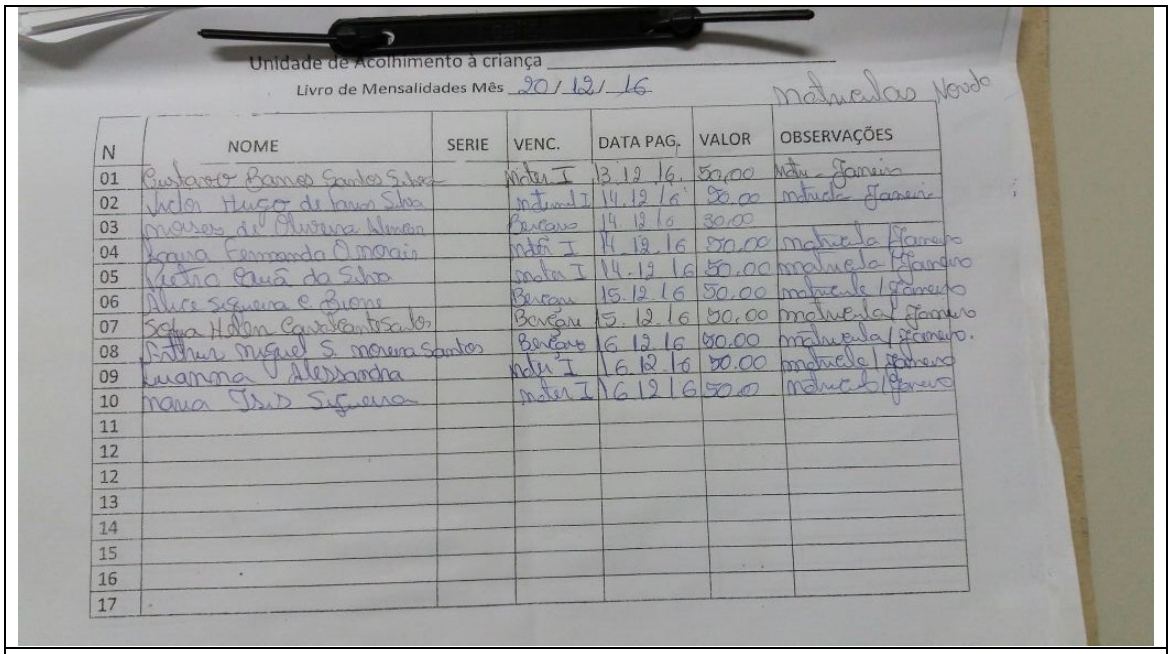


Unidade de Acolhimento à criança

Livro de Mensalidades Mês 20/03/16

N	NOME	SERIE	VENC.	DATA PAG.	VALOR	OBSERVAÇÕES
01	Carlos Eduardo J. Santos	Turma	20/03	29/03/16	25,00	
02	Tiago Barbosa Santos		20/03	23/02/16		
03	Ana Julia Menezes Nunes		20/03	29/02/16		
04	Lorena Gabriela Segurança		20/03	21/03/16		
05	Leonardo Barbosa Santos		20/03	22/03/16		
06	Carlos Eduardo			28/03/16		
07	Ana Sofia Rodrigues Ribeiro		20/03	08/04/16		
08						
09						
10						
11						
12						
12						
13						
14						
15						
16						
17						

Petrolina/PE, 8 de junho de 2017. Controles de recebimento de valores a título de mensalidade dos pais dos alunos do Programa Nova Semente, matriculados na Unidade *"Lar São Tiago"*, em 2016.



Unidade de Acolhimento à criança

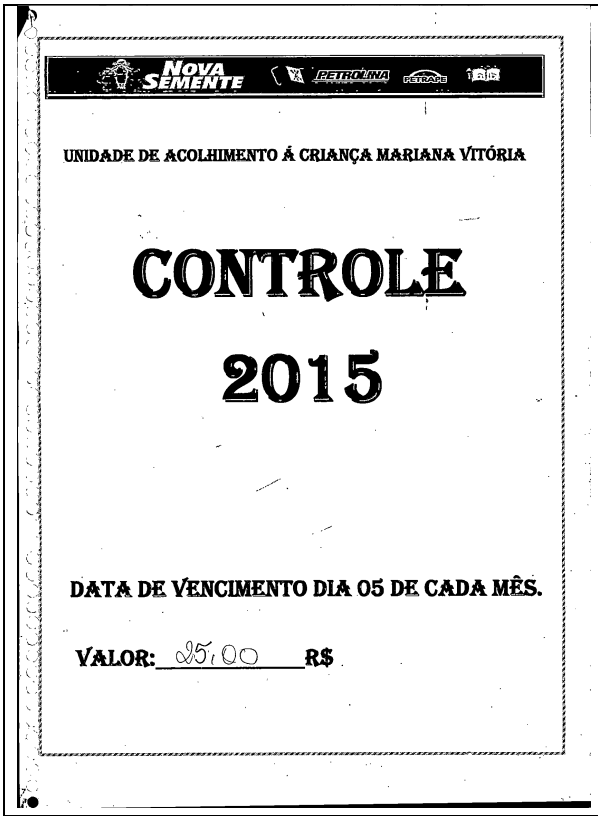
Livro de Mensalidades Mês 20/12/16

N	NOME	SERIE	VENC.	DATA PAG.	VALOR	OBSERVAÇÕES
01	Gustavo Barros Santos Silva		Inter I	13.12.16	50,00	Matr. Janeiro
02	Victor Hugo de Souza Silva		Inter I	14.12.16	50.00	matrícula Janeiro
03	Moises de Oliveira Nunes		Berçário	14.12.16	30.00	
04	Sofia Fernanda Oliveira		Inter I	14.12.16	50.00	matrícula Janeiro
05	Victor Raul da Silva		Inter I	14.12.16	50.00	matrícula Janeiro
06	Alice Siqueira C. Bione		Berçário	15.12.16	50.00	matrícula / Janeiro
07	Sofia Helen Cavalcanti Santos		Berçário	15.12.16	50.00	matrícula / Janeiro
08	Arthur Miguel S. Moreira Santos		Berçário	16.12.16	50.00	matrícula / Janeiro.
09	Luanna Alessandra		Inter I	16.12.16	50.00	matrícula / Janeiro
10	Maria Isis Siqueira		Inter I	16.12.16	50.00	matrícula / Janeiro
11						
12						
12						
13						
14						
15						
16						
17						

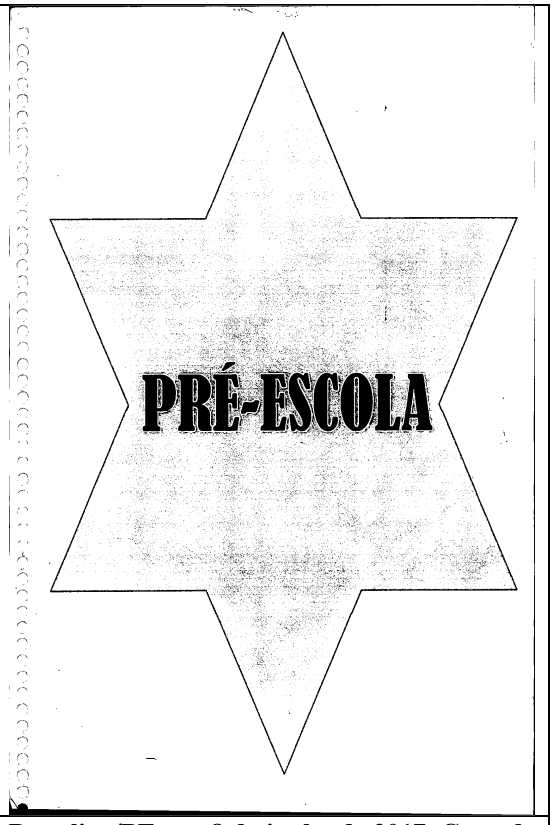
Petrolina/PE, 8 de junho de 2017. Controles de recebimento de valores a título de mensalidade dos pais dos alunos do Programa Nova Semente, matriculados na Unidade *"Lar São Tiago"*, em 2016. Ressalte-se o pagamento de valores até o mês de dezembro do referido exercício.

Tanto os carnês de pagamento quanto os controles de recebimento de numerário, referentes às mensalidades das unidades de acolhimento à criança *"Nosso Lar"* e *"Lar São Tiago"*, evidenciam a percepção, por parte da PETRAPE, de valores individuais mensais de R$ 25,00 por cada criança atendida.

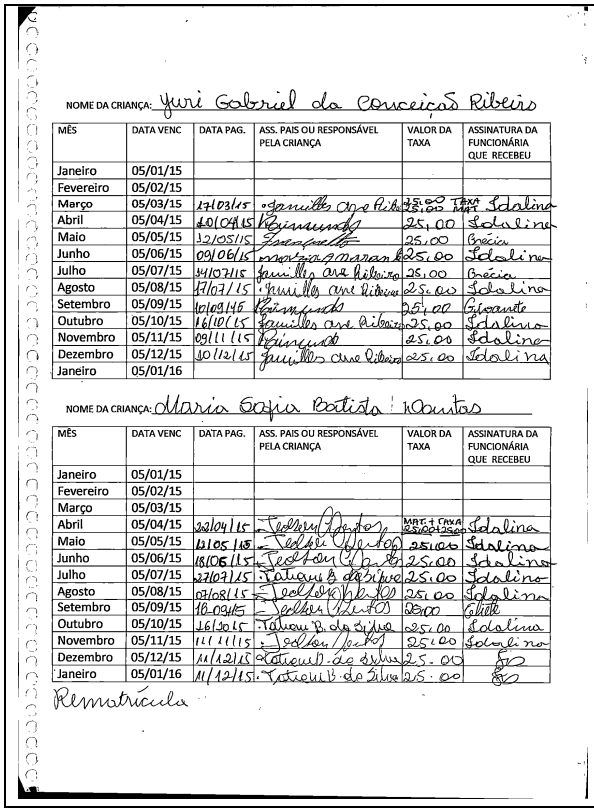
A Unidade de Acolhimento à Criança *"Mariana Vitória"* também apresenta controles por aluno, tendo sido evidenciada a exigência, em 2015, de pagamento de valores a título de taxa de mensalidade aos pais dos alunos, conforme registros fotográficos:



Petrolina/PE, em 8 de junho de 2017. Capa do controle de recebimento dos valores de R$ 25,00 mensais cobrados como mensalidade, para efeito de custeio dos prédios das unidades do Nova Semente. Unidade Mariana Vitória, ano letivo de 2015.



Petrolina/PE, em 8 de junho de 2017. Capa de turma de pré-escola e o controle de recebimento dos valores mensais cobrados como mensalidade.



NOME DA CRIANÇA: Yuri Gabriel da Conceição Ribeiro

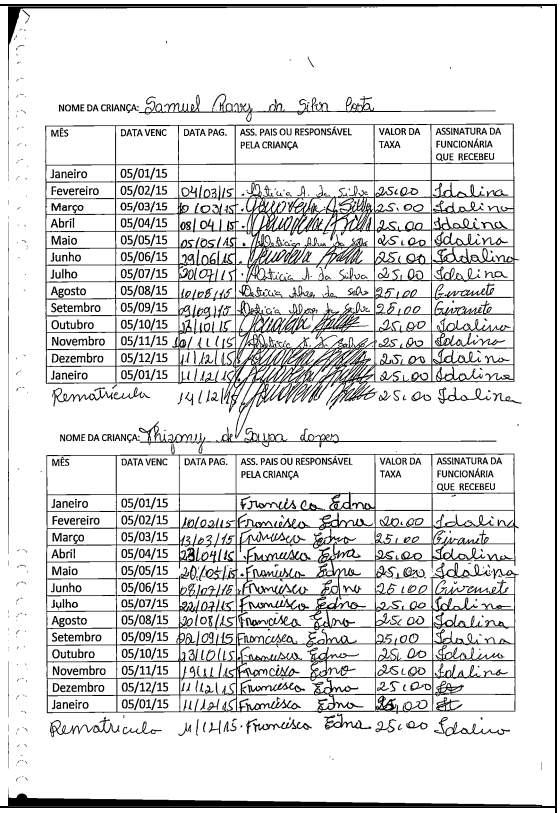
MÊS	DATA VENC	DATA PAG.	ASS. PAIS OU RESPONSÁVEL PELA CRIANÇA	VALOR DA TAXA	ASSINATURA DA FUNCIONÁRIA QUE RECEBEU
Janeiro	05/01/15				
Fevereiro	05/02/15				
Março	05/03/15	17/03/15	Janilla Cruz Ribeiro	25,00 TAXA MAT	Idalina
Abril	05/04/15	20/04/15	Raimundo	25,00	Idalina
Maio	05/05/15	12/05/15	[illegible]	25,00	Bécia
Junho	05/06/15	09/06/15	[illegible]	25,00	Idalina
Julho	05/07/15	24/07/15	Janilla Cruz Ribeiro	25,00	Bécia
Agosto	05/08/15	17/07/15	Janilla Cruz Ribeiro	25,00	Idalina
Setembro	05/09/15	10/09/15	Raimundo	25,00	Giovanete
Outubro	05/10/15	16/10/15	Janilla Cruz Ribeiro	25,00	Idalina
Novembro	05/11/15	09/11/15	Raimundo	25,00	Idalina
Dezembro	05/12/15	10/12/15	Janilla Cruz Ribeiro	25,00	Idalina
Janeiro	05/01/16				

NOME DA CRIANÇA: Maria Sofia Batista Santos

MÊS	DATA VENC	DATA PAG.	ASS. PAIS OU RESPONSÁVEL PELA CRIANÇA	VALOR DA TAXA	ASSINATURA DA FUNCIONÁRIA QUE RECEBEU
Janeiro	05/01/15				
Fevereiro	05/02/15				
Março	05/03/15				
Abril	05/04/15	22/04/15	Jedson Santos	MAT + CAXA 25/04+25,00	Idalina
Maio	05/05/15	12/05/15	Jedson Santos	25,00	Idalina
Junho	05/06/15	18/06/15	Jedson Santos	25,00	Idalina
Julho	05/07/15	27/07/15	Tatiana B da Silva	25,00	Idalina
Agosto	05/08/15	07/08/15	Jedson Santos	25,00	Idalina
Setembro	05/09/15	18/09/15	Jedson Santos	25,00	Giovanete
Outubro	05/10/15	16/10/15	Tatiana B da Silva	25,00	Idalina
Novembro	05/11/15	11/11/15	Jedson Santos	25,00	Idalina
Dezembro	05/12/15	11/12/15	Tatiana B. da Silva	25,00	[illegible]
Janeiro	05/01/16	11/12/15	Tatiana B. da Silva	25,00	[illegible]

Rematrícula

Petrolina/PE, em 8 de junho de 2017. Detalhe dos registros de controles de recebimento dos valores das mensalidades cobradas dos responsáveis mensalmente.



NOME DA CRIANÇA: Samuel Nery da Silva Costa

MÊS	DATA VENC	DATA PAG.	ASS. PAIS OU RESPONSÁVEL PELA CRIANÇA	VALOR DA TAXA	ASSINATURA DA FUNCIONÁRIA QUE RECEBEU
Janeiro	05/01/15				
Fevereiro	05/02/15	04/03/15	Patricia A. da Silva	25,00	Idalina
Março	05/03/15	10/03/15	[illegible]	25,00	Idalina
Abril	05/04/15	08/04/15	[illegible]	25,00	Idalina
Maio	05/05/15	05/05/15	Patricia Alves da Silva	25,00	Idalina
Junho	05/06/15	29/06/15	[illegible]	25,00	Idalina
Julho	05/07/15	30/07/15	Patricia A. da Silva	25,00	Idalina
Agosto	05/08/15	10/08/15	Patricia Alves da Silva	25,00	Giovanete
Setembro	05/09/15	03/09/15	Patricia Alves da Silva	25,00	Giovanete
Outubro	05/10/15	13/10/15	[illegible]	25,00	Idalina
Novembro	05/11/15	10/11/15	Patricia A. da Silva	25,00	Idalina
Dezembro	05/12/15	11/12/15	[illegible]	25,00	Idalina
Janeiro	05/01/15	11/12/15	[illegible]	25,00	Idalina

Rematrícula 14/12/15 25,00 Idalina

NOME DA CRIANÇA: Thizomy de Souza Lopes

MÊS	DATA VENC	DATA PAG.	ASS. PAIS OU RESPONSÁVEL PELA CRIANÇA	VALOR DA TAXA	ASSINATURA DA FUNCIONÁRIA QUE RECEBEU
Janeiro	05/01/15		Francisca Edna		
Fevereiro	05/02/15	10/02/15	Francisca Edna	20,00	Idalina
Março	05/03/15	13/03/15	Francisca Edna	25,00	Giovanete
Abril	05/04/15	28/04/15	Francisca Edna	25,00	Idalina
Maio	05/05/15	20/05/15	Francisca Edna	25,00	Idalina
Junho	05/06/15	08/07/15	Francisca Edna	25,00	Giovanete
Julho	05/07/15	22/07/15	Francisca Edna	25,00	Idalina
Agosto	05/08/15	20/08/15	Francisca Edna	25,00	Idalina
Setembro	05/09/15	09/09/15	Francisca Edna	25,00	Idalina
Outubro	05/10/15	23/10/15	Francisca Edna	25,00	Idalina
Novembro	05/11/15	19/11/15	Francisca Edna	25,00	Idalina
Dezembro	05/12/15	11/12/15	Francisca Edna	25,00	[illegible]
Janeiro	05/01/15	11/12/15	Francisca Edna	25,00	[illegible]

Rematrícula 11/12/15 Francisca Edna 25,00 Idalina

Petrolina/PE, em 8 de junho de 2017. Detalhe dos registros de controles de recebimento dos valores das mensalidades cobradas dos responsáveis mensalmente.

Urge frisar que essa irregularidade já havia sido objeto de apontamento no Relatório de Ação de Controle nº 201212462, relativamente à apuração de demanda externa a que alude o Processo nº 00215.000046/2012-55, tendo sido verificada a cobrança de taxa junto aos pais ou responsáveis dos alunos atendidos pelas ações do Programa.

Conforme trecho do Relatório de Ação de Controle em questão, *"verificou-se a existência de cobrança de taxas aos responsáveis das crianças beneficiárias, em descumprimento ao que dispõe a Lei nº 11.494/2007 e ao princípio constitucional da gratuidade do ensino público, consoante art. 206, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil..."*

Como foi observado pela equipe de fiscalização responsável pela ação de controle deflagrada sob a égide da Ordem de Serviço nº 201212462, foi o primeiro termo aditivo ao Convênio nº 65/2010, assinado em 19 de setembro de 2011, o instrumento responsável pela alteração do benefício constitucional da gratuidade no âmbito do Programa Nova Semente, na medida em que dispôs o seguinte:

"Os espaços físicos onde funcionam as unidades do Nova Semente devem ser cedidos pela comunidade beneficiada, sem ônus para o Programa, cabendo aos convenentes avaliarem se as instalações são adequadas ao atendimento do Programa."

Por meio de Comunicado sem número, de 22 de junho de 2017, acerca da arguição formal a respeito da existência das contribuições dos pais dos alunos, a Prefeitura de Petrolina/PE, através da Gestão do Programa Nova Semente, informou o seguinte:

"(...)

b) *A configuração anterior do Programa Nova Semente dos anos anteriores a 2017, conforme apresentação de evidências aos auditores (...), contava com uma contribuição por parte dos pais do alunos a título de mensalidade como contrapartida pelos serviços ofertados pelo programa às crianças inseridas através de matricula, a partir de janeiro de 2017 mediante o cumprimento da Lei 9394 da LDB de 20 de dezembro de 2016 Art. 4 , foi extinta de forma determinante qualquer tipo de cobrança a título de mensalidade.*

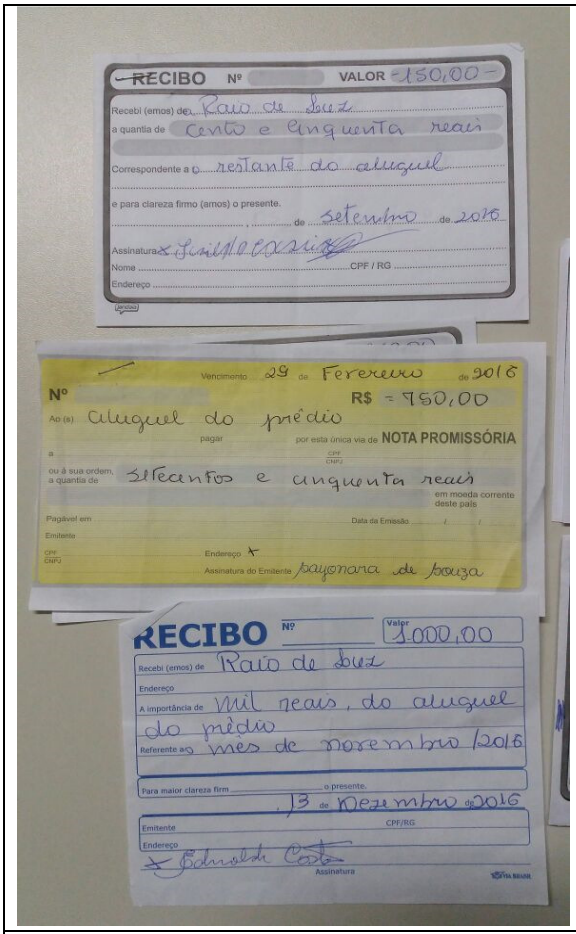
c) *Os valores estabelecidos das contribuições mensais oscilavam anualmente, chegando ao último valor praticado de R$ 25,00 por aluno, sendo destinada prioritariamente para o pagamento do Aluguel da unidade escolar e o saldo (caso houvesse) ficava a critério da coordenação da unidade utilizar para diversos fins.*

d) *Mediante relatos informais por parte de alguns funcionários do Programa, averiguamos que havia uma contribuição não contínua de valores variáveis com a finalidade de completar o valor referente aos aluguéis das unidades, sendo esta informação referente aos anos anteriores à 2017".*

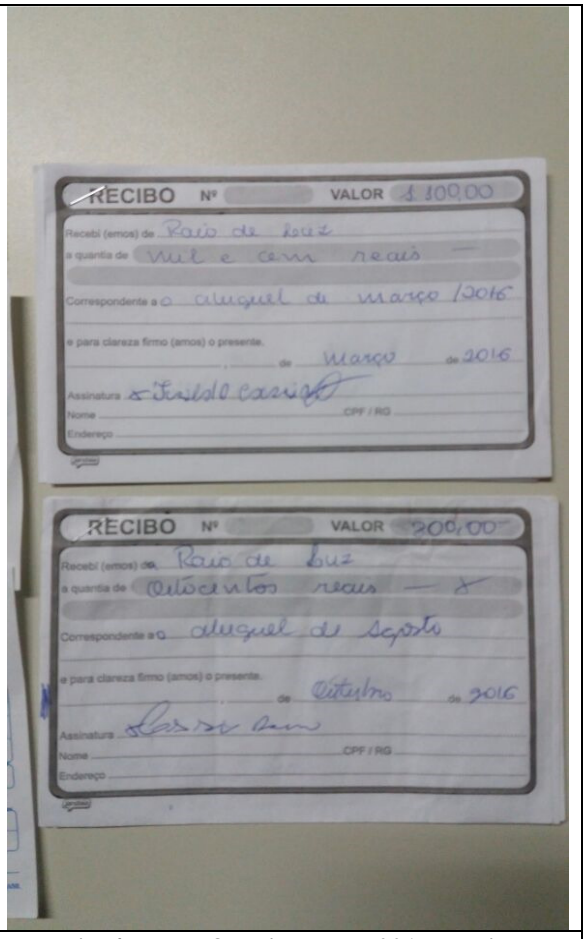
As coordenadoras entrevistadas de fato informaram que arrecadavam os valores das mensalidades para o custeio da infraestrutura dos imóveis onde funcionavam as unidades do Programa Nova Semente, principalmente para fazer face às despesas com aluguéis.

Isso pôde ser evidenciado com a apresentação, por parte da Secretaria de Educação da Prefeitura de Petrolina/PE, de recibos de aluguel da Unidade *"Raio de Luz"*, referentes a alguns meses de 2016, como setembro e dezembro, o que mostra tratar-se de prática que até recentemente ainda poderia ser caracterizada como comum na execução das ações do Programa.

O relatório fotográfico a seguir ilustra a situação identificada:



Petrolina/PE, em 8 de junho de 2017. Recibos de aluguéis apresentados pela Secretaria de Educação do Município, de modo a evidenciar a prática de que a comunidade teria de quitar despesas com aluguel dos espaços físicos.



Petrolina/PE, em 8 de junho de 2017. Recibos de aluguel do exercício de 2016, do proprietário ou responsável pelo imóvel onde funcionava a unidade "Raio de Luz".

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700919 (FUNDEB), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. Com relação ao assunto tratado no presente item, foi aduzida a seguinte argumentação, a qual segue transcrita:

"(...)

Pois bem, como restou demonstrado no próprio relatório preliminar de auditoria, ao receber o Programa Nova Semente esta gestão administrativa introduziu importantes modificações visando com isso garantir zelo, economicidade de recursos públicos e eficiência em sua execução, tornando-o gratuito para seus beneficiários, e sem qualquer cobrança de mensalidade como antes era procedida pela gestão antecessora a esta, conforme restará esmiuçado a partir do tópico a seguir.

(...)"

Análise do Controle Interno

A argumentação apresentada a respeito do assunto da cobrança de mensalidades aos pais ou responsáveis pelos alunos, como contrapartida pela execução dos serviços, contrariamente ao princípio constitucional da gratuidade, apenas corrobora os fatos caracterizados no presente item do Relatório.

2.1.9. Não apresentação de memória de cálculo dos gastos relativos à assistência odontológica e alimentação nos valores respectivos de R$ 456.603,04 e R$ 3.960.000,00, previstos no âmbito do 10º Termo Aditivo ao Convênio nº 065/2010.

Fato

De acordo com o Plano de Trabalho do 10º Termo Aditivo ao Convênio nº 065/2010, com vigência de 01/01/2015 a 30/06/2015, restou estabelecido o seguinte Plano de Aplicação de recursos no montante de R$ 22.213.750,59 (13.009.111,19 + 5.166.591,98 + 4.038.046,42), visando custear a manutenção de estimados 10.000 alunos distribuídos em 150 unidades no âmbito do Programa Nova Semente, conforme gastos detalhados a seguir:

Tabela - Padrão I

Natureza da Despesa	Valor/Mês/Unid.	Unidades/ Alunos	Total Global (R$)
Outros Serv. Terc. – Pessoa Jurídica - Custeio	17.566,17	100	10.539.704,39
Outros Serv. Terc. – Pessoa Jurídica – Assistência Odontológica	485,68	100	291.407,81
Outros Serv. Terc. – Pessoa Jurídica – Alimentação	66,00	5.500	2.178.000,00
Total – Padrão I (100 unidades)	06 meses		13.009.112,19

Fonte: Dados estimados no Plano de Aplicação do 10º Termo Aditivo ao convênio nº 065/2010

Registre-se que as unidades classificadas no "Padrão I" contemplaram a previsão de atendimento de 55 crianças no horário de 06:00 às 18:00h, por equipe de 16 funcionários trabalhando 8h diárias com intervalo de 2h.

Tabela - Padrão II

Natureza da Despesa	Valor/Mês/Unid.	Unidades/ Alunos	Total Global (R$)
Outros Serv. Terc. – Pessoa Jurídica - Custeio	20.157,14	35	4.232.999,24
Outros Serv. Terc. – Pessoa Jurídica – Assistência Odontológica	485,68	35	101.992,73
Outros Serv. Terc. – Pessoa Jurídica – Alimentação	66,00	2.100	831.600,00
Total – Padrão I (35 unidades)	06 meses		5.166.591,98

Fonte: Dados estimados no Plano de Aplicação do 10º Termo Aditivo ao convênio nº 065/2010

As unidades classificadas no "Padrão II" contemplaram a estimativa de atendimento de 55 a 60 crianças no horário de 06:00 às 18:00h, por equipe de 16 funcionários trabalhando 6h diárias corridas.

Tabela - Padrão III

Natureza da Despesa	Valor/Mês/Unid.	Unidades/ Alunos	Total Global (R$)
Outros Serv. Terc. – Pessoa Jurídica - Custeio	33.604,93	15	3.024.443,92
Outros Serv. Terc. – Pessoa Jurídica – Assistência Odontológica	702,25	15	63.202,50
Outros Serv. Terc. – Pessoa Jurídica – Alimentação	66,00	2.400	950.400,00
Total – Padrão I (15 unidades)	06 meses		4.038.046,42

Fonte: Dados estimados no Plano de Aplicação do 10º Termo Aditivo ao convênio nº 065/2010

Por outro lado, as unidades classificadas no "Padrão III" contemplaram a projeção de atendimento de 160 crianças em regime parcial no horário de 06:00 às 12:00h e outra turma no horário de 12:00 às 18:00h, por equipe de 16 funcionários trabalhando 6h diárias corridas.

Com base nas previsões de custos unitários mencionados nos padrões I, II e III supracitados, esta Controladoria requereu à PETRAPE a disponibilização do que segue:

- Apresentação de memória de cálculo e a descrição pormenorizada das despesas que compõem os valores unitários relativos à custeio (R$ 17.566,17, R$ 20.157,14 e R$ 33.604,93), assistência odontológica (R$ 485,68 e R$ 702,25) e alimentação (R$ 66,00), de forma a tornar compreensível quais os itens de custos que compuseram cada um dos valores unitários em referência.

Em resposta ao solicitado, a PETRAPE apresentou os seguintes esclarecimentos:

"

(....)
CUSTEIO

- Unidade Padrão I, o valor de R$ 17.566,17 refere-se a R$ 15.141,44 correspondente a folha de pagamento e encargos e R$ 2.424,74 referente à manutenção e desenvolvimento do ensino (artigo 70 da LDB), conforme anexo I;

- Unidade Padrão II, o valor de R$ 20.157,14 refere-se a R$ 17.732,40 correspondente a folha de pagamento e encargos e R$ 2.424,74 referente à manutenção e desenvolvimento do ensino (artigo 70 da LDB), conforme anexo II;

- Unidade Padrão III, o valor de R$ 33.604,93 refere-se a R$ 30.257,62 correspondente a folha de pagamento e encargos e R$ 3.347,31 referente à manutenção e desenvolvimento do ensino (artigo 70 da LDB), conforme anexo III;

ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

- O valor de R$ 485,68 é referente ao atendimento mensal de uma unidade do Nova Semente com 55 a 60 crianças (padrão I e II) e o valor de R$ 702,25 refere-se ao atendimento de 160 crianças em regime parcial (padrão III).
ALIMENTAÇÃO

- O valor de R$ 66,00 é referente ao consumo mensal de cada criança, sendo calculado em média 22 dias úteis por mês a um valor unitário por dia de R$ 3,00 para café da manhã, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar."

Em análise aos dados contidos nos anexos I, II e III, constatou-se que, de fato, restaram previstos os valores respectivos de R$ 17.566,17, R$ 20.157,14 e *R$ 33.604,93,* demonstrando as estimativas de gastos relativos à folha de pagamento e encargos sociais, bem como à manutenção e desenvolvimento do ensino.

No que tange à previsão de despesas nos valores de R$ 485,68 (padrão I e II) e R$ 702,25 (padrão III), para atender às ações de assistência odontológica, esta Controladoria entende que a simples menção de que os referidos valores se referiam aos gastos mensais por tipo de unidade, não comprova a origem da memória de cálculo utilizada para a definição de tais montantes.

O fato é que não restaram disponibilizadas informações acerca de quais os procedimentos odontológicos previstos, qual a estimativa de crianças atendidas por turma e unidade, bem como a periodicidade na realização dos procedimentos, de forma que tais variáveis, dentre outras, justificassem a valoração dos custos de R$ 485,68 e R$ 702,25.

Em relação à previsão do custo de alimentação das crianças, registre-se que a PETRAPE asseverou que o custo de R$ 66,00 representava a valoração do custo diário de R$ 3,00 para alimentar uma criança no período médio de 22 dias ao mês. Frise-se ainda que o custo de R$ 3,00 contemplou o atendimento de 3 refeições e 2 lanches.

Diante do exposto, esta Controladoria entende que a convenente não apresentou os elementos de convicção necessários para justificar a metodologia utilizada para a definição do custo de R$ 3,00, com vistas a alimentar diariamente uma criança.

Ademais, não foi apresentada nenhuma memória de cálculo que contemplasse os itens integrantes de cardápios preparados como referencial para compor os custos unitários em discussão, demonstrando, por conseguinte, a oferta de uma alimentação nutricionalmente equilibrada no ambiente escolar.

Observou-se, dessa forma, a existência de fragilidades no processo de elaboração do Plano de Trabalho sob comento, no que se refere ao processo de estimar os gastos com alimentação no montante de R$ 3.960.00,00 e assistência odontológica no valor de R$ 456.603,04 das crianças atendidas pelo Programa Nova Semente.

Porém, ressalte-se, que essa deficiência na projeção de gastos com assistência odontológica e alimentação se revelou presente nos 13 (treze) Planos de Trabalho formalizados no âmbito do Convênio nº 065/2010, ao longo do período de 2010 a 2016.

Cumpre lembrar que no Plano de Trabalho contido no 14º Termo Aditivo ao aludido Convênio, com estimativa de gastos para o exercício de 2017, fez-se anexar a previsão de gêneros alimentícios e respectivos custos compondo a memória de cálculo dos gastos com alimentação. Contudo, o mesmo procedimento não se verificou no que tange aos gastos com assistência odontológica previstos para o exercício de 2017.

Urge pontuar que deficiências na elaboração dos planos de aplicação impactam as ações de acompanhamento e controles dos efetivos gastos realizados na implementação do Programa em tela, bem como impedem a evidenciação de que as despesas pagas observaram efetivos parâmetros quantitativos e qualitativos previamente definidos.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou, em 3 de outubro de 2017, manifestação consolidada para todos os pontos relativas à Ordem de Serviço 201700919 (FUNDEB), por meio do Ofício nº 264/PROGEM/2017. Com relação ao assunto tratado no presente item, a atual gestão municipal manifestou opinião acerca das melhorias nos controles administrativos implementados na execução do Programa Nova Semente, conforme transcrição de trechos da resposta a seguir:

"(...)

Assim, rompeu-se com um dogma criado na gestão passada em que tudo o que estava previsto no plano de trabalho era pago na sua integralidade, sem que ocorresse a devida comprovação ou qualquer sistemática de fiscalização.

Nestes termos, atualmente, a título de exemplo, é realizada uma forte fiscalização quanto ao fornecimento da merenda. Anteriormente, pagava-se por aquilo que estava descrito no plano de trabalho, sem exigência nenhuma da comprovação da efetiva entrega dos respectivos gêneros, nas especificações e quantidades pactuadas.

Atualmente, a sistemática de entrega dos insumos para a confecção da merenda é totalmente diversa.

Em primeiro lugar, é elaborado um cardápio para cada faixa etária de alunos que são atendidos pelo programa. Posteriormente, a partir daquele, chega-se aos quantitativos e itens necessários para a confecção da merenda escolar. De acordo com esses itens e quantidades, é solicitado referidos gêneros ao fornecedor.

No ato da entrega, o responsável pelo recebimento, de posse de um romaneio que lhe é fornecido, deverá atestar os itens e as quantidades recebidas. De acordo com estes romaneios, devidamente atestados, é que será apurado o valor realmente devido ao fornecedor.

(...)

Por sua vez, é digno de nota relatar as constantes retenções de pagamentos, assim como realização da glosa no âmbito do Programa Nova Semente.

Foi relatado pela CGU, a não apresentação de memória de cálculo dos gastos relativos à assistência odontológica, assim como serviços odontológicos prestados em quantidade menor de que a pactuada no plano de trabalho.

É de se dizer que, em relação a esse serviço, a equipe de fiscalização vem realizando rigoroso controle. Ademais, que se diga que a mais de três meses o serviço não vem sendo atestado, acarretando a retenção dos respectivos pagamentos."

Análise do Controle Interno

Vale ressaltar as melhorias implementadas por parte da atual administração nos controles internos administrativos quanto às despesas de alimentação e assistência odontológica realizadas no exercício de 2017. Contudo, o gestor em sua manifestação não consignou nenhuma medida no sentido de apurar responsabilidades pela falta de efetiva comprovação da memória de cálculo utilizada na estimativa dos referidos gastos presentes nos 13 (treze) planos de trabalho formalizados no âmbito do Convênio nº 065/2010, ao longo do período de 2010 a 2016.

Diante do contexto supra, opinamos pela manutenção desta constatação.

2.1.10. Valores creditados na conta corrente nº 857-4 do Convênio nº 065/2010, no montante de R$ 3.580.000,00, em 2016, sem restar comprovada a origem financeira e contábil dos respectivos créditos.

Fato

Em análise comparativa entre a relação geral de empenhos pagos pela Prefeitura Municipal de Petrolina/PE à Associação dos Amigos do PETRAPE relativamente ao exercício de 2016 e os respectivos valores creditados na conta corrente CEF nº 857-4, utilizada pela PETRAPE para pagamento de folha de pagamento, no âmbito do Convênio nº 065/2010, identificou-se a existência de créditos realizados na referida conta sem que tenham sido localizados os respectivos registros no documento contábil em apreço, conforme detalhamento a seguir:

Tabela – Valores creditados na conta corrente do Convênio nº 065/2010

Nº Conta Bancária	Data	Nº Documento	Histórico	Valor (R$)
857-4	22/09/2016	000001	CRED TED	2.942.000,00
857-4	10/11/2016	000001	CRED TED	638.000,00
	Total (R$)			3.580.00,00

Fonte: extrato bancário da conta corrente nº 857-4 e relação de empenhos pagos à PETRAPE, relativamente ao exercício de 2016.

Instado a se manifestar, a PETRAPE atestou, por meio do razão contábil, da conta corrente nº 857-4, referente ao exercício de 2016, que os referidos valores correspondem a transferências efetuadas pela Prefeitura Municipal de Petrolina/PE para atender ao Programa Nova Semente, efetuadas nas datas de 22 de setembro e 10 de novembro de 2016, respectivamente.

Registre-se que esta Controladoria também requereu a manifestação da Prefeitura Municipal de Petrolina/PE acerca da ocorrência em tela. Contudo, até o fechamento deste relatório, nenhuma resposta foi apresentada a esta equipe de fiscalização.

Sendo assim, restou evidenciada a falta de comprovação da origem financeira e contábil dos valores de R$ 2.942.000,00 e R$ 638.000,00, depositados na conta nº 857-4, com vistas ao pagamento de folha de salários de profissionais atuantes no Programa Nova Semente, no âmbito do Convênio nº 065/2010.

Manifestação da Unidade Examinada

Não houve manifestação da unidade examinada para esse item.

Análise do Controle Interno

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após a apresentação dos fatos, a análise dos Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo "Fato."

2.1.11. Fixação de quantitativo de assistentes educacionais das unidades do Nova Semente, em 2015/2016, em números superiores aos encontrados em 2017, em função da quantidade de crianças atendidas, com custo adicional de R$ 12.280.268,00.

Fato

Diante da falta de informações atualizadas sobre a relação matemática entre o número de alunos e o quantitativo de profissionais adequado para o atendimento a cada turma, segundo suas faixas etárias, na legislação municipal sobre os aspectos da Educação Infantil, no período de 2015 a 2016, a Prefeitura e a Gestão do Nova Semente foram arguidas formalmente a respeito, tendo sido apresentados os seguintes parâmetros de composição das equipes, por meio de comunicado sem número, de 22 de junho de 2017:

*"**Item 3**, seguem tabelas distintas que diferem o atendimento referente ao quantitativo de profissionais por turmas, entre os CMEIs e Unidades do Programa Nova Semente, nos períodos destacados abaixo:*

2015, 2016 e 2017 - CMEI:

TURMAS	*IDADE*	*QUANTIDADE DE ALUNOS*	*PROFISSIONAIS*
BERÇÁRIO I	*6 A 11 MESES*	*08*	*01 PROFESSOR + 01 ASSISTENTE DE CRIANÇA*
BERÇÁRIO II	*1 ANO E 11 MESES*	*08*	*01 PROFESSOR + 01 ASSISTENTE DE CRIANÇA*
MATERNAL I	*2 ANO*	*10*	*01 PROFESSOR + 01 ASSISTENTE DE CRIANÇA*
MATERNAL II	*3 ANOS*	*15*	*01 PROFESSOR + 01 ASSISTENTE DE CRIANÇA*
PRÉ-ESCOLAR	*4 ANOS*	*20*	*01 PROFESSOR*
PRÉ-ESCOLAR	*5 ANOS*	*20*	*01 PROFESSOR*

Levando em consideração o cumprimento das Instruções Normativas e Resolução do Conselho Municipal de Educação, aqui em anexo, a tabela acima representa a realidade do atendimento ofertado nos CMEIS. Lembrando que esse quantitativo só sofrerá ajustes, mediante a inserção de alunos autistas, pois, por lei, os mesmos, possuem direito de uma Assistente Educacional exclusiva.

2015 e 2016 – NOVA SEMENTE:

TURMAS	*IDADE*	*QUANTIDADE DE ALUNOS*	*PROFISSIONAIS*
BERÇÁRIO	*6 MESES A 1 ANO INCOMPLETO*	*05*	*02 ASSISTENTES DE CRIANÇA*
MATERNAL I	*1 ANO A 2 ANOS INCOMPLETOS*	*10*	*04 ASSISTENTES DE CRIANÇA*
MATERNAL II	*2 ANOS A 4 ANOS INCOMPLETOS*	*20*	*04 ASSISTENTES DE CRIANÇA*
PRÉ-ESCOLAR	*4 ANOS E 5 ANOS*	*20*	*01 PROFESSOR + 01 ASSISTENTE*

O Programa Nova Semente sempre apresentou um direcionamento diferenciado do atendimento convencional proposto pela Rede Municipal de Ensino, através da SEDUC, como apresentado na tabela acima, tendo uma Instrução Normativa própria, ainda que, atendendo a mesma faixa etária, também atendida pelos CMEIS e PROINFANCIAS.

No intuito de alinhar o direcionamento da Educação Infantil, prezando pela igualdade do atendimento as crianças desse município, esta Secretaria, através da Gestão do Programa Nova Semente, pensando inclusive no direcionamento pedagógico, vínculo com a família e a fragilidade financeira que esse modelo do Programa trazia, foram e, continuam sendo tomadas medidas de alterações, em beneficio a organização e desenvolvimento dos menores atendidos.

2017 – NOVA SEMENTE:

TURMAS	*IDADE*	*QUANTIDADE DE ALUNOS*	*PROFISSIONAIS*
BERÇÁRIO I	*6 A 11 MESES*	*05*	*02 ASSISTENTES DE CRIANÇA*
BERÇÁRIO II	*1 ANO E 11 MESES*	*08*	*02 ASSISTENTES DE CRIANÇA*
MATERNAL I	*2 ANO*	*10*	*03 ASSISTENTES DE CRIANÇA*
MATERNAL II	*3 ANOS*	*20*	*01 ASSISTENTE DE CRIANÇA*

(...)"

Com base nos parâmetros definidos para 2017, no âmbito do Nova Semente, em termos de quantidade de assistentes para cada grupo de crianças segundo as faixas etárias, passou-se a promover, preliminarmente, o enquadramento de todas as crianças constantes dos censos dos anos de 2015 e de 2016, cujas bases de dados foram disponibilizadas pela Prefeitura de Petrolina/PE, segundo suas datas de nascimento, nas turmas criadas em 2017 (Berçário I, Berçário II, Maternal I e Maternal II), considerando que as turmas nos anos anteriores eram apenas de Berçário, Maternal I e Maternal II, haja vista que não existiam subclassificações dentro da categoria Berçário.

A título de exemplo, uma criança de dois anos completos até 31 de março de 2015 estaria matriculada em turma de Maternal II no Programa Nova Semente, segundo as diretrizes da legislação específica em 2015 e 2016; entretanto, pelos critérios definidos para

enquadramento das crianças da Educação Infantil em 2017, essa criança deveria estar matriculada no Maternal I.

Esse processo de reclassificação das crianças das turmas de Berçário, Maternal I e Maternal II dos anos de 2015 e de 2016, tendo por base suas datas de nascimento e as datas de referência de 31 de março de 2015 e de 2016, permitiu enquadrá-las nos critérios de classificação definidos para 2017, de modo a permitir a contagem dos quantitativos de profissionais correspondentes ao número de crianças por categoria e, ao final, verificar de quanto o número de assistentes educacionais constantes das folhas de pagamento dos exercícios anteriores diferiu do que foi fixado para o exercício corrente.

Esse levantamento permitiu visualizar, em face do quadro de assistentes considerado adequado para o atendimento às crianças em 2017, quantos profissionais dessa função poderiam ser considerados em excesso na composição das equipes das unidades nos anos anteriores.

A seguir passa a ser mostrada a tabela referente à comparação entre o quantitativo de assistentes educacionais que compunham o quadro das unidades que até então funcionavam em Petrolina/PE, em 2015, e o quantitativo de assistentes considerado adequado, segundo os critérios de classificação definidos em 2017 para as turmas de Berçário I, Berçário II, Maternal I e Maternal II:

Quadro comparativo entre o quantitativo de assistentes educacionais que trabalhavam nas unidades do Programa Nova Semente em 2015 e o número considerado adequado para 2017:

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					Cálculos Diferença	
UNIDADE	QA2015	BERC.	MAT I	MAT II	Pré	Total	QAN2017	Dif.2017
ALDENOURA OTILIA FERREIRA DO NASCIMENTO	17	5	11	24	17	57	10	7
ANA MENDES DE LIMA	14	5	11	19	13	48	8	6
ANTONIO HENRIQUE CALLOU	17	6	11	24	14	55	10	7
ANTONIO LISBOA DO NASCIMENTO	12	5	12	25	9	51	9	3
ARCO IRIS	16	4	12	22	17	55	9	7
ARVORE DA VIDA	19	5	12	23	15	55	10	9
BUSCANDO O FUTURO	13	5	11	21	15	52	9	4
CANTINHO DO SABER	12	5	9	20	12	46	9	3
CANTINHO FELIZ TIA DIVA	13	5	8	19	14	46	8	5
CANTINHO MARIA LINS	30	10	22	61	12	105	23	7
CASA ANJO	23	12	19	45	24	100	20	3
CELINA FERRO	12	4	11	19	15	49	8	4
CICERA MARIA DA SILVA	16	5	11	21	17	54	9	7
CRIANCA ESPERANCA	12	8	10	25	10	53	10	2
CRIANCA FELIZ	13	5	17	25	9	56	10	3
DOM HELDER CAMARA	13	5	10	20	16	51	8	5
DONA ALBERTINA	12	5	13	26	14	58	11	1
ESTRELA MAIOR	30	8	18	37	23	86	16	14

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					Cálculos Diferença	
UNIDADE	QA2015	BERC.	MAT I	MAT II	Pré	Total	QAN2017	Dif.2017
ESTRELAS BRILHANTES	18	6	10	23	17	56	10	8
ESTRELAS DO AMANHA	11	4	13	21	20	58	9	2
EUGENIA FERREIRA SIQUEIRA	14	4	11	21	21	57	8	6
FABIO NOGUEIRA	16	2	6	21	23	52	8	8
FLORESCER	15	4	9	19	23	55	9	6
ILANA PEREIRA EVANGELISTA	19	4	11	23	22	60	10	9
INGRID E GABRIEL	22	14	22	40	38	114	19	3
IRMA DOURADO	12	4	12	22	16	54	9	3
ISABEL MARIANO	13	5	10	24	17	56	10	3
ITALO RAFAEL PEREIRA DE MOURA	11	6	11	20	13	50	9	2
JARDIM DA INFANCIA	24	9	21	46	29	105	19	5
JESSICA KELLY SILVA SANTOS	14	5	12	21	16	54	9	5
JESUS PEQUENINO	27	10	19	44	36	109	19	8
JOANA ANTONIA DA SILVA	16	3	13	21	19	56	9	7
JOSEFA FRANCISCA DA CONCEICAO	16	5	10	20	13	48	9	7
JOSEFA GREGORIO MARTINIANO	15	4	11	23	17	55	9	6
KAIO ALENCAR	14	4	9	14	7	34	7	7
LAR CRIANCA FELIZ	20	6	12	28	14	60	12	8
LAR SAO TIAGO	21	4	10	19	13	46	8	13
LUCIA MOREIRA	28	13	17	46	14	90	20	8
MADRE TEREZA DE CALCUTA	12	5	14	22	17	58	10	2
MAE MARIA	15	3	12	22	19	56	9	6
MARCELO BRITO	15	4	11	20	14	49	8	7
MARIA ANTONIA	12	6	12	24	11	53	10	2
MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO	12	5	8	22	16	51	9	3
MARIA CLAUDEMIRA VASCONCELOS	17	5	8	26	14	53	11	6
MARIA DO CARMO DE RESENDE	12	4	10	20	20	54	9	3
PEQUENO CIDADAO	15	5	11	23	13	52	10	5
PEQUENO PRINCIPE	13	5	11	20	18	54	9	4
RAIO DE LUZ	14	5	12	21	22	60	9	5
RISQUE E RABISQUE	19	5	12	24	16	57	10	9
SANTA LUISA DE MARILLAC	15	5	15	40	0	60	13	2
SAO VICENTE DE PAULO	12	5	10	21	19	55	9	3
TIA GENI	14	5	10	20	17	52	9	5
TIA PENHA	22	5	6	23	8	42	8	14
VOVO GERMANO BEZERRA	26	10	24	42	33	109	18	8
VOVO GRACA	15	5	8	19	14	46	8	7
VOVO RISALVA	15	4	13	18	15	50	7	8
JOSE VENANCIO	16	5	14	24	13	56	9	7
PRIMEIRO DEGRAU	12	6	8	22	11	47	10	2
PROFESSORA ROSE	11	5	7	18	19	49	8	3

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					Cálculos Diferença	
UNIDADE	QA2015	BERC.	MAT I	MAT II	Pré	Total	QAN2017	Dif.2017
RECANTO FELIZ	22	6	23	42	40	111	17	5
RENASCER	14	6	11	23	11	51	10	4
RONALDO SILVA	13	3	16	30	12	61	11	2
SANTA ANA	12	1	8	22	28	59	8	4
SANTA CLARA	14	5	12	27	6	50	11	3
SAO DOMINGOS SAVIO	14	4	6	21	20	51	9	5
SEMEANDO O SABER	13	7	13	20	15	55	9	4
SEMENTINHAS DA VIDA	13	5	10	19	17	51	8	5
SONHO DE CRIANCA	17	5	13	25	12	55	10	7
TIA COTINHA	22	6	7	10	10	33	6	16
TIA MONICA	14	5	7	22	25	59	10	4
CASA ESPERANCA	15	5	10	19	15	49	8	7
CELIA REGINA GONCALVES DA SILVA CARVALHO	13	6	11	23	13	53	9	4
ESPACO MAGICO	15	1	7	18	18	44	7	8
IRMA MARIA ARAUJO DA SILVA	25	11	21	45	24	101	19	6
MARIA LIMA DE SOUZA	15	5	13	21	14	53	8	7
MARIANA VITORIA	11	4	13	22	18	57	9	2
MENINO JESUS	16	4	9	25	16	54	10	6
MEUS PRIMEIROS PASSOS	15	3	14	21	18	56	9	6
MUNDO COLORIDO	13	4	11	23	17	55	9	4
MUNDO ENCANTADO	13	5	10	20	18	53	9	4
NADINE GONCALVES DA SILVA SANTOS	17	5	11	22	14	52	10	7
NOSSA SENHORA DAS GRACAS	13	5	11	24	14	54	9	4
NOSSO LAR	15	4	11	26	13	54	10	5
NOVA DIMENSAO	12	6	13	24	11	54	11	1
PASSO FIRME	19	5	10	22	16	53	9	10
PEDACINHO DO CEU	8	5	6	17	9	37	7	1
PINGO DE SABEDORIA	28	9	22	41	35	107	18	10
CANTINHO DA FELICIDADE	16	5	15	25	14	59	11	5
JOAO NUNES DA SILVA	18	5	10	21	13	49	8	10
NOSSA SENHORA MARIA AUXILIADORA	12	4	10	20	17	51	8	4
PEQUENOS E BRILHANTES	11	2	16	24	13	55	9	2
LUIZA BARBOSA	15	5	14	12	12	43	7	8
CONVIVER E CRESCER	15	0	0	0	0	0	0	15
MARIA DE LOURDES	17	0	0	0	0	0	0	17
MARIA GOMES DA COSTA	16	0	0	0	0	0	0	16
MARIA LUISA NOGUEIRA	15	0	0	0	0	0	0	15
NOVA GERAÇÃO	27	0	0	0	0	0	0	27
PROFESSORA MARILIA DE CASTRO MACEDO CONSTANTINO	10	0	0	0	0	0	0	10

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					Cálculos Diferença	
UNIDADE	**QA2015**	**BERC.**	**MAT I**	**MAT II**	**Pré**	**Total**	**QAN2017**	**Dif.2017**
VOVO ENGRACIA	15	0	0	0	0	0	0	15
Totais	**1572**	**491**	**1107**	**2259**	**1531**	**5388**	**945**	**627**

Fonte: Dados do censo 2015; informações da folha de pagamento da PETRAPE em 2015, dos colaboradores que trabalharam no Programa Nova Semente; e resposta à Solicitação de Fiscalização nº 34/2017, da CGU-Regional em Pernambuco.

Para efeito de compreensão dos títulos das colunas da tabela, tem-se a seguinte notação:

- QA2015 – Quantidade de assistentes educacionais em 2015 em cada unidade do Nova Semente;
- Berc. – Quantidade de alunos das turmas do Berçário em cada unidade;
- MAT I - Quantidade de alunos das turmas do Maternal I em cada unidade;
- MAT II – Quantidade de alunos das turmas do Maternal II em cada unidade;
- Pré – Quantidade de alunos das turmas do Pré-escolar em cada unidade;
- Total – Quantidade total de alunos na unidade segundo os dados do censo 2015;
- QAN – Quantidade de assistentes educacionais necessários ao atendimento das crianças, segundo os critérios definidos em 2017 pela Secretaria de Educação de Petrolina;
- Dif. 2017 – Diferença entre o quantitativo de profissionais assistentes educacionais presentes na folha de pagamento em 2015 e aqueles preconizados pelas novas regras em 2017 (Dif. 2017 = QA 2015 - QAN 2017).

Somente para 2015, tendo como parâmetros os quantitativos de assistentes educacionais considerados adequados para promoção do atendimento aos alunos da Educação infantil da rede conveniada com a Prefeitura/PE, tem-se um excedente de 627 profissionais.

Para se ter uma ideia do custo adicional com a utilização de profissionais de auxílio às crianças em sala a maior, no âmbito do Programa Nova Semente, em 2015, adotando-se como base de cálculo o salário mínimo à época, como remuneração bruta paga a essas assistentes, a título de salário base (R$ 788,00, conforme consta da folha de pagamento), e desconsiderando outras vantagens como salário-família, tem-se um montante de R$ 494.076,00 (= 627 x R$ 788,00) mensais, ou seja, R$ 6.422.988,00 (=494.076,00 x 13) no exercício de 2015, incluindo o pagamento de 13º salário.

Ademais, as linhas em que aparecem para o número de alunos o valor "0", tais ocorrências foram arguidas formalmente pela CGU-Regional à Prefeitura de Petrolina/PE, sem ainda ter obtido resposta a respeito, podendo significar que as respectivas unidades só foram inauguradas após a conclusão do censo respectivo.

Essas situações tiveram uma abordagem específica neste Relatório, consistindo no resultado do cruzamento entre as bases de dados do censo de 2015 e 2016 com as folhas de pagamento da Associação dos Amigos da PETRAPE, o que demonstrou a existência de unidades com equipes registradas na folha que, no entanto, não apresentavam quaisquer registros de alunos nelas matriculados.

Para o exercício de 2016, a mesma metodologia pode ser empregada, de maneira a visualizar e quantificar qual seria o excesso de profissionais, tendo por referência os critérios definidos para 2017:

Quadro comparativo entre o quantitativo de assistentes educacionais que trabalhavam nas unidades do Programa Nova Semente em 2016 e o número considerado adequado para 2017:

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					Cálculos Diferença	
UNIDADE	QA2016	BERC.	MAT I	MAT II	Pré	Total	QAN2017	Dif.2017
ALDENOURA OTILIA FERREIRA DO NASCIMENTO	17	5	11	24	17	57	10	7
ANA MENDES DE LIMA	14	5	11	19	13	48	8	6
ANTONIO HENRIQUE CALLOU	17	6	11	24	14	55	10	7
ANTONIO LISBOA DO NASCIMENTO	12	5	12	25	9	51	9	3
ARCO IRIS	16	4	12	22	17	55	9	7
ARVORE DA VIDA	19	5	12	23	15	55	10	9
BUSCANDO O FUTURO	13	5	11	21	15	52	9	4
CANTINHO DO SABER	12	5	9	20	12	46	9	3
CANTINHO FELIZ TIA DIVA	13	5	8	19	14	46	8	5
CANTINHO MARIA LINS	30	10	22	61	12	105	23	7
CASA ANJO	23	12	19	45	24	100	20	3
CELINA FERRO	12	4	11	19	15	49	8	4
CICERA MARIA DA SILVA	16	5	11	21	17	54	9	7
CRIANCA ESPERANCA	12	8	10	25	10	53	10	2
CRIANCA FELIZ	13	5	17	25	9	56	10	3
DOM HELDER CAMARA	13	5	10	20	16	51	8	5
DONA ALBERTINA	12	5	13	26	14	58	11	1
ESTRELA MAIOR	30	8	18	37	23	86	16	14
ESTRELAS BRILHANTES	18	6	10	23	17	56	10	8
ESTRELAS DO AMANHA	11	4	13	21	20	58	9	2
EUGENIA FERREIRA SIQUEIRA	14	4	11	21	21	57	8	6
FABIO NOGUEIRA	16	2	6	21	23	52	8	8
FLORESCER	15	4	9	19	23	55	9	6
ILANA PEREIRA EVANGELISTA	19	4	11	23	22	60	10	9
INGRID E GABRIEL	22	14	22	40	38	114	19	3
IRMA DOURADO	12	4	12	22	16	54	9	3
ISABEL MARIANO	13	5	10	24	17	56	10	3
ITALO RAFAEL PEREIRA DE MOURA	11	6	11	20	13	50	9	2
JARDIM DA INFANCIA	24	9	21	46	29	105	19	5
JESSICA KELLY SILVA SANTOS	14	5	12	21	16	54	9	5
JESUS PEQUENINO	27	10	19	44	36	109	19	8
JOANA ANTONIA DA SILVA	16	3	13	21	19	56	9	7
JOSEFA FRANCISCA DA CONCEICAO	16	5	10	20	13	48	9	7
JOSEFA GREGORIO MARTINIANO	15	4	11	23	17	55	9	6
KAIO ALENCAR	14	4	9	14	7	34	7	7
LAR CRIANCA FELIZ	20	6	12	28	14	60	12	8

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					Cálculos Diferença	
UNIDADE	QA2016	BERC.	MAT I	MAT II	Pré	Total	QAN2017	Dif.2017
LAR SAO TIAGO	21	4	10	19	13	46	8	13
LUCIA MOREIRA	28	13	17	46	14	90	20	8
MADRE TEREZA DE CALCUTA	12	5	14	22	17	58	10	2
MAE MARIA	15	3	12	22	19	56	9	6
MARCELO BRITO	15	4	11	20	14	49	8	7
MARIA ANTONIA	12	6	12	24	11	53	10	2
MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO	12	5	8	22	16	51	9	3
MARIA CLAUDEMIRA VASCONCELOS	17	5	8	26	14	53	11	6
MARIA DO CARMO DE RESENDE	12	4	10	20	20	54	9	3
PEQUENO CIDADAO	15	5	11	23	13	52	10	5
PEQUENO PRINCIPE	13	5	11	20	18	54	9	4
RAIO DE LUZ	14	5	12	21	22	60	9	5
RISQUE E RABISQUE	19	5	12	24	16	57	10	9
SANTA LUISA DE MARILLAC	15	5	15	40	0	60	13	2
SAO VICENTE DE PAULO	12	5	10	21	19	55	9	3
TIA GENI	14	5	10	20	17	52	9	5
TIA PENHA	22	5	6	23	8	42	8	14
VOVO GERMANO BEZERRA	26	10	24	42	33	109	18	8
VOVO GRACA	15	5	8	19	14	46	8	7
VOVO RISALVA	15	4	13	18	15	50	7	8
JOSE VENANCIO	16	5	14	24	13	56	9	7
PRIMEIRO DEGRAU	12	6	8	22	11	47	10	2
PROFESSORA ROSE	11	5	7	18	19	49	8	3
RECANTO FELIZ	22	6	23	42	40	111	17	5
RENASCER	14	6	11	23	11	51	10	4
RONALDO SILVA	13	3	16	30	12	61	11	2
SANTA ANA	12	1	8	22	28	59	8	4
SANTA CLARA	14	5	12	27	6	50	11	3
SAO DOMINGOS SAVIO	14	4	6	21	20	51	9	5
SEMEANDO O SABER	13	7	13	20	15	55	9	4
SEMENTINHAS DA VIDA	13	5	10	19	17	51	8	5
SONHO DE CRIANCA	17	5	13	25	12	55	10	7
TIA COTINHA	22	6	7	10	10	33	6	16
TIA MONICA	14	5	7	22	25	59	10	4
CASA ESPERANCA	15	5	10	19	15	49	8	7
CELIA REGINA GONCALVES DA SILVA CARVALHO	13	6	11	23	13	53	9	4
ESPACO MAGICO	15	1	7	18	18	44	7	8
IRMA MARIA ARAUJO DA SILVA	25	11	21	45	24	101	19	6
MARIA LIMA DE SOUZA	15	5	13	21	14	53	8	7

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					Cálculos Diferença	
UNIDADE	**QA2016**	**BERC.**	**MAT I**	**MAT II**	**Pré**	**Total**	**QAN2017**	**Dif.2017**
MARIANA VITORIA	11	4	13	22	18	57	9	2
MENINO JESUS	16	4	9	25	16	54	10	6
MEUS PRIMEIROS PASSOS	15	3	14	21	18	56	9	6
MUNDO COLORIDO	13	4	11	23	17	55	9	4
MUNDO ENCANTADO	13	5	10	20	18	53	9	4
NADINE GONCALVES DA SILVA SANTOS	17	5	11	22	14	52	10	7
NOSSA SENHORA DAS GRACAS	13	5	11	24	14	54	9	4
NOSSO LAR	15	4	11	26	13	54	10	5
NOVA DIMENSAO	12	6	13	24	11	54	11	1
PASSO FIRME	19	5	10	22	16	53	9	10
PEDACINHO DO CEU	8	5	6	17	9	37	7	1
PINGO DE SABEDORIA	28	9	22	41	35	107	18	10
CANTINHO DA FELICIDADE	16	5	15	25	14	59	11	5
JOAO NUNES DA SILVA	18	5	10	21	13	49	8	10
NOSSA SENHORA MARIA AUXILIADORA	12	4	10	20	17	51	8	4
PEQUENOS E BRILHANTES	11	2	16	24	13	55	9	2
LUIZA BARBOSA	15	5	14	12	12	43	7	8
Totais	**1457**	**491**	**1107**	**2259**	**1531**	**5388**	**945**	**512**

Fonte: Dados do censo 2016, da folha de pagamento da PETRAPE em 2016, dos colaboradores que trabalharam no Programa Nova Semente, e resposta à Solicitação de Fiscalização nº 34/2017, da CGU-Regional em Pernambuco.

Portanto, para 2016, tendo como referência os quantitativos de assistentes educacionais considerados adequados para promoção do atendimento aos alunos da Educação infantil da rede conveniada, tem-se um excedente de 512 profissionais.

De modo a obter o custo adicional com a utilização de profissionais de auxílio às crianças em sala a maior, em 2016, adotando-se como base de cálculo o salário mínimo à época, como remuneração bruta paga a essas assistentes a título de salário base (R$ 880,00, conforme consta da folha de pagamento), e desconsiderando outras vantagens como salário-família, tem-se um montante de R$ 450.560,00 mensais (= R$ 880,00 x 512), ou seja, R$ 5.857.280,00 anuais (= 450.560,00 x 13).

Mesmo que os parâmetros definidos em 2015 e 2016 fossem consideradas premissas consistentes e, portanto, verdadeiras, ainda assim a Gestão do Programa Nova Semente teria descumprido os quantitativos de assistentes educacionais por cada categoria de turmas.

A seguir são apresentados os respectivos quadros, os quais demonstram que, mesmo considerando como válidos os critérios de definição dos quantitativos de assistentes educacionais para o atendimento às crianças, vigentes em 2015 e 2016, ainda assim havia excesso de profissionais nessa função:

Quadro representativo de excesso de profissionais de assistência educacional, tendo em conta as premissas definidas em 2015 como verdadeiras, no que se refere à adequação dos quantitativos de profissionais ao número de crianças:

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					Cálculos Diferença	
UNIDADE	QA2015	BERC.	MAT I	MAT II	Pré	Total	QAN2015	Dif.2015
ALDENOURA OTILIA FERREIRA DO NASCIMENTO	17	5	11	24	17	57	12	5
ANA MENDES DE LIMA	14	5	11	19	13	48	11	3
ANTONIO HENRIQUE CALLOU	17	6	11	24	14	55	12	5
ARCO IRIS	16	4	12	22	17	55	12	4
ARVORE DA VIDA	19	5	12	23	15	55	12	7
BUSCANDO O FUTURO	13	5	11	21	15	52	11	2
CANTINHO DO SABER	12	5	9	20	12	46	10	2
CANTINHO FELIZ TIA DIVA	13	5	8	19	14	46	10	3
CANTINHO MARIA LINS	30	10	22	61	12	105	26	4
CELINA FERRO	12	4	11	19	15	49	11	1
CICERA MARIA DA SILVA	16	5	11	21	17	54	11	5
DOM HELDER CAMARA	13	5	10	20	16	51	11	2
ESTRELA MAIOR	30	8	18	37	23	86	19	11
ESTRELAS BRILHANTES	18	6	10	23	17	56	12	6
EUGENIA FERREIRA SIQUEIRA	14	4	11	21	21	57	11	3
FABIO NOGUEIRA	16	2	6	21	23	52	9	7
FLORESCER	15	4	9	19	23	55	10	5
ILANA PEREIRA EVANGELISTA	19	4	11	23	22	60	12	7
ISABEL MARIANO	13	5	10	24	17	56	12	1
JARDIM DA INFANCIA	24	9	21	46	29	105	23	1
JESSICA KELLY SILVA SANTOS	14	5	12	21	16	54	12	2
JESUS PEQUENINO	27	10	19	44	36	109	22	5
JOANA ANTONIA DA SILVA	16	3	13	21	19	56	12	4
JOSEFA FRANCISCA DA CONCEICAO	16	5	10	20	13	48	11	5
JOSEFA GREGORIO MARTINIANO	15	4	11	23	17	55	11	4
KAIO ALENCAR	14	4	9	14	7	34	8	6
LAR CRIANCA FELIZ	20	6	12	28	14	60	14	6
LAR SAO TIAGO	21	4	10	19	13	46	10	11
LUCIA MOREIRA	28	13	17	46	14	90	22	6
MAE MARIA	15	3	12	22	19	56	11	4
MARCELO BRITO	15	4	11	20	14	49	11	4
MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO	12	5	8	22	16	51	10	2
MARIA CLAUDEMIRA VASCONCELOS	17	5	8	26	14	53	11	6
MARIA DO CARMO DE RESENDE	12	4	10	20	20	54	11	1

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					Cálculos Diferença	
UNIDADE	QA2015	BERC.	MAT I	MAT II	Pré	Total	QAN2015	Dif.2015
PEQUENO CIDADAO	15	5	11	23	13	52	12	3
PEQUENO PRINCIPE	13	5	11	20	18	54	11	2
RAIO DE LUZ	14	5	12	21	22	60	12	2
RISQUE E RABISQUE	19	5	12	24	16	57	12	7
SAO VICENTE DE PAULO	12	5	10	21	19	55	11	1
TIA GENI	14	5	10	20	17	52	11	3
TIA PENHA	22	5	6	23	8	42	9	13
VOVO GERMANO BEZERRA	26	10	24	42	33	109	24	2
VOVO GRACA	15	5	8	19	14	46	10	5
VOVO RISALVA	15	4	13	18	15	50	11	4
JOSE VENANCIO	16	5	14	24	13	56	13	3
PRIMEIRO DEGRAU	12	6	8	22	11	47	11	1
PROFESSORA ROSE	11	5	7	18	19	49	9	2
RENASCER	14	6	11	23	11	51	12	2
SANTA ANA	12	1	8	22	28	59	9	3
SANTA CLARA	14	5	12	27	6	50	13	1
SAO DOMINGOS SAVIO	14	4	6	21	20	51	9	5
SEMENTINHAS DA VIDA	13	5	10	19	17	51	11	2
SONHO DE CRIANCA	17	5	13	25	12	55	13	4
TIA COTINHA	22	6	7	10	10	33	8	14
TIA MONICA	14	5	7	22	25	59	10	4
CASA ESPERANCA	15	5	10	19	15	49	11	4
CELIA REGINA GONCALVES DA SILVA CARVALHO	13	6	11	23	13	53	12	1
ESPACO MAGICO	15	1	7	18	18	44	8	7
IRMA MARIA ARAUJO DA SILVA	25	11	21	45	24	101	23	2
MARIA LIMA DE SOUZA	15	5	13	21	14	53	12	3
MENINO JESUS	16	4	9	25	16	54	11	5
MEUS PRIMEIROS PASSOS	15	3	14	21	18	56	12	3
MUNDO COLORIDO	13	4	11	23	17	55	11	2
MUNDO ENCANTADO	13	5	10	20	18	53	11	2
NADINE GONCALVES DA SILVA SANTOS	17	5	11	22	14	52	12	5
NOSSA SENHORA DAS GRACAS	13	5	11	24	14	54	12	1
NOSSO LAR	15	4	11	26	13	54	12	3
PASSO FIRME	19	5	10	22	16	53	11	8
PINGO DE SABEDORIA	28	9	22	41	35	107	22	6
CANTINHO DA FELICIDADE	16	5	15	25	14	59	14	2
JOAO NUNES DA SILVA	18	5	10	21	13	49	11	7
NOSSA SENHORA MARIA AUXILIADORA	12	4	10	20	17	51	10	2
LUIZA BARBOSA	15	5	14	12	12	43	11	4

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					Cálculos Diferença	
UNIDADE	QA2015	BERC.	MAT I	MAT II	Pré	Total	QAN2015	Dif.2015
CONVIVER E CRESCER	15	0	0	0	0	0	0	15
MARIA DE LOURDES	17	0	0	0	0	0	0	17
MARIA GOMES DA COSTA	16	0	0	0	0	0	0	16
MARIA LUISA NOGUEIRA	15	0	0	0	0	0	0	15
NOVA GERAÇÃO	27	0	0	0	0	0	0	27
PROFESSORA MARILIA DE CASTRO MACEDO CONSTANTINO	10	0	0	0	0	0	0	10
VOVO ENGRACIA	15	0	0	0	0	0	0	15
Totais	**1315**	**379**	**837**	**1745**	**1232**	**4193**	**900**	**415**

Fonte: Dados do censo 2015; da folha de pagamento da PETRAPE em 2015, para os empregados que atuaram no Nova Semente em 2015; e resposta à Solicitação de Fiscalização nº 34/2017, da CGU-Regional em Pernambuco.

Considerando as mesmas premissas em termos de salário base para o assistente educacional em 2015 (R$ 788,00), o custo financeiro adicional mensal é de R$ 327.020,00 (= R$ 415 x 788,00), ou seja, de R$ 4.251.260,00 (= 327.020,00 x 13) ao ano.

Para 2016, realizando procedimento análogo ao anterior, tem os seguintes resultados, consoante tabela:

Quadro representativo de excesso de profissionais de assistência educacional, tendo em conta as premissas definidas em 2016 como adequadas:

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					Cálculos Diferença	
UNIDADE	QA2016	BERC	MAT I	MAT II	Pré	Total	QAN2016	Dif.2016
ARVORE DA VIDA	22	5	14	29	19	67	20	2
CICERA MARIA DA SILVA	18	6	9	20	17	52	15	3
ESTRELA MAIOR	29	9	20	32	20	81	23	6
JARDIM DA INFANCIA	33	10	20	48	32	110	32	1
LAR SAO TIAGO	21	5	13	22	17	57	17	4
SANTA LUISA DE MARILLAC	19	5	15	42	0	62	14	5
TIA GENI	27	5	11	22	21	59	18	9
VOVO RISALVA	15	2	10	17	14	43	14	1
SAO DOMINGOS SAVIO	21	4	13	23	20	60	19	2
NOSSA SENHORA MARIA AUXILIADORA	17	4	12	21	10	47	14	3
BENEDITO BARBOSA DOS SANTOS	25	19	12	39	13	83	18	7
AQUARELA DAS LETRAS	33	0	0	0	0	0	0	33
BALAO MAGICO	14	0	0	0	0	0	0	14
CLAUDIANA BARBOSA DE SOUZA	14	0	0	0	0	0	0	14
CONVIVER E CRESCER	12	0	0	0	0	0	0	12

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					Cálculos Diferença	
UNIDADE	**QA2016**	**BERC**	**MAT I**	**MAT II**	**Pré**	**Total**	**QAN2016**	**Dif.2016**
FLOR DE LIZ	14	0	0	0	0	0	0	14
GILMARA LACERDA	27	0	0	0	0	0	0	27
JUDITE MARIA DOS SANTOS	27	0	0	0	0	0	0	27
LUIS SATURNINO DE LIMA	13	0	0	0	0	0	0	13
MARIA DE LOURDES	15	0	0	0	0	0	0	15
JURANDIR SILVA	13	0	0	0	0	0	0	13
MARIA GOMES DA COSTA	15	0	0	0	0	0	0	15
MARIA LUISA NOGUEIRA	13	0	0	0	0	0	0	13
NOVA GERAÇÃO	29	0	0	0	0	0	0	29
PEQUENO SAMUEL	16	0	0	0	0	0	0	16
PROFESSORA CLEIA OLIVEIRA	27	0	0	0	0	0	0	27
PROFESSORA ISABEL CRISTINA	13	0	0	0	0	0	0	13
PROFESSORA MARILIA DE CASTRO MACEDO CONSTANTINO	10	0	0	0	0	0	0	10
SANTA CATARINA LABOURE	15	0	0	0	0	0	0	15
SANTA MARCIANA PEREIRA	14	0	0	0	0	0	0	14
TIO JOAQUIM	14	0	0	0	0	0	0	14
VOVO ENGRACIA	14	0	0	0	0	0	0	14
VOVO JULIA	16	0	0	0	0	0	0	16
VOVO LIRA	14	0	0	0	0	0	0	14
Totais	**639**	**74**	**149**	**315**	**183**	**721**	**204**	**435**

Fonte: Dados do censo 2016; da folha de pagamento da PETRAPE em 2016, para os colaboradores que atuaram no Programa Nova Semente; e resposta à Solicitação de Fiscalização nº 34/2017, da CGU-Regional em Pernambuco.

Considerando as premissas já comentadas em termos de salário base para o assistente educacional em 2016 (R$ 880,00), o custo adicional mensal é de R$ 382.800,00 (= R$ 880,00 x 435), ou seja, de R$ 4.976.400,00 ao ano, incluído o pagamento do décimo terceiro salário.

Diante de todo o exposto, é possível observar que o montante que representa os valores gastos a maior entre 2015 e 2016, no âmbito do Programa Nova Semente, somente com o decréscimo do quantitativo de profissionais da função assistente educacional (sementeiras), que atuaram nas unidades no atendimento direto às crianças, foi de R$ 12.280.268,00, adotando-se como referência os parâmetros definidos para 2017, em termos de relação profissional/aluno.

Ainda que consideradas aceitáveis as premissas fixadas em 2015/2016, houve um gasto adicional de R$ 9.227.660,00, uma vez que foram obtidas diferenças entre os quantitativos de profissionais registrados na folha de pagamento ao longo desse período e os parâmetros definidos pela própria equipe gestora do Programa Nova Semente à época.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700919 (FUNDEB), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. Com relação ao assunto tratado no presente item, foi aduzida a seguinte argumentação, a qual segue transcrita:

"(...)

Pois bem, como restou demonstrado no próprio relatório preliminar de auditoria, ao receber o Programa Nova Semente esta gestão administrativa introduziu importantes modificações visando com isso garantir zelo, economicidade de recursos públicos e eficiência em sua execução, tornando-o gratuito para seus beneficiários, e sem qualquer cobrança de mensalidade como antes era procedida pela gestão antecessora a esta, conforme restará esmiuçado a partir do tópico a seguir.

Ademais, é de extrema importância salientar que no ano de 2017 ocorreu uma grande reformulação do Programa Nova Semente, acarretando uma redução considerável no quadro de pessoal.

Mediante análises/estudo, assim como um melhor planejamento no âmbito do referido programa, possibilitou uma redução de 1.943 profissionais (no ano de 2016 eram 3.032 contra 1.089 profissionais que atualmente encontram-se vinculados ao programa).

(...)"

Análise do Controle Interno

São pertinentes as medidas que os representantes da Edilidade vêm adotando, no sentido de reduzir o quadro de pessoal, as quais têm eficácia a partir do momento em que são implementadas (efeitos *"ex nunc"*).

Entretanto, as falhas apontadas neste item específico do Relatório referem-se a fatos pretéritos ao ingresso dos atuais gestores no comando da Prefeitura de Petrolina/PE, de forma que os argumentos aduzidos não elidem as situações caracterizadas, as quais demonstraram excesso de profissionais de assistência educacional (sementeiras) em 2015 e 2016 na folha de pagamento da Associação dos Amigos da PETRAPE, mesmo adotando como referência os quantitativos definidos para o atendimento às diferentes modalidades (berçário, maternal e pré-escola) em 2015 e 2016.

2.1.12. Existência de unidades do Nova Semente nas folhas de pagamento da Associação dos Amigos da PETRAPE, sem o correspondente quantitativo de alunos, com prejuízo potencial de R$ 8.599.974,14.

Fato

Com base em análises cruzadas entre as informações constantes das folhas de pagamento da Associação dos Amigos da PETRAPE, e as informações constantes dos arquivos do censo

escolar dos anos de 2015 a 2017, dos alunos atendidos pelo Programa Nova Semente (Rede conveniada de Educação Infantil Municipal), observou-se a alocação de profissionais em unidades cujos valores líquidos da folha de pessoal, por ano, estão demonstrados no quadro abaixo, contudo, sem qualquer registro de quantitativo de alunos nelas eventualmente matriculados.

Apesar de efetuada arguição formal à Prefeitura de Petrolina/PE, não houve resposta para as ocorrências de unidades com despesas na folha de pagamento, sem informações sobre a existência de alunos a elas vinculados.

Quadro: Relação de unidades com registro de equipes na folha de pagamento, mas sem alunos a elas vinculados:

Unidade	Ano			Total Geral
	2015	2016	2017	
BEBEDOURO I	313.375,64	366.761,09	31.055,11	711.191,84
BEBEDOURO II	170.407,13	211.115,92	14.885,87	396.408,92
CAIC - CMEI		806,67		806,67
CICERO LUZ	441.123,02	515.541,60	34.653,94	991.318,56
DOUTORA LUCIA GIESTA		63.832,91	9.040,72	72.873,63
ESCOLA TEMPO INTEGRAL	5.211,36			5.211,36
ESTRELA DO AMANHA	141.870,57	184.222,86	10.400,68	336.494,11
EURANIVA NASCIMENTO	144.149,92	179.894,33	37.114,91	361.159,16
FRANCISCA PEREIRA AMORIM		63.583,14	10.363,14	73.946,28
JOSE GOMES DA CRUZ		69.902,37	5.000,38	74.902,75
JURANDIR SILVA MOURA		88.892,65	17.306,75	106.199,40
LAR MARIA LUCIANO		50.752,61	4.196,92	54.949,53
MANOEL DE OLIVEIRA FILHO		86.475,28	10.209,91	96.685,19
MARIA DE JESUS LOPES		82.714,60	4.901,37	87.615,97
MARIA IRIS DE ARAUJO PEREIRA	148.186,93	178.434,92	6.285,94	332.907,79
MARIA LUCIO DIOGO	152.855,81	181.371,22	26.683,94	360.910,97
NESTOR CAVALCANTI - CMEI	401.441,59	457.500,80	35.487,32	894.429,71
NOVO HORIZONTE		102.346,70	5.219,25	107.565,95
PARAISO INFANTIL		59.872,30	3.593,45	63.465,75
PEDRINHAS MUNICIPIO	129.742,34	180.894,01	15.660,15	326.296,50
ROSIMAR ARAUJO		36.184,61	1.672,05	37.856,66
SANTA TEREZINHA DO MENINO DE JESUS	138.368,92	183.969,09	27.681,10	350.019,11
TIA DULCINEA CMEI	451.187,98	511.236,96	43.137,89	1.005.562,83
UNIDADE CAIC - MUNICIPIO	423.728,74	461.148,31	27.184,15	912.061,20
VIONEI MARIA		52.331,09	960,70	53.291,79
VOVO CHIQUE		77.591,89	5.556,05	83.147,94
WASHINGTON BARROS CMEI	311.198,32	362.494,74	29.001,51	702.694,57
Total Geral	**3.372.848,27**	**4.809.872,67**	**417.253,20**	**8.599.974,14**

Fonte: Folhas de pagamento do Associação dos Amigos da PETRAPE, relativos aos anos 2015 a 2017 (somente até março/2017)

Como é possível visualizar do quadro supra, no período de janeiro de 2015 a março de 2017, foram pagos, em termos de valores líquidos aos colaboradores pertencentes aos centros de custos mencionados, R$ 8.599.974,14.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700919 (FUNDEB), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. Com relação ao assunto tratado no presente item, foi aduzida a seguinte argumentação, a qual segue transcrita:

"(...)

Pois bem, como restou demonstrado no próprio relatório preliminar de auditoria, ao receber o Programa Nova Semente esta gestão administrativa introduziu importantes modificações visando com isso garantir zelo, economicidade de recursos públicos e eficiência em sua execução, tornando-o gratuito para seus beneficiários, e sem qualquer cobrança de mensalidade como antes era procedida pela gestão antecessora a esta, conforme restará esmiuçado a partir do tópico a seguir.

Ademais, é de extrema importância salientar que no ano de 2017 ocorreu uma grande reformulação do Programa Nova Semente, acarretando uma redução considerável no quadro de pessoal.

Mediante análises/estudo, assim como um melhor planejamento no âmbito do referido programa, possibilitou uma redução de 1.943 profissionais (no ano de 2016 eram 3.032 contra 1.089 profissionais que atualmente encontram-se vinculados ao programa).

(...)"

Análise do Controle Interno

Apesar das medidas que os representantes da Edilidade vêm adotando, no sentido de reduzir o quadro de pessoal, as falhas apontadas neste item específico do Relatório referem-se, em sua maioria, a fatos pretéritos ao ingresso dos atuais gestores no comando da Prefeitura de Petrolina/PE, demandando tais situação a devida apuração que o caso requer, sobretudo por que envolve valores de fonte de recursos eminentemente federal (FUNDEB).

Dessa maneira, os argumentos aduzidos não elidem as situações caracterizadas, em essência, pelo cotejo entre as informações anuais do censo dos últimos três anos e os dados da folha de pagamento da Associação dos Amigos da PETRAPE, com relação aos colaboradores que atuaram no Programa Nova Semente.

2.1.13. Excesso de profissionais cozinheiros nas unidades de acolhimento do Programa Nova Semente nos anos anteriores, com base da realidade observada em 2017, representando custos adicionais de R$ 4.355.260,00.

Fato

Em visita a dez unidades do Programa Nova Semente tomadas como amostra, dentro de um universo atual de 86 núcleos, verificou-se a existência de uma única cozinheira para atendimento às necessidades de alimentação de todas as crianças atendidas.

As unidades visitadas foram as seguintes:

Unidades tomadas como amostra para visita *"in loco"*:

Nome da Unidade de Acolhimento	Bairro	Total de alunos 2015	Total de alunos 2016	Total de alunos 2017
Tio Joaquim	Pedra Linda	0	0	40
Luiz Saturnino	Pedra Linda	0	0	78
Pequeno Samuel	Pedra Linda	0	0	54
Maria Antônia	Jardim Amazonas	53	62	38
Professora Cléa	João de Deus III	0	0	144
Isabel Mariano	São Gonçalo	56	63	60
Santa Luisa de Marilac	José e Maria	60	62	82
Mariana Vitória	Rio Corrente	57	67	67
Santa Catarina Labouré	José e Maria	0	0	54
Vovó Graça	Jardim Amazonas	46	53	39

Fonte: Entrevistas com as coordenadoras; inspeção física realizada nas unidades em Petrolina/PE no período de 7 a 9 de junho de 2017; informações constantes do censo de 2015 e 2016.

As escolas que apresentaram no censo 2015 e 2016 o valor "0" para o quantitativo de alunos são ocorrências já comunicadas à Gestão de Programa Nova Semente por meio de solicitações de Fiscalização, podendo significar, por exemplo, unidade inaugurada após o encerramento do censo respectivo.

Urge ressaltar, preliminarmente, que os quantitativos de alunos informados acerca do exercício de 2017 deram-se em função de arguição formal da CGU-Regional, tendo sido demandada relação contendo o nome dos alunos, nome e CPF dos responsáveis, integrantes de cada unidade do Nova Semente, ao longo do período de janeiro de 2015 a março de 2017.

A resposta a essa demanda ocorreu em forma de lista dos alunos e responsáveis por unidade no início de 2017 apenas, deixando clara a inexistência de controles sobre a própria característica dinâmica do Programa, que admite a matrícula ou desligamento de alunos a todo o momento. Dessa forma, a Gestão do Programa e a Secretaria de Educação da Prefeitura de Petrolina/PE demonstraram não dispor de informações sobre a situação de quantas e quais crianças estiveram frequentando as unidades ao longo do período considerado.

As cozinheiras, segundo teor das entrevistas realizadas com as coordenadoras, quando das visitas da equipe da CGU-Regional às unidades tomadas como amostra, no período de 7 a 9 de junho de 2017, têm a mesma carga horária cumprida pelas coordenadoras e auxiliares de serviços gerais, ou seja, 40 horas semanais, com oito horas diárias divididas em dois turnos, e duas horas de intervalo para o almoço.

Procedendo ao cruzamento entre as bases de dados brutas do censo escolar dos alunos do Nova Semente, e das folhas de pagamento dos colaboradores da PETRAPE, que trabalharam no Projeto de Educação Infantil da rede conveniada em 2015 e 2016, foi possível observar o registro de mais de uma profissional de cozinha por unidade, conforme levantamento constante da tabela a seguir:

Resultado dos cruzamentos entre folha de pagamento e censo do Nova Semente em 2016, com ênfase na relação entre a quantidade de cozinheiros e de alunos nas unidades de acolhimento:

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					RELAÇÃO
UNIDADE	QCOZ	BERC.	MAT I	MAT II	PRE	TOTAL	ALU/COZ
ALDENOURA OTILIA FERREIRA DO NASCIMENTO	2	5	14	28	20	67	33,50
ANA MENDES DE LIMA	4	6	14	25	14	59	14,75
ANTONIO HENRIQUE CALLOU	3	5	15	28	12	60	20,00
ANTONIO LISBOA DO NASCIMENTO	2	5	13	23	16	57	28,50
AQUARELA DAS LETRAS	4	0	0	0	0	0	0,00
ARCO IRIS	4	5	14	21	12	52	13,00
ARVORE DA VIDA	4	5	14	29	19	67	16,75
BALAO MAGICO	2	0	0	0	0	0	0,00
BEBEDOURO I	4	0	0	0	0	0	0,00
BEBEDOURO II	2	0	0	0	0	0	0,00
BENEDITO BARBOSA DOS SANTOS	4	19	12	39	13	83	20,75
BUSCANDO O FUTURO	2	7	14	22	18	61	30,50
CAMINHO DO SABER	2	3	16	22	16	57	28,50
CANTINHO DA FELICIDADE	5	6	14	27	12	59	11,80
CANTINHO DO SABER	3	6	11	27	8	52	17,33
CANTINHO FELIZ TIA DIVA	4	5	9	21	21	56	14,00
CANTINHO MARIA LINS	4	9	20	43	38	110	27,50
CASA ANJO	3	9	27	55	27	118	39,33
CASA ESPERANCA	2	6	12	21	16	55	27,50
CELIA REGINA GONCALVES DA SILVA CARVALHO	2	6	15	24	10	55	27,50
CELINA FERRO	3	4	11	20	14	49	16,33
CICERA MARIA DA SILVA	4	6	9	20	17	52	13,00
CICERO LUZ	6	0	0	0	0	0	0,00
CLAUDIANA BARBOSA DE SOUZA	2	0	0	0	0	0	0,00
CONVIVER E CRESCER	3	0	0	0	0	0	0,00
CRIANCA ESPERANCA	2	4	13	27	19	63	31,50
CRIANCA FELIZ	3	5	14	25	13	57	19,00
DOM HELDER CAMARA	3	5	12	21	18	56	18,67
DONA ALBERTINA	2	7	12	20	15	54	27,00
DONA DUZINHA	4	10	26	50	14	100	25,00
DOUTORA LUCIA GIESTA	2	0	0	0	0	0	0,00

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					RELAÇÃO
UNIDADE	QCOZ	BERC.	MAT I	MAT II	PRE	TOTAL	ALU/COZ
ESPACO BRINGEL	4	12	22	51	24	109	27,25
ESPACO MAGICO	2	5	12	27	18	62	31,00
ESTRELA MAIOR	3	9	20	32	20	81	27,00
ESTRELAS BRILHANTES	4	7	13	21	16	57	14,25
ESTRELAS DO AMANHA	3	7	15	24	14	60	20,00
EUGENIA FERREIRA SIQUEIRA	4	6	10	23	19	58	14,50
EURANIVA DO NASCIMENTO	4	5	10	22	20	57	14,25
FABIO NOGUEIRA	1	1	7	17	18	43	43,00
FLOR DE LIZ	2	0	0	0	0	0	0,00
FLORESCER	2	5	9	22	18	54	27,00
FRANCISCA PEREIRA AMORIM	3	0	0	0	0	0	0,00
GABRIEL BARBOSA DA SILVA	3	12	25	46	28	111	37,00
GILMARA LACERDA	3	0	0	0	0	0	0,00
ILANA PEREIRA EVANGELISTA	2	5	12	22	19	58	29,00
INGRID E GABRIEL	3	12	23	48	35	118	39,33
IRMA DOURADO	3	5	13	22	18	58	19,33
IRMA MARIA ARAUJO DA SILVA	2	12	23	47	31	113	56,50
ISABEL MARIANO	2	6	12	24	21	63	31,50
ITALO RAFAEL PEREIRA DE MOURA	2	1	18	30	8	57	28,50
JARDIM DA INFANCIA	3	10	20	48	32	110	36,67
JESSICA KELLY SILVA SANTOS	2	3	8	20	19	50	25,00
JESUS PEQUENINO	5	10	24	46	41	121	24,20
JOANA ANTONIA DA SILVA	3	6	13	27	16	62	20,67
JOAO NUNES DA SILVA	3	6	13	20	20	59	19,67
JOSE GOMES DA CRUZ	3	0	0	0	0	0	0,00
JOSE VENANCIO	2	5	14	26	17	62	31,00
JOSEFA FRANCISCA DA CONCEICAO	2	6	12	23	17	58	29,00
JOSEFA GREGORIO MARTINIANO	3	5	13	23	14	55	18,33
JUDITE MARIA DOS SANTOS	3	0	0	0	0	0	0,00
JURANDIR SILVA	3	0	0	0	0	0	0,00
KAIO ALENCAR	2	5	11	24	19	59	29,50
LAR CRIANCA FELIZ	2	5	11	28	19	63	31,50
LAR MARIA LUCIANO	2	0	0	0	0	0	0,00
LAR SAO TIAGO	1	5	13	22	17	57	57,00
LUCIA MOREIRA	4	11	18	39	30	98	24,50
LUIS SATURNINO DE LIMA	2	0	0	0	0	0	0,00
LUIZA BARBOSA	2	5	13	27	8	53	26,50
MADRE TEREZA DE CALCUTA	4	5	17	26	17	65	16,25
MAE MARIA	2	6	16	29	22	73	36,50
MANOEL DE OLIVEIRA FILHO	3	0	0	0	0	0	0,00
MARCELO BRITO	3	6	12	22	13	53	17,67

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					RELAÇÃO
UNIDADE	QCOZ	BERC.	MAT I	MAT II	PRE	TOTAL	ALU/COZ
MARIA ANTONIA	2	7	11	25	19	62	31,00
MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO	3	5	12	21	20	58	19,33
MARIA CLAUDEMIRA VASCONCELOS	3	7	14	24	16	61	20,33
MARIA DE JESUS LOPES	2	0	0	0	0	0	0,00
MARIA DE LOURDES ALVES DE LIMA	2	7	11	27	20	65	32,50
MARIA DO CARMO DE RESENDE	1	6	10	21	16	53	53,00
MARIA GOMES COSTA	3	6	14	24	23	67	22,33
MARIA IRIS ARAUJO PEREIRA	2	5	10	22	23	60	30,00
MARIA LIMA DE SOUZA	3	4	11	21	19	55	18,33
MARIA LUCIA DIOGO	3	4	11	26	24	65	21,67
MARIA LUISA NOGUEIRA FERREIRA DA SILVA	3	4	6	19	9	38	12,67
MARIANA VITORIA	3	7	11	27	22	67	22,33
MENINO JESUS	3	4	10	22	16	52	17,33
MEUS PRIMEIROS PASSOS	2	5	11	25	18	59	29,50
MUNDO COLORIDO	3	3	10	22	20	55	18,33
MUNDO ENCANTADO	2	6	13	23	17	59	29,50
NADINE GONCALVES DA SILVA SANTOS	2	4	14	23	17	58	29,00
NESTOR CAVALCANTI - CMEI	5	0	0	0	0	0	0,00
NOSSA SENHORA DAS GRACAS	3	5	11	20	20	56	18,67
NOSSA SENHORA MARIA AUXILIADORA	3	4	12	21	10	47	15,67
NOSSO LAR	3	5	15	24	13	57	19,00
NOVA DIMENSAO	3	5	12	24	13	54	18,00
NOVA GERACAO	3	12	20	40	37	109	36,33
NOVO HORIZONTE	2	0	0	0	0	0	0,00
PARAISO INFANTIL	2	0	0	0	0	0	0,00
PASSO FIRME	2	5	12	23	16	56	28,00
PEDACINHO DO CEU	1	5	11	18	16	50	50,00
PEDRINHAS MUNICIPIO	2	0	0	0	0	0	0,00
PEQUENO CIDADAO	3	5	11	24	15	55	18,33
PEQUENO PRINCIPE	2	6	14	22	14	56	28,00
PEQUENO SAMUEL	2	0	0	0	0	0	0,00
PEQUENOS E BRILHANTES	2	4	11	26	20	61	30,50
PINGO DE SABEDORIA	5	9	26	49	34	118	23,60
PRIMEIRO DEGRAU	2	6	12	25	16	59	29,50
PROF MARILIA DE CASTRO MACEDO CONSTANTINO	2	7	10	21	16	54	27,00
PROFESSORA CLEIA OLIVEIRA	3	0	0	0	0	0	0,00
PROFESSORA ISABEL CRISTINA	2	0	0	0	0	0	0,00
PROFESSORA ROSE	2	6	11	24	19	60	30,00

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					RELAÇÃO
UNIDADE	QCOZ	BERC.	MAT I	MAT II	PRE	TOTAL	ALU/COZ
RAIO DE LUZ	2	6	12	26	17	61	30,50
RECANTO FELIZ	3	5	23	51	40	119	39,67
RENASCER	2	5	11	24	20	60	30,00
RISQUE E RABISQUE	2	5	13	23	19	60	30,00
RONALDO SILVA	2	4	14	27	17	62	31,00
ROSIMAR ARAUJO	2	0	0	0	0	0	0,00
SANTA ANA	4	5	11	15	17	48	12,00
SANTA CATARINA LABOURE	1	0	0	0	0	0	0,00
SANTA CLARA	3	6	14	30	20	70	23,33
SANTA LUISA DE MARILLAC	3	5	15	42	0	62	20,67
SANTA MARCIANA PEREIRA	2	0	0	0	0	0	0,00
SANTA TEREZINHA DO MENINO JESUS	2	3	9	21	15	48	24,00
SAO DOMINGOS SAVIO	3	4	13	23	20	60	20,00
SAO VICENTE DE PAULO	1	6	11	21	18	56	56,00
SEMEANDO O SABER	2	4	13	20	18	55	27,50
SEMENTINHAS DA VIDA	2	6	11	21	16	54	27,00
SONHO DE CRIANCA	2	5	13	22	18	58	29,00
SONHO MEU	3	6	11	21	14	52	17,33
TIA COTINHA	2	5	14	16	10	45	22,50
TIA DULCINEA CMEI	6	0	0	0	0	0	0,00
TIA GENI	2	5	11	22	21	59	29,50
TIA MONICA	2	5	11	18	21	55	27,50
TIA PENHA	2	6	12	27	16	61	30,50
TIO JOAQUIM	2	0	0	0	0	0	0,00
UNIDADE CAIC - MUNICIPIO	4	0	0	0	0	0	0,00
VIONEI MARIA	2	0	0	0	0	0	0,00
VO ENGRACIA	2	5	12	22	13	52	26,00
VOVO CHIQUE	2	0	0	0	0	0	0,00
VOVO GERMANO BEZERRA	4	10	20	47	35	112	28,00
VOVO GRACA	2	5	8	21	19	53	26,50
VOVO JULIA	2	0	0	0	0	0	0,00
VOVO LIRA	2	0	0	0	0	0	0,00
VOVO RISALVA	2	2	10	17	14	43	21,50
WHASHINGTON BARROS CMEI	3	0	0	0	0	0	0,00
Totais	**385**	**643**	**1462**	**2876**	**2006**	**6987**	**18,15**

Fonte: Bases de dados do censo escolar de 2016 para os alunos matriculados na rede conveniada da educação infantil e da folha de pagamento da PETRAPE, exercício de 2016, considerando os empregados que atuaram no Programa Nova Semente.

Na tabela foi adotada a seguinte notação:

- QCOZ – Quantidade de cozinheiros lotados em cada unidade do Nova Semente, no período considerado;

- ALU/COZ – Relação entre a quantidade de alunos e de cozinheiros em cada unidade.

Considerando que as unidades visitadas em 2017 apresentavam, na composição das respectivas equipes, apenas uma profissional de cozinha, poderia ser admitida como razoável uma relação padrão de uma cozinheira para cada 60 alunos. Esse quantitativo, aliás, corresponde ao número de alunos definido como a capacidade de atendimento das unidades de padrão II, segundo os termos aditivos do Convênio nº 65/2010.

Com esse parâmetro, e tendo em conta os números presentes na tabela supra, concluir-se-ia que todas as unidades estiveram com cozinheiros em excesso em sua equipe, encontrando-se estes números além dos critérios da suficiência e adequação com respeito ao quantitativo de crianças atendidas.

É possível verificar, inclusive, que a relação entre o número de alunos total em 2016 e o número de cozinheiras é de apenas 18,15, de forma que se torna possível afirmar que a média obtida é de um cozinheiro para cada 18 alunos, em se tratando das crianças matriculadas no Programa Nova Semente.

Oportunamente, a Gestão do Nova Semente e a Secretaria de Educação foram arguidas formalmente a respeito da relação quantitativa entre cozinheiras e alunos existente no âmbito dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS), estruturas utilizadas pela Secretaria de Educação de Petrolina/PE para promover o atendimento às crianças. Essa demanda não foi atendida até o encerramento dos trabalhos. Essa tentativa empreendida pela equipe da CGU-Regional tinha por objetivo construir uma referência acerca da proporcionalidade entre o número de profissionais de cozinha e de alunos atendidos.

Uma vez adotada a premissa de um cozinheiro para cada 70 alunos, foram feitos os cálculos dos excessos, tendo em conta que:

- Para as unidades cujos quantitativos encontram-se inferiores a 70 alunos, foi considerada apenas uma cozinheira como suficiente para atendimento a essas crianças;
- Para as unidades com mais de 70 alunos, até o limite de 140 crianças, foram consideradas duas cozinheiras como suficientes para o atendimento.

Assim sendo, efetuando a subtração entre os quantitativos individuais de cozinheiras lotadas em cada Unidade (QCOZ) e os parâmetros de referência (uma ou duas cozinheiras, a depender do número de alunos total de cada Unidade), foi verificado o excesso de 224 profissionais de cozinha nas unidades de acolhimento do Nova Semente em 2016. Considerando o salário base das cozinheiras na folha de pagamento do exercício em questão (R$ 880,00), o desembolso excedente estimado com esses profissionais alocados a maior é de R$ 197.120,00 mensais e, portanto, de R$ 2.562.560,00 no ano de 2016, incluindo o pagamento do décimo-terceiro salário.

A título de exemplo, para a Unidade *"Buscando o Futuro"*, com 61 profissionais e dois cozinheiros nela lotados em 2016, o parâmetro de referência adotado foi de um cozinheiro, como número suficiente ao atendimento às crianças. Nesse caso, portanto, tem-se a diferença de um cozinheiro entre o quadro real e o ideal para aquela quantidade de crianças.

Aplicando o mesmo raciocínio para a realidade observada em 2015, com base no cruzamento entre as bases de dados do censo e da folha da PETRAPE, tem-se o seguinte resultado:

Resultado dos cruzamentos entre folha de pagamento e censo do Nova Semente em 2015, com ênfase na relação entre a quantidade de cozinheiros e de alunos nas unidades de acolhimento:

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					REL
UNIDADE	QCOZ	BERC.	MAT I	MAT II	PRE	TOTAL	ALU/COZ
ALDENOURA OTILIA FERREIRA DO NASCIMENTO	2	5	11	24	17	57	28,50
ANA MENDES DE LIMA	3	5	11	19	13	48	16,00
ANTONIO HENRIQUE CALLOU	2	6	11	24	14	55	27,50
ANTONIO LISBOA DO NASCIMENTO	2	5	12	25	9	51	25,50
ARCO IRIS	2	4	12	22	17	55	27,50
ARVORE DA VIDA	3	5	12	23	15	55	18,33
BEBEDOURO I	3	0	0	0	0	0	0,00
BEBEDOURO II	6	0	0	0	0	0	0,00
BUSCANDO O FUTURO	3	5	11	21	15	52	17,33
CAMINHO DO SABER	2	5	10	22	20	57	28,50
CANTINHO DA FELICIDADE	3	5	15	25	14	59	19,67
CANTINHO DO SABER	2	5	9	20	12	46	23,00
CANTINHO FELIZ TIA DIVA	4	5	8	19	14	46	11,50
CANTINHO MARIA LINS	3	10	22	61	12	105	35,00
CASA ANJO	3	12	19	45	24	100	33,33
CASA ESPERANCA	2	5	10	19	15	49	24,50
CELIA REGINA GONCALVES DA SILVA CARVALHO	2	6	11	23	13	53	26,50
CELINA FERRO	3	4	11	19	15	49	16,33
CICERA MARIA DA SILVA	3	5	11	21	17	54	18,00
CICERO LUZ	5	0	0	0	0	0	0,00
CONVIVER E CRESCER	2	0	0	0	0	0	0,00
CRIANCA ESPERANCA	2	8	10	25	10	53	26,50
CRIANCA FELIZ	2	5	17	25	9	56	28,00
DOM HELDER CAMARA	3	5	10	20	16	51	17,00
DONA ALBERTINA	3	5	13	26	14	58	19,33
ESPACO MAGICO	3	1	7	18	18	44	14,67
ESTRELA MAIOR	3	8	18	37	23	86	28,67
ESTRELAS BRILHANTES	2	6	10	23	17	56	28,00
ESTRELAS DO AMANHA	2	4	13	21	20	58	29,00
EUGENIA FERREIRA SIQUEIRA	4	4	11	21	21	57	14,25
EURANIVA DO NASCIMENTO	2	5	10	21	19	55	27,50
FABIO NOGUEIRA	2	2	6	21	23	52	26,00
FLORESCER	2	4	9	19	23	55	27,50
ILANA PEREIRA EVANGELISTA	2	4	11	23	22	60	30,00
INGRID E GABRIEL	5	14	22	40	38	114	22,80
IRMA DOURADO	2	4	12	22	16	54	27,00

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					REL
UNIDADE	QCOZ	BERC.	MAT I	MAT II	PRE	TOTAL	ALU/COZ
IRMA MARIA ARAUJO DA SILVA	3	11	21	45	24	101	33,67
ISABEL MARIANO	3	5	10	24	17	56	18,67
ITALO RAFAEL PEREIRA DE MOURA	2	6	11	20	13	50	25,00
JARDIM DA INFANCIA	3	9	21	46	29	105	35,00
JESSICA KELLY SILVA SANTOS	4	5	12	21	16	54	13,50
JESUS PEQUENINO	3	10	19	44	36	109	36,33
JOANA ANTONIA DA SILVA	2	3	13	21	19	56	28,00
JOAO NUNES DA SILVA	2	5	10	21	13	49	24,50
JOSE VENANCIO	3	5	14	24	13	56	18,67
JOSEFA FRANCISCA DA CONCEICAO	3	5	10	20	13	48	16,00
JOSEFA GREGORIO MARTINIANO	2	4	11	23	17	55	27,50
KAIO ALENCAR	2	4	9	14	7	34	17,00
LAR CRIANCA FELIZ	2	6	12	28	14	60	30,00
LAR SAO TIAGO	1	4	10	19	13	46	46,00
LUCIA MOREIRA	4	13	17	46	14	90	22,50
LUIZA BARBOSA	2	5	14	12	12	43	21,50
MADRE TEREZA DE CALCUTA	2	5	14	22	17	58	29,00
MAE MARIA	2	3	12	22	19	56	28,00
MARCELO BRITO	3	4	11	20	14	49	16,33
MARIA ANTONIA	2	6	12	24	11	53	26,50
MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO	3	5	8	22	16	51	17,00
MARIA CLAUDEMIRA VASCONCELOS	3	5	8	26	14	53	17,67
MARIA DE LOURDES ALVES DE LIMA	3	5	10	19	18	52	17,33
MARIA DO CARMO DE RESENDE	1	4	10	20	20	54	54,00
MARIA GOMES COSTA	2	5	13	23	17	58	29,00
MARIA IRIS ARAUJO PEREIRA	4	5	10	20	20	55	13,75
MARIA LIMA DE SOUZA	2	5	13	21	14	53	26,50
MARIA LUCIA DIOGO	2	4	16	23	12	55	27,50
MARIA LUISA NOGUEIRA FERREIRA DA SILVA	3	1	6	26	14	47	15,67
MARIANA VITORIA	3	4	13	22	18	57	19,00
MENINO JESUS	2	4	9	25	16	54	27,00
MEUS PRIMEIROS PASSOS	3	3	14	21	18	56	18,67
MUNDO COLORIDO	4	4	11	23	17	55	13,75
MUNDO ENCANTADO	3	5	10	20	18	53	17,67
NADINE GONCALVES DA SILVA SANTOS	3	5	11	22	14	52	17,33
NESTOR CAVALCANTI - CMEI	6	0	0	0	0	0	0,00
NOSSA SENHORA DAS GRACAS	2	5	11	24	14	54	27,00
NOSSA SENHORA MARIA AUXILIADORA	2	4	10	20	17	51	25,50

DADOS FOLHA		QTDE_ALUNOS					REL
UNIDADE	QCOZ	BERC.	MAT I	MAT II	PRE	TOTAL	ALU/COZ
NOSSO LAR	2	4	11	26	13	54	27,00
NOVA DIMENSAO	3	6	13	24	11	54	18,00
NOVA GERACAO	3	10	22	40	36	108	36,00
PASSO FIRME	3	5	10	22	16	53	17,67
PEDACINHO DO CEU	1	5	6	17	9	37	37,00
PEDRINHAS MUNICIPIO	2	0	0	0	0	0	0,00
PEQUENO CIDADAO	2	5	11	23	13	52	26,00
PEQUENO PRINCIPE	2	5	11	20	18	54	27,00
PEQUENOS E BRILHANTES	3	2	16	24	13	55	18,33
PINGO DE SABEDORIA	3	9	22	41	35	107	35,67
PRIMEIRO DEGRAU	2	6	8	22	11	47	23,50
PROF MARILIA DE CASTRO MACEDO CONSTANTINO	1	4	8	19	15	46	46,00
PROFESSORA ROSE	1	5	7	18	19	49	49,00
RAIO DE LUZ	2	5	12	21	22	60	30,00
RECANTO FELIZ	3	6	23	42	40	111	37,00
RENASCER	4	6	11	23	11	51	12,75
RISQUE E RABISQUE	2	5	12	24	16	57	28,50
RONALDO SILVA	4	3	16	30	12	61	15,25
SANTA ANA	2	1	8	22	28	59	29,50
SANTA CLARA	4	5	12	27	6	50	12,50
SANTA LUISA DE MARILLAC	2	5	15	40	0	60	30,00
SANTA TEREZINHA DO MENINO JESUS	2	4	9	26	9	48	24,00
SAO DOMINGOS SAVIO	2	4	6	21	20	51	25,50
SAO VICENTE DE PAULO	1	5	10	21	19	55	55,00
SEMEANDO O SABER	2	7	13	20	15	55	27,50
SEMENTINHAS DA VIDA	2	5	10	19	17	51	25,50
SONHO DE CRIANCA	1	5	13	25	12	55	55,00
SONHO MEU	2	7	11	19	14	51	25,50
TIA COTINHA	2	6	7	10	10	33	16,50
TIA DULCINEA CMEI	4	0	0	0	0	0	0,00
TIA GENI	3	5	10	20	17	52	17,33
TIA MONICA	2	5	7	22	25	59	29,50
TIA PENHA	3	5	6	23	8	42	14,00
UNIDADE CAIC - MUNICIPIO	6	0	0	0	0	0	0,00
VO ENGRACIA	2	5	9	21	14	49	24,50
VOVO GERMANO BEZERRA	3	10	24	42	33	109	36,33
VOVO GRACA	3	5	8	19	14	46	15,33
VOVO RISALVA	3	4	13	18	15	50	16,67
WHASHINGTON BARROS CMEI	5	0	0	0	0	0	0,00
Totais	299	551	1241	2538	1739	6069	20,30

Fonte: Bases de dados do censo escolar de 2015 para os alunos matriculados na rede conveniada da educação infantil e da folha de pagamento da PETRAPE, exercício de 2015, considerando os empregados que atuaram no Programa Nova Semente.

Assim sendo, efetuando as subtrações individuais por Unidade entre a quantidade de cozinheiras no período (QCOZ) e os parâmetros de referência definidos, foi verificado o excesso de 175 profissionais de cozinha nas unidades de acolhimento do Nova Semente em 2015. Considerando o salário base das cozinheiras na folha de pagamento do exercício em questão (R$ 788,00), o desembolso excedente estimado com esses profissionais a maior é de R$ 137.900,00 (R$ 788,00 X 175) mensais e, portanto, R$ 1.792.700,00 (R$ 137.900,00 X 13) no ano de 2015.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700919 (FUNDEB), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. Com relação ao assunto tratado no presente item, foi aduzida a seguinte argumentação, a qual segue transcrita:

"(...)

Pois bem, como restou demonstrado no próprio relatório preliminar de auditoria, ao receber o Programa Nova Semente esta gestão administrativa introduziu importantes modificações visando com isso garantir zelo, economicidade de recursos públicos e eficiência em sua execução, tornando-o gratuito para seus beneficiários, e sem qualquer cobrança de mensalidade como antes era procedida pela gestão antecessora a esta, conforme restará esmiuçado a partir do tópico a seguir.

Ademais, é de extrema importância salientar que no ano de 2017 ocorreu uma grande reformulação do Programa Nova Semente, acarretando uma redução considerável no quadro de pessoal.

Mediante análises/estudo, assim como um melhor planejamento no âmbito do referido programa, possibilitou uma redução de 1.943 profissionais (no ano de 2016 eram 3.032 contra 1.089 profissionais que atualmente encontram-se vinculados ao programa).

(...)"

Análise do Controle Interno

São pertinentes as medidas que os representantes da Edilidade vêm adotando, no sentido de reduzir o quadro de pessoal, as quais têm eficácia a partir do momento em que são implementadas (efeitos *"ex nunc"*). A correção das falhas somente ocorreram a partir de 2017.

Entretanto, as falhas apontadas neste item específico do Relatório referem-se a fatos pretéritos ao ingresso dos atuais gestores no comando da Prefeitura de Petrolina/PE, de forma que os argumentos aduzidos não elidem as situações caracterizadas, as quais demonstraram excesso de profissionais de cozinha em 2015 e 2016 na folha de pagamento da Associação dos Amigos da PETRAPE, tendo por referência o quantitativo de um profissional para cada 70 alunos.

A escolha desse ponto de partida ocorreu em virtude que a Secretaria de Educação, ao ser arguida formalmente a respeito dos parâmetros definidores do quantitativo de cozinheiras nos CMEIS, não atendeu ao questionamento formal da CGU. Ademais, a realidade observada nas unidades visitadas pela equipe é que só havia uma cozinheira para todos os alunos matriculados.

2.1.14. Pagamentos de salários a determinadas funções de apoio ao Programa Nova Semente, em patamares superiores àqueles pagos pela Prefeitura de Petrolina/PE para os mesmos cargos.

Fato

Em análise ao Plano de Trabalho do 14º Termo Aditivo ao Convênio nº 65/2010, celebrado entre a Prefeitura de Petrolina/PE e a Associação dos Amigos da PETRAPE, verificou-se a existência de pagamentos de salários em patamares superiores aos correspondentes cargos da Prefeitura/PE.

Essas funções encontram-se relacionadas no anexo IV – Relação Analítica da Folha de Pagamento, cuja previsão mensal de despesas com mão de obra relativamente ao pessoal administrativo da PETRAPE perfaz o montante de R$ 78.264,08, conforme a seguinte composição:

Composição da equipe administrativa da PETRAPE para o Programa Nova Semente em 2017:

Mão de obra	Quantidade	Valor (R$)	Valor total (R$)
Assistente (pessoal/Financeiro/contábil)	03	3.039,29	9.117,87
Auxiliar de estoque	01	1.852,00	1.852,00
Motorista	01	1.865,75	1.865,75
Diretor de RH	**01**	**12.571,00**	**12.571,00**
Coordenador Financeiro	**01**	**12.571,00**	**12.571,00**
Estoquista	01	1.886,16	1.886,16
Supervisoras Administrativas	02	4.250,42	8.500,00
Coordenador Contábil	**01**	**12.571,00**	**12.571,00**
Auxiliar Administrativo II	02	1.886,16	3.772,32
Auxiliar de Pessoal I	01	1.886,16	1.886,16
Técnico de Manutenção de computador	01	937,00	937,00
Auxiliar de Serviços Gerais (ASG)	01	937,00	937,00
Técnico de Segurança do Trabalho	01	1.347,13	1.347,13
Médico do Trabalho	01	937,00	937,00
Técnico Enfermeiro do Trabalho	01	1.886,16	1.886,16
Técnico em Edificações	01	2.875,69	2.875,69
Assistente Trabalhista	01	2.750,00	2.750,00
Total (R$)			**78.264,08**

Fonte: Plano de Trabalho ao 14º Termo Aditivo ao Convênio nº 65/2010, celebrado entre a Prefeitura de Petrolina/PE e a Associação dos Amigos da PETRAPE.

A Prefeitura de Petrolina/PE foi arguida formalmente com vistas a justificar os salários atribuídos a cada uma das funções constantes do quadro supra, por meio de apresentação de fundamentação técnica, legal, ou outros, com anexação de documentação comprobatória, a exemplo de acordo ou convenção coletiva de trabalho, tabelas contendo dados do piso salarial

de categorias profissionais, dentre outras fontes. Essa demanda não foi atendida até o encerramento dos trabalhos de fiscalização.

Diante da realidade observada para os cargos com remuneração mais expressiva, e que destoam dos salários dos demais cargos ou funções desse centro de custos da folha de pagamento da Associação dos Amigos da PETRAPE, buscou-se referenciais de padrões de remuneração da Prefeitura de Petrolina/PE, em cargos iguais ou equivalentes.

A título de exemplo, a função de assessoria contábil na Prefeitura é realizada por meio de contratação de empresa terceirizada. Para 2017, a prestação de serviços técnicos de consultoria e assessoria administrativa e gerencial, nas áreas contábil e financeira da Administração Direta e Indireta Municipal do Fundo Municipal de Saúde foi contratada por meio do Pregão Presencial nº 59/2017, resultando na formalização do Contrato nº 115/2017, no valor global de R$ 118.680,00 e mensal de R$ 9.890,00, com vigência até 29 de maio de 2017. A empresa contratada foi a KM Serviços Contábeis e Sistemas LTDA. – EPP, CNPJ nº 35.456.169/0001-35.

Ademais, foi apresentada, após posterior arguição formal sobre a média salarial do contador atuante na Prefeitura, nos exercícios de 2015 a 2017, documentação referente à celebração do Contrato nº 395/2016, para prestação de serviços de assessoria e consultoria à própria Controladoria Geral do Município de Petrolina/PE, com vigência de 12 meses a partir de 31 de outubro de 2016, e valor global de R$ 228.000,00, o que dá uma remuneração mensal à contratada de R$ 19.000,00.

Obviamente essa empresa deve dispor de uma equipe de trabalho, de forma que a remuneração mensal de R$ 19.000,00 não se refere a um único profissional.

No que se refere aos demais cargos, a Prefeitura de Petrolina/PE, por meio da Correspondência Interna nº 007/2017 – SEGAD, de 27 de junho de 2017, apresentou os titulares dos principais cargos, dentre os quais os seguintes:

Cargos comissionados da Prefeitura de Petrolina/PE que apresentam correlação com os cargos de salários mais expressivos do centro de custos *"ADMINIST. NOVA SEMENTE PETRAPE":*

Nome	CPF	Cargo	Período
A. D. V. da C.	xxx.224.904-xx	Secretária Executiva de Gestão de Pessoas	2015 a 2016
J. C. dos S. S.	xxx.912.704-xx	Gestor de folha de pagamento	2015 e 2016
D. S. de S.	xxx.148.654-xx	Gestor de folha de pagamento	A partir de 5 de janeiro de 2017
G. F. da S. J.	xxx.625.874-xx	Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	2015 e 2016
L. L. de F.	xxx.261.164-xx	Secretária Municipal de Gestão Administrativa	1º de janeiro a 14 de março de 2017
L. A. G. L.	xxx.693.365-xx	Secretária Municipal de Gestão Administrativa	A partir de 14 de março de 2017
M. E. B. X. de S.	xxx.560.874-xx	Secretária Executiva de Gestão Administrativa	A partir de 6 de janeiro de 2017

Fonte: Resposta à Solicitação de Fiscalização nº 41/2017, através da CI nº 007/2017 – SEGAD, da Prefeitura de Petrolina/PE.

Com relação às remunerações brutas fixadas para os ocupantes dessas funções comissionadas técnicas, tem-se a seguinte configuração, com base nas folhas de pagamento dos meses de novembro de 2016 e de março de 2017 (para aqueles que tomaram posse a partir de janeiro deste ano):

Salários brutos dos principais cargos comissionados da Prefeitura de Petrolina/PE, em correlação com as funções mais bem remuneradas do pessoal de apoio ao Programa Nova Semente:

Matrícula	CPF	Cargo	Salário bruto (R$)
690823-01	xxx.224.904-xx	Secretária Executiva de Gestão de Pessoas	6.197,50
688033-01	xxx.912.704-xx	Gestor de Folha de Pagamento	5.315,68
688019-01	xxx.625.874-xx	Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão	8.000,00
692928-01	xxx.560.874-xx	Secretária Executiva de Gestão Administrativa	5.862,57
692873-01	xxx.693.365-xx	Secretaria de Gestão Administrativa	9.848,91

Fonte: Informações extraídas dos arquivos de folha de pagamento da Prefeitura de Petrolina/PE dos meses de competência novembro de 2016 e março de 2017.

Diante de todo o exposto, é possível efetuar as comparações entre as remunerações dos cargos de coordenadora contábil, coordenador financeiro e de Diretor de Recursos Humanos, com os salários adotados como referência:

Função na PETRAPE	Remun.1 (a)	Cargo equivalente na Prefeitura	Remun.2 (b)	Diferença Mensal (c = a-b)
Diretor de RH	12.571,00	Secretária Executiva de Gestão de Pessoas	6.197,50	6.553,50
Coordenador Financeiro	12.571,00	Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão	8.000,00	4.571,00
	12.571,00	Gestor de Folha de Pagamento	5.315,68	7.255,32
Coordenador Contábil	12.571,00	Consultoria contábil e financeira contratada em 2017 – Fundo Municipal de Saúde	9.890,00	2.861,00

Fonte: Dados da Folha de Pagamento da Prefeitura de Petrolina/PE relativamente a 2016 e 2017, bem como informações do Portal *"Tome Contas"* do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

Efetuando os cálculos relativamente ao período de janeiro de 2015 a março de 2017, levando em conta as diferenças mensais entre as remunerações brutas das funções de destaque da folha da PETRAPE com os salários de referência, tem-se as seguintes diferenças, incluídas as competências referentes ao pagamento do 13º salário de 2015 e de 2016 (29 meses):

Totais obtidos da multiplicação pelo quantitativo de meses do período, em face das diferenças entre os salários da PETRAPE e aqueles tomados como referência:

Função na PETRAPE	Cargo equivalente na Prefeitura	Diferença Mensal (R$)	Diferença no período (R$)
Diretor de RH	Secretária Executiva de Gestão de Pessoas	6.553,50	190.051,50

Coordenador Financeiro	Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão	4.571,00	132.559,00
	Gestor de Folha de Pagamento	7.255,32	210.404,28
Coordenador Contábil	Consultoria contábil e financeira contratada em 2017 – Fundo Municipal de Saúde	2.861,00	82.969,00

Fonte: Dados da Folha de Pagamento da Prefeitura de Petrolina/PE relativamente a 2016 e 2017, bem como informações do Portal *"Tome Contas"* do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

Se for adotada para a comparação com o coordenador financeiro a menor das diferenças, ou seja, o maior salário de referência, o somatório dos salários pagos a maior daria o montante de R$ 405.579,50 (190.051,50 + 132.559,00 + 82.969,00). Sendo considerada a maior das diferenças,

Considerando que essas diferenças apresentadas pressupõem a definição de remunerações de funções de apoio ao Nova Semente, arbitradas pela Gestão do Programa sem que fossem apresentados critérios consistentes para sua fundamentação, e que todos esses pagamentos de folha ocorrem à conta de recursos do FUNDEB (esfera federal), esses valores podem ser considerados superdimensionados.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700919 (FUNDEB), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. Com relação ao assunto tratado no presente item, foi aduzida a seguinte argumentação, a qual segue transcrita:

"(...)

Pois bem, como restou demonstrado no próprio relatório preliminar de auditoria, ao receber o Programa Nova Semente esta gestão administrativa introduziu importantes modificações visando com isso garantir zelo, economicidade de recursos públicos e eficiência em sua execução, tornando-o gratuito para seus beneficiários, e sem qualquer cobrança de mensalidade como antes era procedida pela gestão antecessora a esta, conforme restará esmiuçado a partir do tópico a seguir.

Ademais, é de extrema importância salientar que no ano de 2017 ocorreu uma grande reformulação do Programa Nova Semente, acarretando uma redução considerável no quadro de pessoal.

(...)

Ainda, vale mencionar o efetivo controle exercido sobre a folha de pagamento dos profissionais do programa Nova Semente. Não foram raras às vezes em que por erro ou má-fé, foi solicitado pela Associação dos Amigos do PETRAPE, pagamento fundamentado em lista em que constavam profissionais que de fato não estavam vinculados aos quadros do programa. Sem titubeio, a equipe de fiscalização negou pagamento, e exigiu que se realizasse a devida correção, para posterior quitação dos respectivos valores.

Por sua vez, é digno de nota relatar as constantes retenções de pagamentos, assim como realização de glosa no âmbito do Programa Nova Semente.
(...)"

Análise do Controle Interno

Em que pese o teor da manifestação apresentada, acerca da alteração de postura diante dos problemas gerenciais do Programa Nova Semente, a partir de 2017, quando da assunção da Prefeitura de Petrolina/PE por novos representantes, não houve menção ao assunto tratado nesse ponto do Relatório, qual seja, a existência de salários de funções criadas no âmbito do centro de custos "ADMINST NOVA SEMENTE PETRAPE", em desacordo com as referências institucionais.

2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Este Ministério não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

2.2.1. Serviços de odontologia prestados em quantidade menor do que a pactuada em contrato, tendo como beneficiárias as crianças atendidas pelo Programa Nova Semente.

Fato

Desde o advento do 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 65/2010, assinado em 27 de fevereiro de 2012, foram previstos, dentre as despesas de custeio para manutenção do atendimento às crianças na Educação Infantil, nas unidades do Nova Semente, custos com a prestação de serviços de odontologia.

No Décimo Termo Aditivo, formalizado em 23 de dezembro de 2014, de maneira a tornar possível a concretização do planejamento das ações para o exercício de 2015, no primeiro semestre, os serviços de assistência odontológica passaram a ter seus custos previstos da seguinte forma, por padrão de unidade de atendimento:

Gastos Unidade Padrão I – 1º semestre de 2015

Natureza da despesa		Valor/Mês/Alunos	Unidades/Alunos	Total Global
Código	**Especificação**			
33.50.39	Outros serv. De terceiros P. Jurídica Custeio	R$ 17.566,17	100	R$ 10.539.704,38
33.50.39	Outros serv. De terceiros P. Jurídica Ass. Odont.	R$ 485,68	100	R$ 291.407,81
33.50.39	Outros serv. De terceiros P. Jurídica Alimentação	R$ 66,00	5.500	R$ 2.178.000,00
Total Nova Semente		06 meses		13.009.112,19

Fonte: 10º Termo Aditivo ao Convênio nº 65/2010.

Gastos Unidade Padrão II – 1º semestre de 2015

Natureza da despesa		Valor/Mês/Alunos	Unidades/Alunos	Total Global
Código	**Especificação**			
33.50.39	Outros serv. De terceiros P. Jurídica Custeio	R$ 20.157,14	35	R$ 4.232.999,24
33.50.39	Outros serv. De terceiros P. Jurídica Ass. Odont.	R$ 485,68	35	R$ 101.992,73
33.50.39	Outros serv. De terceiros P. Jurídica Alimentação	R$ 66,00	2.100	R$ 831.600,00
Total Nova Semente		06 meses		5.166.591,98

Fonte: 10º Termo Aditivo ao Convênio nº 65/2010.

Gastos Unidade Padrão III – 1º semestre de 2015

Natureza da despesa		Valor/Mês/Alunos	Unidades/Alunos	Total Global
Código	**Especificação**			
33.50.39	Outros serv. De terceiros P. Jurídica Custeio	R$ 33.604,93	15	R$ 3.024.443,92
33.50.39	Outros serv. De terceiros P. Jurídica Ass. Odont.	R$ 702,25	15	R$ 63.202,50
33.50.39	Outros serv. De terceiros P. Jurídica Alimentação	R$ 66,00	2.400	R$ 950.400,00
Total Nova Semente		06 meses		4.038.046,42

Fonte: 10º Termo Aditivo ao Convênio nº 65/2010.

Como é possível visualizar dos planos de trabalho, o planejamento dos gastos com assistência odontológica era feito por unidade/mês, tendo resultado a previsão para o primeiro semestre de 2015 em R$ 456.603,04.

De forma a promover uma melhor compreensão da sistemática de trabalho da equipe de odontologia, seja no que tange à periodicidade das consultas, seja no que se refere ao registro e documentação dos procedimentos efetivados, no âmbito dos beneficiários do Programa Nova Semente, foi realizada arguição formal à Secretaria de Educação de Petrolina/PE, que informou o seguinte:

"a) Em relação aos serviços de Odontologia prestados aos alunos do Programa Nova Semente, seguem cópias dos relatórios de atendimento referente ao período de março, abril e maio de 2017.

b) Quanto à sistemática de trabalho realizado pela equipe de odontologia, identificamos através da cláusula 14º do Plano de Trabalho, conforme destaque no documento em anexo a quantidade de atendimentos diários às crianças do Programa, de forma que com base no total de atendimentos apresentados por mês, essa Secretaria através da gestão do programa já viabilizou as devidas providências emitindo para apreciação da CGU as mesmas."

A análise da documentação anexa permite evidenciar que de fato o número de atendimentos diários a ser alcançado pela equipe de odontologia teria de ser 120 no mínimo, conforme Plano de Trabalho do Convênio nº 65/2010.

Na prestação de contas de julho de 2016, apresentada pela PETRAPE à Prefeitura de Petrolina/PE, que não comprovou sua análise ou emissão de qualquer parecer ou relatório nesse sentido, de forma a atestar, na qualidade de concedente, a regularidade das despesas relacionadas, foi possível identificar a existência do Contrato nº 001/2012, celebrado entre a Associação dos Amigos da PETRAPE, CNPJ nº 11.470.259/0001-12, e a empresa UMO – Unidade Móvel Odontológica, CNPJ nº 14.982.476/0001-80, em 11 de abril de 2012.

Esse Contrato teve por objeto a prestação de serviços odontológicos às unidades do Programa Nova Semente, com fornecimento de materiais e mão de obra especializada. A meta fixada era de 120 atendimentos por dia, distribuídos entre os seguintes procedimentos:

"*6.2.* Omissis:

a) 120 (cento e vinte) escovações supervisionadas diárias, com distribuição de escovas;
b) realizar palestras com os cuidadores acerca do tema: saúde bucal;
c) realizar palestras com os pais acerca do tema: saúde bucal;
- Triagem:
d) limpeza;
e) aplicação de flúor tópica individual;
f) restauração;
g) extração;
h) pulpotomia."

Foram celebrados seis termos aditivos desde então, tendo em vista efetuar a correção periódica dos valores cobrados pela equipe de odontologia e manter os serviços em funcionamento, mediante a prorrogação contínua da vigência do liame contratual.

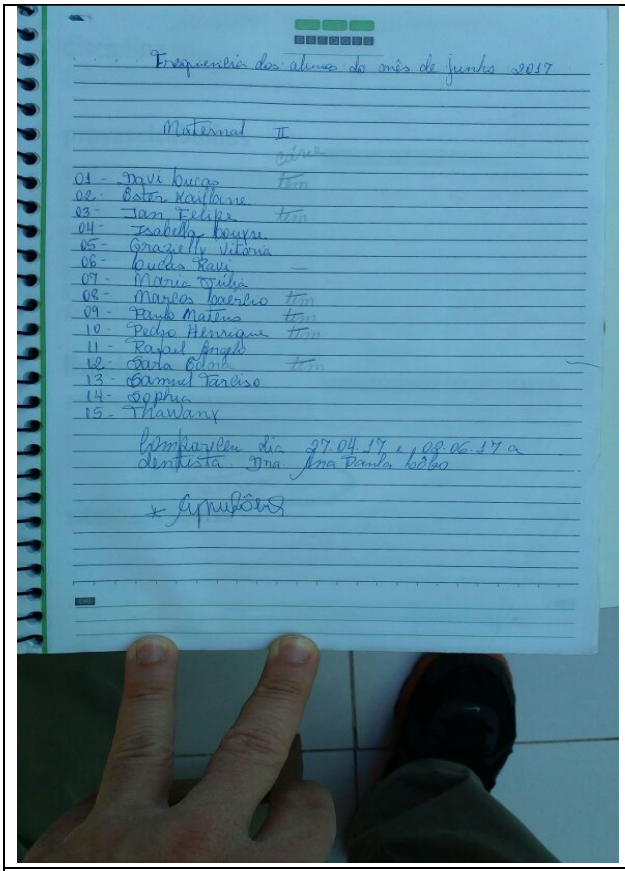
O sexto e último termo aditivo, firmado em 4 de janeiro de 2016, com vigência de 12 meses, corrigiu o valor cobrado mensalmente para R$ 108.328,27, portanto, R$ 1.299.939,24 anuais a serem pagos à equipe de odontologia com recursos do Convênio nº 65/2010.

Segundo o sexto termo aditivo, a contratada estaria obrigada a prestar 240 atendimentos por dia, através de duas unidades móveis, com carga horária de oito horas diárias de segunda a sexta, tendo de visitar quatro unidades do Programa Nova Semente por dia, segundo disposto em sua cláusula terceira.

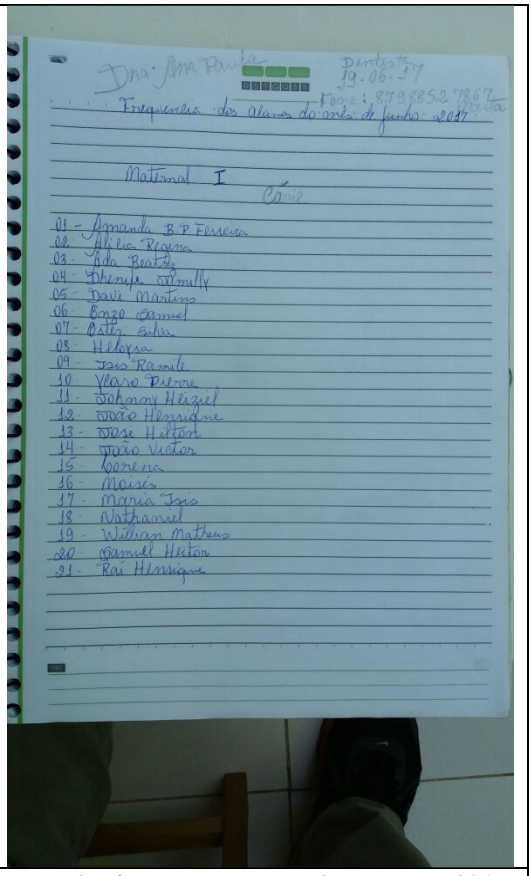
Segundo as informações colhidas junto às coordenações das Unidades do Programa Nova Semente, quando das visitas realizadas pela equipe da CGU-Regional, no período de 7 a 9 de junho de 2017, os atendimentos são realizados com a periodicidade de um ou dois meses, da seguinte forma:

- Uma primeira visita em que é feito um diagnóstico geral, de forma que são identificados os casos em que são necessários mais do que escovação e aplicação de flúor (tratamento de cáries, retirada de tártaro, dentre outros procedimentos);
- Uma segunda visita, com a duração de um dia inteiro em uma unidade, como atendimento feito separadamente por turma, de modo a efetivar os procedimentos específicos que haviam sido planejados na primeira oportunidade.

“Tio Joaquim” foi um dos exemplos de unidades visitadas pela equipe da CGU-Regional, em cuja oportunidade foi possível ter acesso a um caderno com anotações sobre as visitas da equipe de odontólogos, conforme relatório fotográfico a seguir:



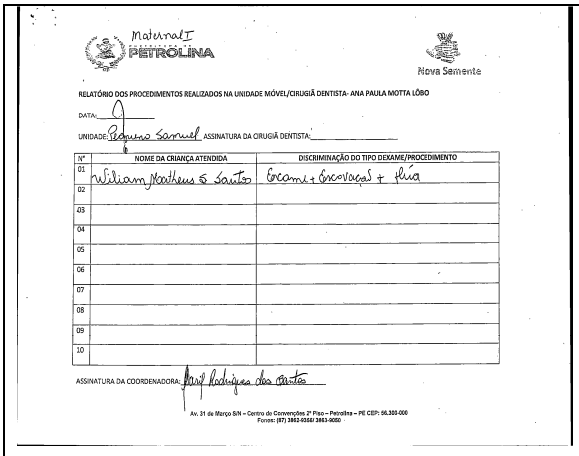
Petrolina/PE, em 7 de junho de 2017. Registro escrito apresentado pela coordenadora da Unidade “Tio Joaquim”, no bairro de Pedra Linda, em caderno de anotações sobre as visitas da profissional de odontologia e sua equipe, que ocorreram em 27 de abril e em 8 de junho de 2017.



Petrolina/PE, em 7 de junho de 2017. Registro das crianças da turma do maternal I que teriam de ser examinadas posteriormente em virtude de observação prévia da existência de cárie, por parte da profissional A. P. M. L.

Ademais, em resposta a arguição formal realizada pela CGU-Regional, a Prefeitura de Petrolina/PE apresentou documentos comprobatórios, a título de prestação de contas, que foram entregues pela própria prestadora de serviços, referentes a atendimentos realizados nas unidades em 2017, tendo sido evidenciado que a equipe de assistência odontológica realizou quantitativo de atendimentos aquém do que havia sido contratado com a PETRAPE, parceira da Prefeitura no Convênio nº 65/2010.

A título de exemplo apresentam-se alguns relatórios de atendimentos realizados nas unidades do Programa Nova Semente, algumas delas sem especificação da data em que ocorreram:



Maternal I
PETROLINA
Nova Semente

RELATÓRIO DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA UNIDADE MÓVEL/CIRUGIÃ DENTISTA- ANA PAULA MOTTA LÔBO

DATA: 9

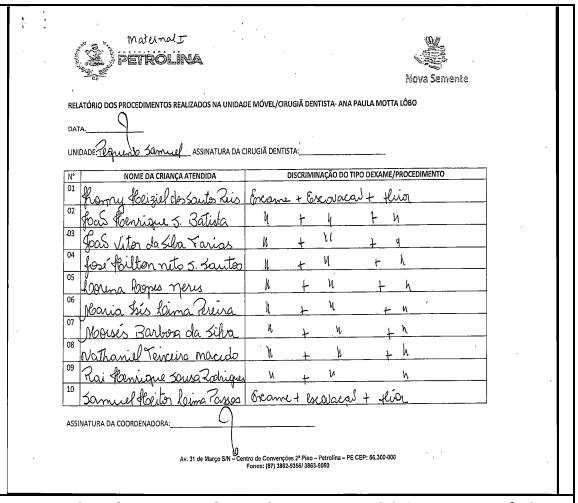
UNIDADE: Pequeno Samuel ASSINATURA DA CIRUGIÃ DENTISTA:

Nº	NOME DA CRIANÇA ATENDIDA	DISCRIMINAÇÃO DO TIPO DEXAME/PROCEDIMENTO
01	Wiliam Matheus S. Santos	Exame + Escovação + flúor
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		

ASSINATURA DA COORDENADORA: Maria Rodrigues dos Santos

Av. 31 de Março S/N – Centro de Convenções 2º Piso – Petrolina – PE CEP: 56.300-000
Fones: (87) 3862-6560/ 3863-6050

Petrolina/PE, em 8 de junho de 2017. Relatórios de atendimento odontológico na unidade *"Pequeno Samuel"*, sem especificação de data.



Maternal I
PETROLINA
Nova Semente

RELATÓRIO DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA UNIDADE MÓVEL/CIRUGIÃ DENTISTA- ANA PAULA MOTTA LÔBO

DATA: 9

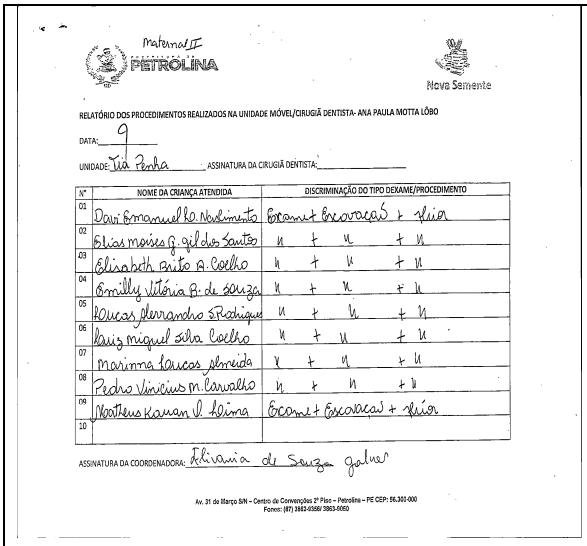
UNIDADE: Pequeno Samuel ASSINATURA DA CIRUGIÃ DENTISTA:

Nº	NOME DA CRIANÇA ATENDIDA	DISCRIMINAÇÃO DO TIPO DEXAME/PROCEDIMENTO
01	Kenny Keizel dos Santos Reis	Exame + Escovação + flúor
02	João Henrique S. Batista	" + " + "
03	João Vitor da Silva Farias	" + " + "
04	José Hilton neto S. Santos	" + " + "
05	Joanna Lopes Peres	" + " + "
06	Joana Inês Lima Pereira	" + " + "
07	Noemis Barbosa da Silva	" + " + "
08	Nathanil Teixeira Macedo	" + " + "
09	Rai Henrique Souza Rodrigues	" + " "
10	Samuel Heitor Leite Pagos	Exame + escovação + flúor

ASSINATURA DA COORDENADORA:

Av. 31 de Março S/N – Centro de Convenções 2º Piso – Petrolina – PE CEP: 56.300-000
Fones: (87) 3862-6560/ 3863-6050

Petrolina/PE, em 8 de junho de 2017. Relatórios de atendimento odontológico na unidade *"Pequeno Samuel"*, sem especificação de data e sem assinatura da coordenadora.



Maternal II
PETROLINA
Nova Semente

RELATÓRIO DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA UNIDADE MÓVEL/CIRUGIÃ DENTISTA- ANA PAULA MOTTA LÔBO

DATA: 9

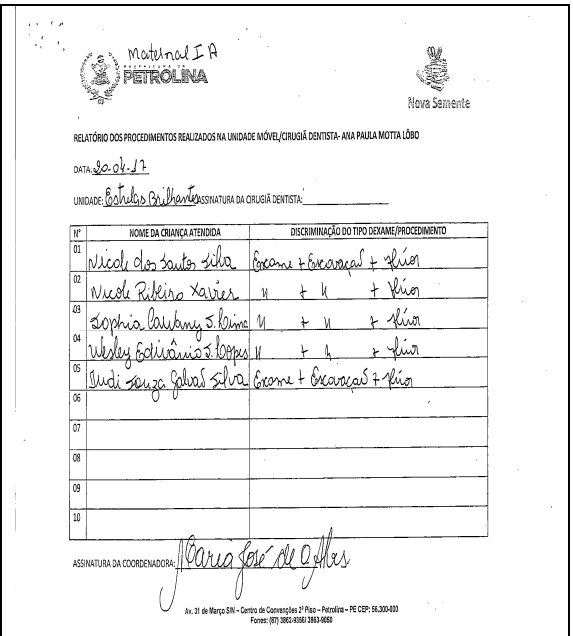
UNIDADE: Tia Penha ASSINATURA DA CIRUGIÃ DENTISTA:

Nº	NOME DA CRIANÇA ATENDIDA	DISCRIMINAÇÃO DO TIPO DEXAME/PROCEDIMENTO
01	Davi Emanuel do Nascimento	Exame + Escovação + flúor
02	Elias Moises G. gil dos Santos	" + " + "
03	Elisabeth Brito A. Coelho	" + " + "
04	Emilly Vitória B. de Souza	" + " + "
05	Lucas Fernando S. Rodrigues	" + " + "
06	Luiz miguel Silva Coelho	" + " + "
07	Marinna Lucas Almeida	" + " + "
08	Pedro Vinicius M. Carvalho	" + " + "
09	Matheus Kauan V. Leima	Exame + Escovação + flúor
10		

ASSINATURA DA COORDENADORA: Eliania de Souza Galvão

Av. 31 de Março S/N – Centro de Convenções 2º Piso – Petrolina – PE CEP: 56.300-000
Fones: (87) 3862-6560/ 3863-6050

Petrolina/PE, em 8 de junho de 2017. Registros de atendimento a crianças da Unidade *"Tia Penha"*, sem especificação de data.



Maternal I A
PETROLINA
Nova Semente

RELATÓRIO DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NA UNIDADE MÓVEL/CIRUGIÃ DENTISTA- ANA PAULA MOTTA LÔBO

DATA: 20.04.17

UNIDADE: Estrelas Brilhantes ASSINATURA DA CIRUGIÃ DENTISTA:

Nº	NOME DA CRIANÇA ATENDIDA	DISCRIMINAÇÃO DO TIPO DEXAME/PROCEDIMENTO
01	Nicole dos Santos Silva	Exame + Escovação + flúor
02	Nicole Ribeiro Xavier	" + " + flúor
03	Sophia Laubany S. Leima	" + " + flúor
04	Wesley Gotivânio S. Lopes	" + " + flúor
05	Judi Souza Galvão Silva	Exame + Escovação + flúor
06		
07		
08		
09		
10		

ASSINATURA DA COORDENADORA: Maria José de Oliveira

Av. 31 de Março S/N – Centro de Convenções 2º Piso – Petrolina – PE CEP: 56.300-000
Fones: (87) 3862-6560/ 3863-6050

Petrolina/PE, em 8 de junho de 2017. Registros de atendimento na Unidade *"Estrelas Brilhantes"*, no dia 20 de abril de 2017.

Os relatórios já demonstram que o quantitativo de atendimentos realizados se encontra aquém do que fora pactuado em contrato, ou seja, 240 por dia, com no mínimo quatro unidades do Nova Semente sendo visitadas diariamente. Na Unidade *"Estrelas Brilhantes"*, por exemplo, foram atendidas no dia 20 de abril de 2017 apenas 25 crianças.

Por fim, registre-se que a Gestão do Programa Nova Semente, em 29 de junho de 2017, apresentou à entidade conveniada Notificação Extrajudicial, da qual podem ser destacados os seguintes trechos:

"(...)

Ocorre que a Gestora Geral do Programa Nova Semente, P. M. L. de C., no gozo de suas atribuições legais, notificou a Secretaria Municipal de Educação, quanto a irregularidades acerca da prestação de serviços de odontologia. Os serviços são fiscalizados através das guias de atendimento emitidas diariamente a cada procedimento, no ato da fiscalização ficou constatada a falta de documentação comprobatória referente ao mês de FEVEREIRO/2017, e no que se refere aos meses de MARÇO, ABRIL e MAIO houve um descumprimento de suas obrigações conforme a CLÀUSULA DÉCIMA QUARTA do convênio supracitado. Caso não haja comprovação dos mesmos, o segundo convenente sofrerá penalidades previstas na Lei nº 8.666/93."

A cláusula décima quarta refere-se ao quantitativo mínimo diário de atendimentos às crianças do Nova Semente, que à época da celebração do Convênio nº 65/2010 e da formalização do Contrato nº 001/2012, era de 120 atendimentos. Essa meta diária em 2016 já era de 240 atendimentos, o que, conforme evidências apresentadas e a própria informação da Prefeitura baseada na análise dos documentos referentes à produção da equipe de odontologia no primeiro semestre de 2017, não vem sendo cumprido.

Ademais, nas prestações de contas mensais do Convênio nº 65/2010, por parte da PETRAPE, as quais são encaminhadas à Prefeitura, não foi possível verificar a existência de qualquer documentação comprobatória dos atendimentos efetuados, como guias, fichas, ou mesmo relatórios de procedimentos. Apenas foi verificada a existência de documentação financeira, atestando os pagamentos à empresa UMO – Unidade Móvel Odontológica. No máximo, faziam-se constar das respectivas prestações de contas os contratos e os termos aditivos firmados com a Associação dos Amigos da PETRAPE.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700919 (FUNDEB), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. Com relação ao assunto tratado no presente item, foi aduzida a seguinte argumentação, a qual segue transcrita:

"(...)

Conforme documentos em anexos, é constante e rotineira notificações e pedido de explicação a empresa conveniada quando não resta claro/comprovado a existências de qualquer despesa.

Assim, rompeu-se com um dogma criado na gestão passada em que tudo o que estava previsto no plano de trabalho era pago na sua integralidade, sem que ocorresse a devida comprovação ou qualquer sistemática de fiscalização.

(...)

Por sua vez, é digno de nota relatar as constantes retenções de pagamentos, assim como realização de glosa no âmbito do Programa Nova Semente.

Foi relatado pela CGU, a não apresentação de memória de cálculo dos gastos relativos à assistência odontológica, assim como serviços odontológicos prestados em quantidade menor do que a pactuada no plano de trabalho.

É de se dizer que, em relação a esse serviço, a equipe de fiscalização vem realizando um rigoroso controle. Ademais, que se diga que a mais de três meses o serviço não vem sendo atestado, acarretando a retenção dos respectivos pagamentos."

Análise do Controle Interno

As medidas que a nova gestão da municipalidade a partir de 2017 afirmam ter tomado, embora sem apresentação de documentação comprobatória, corroboram os apontamentos efetuados pela fiscalização da CGU, sobretudo no sentido do descumprimento do Contrato nº 001/2012, celebrado entre a Associação dos Amigos da PETRAPE, CNPJ nº 11.470.259/0001-12, e a empresa UMO – Unidade Móvel Odontológica, CNPJ nº 14.982.476/0001-80, em 11 de abril de 2012.

Resta claro, pelas evidências trazidas no bojo do item específico do Relatório, que a empresa que presta serviços de odontologia tem realizado quantitativo de procedimento aquém, até mesmo, do que havia sido pactuado em 2012.

Pondere-se que essas despesas, em que pese serem custeadas com recursos próprios, entram em conflito com a finalidade das políticas de saúde locais, a exemplo do Programa de Saúde Bucal, para cujo funcionamento o Município recebe recursos sistematicamente através do Fundo Nacional de Saúde.

3. Conclusão

Dos exames empreendidos foram verificadas as seguintes irregularidades:

a) Cobrança de taxas aos pais e responsáveis, até dezembro de 2016, como forma de remuneração pelos serviços prestados pela Associação dos Amigos da PETRAPE, no que se refere à Educação Infantil, contrariando o princípio da gratuidade;

b) Gastos com profissionais na área de apoio administrativo ao Programa Nova Semente, com recursos do FUNDEB, eminentemente entre 2015 e 2016, no centro de custos denominado "ADMINIST NOVA SEMENTE PETRAPE", consistindo na realização de despesas inelegíveis no montante de R$ 1.870.398,42. Tanto foram identificados profissionais que, pela natureza de suas funções, deveriam estar atuando nas unidades de atendimento às crianças (assistente educacional, professor, cozinheira, etc.), como outros cujas funções não se coadunam com os objetivos do Programa, a exemplo de Técnico em Edificações, Engenheiro de Segurança do Trabalho e Assistente Social;

c) Ausência de registros que pudessem evidenciar o controle sobre o número de alunos atendidos nas unidades, mensalmente, de forma a permitir a avaliação periódica da consistência dos montantes informados acerca dos recursos dispendidos com as ações do Programa, a exemplo de alimentação, limpeza e higiene, além de materiais pedagógicos, extintores, dentre outros;

d) Execução de serviços de odontologia a menor do que o pactuado em contrato, com prejuízos para a Prefeitura de Petrolina/PE, na medida em que os registros apresentados como evidências da atuação da equipe contratada nem sequer comprovou o mínimo de 120 atendimentos diários, que havia sido inicialmente fixado no Contrato nº 001/2012, com a UMO – Unidade Móvel Odontológica, CNPJ nº 14.982.476/0001-80;

e) Ausência de evidências de apreciação das prestações de contas mensais da PETRAPE, por parte da equipe gestora do Programa Nova Semente, na medida em que não foi identificada a existência de quaisquer pareceres de análise e aprovação desses processos, de forma que a Prefeitura de Petrolina/PE não promoveu o devido acompanhamento da execução física e financeira do Convênio nº 65/2010;

f) Excesso de profissionais cozinheiros, remunerados com recursos do FUNDEB, com relação ao quantitativo de alunos atendidos, adotando-se como parâmetro o máximo de 70 crianças para cada profissional. Os cálculos demonstraram, a partir dos quantitativos de cozinheiros, cujos registros foram verificados na folha de pagamento dos exercícios de 2015 e de 2016, que houve gastos a maior de R$ 2.562.560,00 em 2016 (correspondente a 224 profissionais) e R$ 1.792.700,00 em 2015 (relativamente a 175 profissionais), sendo o total de R$ 4.355.260,00;

g) Excesso de profissionais assistentes educacionais contratados pela Associação dos Amigos da PETRAPE para compor as equipes que atuam nas unidades de acolhimento às crianças do Programa Nova Semente. Para efeito de cálculo, foram adotados os parâmetros definidos em 2017 pela nova gestão do Programa, bem como os próprios parâmetros de 2015 e 2016, no que tange ao quantitativo de assistentes necessário para cuidar de um determinado número de alunos por turma, e por modalidade (berçário maternal e pré-escolar). Os gastos a maior totalizaram, para os exercícios de 2015 e 2016, R$ 12.280.268,00;

h) Acumulação de vínculos trabalhistas por parte dos profissionais do Programa Nova Semente, dentre os quais assistentes educacionais, professores e coordenadores pedagógicos, no exercício de 2015, em cotejo com as informações constantes do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), ano base 2015, com prejuízo potencial de R$ 484.714,49, caso não reste comprovada a efetiva atuação dos mesmos em seus postos de trabalho no período considerado;

Importante salientar que os exames se restringiram ao período de janeiro de 2015 a março de 2017, o que não esgota a necessidade de verificação de situações irregulares análogas àquelas identificadas, uma vez que a vigência do Convênio nº 65/2010 contempla também o interstício entre janeiro de 2011 e dezembro de 2014.

Ordem de Serviço: 201700970
Município/UF: Petrolina/PE
Órgão: MINISTERIO DA SAUDE
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão
Unidade Examinada: F M S
Montante de Recursos Financeiros: R$ 35.154.328,25

1. Introdução

Trata-se dos resultados da fiscalização dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde – FNS ao Bloco da Média e Alta Complexidade - BLMAC no município de Petrolina/PE no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de março de 2017.

O trabalho foi realizado no âmbito do Programa de Fiscalização em Entes Federativos (FEF) e teve como escopo a fiscalização de empresas contratadas para prestação de serviços/fornecimento de material com indícios de irregularidades em outros municípios.

Ademais de verificar a regularidade da contratação de serviços/compras, verificou-se a carga horária dos médicos integrantes da folha de pagamento dos profissionais que atuam nos serviços de saúde de Média e Alta Complexidade.

No período fiscalizado o FNS transferiu ao Município R$ 35.154.328,25 em recursos federais.

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 3 a 7 de abril na sede da Prefeitura de Petrolina e na Central de Regulação do Município.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja dos **gestores federais**.

2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Este Ministério não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

2.2.1. Ausência de monitoramento/avaliação do Convênio 21/2012 firmado com a Fundação Banco de Olhos do Vale do São Francisco.

Fato

Conforme documentação apresentada, firmou-se, em 2/5/2012, convênio entre a Secretaria de Saúde de Petrolina e a Fundação Banco de Olhos do Vale do São Francisco, cujo objeto seria a cooperação técnica e financeira visando à assistência integral na especialidade de oftalmologia aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no valor de R$ 1.092.975,00 divididos em 12 parcelas de R$ 91.081,25.

Em 26/04/2013, tal convênio foi renovado por 12 meses pelos mesmos R$ 1.092.975,00 divididos em 12 parcelas de R$ 91.081,25.

Em 29/04/2014, houve uma nova renovação do convênio. Dessa vez, por um período de tempo menor, 8 meses. Entretanto, o valor a ser repassado mensalmente era exatamente o mesmo R$ R$ 91.081,25.

Percebe-se, mediante análise dos aditivos, que o valor repassado mensalmente era fixo e independia da quantidade de atendimentos realizados no mês.

De acordo com fluxo geral de credenciamento/habilitação dos serviços de saúde de média e alta complexidade para prestação de serviços no SUS, definido em documento elaborado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, as entidades privadas integradas ao SUS submeter-se-ão a regulação, fiscalização, controle e avaliação do gestor público.

Analisando-se o Termo de Convênio nº 021/2012, verifica-se, conforme item 2.1 f), ser obrigação da Secretaria de Saúde a análise e aprovação das prestações de contas dos recursos do Município alocados ao Convênio. Bem como, consoante item 8.1 b), a existência de compromisso da Fundação em restituir o valor transferido pela Prefeitura de Petrolina, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais em caso de falta de apresentação de tal Prestação de Contas.

Dentre os documentos disponibilizados pela Prefeitura de Petrolina, localizaram-se cópias de Relatórios de Prestação de Contas e Ações Desenvolvidas pela Fundação Banco de Olhos nos anos de 2012 e 2013. Entretanto, não consta da citada documentação qualquer comprovação de análise ou aprovação dos dados informados por parte do Município de Petrolina.

Registre-se que, em relação ao ano de 2014, não houve a disponibilização de qualquer documento relativo à Prestação de Contas.

Ademais, destaca-se que o item 4.2 do Plano de Trabalho relativo ao convênio em tela previa o monitoramento dos serviços prestados por meio de relatórios mensais encaminhados ao setor de regulação da Secretaria Municipal de Saúde e que tais relatórios não foram localizados na Prefeitura do Município.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar, o qual faz referência ao Processo nº 00215.1001103/2017-18, a Prefeitura de Petrolina/PE apresentou manifestação formal através do Ofício nº 264/2017 – PROGEM, de 3 de outubro de 2017, de forma consolidada para todos os apontamentos da Ordem de Serviço nº 201700970 (Bloco da Média e Alta Complexidade – BLMAC). Sobre o assunto tratado nesse ponto específico do Relatório, destacam-se os seguintes trechos da manifestação:

"*Primeiramente, esclarecemos que a busca por documentos e informações sobre o tópico proposto foi seriamente prejudicada diante a incompletude do acervo referente à operacionalização do convênio.*

Registre-se por oportuno, que a Transição Administrativa entre as duas gestões, dos gestores que estariam saindo do governo e os que estariam iniciando gestão em Janeiro de 2017, imposta por Lei no Estado de Pernambuco, que é cobrada e regulamentada pelo Tribunal de Contas do Estado, se deu de forma totalmente precária, o que impediu que a atual administração, tomasse providências e realizasse planejamento confiável.

Por este motivo, não se pôde identificar até a data atual documentos que comprovem que a gestão administrativa dos quadriênios 2009/2012 e 2013/2016 e que operou o programa através do recurso federal repassado, realizou as devidas diligências para registro de análise e aprovação dos dados eventualmente documentados, bem como se houve efetiva prestação contas no ano de 2014.

Assim, sem que a atual gestão tenha em nada contribuído para tanto, não dispomos das informações e documentos que comprovem a execução do plano do trabalho, o monitoramento da prestação dos serviços, além das demais incumbências, cujo registro não foi identificado pela douta Controladoria."

(...)"

Análise do Controle Interno

Em que pese a ausência de documentação comprobatória dos atos referentes às prestações de contas da utilização de recursos do convênio em epígrafe, bem como da análise das mesmas, não ter sido disponibilizada quando da transição entre a gestão finda em 31 de dezembro de 2016 e a que se iniciou em face do mandato do novo Prefeito em 2017, a Administração não sinalizou medidas no sentido de apurar a ocorrência dessas irregularidades, de modo a buscar a responsabilização dos gestores que lhes deram causa e, sendo o caso, o ressarcimento ao erário dos valores cuja utilização não restou comprovada.

Urge lembrar os itens do Convênio que tratam da obrigação de a Secretaria de Saúde efetuar a análise das prestações de contas dos recursos do Convênio, bem como de a Fundação Banco de Olhos restituir os valores repassados caso não tiverem sido objeto de prestação de contas à entidade concedente. Conforme verificado, não foi apresentada qualquer documentação que pudesse evidenciar ter havido prestação de contas em 2014.

2.2.2. Ausência de competição em Processos Licitatórios vencidos pelo mesmo licitante.

Fato

No âmbito do custeio das ações e serviços de Média e Alta Complexidade, verificou-se os seguintes processos licitatórios vencidos pelo fornecedor Sandro Robério Pereira de Souza-ME (CNPJ: 08.802.999/0001-02):

- Pregão Presencial 239/2014;
- Pregão Presencial 242/2014;
- Pregão Presencial 66/2015;
- Dispensa de Licitação 206/2015;
- Pregão Presencial 132/2016
- Pregão Presencial 178/2016;

O citado fornecedor, microempresário individual, recebeu da Prefeitura de Petrolina, conforme pesquisa realizada no site Tome Conta (http://sistemas.tce.pe.gov.br/tomeconta/index.html) do Tribunal de Contas de Pernambuco – TCE/PE), pagamentos de R$ 701.292,47 e R$ 568.060,18, nos anos de 2015 e 2016, respectivamente, pelo fornecimento de itens variados, tais como alimentos perecíveis, materiais de limpeza, hortifrutigranjeiros, embutidos, bolos, polpa de frutas, etc.

Em que pese o código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE Principal da empresa em tela ser referente ao comércio varejista de produtos saneantes domissanitários (CNAE 4789005), apenas 22,98% (R$ 291.723,64) dos valores pagos em 2015 e 2016 (R$1.269.352,65) referem-se a este tipo de produto conforme pesquisa realizada.

A seguir, expõe-se o detalhamento dos processos licitatórios analisados por objeto licitado:

1. Entrega de Hortifrutigranjeiros para suprir as necessidades da Casa de Apoio (TFD) localizada na Rua Artur Azevedo, nº 93, Encruzilhada, Recife/PE.

Verificou-se que foram realizados dois pregões presenciais, os quais deram origem a atas de registro de preços em 2015 e 2016.

Primeiramente, esclarece-se que os itens/quantidades licitados em cada um dos pregões foram exatamente os mesmos. Não há, em qualquer dos dois processos, memórias de cálculo que justifiquem os produtos/quantidades a serem adquiridos.

1.1 Pregão 66/2015:
Este processo licitatório teve início a partir da Comunicação Interna nº 112/2015 (fls. 01), emitida em 19 de março de 2015 pela Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina/PE, para a Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos, solicitando a instauração de procedimento com vistas à seleção de propostas para obtenção de Registro de Preços, utilizando o critério de julgamento de menor preço unitário. Entretanto, o edital (fls. 29) informa que para efeito de seleção será considerado o menor preço unitário por lote.

Para compor o Termo de Referência da respectiva licitação, utilizou-se a média das cotações de preços efetuadas com as seguintes empresas:

Cotações de preços para efeito de estimativa dos preços de referência:

Razão Social	CNPJ	Valor cotado (R$)	Data da cotação
L. C. mercadinho EIRELI - ME	12.313.986/0001-39	24.853,30	11/3/2015
Supermercado Sttyllo Ltda	01.611.929/0001-10	27.308,30	11/3/2015
Sandro Robério Pereira de Souza-ME	08.802.999/0001-02	39.012,80	Não informada

Fonte: Processo referente ao Pregão nº 66/2015.

Destaque-se que o valor cotado por Sandro Robério é superior em 56,97% ao valor cotado pela primeira empresa e 31,08 % superior ao valor cotado pela segunda empresa. Tal fato elevou a média dos preços em 14,28%.

Média de preços entre as empresas:

Média entre os preços da LC e Styllo	R$ 27.308,30
Média entre os preços das três empresas	R$ 31.209,80

Fonte: Processo referente ao Pregão nº 66/2015.

Conforme Ata da reunião para recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preços e habilitação (fls. 93), Sandro Robério Pereira de Souza - ME foi a única empresa a comparecer à sessão, apresentando proposta (fls. 63) no valor de R$ 31.098,90 e, posteriormente ofertando um lance de R$ 31.050,00 (fls. 71).

Por fim, a Ata de Registro de Preços (fls 108), referente ao processo em tela, foi firmada em 24 de abril de 2015, no valor total de R$ 31.048,90.

Note-se que tal valor, embora esteja 0,05% abaixo do valor apresentado no Anexo III do Edital (fls 39), está 25% acima do menor preço cotado.

Comparação entre o preço contratado e o menor preço cotado:

Valor apresentado no Anexo III do Edital	R$ 31.188,90
Menor preço cotado	R$ 24.853,30

Fonte: Processo referente ao Pregão nº 66/2015.

Não há impedimento legal para que o pregão seja realizado com a presença de apenas um licitante. Entretanto, em um Município com a população de Petrolina (337.683 habitantes estimados pelo IBGE em 2016), chama atenção o fato de que nenhuma outra empresa tenha comparecido ao certame licitatório.

Analisando-se o processo licitatório em questão, percebe-se dois fatores que podem ter reduzido o interesse de outras empresas em participar:

a) Foi utilizado o Pregão em sua forma Presencial. Empresas localizadas na mesma cidade da entrega dos produtos (Recife/PE) precisariam deslocar-se até Petrolina (713 km de distância) para ofertar lances em uma licitação de pequeno valor.

b) A cláusula 11.5 do Edital (fls. 31) informa que o vencedor do certame, em caso de fornecimento de alimento em desconformidade com as especificações, tem a responsabilidade de substituí-lo em 24 horas. Considerando a distância entre Petrolina e o local de entrega dos produtos (Recife/PE), seria difícil que qualquer empresa daquele município quisesse se comprometer com tal prazo.

1.2 Pregão 132/2016:
Este processo licitatório teve início a partir da Comunicação Interna nº 263/2016 (fls. 01), emitida em 30 de março de 2016, pela Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina/PE para a Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos, solicitando a instauração de procedimento com vistas a selecionar propostas para obtenção de Registro de Preços.

Conforme informou-se anteriormente, para este pregão foram licitados exatamente os mesmos itens/quantidades licitados em 2015, por meio do Pregão Presencial nº 66/2015.

Entretanto, o Termo de Referência (fls. 02), emitido em 30 de março de 2016, e, portanto, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, firmada a partir do Pregão nº 66/2015, apresentou um preço total 65,25% superior ao preço contido no Termo de Referência do Pregão 66/2015.

Comparação entre os preços estimados das contratações entre os termos de referência de 2015 e 2016:

Valor total dos itens no Termo de Referência do Pregão 66/2015	R$ 31.188,90
Valor total dos itens no Termo de Referência do Pregão 132/2016	R$ 51.540,10

Fonte: Processos licitatórios referentes aos pregões 66/2015 e 132/2016.

Comparando-se os Termos de Referência citados, verifica-se que 40% (8 dos 20 itens licitados) tiveram aumento de preço superior a 60%, conforme quadro a seguir:

Comparação de preços unitários entre os termos de referência (2015-2016):

Produto	Unidade de medida	Preço em 2015 (R$)	Preço em 2016 (R$)	% de aumento
Abóbora	Kg	2,14	5,69	165,59
Alface	Maço	2,04	4,43	116,80
Banana	Dúzia	4,06	12,84	216,52
Chuchu	Kg	3,29	5,46	66,03
Cenoura	Kg	3,81	6,29	64,96
Coentro	Maço	1,76	4,77	170,74
Mamão	Kg	1,95	3,84	97,39
Melancia	Kg	1,36	3,08	126,84

Fonte: Processos licitatórios referentes aos pregões nº 66/2015 e 132/2016.

Para compor o Termo de Referência do Pregão nº 132/2016, utilizou-se a média da cotação de preços efetuada com as seguintes empresas (fls 10 – 25):

Cotações de preços para composição dos custos da contratação no Pregão nº 132/2016:

Razão Social	CNPJ	Valor cotado (R$)	Data da cotação
Sandro Robério Pereira de Souza-ME	08.802.999/0001-02	46.618,20	29/02/2016
Paulo Valderico Oliveira de Castro EIRELI	35.405.844/0001-05	42.820,00	16/03/2016
J. Gonçalves da Silva Filho Alimentos-ME	17.447.898/0001-43	51.438,50	18/03/2016
WJR – Comercial LTDA	17.327.548/0001-43	62.271,00	17/03/2016

Fonte: Processos licitatórios referentes aos pregões nº 66/2015 e 132/2016.

A inflação apurada no período entre a assinatura da Ata de Registro de Preços baseada no Pregão nº 66/20015 (abr/2015) e a cotação de preços efetuada para respaldar o Termo de Referência do Pregão 132/2006 (mar/2016) foi de 9,37%, conforme dados do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA).

Conforme Ata da reunião para recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preços e habilitação (fls. 118), compareceram ao certame licitatório as empresas Sandro Robério Pereira de Souza - ME e Puro Sucos Com. Rep Ltda.

Na proposta de preços da Puro Suco (fls. 96) verificou-se o registro, para cada um dos itens licitados, exatamente dos mesmos valores contidos no Termo de Referência (fls. 02). No caso da proposta de Sandro Robério (fls. 91), nota-se que, para cada um dos itens licitados, o valor contido no Termo de Referência foi reduzido em 1%.

Após a fase de lances, vencida por Sandro Robério (fls. 103), foi firmada, em 07 de julho de 2016, Ata de Registro de Preços (fls. 126) no valor total de R$ 38.498,40 (25% acima do preço constante da última Ata de Registro de Preços.

Não há impedimento legal para que o pregão seja realizado com a presença de apenas dois licitantes. Entretanto, em um Município do tamanho de Petrolina (337.683 habitantes estimados pelo IBGE em 2016), chama atenção o fato de que nenhuma outra empresa tenha comparecido ao certame licitatório.

Analisando-se o processo licitatório em questão, percebem-se dois fatores que podem ter reduzido o interesse de outras empresas em participar:

> a) Foi utilizado o Pregão sob a forma Presencial. Empresas localizadas na mesma cidade da entrega dos produtos (Recife/PE) precisariam deslocar-se até Petrolina/PE (713 km de distância) para ofertar lances em uma licitação de pequeno valor.
>
> b) A cláusula 11.5 do Edital (fls 41) informa que o vencedor do certame, em caso de fornecimento de alimento em desconformidade com as especificações, tem a responsabilidade de substituí-lo em 24 horas. Considerando a distância entre Petrolina e o local de entrega dos produtos (Recife), seria difícil que qualquer empresa daquele município quisesse se comprometer com tal prazo.

2. Fornecimento de água mineral em garrafões plásticos de 20 litros para suprir a necessidade da Casa de Apoio (TFD), localizada na Rua Artur Azevedo, nº 93, Encruzilhada, Recife/PE.

Verificou-se que foi realizada uma dispensa de licitação em 2015 e um pregão presencial em 2016.

Primeiramente, esclarece-se que o contrato gerado a partir da dispensa de licitação previa o fornecimento de 600 garrafões de água em 4 meses (150 garrafões por mês), enquanto o pregão presencial deu origem a uma ata de registro de preços que previa o fornecimento de 1000 garrafões de água em 12 meses (aproximadamente 83 garrafões por mês).

Não há, em qualquer dos processos, memórias de cálculo que justifiquem as quantidades a serem adquiridas.

2.1 Dispensa nº 206/2015:
O processo de dispensa de licitação nº 206/2015 contém três cotações de preços realizadas com empresas cujos códigos de Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, tanto principal quanto secundário, não estão relacionados ao comércio de água mineral.

Empresas sondadas pela Prefeitura de Petrolina/PE no âmbito da dispensa de licitação nº 206/2015:

Razão Social	CNPJ	CNAE Principal	CNAE Secundário
HERIVELTO FERREIRA DA SILVA - ME	07.897.700/0001-70	5320202-Serviços de entrega rápida	4619200-Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado; 5320201-Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional; 7711000-Locação de automóveis sem condutor; 8121400-Limpeza em prédios e em domicílios; 8129000-Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
SANDRO ROBERIO PEREIRA DE SOUSA - ME	08.802.999/0001-02	4789005-Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	4721102-Padaria e confeitaria com predominância de revenda; 4722901-Comércio varejista de carnes - açougues; 4724500-Comércio varejista de hortifrutigranjeiros; 4729699-Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; 4761003-Comércio varejista de artigos de papelaria; 4781400-Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; 4782201-Comércio varejista de calçados; 4782202-Comércio varejista de artigos de viagem;

Razão Social	CNPJ	CNAE Principal	CNAE Secundário
			7711000-Locação de automóveis sem condutor
GUSTAVO RAFAEL DE BARROS SANTOS GUGA DEMOLAY - ME	06.968.422/0001-31	4751201-Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	3314709-Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório; 4619200-Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado; 6204000-Consultoria em tecnologia da informação; 6920601-Atividades de contabilidade; 8599603-Treinamento em informática; 9511800-Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

Fonte: Processo de Dispensa nº 206/2015.

Dentre as cotações apresentadas, a de menor valor foi apresentada por Sandro Roberio Pereira de Sousa – ME, que firmou com a Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina/PE o Contrato nº 352/2015, para fornecer os garrafões de água mineral ao valor unitário de R$ 9,00.

Destaque-se que as três empresas cotadas estão localizadas no município de Petrolina/PE e, no entanto, a entrega dos garrafões de água mineral deveria ser efetuada na cidade do Recife/PE (713 km de distância de Petrolina/PE).

Era de se esperar que uma cotação de preços realizada em Recife/PE obtivesse valores mais vantajosos para a administração, em face da economia de recursos com deslocamento.

Cabe registrar que, por intermédio de consulta rápida realizada na internet em 8 de maio de 2017, identificou-se mais de 20 distribuidoras de água mineral na cidade do Recife/PE.

2.2 Pregão nº 178/2016:

Este processo licitatório teve início a partir da Comunicação Interna nº 632/2016 (fls. 01), emitida em 8 de agosto de 2016, pela Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina/PE, para a Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos, solicitando a instauração de procedimento com vistas a selecionar propostas para obtenção de Registro de Preços para eventual aquisição de água mineral em garrafão de 20 litros.

Para compor o Termo de Referência da respectiva licitação, utilizou-se a média da cotação de preços efetuada com as seguintes empresas:

Média de preços a partir das cotações do Pregão nº 178/2016:

Razão Social	CNPJ	Valor unitário cotado (R$)	Data da cotação
Sandro Robério Pereira de Souza-ME	08.802.999/0001-02	14,50	14/07/2016
Fernando Teixeira de Paula Eventos - ME	21.347.247/0001-59	23,00	18/07/2016
TMS Soares Restaurante - ME	07.086.882/0001-07	18,75	05/08/2016

Fonte: Processo do Pregão nº 178/2016.

Destaque-se que o valor cotado por Sandro Robério é superior em 61,11% ao valor que vinha sendo cobrado por ele para fornecer o mesmo produto em virtude do Contrato nº 352/2015.

Comparação entre os preços da dispensa e do Pregão para fornecimento de água mineral:

Valor cotado por Sandro Roberio	R$ 14,50
Valor cobrado por Sandro Roberio em função do Contrato nº 352/2015	R$ 9,00

Fonte: Processo do Pregão nº 178/2016 e de Dispensa nº 206/2015.

Conforme Ata da reunião para recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preços e habilitação (fls. 80), Sandro Robério Pereira de Souza - ME foi a única empresa a comparecer à sessão, apresentando proposta (fls. 61) no valor de R$ 18,48 e, posteriormente ofertando um lance de R$ 14,50 (fls. 63).

Por fim, a Ata de Registro de Preços (fls. 85) referente ao processo em tela foi firmada em 12 de setembro de 2016, no valor total de R$ 14.500,00 (referente a mil garrafões de água mineral da marca Terra Santa.

Não há impedimento legal para que o pregão seja realizado com a presença de apenas um licitante. Entretanto, em um Município do tamanho de Petrolina (337.683 habitantes estimados pelo IBGE em 2016), chama atenção o fato de que nenhuma outra empresa tenha comparecido ao certame licitatório.

Analisando-se o processo licitatório em questão, percebe-se que foi utilizado o Pregão Presencial. Empresas localizadas na mesma cidade da entrega dos produtos (Recife) precisariam deslocar-se até Petrolina (713 km de distância) para ofertar lances em uma licitação de pequeno valor.

3. Aquisição de alimentos hortifrutigranjeiros para suprir as necessidades dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS de Município de Petrolina.

3.1 Pregão nº 239/2014:

Este processo licitatório teve início a partir da Circular Interna nº 978/2014 (fls. 01), emitida em 21 de outubro de 2014, pela Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina/PE, para a Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos. Foi solicitada a instauração de procedimento com vistas a selecionar propostas para obtenção de Registro de Preços, utilizando o critério de julgamento de menor preço unitário. Entretanto, o edital (fls. 32) informa que, para efeito de seleção, será considerado o menor preço unitário por lote.

Não constam dos autos do processo memórias de cálculo que justifiquem os produtos/quantidades a serem adquiridos.

Para compor o Termo de Referência da respectiva licitação, utilizou-se a média da cotação de preços efetuada com as seguintes empresas:

Cotações de preços no âmbito do Pregão nº 239/2014, em sua fase interna:

Razão Social	CNPJ	Valor cotado (R$)	Data da cotação
Alfa do Vale Com. e Rep. Ltda-ME	09.452.235/0001-99	106.476,51	09/09/2014
Puro Sucos Com. e Rep. Ltda-ME	00.771.150/0001-07	86.567,16	15/10/2014
João Cordeiro Alves da Silva	03.545.982/0001-95	101.452,65	15/10/2014
Sandro Robério Pereira de Souza-ME	08.802.999/0001-02	103.096,37	15/10/2014

Fonte: Processo do Pregão nº 239/2014.

De acordo com mapa de preços (fls. 15) elaborado a partir dos valores cotados, utilizando-se o valor médio para cada um dos itens cotados ter-se-ia o valor total de R$ 99.260,38. Já se os valores utilizados fossem os menores valores unitários, o valor total dos itens licitados seria de R$ 76.145,32.

Conforme Ata da reunião para recebimento e abertura dos envelopes de propostas de preços e habilitação (fls. 110), Sandro Robério Pereira de Souza - ME foi a única empresa a comparecer à sessão. A proposta apresentada (fls. 44) tinha o valor de R$ 98.441,68, posteriormente alterado em lances (fls. 83 e 84) para R$ 93.844,00.

Por fim, a Ata de Registro de Preços (fls. 121) referente ao processo em tela foi firmada em 03 de dezembro de 2014, no valor total de R$ 93.793,20.

Note-se que tal valor, embora esteja 5,5% abaixo do valor apresentado no Termo de Referência (Anexo III do Edital, fls. 50), está mais de 23% acima do menor preço cotado.

Comparação entre o menor preço cotado e aquele com base nas médias dos preços unitários:

Valor apresentado no Anexo III do Edital	R$ 99.260,38
Menor preço cotado	R$ 76.145,32

Fonte: Processo do Pregão nº 239/2014.

Não há impedimento legal para que o pregão seja realizado com a presença de apenas um licitante. Entretanto, em um Município do tamanho de Petrolina (337.683 habitantes estimados pelo IBGE em 2016), chama atenção o fato de que nenhuma outra empresa tenha comparecido ao certame licitatório.

Analisando-se o processo licitatório em questão, percebe-se que foi utilizado o Pregão Presencial. Empresas localizadas na mesma cidade da entrega dos produtos (Recife/PE) precisariam deslocar-se até Petrolina/PE (713 km de distância) para ofertar lances em uma licitação de pequeno valor.

4. Aquisição de gêneros alimentícios para suprir as necessidades dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS do Município de Petrolina.

4.1 Pregão nº 242/2014:

Este processo licitatório teve início a partir da Circular Interna nº 990/2014 (fls. 01), emitida em 29 de outubro de 2014, pela Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina/PE, para a Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos, solicitando a instauração de procedimento

com vistas a selecionar propostas para obtenção de Registro de Preços, utilizando o critério de julgamento de menor preço unitário.

Não constam dos autos do processo memórias de cálculo que justifiquem os produtos/quantidades a serem adquiridos.

Os gêneros alimentícios licitados por intermédio deste processo foram divididos em dois grupos: perecíveis (58 itens) e não perecíveis (25 itens). Foram realizadas cotações de preços distintas e elaborados dois Termos de Referência.

Para compor o primeiro Termo de Referência (fls. 01), utilizou-se a média da cotação de preços efetuada com as seguintes empresas:

Cotações para construção do termo de referência dos gêneros perecíveis:

Razão Social	CNPJ
Alfa do Vale Com. e Rep. Ltda-ME	09.452.235/0001-99
Sandro Robério Pereira de Souza-ME	08.802.999/0001-02
João Cordeiro Alves da Silva - ME	03.545.982/0001-95
Puro Sucos Com. e Rep. Ltda-ME	00.771.150/0001-07
Rosana Ferreira da Glória Santos - ME	01.233.602/0001-51
Josué Rodrigues dos Santos - ME	04.166.439/0001-40

Fonte: Primeiro Termo de Referência do Pregão nº 242/2014.

Para compor o segundo Termo de Referência (fls 60), utilizou-se a média da cotação de preços efetuada com as seguintes empresas:

Cotações para construção do termo de referência dos gêneros não perecíveis:

Razão Social	CNPJ
Alfa do Vale Com. e Rep. Ltda-ME	09.452.235/0001-99
Arianne Conduru Ribeiro - EPP	12.430.488/0002-57
Varejão Líder Ltda	05.292.489/0001-36
João Cordeiro Alves da Silva - ME	03.545.982/0001-95
Sandro Robério Pereira de Souza-ME	08.802.999/0001-02

Fonte: Segundo Termo de Referência do Pregão nº 242/2014.

Conforme Edital de Licitação (fls. 109), foram definidos três dias para abertura dos envelopes das propostas de preços:

- dia 3 de dezembro de 2014 (itens 01 ao 23);
- dia 4 de dezembro de 2014 (itens 24 ao 54);
- dia 5 de dezembro de 2014 (itens 55 ao 83).

Conforme Ata de reunião para recebimento e abertura dos envelopes de propostas de preços e habilitação - Itens 01 ao 23 (fls. 393), compareceram ao certame as seguintes empresas:

Empresas que compareceram ao certame licitatório (Pregão nº 242/2014):

Razão Social	CNPJ
J A Soares Junior Comercio E Servicos - ME	20.438.268/0001-17
Daysiane Felix Gomes Dos Santos Comercio E Servcios – EPP	12.033.729/0001-43

Razão Social	CNPJ
Sandro Robério Pereira de Souza-ME	08.802.999/0001-02
Ponto Certo Mercantil de Alimentos Ltda – ME	03.887.021/0001-69
Puro Sucos Com. e Rep. Ltda-ME	00.771.150/0001-07

Fonte: Processo do Pregão nº 242/2014 – Aquisição de gêneros perecíveis e não perecíveis.

Destas empresas, três apresentaram propostas para os itens 55 a 83: J. A. Soares Junior, Daysiane Felix e Sandro Robério.

De acordo com a Ata de reunião para abertura dos envelopes de proposta de preços e habilitação - Itens 55 ao 83 (fls. 590), apenas Daysiane e Sandro participaram da fase de lances.

Ao final dos lances, Daysiane venceu os itens 59, 71 e 79. Os demais itens foram vencidos pelo Sandro, que solicitou desistência dos itens 64, 66, 67, 69 e 75, justificando que ocorreram erros nos valores apresentados.

Os itens 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63 ,65, 68, 70, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 80, 81, 82 e 83 foram então adjudicados para o Sandro.

Registre-se que constam do processo analisado apenas duas Atas de Registro de Preços. Uma firmada com a Ponto Certo Mercantil de Alimentos Ltda. – ME (fls. 631), vencedora de todos os itens disputados no dia 3 de dezembro de 2014 e de alguns itens disputados no dia 4 de dezembro de 2014. A outra firmada com Sandro Robério Pereira de Souza - ME (fls. 619) vencedor de alguns itens disputados no dia 05 de dezembro de 2014.

Em que pese a participação e a vitória de Daysiane para alguns itens disputados nas fases de lances realizadas nos dias 4 e 5 de dezembro de 2014, não há registro de Ata de Preços firmadas com esta empresa.

Resumindo-se, em 60% dos Pregões Presenciais analisados (Pregão nº 239/2014, Pregão nº 66/2015, Pregão nº 178/2016) não houve qualquer disputa de preços, pois apenas o licitante Sandro Robério Pereira de Souza - ME compareceu ao certame.

No Pregão nº 132/2016, em que pese ter havido disputa entre dois licitantes (Puro Sucos Com. Rep. Ltda. e Sandro Robério Pereira de Souza-ME), o critério de julgamento utilizado foi o menor preço por lote. Conforme Súmula 247 do Tribunal de Contas da União – TCU, é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações e compras cujo objeto seja divisível, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Com relação ao pregão nº 242/2016, muito embora no edital estivesse previsto que o critério de julgamento das propostas seria o menor preço unitário por item, foi firmada Ata de Registro de Preços com apenas um fornecedor para cada um dos lotes definidos.

Diante do exposto, resta clara a ausência de competição nos certames licitatórios citados.

Por fim, registre-se que não há, em qualquer dos Pregões Presenciais analisados, justificativas para a não utilização do Pregão Eletrônico. Lembrando que, por ocasião de fiscalização

anterior realizada no Município de Petrolina, a Procuradora-Geral do Município, por intermédio do Ofício nº 04/2010-PROGEM informou que solicitou, em dezembro/2009, ao Comprasnet, a adesão ao acesso e utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG de modo a permitir que o Munícipio realizasse Pregões Eletrônicos.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Relatório Preliminar, o qual faz referência ao Processo nº 00215.1001103/2017-18, a Prefeitura de Petrolina/PE apresentou manifestação formal através do Ofício nº 264/2017 – PROGEM, de 3 de outubro de 2017, de forma consolidada para todos os apontamentos da Ordem de Serviço nº 201700970 (Bloco da Média e Alta Complexidade – BLMAC). Sobre o assunto tratado nesse ponto específico do Relatório, destacam-se os seguintes trechos da manifestação:

"(...)

Ainda, destaca-se que os contratos oriundos dos Processos Licitatórios Nº 239/2014, 242/2014, 066/2015, 132/2016, 178/2016, na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço – SRP, e a Dispensa de Licitação nº 206/2016 foram formalizados pela gestão administrativa anterior, que exerceu mandatos referentes aos quadriênios 2009/2012 e 2013/2016. Ou seja, todos os trâmites de elaboração da licitação, especialmente do Termo de Referência, que incluía o fornecimento dos variados itens, como alimentos perecíveis, materiais de limpeza, hortifrutigranjeiros, dentre outros, deu-se sem que houvesse a participação da atual gestão, que passou a comandar os destinos da cidade e da gestão administrativa municipal a partir de 01 de Janeiro do corrente ano. Deste feito, resta evidenciado, que a atual gestão municipal, em especial a da Secretaria de Saúde do Município, não teve e não tem a responsabilidade para com qualquer ato ou providência tomada para realização do processo de contratação, tais como composição do objeto da licitação, detalhamento da composição de custos dos itens contratados, coleta de dados acerca da demanda a ser atendida, cotação de preços para formação de orçamento, decisão sobre o modelo a ser implantado da gestão dos programas abastecidos, tipo de licitação, etc.

Os procedimentos adotados para abastecer a Casa de Apoio (TFD) com hortifrutigranjeiros deram-se aos 19/03/2015 (Pregão Presencial para Registro de Preço – SRP nº 66/2015) e aos 30/03/2016 (Pregão Presencial para Registro de Preço – SRP nº 132/2016), mediante a composição dos mesmos itens com elevação sucessiva de preços desproporcionais aos efeitos inflacionários auferidos para o período de assinatura das Atas. Não há justificativa documentada, tão pouco foi apresentada a atual gestão qualquer informação referente a tais contratações.

O mesmo se diga quanto ao fornecimento de água mineral em garrafões plásticos de 20 litros, não há nos autos referente à Dispensa de Licitação nº 2016/2015 e o Pregão 178/2016 relatórios ou outros documentos com justificativas para quantidade de galões contratados. A ausência de justificativas e relatórios com composição de custo e apresentação da necessidade em demanda que justificaria a contratação se repete, também, no Pregão Presencial para Registro de Preço – SRP nº 239/2014, 242/2014, nº 242/2014, não havendo nos processos respectivos as justificativas adequadas e necessárias para as contratações realizadas. Diga-se, oportunamente, que todos os certames ocorreram sob a responsabilidade e supervisão da gestão responsável pelos quadriênios 2009/2012 e 2013/2016.

Por consequência, a atual gestão não poderia ser responsabilizada pelas impropriedades relatadas pela CGU, ainda que algum contrato remanesça válido. Isto porque as diligências e processos licitatórios para contratação se deram exclusivamente no período em que o mandato da gestão anterior estava em vigor, sendo ele o responsável pelas contratações realizadas, bem como a supervisão dos programas abastecidos.

Por fim, ratificamos que as irregularidades funcionais terão seus responsáveis devidamente responsabilizados, quanto aos contratos derivados de certames com indícios de irregularidades e que possuam preços dissonantes aos valores médios de mercado estão sendo gradualmente rescindidos para a contratação de novos que atendam a economicidade e eficiência administrativa. Contudo, a realização destas ações dependem do planejamento que opere de modo menos prejudicial ao interesse público, haja vista que o cancelamento imediato dos contratos de natureza ineficiente poderiam implicar prejuízo ao funcionalismo público, pois não haveria tempo suficiente para novas contratações sem a paralização significativa de serviços essenciais.

Análise do Controle Interno

Uma vez que a atual Administração tomou conhecimento das irregularidades apontadas pela CGU-Regional do presente Relatório, tem o dever de apurar os fatos descritos, de modo a efetuar as devidas responsabilizações pelas condutas que deram causa, inclusive, a prejuízos para a Administração, considerando, por exemplo, aquisição de botijões de água mineral por R$ 14,50 a unidade.

Ademais, foram identificadas no presente Relatório situações de compra de hortifrutigranjeiros de um mesmo fornecedor, de um ano para o outro, com reajustes bem acima da inflação do período, considerando os hortifrutigranjeiros que já haviam sido disponibilizados anteriormente.

2.2.3. Acumulação indevida de cargos/empregos por parte dos médicos constantes da Folha de Pagamento relativa ao Bloco de Média e Alta Complexidade.

Fato

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 37, veda a acumulação de cargos públicos, conforme a seguir transcrito:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; "

Do texto constitucional, verifica-se que a regra é a proibição da acumulação de cargos públicos, tendo sido estabelecidas três exceções, todas limitadas a dois cargos ou empregos e sujeitas à compatibilidade de horários.

Com o objetivo de verificar o atendimento aos limites relativos à acumulação de cargos ou empregos pelos servidores que desempenham funções relacionadas aos serviços prestados à conta de recursos do Bloco de Média e Alta Complexidade, a partir da última folha de pagamentos disponível, relativa ao mês de março de 2017, foi tomada uma amostra (não estatística) composta por todos os servidores cujo cargo contém o termo *"médico"*. Trata-se de um elenco de 38 servidores. Para cada um dos servidores da amostra foram verificados, no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), do Ministério da Saúde (MS), os registros de vínculos ativos dos profissionais de saúde.

Uma primeira verificação diz respeito ao número de vínculos públicos, tomando como critério o limite constitucional de dois cargos ou empregos públicos. As desconformidades encontram-se listadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Servidores com mais de dois vínculos públicos

Servidor (matrícula)	Cargo	Vínculos Públicos
987515-01	00264 - MEDICO PSF 40H	3
988370-01	00009 - MEDICO	3
988594-01	00009 - MEDICO	3
988745-01	00264 - MEDICO PSF 40H	3
988779-01	00009 - MEDICO	3

Fontes: CNES (consulta em 05/05/2017); folha de pagamentos mar/2017.

Com relação a esses servidores, após a confirmação dos vínculos públicos constantes do CNES, devem ser adotadas as providências previstas no art. 133 da Lei nº 8.112/1990, *in verbis*:

"Art. 133. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - instrução sumária, que compreende indiciação, defesa e relatório;

III - julgamento. "

Uma segunda verificação realizada diz respeito à carga horária semanal (CHS) de trabalho. Foi tomado como critério o limite de 80 horas semanais, entendido como indicativo de possível descumprimento de carga horária de trabalho, sobretudo com relação ao vínculo com o Fundo Municipal de Saúde de Petrolina/PE. As desconformidades encontram-se listadas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Servidores com CHS a partir de 80 horas

Servidor (matrícula e nome)	Cargo	Vínculos Totais	CHS (horas)
988454-01	00009 - MEDICO	8	148
988370-01	00009 - MEDICO	5	112
987911-01	00009 - MEDICO	4	112
988496-01	00066 - MEDICO ORTOPEDISTA	6	108
002939-01	00009 - MEDICO	9	107
001039-01	00009 - MEDICO	14	104
988841-01	00009 - MEDICO	7	104
988745-01	00264 - MEDICO PSF 40H	3	100
987515-01	00264 - MEDICO PSF 40H	5	98
988462-01	00009 - MEDICO	3	95
988117-01	00009 - MEDICO	2	84
988247-01	00009 - MEDICO	10	84

Fontes: CNES (consulta em 05 de maio de 2017); folha de pagamentos mar/2017.

Com relação a esses servidores, após a confirmação dos vínculos e cargas horárias semanais constantes do CNES, devem ser analisadas as circunstâncias que envolvem cada caso concreto, com vistas a comprovar a existência (ou não) de compatibilidade de horários em cada caso específico. Ressalte-se que, neste caso, é considerada a carga horária relativa a todos os vínculos, públicos e privados, pelos motivos abordados na NOTA Nº 114/2010/DECOR/CGU/AGU, a saber:

"38. Dessa forma, conclui-se que, apesar da CLT não ser diretamente aplicável aos servidores públicos, a ratio que informa o estabelecimento da limitação nela prevista, que se relaciona à necessidade humana de repouso para a recuperação da capacidade laborativa e inserção do indivíduo de forma ativa no meio em que vive, é totalmente aplicável a esses servidores, pois também desempenham atividades laborativas.

39. Assim, não haveria sentido em diferenciar a jornada máxima de dois indivíduos apenas em função da natureza do vínculo laborativo que possuem. Como já ressaltado, a referida limitação é proteção conferida ao trabalhador, e é consequência da condição humana e da dignidade que lhe é intrínseca. "

Nos casos em que se verificar a incompatibilidade de horários, configurando acumulação ilegal de cargos ou empregos, devem ser adotadas as providências previstas no art. 133 da Lei nº 8.112/1990.

Ressalte-se que três servidores figuram em ambos os quadros, ou seja, possuem mais de dois vínculos públicos e, simultaneamente, apresentam carga horária total igual ou superior a 80 horas semanais.

Manifestação da Unidade Examinada

Não houve manifestação da unidade examinada para este item.

Análise do Controle Interno

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após apresentação dos fatos, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo “fato”.

3. Conclusão

Com relação às contratações de serviços e fornecimento de material, verificou-se ausência de competição em processos licitatórios vencidos reiteradamente pelo mesmo fornecedor ademais de ausência de prestação de contas por prestador de serviços.

No que tange aos médicos que integram a folha de pagamento da Média e alta complexidade, constatou-se acumulação ilegal de cargos ou empregos, com base em dados constantes no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), do Ministério da Saúde (MS).l

Ordem de Serviço: 201700950
Município/UF: Petrolina/PE
Órgão: MINISTERIO DA SAUDE
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão
Unidade Examinada: F M S
Montante de Recursos Financeiros: R$ 58.859.631,66

1. Introdução

O presente trabalho, realizado no âmbito do Programa de Fiscalização em Entes Federativos (FEF), teve por objetivo fiscalizar a aplicação de recursos federais relativos ao Bloco da Atenção Básica em Saúde (BLATB) no Município de Petrolina/PE, no período de 1 de janeiro de 2015 a 31 de março de 2017. Nesse período, foram transferidos ao município mais de R$ 58,8 milhões em recursos federais relativos ao Programa 2015 – Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), Ações 8577 – Piso de Atenção Básica Fixo e 20AD – Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família.

Os trabalhos de campo foram realizados de 3 a 7 de abril de 2017, na sede da Prefeitura Municipal e em seis unidades de atendimento da Atenção Básica em Saúde, selecionadas em amostra.

O escopo do trabalho incluiu a verificação da regularidade da execução dos recursos da Atenção Básica em Saúde, tanto no que se refere à aplicação dos recursos (gestão e movimentação dos recursos e elegibilidade das despesas realizadas) quanto no tocante à parte operacional (infraestrutura das unidades de atendimento à população).

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja dos **gestores federais**.

2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Este Ministério não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

2.2.1. Aplicação dos recursos federais relativos ao Bloco da Atenção Básica em Saúde.

Fato

De acordo com dados disponibilizados no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e acessados em 22 de março de 2017, no período de exame foram transferidos à Prefeitura Municipal de Petrolina mais de R$ 58,8 milhões em recursos federais relativos ao Bloco da Atenção Básica em Saúde (BLATB). Conforme os extratos bancários e demais documentos contábeis analisados, a aplicação desses recursos pode ser resumida na forma da tabela a seguir:

Tabela 1 – Aplicação dos recursos do Bloco da Atenção Básica em Saúde (R$ mil)

Grupo [1]	Descrição	2015	2016	2017 [2]	Totais	Partic.
1	Folha de pagamento	23.260	25.618	6.019	54.897	94,7%
2	Materiais e equipamentos médicos	913	172	177	1.262	2,2%
3	Materiais e equipamentos diversos	123	114		237	0,4%
4	Manutenção das UBS/PSF	174	79	80	332	0,6%
5	Serviços de locação e manutenção	322	238	34	594	1,0%
6	Outros serviços e despesas	238	102	0	340	0,6%
7	Repasses e contrapartidas estaduais		300		300	0,5%
	Totais	25.030	26.624	6.309	57.963	100,0%

Fontes: Extratos bancários, razões-analíticos e documentos de conciliação bancária e pagamento.

[1] Detalhamento das despesas por grupo:

1 Inclui vencimentos, encargos, consignações e contribuições.
2 Inclui materiais e equipamentos odontológicos, hospitalares, farmacêuticos e de laboratório.
3 Inclui higiene, limpeza, expediente, fardamento, informática e ar condicionado.
4 Inclui despesas com aluguel, energia elétrica, telefonia, água e esgoto.
5 Inclui serviços de locação e manutenção de veículos e outros equipamentos.
6 Inclui serviços gráficos, alimentação, reformas, diárias, passagens e tarifas bancárias.
7 Inclui repasses e contrapartidas em programas estaduais de Atenção Básica em Saúde.

[2] 2017: inclui os meses de janeiro a março.

Verifica-se que cerca de 95% dos recursos são aplicados na folha de pagamento dos servidores que desempenham funções relacionadas aos serviços relativos ao Bloco da Atenção Básica em Saúde.

Da análise dos documentos integrantes dos processos de pagamento (empenhos, contratos, notas fiscais, recibos, ordens bancárias, etc.), conclui-se que os recursos da Atenção Básica em Saúde são geridos exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde. Foi verificado que tais recursos são mantidos e movimentados em conta bancária específica (2991/006/00624001-5 FMS PETROLINA FNS BLATB), sendo os pagamentos aos fornecedores e prestadores de serviços, devidamente identificados, realizados na forma eletrônica.

Em relação ao aspecto finalístico, não foram identificadas irregularidades ou impropriedades na aplicação dos recursos do Bloco da Atenção Básica em Saúde, tais como desvio de objeto ou de finalidade, ou inobservância às vedações estabelecidas no §2º do art. 6º da Portaria MS nº 204/2007.

2.2.2. Recebimento de equipamentos com especificações diferentes do contratado, com prejuízo estimado em cerca de R$ 59 mil.

Fato

Com o objetivo de verificar a regularidade do recebimento de bens adquiridos, foi estabelecida uma amostra (não estatística) de quatro empenhos relativos à aquisição de materiais permanentes no período de exame, conforme tabela a seguir:

Tabela 2 – Amostra de empenhos de aquisição de material permanente

Empenho	Data	Valor (R$)	Descrição
444	27/02/2015	197.700,00	Aquisição de *tablets* para suporte técnico ao Programa Aniversário Saudável
604	25/03/2015	64.260,00	Aquisição de aparelhos de ar condicionado para as AMEs Pedra Linda e Antônio Cassemiro
1448	20/11/2015	363.000,00	Aquisição de *tablets* para utilização nos trabalhos dos Agentes Comunitários de Saúde
394	29/01/2016	100.170,00	Aquisição de ar condicionado para estruturar a AME N-8 e outras unidades da Secr. Municipal de Saúde

Fonte: notas de empenho.

Da análise dos documentos integrantes dos processos de pagamento (empenhos, contratos, notas fiscais, recibos, ordens bancárias, etc.), bem como de verificações *in loco*, concluiu-se que, em alguns casos, ocorreu o recebimento de materiais com especificações diferentes do contratado.

No caso dos *tablets* para utilização pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), referentes ao empenho 1448/2015, a aquisição foi feita por meio da Ata de Registro de Preços (ARP) nº 166/2015 (Pregão Presencial SRP 158/2015; Processo Licitatório 259/2015). No texto da ARP o equipamento a ser adquirido é descrito como "*Tablet Samsung Galaxy Tab 4 DTV (7.0, Wi-Fi) Case Flip: original Samsung BR230WB EGU*". Apesar disso, 270 dos trezentos equipamentos recebidos são da marca Genesis ("*Tablet 8 wifi 8GB GT8410 Genesis*"), e não do fabricante Samsung, como contratado. As notas fiscais envolvidas estão listadas na tabela a seguir:

Tabela 3 – Empenho 1448/2015 - Tablets

NF	Data	Valor	Qtde	Descrição
551	25/11/2015	33.000,00	30	Tablet 7 wifi 8GB T230N Samsung Galaxy
570	11/12/2015	121.000,00	110	Tablet 8 wifi 8GB GT8410 Genesis
577	18/12/2015	22.000,00	20	Tablet 8 wifi 8GB GT8410 Genesis
578	18/12/2015	22.000,00	20	Tablet 8 wifi 8GB GT8410 Genesis
587	29/12/2015	22.000,00	20	Tablet 8 wifi 8GB GT8410 Genesis
588	29/12/2015	22.000,00	20	Tablet 8 wifi 8GB GT8410 Genesis
589	29/12/2015	22.000,00	20	Tablet 8 wifi 8GB GT8410 Genesis
590	29/12/2015	33.000,00	30	Tablet 8 wifi 8GB GT8410 Genesis
591	29/12/2015	33.000,00	30	Tablet 8 wifi 8GB GT8410 Genesis
Totais		330.000,00	300	

Fonte: processos de pagamento.

Verifica-se que a marca contratada é uma das mais renomadas do mundo, o que não pode ser dito da fabricante dos equipamentos recebidos. Não foi possível realizar comparações de preços entre os dois modelos citados, pois já não mais estão disponíveis no mercado; apesar disso, uma rápida pesquisa de preços pela internet revela que um equipamento da marca recebida pode custar de 20% a 40% menos que outro da marca contratada, de especificações equivalentes. Assim, o prejuízo pode ser estimado em cerca de R$ 59 mil (270 unidades x R$ 1.100,00/unidade x 20%).

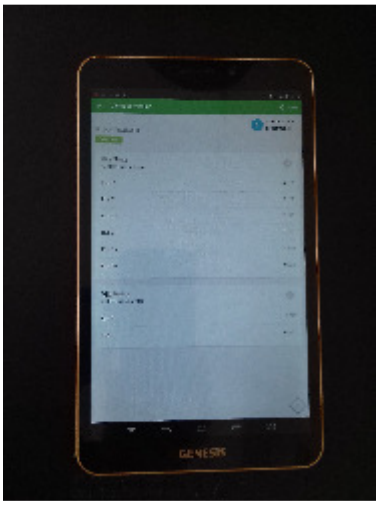


Foto – Tablet Genesis GT8410, tombamento 201675.
Petrolina (PE), 06/04/2017.

Foto – Tablets Genesis GT8410 novos, estocados na Secretaria Municipal de Saúde.
Petrolina (PE), 6 de abril de 2017.

Fato similar foi verificado no caso dos equipamentos de ar condicionado tipo *split*, referentes aos empenhos 604/2015 e 394/2016. As aquisições foram feitas por meio da ARP nº 054/2015 (Pregão Presencial SRP 036/2015; Processo Licitatório 068/2015). No texto da ARP o equipamento a ser adquirido é descrito como "*Samsung / Max Plus 9000 Frio*". Apesar disso, 34 dos 87 equipamentos recebidos são da marca Springer, e outros 19 da marca Midea. As notas fiscais envolvidas estão listadas na tabela a seguir:

Tabela 4 – Empenhos 604/2015 e 394/2016 – Ar condicionado split

NF	Data	Valor	Qtde	Descrição
441	01/04/2015	18.900,00	10	Ar condicionado split hi-wall 9000 BTU/h selo Procel tipo A marca Springer
442	01/04/2015	13.230,00	7	
443	01/04/2015	32.130,00	17	
607	26/02/2016	11.340,00	6	Split Midea Vize HW 9K 200V 42MDCA09M5 / 38KCG09M5
608	26/02/2016	11.340,00	6	
609	26/02/2016	13.230,00	7	
615	21/03/2016	64.260,00	34	Split HW 9000BTU selo A Samsung Max Plus
Totais		164.430,00	87	

Fonte: processos de pagamento.

Em pesquisas de preços pela internet não foi possível verificar diferenças de preços significativas entre as três marcas de equipamentos envolvidas. Apesar disso, entende-se que o fornecimento de produtos em desacordo com o contratado, mesmo no caso de substituição por equipamentos equivalentes em qualidade, desempenho e preço, deve ser uma exceção e, devidamente justificada.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício PROGEM Nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017, assinado pelo Procurador Geral do Município, foi emitida a seguinte manifestação sobre os fatos apontados:

"[...] por ter se tratado de conduta praticada pelas Sras. M.A. e L.G., por ter elas ocupado o cargo de Secretaria Municipal de Saúde nessa época, esta gestão administrativa esclarece

que será ajuizada ação de ressarcimento ao erário, com vistas a permitir a recomposição do dano.

Após o ajuizamento, esta gestão administrativa estará comunicando a esta CGU, fazendo envio da respectiva cópia do protocolo de ação judicial, como forma de demonstrar providências adotadas."

Análise do Controle Interno

Em sua manifestação, os responsáveis pela gestão municipal não apresentam qualquer justificativa para os fatos apontados, limitando-se a afirmar que a responsabilidade sobre tais fatos é da gestão municipal anterior, e que serão tomadas medidas contra tais responsáveis. Ressalte-se que não houve manifestação dos responsáveis pela gestão anterior.

2.2.3. Infraestrutura das unidades de atendimento da Atenção Básica em Saúde.

Fato

A rede municipal de Atenção Básica em Saúde conta com 44 unidades de atendimento da Atenção Básica em Saúde, sendo 26 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 18 unidades de Atendimento Multiprofissional Especializado (AME). Nessas unidades de atendimento atuam noventa Equipes de Saúde da Família (ESF).

Com o objetivo de verificar a adequabilidade da infraestrutura dessas unidades de atendimento, foi estabelecida uma amostra (não estatística) de seis unidades a serem fiscalizadas, correspondendo a 13,6% do total, conforme tabela a seguir:

Quadro 1 – Amostra de unidades de atendimento da Atenção Básica em Saúde

CNES	Tipo	Nome	Localidade	Equipes	Zona
2429616	UBS	Anália Batista	Cosme e Damião	2	Urbana
2429632	UBS	Josefa Coelho	Pau Ferro	1	Rural
2429853	AME	Plínio Amorim	Rajada	2	Rural
2429934	AME	Manoel Possídio	Areia Branca	4	Urbana
2429969	UBS	Parteira Idalina dos Santos	São Gonçalo	2	Urbana
7920237	AME	Hildo Diniz da Silva	N8	2	Rural

Fonte: Ofícios nº 293/2017 e nº 294/2017, de 03/04/2017.

De forma geral, nas unidades fiscalizadas foram encontradas instalações físicas e equipamentos em boas condições, conforme registro fotográfico a seguir:

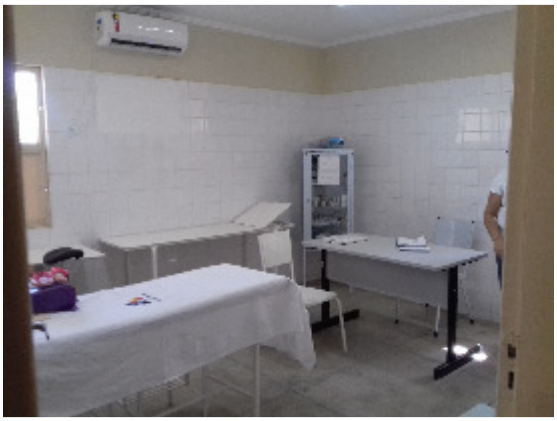


Foto – Sala de observação da UBS Anália Batista (Cosme e Damião).
Petrolina (PE), 6 de abril de 2017.

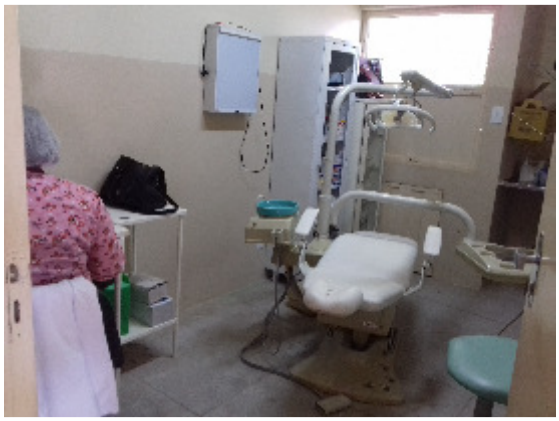


Foto – Consultório odontológico da UBS Anália Batista (Cosme e Damião).
Petrolina (PE), 6 de abril de 2017.

Foto – Sala de triagem / procedimentos / curativos da UBS Josefa Coelho (Pau Ferro).
Petrolina (PE), 6 de abril de 2017.

Foto – Sala de esterilização da UBS Josefa Coelho (Pau Ferro).
Petrolina (PE), 6 de abril de 2017.

Foto – Escovódromo da AME Plínio Amorim (Rajada).
Petrolina (PE), 6 de abril de 2017.

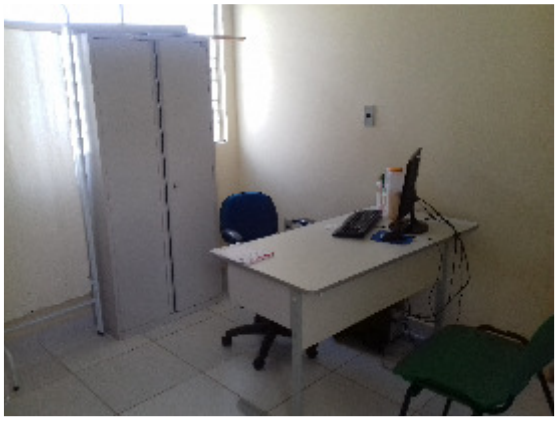


Foto – Consultório médico da AME Plínio Amorim (Rajada).
Petrolina (PE), 6 de abril de 2017.

Foto – Recepção principal da AME Manoel Possídio (Areia Branca).
Petrolina (PE), 5 de abril de 2017.

Foto – Pátio interno da AME Manoel Possídio (Areia Branca).
Petrolina (PE), 5 de abril de 2017.

Foto – Recepção principal da UBS Parteira Idalina dos Santos (São Gonçalo).
Petrolina (PE), 6 de abril de 2017.

Foto – Sala de vacinas da UBS Parteira Idalina dos Santos (São Gonçalo).
Petrolina (PE), 6 de abril de 2017.

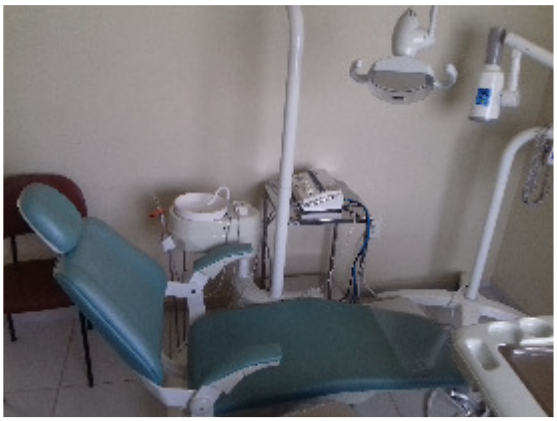


Foto – Consultório odontológico da AME Hildo Diniz da Silva *(N8).*
Petrolina (PE), 6 de abril de 2017.

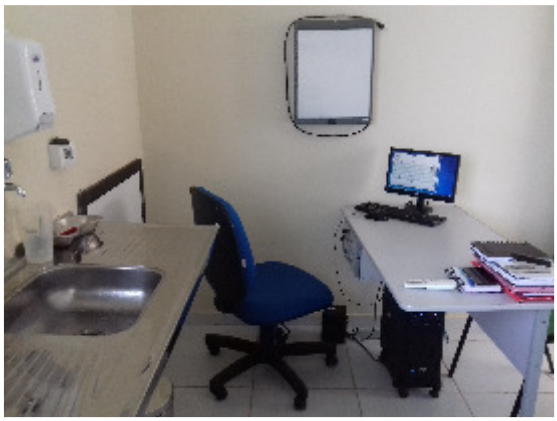


Foto – Consultório odontológico da AME Hildo Diniz da Silva *(N8).*
Petrolina (PE), 6 de abril de 2017.

Em suma, com base na amostra fiscalizada, conclui-se que as unidades municipais de atendimento da Atenção Básica em Saúde apresentam boas condições de infraestrutura.

2.2.4. Acumulação ilegal de cargos ou empregos por servidores da Atenção Básica em Saúde.

Fato

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 37, veda a acumulação de cargos públicos, conforme a seguir transcrito:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; "

Do texto constitucional, verifica-se que a regra é a proibição da acumulação de cargos públicos, tendo sido estabelecidas três exceções, todas limitadas a dois cargos ou empregos e sujeitas à compatibilidade de horários.

A condição da compatibilidade de horários, porém, não é objetivamente caracterizada no texto constitucional. No intuito de dar maior objetividade à questão, por meio do Parecer AGU nº GQ-145, de 30 de agosto de 1998, a Advocacia-Geral da União estabeleceu o limite de 60 horas semanais para os casos de acumulação de cargos, "*de modo a não se abstraírem dos intervalos de repouso, fundamentais ao regular exercício das atribuições e do desenvolvimento e à preservação da higidez física e mental do servidor*", considerando o tempo necessário "*para atenderem-se à locomoção, higiene física e mental, alimentação e repouso*". O citado parecer tinha caráter vinculante para a Administração Pública Federal, uma vez que aprovado pelo Presidente da República. O mesmo entendimento foi encampado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em diversos julgados, a exemplo do Acórdão nº 2.242/2007 – Plenário.

No Poder Judiciário, porém, prevaleceu entendimento diverso, conforme se pode verificar em acórdão proferido pela Primeira Turma Suplementar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região no âmbito da Apelação Cível nº 2003.35.00.012469-1/GO:

"2. Falta respaldo jurídico ao entendimento que considera ilícita a acumulação de cargos apenas por totalizarem uma jornada de trabalho superior a sessenta horas semanais. Ora, tanto a Constituição Federal, em seu art. 37, XVI, como a Lei 8.112/90, em seu art. 118, § 2º, condicionam a acumulação à compatibilidade de horários, como de fato ocorreu no caso em análise, não há que se falar em limitação da jornada de trabalho, sendo que entendimento contrário implicaria, sem respaldo legal, criar outro requisito para cumulação de cargos. O Parecer GQ-145 da AGU, de 30.08.98, não tem força normativa que possa preponderar sobre a garantia constitucional. "

Neste sentido firmou-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), estabelecendo que "*cumpre à Administração Pública comprovar a*

existência de incompatibilidade de horários em cada caso específico, não bastando tão somente cotejar o somatório de horas trabalhadas com o padrão derivado de um parecer ou mesmo de acórdão do Tribunal de Contas da União" (MS 15415/DF, Rei. Min. Humberto Martins, Primeira Seção, julgado em 13/04/2011, Dje 04/05/2011). Também o TCU acompanhou este entendimento, concluindo não mais subsistir o limite objetivo de 60 horas semanais – cf. Acórdãos 1.338/2011 e 2.375/2013, ambos do Plenário da Corte de Contas.

Com o objetivo de verificar o atendimento aos limites relativos à acumulação de cargos ou empregos pelos servidores que desempenham funções relacionadas aos serviços relativos ao Bloco da Atenção Básica em Saúde, a partir da última folha de pagamentos disponível, relativa ao mês de março de 2017, foi tomada uma amostra (não estatística) composta por todos os servidores cujo cargo contém o termo "médico". Trata-se de 114 servidores. Para cada um dos servidores da amostra foram verificados, no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), do Ministério da Saúde (MS), os registros de vínculos ativos dos profissionais de saúde.

Uma primeira verificação diz respeito ao número de vínculos públicos, tomando como critério o limite constitucional de dois cargos ou empregos públicos. As desconformidades encontram-se listadas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Servidores da Atenção Básica com mais de dois vínculos públicos

Matrícula	Cargo	Vínculos Públicos
001046-01	00265 MEDICO PSF 20H	5
988397-01	00265 MEDICO PSF 20H	5
000870-01	00265 MEDICO PSF 20H	5
988515-01	00009 MEDICO	4
000933-01	00009 MEDICO	4
000969-01	00009 MEDICO	4
000938-01	00009 MEDICO	4
001035-01	00009 MEDICO	4
988551-01	00265 MEDICO PSF 20H	4
987910-01	00264 MEDICO PSF 40H	4
988134-01	00264 MEDICO PSF 40H	4
001421-01	00009 MEDICO	3
986230-01	00264 MEDICO PSF 40H	3
000804-01	00009 MEDICO	3
986672-01	00264 MEDICO PSF 40H	3
986227-01	00264 MEDICO PSF 40H	3
000815-01	00265 MEDICO PSF 20H	3
986823-01	00264 MEDICO PSF 40H	3
000787-01	00009 MEDICO	3
988409-01	00265 MEDICO PSF 20H	3
988121-01	00009 MEDICO	3
987896-01	00264 MEDICO PSF 40H	3
000662-01	00264 MEDICO PSF 40H	3
987341-01	00009 MEDICO	3
987899-01	00264 MEDICO PSF 40H	3
988461-01	00265 MEDICO PSF 20H	3
987485-01	00264 MEDICO PSF 40H	3
987423-01	00009 MEDICO	3
988559-01	00009 MEDICO	3

Fontes: CNES (consulta em 05/05/2017); folha de pagamentos mar/2017.

Com relação a esses servidores, após a confirmação dos vínculos públicos constantes do CNES, devem ser adotadas as providências previstas no art. 133 da Lei nº 8.112/1990, *in verbis*:

"Art. 133. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - instrução sumária, que compreende indiciação, defesa e relatório;

III - julgamento. "

Uma segunda verificação realizada diz respeito à carga horária semanal (CHS) de trabalho. Foi tomado como critério o limite de 80 horas semanais, entendido como indicativo de possível descumprimento de carga horária de trabalho. As desconformidades encontram-se listadas no quadro a seguir:

Quadro 3 – Servidores da Atenção Básica com CHS a partir de 80 horas

Matrícula	Cargo	Vínculos Totais	CHS (horas)
986227-01	00264 MEDICO PSF 40H	4	146
987423-01	00009 MEDICO	6	142
988397-01	00265 MEDICO PSF 20H	5	136
987485-01	00264 MEDICO PSF 40H	3	134
988559-01	00009 MEDICO	4	122
987899-01	00264 MEDICO PSF 40H	3	120
986821-01	00264 MEDICO PSF 40H	2	110
987341-01	00009 MEDICO	4	108
987910-01	00264 MEDICO PSF 40H	4	108
986230-01	00264 MEDICO PSF 40H	3	104
000933-01	00009 MEDICO	8	102
000938-01	00009 MEDICO	10	102
988897-01	00225 BIOMÉDICO	3	100
986232-01	00264 MEDICO PSF 40H	2	100
000969-01	00009 MEDICO	8	97
987896-01	00264 MEDICO PSF 40H	3	88
988134-01	00264 MEDICO PSF 40H	4	88
000870-01	00265 MEDICO PSF 20H	10	86
001421-01	00009 MEDICO	7	85
988465-01	00264 MEDICO PSF 40H	2	85
986231-01	00264 MEDICO PSF 40H	4	84
988551-01	00265 MEDICO PSF 20H	6	82
000787-01	00009 MEDICO	9	81
988356-01	00228 MEDICO RESID	2	80

Fontes: CNES (consulta em 05/05/2017); folha de pagamentos mar/2017.

Com relação a esses servidores, após a confirmação dos vínculos e cargas horárias semanais constantes do CNES, devem ser analisadas as circunstâncias que envolvem cada caso concreto, com vistas a comprovar a existência (ou não) de compatibilidade de horários em

cada caso específico. Ressalte-se que, neste caso, é considerada a carga horária relativa a todos os vínculos, públicos e privados, pelos motivos abordados na NOTA Nº 114/2010/DECOR/CGU/AGU, a saber:

"38. Dessa forma, conclui-se que, apesar da CLT não ser diretamente aplicável aos servidores públicos, a ratio que informa o estabelecimento da limitação nela prevista, que se relaciona à necessidade humana de repouso para a recuperação da capacidade laborativa e inserção do indivíduo de forma ativa no meio em que vive, é totalmente aplicável a esses servidores, pois também desempenham atividades laborativas.

39. Assim, não haveria sentido em diferenciar a jornada máxima de dois indivíduos apenas em função da natureza do vínculo laborativo que possuem. Como já ressaltado, a referida limitação é proteção conferida ao trabalhador, e é consequência da condição humana e da dignidade que lhe é intrínseca. "

Nos casos em que se verificar a incompatibilidade de horários, configurando acumulação ilegal de cargos ou empregos, devem ser adotadas as providências previstas no art. 133 da Lei nº 8.112/1990.

Ressalte-se que dezoito servidores figuram em ambos os quadros, ou seja, possuem mais de dois vínculos públicos e, simultaneamente, apresentam carga horária total igual ou superior a 80 horas semanais.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício PROGEM Nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017, assinado pelo Procurador Geral do Município, foi emitida a seguinte manifestação sobre os fatos apontados:

"Durante auditoria realizada por essa CGU, os técnicos detectaram a existência de servidores médicos lotados na Atenção Básica em Saúde com mais de 02 (dois) vínculos públicos.

Em que pese à ocorrência, cumpre destacar que esse quadro de profissionais técnicos foi recebido da gestão administrativa antecessora a esta, e que a manutenção se deveu por se tratar de um serviço essencial à saúde, do qual não poderia ser paralisado para efeito da regra esculpida pelo Artigo 227, da Constituição da República, que verbera:

> *É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

A manutenção de vínculo com este Poder Público Municipal decorreu de nítida boa-fé, pois que além da extrema necessidade e da dificuldade de contratação de serviço médico, a Secretaria Municipal de Saúde recebeu tais profissionais com presunção de legalidade de suas respectivas contratações pela gestão administrativa antecessora a esta.

É de se destacar, afora isso, que diante do recebimento da máquina administrativa em Janeiro de 2017, não havia condições de se aferir qual dos profissionais estava ou não acumulando vínculo acima do que permitido pelo Artigo 37, Inciso XVI, da Constituição da República,

primeiramente porque a irregularidade detectada não repousou sob acumulação indevida no âmbito desta Administração Pública Municipal, mas sim a partir da acumulação com outras funções públicas afora.

Por se tratar de outras funções públicas afora, impossível seria o reconhecimento dessa ilegalidade por parte desta municipalidade se não fosse o cruzamento de informações realizado por esta CGU, a partir do acesso a base de dados da Receita Federal do Brasil e da base de dados do CNES de outros entes municipais, pois como é do vosso próprio conhecimento essas informações não se encontram acessíveis a este Município de Petrolina/PE.

Mesmo diante disso, tomando agora conhecimento dessa situação, esclarecemos que a Secretaria Municipal de Saúde já expediu ofícios, a exemplo dos que anexados a esta peça de cunho informativo, para que todos os profissionais de medicina que se encontrem trabalhando neste Poder Público Municipal forneça declaração de compatibilidade de cargos sob as penas da lei.

Esclarecemos por fim, que aqueles que não fornecerem sobredita declaração a Secretaria Municipal de Saúde estará providenciando o imediato desligamento das funções."

Análise do Controle Interno

Em sua manifestação, os responsáveis pela gestão municipal reconhecem os fatos apontados, ao afirmar tratar-se de situação recebida da gestão municipal anterior. Ressalte-se que não houve manifestação dos responsáveis pela gestão anterior.

Afirma-se também que seria impossível à gestão municipal tomar conhecimento dos fatos apontados, tendo em vista que as informações da Receita Federal do Brasil e do CNES não estariam acessíveis aos gestores municipais. A esse respeito, cumpre esclarecer que as informações acerca dos vínculos dos profissionais de saúde estão disponíveis a qualquer cidadão no sítio do CNES (em cnes.datasus.gov.br – Acesso Rápido – Consultas – Profissionais – Vínculos).

Afirma-se, ainda, que foram expedidos ofícios a todos os profissionais de medicina que trabalham para o Município, para que forneçam "*declaração de compatibilidade de cargos sob as penas da lei*". A esse respeito, ressalte-se que, com relação a cada um dos casos específicos apontados no presente relatório, cumpre à Administração Municipal a confirmação dos vínculos constantes do CNES e, se for o caso, a adoção das providências previstas no art. 133 da Lei nº 8.112/1990.

3. Conclusão

Foi verificado que os recursos federais relativos ao Bloco da Atenção Básica em Saúde (BLATB) são geridos exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina/PE, e que tais recursos são mantidos e movimentados em conta bancária específica, sendo os pagamentos aos fornecedores e prestadores de serviços, devidamente identificados, realizados na forma eletrônica.

Em relação ao aspecto finalístico, não foram identificadas irregularidades ou impropriedades na aplicação dos recursos do Bloco da Atenção Básica em Saúde, tais como desvio de objeto

ou de finalidade, ou inobservância às vedações estabelecidas no §2º do art. 6º da Portaria MS nº 204/2007. Cerca de 95% dos recursos são aplicados na folha de pagamento dos servidores que desempenham funções relacionadas aos serviços relativos ao BLATB.

No tocante ao recebimento dos objetos contratados com recursos da Atenção Básica em Saúde, foi constatado o recebimento de equipamentos com especificações diferentes do contratado, em aquisições de *tablets* e aparelhos de ar condicionado.

Com base em uma amostra composta por seis das 44 unidades municipais de atendimento da Atenção Básica em Saúde, concluiu-se que tais unidades apresentam boas condições de infraestrutura.

Finalmente, no que concerne aos servidores da Atenção Básica, os exames constataram acumulação ilegal de cargos ou empregos por parte de profissionais médicos, com base em dados constantes no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), do Ministério da Saúde (MS).

Assim, em virtude do exposto, conclui-se pela regularidade com ressalvas na aplicação dos recursos federais relativos ao Bloco da Atenção Básica em Saúde no Município de Petrolina/PE.

Ordem de Serviço: 201700957
Município/UF: Petrolina/PE
Órgão: MINISTERIO DA SAUDE
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão
Unidade Examinada: F M S
Montante de Recursos Financeiros: R$ 13.224.873,49

1. Introdução

Os trabalhos de fiscalização no Município de Petrolina/PE foram realizados no mês de abril de 2017, tendo por período de campo o interstício de 3 a 7 de abril. O montante de recursos fiscalizados foi de R$ 13.224.873,49, repassados entre 2015 e 2016 para a Edilidade.

Foram solicitados informações e documentos à Secretaria de Saúde e Diretoria de Assistência Farmacêutica, sobre os processos licitatórios, movimentação dos recursos nas contas vinculadas, processamento das despesas com medicamentos e material penso, métodos de controles de estoques utilizados na Central de Abastecimento, inclusive a possível operacionalização de entrada e saída de fármacos dos estoques por meio do Sistema Hórus, do Ministério de Saúde.

Os exames tiveram por objetivo avaliar a regularidade na execução das despesas com os recursos do Bloco da Assistência Farmacêutica, compreendendo desde a avaliação dos elementos que pudessem evidenciar a ocorrência de vícios prejudiciais à lisura dos procedimentos licitatórios, até a verificação de evidências de que os quantitativos de medicamentos listados nas notas fiscais de fato transitaram nos estoques da Central.

Ademais, os exames tiveram por objetivo avaliar a consistência e fidedignidade dos registros produzidos pelos sistemas e métodos de controle de estoques, a adequação e suficiência da estrutura disponibilizada para o armazenamento dos volumes de fármacos, bem como verificar a ocorrência de desperdício de medicamentos em face de possíveis falhas nos controles, inclusive quanto à validade dos lotes.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

2.1.1. Informação sobre as compras de fármacos no último triênio em Petrolina/PE.

Fato

Tendo procedido a consulta na base de dados do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, no portal denominado *"Tome Contas"*, aberto a qualquer cidadão, foi possível observar a evolução de gastos com medicamentos e material penso para o Município de Petrolina/PE, sobretudo em 2016, consoante quadro a seguir:

Maiores Empresas fornecedoras de medicamentos e materiais pensos em Petrolina/PE no período de 2014 a 2016:

Empresa	*2014*		*2015*		*2016*	
	LIQ	*PAGO*	*LIQ*	*PAGO*	*LIQ*	*PAGO*
DISMED 05.312.096/0001-47	11.498.440,36	4.379.989,86	4.207.995,52	1.039.618,02	3.487.355,04	3.487.355,04
DENTAL CENTRAL 05.164.152/0001-43			1.502.799,04	13.320,07	7.864.356,06	7.864.356,06
DELMED 11.322.503/0001-08	802.960,20	801.592,15			94.875,00	94.875,00
DROGAFONTE 08.778.201/0001-26			445.429,50	445.429,50		
SOLUMED 11.896.538/0001-42			278.919,80	279.919,80		
Totais (R$)	**12.301.400,56**	**5.181.582,01**	**6.435.143,86**	**1.778.287,39**	**11.446.586,10**	**11.446.586,10**

Fonte de Dados: Portal do TCE/PE.

Conforme é possível verificar, o total do valor pago a essas empresas em 2016 foi de R$ 11.446.586,10, ao tempo em que, em 2015, haviam sido pagos R$ 1.778.287,39, sendo o incremento de 543,68% de um ano para o outro.

Observe-se que o valor pago à empresa Dental Central, que em 2015 foi remunerada em R$ 13.320,07, foi de R$ 7.864.356,06 em 2016, representando um acréscimo de 59.041,40%.

Não houve motivação condizente com o aumento dos gastos com medicamentos e material penso em 2016. A título de exemplo, cite-se a justificativa da contratação, no âmbito do Termo de Referência do Processo Licitatório nº 476/2015, na modalidade Pregão Presencial nº 305/2015, para aquisição de medicamentos para a Assistência Farmacêutica no Município de Petrolina/PE:

"Os medicamentos licitados neste processo servirão para atender o abastecimento e oferta de medicamentos pela rede de serviço do SUS da Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina-PE. A quantidade de medicamentos definida nesse certame condiz com a crescente cobertura de saúde da família através da inauguração das AMEs e de novos serviços de urgência e emergência, além da ampliação do número de consultas e procedimentos especializados e a abertura da Farmácia da Família. Todos esses fatores ampliam o consumo de medicamentos, de modo que esta gestão se compromete com o acesso de qualidade a todos os usuários do SUS do Município de Petrolina - PE.

Mesmo com a expansão dos serviços de saúde básica, seria necessário um aumento considerável da demanda por medicamentos para justificar o incremento nas compras de fármacos de um ano para o outro, seja para dar resposta a um surto, desenvolver um programa de saúde recém-criado, aumentar a oferta de medicamentos em função de alterações substanciais na pactuação com o Governo do Estado de Pernambuco, dentre outras hipóteses.

Com relação às AMEs, em consulta ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), na base de dados do DATASUS, verificou-se que essas unidades de saúde apresentam as seguintes informações:

Relação de AMEs com a identificação de sua data de cadastramento no CNES:

Nome da Unidade	Endereço	Cadastro no CNES	Antiga UBS
AME Amália Granja de Alencar	Rua do Cajueiro, 284, Praça do Galo - Centro	Janeiro de 2016	Yolanda Rabelo Ramalho Ramos
AME Dr. José Gaudêncio do Nascimento	Av. dos Tropeiros, s/n, Jardim Amazonas	Julho de 2016	Dr. Gaudêncio Nascimento
AME Bernardino Campos Coelho	Rua Cabrobó, s/n, vila Eduardo	Dezembro de 2011	Bernardino Campos Coelho
AME Dr. João Moreira	Rua 12, s/n, Henrique Leite	Junho de 2012	Dr. João Moreira
AME Dr. Manoel Possídio	Avenida Estados Unidos, S/N, Areia Branca	Abril de 2012	Dr. Manoel Possídio
AME Gildevânia de Oliveira Silva	Vila Velha, N5	Janeiro de 2015	Gildevânia de Oliveira Silva
AME Hildo Diniz da Silva	Rua Principal, s/n, N8	Fevereiro de 2016	Não existia UBS anterior
AME Isaac Cordeiro da Silva	Av.José Silvestre, S/N, Zona Rural	Outubro de 2012	Izacolandia
AME Josefa de Souza Silva	Rua 03, s/n – Pedra Linda	Abril de 2015	Pedra Linda
AME Júlio Andrade Moreira	Rua 21, s/n - Cacheado	Junho de 2016	Ademar Sobrinho
AME Leonor Elisa	Rua Turfa, S/N – Dom Avelar	Setembro de 2010	Leonor Elisa
AME Lia Bezerra	Rua Bernardinho de Amorim Coelho, S/N – José e Maria	Julho de 2011	Lia Bezerra
AME Maria de Lourdes da Silva	Rua 5, s/n – Antônio Cassimiro	Julho de 2015	Maria de Lourdes da Silva
AME Maria do Socorro Gil da Silva	Rua 12, S/N – Ouro Preto	Fevereiro de 2015	Ouro Preto
AME Nova Petrolina	Rua 15, 890 – Nova Petrolina	Setembro de 2016	Não havia UBS anterior
AME Rajada Plínio Amorim	Rua Antônio Voz Filgueira	Junho de 2014	Rajada
AME Ricardo Soares Coelho	Rua 22, S/N, COHAB Massangano	Agosto de 2016	Ricardo Soares Coelho
AME Roza Maria Ribeiro	Av. das Nações, 1000, Gercino Coelho	Abril de 2014	UPS Rosa Maria

Fonte: Base de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), administrado pelo DATASUS na internet.

Considerando as informações do quadro supra, é possível tecer os seguintes comentários:

- De 18 Ambulatórios Médicos Especializados (AMEs), 10 foram cadastrados no CNES a partir de janeiro de 2015;
- Desses 10 centros de saúde, apenas dois foram criados sem que fosse em substituição a unidade básica de saúde anteriormente existente, a despeito da própria característica da AME, que promove um aumento da capacidade de atendimento em comparação a uma UBS padrão;

- Em que pese a AME ter capacidade para até quatro equipes de saúde da família, somente o incremento de equipe nos mesmos locais não seria suficiente para explicar um consumo de medicamentos 543,68% maior de 2015 para 2016, pois não se considerou o perfil epidemiológico atualizado da população atendida por essas unidades;
- Das 18 Unidades, 8 foram cadastradas na base de dados do Datasus de setembro de 2010 a junho de 2014, tendo, portanto, pouca influência para promover substanciais alterações no planejamento para as compras a serem realizadas sob a égide dos Registros de Preços.

As considerações anteriores somente asseveram que não há proporcionalidade entre as unidades acrescidas ao sistema de saúde do Município (duas) e o aumento nos quantitativos de valores e quantidades de medicamentos, entre 2015 e 2016, mesmo ponderando o acréscimo na capacidade de atendimento das AMEs que surgiram em substituição às antigas UBS.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700957 (Assistência Farmacêutica Básica), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. A argumentação segue tal como apresentada:

"No que tange à ausência de controle de estoques de medicamentos, esclarecemos que devido à deficiência de transição administrativa entre a gestão anterior e a atual neste início de exercício financeiro, e início, portanto, da atual gestão (2017/2020), a Secretaria Municipal de Saúde não recebeu qualquer controle a ponto de se permitir continuidade.

É de se destacar que no início desta gestão, a Secretaria Municipal de Saúde confeccionou Relatório Situacional Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, cuja cópia segue anexa, relatando o perecimento e a forma indevida de acondicionamento de medicamentos causados pela gestão antecessora.

Mesmo diante de tal ocorrência a Secretaria Municipal de Saúde adotou o Manual de Boas Práticas, conforme cópia anexa, no afã de com isso suprir deficiências detectadas quanto a ausência de boas práticas de armazenamento de medicamentos, visando com isso dirimir a questão de ausência de medicamentos básicos em estoque central e o controle de compras.

No tocante às irregularidades detectadas com fornecedores e aquisições de medicamentos ocorridos entre 2014 a 2016, esta gestão informa que estará ajuizando as medidas judiciais cabíveis sobre cada caso".

Análise do Controle Interno

No bojo da manifestação não houve qualquer argumentação que tratasse do mérito do assunto objeto desse ponto específico do Relatório. Dessa forma, a equipe mantém a opinião a respeito da desproporcionalidade entre o incremento de valores gastos com medicamentos entre 2015 e 2016, e o eventual crescimento da demanda da população, em face da expansão do serviços de saúde no município.

2.1.2. Ausência de medicamentos básicos nos estoques da Central de Abastecimento Farmacêutico.

Fato

Segundo o Relatório de inspeção realizada na CAF no início de 2017, pela Diretoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Petrolina/PE, houve desabastecimento de medicamentos básicos na Unidade, conforme a seguinte afirmação: *"apresentando estoque zerado de alguns produtos e outros já em emergência de abastecimento, faz-se necessária uma adequada organização na CAF, aguardando-se ainda a chegada de medicamentos e insumos para a continuidade do atendimento das demandas municipais"*.

Em visita à Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) de Petrolina/PE, sito à Rua 12 (doze), nº 249, Ouro Preto, no dia 6 de abril de 2017, verificou-se a ausência de 15 medicamentos básicos, de uma amostra de 42, tanto no setor de armazenamento quanto no de fracionamento, ou seja, 35,71% do total do elenco escolhido para exame.

O setor de fracionamento da CAF é aquele em que os técnicos e auxiliares efetuam a divisão dos envelopes e caixas de medicamentos em unidades, para que possam ser dispensados nas quantidades estritamente solicitadas pelas unidades de saúde. É a divisão administrativa incumbida da individualização da embalagem dos fármacos, inclusive para efetuar a dispensação às pessoas que procuram a CAF diretamente com as respectivas prescrições médicas.

A tabela a seguir detalha os resultados da inspeção *"in loco"*:

Ficha de inspeção *"in loco"* contendo resultados da verificação da existência de medicamentos na CAF:

Medicamento	Disponível na Unidade		Medicamento	Disponível na Unidade	
	Sim	Não		Sim	Não
Ácido Fólico 5mg (Cap. ou CP.)	X		Itraconazol 100mg (Cap. ou CP.)		X
Ácido Fólico (Solução Oral)		X	Loratadina 10mg (Cap. ou CP.)	X	
Albendazol 400mg (Cap. ou CP.)		X	Loratadina Xarope		X
Albendazol Suspensão Oral	X		Omeprazol (Cap. ou CP.)	X	
Amoxicilina (Cap. ou CP.)	X		Sinvastatina (Cap. ou CP.)	X	

Medicamento	Disponível na Unidade		Medicamento	Disponível na Unidade	
	Sim	**Não**		**Sim**	**Não**
Amoxicilina Suspensão Oral	X		Parecetamol (Cap. ou CP.)	X	
Amoxicilina + Clavulonato de Potássio (Cap. ou CP.)	X		Paracetamol Solução Oral	X	
Amoxicilina + Clavulonato de Potássio Suspensão Oral	X		Dipirona Solução Oral	X	
Anlodipino (Cap. ou CP.)	X		Dipirona (Cap. ou CP.)	X	
Atenolol (Cap. ou CP.)	X		Glibenclamida 5 mg (Cap. ou CP.)	X	
Azitromicina 500mg (Cap. ou CP.)	X		Gliclazida 30mg (Cap. ou CP.)		X
Azitromicina Suspensão Oral		X	Levotiroxina Sódica 25mg (Cap. ou CP.)		X
Cefalexina (Cap. ou CP.)	X		Levotiroxina Sódica 50mg (Cap. ou CP.)		X
Cefalexina Suspensão Oral	X		Levotiroxina Sódica 100mg (Cap. ou CP.)		X
Ciprofloxacino (Cap. ou CP.)	X		Metformina 500mg (Cap. ou CP.)		X
Claritromicina (Cap. ou CP.)	X		Metformina 850mg (Cap. ou CP.)	X	
Digoxina 0,25mg (Cap. ou CP.)		X	Metronidazol – gel vaginal	X	
Espironolactona 25mg (Cap. ou CP.)		X	Metronidazol (Cap. ou CP.)	X	
Espironolactona 100mg (Cap. ou CP.)	X		Nitrofurantoína 100mg (Cap. ou CP.)		X
Fluconazol (Cap. ou CP.)	X		Nitrofurantoína Suspensão Oral		X
Etinilestradiol + Levonorgestrel (0,03 + 0,15mg) – (Cap. ou CP.)	X		Verapamil (Cap. ou CP.)		X

Fonte: Papel de trabalho de verificação da existência de medicamentos básicos na CAF de Petrolina/PE.

Como consequência do desabastecimento, foi aberto processo administrativo para a compra de medicamentos por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei nº

8.666/93, em 27 de janeiro de 2017. Na justificativa para a contratação do fornecimento emergencial, a Secretaria de Saúde de Petrolina/PE informou que *"atualmente, o estoque de medicamentos disponível no almoxarifado municipal não é suficiente para atender todos os setores do município de Petrolina. O estoque atual possui um grande quantitativo de medicamentos com validade próxima (proveniente de compras anteriores) e ainda estoque zerado de muitos itens. Esta compra emergencial visa abastecer o município por 03 (três) meses, enquanto aguarda a chegada de medicamentos adquiridos por meio de licitação"*.

Ademais, em consulta ao Plano Municipal de Saúde, com vigência entre 2014 e 2017, foram fixados, dentre as metas da Assistência Farmacêutica, os seguintes índices para o referido quadriênio:

Metas do Objetivo 7.3 do Plano Municipal de Saúde 2014-2017, com relação à Diretriz 7 – Garantia de Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS:

Objetivo 7.3 – Qualificar a Gestão logística da Assistência farmacêutica na Atenção Primária						
Indicador	**Meta 2014**	**Meta 2015**	**Meta 2016**	**Meta 2017**	**Ações**	**Órgão Responsável**
Percentual máximo de falta de itens padronizados durante o último trimestre	15%	10%	8%	5%	Reformular modelo de programação de medicamentos da Coordenação Municipal	AF/CAF
					Realizar avaliação de desempenho dos fornecedores	Assessoria Jurídica/AF/Administrativo

Fonte: Plano Municipal de Saúde 2014-2017.

Como é possível observar do quadro de metas, a Administração não vem atendendo aos índices prescritos no Plano Municipal de Saúde para o quadriênio 2014-2017, considerando terem sido identificados, *na visita "in loco"*, 15 medicamentos básicos, dentre os 42 tomados como amostra.

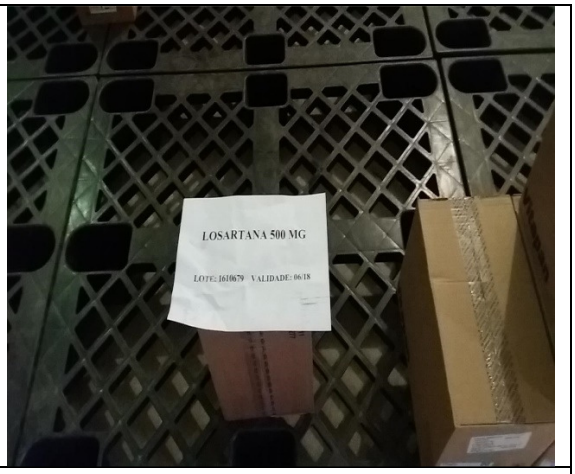
Do rol de medicamentos básicos adotado como amostra para exames de existência na CAF, é possível exemplificar com a situação do medicamento espironolactona de 100 mg, cujo estoque estava alcançando seu prazo máximo de utilização justamente em abril de 2017, conforme relatório fotográfico a seguir:

Petrolina/PE, em 6 de abril de 2017. Medicamento espironolactona de 100 mg nas prateleiras do setor de fracionamento da CAF, não podendo mais ser distribuído para as unidades básicas de saúde.

Caixa de espironolactona de 100 mg cujo lote venceu justamente em abril de 2017, mês da visita da equipe da CGU-Regional, não podendo mais ser utilizado.

Verificou-se ainda, durante a visita do dia 6 de abril de 2017, a ausência ou insuficiência dos estoques de alguns medicamentos básicos, que não constam da amostra adotada para exame, consoante relatório fotográfico a seguir:

Petrolina/PE, 6 de abril de 2017. Ausência do medicamento eritromicina de 250 mg/ml – frasco de 60 ml, nas prateleiras do setor de fracionamento da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF).



Petrolina/PE, 6 de abril de 2017. Insuficiência dos estoques de losartana potássica de 500 mg, no setor de armazenamento da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF).

Por fim, em visita a cinco unidades de saúde básica no município, tomados como amostra pela equipe, foi constatada a falta de vários medicamentos da amostra constante da ficha de verificação de existência, aplicada quando da inspeção na CAF:

Tabela: Quantidade de medicamentos em falta quando da avaliação dos estoques nas unidades de saúde quanto à disponibilização à população

AME Manoel Possídio	ESF Hildo Diniz da Silva	UBS Josefa Coelho	AME Plinio Amorim (Rajada)	PSF Anália Batista (Cosme e Damião)	PSF Idalina dos Santos (São Gonçalo)
30	20	23	22	23	24

Fonte: Vistoria da equipe de fiscalização realizada entre os dias 3 e 7 de abril de 2017, nas unidades básicas de saúde e Ambulatórios Médicos Especializados (AME).

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700957 (Assistência Farmacêutica Básica), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. A argumentação segue tal como apresentada:

"No que tange à ausência de controle de estoques de medicamentos, esclarecemos que devido à deficiência de transição administrativa entre a gestão anterior e a atual neste início de exercício financeiro, e início, portanto, da atual gestão (2017/2020), a Secretaria Municipal de Saúde não recebeu qualquer controle a ponto de se permitir continuidade.

É de se destacar que no início desta gestão, a Secretaria Municipal de Saúde confeccionou Relatório Situacional Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, cuja cópia segue anexa, relatando o perecimento e a forma indevida de acondicionamento de medicamentos causados pela gestão antecessora.

Mesmo diante de tal ocorrência a Secretaria Municipal de Saúde adotou o Manual de Boas Práticas, conforme cópia anexa, no afã de com isso suprir deficiências detectadas quanto a ausência de boas práticas de armazenamento de medicamentos, visando com isso dirimir a questão de ausência de medicamentos básicos em estoque central e o controle de compras.

No tocante às irregularidades detectadas com fornecedores e aquisições de medicamentos ocorridos entre 2014 a 2016, esta gestão informa que estará ajuizando as medidas judiciais cabíveis sobre cada caso".

Análise do Controle Interno

Em que pese a dispensa de licitação realizada com o intuito de suprir as deficiências de abastecimento da CAF, e assim das unidades de saúde do município, não foram apresentadas evidências concretas de que hoje os estoques da Central de Abastecimento Farmacêutico já dispõem de quantitativo suficiente de fármacos para atendimento a todas as demandas.

Urge ressaltar as perdas ocorridas com a completa ausência de controle de estoques, o que levou à dispensação de lotes mais novos antes dos mais antigos, bem como o desperdício de quantidades consideráveis de medicamentos.

Considerando os elementos de convicção colhidos quando das visitas realizadas tanto na CAF quanto nas unidades de saúde tomadas como amostra, como parte dos trabalhos de campo no âmbito das despesas realizadas à conta dos recursos do Bloco da Atenção Básica, bem como ausência de evidências suficientes trazidas com a presente manifestação da Secretaria de Saúde de Petrolina/PE, permanece pendente de regularização a falha apontada.

2.1.3. Ausência de controle de estoques de medicamentos, acarretando perdas efetivas e potenciais por decurso do prazo de validade dos respectivos lotes.

Fato

Em visita à Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), da Secretaria de Saúde do Município de Petrolina/PE, localizada na Rua 12, nº 249, Bairro de Ouro Preto, nos dias 3 e 6 de abril de 2017, verificou-se a ausência de utilização de controles de estoques de medicamentos, seja por meio de fichas de prateleiras ou guias de remessa, seja por meio do Sistema Hórus, do Ministério da Saúde.

A Diretoria da Assistência Farmacêutica informou que o Sistema Hórus, até o final de dezembro de 2016, não havia ainda sido utilizado como ferramenta de controles de estoques e de validade dos lotes. Segundo Ofício nº 279/2017, de 3 de abril de 2017, a implantação havia sido iniciada no primeiro trimestre de 2017, quando houve um problema com o cadastro de novos profissionais, de modo que *"estamos aguardando a liberação de login e senha dos profissionais para que o Hórus seja implantado de forma definitiva no município."*

Arguida formalmente a respeito da existência de instrumentos de controle de estoques utilizados até dezembro de 2016, a Diretoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Saúde de Petrolina informou, por meio do Ofício nº 350/2017, de 6 de abril de 2017, que *"não foi encontrado qualquer instrumento de controle de estoque (como por exemplo fichas de prateleira, planilhas de romaneio das Unidades, guias de remessa, dentre outros) dos quantitativos de medicamentos e da validade dos lotes na CAF (Central de Abastecimento Farmacêutico), referente aos anos de 2014 a 2016."*

A esse respeito, no Plano Municipal de Saúde aprovado para o quadriênio 2014-2017, foi previsto o objetivo 7.1, segundo a diretriz 7 – Garantia da Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS, segundo a tabela:

Detalhamento do objetivo 7.1, tendo em vista a progressiva implantação do Hórus no quadriênio 2014-2017:

Objetivo 7.1 – Qualificar a Gestão logística da Assistência farmacêutica na Atenção Primária						
Indicador	**Meta 2014**	**Meta 2015**	**Meta 2016**	**Meta 2017**	**Ações**	**Órgão Responsável**
Percentu-al de unidades de saúde com o Hórus implanta-do	Implantar o Horus em 30% dos serviços farmacêuti-cos da Atenção Básica	Implantar o Horus em 30% dos serviços farmacêuticos da Atenção Básica	Implantar o Horus em 30% dos serviços farmacêuticos da Atenção Básica	Implantar o Horus em 30% dos serviços farmacêuticos da Atenção Básica	Aquisição de computadores	AF/Administrativo/Financeiro
					Aquisição de internet banda larga	AF/Administrativo/Financeiro
					Treinamento de profissionais farmacêuticos para uso do sistema	AF/Administrativo/Financeiro

Fonte: Plano Municipal de Saúde 2014-2017.

Ressalte-se, em face das informações sobre as metas constantes do quadro supra, que nem mesmo na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) foi implantado o Sistema Hórus.

Assim sendo, a municipalidade não conseguiu avançar, no tocante à implementação das funcionalidades do sistema, de modo a conectar as unidades de saúde em rede, de modo a permitir o controle automatizado de estoques de fármacos, no referido quadriênio.

Segundo o documento do Ministério da Saúde denominado *"Boas Práticas para Estocagem de Medicamentos"*, de 1990, item 13.2, *"nenhum medicamento poderá ser estocado antes de ser oficialmente recebido e nem liberado para entrega sem a devida permissão, também oficial"*. Prescreve ainda que todo o estoque deve ser periodicamente inventariado e que todas as discrepâncias identificadas sejam devidamente esclarecidas.

Não foi verificada, ainda, a utilização da sistemática do consumo médio mensal nas unidades de saúde, de modo a conhecer das reais necessidades da população e, assim, permitir um melhor planejamento das compras a serem realizadas pela Secretaria de Saúde.

Em decorrência da ausência de utilização de ferramentas de controles de estoques, manuais ou automatizadas, ocorreram perdas de medicamentos, em face de ter sido expirada a validade dos respectivos lotes, conforme atestam as observações efetuadas pela equipe nas visitas realizadas na CAF nos dias 3 e 6 de abril de 2017.

O Relatório fotográfico a seguir ilustra a situação encontrada:

Foto: Petrolina/PE, 3 de abril de 2017. Bombona cheia de medicamentos prontos para descarte e posterior incineração, por perda de validade do respectivo lote.	**Foto: Petrolina/PE, 3 de abril de 2017. Detalhe das cartelas de comprimidos de espironolactona de 50mg, na bombona de 200 litros utilizada para o transporte de material a ser descartado. Validade: 03/2017.**

Petrolina/PE, 3 de abril de 2017. Detalhe de frasco de glicerina a 12% com validade já expirada em dezembro de 2016, correspondente ao lote 14M059.

Petrolina/PE, 3 de abril de 2017. Caixas de frascos de glicerina a 12%, já com a validade expirada, não podendo mais serem utilizadas.

Atendendo a pedido verbal da equipe da CGU durante a visita, uma das colaboradoras da equipe responsável pelas operações da CAF apresentou os formulários de controle de coleta de resíduos de saúde, da empresa Stericycle, demonstrando que em 2017 foram separados medicamentos para descarte em bombonas de 200 litros, nos seguintes períodos:

Relação de dias de recolhimento das bombonas com medicamentos vencidos para incineração:

Mês	Dia	Hora (h)	Quantidade de Bombonas	Peso (Kg)
Março	7	15:15	01	23,00
	14	15:29	01	28,00
	17	15:23	06	185,50
	21	15:06	06	259,00
	28	15:26	07	162,00
Abril	4	15:16	08	188,00
Totais			**29**	**845,50**

Fonte: Relatórios de recolhimento das bombonas de medicamentos vencidos pela empresa especializada.

Essa realidade foi corroborada por meio do Relatório de Inspeção da Diretoria de Assistência Farmacêutica, cuja gestora assumiu o cargo em 2017. Exemplificativamente, passam a ser transcritos trechos que evidenciam a ocorrência dessas não conformidades:

"...A completa desorganização dos estoques, que está sendo resolvida, chegava ao ponto de mesmo os funcionários mais antigos não conseguirem identificar onde um determinado produto estava, ou se haveria outros volumes do mesmo em outro local. Atualmente, tem sido feito um enfoque de separar todos os itens por tipo, para reorganizá-los em ordem alfabética, para que se possa encontrar com grande facilidade cada item, além de poder ser realizada contagem para conferência em estoque.

A ausência de um sistema informatizado de quantificação de estoque também contribuía para a desorganização do setor. Pôde ser observado que, por não estarem organizados segundo a relação PVPS (Primeiro que Vence, Primeiro que Sai), muitos itens com validade posterior eram enviados antes, resultando em um estoque atual em que os itens armazenados eram os de validade mais próxima, com risco alto de novas perdas".

Ao solicitar o inventário de medicamentos presentes nos estoques da CAF, correspondente à posição estática de 31 de março de 2017, antes do período de campo (3 a 7 de abril de 2017), esperava-se que seria obtido com facilidade o relatório correspondente de sistema informatizado de controle de entrada e saída de fármacos, bem como dos estoques diários. Entretanto, a Diretoria de Assistência Farmacêutica, com toda a equipe que trabalha na CAF, teve de proceder a nova contagem física de todos os produtos armazenados, apresentando os resultados do respectivo levantamento por meio do Ofício nº 282/2017, de 3 de abril de 2017.

Os riscos da gestão temerária dos estoques de medicamentos podem ser demonstrados pelo próprio levantamento dos estoques com relação à posição do dia 31 de março de 2017, apresentando informações sobre medicamentos com validade próxima de expirar-se. A tabela a seguir ilustra a situação encontrada:

Estoque de medicamentos Básicos na CAF – posição de 31 de março de 2017:

Item	Medicamento	Unid.	S. Atual	Lote	Data Venc.
1	Ácido Acetilsalicílico	Comprimido	61.680	754	Setembro de 2017
5	Atenolol 100	Comprimido	2.100	53Q	Junho de 2017
9	Cabergolina 0,5 mg	Comprimido	560	57	Setembro de 2017
21	Enoxaparina sódica 20 mg/0,2 ml	Seringa	48	35A	Julho de 2017
22	Enoxaparina sódica 40 mg/0,2 ml	Seringa	50	607	Maio de 2017
25	Etinilestradiol + Levonogestrel	Comprimido	64.275	567	Maio de 2017
26	Fenoterol	Frasco	293	715	Novembro de 2017
28	Fluconazol 150 mg	Comprimido	9.200	255	Outubro de 2017
29	Furosemida 20 mg	Ampola	4.818	716	Outubro de 2017
30	Furosemida 40 mg	Ampola	15.500	Q15	Abril de 2017
36	Ipatrópio	Frasco	524	815	Julho de 2017
39	Medroxiprogesterona 150 mg/ml	Ampola	152.190	642	Agosto de 2017

41	Metildopa 250 mg	Comprimido	58.000	216	Agosto de 2017
42	Metoclopramida	Ampola	7.552	101	Outubro de 2017
54	Timolol Colírio	Frasco	78	730	Junho de 2017

Fonte: Ofício nº 282/2017, de 3 de abril de 2017, da Secretaria de Saúde de Petrolina.

Estoque de medicamentos psicotrópicos na CAF – Posição de 31 de março de 2017:

Item	Medicamento	Unid.	S. Atual	Lote	Data Venc.
5	Bromazepam 3 mg c/ 30	Comprimido	23.760	1529326	Setembro de 2017
6	Bromazepam 3 mg c/ 100	Comprimido	50.000	1527164	Junho de 2017
7	Bromazepam 3 mg c/ 100	Comprimido	10.000	1527160	Junho de 2017
14	Clorpromazina 25 mg	Comprimido	32.400	14129312	Dezembro de 2017
22	Fenobarbital 40 mg/ml	Frasco	720	1530344	Setembro de 2017
30	Tramadol	Ampola	300	Aw043	Setembro de 2017

Fonte: Ofício nº 282/2017, de 3 de abril de 2017, da Secretaria de Saúde de Petrolina.

Ademais, não foi verificada a existência de evidências de que a Secretaria Municipal de Saúde tenha procedido a tentativas de trocas com outras Secretarias Municipais ou Estaduais, com o fito de evitar ou minimizar perdas de medicamentos em face do prazo de validade.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700957 (Assistência Farmacêutica Básica), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. A argumentação segue tal como apresentada:

"No que tange à ausência de controle de estoques de medicamentos, esclarecemos que devido à deficiência de transição administrativa entre a gestão anterior e a atual neste início de exercício financeiro, e início, portanto, da atual gestão (2017/2020), a Secretaria Municipal de Saúde não recebeu qualquer controle a ponto de se permitir continuidade.

É de se destacar que no início desta gestão, a Secretaria Municipal de Saúde confeccionou Relatório Situacional Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, cuja cópia segue anexa, relatando o perecimento e a forma indevida de acondicionamento de medicamentos causados pela gestão antecessora.

Mesmo diante de tal ocorrência a Secretaria Municipal de Saúde adotou o Manual de Boas Práticas, conforme cópia anexa, no afã de com isso suprir deficiências detectadas quanto a ausência de boas práticas de armazenamento de medicamentos, visando com isso dirimir a questão de ausência de medicamentos básicos em estoque central e o controle de compras.

No tocante às irregularidades detectadas com fornecedores e aquisições de medicamentos ocorridos entre 2014 a 2016, esta gestão informa que estará ajuizando as medidas judiciais cabíveis sobre cada caso".

Análise do Controle Interno

As alegações da Entidade corroboram os apontamentos efetuados pela fiscalização da CGU, na medida em que a equipe que assumiu a gestão dos programas de saúde não dispunha de nenhum registro ou instrumento de controle de estoques, fatos que foram afirmados pela própria Secretaria de Saúde de Petrolina/PE, ao terem sido formalmente arguidas a respeito.

Nesse sentido, a Secretaria de Saúde apresentou declaração do Farmacêutico N. dos S. F., atualmente responsável técnico pela CAF em 2017, que não foi encontrado nenhum controle de estoques de medicamentos, o que poderia ser asseverado pela Diretoria de Assistência Farmacêutica em seu relatório situacional, datado de 8 de março de 2017.

Os efeitos da falta de utilização de instrumentos de controle de estoques de medicamentos são bastante claros quando se analisam os registros de envio de bombonas de 200 litros cheias de cartelas e caixas de comprimidos dos mais diferentes fármacos, inclusive aqueles de uso controlado, para incineração, bem como as informações do inventário de 31 de março de 2017, que sinalizaram para perdas iminentes de estoques em face da validade dos lotes se encontrarem próximas de serem atingidas.

2.1.4. Ausência de comprovação de despesas com a aquisição de medicamentos no valor de R$ 1.208.660,63.

Fato

Em análise à documentação comprobatória das despesas com medicamentos, realizadas em 2016 pela Secretaria de Saúde, foi possível verificar ocorrências que denotam a transferência de recursos para a empresa Dental Central Ltda., CNPJ nº 05.164.152/0001-43, para a conta 34377-3, agência 0963, do Banco do Brasil S/A, sem que a integralidade desses valores encontrasse respaldo em documentos capazes de atestar o direito do credor ao seu recebimento.

Tendo efetuado o cotejo entre os documentos fiscais e os respectivos comprovantes de Transferência Eletrônica Disponível (TED) efetuadas em favor do credor Dental Central Ltda. em 2016, a partir de uma amostra selecionada de processos de pagamento a essa pessoa jurídica no valor total de R$ 4.433.122,31, verificou-se que ocorreram pagamentos sem o devido respaldo, de forma que não podem ser consideradas válidas as liquidações efetuadas para os seguintes processos:

Informações sobre os processos de pagamento em virtude da aquisição de medicamentos junto ao credor Dental Central Ltda. em 2016:

Sequência	TED		Notas fiscais				Correspondência	
	Data	Valor	NF Ref	Data	Valor	Recebimento	CI	Data
466909	10/06/2016	283.547,50	464	30/12/2015	189.908,00*	31/12/2015	1302/2015	31/12/2015
			467	31/12/2015	133.697,60*	31/12/2015		
470952	28/07/2016	299.919,27	466	31/12/2015	250.668,60*	31/12/2015	1303/2015	31/12/2015
473162	01/09/2016	300.000,00	1006	10/05/2016	102.494,80	18/05/2016	522/16	01/06/2016
480911	21/12/16	500.000,00	2039	30/09/2016	91.316,24	04/10/2016	1121/16	22/11/2016
			2112	26/10/2016	23.570,20	04/10/2016		
480912			2004	29/09/2016	55.705,00	29/09/2016	S/N	Não informada
481424	28/12/16	400.000,00	1646	27/07/2016	1.719,90	28/12/2016	1176/16	08/12/2016
Total (R$)		**1.483.466,77**			**849.080,34**			

Fonte: Processos de pagamento pela compra de medicamentos em 2016, disponibilizados em resposta às solicitações de fiscalização da CGU-Regional em Pernambuco.
*Utilizadas em mais de um processo de pagamento na aquisição de medicamentos.

Acerca das informações supramencionadas, passa-se à elaboração dos comentários que se seguem:

a) sequencia 466909 – Nesse processo de pagamento a liquidação foi efetuada mediante utilização de notas fiscais que já haviam servido de base para a quitação de outro débito com a empresa fornecedora de fármacos. As Notas fiscais nº 464 e 467 fizeram parte da liquidação constante do processo de sequencial 469126, o qual, juntamente com os processos de pagamento 469128 e 469130, ensejaram a transferência de R$ 300.000,00 à Dental Central Ltda., conforme detalhamento a seguir:

Processos de pagamento que perfazem um TED de R$ 300.000,00 para a Dental Central:

Sequência	TED		Notas fiscais				Correspondência	
	Data	Valor	NF Ref	Data	Valor	Recebimento	CI	Data
469126	07/07/2016	300.000,00	464	30/12/2015	189.908,00*	31/12/2015	1302/2015	31/12/2015
			467	31/12/2015	133.697,60*	31/12/2015		
469128			461	30/12/2015	20.214,00	31/12/2015	1304/2015	31/12/2015
			463	30/12/2015	120.163,20	30/12/2015		
469130			466	31/12/2015	250.668,60	31/12/2015	1303/2015	31/12/2015

Fonte: Processos de pagamento pela compra de medicamentos em 2016, disponibilizados em resposta às solicitações de fiscalização da CGU-Regional em Pernambuco.
*Utilizadas em mais de um processo de pagamento na aquisição de medicamentos.

b) sequencia 470952 – Nesse processo de pagamento a liquidação foi efetuada mediante a utilização de nota fiscal que já serviu de base para a quitação de outro débito. A Nota Fiscal nº 466 fez parte da liquidação constante do processo de sequencial 469130, o qual, juntamente com os processos de pagamento 469126 e 469128, ensejaram a transferência de R$ 300.000,00 à Dental Central Ltda., conforme visto no quadro supra.

c) sequencia 473162 - Nesse processo de pagamento a liquidação foi efetuada sem que restasse comprovada a aquisição de medicamentos no valor correspondente à transferência ocorrida via TED à empresa Dental Central. A Nota fiscal nº 1006 perfaz o valor de R$ 102.494,80,

não sendo suficiente à comprovação da transferência no valor de R$ 300.000,00 à Dental Central Ltda., ocorrida no dia 1º de setembro de 2016.

d) sequenciais 480911 e 480912 – em ambos é feita referência à transferência eletrônica (TED) no valor de R$ 500.000,00 à Dental Central Ltda., sem que constassem do processo documentos fiscais comprobatórios das aquisições, em valores suficientes a justificar o montante transferido. O total das notas fiscais apresentadas nos dois processos de pagamento perfaz R$ 170.591,44, portanto, R$ 329.408,56 a menos do que o valor financeiro repassado à empresa credora.

e) sequencial 481424 – considerando a presença de apenas uma nota fiscal no processo de pagamento em tela, a saber, NF nº 1646, de 27 de julho de 2016, no valor de R$ 1.719,90, não há como justificar o desembolso efetuado sob a forma de TED em 28/12/2016, no valor de R$ 400.000,00. A diferença é de R$ 398.290,10.

Para o cálculo da diferença observada entre os valores transferidos eletronicamente para a conta da empresa Dental Central Ltda., em virtude da emissão de notas fiscais de aquisição dos medicamentos, e a documentação comprobatória utilizada para a liquidação desses valores, é preciso desconsiderar no somatório os valores consignados nas NFs 464, 467 e 466, uma vez que fizeram parte de outros processos de pagamento, não podendo constituir documentação hábil à liquidação de despesas em mais de um processo, portanto.

Dessa forma, sendo de R$ 1.483.466,77 o montante transferido à Dental Central Ltda., e de R$ 274.806,14 (sequenciais 473162, 480911, 480912 e 481424) o somatório das notas fiscais apresentadas para efeito de liquidação, sem duplicidade (102.494,80 + 91.316,24 + 23.570,20 + 55.705,00 + 1.719,90) a diferença apurada é de R$ 1.208.660,63, que significa o valor sem correspondente documental válido para efeito de liquidação das correspondentes despesas.

Diante de todo o exposto, verifica-se que alguns processos de pagamento não se encontram devidamente aptos a comprovar que todos os valores transferidos para a conta da empresa fornecedora de medicamentos são de fato devidos, em função de insuficiência nos procedimentos que permitiriam assegurar a existência do direito do credor à percepção de todos os montantes pagos.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700957 (Assistência Farmacêutica Básica), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. A argumentação segue tal como apresentada:

"No que tange à ausência de controle de estoques de medicamentos, esclarecemos que devido à deficiência de transição administrativa entre a gestão anterior e a atual neste início de exercício financeiro, e início, portanto, da atual gestão (2017/2020), a Secretaria Municipal de Saúde não recebeu qualquer controle a ponto de se permitir continuidade.

É de se destacar que no início desta gestão, a Secretaria Municipal de Saúde confeccionou Relatório Situacional Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, cuja cópia segue

anexa, relatando o perecimento e a forma indevida de acondicionamento de medicamentos causados pela gestão antecessora.

Mesmo diante de tal ocorrência a Secretaria Municipal de Saúde adotou o Manual de Boas Práticas, conforme cópia anexa, no afã de com isso suprir deficiências detectadas quanto a ausência de boas práticas de armazenamento de medicamentos, visando com isso dirimir a questão de ausência de medicamentos básicos em estoque central e o controle de compras.

No tocante às irregularidades detectadas com fornecedores e aquisições de medicamentos ocorridos entre 2014 a 2016, esta gestão informa que estará ajuizando as medidas judiciais cabíveis sobre cada caso".

Análise do Controle Interno

A edilidade restringiu-se ao anúncio de medidas de ajuizamento de ações contra os responsáveis, sem que os mesmos tenham sido devidamente identificados através da apuração de suas condutas. Não houve, ainda, especificação de quais seriam os pedidos constantes das pretendidas ações.

Há que se ressaltar que o valor de R$ 1.208.660,63 apurado pela equipe da CGU-Regional refere-se a uma amostra escolhida para exame dos processos de pagamento, quanto à existência de documentos suficientes para a verificação do direito do credor e, consequentemente, para respaldar as transferências eletrônicas efetuadas. A identificação dessas ocorrências sinaliza para a necessidade de verificação da regularidade de um quantitativo maior de processos de pagamento, e que se refiram a mais de um exercício. Tal procedimento se vislumbra possível em face da existência, na estrutura administrativa municipal, de um órgão específico de controle interno.

Dessa forma, restam corroborados os fatos apontados nesse item do Relatório, em virtude da manifestação apresentada.

2.1.5. Ausência de comprovação de entrega de medicamentos adquiridos pela Secretaria de Saúde de Petrolina/PE.

Fato

Considerando a inexistência de quaisquer instrumentos de controle de estoques de medicamentos na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) de Petrolina/PE, referentes aos exercícios de 2014 a 2016, a exemplo de planilhas de romaneio para as unidades de saúde, fichas de prateleira, guias de remessa, ou mesmo informações do Sistema Hórus do Ministério da Saúde, o qual ainda não havia sido implantado no município até a primeira semana de abril de 2017, não há como assegurar a ocorrência dos eventos de entrada de determinados lotes adquiridos pela Secretaria de Saúde do Município, conforme notas fiscais de fornecimento constantes dos processos de pagamento solicitados para exame.

A título de exemplo, foi verificada a aquisição de 300.000 comprimidos de 500 mg do fármaco Dipirona Sódica, referente ao lote 16F680, fabricados em 1º de junho de 2016, com validade até 4 de junho de 2018, conforme Nota Fiscal nº 26907, de 12 de agosto de 2016, de emissão

da empresa Dismed Distribuidora de Medicamentos Hospitalares Ltda., CNPJ nº 05.312.096/0001-47. Somente esse item custou ao todo o valor de R$ 21.000,00.

Esse lote não é o mesmo que consta do inventário físico realizado pela Diretoria de Assistência Farmacêutica, juntamente com a equipe da CAF, em 31 de março de 2017, consoante pedido formal da CGU-Regional, tendo sido as informações disponibilizadas por meio do Ofício nº 282/2017, de 3 de abril de 2017, da Secretaria de Saúde de Petrolina/PE.

Segundo o inventário, que demonstrou a posição estática dos estoques relativamente ao dia 31 de março de 2017, o quantitativo do referido medicamento é de 43.000 comprimidos de 500 mg, com validade para julho de 2018, correspondente ao lote 902, portanto, diferente do que fora adquirido conforme a NF 26907, de emissão da empresa Dismed Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Da mesma forma, foram adquiridos, por meio da NF nº 26908, de 12 de agosto de 2016, de emissão da mesma empresa fornecedora, no âmbito do Pregão nº 305/2015, 500.000 comprimidos de Glibenclamida de 5 mg, correspondentes ao lote 16054446, fabricado em 30 de maio de 2016 e com validade para 31 de maio de 2018. O inventário da Diretoria de Assistência Farmacêutica demonstrou que na CAF existiam 218.200 comprimidos com validade até agosto de 2018, correspondentes ao lote 521. Logo, verifica-se que o lote desse medicamento presente nos estoques da CAF não é o mesmo adquirido por meio da nota fiscal, embora tenham validades próximas.

Os medicamentos a seguir listados também são exemplos de fármacos cujos lotes não se coadunam com aqueles que estão nos estoques da CAF, segundo registros do inventário de 31 de março de 2017:

Medicamentos cujos lotes diferem daqueles identificados nos estoques da CAF:

Medicamento	Quant.	Lote	Fabricação	Validade	NF	Data	Valor item
Clorpromazina 100mg compr.	42.700	1616202	1/6/2016	30/5/2018	27283	24/8/2016	7.686,00
Clorpromazina 100mg comp.	31.140	1620120	1/6/2016	30/6/2018	27283	24/8/2016	5.605,20
Prometazina 25 mg compr.	125.000	6636127	1/10/2015	31/10/2017	22349	14/3/2016	11.250,00
Biperideno 2 mg compr.	47.400	15086176	1/8/2015	30/8/2018	22504	17/3/2016	10.428,00
Amoxicilina 250 mg/ml suspensão	20.000	16A495	7/1/2016	7/1/2018	22344	14/3/2016	54.600,00
Ácido Valpróico 500 mg	224	1008643	1/8/2015	30/8/2017	23202	7/4/2016	12.320,00

Fonte: Documentos referentes aos processos de pagamento das aquisições de medicamentos para Petrolina/PE, realizadas em 2016.

Há ainda exemplos de medicamentos que não constam do inventário de 31 de março de 2017, mas que tiveram uma aquisição recente. É o caso dos 200.000 comprimidos de Ibuprofeno de 300 mg, adquiridos conforme NF 26909, de 12 de agosto de 2016, ao preço de R$ 20.000,00. Considerando a ausência de quaisquer instrumentos de controle de estoques de fármacos na CAF, e que o lote 1602830 foi fabricado em 12 de abril de 2016, com validade até 30 de abril

de 2018, não há como assegurar que todos esses quantitativos tenham ingressado nos estoques da CAF, ou que tenham mesmo sido dispensados para consumo nas unidades de saúde do município.

Outros fármacos também servem de exemplo nesse sentido, os quais constam dos registros das notas fiscais de compra, mas não do inventário de 31 de março de 2017 da CAF, devendo-se atentar para o fato de que foram fabricados em 2015/2016 e têm validade até 2018/2019:

Medicamentos adquiridos, mas sem registro nos estoques da CAF, segundo levantamento físico ocorrido em 31 de março de 2017:

Medicamento	Quant.	Lote	Fabricação	Validade	NF	Data	Valor item
Miconazol creme vag. c/ apl. 20 mg 80 gr tubo	4.000	16C871	18/3/2016	18/3/2018	26915	12/8/2016	19.240,00
Paracetamol 200 mg/ml gts 15ml (frasco)	20.000	8409A	1/2/2016	28/2/2018	26916	12/8/2016	18.400,00
Ibuprofeno 50 mg/ml gotas 30ml	10.000	28681	1/5/2016	30/5/2018	26909	12/8/2016	11.900,00
Biperideno 2 mg compr.	65.800	16084440	1/6/2016	30/8/2019	27751	9/9/2016	14.476,00
Levomepromazina 100 mg comp.	25.000	15064803	1/6/2015	30/6/2018	22506	17/3/2016	18.500,00

Fonte: Documentos referentes aos processos de pagamento das aquisições de medicamentos para Petrolina/PE, realizadas em 2016.

Assim sendo, e adotando como premissa básica a ausência de registros que pudessem evidenciar a efetiva entrada desses quantitativos de medicamentos, não há como assegurar, em que pese o faturamento e pagamento, que os mesmos ingressaram nos estoques da Central de Abastecimento Farmacêutico.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700957 (Assistência Farmacêutica Básica), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. A argumentação segue tal como apresentada:

"No que tange à ausência de controle de estoques de medicamentos, esclarecemos que devido à deficiência de transição administrativa entre a gestão anterior e a atual neste início de exercício financeiro, e início, portanto, da atual gestão (2017/2020), a Secretaria Municipal de Saúde não recebeu qualquer controle a ponto de se permitir continuidade.

É de se destacar que no início desta gestão, a Secretaria Municipal de Saúde confeccionou Relatório Situacional Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, cuja cópia segue anexa, relatando o perecimento e a forma indevida de acondicionamento de medicamentos causados pela gestão antecessora.

Mesmo diante de tal ocorrência a Secretaria Municipal de Saúde adotou o Manual de Boas Práticas, conforme cópia anexa, no afã de com isso suprir deficiências detectadas quanto a

ausência de boas práticas de armazenamento de medicamentos, visando com isso dirimir a questão de ausência de medicamentos básicos em estoque central e o controle de compras.

No tocante às irregularidades detectadas com fornecedores e aquisições de medicamentos ocorridos entre 2014 a 2016, esta gestão informa que estará ajuizando as medidas judiciais cabíveis sobre cada caso".

Análise do Controle Interno

Acerca da ausência de quaisquer controles de estoques na CAF de Petrolina/PE, as justificativas apresentadas corroboram a opinião da equipe da CGU-Regional, no sentido de que, ao se configurar tal situação, com a completa falta de registros das entradas e saídas de fármacos, não é possível assegurar terem ocorrido, para os lotes adquiridos, os eventos de ingresso dos quantitativos e/ou dispensação dos medicamentos na Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.1.6. Aquisição de medicamentos em momentos que comprometem sua utilização por todo o período correspondente ao prazo de validade dos respectivos lotes.

Fato

Em análise às notas fiscais de fornecimento de medicamentos à Secretaria de Saúde, no período de 2015 a 2016, verificou-se a aquisição de lotes de fármacos com data de fabricação distante da data de emissão dos documentos comprobatórios das despesas, conforme rol exemplificativo a seguir:

Medicamentos adquiridos em data assaz superior ao momento da fabricação dos respectivos lotes:

Medicamento	Quant.	Lote	Fabricação (a)	Validade	NF	Data de aquisição (b)	Valor item	Tempo em dias (c=b-a)
Ranitidina 150 mg comp.	50.000	26455S	2/7/2015	31/7/2017	29916	12/8/2016	5.000,00	407
Sinvastatina 40 mg comp.	150.000	AT832	1/8/2015	31/1/2017	26917	12/8/2016	27.000,00	377
Sinvastatina 20 mg comp.	141.470	AT749	2/9/2015	31/8/2017	26917	12/8/2016	14.147,00	345
Hidrocortisona 500 mg s/ DIL Amp.	200	2596637	1/9/2015	30/9/2017	26908	12/8/2016	1.380,00	346
Biperideno 2 mg compr.	23.810	15010446	30/1/2013	30/1/2018	22504	17/3/2016	5.238,20	1142
Sulfato Ferroso 40 mg compr.	350.000	15K52K	16/5/2015	16/5/2017	22349	14/3/2016	14.000,00	303
Fluoxetina 20 mg caps	152.250	25721726	1/5/2015	30/5/2017	22505	17/3/2016	13.702,50	321
Haloperidol 5 mg compr.	6.020,00	1500657	28/2/2014	28/2/2017	22505	17/3/2016	602,00	748
Anilodipino 10mg compr.	85.000	1502071	3/6/2015	30/6/2017	22344	14/3/2016	3.400,00	285

Medicamento	Quant.	Lote	Fabricação (a)	Validade	NF	Data de aquisição (b)	Valor item	Tempo em dias (c=b-a)
Kollagenase + clorafenicol pomada de 30 gramas	3.000	15054421	1/5/2015	30/5/2017	22345	14/3/2016	31.500,00	318
Losartana 50 mg comp.	1.000.000	151663	30/10/2014	30/10/2016	22348	14/3/2016	40.000,00	501
Metoprolol 100 mg compr.	2.500	1548NE67	1/3/2013	1/3/2017	22348	14/3/2016	6.250,00	1109
Amitriptilina 25 mg compr.	70.220	2444624	30/6/2014	30/6/2016	22502	17/3/2016	4.213,00	626
Fenobarbital 40 mg/ml	3.452	1530344	1/9/2015	30/9/2017	23203	7/4/2016	8.077,68	760
Ácido Acetilsalicílico 100 mg compr.	700.000	150186	1/2/2015	28/2/2017	24849	31/5/2016	21.000,00	485
Aledronato de Sódio 70 mg EMS	6.000	810705	10/1/2015	10/1/2017	24849	31/5/2016	3.180,00	507
Amoxicilina + Clavulanato de potássio susp. 75 ml	500	FF9208	30/4/2015	30/4/2017	24849	31/5/2016	7.450,00	397

Fonte: Documentos referentes aos processos de pagamento das aquisições de medicamentos para Petrolina/PE, realizadas em 2016.

É possível verificar, das informações da tabela supra, que as aquisições de 2016 ocorreram em momentos em que já havia decorrido tempo razoável do prazo de validade dos lotes, o que significa não dispor a Secretaria de Saúde, no âmbito da Assistência Farmacêutica, de controles tendo em vista efetuar crítica qualitativa em relação aos produtos que estão sendo recebidos na CAF após o processamento regular das compras.

Esses intervalos entre a data da aquisição e a data de fabricação dos lotes dos medicamentos, como se observa do referido quadro, é geralmente superior a um ano, isso quando não perfaz dois ou até três exercícios financeiros completos. Isso significa que as aquisições não vêm levando em conta a capacidade de o município consumir tais quantitativos até o prazo máximo de validade, considerando a inexistência do critério do consumo médio mensal como instrumento de planejamento dos estoques e das aquisições correspondentes, bem como o curto intervalo de tempo para demanda e dispensação de todos esses estoques.

No caso específico da Colagenase, associada ao fármaco Cloranfenicol, o relatório de Inspeção da Diretoria de Assistência Farmacêutica, em face de verificação dos estoques da CAF no início de 2017, confirma que o quantitativo de 3.000 unidades já se constituiu em perda, considerando a data de validade do lote 15054421 ter-se expirado em maio de 2017. Esse é o mesmo lote adquirido conforme informações da NF 22345, de 14 de março de 2016, de emissão da Dismed Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Quanto aos medicamentos ácido acetilsalicílico de 100 mg e Aledronato de sódio de 70 mg, seus respectivos quantitativos foram adquiridos quase no final do seu período de validade, considerando que a fabricação dos respectivos lotes ocorreu no início de 2015 e a compra

ocorreu em 31 de maio de 2016, considerando, para efeito de realização dos cálculos, que a CAF teria recebido esses quantitativos na data de emissão das notas fiscais.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700957 (Assistência Farmacêutica Básica), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. A argumentação segue tal como apresentada:

"No que tange à ausência de controle de estoques de medicamentos, esclarecemos que devido à deficiência de transição administrativa entre a gestão anterior e a atual neste início de exercício financeiro, e início, portanto, da atual gestão (2017/2020), a Secretaria Municipal de Saúde não recebeu qualquer controle a ponto de se permitir continuidade.

É de se destacar que no início desta gestão, a Secretaria Municipal de Saúde confeccionou Relatório Situacional Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, cuja cópia segue anexa, relatando o perecimento e a forma indevida de acondicionamento de medicamentos causados pela gestão antecessora.

Mesmo diante de tal ocorrência a Secretaria Municipal de Saúde adotou o Manual de Boas Práticas, conforme cópia anexa, no afã de com isso suprir deficiências detectadas quanto a ausência de boas práticas de armazenamento de medicamentos, visando com isso dirimir a questão de ausência de medicamentos básicos em estoque central e o controle de compras.

No tocante às irregularidades detectadas com fornecedores e aquisições de medicamentos ocorridos entre 2014 a 2016, esta gestão informa que estará ajuizando as medidas judiciais cabíveis sobre cada caso".

Análise do Controle Interno

A edilidade sinalizou providências, no último parágrafo da manifestação, no sentido de ajuizar ações acerca dos fatos apontados. Tal pretensão não teve detalhamento, tendo em vista identificar os demandados, as causas de pedir e os próprios pedidos. Nessa esteira, não houve argumentação de mérito no bojo da manifestação apresentada, com vistas a aquiescer ou discordar expressamente a respeito do posicionamento da equipe da CGU-Regional.

Não há que se olvidar que a aquisição de medicamentos na condição ora descrita, qual seja, com períodos de validade já avançados quando da lavratura das notas fiscais de saída, são fatos potencialmente danosos no que se refere ao desperdício de consideráveis quantitativos de medicamentos, ao ser diminuído o tempo útil dentro do qual os mesmos poderiam atender às necessidades da população.

Diante do exposto, a equipe mantém o posicionamento inicialmente descrito no fato, constante do registro específico neste Relatório.

2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Este Ministério não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

2.2.1. Realização de pregões presenciais na Secretaria de Saúde de Petrolina/PE nos últimos quatro anos, em detrimento à forma eletrônica.

Fato

Em análise aos registros do Sistema *"Tome Contas"*, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, foi possível verificar a existência dos seguintes Pregões Presenciais em Petrolina/PE:

Pregões realizados nos últimos quatro anos em Petrolina/PE para aquisição de medicamentos e material penso:

Registro de Preços	Pregão	Objeto	Principais vencedoras
299/2015 e 300/2015	Pregão nº 305/2015	Aquisição de medicamentos	Dental Central e Dismed Distribuidora
163/2014	274/2014	Aquisição de medicamentos	Dismed Distribuidora
59/2013 e 60/2013	108/2013	Aquisição de medicamentos	Delmed e Dismed Distribuidora
57/2013	102/2013	Aquisição de medicamentos e material penso	Dismed Distribuidora
280/2015	264/2015	Aquisição de material penso	Dental Central

Fonte: Sistema *"Tome Contas"*, no portal eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco/PE para consulta por qualquer cidadão sobre os gastos de entes governamentais no Estado.

Constata-se que todos os pregões realizados nos últimos quatro anos, para aquisição de medicamentos e de material penso, foram realizados sob a forma presencial, com limitações à competitividade, a qual poderia ter sido aumentada por meio do pregão eletrônico, com a participação mais ampla dos atores do mercado de medicamentos e de materiais cirúrgicos.

Por oportuno, a análise de licitações na modalidade Pregão, em sede de ação de controle consoante Ordem de Serviço nº 237962, no âmbito da avaliação dos resultados da 29ª Edição do Programa de Fiscalização de Municípios por Sorteio, em 2010, demonstrou que a Prefeitura de Petrolina/PE e a Secretaria de Saúde não adotaram o Pregão Eletrônico como instrumento de alcance de melhores preços, decorrentes de uma participação mais ampla dos concorrentes de mercado.

Naquela ocasião, foram objeto de análise sete procedimentos licitatórios, dentre os quais o de aquisição de material permanente e equipamentos para promover a instalação dos Centros de Atendimento Médico Especializado (AME) no Município.

À época, em resposta ao Relatório Preliminar, a Secretaria de Saúde informou que *"é interessante registrar que a Prefeitura Municipal de Petrolina já aderiu ao Comprasnet, no intuito da utilização do Pregão Eletrônico. No momento, com a certificação digital da pregoeira efetivada junto ao SERPRO, e no aguardo de efetivação dos certificados dos secretários Municipais – ordenadores de despesas, devido à morosidade quanto aos trâmites junto ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e certificação junto ao SERPRO. Assim que todos os ordenadores estejam devidamente aptos, utilizaremos a modalidade pregão na forma eletrônica para bens e serviços a serem adquiridos com recursos da União."*

Portanto, verifica-se que a realidade encontrada em 2010 ainda permanece a mesma, em termos de instrumentos buscados pelo Fundo Municipal de Saúde no sentido de promover a utilização do Pregão Eletrônico, com fomento à ampliação da participação dos agentes do mercado de medicamentos e material penso nos certames realizados.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700957 (Assistência Farmacêutica Básica), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. A argumentação segue tal como apresentada:

"No que tange à ausência de controle de estoques de medicamentos, esclarecemos que devido à deficiência de transição administrativa entre a gestão anterior e a atual neste início de exercício financeiro, e início, portanto, da atual gestão (2017/2020), a Secretaria Municipal de Saúde não recebeu qualquer controle a ponto de se permitir continuidade.

É de se destacar que no início desta gestão, a Secretaria Municipal de Saúde confeccionou Relatório Situacional Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, cuja cópia segue anexa, relatando o perecimento e a forma indevida de acondicionamento de medicamentos causados pela gestão antecessora.

Mesmo diante de tal ocorrência a Secretaria Municipal de Saúde adotou o Manual de Boas Práticas, conforme cópia anexa, no afã de com isso suprir deficiências detectadas quanto a ausência de boas práticas de armazenamento de medicamentos, visando com isso dirimir a questão de ausência de medicamentos básicos em estoque central e o controle de compras.

No tocante às irregularidades detectadas com fornecedores e aquisições de medicamentos ocorridos entre 2014 a 2016, esta gestão informa que estará ajuizando as medidas judiciais cabíveis sobre cada caso".

Análise do Controle Interno

No bojo da manifestação apresentada, não houve qualquer alusão ao mérito da questão tratada no Relatório neste item específico, qual seja, a ausência de utilização, por parte da Administração Municipal, de tecnologias que permitam a ampliação da competitividade nos certames licitatórios, a exemplo da adoção do pregão do tipo eletrônico. Nessa esteira, deve-se ponderar que o montante de recursos geridos pela edilidade, o tamanho de sua estrutura administrativa, o orçamento anual aprovado e o grande número de programas e projetos em

execução, sob sua responsabilidade, são fatores a justificar, incentivar e firmar a adoção do pregão do tipo eletrônico como ferramenta imprescindível à criação de condições para a obtenção de preços e condições mais vantajosas nas contratações públicas.

2.2.2. Baixa efetividade do Pregão nº 264/2015, realizado na forma presencial, para aquisição de material penso.

Fato

Em análise aos autos do Processo nº 422/2015, referente ao Pregão Presencial nº 264/2015, verificou-se baixa competitividade com relação aos itens do objeto, qual seja, aquisição de material médico hospitalar e de laboratório para atender às necessidades da Secretaria de Saúde de Petrolina/PE.

Esse fato se deve, preliminarmente, à adoção da forma presencial para o certame, em detrimento à utilização de tecnologias para realização do procedimento em seu formato eletrônico. Tendo procedido detalhadamente à análise dos resultados do certame para o intervalo de itens de 1 a 100, a título de amostra para exame, foi demonstrada a ocorrência dos seguintes fatos:

a) A empresa Dental Central Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 05.164.152/0001-43, sagrou-se vencedora de 98 dos 118 itens desse intervalo (sem contar o item 15A, que restou fracassado), o que perfaz 83,05% dos materiais, totalizando R$ 2.456.400,63;

b) Com relação ao número de concorrentes em cada item, assim considerado o quantitativo de empresas que apresentam proposta para um determinado item, antecedendo a fase de lances, pôde ser observada a seguinte distribuição:

Distribuição dos itens do Pregão nº 264/2015 quanto ao número de concorrentes, no intervalo de 1 a 100:

Nº concorrentes	Quantidade de itens	Percentual do valor financeiro do total de itens do intervalo	Valor global desses itens (R$)
1	41	34,45	1.086.030,97
2	58	16,10	977.469,68
3	19	49,15	1.073.044,78
Totais	**118**	**100,00**	**3.136.545,43**

Fonte: Relatórios de Acompanhamento do Pregão nº 264/2015, tendo em vista a aquisição de material médico e de laboratório.

b.1) no que se refere aos itens que só tiveram uma única proposta inicial, preparatória para a fase de lances, a empresa Dental Central Ltda. venceu em todos, os quais totalizam R$ 1.086.030,97;

b.2) no que tange aos itens que tiveram apenas duas propostas iniciais, em quase todos, à exceção dos produtos com sequencial 14, 75 A e 75 B, a disputa deu-se entre as empresas Dental Central Ltda. e São Marcos Distribuidora de Medicamentos, Equipamentos e Materiais Hospitalares e Odontológicos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.894.963/0001-74.

Dentre os 55 itens em que disputaram as propostas iniciais das empresas São Marcos e Dental Central, foram encontradas as seguintes situações:

- Em 12 itens não houve lances verbais, prevalecendo a menor das duas propostas inicialmente ofertadas (a soma dos itens resultou R$ 284.992,28, correspondente a 9,086% do valor total dos itens do intervalo examinado, qual seja, de R$ 3.136.545,43);
- Em 23 itens o desconto que se obteve, normalmente com apenas o autor da menor proposta inicial efetuando um ou dois lances verbais, foi inferior a 2%, portanto considerado irrisório (a soma dos itens resultou R$ 77.800,10, correspondente a 2,48% do valor total dos itens do intervalo examinado);
- No item 72, foi obtido, após etapa de lances verbais, desconto em relação ao preço inicial de 37%, sendo que a representatividade desse item em termos financeiros é de apenas 0,23% do valor total dos itens do intervalo examinado;
- Nos itens 70A e 70B, foi obtida uma redução em relação ao menor preço inicialmente ofertado pelas duas empresas de 31,54%, mas a representatividade dos mesmos em termos financeiros é de apenas 2,84% do somatório dos valores dos itens da licitação, no intervalo considerado;
- No item 69B, foi obtido um desconto de 27,14%, mas o preço total do mesmo representa apenas 0,609% do total do intervalo em estudo.

Pelos exemplos apresentados, verifica-se que o nível de competitividade no certame foi baixo.

b.3) com relação aos itens em que houve a presença de três propostas iniciais, o fato de três empresas se interessarem pelo item não quis dizer, necessariamente, que todas participaram da etapa de lances, com consequente comprometimento da competitividade. A título de exemplo, no item 79A, que representa, em termos financeiros, 3,84% do valor total dos itens do intervalo estudado, a empresa Recmed Ltda. apenas apresentou a proposta de preço unitário para a bolsa de colostomia, sem participar da fase de lances. Participaram da etapa competitiva as empresas Dental Central Ltda. e São Marcos, tendo sido o item vencido pela primeira. O desconto obtido, considerando a menor proposta inicial, foi de 34,82%.

Ainda sobre as ocorrências de participação de três propostas, no caso do item 81A, apesar de terem sido ofertadas três propostas, nenhuma empresa apresentou lances para tentar baixar o menor preço. Esse item representa 5,98% (187.500,00) do total do intervalo em estudo, ou seja, os itens de 1 ao 100.

O item 84A, que teve três propostas iniciais, também da Recmed, Dental Central e São Marcos, recebeu na etapa de lances apenas uma oferta, com desconto irrisório (1,26%), da vencedora (Recmed Ltda.), tendo as demais declinado do direito de efetuar lances verbais tendo em vista a adjudicação do item. Esse item tem uma representatividade de 3,37% (R$ 105.750,00) em relação ao total do grupo.

Observando o mapa de adjudicação final da licitação do Pregão nº 264/2015, foram verificados os seguintes resultados:

Resultado final do Pregão Presencial nº 264/2015, para aquisição de material médico e de laboratório:

Vencedoras	Itens	Total (R$)
Dental Central	01 a 10, 12, 15B, 16 a 53, 54A/B, 55, 56, 58, 60, 64A/B, 65, 66, 67, 68 a 71 (A e B), 72, 73 a 76 (A e B), 77, 79A/B, 82, 84A/B, 86B, 87 a 110, 121 a 129, 131A/B, 132 a 239, 241, 243 a 249, 252 a 268, 270 a 271, 277 a 308 (A e B).	8.179.303,67
Recmed Ltda.	13,14, 80A/B, 81A/B, 83A/B, 85A/B e 86A.	625.257,50

São Marcos Distribuidora	11,36, 57, 59, 61, 62, 63, 78, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 130, 204, 225, 227, 228, 232, 233, 240, 242, 250, 251, 269, 272, 273, 274, 275 e 276	146.273,71
Total (R$)		**8.950.834,88**

Fonte: Processo licitatório nº 422/2015, referente ao Pregão Presencial nº 264/2015.

Constata-se, portanto, que a Dental Central se sagrou vencedora de R$ 8.179.303,67, ou seja, 91,38% do total adjudicado às empresas constantes do quadro supra.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700957 (Assistência Farmacêutica Básica), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. A argumentação segue tal como apresentada:

"No que tange à ausência de controle de estoques de medicamentos, esclarecemos que devido à deficiência de transição administrativa entre a gestão anterior e a atual neste início de exercício financeiro, e início, portanto, da atual gestão (2017/2020), a Secretaria Municipal de Saúde não recebeu qualquer controle a ponto de se permitir continuidade.

É de se destacar que no início desta gestão, a Secretaria Municipal de Saúde confeccionou Relatório Situacional Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, cuja cópia segue anexa, relatando o perecimento e a forma indevida de acondicionamento de medicamentos causados pela gestão antecessora.

Mesmo diante de tal ocorrência a Secretaria Municipal de Saúde adotou o Manual de Boas Práticas, conforme cópia anexa, no afã de com isso suprir deficiências detectadas quanto a ausência de boas práticas de armazenamento de medicamentos, visando com isso dirimir a questão de ausência de medicamentos básicos em estoque central e o controle de compras.

No tocante às irregularidades detectadas com fornecedores e aquisições de medicamentos ocorridos entre 2014 a 2016, esta gestão informa que estará ajuizando as medidas judiciais cabíveis sobre cada caso".

Análise do Controle Interno

Verificou-se, no trecho final da argumentação aduzida no conteúdo da manifestação da Secretaria de Saúde, que houve a aquiescência com relação aos fatos tratados no ponto específico do Relatório, sem adentrar no mérito das condutas descritas. A Administração Municipal restringiu-se a sinalizar o ajuizamento de ações com relação às irregularidades apontadas, sem especificar os demandados e os pedidos a serem inseridos nessas ações. Diante do exposto, a equipe mantém a opinião acerca da irregularidade.

2.2.3. Pregão 476/2015, realizado na forma presencial, para aquisição de medicamentos no valor de aproximadamente 17,3 milhões, apresentando baixa competitividade e relacionamento entre sócios dos licitantes vencedores de 90% dos itens.

Fato

Em consulta aos autos do Processo Licitatório nº 476/2015, referente ao Pregão Presencial nº 305/2015, verificou-se que houve a contratação de 422 itens de medicamentos, cujo compromisso de fornecimento, sob a forma de Ata de Registro de Preços, foi adjudicado para as seguintes empresas:

Distribuição dos itens dentre os vencedores do Pregão nº 305/2015:

Empresa	CNPJ	Nº Itens	Valor da Proposta (R$)
Dismed Distribuidora de Medicamentos Hospitalares Ltda.	05.312.096/0001-47	99	9.066.840,00
Dental Central Ltda.	05.164.152/0001-43	299	6.607.627,00
Stock Comercial Hospitalar Ltda.	00.995.371/0001-50	10	804.030,00
Recmed Comércio de Materiais Hospitalares Ltda.	06.696.359/0001-21	9	721.687,50
Juazeiro Comércio de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda.	01.340.394/0001-90	5	138.047,00
Totais		**422**	**17.338.231,50**

Fonte: Processo do Pregão Presencial nº 305/2015.

Verifica-se que 90,4% da contratação, em termos financeiros, ficou sob a responsabilidade de um grupo de duas empresas, cujas propostas, para o fornecimento de 398 itens de fármacos, perfizeram um montante de R$ 15.674.467,00, pelo prazo de um ano (2016).

Na etapa competitiva, verificou-se que as empresas que apresentaram inicialmente a menor proposta não tiveram concorrentes em seus itens, considerando que, na fase de lances, somente as vencedoras eventualmente efetuavam novas propostas com descontos em seus preços unitários originais.

A título de exemplo, na ata de reunião de recebimento e abertura de propostas, além de habilitação, do dia 15 de dezembro de 2015, com respeito ao julgamento dos itens 248 a 318 do Pregão nº 305/2015, verificou-se a seguinte distribuição dos vencedores:

Rol exemplificativo de propostas e lances relativas a alguns dos itens de 248 a 318:

Item	Vencedora	Preço proposto (R$) (A)	Lance final (R$) (B)	Desconto % (A-B)/A	Nº Propostas iniciais
248	Dental Central	3,00	2,98	0,67	1
249	Dental Central	0,11	Não houve lances	0,00	1
250	Dental Central	3,20	3,00	6,25	1
251	Dental Central	4,00	3,96	1,00	1
252	Dental Central	3,20	3,00	6,25	1
253	Dental Central	0,97	Não houve lances	0,00	1
254 A	Fracassado	Não se aplica	Não se aplica	Não houve	NA
254 B	Fracassado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NA
255	Fracassado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	NA
256	Dental Central	0,11	Não houve lances	0,00	1
257	Dental Central	3,30	3,10	6,06	1
258	Dental Central	69,00	66,00	4,35	1
259	Dental Central	12,99	12,95	0,31	1
260	Dental Central	12,99	12,95	0,31	1
261 A	Recmed	6,33	Não houve lances	0,00	3
261 B	Dental Central	8,47	8,40	0,83	1
262 A	Stock	0,15	0,14	6,67	2
262 B	Dental Central	0,14	Não houve lances	0,00	1
263	Dental Central	0,10	Não houve lances	0,00	1

Item	Vencedora	Preço proposto (R$) (A)	Lance final (R$) (B)	Desconto % (A-B)/A	Nº Propostas iniciais
264	Dental Central	1,69	1,65	2,37	1
265 A	Dismed	0,10	0,09	10,00	3
265 B	Dental Central	0,09	Não houve lances	0,00	2
266	Dental Central	0,70	Não houve lances	0,00	1
267 A	Dismed	0,10	Não houve lances	0,00	2
267 B	Dental Central	0,09	Não houve lances	0,00	1
268	Dental Central	0,90	Não houve lances	0,00	1
269	Dental Central	0,19	Não houve lances	0,00	1
270 A	Dismed	0,22	Não houve lances	0,00	2
270 B	Dental Central	0,28	Não houve lances	0,00	1
271	Dental Central	0,33	Não houve lances	0,00	1
272	Dental Central	8,50	8,25	2,94	1
273	Dental Central	8,50	8,25	2,94	1
299	Dental Central	1,26	Não houve lances	0,00	1
300	Dental Central	0,92	0,90	2,17	1
301 A	Dismed	0,04	Não houve lances	0,00	3
301 B	Dental Central	0,04	Não houve lances	0,00	2
302	Fracassado	Fracassado	Fracassado	Não se aplica	NA
303	Dental Central	0,11	Não houve lances	0,00	1
304	Dental Central	1,99	1,95	2,01	1
305 A	Dismed	0,70	Não houve lances	0,00	2
305 B	Dental Central	0,70	Não houve lances	0,00	1
306	Dental Central	0,45	Não houve lances	0,00	1
307 A	Stock	0,15	Não houve lances	0,00	3
307 B	Dental Central	2,25	2,00	11,11	1
308	Dental Central	0,21	Não houve lances	0,00	1
309	Dental Central	1,04	Não houve lances	0,00	1
310 A	Dismed	15,15	15,00	0,99	2
310 B	Dental Central	19,90	17,00	14,57	1
311 A	Dismed	13,98	13,95	0,21	2
311 B	Dental Central	19,90	18,70	6,03	1
312 A	Dismed	0,67	Não houve lances	0,00	2
312 B	Dental Central	0,67	Não houve lances	0,00	1
313 A	Stock	1,11	1,10	0,90	2
313 B	Dental Central	1,10	1,00	0,90	1
314	Dental Central	3,08	3,00	2,59	1
315	Dental Central	0,30	Não houve lances	0,00	1
316	Dental Central	0,20	Não houve lances	0,00	1
317	Dental Central	3,20	3,00	6,25	1
318 A	Dismed	0,07	Não houve lances	0,00	3
318 B	Dental Central	0,07	Não houve lances	0,00	1

Fonte: Ata de reunião para recebimento e abertura dos envelopes de propostas, bem como habilitação técnica, com respeito aos itens 248 a 318 do Pregão Presencial nº 305/2015.

Do quadro supra é possível alcançar as seguintes conclusões:

- Dos 60 itens listados, quatro foram fracassados;

- Dos 56 itens válidos, 15 tiveram a presença de pelo menos dois concorrentes, sendo que a fase de lances não se desenvolve com a participação de ambos. Decorre, portanto, que em 41 itens apenas uma oferta foi considerada, a partir da iniciativa de uma única empresa em oferecer proposta para os respectivos itens;

- Do total de registros apresentados de forma exemplificativa, em 30 foi demostrado que não houve quaisquer lances por parte dos concorrentes à adjudicação dos itens, ou seja, prevaleceu o preço unitário da proposta inicial;

- As empresas Dismed Distribuidora de Medicamentos Ltda. e a Dental Central Ltda. não concorreram entre si em nenhum dos itens ora elencados;

- À exceção dos itens 265A, 307B e 310B, todos os descontos ofertados em sede de fase de lances verbais foram abaixo de 7%, no que tange ao preço inicialmente proposto.

Ocorre que essas empresas já possuíram sócios em comum, além de apresentarem relações de parentesco entre os seus componentes, conforme evidenciam os achados seguintes, por meio de consulta aos sistemas disponíveis na Macros, com acesso às bases de dados de órgãos como a Receita Federal do Brasil e Ministério do Trabalho e Emprego:

Composição da Dismed Distribuidora de Medicamentos Ltda.:

Sócio (Iniciais)	Qualificação	Entrada	Exclusão	% cotas
A. N. de B. L.	Sócio	14/11/2006	Não houve	1
G. de B. L. J.	Sócio - Administrador	9/4/2015	Não houve	99
J. H. N. L.	Sócio - Administrador	3/10/2002	9/4/2015	99
M. M. de S. L.	Sócio - Administrador	3/10/2002	14/11/2006	1

Fonte: Dados obtidos do Sistema Macros do Ativa.

A sócia M. M. de S. L. fez parte do quadro societário da empresa Dismed Distribuidora de Medicamentos até 2006, e hoje compõe o quadro da empresa Dental Central Ltda., juntamente com seu filho, conforme tabela a seguir:

Composição da Empresa Dental Central Ltda.:

Sócio (Iniciais)	Qualificação	Entrada	Exclusão	% cotas
G. de B. L. N.	Sócio - Administrador	5/3/2015	Não houve	51
M. M. de S. L.	Sócio	9/4/2015	Não houve	49
F. J. A. A.	Sócio - Administrador	24/7/2002	10/12/2009	50
F. V. C.	Sócio	3/10/2002	14/11/2006	50
J. N. L.	Sócio	10/12/2009	5/3/2015	10
J. A. N. L. F.	Sócio - Administrador	10/12/2009	5/3/2015	90

Fonte: Dados obtidos do Sistema Macros do Ativa.

Por meio de consulta ao Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas, é possível atestar que o sócio - administrador da Dental Central (G. de B. L. N.) também é filho do sócio - administrador da empresa Dismed Distribuidora Ltda. (G. de B. L. J.).

A sócia M. M. de S. L., segundo informações da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), trabalhou no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, CNPJ nº 10.729.564/0001-13, de 1º de fevereiro de 1995 a 1º de junho de 2016, cuja ocupação está inscrita na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) sob o código 2311-05, que corresponde à função de *"Professor de nível superior na Educação Infantil (quatro a seis anos)"*. Tal fato evidencia que a mesma não atuou como empresária do ramo do comércio de medicamentos nesse período, mas na área pedagógica.

Ademais, o representante legal da empresa Dental Central Ltda. no Pregão Presencial nº 305/2015, a saber, W. de S. L. F., já trabalhou para o sócio da empresa Dismed Ltda., qual seja, G. de B. L. J., em sua empresa de mesmo nome (G. de B. L. J. – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.184.819/0001-56), de setembro de 2005 a julho de 2013, conforme informações constantes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tal situação reforça a hipótese de relacionamento entre as empresas Dental Central e Dismed Distribuidora de Medicamentos Ltda., com prejuízos para a competitividade do certame.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700957 (Assistência Farmacêutica Básica), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. A argumentação segue tal como apresentada:

"No que tange à ausência de controle de estoques de medicamentos, esclarecemos que devido à deficiência de transição administrativa entre a gestão anterior e a atual neste início de exercício financeiro, e início, portanto, da atual gestão (2017/2020), a Secretaria Municipal de Saúde não recebeu qualquer controle a ponto de se permitir continuidade.

É de se destacar que no início desta gestão, a Secretaria Municipal de Saúde confeccionou Relatório Situacional Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, cuja cópia segue anexa, relatando o perecimento e a forma indevida de acondicionamento de medicamentos causados pela gestão antecessora.

Mesmo diante de tal ocorrência a Secretaria Municipal de Saúde adotou o Manual de Boas Práticas, conforme cópia anexa, no afã de com isso suprir deficiências detectadas quanto a ausência de boas práticas de armazenamento de medicamentos, visando com isso dirimir a questão de ausência de medicamentos básicos em estoque central e o controle de compras.

No tocante às irregularidades detectadas com fornecedores e aquisições de medicamentos ocorridos entre 2014 a 2016, esta gestão informa que estará ajuizando as medidas judiciais cabíveis sobre cada caso".

Análise do Controle Interno

Verificou-se, no trecho final da argumentação aduzida no conteúdo da manifestação da Secretaria de Saúde, que houve a aquiescência com relação aos fatos tratados no ponto específico do Relatório, sem adentrar no mérito das condutas descritas. A Administração Municipal restringiu-se a sinalizar o ajuizamento de ações com relação às irregularidades apontadas, sem especificar os demandados e os pedidos a serem inseridos nessas ações. Diante do exposto, a equipe mantém a opinião acerca da irregularidade

2.2.4. Evidências de não atendimento às boas práticas de armazenamento de medicamentos.

Fato

Em visita à Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) da Secretaria de Saúde de Petrolina/PE, nos dias 3 e 6 de abril de 2017, foi verificada a ocorrência de não conformidades, com relação às boas práticas de armazenamento de medicamentos.

Preliminarmente, constatou-se que os materiais pensos se encontram misturados no mesmo espaço com caixas de materiais de limpeza e de papel A4, além de coexistirem estoques de materiais médicos ainda com prazo de validade regular e outros com prazos de validade vencido.

A situação apontada é ilustrada no relatório fotográfico a seguir:

Petrolina/PE, 3 de abril de 2017. Vista panorâmica da primeira câmara da CAF, na qual ficam armazenados materiais pensos, de limpeza, papéis, soros, dentre outros.	**Petrolina/PE, 3 de abril de 2017. Vista da rua onde há caixas de materiais de limpeza armazenados junto com os materiais médicos.**

Petrolina/PE, 3 de abril de 2017. Rua onde é possível visualizar grande quantitativo de caixas de papel A4.	**Petrolina/PE, 3 de abril de 2017. Rua onde foram estocadas caixas de gaze estéril.**

Petrolina/PE, 3 de abril de 2017. Sacola plástica com vários espéculos vaginais na primeira câmara da CAF.	**Petrolina/PE, 3 de abril de 2017. Detalhe de uma das embalagens dos espéculos, mostrando que o lote já se encontra com prazo de validade vencido desde outubro de 2016.**

Ademais, a temperatura da parte reservada à guarda e armazenamento de medicamentos não é adequada à conservação das propriedades terapêuticas dos lotes de fármacos que ali permanecem, conforme relatório fotográfico a seguir:

Petrolina/PE, 3 de abril de 2017. Termômetro digital indicando que a temperatura já atingiu 37º C.	**Petrolina/PE, 3 de abril de 2017. Aparelhos de ar condicionado quebrados, impossibilitando o controle de temperatura do ambiente.**

Verificou-se, conforme ilustrado nas fotos acima, que os aparelhos de ar condicionado, que deveriam resfriar o ambiente, mantendo a temperatura entre 15º e 30º C, encontram-se quebrados. Aquela seria a faixa de temperatura em que a maior parte dos medicamentos têm que ser mantidos, tendo em vista a conservação de suas propriedades terapêuticas. A bula do medicamento acetato de medroxiprogesterona, disponível em https://www.libbs.com.br/wp-content/uploads/2015/12/Selecta_Bula_v.6-ampliada.pdf, presente nos estoques da CAF em grandes quantidades, por exemplo, assevera que o mesmo deve ser conservado em temperatura ambiente (15º a 30º C), protegido da luz e da umidade.

Foi informado verbalmente pelos colaboradores lotados na CAF que estão sendo feitas tratativas com a Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) para avaliar a capacidade da rede elétrica do bairro de Ouro Preto, de forma a realizar as adequações necessárias nos equipamentos de distribuição e transformação. Somente assim, após essa avaliação, fará sentido a substituição dos aparelhos de refrigeração.

Manifestação da Unidade Examinada

Com respeito ao Relatório Preliminar de Fiscalização, em razão do Processo nº 00215.100103/2017-18, a edilidade apresentou manifestação consolidada para todos os pontos relativos à Ordem de Serviço 201700957 (Assistência Farmacêutica Básica), por intermédio do Ofício PROGEM nº 264/2017, de 3 de outubro de 2017. A argumentação segue tal como apresentada:

"No que tange à ausência de controle de estoques de medicamentos, esclarecemos que devido à deficiência de transição administrativa entre a gestão anterior e a atual neste início de

exercício financeiro, e início, portanto, da atual gestão (2017/2020), a Secretaria Municipal de Saúde não recebeu qualquer controle a ponto de se permitir continuidade.

É de se destacar que no início desta gestão, a Secretaria Municipal de Saúde confeccionou Relatório Situacional Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, cuja cópia segue anexa, relatando o perecimento e a forma indevida de acondicionamento de medicamentos causados pela gestão antecessora.

Mesmo diante de tal ocorrência a Secretaria Municipal de Saúde adotou o Manual de Boas Práticas, conforme cópia anexa, no afã de com isso suprir deficiências detectadas quanto a ausência de boas práticas de armazenamento de medicamentos, visando com isso dirimir a questão de ausência de medicamentos básicos em estoque central e o controle de compras.

No tocante às irregularidades detectadas com fornecedores e aquisições de medicamentos ocorridos entre 2014 a 2016, esta gestão informa que estará ajuizando as medidas judiciais cabíveis sobre cada caso".

Análise do Controle Interno

As alegações da Entidade no sentido de adotar as boas práticas a partir de 2017 corroboram o registro da falha apontada pela CGU, de forma que nenhum dos argumentos aduzidos na presente manifestação são capazes de elidir as irregularidades em questão.

3. Conclusão

Os exames permitiram à equipe constatar que a Secretaria de Saúde não dispunha, no período compreendido de janeiro de 2015 até o encerramento dos trabalhos, em 30 de abril de 2017, de quaisquer controles de estoques na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF).

Desse fato decorrem uma série de problemas, como o desperdício de medicamentos, uma vez que a distribuição para os postos de saúde ocorria sem o auxílio de instrumentos como o parâmetro do Consumo Médio Mensal. Ademais, foram identificadas ocorrências de volumes de lotes cujos prazos de validade já se encontravam próximos de expirar, como demonstrou a inspeção física e as informações constantes do inventário relativo à posição estática do dia 31 de março de 2017.

Ademais, da ausência de quaisquer ferramentas de controles de estoques, manuais ou automatizadas, não há como assegurar que houve todas as entradas e saídas dos medicamentos adquiridos conforme os documentos fiscais constantes dos processos de pagamento, em razão da aquisição dos medicamentos. Dessa forma, o simples carimbo de atesto de recebimento de cada entrega não é suficiente para confirmar a entrada de fármacos na CAF.

A ausência de medicamentos básicos devido ao desabastecimento ocorrido em 2017 foi verificada a partir da aplicação de simples teste de existência, com elenco amostral de 42 fármacos, dos quais não se encontravam nos estoques, por exemplo, Glicazida 30 mg, Metformina 500 mg, Albendazol 400 mg, Itraconazol 100 mg e Loratadina 10 mg.

Foram constatadas também compras de lotes de medicamentos, sobretudo no exercício de 2016, com prazo de validade próximo de expirar, tendo por referência as datas das notas

fiscais. Isso significa que a Diretoria de Assistência Farmacêutica passaria a dispor de tempo menor do que o prazo regular de utilização para dispensar os referidos fármacos à população, com riscos para a integridade e a própria capacidade de produzir seus efeitos terapêuticos.

Foram ainda identificadas despesas com medicamentos cuja comprovação documental, para efeito de liquidação, ou utilizou notas fiscais de outros processos de pagamento, ou as notas fiscais não totalizavam o valor total das respectivas transferências, de tal forma que não restaram comprovadas as despesas com aquisição de medicamentos no montante de R$ 1.208.660,63, cujos recursos foram transferidos para a conta da Empresa Dental Central Ltda., CNPJ nº 05.164.152/0001-43.

Por fim, a realização de pregões presenciais demonstrou ser uma praxe na edilidade, com relação à contratação de fornecedores de medicamentos, realidade que vem sendo observada desde 2010, quando da realização da Avaliação dos resultados da 29ª Edição do Programa de Fiscalização de Municípios por Sorteio, oportunidade em que foram examinadas despesas realizadas à conta do Bloco da Atenção Básica (BLATB) de Petrolina/PE. Dessa forma, decorrem procedimentos licitatórios com restrita participação dos agentes de mercado, na área de atuação específica do comércio atacadista de medicamentos e de materiais cirúrgicos.

Ordem de Serviço: 201700705
Município/UF: Petrolina/PE
Órgão: MINISTERIO DAS CIDADES
Instrumento de Transferência: Contrato de Repasse - 610492
Unidade Examinada: GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Montante de Recursos Financeiros: R$ 10.615.000,00

1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 10 de abril a 25 de maio de 2017 sobre a aplicação de recursos no Programa/Ação 16451112806340385 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários / Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários, tendo sido fiscalizado o contrato de repasse n° 233.403-86 (Siconv n° 610492), que tem como objeto "a urbanização de assentamentos precários no Município de Petrolina/PE". O contrato de repasse tem como Contratado o Estado de Pernambuco. Seu valor global é de R$ 10.615.000,00.

Na fiscalização, a CGU buscou obter evidências suficientes e adequadas que permitissem avaliar os atos de gestão praticados em relação à execução do objeto, no que tange à garantia das seguintes dimensões:

a) legalidade: se as fases de contratação, acompanhamento e recebimento do projeto e obra obedeceram às formalidades legais;

b) economicidade: se a execução do projeto e obras são compatíveis com os preços de mercado;

Os exames foram efetuados sobre os itens mais relevantes financeiramente, contratados e executados.

Os exames foram realizados em documentação solicitada à Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab), como: projeto básico, licitações, contratos e aditivos, projeto executivo, pagamentos e controles de execução contratual.

Também foram realizados exames em documentos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal, Ente Contratante do Contrato de Repasse, constantes do Processo/Caixa n° 233.403-86/2007.

O Relatório Preliminar foi encaminhado para a Cehab com o Ofício n° 15817/2017/NAC3/PE/Regional/PE-CGU, em 14 de setembro de 2017, para que fossem apresentadas manifestações com justificativas ou esclarecimentos. Contudo, a Cehab não respondeu o citado expediente.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

2.1.1. Informações básicas do Contrato de Repasse nº 0233.403-86/2007/Ministério das Cidades/Caixa.

Fato

Trata-se do Contrato de Repasse nº 0233.403-86/2007/Ministério das Cidades/Caixa, celebrado, em 28 de dezembro de 2007, entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, e o Estado de Pernambuco, tendo por interveniente executor a Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab), que teve por objetivo a execução de ações relativas ao programa FNHIS – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, e por finalidade a transferência de recursos financeiros da União para a execução de obras de melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precários na localidade denominada Jardim Petrópolis, no Município de Petrolina/PE.

Através do citado Contrato de Repasse, a União Federal obrigou-se a transferir ao Estado de Pernambuco até o valor de R$ 9.650.000,00, enquanto o Estado de Pernambuco assumiu o compromisso de alocar a quantia de R$ 965.000,00, nos termos do Plano de Trabalho primitivo aprovado.

A vigência desse Contrato iniciou-se na data de sua assinatura e tinha a previsão original de encerramento para o dia 28 de dezembro de 2010 (Processo Caixa nº 0233.403-86/2007, volume principal, p. 4-14, 47-55).

2.1.2. Morosidade no cumprimento das obrigações referentes à cláusula suspensiva do Contrato de Repasse nº 0233.403-86/2007/Ministério das Cidades/Caixa.

Fato

O Contrato de Repasse nº 0233.403-86/2007/Ministério das Cidades/Caixa possuía uma cláusula suspensiva segundo a qual o Estado de Pernambuco se obrigava a apresentar, no prazo de 120 dias contados a partir da data de assinatura do referido instrumento contratual, ou seja, a partir do dia 28 de dezembro de 2007, os projetos técnicos e a documentação da titularidade da área do empreendimento (Processo Caixa nº 0233.403-86/2007, volume principal, p. 4-14, 47-55).

No entanto, após a celebração do citado Contrato de Repasse, registraram-se diversas prorrogações de prazo referente à cláusula suspensiva, quais sejam:

Quadro – Cartas Reversais

Carta Reversal	Data	Objetivo
056/2008	27/03/08	Prorrogar a cláusula suspensiva para 30 de junho de 2008
340/2008	30/06/08	Prorrogar a cláusula suspensiva para 30 de agosto de 2008
366/2008	29/08/08	Prorrogar a cláusula suspensiva para 30 de novembro de 2008
437/2008	01/12/08	Prorrogar a cláusula suspensiva para 30 de dezembro de 2008
020/2009	27/03/09	Prorrogar a cláusula suspensiva por noventa dias

Fonte: Processo Caixa nº 0233.403-86/2007, volume principal, p. 62, 63, 67, 79, 88, 123-124.

Em paralelo, verificou-se a edição do Termo Aditivo, de 6 de outubro de 2008, que teve por objeto a inclusão, no Contrato de Repasse, do Termo de Compromisso nº 0233403-86/07, datado de 6 de outubro de 2008, estabelecendo uma cláusula suspensiva, segundo a qual o Estado de Pernambuco se obrigava a apresentar, no prazo de noventa dias contados a partir da data de assinatura do referido instrumento contratual, os projetos técnicos e a documentação da titularidade da área de intervenção (Processo Caixa nº 0233.403-86/2007, volume principal, p. 68-78).

Conforme o Laudo de Análise Técnica de Engenharia (LAE), somente em 30 de junho de 2009, o empreendimento foi considerado viável sob os aspectos de engenharia com algumas pendências, fato este que demonstra a morosidade do Estado de Pernambuco no cumprimento de sua obrigação contratual (Processo Caixa nº 0233.403-86/2007, volume principal, p.143-148).

Manifestação da Unidade Examinada

Não houve manifestação da unidade examinada.

Análise do Controle Interno

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após a apresentação dos fatos, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo 'fato'.

2.1.3. Titularidade da área de intervenção do Contrato de Repasse nº 0233.403-86/2007/Ministério das Cidades/Caixa.

Fato

Sobre a regularidade fundiária da área de intervenção do Contrato de Repasse nº 0233.403-86/2007/Ministério das Cidades/Caixa, destaca-se uma Certidão de Inteiro Teor, de 12 de março de 2009, do Cartório do Primeiro Ofício de Petrolina/PE, informando que o terreno referente ao empreendimento estaria encravado numa área maior, de aproximadamente 62 hectares, adquirido por intermédio de contrato de compra e venda pela própria Prefeitura Municipal de Petrolina/PE, da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), de acordo com a matrícula nº 36.649 do Registro de Imóveis, e estaria livre de qualquer impedimento legal (Processo Caixa nº 0233.403-86/2007, volume principal, p. 81-85, 87).

2.1.4. O Contrato de Repasse nº 0233.403-86/2007/Ministério das Cidades/Caixa e o licenciamento ambiental.

Fato

Quanto ao licenciamento ambiental, no cumprimento objeto do Contrato de Repasse nº 0233.403-86/2007/Ministério das Cidades/Caixa, observaram-se diversos instrumentos administrativos, quais sejam:

Quadro – Licenciamento ambiental

Item	Instrumento	Emissor	Emissão	Validade	Empreendimento
1	Licença Prévia nº 02.09.08.008146-0	Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH)	31/08/09	31/08/10	Implantação de loteamento para uso residencial a ser situado no Jardim Petrópolis, Petrolina/PE
2	Licença Prévia nº 02.10.12.035159-7	Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH)	01/12/10	02/12/11	Urbanização da área 2 do Loteamento Jardim Petrópolis, Petrolina/PE
3	Licença de Instalação nº 01.10.06.026161-4	Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH)	16/06/10	16/06/14	Construção de um conjunto habitacional constituído por duzentas unidades habitacionais, a ser situado no Loteamento Jardim Petrópolis, Petrolina/PE. Os esgotos serão conduzidos para a rede pública operada pela Prefeitura Municipal de Petrolina/PE.
4	Autorização nº 04.10.07.029071-1	Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH)	04/08/10	30/07/11	Pavimentação e drenagem do Loteamento Jardim Petrópolis em Petrolina/PE
5	Licença de Regularização Ambiental nº 06.031.2015	Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA)	08/07/15	08/07/17	Licença ambiental com efeito de Licença de Operação (LO) da regularização de uma área urbanizada que contempla um loteamento residencial denominado Conjunto Habitacional Jardim Petrópolis, com duzentas unidades habitacionais

Fonte: Processo Caixa nº 0233.403-86/2007, volume técnico VII, p. 1695-1696 (Item 3), 1790-1791 (Item 4), volume técnico VIII, p. 1953 (Item 2), volume principal VI (Item 5).

2.1.5. O Contrato de Repasse nº 0233.403-86/2007/Ministério das Cidades/Caixa e seus aditivos.

Fato

Na implementação do objeto do Contrato de Repasse nº 0233.403-86/2007/Ministério das Cidades/Caixa, observaram-se vários aditivos em sentido amplo, os quais podem ser divididos em: a) Aditivos financeiros; e b) Aditivos de prazo. São eles:

Quadro – Aditivos financeiros

Instrumento	Data	Objetivo
Termo de Apostilamento	07/05/09	Incorpora dados orçamentários e financeiros de recursos empenhados
Termo Aditivo	10/07/09	Alteração do valor da contrapartida para R$ 3.040.773,82
Termo Aditivo	15/07/09	Alteração do valor de transferência da União Federal para o valor mínimo de R$ 10.258.154,76 e máximo de R$ 10.866.309,53, e do valor máximo de contrapartida para R$ 2.432.619,06
Termo de Apostilamento	24/12/09	Incorpora dados orçamentários e financeiros de recursos empenhados
Termo Aditivo	01/07/10	Alteração do valor de contrapartida para R$ 3.134.619,06
Termo de Apostilamento	17/12/10	Incorpora dados orçamentários e financeiros de recursos empenhados
Termo de Apostilamento	03/01/11	Ajusta os valores pactuados, passando a União Federal a ter a obrigação de transferir até o valor de R$ 10.866.309,53, e o Estado de alocar o valor de R$ 2.526.464,29 a título de contrapartida
Termo de Apostilamento	24/11/11	Incorpora dados orçamentários e financeiros de recursos empenhados
Termo Aditivo	07/01/13	Alteração do valor da contrapartida do Contrato de Repasse, passando a ser de R$ 2.874.824,69
Termo Aditivo	30/07/13	Alteração da maneira de autorização de saque do Contrato de Repasse, passando a ser de acordo com o modelo de aferição por parcelas

Fonte: Processo Caixa nº 0233.403-86/2007, volume principal, p. 89, 100, 105-107, 120-122, 149, 181-183, volume principal II, p. 350, 379-380, volume principal III, p. 702-703, volume principal IV, p. 977, 985, 1159, volume principal VI.

Quadro – Aditivos de prazo

Instrumento	Data	Objetivo	Motivo
Termo Aditivo	28/12/10	Alteração da vigência do Contrato de Repasse, passando a se encerrar no dia 28 de dezembro de 2011	Finalização de adequações do projeto e das planilhas orçamentárias (Ofício nº 674/2010/GAB/DP-CEHAB, 17/12/10)
Termo Aditivo	07/11/11	Alteração da vigência do Contrato de Repasse, passando a se encerrar no dia 27 de dezembro de 2012	Alterações de projeto e necessidade de adequações na planilha orçamentária, e o cumprimento de exigências junto à Caixa Econômica Federal (Ofício nº 637/2011/ GAB/DP/Convênios-CEHAB, 31/10/11)
Termo Aditivo	10/12/12	Alteração da vigência do Contrato de Repasse, passando a se encerrar no dia 27 de dezembro de 2013	Alterações no projeto do sistema de esgotamento sanitário, nos revestimentos das unidades habitacionais, e na lista de beneficiários das unidades (Ofício nº 832/2012/GAB/DP/CEHAB, 14/11/12)
Termo Aditivo	20/11/13	Alteração da vigência do Contrato de Repasse, passando a se encerrar no dia 27 de dezembro de 2014	Alterações no projeto do sistema de esgotamento sanitário, nos revestimentos das unidades habitacionais (Ofício nº 959/2013 - GAB/DP/CEHAB, 08/11/13)

Instrumento	Data	Objetivo	Motivo
Termo Aditivo	02/12/14	Alteração da vigência do Contrato de Repasse, passando a se encerrar no dia 27 de junho de 2015	Conclusão das atividades do Trabalho Técnico Social (TTS) (Ofício nº 392/2014 - COPC/GOF/DG/DP/CEHAB, 24/11/14)
Termo Aditivo	18/06/15	Alteração da vigência do Contrato de Repasse, passando a se encerrar no dia 27 de dezembro de 2015	Desconformidades nos serviços executados, e exigências documentais pela Caixa Econômica Federal (Ofício nº 078/2015 - COPC/GOF/DG/DP/CEHAB, 15/07/15)
Termo Aditivo	27/11/15	Alteração da vigência do Contrato de Repasse, passando a se encerrar no dia 24 de junho de 2016	Pedido de aprovação da reprogramação sob a análise da Caixa Econômica Federal (Ofício nº 205/2015 - COPC/GOF/DPG/DP/CEHAB, 23/11/15)
Termo Aditivo	05/05/16	Alteração da vigência do Contrato de Repasse, passando a se encerrar no dia 21 de dezembro de 2016	Pedido de aprovação da reprogramação sob a análise da Caixa Econômica Federal (Ofício nº 121/2016 - COPC/GOF/DPG/DP/CEHAB, 28/04/16)
Termo Aditivo	02/12/16	Alteração da vigência do Contrato de Repasse, passando a se encerrar no dia 21 de junho de 2017	Pedido de aprovação da reprogramação sob a análise da Caixa Econômica Federal (Ofício nº 275/2016 - COPC/GOF/DPG/DP/CEHAB, 29/11/16)

Fonte: Processo Caixa nº 0233.403-86/2007, volume principal II, p. 346-347, 365-367, volume principal III, p. 670-671, 673-675, volume principal IV, p. 942-943, 947-948, volume principal VI.

2.1.6. O Contrato de Repasse nº 0233.403-86/2007/Ministério das Cidades/Caixa e a Concorrência nº 013/2009-CEL. Informações básicas do contrato de execução.

Fato

Com o objetivo de realizar aquilo que fora acordado no Contrato de Repasse nº 0233.403-86/2007/Ministério das Cidades/Caixa, a Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab) promoveu uma licitação na modalidade de concorrência, do tipo de menor preço, sob o regime de empreitada por preço unitário, a Concorrência nº 013/2009-CEL, que teve por objeto a contratação de empresa de engenharia para urbanização e construção de duzentas unidades habitacionais com implantação de infraestrutura básica, compreendendo os serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sistema de esgotamento sanitário, sistema de abastecimento de água, iluminação pública, recuperação ambiental, urbanização e paisagismo (praça), no Loteamento Jardim Petrópolis, no Município de Petrolina/PE.

Em virtude da realização do mencionado certame licitatório, celebrou-se o Contrato nº 008/2010, em 7 de abril de 2010, entre a Cehab e a CONSTRUTORA CASSI LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 35.389.170/0001-94, com o preço total de R$ 9.028.810,65, e um prazo original de dezoito meses para a execução dos serviços, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço nº 010/2010, de 20 de abril de 2010.

2.1.7. Concorrência nº 013/2009-CEL. Do edital. Dos documentos de habilitação. Exigência de comprovante de recolhimento de garantia prévia de participação, conforme item 4.3 do edital, expedido pela unidade financeira da Cehab. Procedimento suscetível de comprometimento do sigilo quanto ao universo de concorrentes.

Fato

Segundo os dispositivos do edital em epígrafe, dentre os documentos de habilitação previstos, exigiu-se dos concorrentes a apresentação do comprovante de recolhimento da garantia prévia de participação expedido pela unidade financeira da Cehab, procedimento este, portanto, anterior à abertura do certame:

> *"**4 Das condições prévias de participação**.*
>
> *[...]*
>
> *4.3 Será exigida uma **garantia prévia de participação** no valor de 1% (um por cento), do valor máximo estabelecido pela CEHAB, que corresponde a R$ 91.653,15 (noventa e um mil, seiscentos e cinquenta e três reais e quinze centavos) que **deverá ser recolhida à Unidade Financeira – UAFI (tesouraria) da CEHAB, sala 209 - 2º andar, fone 3182-7539, em qualquer das modalidades previstas no Art. 56 §1º da Lei Federal nº 8.666/93, até 1 (um) dia útil antes do dia da abertura do certame**.*
>
> *[...]*
>
> *d) **A comprovação do recolhimento da referida garantia será aferida pela CEL, junto a UAFI, antes do início da sessão de abertura do presente certame**.*
>
> *[...]*
>
> *4.5 **Não poderão participar deste processo licitatório** direta ou indiretamente:*
>
> *4.5.1 Empresas enquadradas em qualquer das disposições do Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93, ressaltando:*
>
> *[...]*
>
> *4.5.1.5 **Empresas que não tenham efetuado recolhimento da garantia prévia de participação, conforme citado no subitem 4.3**.*
>
> *[...]*
>
> *6. **Da documentação de habilitação – envelope 01**.*
>
> *[...]*
>
> *6.4 Da qualificação econômico-financeira:*
>
> *6.4.1 **Comprovante de recolhimento da Garantia Prévia de Participação, conforme item 4.3 deste Edital, expedido pela Unidade Financeira da CEHAB**". (Original sem grifo)*

Considerando-se o procedimento adotado pela Cehab, a instituição teve o conhecimento prévio dos possíveis interessados em participar da licitação, fato este que trouxe a suscetibilidade de comprometimento do sigilo quanto ao universo dos concorrentes, e de viabilização de eventuais conluios.

Conforme a Lei de Licitações, é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo (Lei nº 8.666/93, art. 3º, §1º). Dessa forma, haja vista a viabilidade de se incluir o comprovante da garantia no ato da proposta e da desnecessidade da apresentação anterior, pela possibilidade de comprometimento do caráter competitivo do certame, o procedimento adotado pela Cehab é avessa à finalidade da licitação e, portanto, ilegal.

Nesse sentido, o Acórdão nº 557/2010-TCU-Plenário:

> *"Relatório.*
>
> *Trata-se de representação (fls. 1/7), formulada pela Secretaria de Fiscalização de Obras, com fundamento no art. 132, inciso VI, da Resolução 191/2006, a respeito de possível irregularidade no edital-padrão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, que contém cláusula por meio da qual é exigido o recolhimento da garantia prevista no inciso III do art. 31 da Lei 8.666/1993 antes da data da abertura das propostas.*
>
> *[...]*
>
> *6. A Unidade Técnica refuta as justificativas apresentadas e propõe que seja feita determinação ao DNIT para que "retire do Edita-padrão e de todos os editais do DNIT, futuros e em andamento, a cláusula que impõe a apresentação de garantia em momento anterior ao da abertura das propostas, haja vista a infração aos arts. 43, inciso I, 31, inciso III e 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93, e informe o Tribunal, em 60 dias, sobre as providências adotadas".*
>
> *[...]*
>
> *Voto.*
>
> *[...]*
>
> *Quanto ao mérito, acolho a manifestação do Ministério Público por suas fundamentadas razões e, assim, considero não haver ilegalidade na previsão, constante no edital-padrão do Dnit, de que o valor da garantia, prevista no art. 31, III, da Lei 8.666/93, seja recolhido antecipadamente e a respectiva comprovação seja inserida no envelope de habilitação.*
>
> *É certo, conforme registra o douto Parquet, que, para os licitantes serem capazes de comprovar o recolhimento da garantia, faz-se necessário que, antecipadamente, adotem as medidas pertinentes para viabilizar junto a uma agência bancária ou entidade financeira, conforme a modalidade da garantia, o recolhimento dos respectivos valores. Dessa forma, não seria viável que o recolhimento se desse de forma concomitante à comprovação, que ocorre com a apreciação dos documentos inseridos no envelope de habilitação, na data fixada para sua abertura.*
>
> *Quanto à operacionalização do recolhimento dos valores, entendo pertinente a sugestão do Ministério Público de que seja expedida recomendação a respeito do*

assunto. Da mesma forma, cabível a determinação sugerida para que o órgão se abstenha de fixar em seus editais de licitação data limite para o recolhimento da garantia, sendo esse limite delimitado pelo próprio prazo para a entrega das propostas, respeitando-se os horários de funcionamento do órgão recebedor da garantia.

Acórdão.

[...]

9.2. determinar ao Dnit, com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno/TCU, que se abstenha de fixar em seus editais de licitação data limite para o recolhimento da garantia prevista no art. 31, III, da Lei n. 8.666/1993, sendo esse limite delimitado pelo próprio prazo para a entrega das propostas, respeitando-se os horários de funcionamento do órgão recebedor da garantia".

Manifestação da Unidade Examinada

Não houve manifestação da unidade examinada.

Análise do Controle Interno

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após a apresentação dos fatos, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo 'fato'.

2.1.8. Concorrência nº 013/2009-CEL. Do edital. Dos documentos de habilitação. Adoção de valores não usuais de índices contábeis sem a devida motivação. Restrição à competitividade.

Fato

A lei geral de licitações, a Lei nº 8.666/93, dispõe que a comprovação de boa situação financeira da empresa deve ser feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, sendo vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação (Art. 31, §5º, que trata da documentação relativa à qualificação econômico-financeira dos participantes da licitação).

A Instrução Normativa nº 5/95, do Ministério de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), que dispôs sobre procedimentos destinados à implantação e operacionalização do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), módulo do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), nos órgãos da Presidência da República, nos Ministérios, nas Autarquias e nas Fundações que integram o Sistema de Serviços Gerais (Sisg), estabelece, entre outras coisas, que:

"7. Dos editais

7.1. Para uniformidade de procedimentos os editais destinados às licitações públicas devem conter, obrigatoriamente, as exigências descritas nos incisos seguintes de modo a explicitar que:

[...]

V – A comprovação de boa situação financeira de empresa oriunda de localidade onde o Sicaf não tenha sido implantado, será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{Ativo\ Circulante + Realizável\ a\ Longo\ Prazo}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo}$$

$$SG = \frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo}$$

$$LC = \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante}$$

[...]

*7.2. As empresas que apresentarem resultado **igual ou menor do que 1 (um)**, em qualquer dos índices referidos no inciso V, quando de suas habilitações deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, na forma dos § § 2° e 3° , do artigo 31, da Lei n° 8.666/93, como exigência imprescindível para sua classificação podendo, ainda, ser solicitada prestação de garantia na forma do § 1° , do artigo 56, do mesmo diploma legal, para fins de contratação.*

7.2.1. O instrumento convocatório deverá prever, também, a alternativa escolhida e seu respectivo percentual, bem como a necessidade de garantia, se for o caso" (Original sem grifo)

Por sua vez, conforme o Edital da licitação em estudo, vê-se que a Cehab adotou valores mais rígidos para os índices contábeis:

"6.4.4 Comprovação da capacidade econômico-financeira, tomando por base o balanço e as demonstrações contábeis apresentados, que deverão revelar valores que atendam aos limites determinados, para os seguintes índices:

1 - $ILG = \frac{AC+RLP}{PC+ELP} \geq 1{,}50$

2 - $IEG = \frac{PC+ELP}{AT} \leq 0{,}50$

3 - $ILC = \frac{AC}{PC} \geq 1{,}50$

Onde:

ILG = Índice de Liquidez Geral;

IEG = Índice de Endividamento Geral;
RLP = Realizável em Longo Prazo;
ELP = Exigível em Longo Prazo;
ILC = Índice de Liquidez Corrente;
AC = Ativo Circulante;
PC = Passivo Circulante;
AT = Ativo Total"

A Cehab juntou ao processo licitatório uma justificativa técnica para a adoção desses índices econômico-financeiros, do qual se retirou a seguinte passagem:

> *"Para os processos licitatórios de obras de engenharia civil, onde há previsão de aplicação de material de construção, é procedimento da Cehab a exigência dos índices: a) ILC = ou > 1,5; b) ILG = ou > 1,5 e c) IEG = ou < 0,5.*
>
> *Portanto, levando em consideração a relevância dos valores a serem desembolsados, bem como da necessidade da boa saúde financeira da contratada, entendemos que a exigência dos índices de medição da capacidade econômica financeira das licitantes deve ser mantida, ou seja:*
>
> *a) ILC = ou > 1,5;*
> *b) ILG = ou > 1,5;*
> *c) IEG = ou < 0,5"*

Como se vê, para a adoção de valores mais rígidos para os índices contábeis, a Cehab fundamentou-se unicamente numa suposta habitualidade de uso na própria instituição. Isso, porém, não é suficiente.

A doutrina especializada entende que (CAMPELO, Valmir; CAVALCANTE, Rafael Jardim. *Obras públicas*: comentários à jurisprudência do TCU. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 310):

> *"Os índices devem ser minimamente satisfatórios para atestar que as concorrentes possuem condições para solver as suas obrigações contratuais. Essa suficiência deve ser* ***motivada por meio de estudos de mercado*** *que demonstrem a situação contábil usualmente encontrada em empresas daquele ramo de atividade econômica e de porte suficiente para a realização do objeto que se pretende contratar" (Original sem grifo)*

Não está no livre arbítrio do Administrador o afastamento da aplicação dos valores comumente adotados para os índices contábeis. Pelo contrário, a adoção de índices mais rígidos deve ser devidamente justificada no processo licitatório. Nesse sentido: Acórdão 2338/2006-TCU-Plenário, Acordão 773/2011-TCU-Plenário, Acórdão 402/2008-TCU-Plenário, Acórdão 2150/2008-TCU-Plenário, Acórdão 1694/2007-TCU-Plenário, e Acórdão 2882/2008-TCU-Plenário.

Manifestação da Unidade Examinada

Não houve manifestação da unidade examinada.

Análise do Controle Interno

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após a apresentação dos fatos, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo 'fato'.

2.1.9. Concorrência nº 013/2009-CEL. Do edital. Dos documentos de habilitação. Limitação desmotivada da quantidade de atestados para efeito de comprovação de capacidade técnico-operacional. Restrição à competitividade.

Fato

Sabe-se que a capacidade técnico-operacional do licitante está relacionada à sua capacidade operativa, à sua experiência na realização de objeto similar no que diz respeito à qualidade, quantidade e prazo de execução, coma condução coordenada de materiais, equipamentos e mão de obra.

De acordo com a Sumula nº 263/2011 do Tribunal de Contas da União (TCU):

> *"Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado".*

No que diz respeito à comprovação da capacidade técnico-operacional dos participantes da licitação, o edital da Concorrência nº 013/2009-CEL estabeleceu que:

> *"6.5.3.4 As parcelas de maior relevância, com indicação dos quantitativos que serão aceitos pela CEL, valores estes entendidos pela área técnica da Cehab, como os mínimos necessários, para as empresas comprovarem condições de executar o objeto licitado, são as discriminadas a seguir:*

Parcelas de serviços de maior relevância e/ou valor significativo	**Ud**	**Quantidades totais orçadas pela Cehab**	**Quantidades mínimas exigidas**
Aterro com compactação mecânica	m³	7.199,95	3.600,00
Alvenaria de tijolos	m²	28.397,50	14.199,00
Cobertura de telhas de cerâmicas	m²	10.516,00	5.258,00
Pavimentação em paralelos	m²	9.188,14	4.594,00
Rede de abastecimento de água	m	1.715,24	857,00
Rede de esgoto	m	7.420,74	3.710,00
Cabo para rede de iluminação pública e/ou distribuição de energia	m	3.075,00	1.537,00
Concreto armado e/ou estrutural	m³	800,12	400,00
Laje pré-moldada	m²	745,43	373,00
Piso cimentado	m²	7.860,52	3.930,00

> *6.5.3.5 As quantidades acima poderão ser comprovadas por meio da apresentação de até 03 (três) atestados, por item de serviço, permitindo-se a soma dos mesmos para comprovação da capacidade **Técnico-operacional**"*

Como se observou, a Cehab limitou a comprovação de experiência técnico-operacional à apresentação de até três atestados por item de serviço, sem, contudo, apresentar qualquer justificativa técnica para tal restrição.

Porém, para que a Administração estabeleça limites à quantidade de atestados, é necessário que seja por meio de decisão fundamentada, de maneira a demonstrar que o aumento de quantitativo desses serviços ocasiona, necessária e desproporcionalmente, uma dificuldade no cumprimento da qualidade e do prazo contratados. Em outras palavras, a limitação do número de comprovantes requer uma demonstração razoável de que a execução de quantidades superiores desses serviços exige uma maior capacidade operativa dos participantes, seja pelo aumento da complexidade técnica do objeto, seja pelo aumento da dificuldade no cumprimento dos prazos acordados para a conclusão da obra.

Nesse sentido: Acórdão 2150/2008-TCU-Plenário, Acórdão 2882/2008-TCU-Plenário, Acordão 1237/2008-TCU-Plenário, Acórdão 1636/2007-TCU-Plenário, e Acórdão 2359/2007-TCU-Plenário.

Vale ressaltar que, de acordo com a Ata de Julgamento de Habilitação da Concorrência nº 013/2009-CEL, de 22 de janeiro de 2010, duas empresas foram desclassificadas pela falta de comprovação da exigência do item 6.5.3.4 do seu edital, de forma a reforçar a caracterização de restrição à competitividade.

Manifestação da Unidade Examinada

Não houve manifestação da unidade examinada.

Análise do Controle Interno

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após a apresentação dos fatos, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo 'fato'.

2.1.10. Concorrência nº 013/2009-CEL. Do edital. Dos documentos de habilitação. Possibilidade de autenticação de documentos pela Comissão de Licitação em data anterior à data de abertura do certame. Procedimento suscetível de comprometimento do sigilo quanto ao universo de concorrentes.

Fato

Segundo dispositivo do edital em epígrafe, previu-se a possibilidade de autenticação, pela própria Comissão de Licitação, da documentação exigida dos interessados em data anterior à abertura do certame:

> *"**5 Da forma de apresentação dos documentos de habilitação e das propostas de preços e condições para contratação**.*
>
> *[...]*

5.6 Os documentos poderão ser apresentados em cópia, com autenticação efetuada pela Comissão de Licitação, desde que se apresentem os originais, no máximo, ***<u>até o 3º (terceiro) dia útil antes da data de abertura do presente certame</u>****". (Original sem grifo)*

Considerando-se o procedimento adotado pela Cehab, a instituição teve o conhecimento prévio de possíveis interessados em participar da licitação, fato este que trouxe a suscetibilidade de comprometimento do sigilo quanto ao universo dos concorrentes, e de viabilização de eventuais conluios.

Conforme a Lei de Licitações, é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo (Lei nº 8.666/93, art. 3º, §1º). Dessa forma, haja vista a viabilidade de se incluir documentos autenticados por outro procedimento no ato da proposta e da desnecessidade de sua apresentação à Comissão de Licitação anterior à abertura do certame, pela possibilidade de comprometimento do caráter competitivo da licitação, o procedimento adotado pela Cehab é avessa à finalidade da própria licitação e, portanto, ilegal.

É importante ressaltar que vários participantes fizeram uso desse dispositivo do edital, e, assim, teve contato anterior com a Comissão de Licitação para efetuar a autenticação de documentos em data anterior à abertura do certame.

Manifestação da Unidade Examinada

Não houve manifestação da unidade examinada.

Análise do Controle Interno

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após a apresentação dos fatos, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo 'fato'.

2.1.11. Concorrência nº 013/2009-CEL. Evidências de conluio entre participantes da licitação.

Fato

O processo licitatório referente à Concorrência nº 013/2009-CEL apresentou alguns vestígios que comprometeram a lisura do certame. A respeito dessas máculas, algumas anotações agora desenvolvidas.

1. Da Comissão Especial de Licitação (CEL).

Para exercer o mandato de membro titular da Comissão Especial de Licitação, nomeou-se J. P. DOS S. O., inscrito no CPF sob o nº ***.952.934-**, através da Portaria nº 133/2009, de 8 de setembro de 2009 (Concorrência nº 013/2009-CEL, p. 562).

Ao lado disso, informa-se que a empresa OTL OBRAS TECNICAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 00.545.355/0001-66, participou do certame, sendo desclassificada na fase de habilitação (Concorrência nº 013/2009-CEL, p.1904).

Sabe-se também que J. P. DOS S. O. mantém a sociedade empresária limitada de razão social MERCADÃO DO PINTOR LTDA. - ME, juntamente com T. D. C. O., que por sua vez é prima de um dos sócios da OTL OBRAS TECNICAS LTDA., de nome G. D. C., inscrito no CPF sob o nº ***.214.274-** (Concorrência nº 013/2009-CEL, p. 562, 1888).

2. Dos protocolos de entrega.

Aos autos do procedimento referente à Concorrência nº 013/2009-CEL, foram juntados os comprovantes de entrega de cópia do edital ao total de trinta empresas. São elas:

Quadro – Protocolos de entrega do edital

Empresa		**Agente recebedor**		**Processo**
Nome	**CNPJ**	**Nome**	**Cargo**	**p.**
USINA DE OBRAS EMPREENDIMENTOS LTDA	07.826.791/0001-52	A. M. R. J.	Sócio	628
J C L ENGENHARIA LTDA	69.968.238/0001-01	A. M. F. DE O.	Vínculo empregatício	622
CONSTRUTORA VENANCIO LTDA	12.574.539/0001-33	B. A. DA S.	Vínculo empregatício	611
ENGECOL ENGENHARIA DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA	24.339.822/0001-60	C. R. DA S.	-	610
IMOBILIARIA ROCHA LTDA	08.162.448/0001-13	C. C. DA S.	Vínculo empregatício	613
HBR ENGENHARIA LTDA	05.547.417/0001-92	D. B. DE S.	Vínculo empregatício	619
SEDENGE-SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA - EPP	70.082.227/0001-09	E. P. DA S.	Vínculo empregatício	633
FLAMAC INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA	35.541.010/0001-19	G. E. DA S.	Vínculo empregatício	632
TAMASA ENGENHARIA SA	18.823.724/0001-09	J. DE M. M. J.	-	634
CONSTRUTORA SAINT ENTON LTDA	11.561.313/0001-35	J. B. M.	Vínculo empregatício	624
CONSTRUTORA BAPTISTA LEAL LTDA.	02.218.050/0001-75	J. DE M. B. N.	-	609
WALTER LOPES ENGENHARIA LTDA	05.275.604/0001-64	J. DE M. B. N.	-	621
COLMEIA ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA	41.051.046/0001-17	J. J. DA S.	Vínculo empregatício	617
SCAVE SERVICOS DE ENGENHARIA E LOCACAO LTDA	01.514.128/0001-36	J. C. G. DE A.	Vínculo empregatício	615
DIRECTA ENGENHARIA & PROJETOS LTDA.	03.561.128/0001-12	J. G. DE M.	Vínculo empregatício	631
CONSTRUTORA SBM LTDA	02.908.931/0001-18	J. M. DE A.	-	629
DIAS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA	06.002.195/0001-95	J. P. DE L.	Vínculo empregatício	630
T. BARRETO CONSTRUCOES LTDA	02.105.940/0001-70	J. G. T. B. F.	Sócio	612

Empresa		Agente recebedor		Processo
Nome	**CNPJ**	**Nome**	**Cargo**	**p.**
J M F - CONSTRUCOES E SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI - EPP	10.624.354/0001-60	J. M. DA S.	Responsável	627
SVA CONSTRUCOES E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME	08.779.420/0001-20	J. M. DA S.	Vínculo empregatício	626
TROPICOS ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	11.542.750/0001-01	L. C. DA S.	Vínculo empregatício	616
MULTISET ENGENHARIA LTDA	03.539.154/0001-44	M. V. DO N.	-	625
CONSTRUTORA CASSI LTDA	35.389.170/0001-94	O. F.	Vínculo empregatício	614
J K ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA	06.061.013/0001-57	O. F.	-	636
CONSTRUTORA CAMILO BRITO LTDA - EPP	08.824.641/0001-72	R. A. C.	Vínculo empregatício	637
SOERGUER CONSTRUCOES LTDA - ME	05.545.016/0001-01	R. A. C.	-	638
EDIFICARTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	03.828.764/0001-68	R. R. R. M.	Vínculo empregatício	623
L. & R. SANTOS CONSTRUCOES LTDA	07.408.234/0001-11	T. N. DA S.	Vínculo empregatício	635
OTL OBRAS TECNICAS LTDA	00.545.355/0001-66	V. P. V.	Vínculo empregatício	620
CONSTRUTORA MILAO E EMPREENDIMENTOS EIRELI	08.432.427/0001-70	W. I. DE L.	Vínculo empregatício	618

Fonte: Processo administrativo referente à Concorrência nº 013/2009-CEL.

Comparando-se os mencionados protocolos de entrega do edital, verificou-se que quatro pessoas receberam, simultaneamente, por duas empresas: a) J. DE M. B. N. recebeu pelas empresas CONSTRUTORA BAPTISTA LEAL LTDA. e WALTER LOPES ENGENHARIA LTDA.; b) J. M. DA S. recebeu pelas empresas J. M. F. - CONSTRUCOES E SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI – EPP e SVA CONSTRUCOES E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA. – ME; c) O. F. recebeu pelas empresas CONSTRUTORA CASSI LTDA. e J. K. ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA.; d) R. A. C. recebeu pelas empresas CONSTRUTORA CAMILO BRITO LTDA – EPP e SOERGUER CONSTRUCOES LTDA – ME.

Dos nomes citados, cabe um destaque especial a O. F., inscrito no CPF sob o nº ***.461.124-**, o qual recebeu cópia do edital em nome das empresas CONSTRUTORA CASSI LTDA. e J K ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA., primeira e segunda colocadas, respectivamente, de acordo com a Ata de Abertura das Propostas de Preços da Concorrência nº 013/2009-CEL, de 4 de fevereiro de 2010 (Concorrência nº 013/2009-CEL, p. 2175). Sabe-se ainda que O. F. já foi empregado da CONSTRUTORA CASSI LTDA.

3. Da prestação da garantia.

Nos termos dos dispositivos dos itens 4.3 “d”, 4.5.1.5 e 6.4.1 do edital da licitação, exigiu-se, indevidamente, dos participantes da licitação, a apresentação do comprovante de recolhimento da garantia prévia de participação expedido pela unidade financeira da Cehab, exigência esta

que deixou a licitação suscetível de comprometimento do sigilo quanto ao universo dos concorrentes, e de viabilização de eventuais conluios.

De acordo com informação processual, das trinta empresas que formalmente receberam cópia do edital, apenas onze recolheram a garantia de participação exigida no certame. São elas:

Quadro – Empresas que prestaram garantia

Empresa	
Nome	**CNPJ**
J C L ENGENHARIA LTDA	69.968.238/0001-01
ENGECOL ENGENHARIA DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA	24.339.822/0001-60
IMOBILIARIA ROCHA LTDA	08.162.448/0001-13
FLAMAC INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA	35.541.010/0001-19
SCAVE SERVICOS DE ENGENHARIA E LOCACAO LTDA	01.514.128/0001-36
CONSTRUTORA SBM LTDA	02.908.931/0001-18
DIAS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA	06.002.195/0001-95
CONSTRUTORA CASSI LTDA	35.389.170/0001-94
J K ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA	06.061.013/0001-57
CONSTRUTORA CAMILO BRITO LTDA – EPP	08.824.641/0001-72
OTL OBRAS TECNICAS LTDA	00.545.355/0001-66

Fonte: Processo administrativo referente à Concorrência nº 013/2009-CEL, p. 639.

Destarte, conforme as regras estabelecidas no certame, somente essas onze empresas poderiam participar da licitação.

No entanto, as empresas J C L ENGENHARIA LTDA. e ENGECOL ENGENHARIA DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA não compareceram à abertura da concorrência, ou seja, não apresentaram a documentação referente à habilitação e proposta de preços (Ata de Abertura da Concorrência, de 15 de janeiro de 2010). Dessa forma, apenas nove empresas participaram efetivamente da fase de habilitação.

A respeito da empresa ENGECOL ENGENHARIA DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA, cabe frisar que a mesma foi vencedora da Tomada de Preços nº 03/2008, derivado do Contrato de Repasse nº 0244846-65, na qual teve também a participação da CONSTRUTORA CASSI LTDA., vencedora da licitação em estudo no momento, a Concorrência nº 013/2009-CEL. Na mencionada Tomada de Preços nº 03/2008, registraram-se indícios de direcionamento do resultado do processo licitatório, com restrição à competitividade, entre os quais: a) a publicação da homologação da licitação realizada em 11 de dezembro de 2008, data posterior à assinatura do contrato, em 27 de junho de 2008, e à publicação do extrato do contrato em 23 de julho de 2008; b) existência de relacionamento comercial entre sócios de quatro das sete empresas licitantes; c) a documentação de habilitação apresentada pelas empresas está com carimbo de autenticação das cópias ("confere com o original") com data anterior à data de abertura de entrega dos envelopes, tendo sido os mesmos assinados, aparentemente, por servidor da Prefeitura, integrante da CPL (cláusula 19.11 do edital), demonstrando, assim, que a Comissão teve acesso aos documentos de habilitação antes da abertura dos envelopes (Relatório de Fiscalização 01462, referente ao 29º Sorteio do Projeto de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos, do Município de Petrolina/PE – constatação 7.1.7).

4. Das empresas que apenas deixaram a documentação na abertura do certame.

Das nove empresas que participaram da abertura da concorrência, quatro delas deixaram os envelopes relativos à habilitação e proposta de preços com a Comissão Especial de Licitação (CEL) e optaram por se ausentar da sessão de abertura. São elas: a) IMOBILIARIA ROCHA LTDA.; b) FLAMAC INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA.; c) CONSTRUTORA SBM LTDA. d) CONSTRUTORA CAMILO BRITO LTDA – EPP.

No que diz respeito à empresa IMOBILIARIA ROCHA LTDA., informa-se que, na Concorrência nº 012/2008, promovida pela Prefeitura Municipal de Petrolina/PE, registraram-se evidências de conluio entre os participantes do processo licitatório, na qual fora participante, além da IMOBILIARIA ROCHA LTDA., a CONSTRUTORA CASSI LTDA. (Relatório de Fiscalização 01462, referente ao 29º Sorteio do Projeto de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos, do Município de Petrolina/PE – constatação 9.1.37).

Sobre a empresa FLAMAC INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA., destaca-se que a mesma participou, juntamente com a IMOBILIARIA ROCHA LTDA., da Concorrência nº 005/2008, promovida pela própria Cehab, na qual restou caracterizado o conluio entre as licitantes, licitação onde se observou, entre outros fatos, que um membro da Comissão de Licitação era irmão de sócio da empresa vencedora do certame (Papéis de trabalho da Ordem de Serviço (OS) nº 215181).

5. Da autenticação de documentos de habilitação junto à Comissão de Licitação.

Conforme o item 5.6 do edital, previu-se a possibilidade de autenticação, pela própria Comissão de Licitação, da documentação exigida dos interessados em data anterior à abertura do certame.

Tendo em consideração a documentação de habilitação apresentada pelas empresas, verificou-se que várias folhas estão com carimbo de autenticação das cópias ("confere com o original") com data anterior à abertura dos envelopes (15 de janeiro de 2010), tendo sido as mesmas assinadas por membro da CEL da Cehab, demonstrando, assim, que a Comissão teve acesso aos licitantes e documentos de habilitação antes da abertura dos envelopes. São eles: a) FLAMAC INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA. (Concorrência nº 013/2009-CEL, p. 50-69, 83-100, 108-113); b) CONSTRUTORA SBM LTDA. (Concorrência nº 013/2009-CEL, p. 929-1007, 1014-1017,1019-1024, 1030-1036, 1043-1044, 1047, 1049, 1051-1054); c) CONSTRUTORA CAMILO BRITO LTDA – EPP. (Concorrência nº 013/2009-CEL, p. 1143, 1152-1243, 1270, 1272-1273); d) DIAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. (Concorrência nº 013/2009-CEL, p. 1414-1449, 1459-1462, 1465-1470, 1472-1476, 1488, 1492-1495).

6. Vínculos entre as empresas.

6.1 Da documentação de habilitação da CONSTRUTORA CASSI LTDA.

Atendo-se à documentação de habilitação da empresa, verificou-se que houve a juntada da Certidão de Acervo Técnico (CAT) nº 01-02278/99 e atestado contendo as informações: a) da contratante, a IMOBILIARIA ROCHA LTDA.; b) da contratada, a CONSTRUTORA CASSI LTDA.; e c) de um dos responsáveis técnicos, J. C. C. DE J., inscrito no CPF sob o nº ***.390.355-**, que tinha vínculo empregatício com a empresa CONSTRUTORA CASSI

LTDA., e é fundador da J. K. ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA., segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (Concorrência nº 013/2009-CEL, p. 100-116).

Informa-se também que a CONSTRUTORA CASSI LTDA. e a J. K. ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA. têm o mesmo contador, F. N. F. C., inscrito no CPF sob o nº ***.590.274-**.

6.2 Da documentação de habilitação da CONSTRUTORA SBM LTDA.

Em atenção à documentação de habilitação da empresa, vê-se que houve a juntada de atestados de serviços da CONSTRUTORA SBM LTDA., onde um dos responsáveis técnicos, J. R. S. M. F., inscrito no CPF sob o nº ***.098.604-**, é sócio da empresa J C L ENGENHARIA LTDA. (Concorrência nº 013/2009-CEL, p. 950, 981, 986, 993). Já outros documentos, tais como atestado e currículo, trazem o nome do responsável técnico L. H. DE. O. M. E S., inscrito no CPF sob o nº ***.486.074-**, o qual tinha vínculos empregatícios concomitantes com a CONSTRUTORA SBM LTDA. e a J. C. L. ENGENHARIA LTDA. (Concorrência nº 013/2009-CEL, p. 971, 1008, 1010-1013, 1015, 1026).

6.3 Da documentação de habilitação da IMOBILIARIA ROCHA LTDA.

Quanto à documentação de habilitação da empresa, verificou-se que houve a juntada da Certidão de Registro e Quitação nº 2000044/2010 do Crea/PE, de 4 de janeiro de 2010, referente à IMOBILIARIA ROCHA LTDA., que traz o responsável técnico E. DE F. M. N., inscrito no CPF sob o nº ***.785.604-**, o qual tinha o vínculo empregatício simultâneo com as empresas FLAMAC INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA., ENGECOL ENGENHARIA DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA. e a IMOBILIARIA ROCHA LTDA. (Concorrência nº 013/2009-CEL, p. 1579).

7. Outras informações.

7.1 Fase de habilitação.

Conforme disposto do item 6.5.3.5 do edital da concorrência, estabeleceu-se um limite de atestados para a comprovação de experiência técnico-operacional dos participantes do certame. Essa limitação, porém, não foi justificada no processo licitatório, de forma a caracterizar uma restrição à competitividade.

Segundo a Ata de Julgamento de Habilitação da Concorrência nº 013/2009-CEL, de 22 de janeiro de 2010, duas empresas foram desclassificadas pela falta de comprovação da exigência do item 6.5.3.4 do seu edital, que trata da capacidade técnico-operacional: a) a OTL OBRAS TECNICAS LTDA., pela não comprovação da execução das quantidades mínimas dos serviços de “alvenaria de tijolos” e “cobertura com telhas cerâmicas”; b) a CONSTRUTORA CAMILO BRITO LTDA – EPP, pela não comprovação da execução da quantidade mínima do serviço de “piso cimentado” (Concorrência nº 013/2009-CEL, p. 1579).

Apesar de ser um motivo de pequena ordem, não se registrou qualquer recurso contra a decisão tomada pela Comissão Especial de Licitação.

7.2 Fase de proposta de preços.

Em seguida, de acordo com a Ata de Julgamento de Proposta de Preços da Concorrência nº 013/2009-CEL, de 12 de fevereiro de 2010, dois outros participantes da licitação foram desclassificados: a) a FLAMAC INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA., pela não apresentação dos preços unitários dos serviços; e b) a IMOBILIARIA ROCHA LTDA., por não apresentar preço um item de serviço.

Aqui também, embora as desclassificações tenham ocorrido por conta de erros crassos, não se registrou no processo licitatório qualquer interposição de recurso contra a decisão adotada pela Comissão Especial de Licitação.

8. Conclusão.

Diante dos fatos narrados e das suficientes evidências de conluio entre os partícipes do processo licitatório, conclui-se que a licitação em questão, a Concorrência nº 013/2009-CEL, não merece fé.

Manifestação da Unidade Examinada

Não houve manifestação da unidade examinada.

Análise do Controle Interno

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após a apresentação dos fatos, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo 'fato'.

2.1.12. Contrato de execução nº 008/2010 e seus aditivos.

Fato

Fruto da Concorrência nº 013/2009-CEL, o Contrato de execução nº 008/2010, de 7 de abril de 2010, celebrado entre a Cehab e a CONSTRUTORA CASSI LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 35.389.170/0001-94, com o preço inicial total de R$ 9.028.810,65, e um prazo original de dezoito meses para a execução dos serviços, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço nº 010/2010, de 20 de abril de 2010, sofreu diversos termos aditivos ao longo da vigência contratual.

Quadro – Aditivos (sentido amplo)

Instrumento	Data	Objetivo	Motivo
1º Termo Aditivo	19/08/11	Prorrogação do prazo de execução por 180 dias (20/10/11 a 16/04/12)	1) Necessidade de licenciamento da Área 2; 2) Aumento dos quantitativos de serviços (Solicitação de Aditivo de Prazo, 16/08/11)
Termo de Ajuste	16/11/11	Primeiro reajuste	Previsão contratual de reajuste periódico
Termo de Ajuste	02/01/12	Primeiro reajuste	Previsão contratual de reajuste periódico
Termo Aditivo nº 024/2012 (2º Termo Aditivo)	17/04/12	Prorrogação do prazo de execução por 180 dias (17/04/12 a 13/10/12)	1) Adequação do projeto executivo, com aumento nas quantidades de serviços; 2) Modificação do projeto do Sistema de Tratamento do Esgoto; 3) Aprovação nos órgãos competentes; 4) Necessidade de

Instrumento	Data	Objetivo	Motivo
			replanilhamento para atender os serviços extras e excedentes (Justificativa, 22/03/12)
Termo Aditivo nº 055/2012 (3º Termo Aditivo)	07/05/12	1º replanilhamento, passando o valor contratual de R$ 9.028.810,65 para R$ 11.244.506,34, que representa um aumento de 24,54%	1) Acréscimo de serviços na Área 1 (Esgotamento sanitário, Abastecimento de água; e Habitação); 2) 1) Acréscimo de serviços na Área 2 (Terraplenagem, Drenagem, e Esgotamento sanitário) (Justificativa, 26/03/12)
Termo de Ajuste	20/08/12	Primeiro reajuste	Previsão contratual de reajuste periódico
Termo Aditivo nº 167/2012 (4º Termo Aditivo)	14/10/12	Prorrogação do prazo de execução por 180 dias (14/10/12 a 11/04/13)	1) Adequação do projeto executivo, com aumento nas quantidades de serviços; 2) Modificação do projeto do Sistema de Tratamento do Esgoto; 3) Necessidade de replanilhamento para atender os serviços extras e excedentes (Justificativa, 09/10/12)
Termo Aditivo nº 019/2013 (5º Termo Aditivo)	02/04/13	Prorrogação do prazo de execução por 365 dias (11/04/13 a 11/04/14)	1) Adequação do projeto executivo, com aumento nas quantidades de serviços; 2) Modificação do projeto do Sistema de Tratamento do Esgoto (STE), com a substituição da lagoa de estabilização inicialmente projetada para o tratamento de efluentes pela adoção de Reator Anaeróbico de Fluxo Ascendente (RAFA); 3) Necessidade de replanilhamento para atender os serviços extras e excedentes (Justificativa, 25/03/13)
Termo Aditivo nº 030/2013 (6º Termo Aditivo)	17/04/13	2º replanilhamento, passando o valor contratual de R$ 11.244.506,34 para R$ 11.246.121,62, que representa um aumento de 0,018%	1) Necessidade de introdução de novos itens e mudanças de quantidades de serviços em função da divergência entre o projeto executivo e a planilha orçamentária; 2) Pavimentação: aumento de área de pavimento das ruas internas; 3) Esgotamento sanitário: substituição da lagoa de estabilização para o tratamento dos efluentes; 4) Execução de revestimentos interno e externo das unidades habitacionais (Justificativa, 07/12/12)
Termo de Ajuste	09/07/13	Segundo e terceiro reajustes	Previsão contratual de reajuste periódico
Termo Aditivo nº 078/2013 (7º Termo Aditivo)	08/11/13	1º readequação da planilha orçamentária, sem reflexo financeiro, que representa uma readequação de 6,01% em relação à planilha original	1) Acréscimo em quantitativo de execução de aterro abrangendo espalhamento, homogeneização, umedecimento e compactação mecânica em camadas de 20cm de espessura, inclusive o fornecimento do barro proveniente de jazida a uma distância máxima de 26Km para regularização da ETE (Justificativa, sem data)
Termo Aditivo nº 017/2014 (8º Termo Aditivo)	11/04/14	Prorrogação do prazo de execução por 240 dias (12/04/14 a 12/12/14)	1) Alteração do projeto do Sistema de Esgotamento Sanitário, com a substituição do tratamento do esgoto por lagoa de estabilização para o tratamento de efluentes a partir de uma ETE compacta; 2) Melhoramento dos revestimentos das unidades habitacionais, quando antes o projeto previa só o revestimento das paredes dos banheiros e das frentes das unidades habitacionais, passando a contemplar todas as paredes; 3) Necessidade de ampliação da rede de esgotamento sanitário principalmente na Área 2, com o crescimento do número de

Instrumento	Data	Objetivo	Motivo
			unidades habitacionais após o início do projeto (Justificativa, sem data)
Termo Aditivo (9º Termo Aditivo)	22/05/14	Adequação da planilha orçamentária, sem reflexo financeiro, que representa uma readequação de 0,46% em relação à planilha original	Necessidade de replanilhamento devido à existência de medições sem quantitativos específicos em planilha orçamentária, com destaque para a permuta de quantitativos entre os itens de serviço 2.2.3 e 2.2.4 referentes ao serviço de escavação de valas em material de 3ª categoria (rocha) com explosivos, inclusive abafamento (Justificativa, sem data)
Termo Aditivo (10º Termo Aditivo)	08/12/14	Prorrogação do prazo de execução por 240 dias (13/12/14 a 11/06/15)	1) Espera pela emissão de documentos oficiais de ateste de conformidade dos serviços executados; 2) Ausência de aceite pela Caixa Econômica Federal devido a exigências documentais referentes à participação do construtor de modo a permitir a aprovação de aditivos e a liberação de pagamentos, e a obtenção de Licença de Operação (LO) a cargo da Cehab (Justificativa, 01/12/14)
Termo Aditivo (11º Termo Aditivo)	11/06/15	Prorrogação do prazo de execução por 180 dias (12/06/15 a 09/12/15)	1) Espera pela emissão de documentos oficiais de ateste de conformidade dos serviços executados; 2) Ausência de aceite pela Caixa Econômica Federal devido a exigências documentais referentes à participação do construtor de modo a permitir a aprovação de aditivos e a liberação de pagamentos, e a obtenção de Licença de Operação (LO) a cargo da Cehab (Justificativa, 19/05/15)

Fonte: Anexos à correspondência eletrônica, de 12 de abril de 2017, da Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab).

2.1.13. Contrato de execução nº 008/2010 e suas medições.

Fato

Considerando-se a instrução processual de acompanhamento da execução do Contrato de Repasse nº 0233.403-86/2007/Ministério das Cidades/Caixa, verificou-se a juntada de: a) 36 Boletins de Medição (BM), totalizando a quantia de R$ 9.187.591,07; b) 29 Notas Fiscais (NF), que somadas representam um valor total de R$ 8.618.383,81; c) 22 Relatórios de Acompanhamento de Engenharia (RAE), que atestam serviços num total de R$ 8.433.084,20, o que representaria 93,39% de um previsto de R$ 9.030.425,93.

Quadro – Boletins de Medição (BM) X Notas Fiscais X (NF) X Relatórios de Acompanhamento de Engenharia (RAE)

BM	Período		Valor (R$)	NF	Data	Valor (R$)	RAE	Data	Valor (R$)
	Início	Fim							
01	20/04/10	28/05/10	406.614,50	43	01/10/10	228.061,34		BM 01	228.061,34
				49	13/10/10	93.334,21			
02	29/05/10	21/06/10	232.986,63	44	01/10/10	232.986,63		BM 02	232.986,63
03	22/06/10	22/07/10	210.730,58	45	01/10/10	210.730,58		BM 03	210.730,58
							01	03/08/10	671.778,55
04	23/07/10	23/08/10	311.290,00	46	01/10/10	311.290,00		BM 04	311.290,00
05	24/08/10	23/09/10	343.423,09	47	01/10/10	343.423,09		BM 05	343.423,09

BM	Período		Valor (R$)	NF	Data	Valor (R$)	RAE	Data	Valor (R$)
	Início	Fim							
								BM 01	93.334,21
							02	29/09/10	748.047,30
06	24/09/10	22/10/10	363.240,04	61	17/11/10	363.240,04		BM 06	363.240,04
07	23/10/10	24/11/10	391.113,05	87	30/12/10	391.113,05		BM 07	391.113,05
							03	06/12/10	754.353,09
08	25/11/10	22/12/10	430.969,40	88	30/12/10	430.969,40		BM 08	430.969,40
							04	17/01/11	430.969,40
09	23/12/10	27/01/11	347.555,21	104	23/03/11	347.555,21		BM 09	347.555,21
10	28/01/11	28/02/11	607.878,82	105	23/03/11	607.878,82		BM 10	607.878,82
							05	16/03/11	955.434,03
11	01/03/11	25/03/11	306.225,94	114	16/05/11	117.663,41		BM 11	117.663,41
				123	13/06/11	188.562,53		BM 11	188.562,53
12	26/03/11	28/04/11	306.367,99	124	13/06/11	62.449,22		BM 12	62.449,22
				130	01/07/11	243.918,77		BM 12	243.918,77
							06	11/05/11	612.593,93
13	29/04/11	27/05/11	378.774,96	131	01/07/11	134.856,19		BM 13	134.856,19
				144	15/09/11	243.918,77		BM 13	243.918,77
							07	17/06/11	378.774,96
14	28/05/11	28/06/11	262.659,82	151	26/09/11	213.479,95		BM 14	213.479,95
				171	17/11/11	49.179,87		BM 14	49.179,87
15	29/06/11	28/07/11	82.146,44	172	17/11/11	82.146,44		BM 15	82.146,44
							08	16/08/11	344.806,26
16	29/07/11	26/08/11	249.392,97	170	17/11/11	81.060,22		BM 16	81.060,22
				230	13/04/12	168.333,00		BM 16	168.333,00
							09	18/10/11	249.393,22
17	27/08/11	30/09/11	212.386,53	231	13/04/12	212.386,38		BM 17	212.386,38
18	01/10/11	31/10/11	195.799,30	287	27/08/12	195.799,18		BM 18	195.799,18
							10	30/11/11	408.185,56
19	01/11/11	28/11/11	192.061,52	288	27/08/12	192.061,52		BM 19	192.061,52
20	29/11/11	29/12/11	369.708,83	289	27/08/12	200.971,60		BM 20	200.971,60
				289	12/11/12	168.714,84		BM 20	168.714,84
							11	10/01/12	561.747,96
21	30/12/11	31/01/12	83.812,33	323	12/11/12	83.812,33		BM 21	83.812,33
							12	02/02/12	83.812,33
22	01/02/12	29/02/12	27.644,90	324	12/11/12	27.644,90		BM 22	27.644,90
							13	20/03/12	27.644,90
23	01/03/12	26/03/12	34.079,21	325	12/11/12	34.079,21		BM 23	34.079,21
							14	23/04/12	34.079,21
24	27/03/12	18/05/12	51.663,86	326	12/11/12	51.663,86		BM 24	51.663,86
							15	18/06/12	51.663,86
25	19/05/12	18/06/12	30.011,52	327	12/11/12	30.011,52		BM 25	30.011,52
							16	09/08/12	30.011,52
26	19/06/12	18/07/12	11.722,27	328	12/11/12	11.722,27		BM 26	11.722,27
							17	09/08/12	11.722,27
27	19/07/12	22/10/12	21.687,62	391	22/05/13	21.687,62		BM 27	21.687,62
							18	10/12/12	21.687,62
28	23/10/12	18/03/13	1.296.158,73	392	22/05/13	1.187.087,82		BM 28	1.187.087,82
							19	16/05/13	1.187.087,82
29	19/03/13	20/06/13	384.363,44	397	01/07/13	53.925,53		BM 29	53.925,53
				401	23/07/13	305.000,00		BM 29	305.000,00

BM	Período		Valor (R$)	NF	Data	Valor (R$)	RAE	Data	Valor (R$)
	Início	Fim							
				413	27/08/13	25.437,91		BM 29	25.437,91
							20	08/08/13	384.363,44
30	21/06/13	20/07/13	442.834,76	409	16/08/13	442.834,76		BM 30	442.834,76
							21	23/09/13	496.760,29
31	21/07/13	20/08/13	212.592,26	412	26/08/13	212.592,26			
32	21/08/13	20/09/13	14.799,56	425	09/10/13	14.799,56			
33	21/09/13	20/03/14	144.741,23						
34	21/03/14	11/04/14	98.793,61						
35	12/04/14	20/05/14	42.092,52					BM 35	42.092,52
							22	29/09/14	42.092,52
36	21/05/14	21/06/14	89.267,63						

Fonte: Processo Caixa nº 0233.403-86/2007, volume principal, p. 165-167, 189-193, 201-204, 209-211, 229-232, 252-256, 276-277, 280-281, 285, 289, 293, 297, 301, volume principal II, p. 326-333, 335-336, 358-359, 371-376, 400-401, 403-404, 408-413, 419, 422, 426, 438-439, 443-444, 448-453, 472-475, 492-493, 495, 497, 506-508, 512-514, 534-538, 540-545, 555-559, 568, 570, volume principal III, p. 585-591, 601-602, 604, 618-623, 636-641, 646-651, 680, 686, 697-701, 706-709, 712-717, 730, 733, 736, 742-747, 753-763, 766-769, 771-773, 779-782, 785-788, 805-808, volume IV, p. 812, 815, 838-842, 852-854, 857-859, 863-867, 900, 911, 915, 919, 925-928, 952-954, 989, 993-994, 998, 1002, 1006, 1010, 1014, volume principal V, p. 1048-1056, 1069-1070, 1105, 1109, 1125-1129, 1160-1165, 1168-1170, 1182, 1190, 1198, 1208, 1217, 1250-1252, e volume VI (sem paginação).

2.1.14. Contrato de execução nº 008/2010. Contrato original. Verificação de sobrepreço.

Fato

Considerando-se a planilha original do Contrato de execução nº 008/2010, celebrado a partir da Concorrência nº 013/2009-CEL, realizou-se uma pesquisa de preços unitários dos serviços que representavam 94% do valor contratual, ou seja, R$ 9.028.810,65, de maneira a comparar tais preços com tabelas de referência oficiais, seja em relação ao Sistema Nacional de Pesquisa e Índices da Construção Civil (Sinapi), seja em relação às tabelas mantidas pela Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (Emlurb) de Recife.

Como resultados desse estudo, chegou-se a uma tabela na qual podem ser identificados os serviços com sobrepreço, e aqueles com subpreço.

Quadro – Serviços comparados em relação a referências oficiais

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
1.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
1.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
2.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
2.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
3.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
3.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
4.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
4.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
5.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
5.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
6.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
6.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
7.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
7.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d agua de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d agua de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d agua de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d agua de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d agua de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d agua de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d agua de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16882/3	Galeria c/ tubos CS - 0,30 m de diâmetro e valas de até 1,50 m de profundidade	M
1.2	16780/7	Galeria c/ tubos CS - 0,50 m de diâmetro e valas de até 1,50 m de profundidade	M
1.3	16882/9	Galeria c/ tubos CS - 0,60 m de diâmetro e valas de até 1,50 m de profundidade	M
2.1	16762/2	Caixa coletora tipo "com gaveta" (ref. Dr-03-obras Recife) com dimensões internas 0,25x0,90x1,0 m (com tampa de concreto)	UM
2.2	16781/7	Poço de visita tipo "c/ gaveta" nas dimensões internas 1,2x1,2x1,5 m com sobretampa de concreto (ref. Dr-02-obras Recife)	UM
2.3	16762/3	Caixa coletora tipo "com gaveta" (ref. Dr-06-obras Recife) com dimensões internas 0,80x0,80x0,90 m (com sobretampa de concreto)	UM
1.1.1	18137/1	Sinalização aberta s/ iluminação com cavaletes em madeira , espaçados a cada 2,0 m, conforme padrão Compesa	M
1.1.2	18137/2	Sinalização aberta com iluminação, inclusive cavaletes em madeira espaçados a cada 2,0m, gambiarra, lâmpadas, bocais e baldes, conforme padrão Compesa.	M
1.1.3	18138/2	Passarela p/ coberta de vala p/ passagem de pedestres	M2
1.1.4	18139/4	Locação e nivelamento de valas para coletores, com uso de equipamentos topográficos	M
1.2.1	10075/1	Escavação manual de valas em material de 1ª ou 2ª categoria até 2m de profundidade	M3
1.2.2	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
1.2.3	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
1.3.1	18400/3	Assentamento de tubulação DN-100mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
1.3.2	55542	Colchão de areia, inclusive mão-de-obra de espalhamento, transporte com carro de mão e fornecimento comercial	M3
1.3.2	18454/2	Caixa de passagem para esgoto em anéis de concreto armado, lastro em concreto simples 1:3:5 e base em tijolo coroa com tampa de concreto armado (Fck >= 20 Mpa, controle b), DN - 0,60m e profundidade	UM
1.3.3	18459/2	Teste de rede de esgoto	M
1.3.4	18460/2	Cadastro de rede de esgoto	M
1.4.1	9817	Tubo PVC eb-644 p/ rede coletora de esgota JE DN 100mm	M
2.1.1	18137/2	Sinalização aberta com iluminação, inclusive cavaletes em madeira espaçados a cada 2,0m, gambiarra, lâmpadas, bocais e baldes, conforme padrão Compesa.	M
2.1.2	18138/2	Passarela p/ coberta de vala p/ passagem de pedestres	M2
2.1.3	18138/1	Passarela p/ coberta de vala p/ passagem de veículos	M2
2.1.4	18139/4	Locação e nivelamento de valas para coletores, com uso de equipamentos topográficos	M
2.2.1	60845/1	Escavação mecânica de valas, até 2,00 metros - mma	M3
2.2.2	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
2.2.3	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.M. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
2.3.1	18400/4	Assentamento de tubulação DN-150mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
2.3.2	18400/5	Assentamento de tubulação DN-200mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
2.3.3	55542	Colchão de areia, inclusive mão-de-obra de espalhamento, transporte com carro de mão e fornecimento comercial	M3
2.3.4	21558/1	Poço de visita (1,0x1,0)m, até 2,0m de profundidade c/ tampão de ferro articulado	UN
2.3.5	18459/2	Teste de rede de esgoto	M
2.3.6	18460/2	Cadastro de rede de esgoto	M
2.4.1	9818	Tubo PVC EB-644 p/ rede coletora de esgoto JE DN 150mm	M
2.4.2	9819	Tubo PVC EB-644 p/ rede coletora de esgoto JE DN 200mm	M
2.4.3	305	Anel borracha p/ tubo PVC rede esgoto EB 644 DN 150mm	UN
2.4.4	306	Anel borracha p/ tubo PVC rede esgoto EB 644 DN 200mm	UN
1.1	18137/1	Sinalização aberta s/ iluminação com cavaletes em madeira , espaçados a cada 2,0 m, conforme padrão Compesa	M
1.2	18139/3	Locação e nivelamento de valas para rede de distribuição com uso de equipamentos topográficos	M
2.1	60845/1	Escavação mecânica de valas, até 2,00 metros - mma	M3
2.3	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
3.1	18400/1	Assentamento de tubulação DN-50mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
3.2	18400/2	Assentamento de tubulação DN-75mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
3.3	18459/1	Teste de rede de agua	M
3.4	18460/1	Cadastro de rede de agua	M
4.1	9846	Tubo PVC PBA 12 JE NRB 5647 p/rede água DN 75/DE 85 mm	M
4.2	9844	Tubo PVC PBA 12 JE NBR 5647 p/rede água DN 50/DE 60 mm	M
4.3	7048	Te PVC PBA NBR 10351 p/ rede água 90G BBB DN 50/ DE 60mm	UN
4.4	11493	Te redução PVC PBA NBR 10351 p/ rede água BBB JE DN 75 x 50 /DE 85 x 60mm	UN
4.5	1206	CAP PVC PBA NBR 10351 p/ rede água JE DN 50/DE 60 mm	UN
4.6	20032	Redução PVC PBA JE BB p/rede água DN 75 x 50/DE 85 x 60mm	UN
4.7	3540	Joelho PVC soldável 90G p/ água fria predial 50 mm	UN
4.8	3511	Joelho PVC soldável 90G p/ água fria predial 75 mm	UN
4.9	7088	Te PVC PBA NBR 10351 p/ rede água 90G BBB DN 75/ de 85mm	UN
4.10	39706	Caixa proteção hidrômetro casas	UN
4.11	12774	Hidrômetro 5 m3/h DN 3/4"	UN
3	16175/5	Poste de concreto ref. 300/12 com engastamento de 1,80 m	UN
0101	7329	Fornecimento e assentamento de placa da obra	M2
0102	11506/1	Barracão de obra em tabuas de madeira com banheiro, cobertura em fibrocimento 4 mm, incluso instalações hidro-sanitárias e elétricas	M2
0103	66375	Desmatamento e destocamento mecânicos de árvores de diâmetro inferior a 0,15 m, e limpeza do terreno	M2
0104	67561	Locação da obra	M2
0201	21551/1	Escavação manual de valas, material 1ª categoria, até 2,0m	M3
0202	7947	Aterro compactado manualmente	M3
0203	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
0204	24726	Radier de concreto 1:3:4	M3
0205	21449/1	Concreto armado para fundações	M3
0206	21461/6	Alvenaria de tijolos cerâmicos 8 furos 0,20m	M2
0207	518	Concreto magro 1:4:8 preparo	M3

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
0208	73928/6	Chapisco traço 1:4 (cimento e areia), espessura 0,5cm, preparo manual, incluso aditivo impermeabilizante	M2
0209	05.02.140	Aterro utilizando solo cimento para fundações (traço 1:20) abrangendo espalhamento homogeinização, umedecimento e compactação mecânica leve em camadas sucessivas de 20 cm de espessura, inclusive fornecimento do material proveniente de jazida a uma distancia máxima de 20km	M3
0301	68579/2	Verga reta concreto armado 1:3:5 c/60Kg aço CA-25 c/forma	M3
0302	06.07.020	Laje pré-moldada para forro com vão normal, inclusive capeamento e escoramento	M2
0401	15827/2	Alvenaria de tijolos de 8 furos (1/2 vez) com argamassa 1:8	M2
0402	67002	Alvenaria em cobogós de cimento prensado	M2
0501	08.01.035	Estrutura de coberta em madeira de lei para telhas cerâmicas - vão até 4 m	M2
0502	17814	Coberta com telhas cerâmicas, tipo colonial	M2
0601	73928/6	Chapisco traço 1:4 (cimento e areia), espessura 0,5cm, preparo manual, incluso aditivo impermeabilizante	M2
0602	15937/2	Emboco com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4	M2
0602	15938/2	Reboco em cimentado, tipo barra lisa, aplicada sobre emboco pronto	M2
0701	15568/1	Concreto não estrutural (1:4:8)	M3
0702	18706/1	Piso cimentado liso	M2
0801	15914/1	Portas internas com folha em compensado de Jequitibá	M2
0802	15914/1	Portas internas com folha em compensado de Jequitibá	M2
0803	24167/2	Porta metálica, de abrir, veneziana completa 80 x 210cm - colocada	UN
0901	16235/1	Ponto de luz em teto ou parede, incluindo caixa 4x4 pol. Tigreflex ou similar, tubulação PVC rígido e fiação, até o quadro de distribuição	PT
0902	16237/1	Ponto de tomada universal (2p+1t) Pial ou similar, inclusive tubulação de PVC rígido, fiação, caixa 4x2 pol. Tigreflex ou similar, placa e demais acessórios, até o ponto de luz ou quadro de distribuição	PT
0903	74130/1	Disjuntor termomagnético monopolar padrão Nema (americano) 10 a 30a 240v, fornecimento e instalação	UN
0904	18.08.040	Fornecimento e assentamento de caixa para medição monofásica e caixa para disjuntor monofásico de policarbonato e noryl cinza, inclusive fita metálica e presilha para instalação caixas em poste (padrão Celpe) sem disjuntor	UN
0905	16233/9	Quadro (para até 3 circuitos monopolares) sem barramento, tipo QCCP, gomes ou similar, com porta e trinco	UN
0906	68069	Haste Copperweld 5/8 x 3,0m com conector	UN
0907	68064	Ligação domiciliar com poste t6	UN
1001	16360/2	Ponto de esgoto para pia ou lavanderia	PT
1002	16360/1	Ponto de esgoto para bacia sanitária	PT
1003	19.01.030	Ponto de esgoto para lavatório ou mictório, inclusive tubulações e conexões em PVC rígido soldáveis, até a coluna ou o sub-coletor	PT
1004	16360/4	Ponto de esgoto para ralo sinfonado, inclusive ralo	PT
1005	19.02.020	Ponto de agua, inclusive tubulações e conexões de PVC rígido soldável e abertura de rasgos em alvenaria, até o registro geral do ambiente	PT
1006	19.03.020	Fornecimento e assentamento de tubos de PVC rígido soldáveis, diâmetro 50 mm, para ventilação de esgoto	M
1007	67246	Caixa de gordura com paredes em alvenaria, laje de tampa e de fundo em concreto, revestida internamente com argamassa de cimento e areia 1:4, dimensões internas 0,50x0,50x0,50 m com chicana de concreto	UN
1008	16438/1	Caixa de inspeção com dimensões internas 0,50x0,50 m e profundidade de até 0,80 m	UN
1009	33125	Bacia sanitária, assento plástico, caixa de descarga PVC de sobrepor, engate plástico, tubo de descida e bolsa de borracha	UN

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
1010	67248	Lavatório simples, grande, sem coluna, de louca branca, inclusive fixação e acessórios correspondentes	CJ
1011	68626/1	Caixa d'água de fibrocimento redonda com tampa 500 litros, com adaptadores com flange 20mmx1/2 e 25mmx3/4 e torneira de boia real 1/2 com balão plástico - fornecimento e instalação	UN
1012	33138	Colocação de chuveiro com haste de PVC 1/2"	UN
1013	26316/2	Torneira plástica 1/2 para pia - fornecimento e instalação	UN
1014	21643/2	Colocação de registro de pressão 3/4"	UN
1015	74695	Válvula esfera soldável de 25mm, fornecimento e colocação.	UN
1016	21649/2	Colocação de sifão em PVC para pia	UN
1017	21649/1	Colocação de sifão copo em PVC	UN
1018	8232	Ligação domiciliar de água (do hidrômetro até a casa)	UN
1101	18304	Pintura com verniz copal sintético, duas demãos, em esquadrias de madeira	M2
1201	74056/1	Bancada (tampo) mármore sintético 120x60cm com cuba - fornecimento e instalação	UN
1202	21499/2	Lavanderia em mármore sintético (0,72x0,48)m	UN
1203	7948	Limpeza da obra	M2
1.1	9546	Serviços topográficos p/ pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide	M2
1.2	66375	Desmatamento e destocamento mecânicos de árvores de diâmetro inferior a 0,15 m, e limpeza do terreno	M2
1.3	66866	Escavação mecânica de material de primeira categoria, proveniente de corte de subleito	M3
1.4	23436/1	Corte e aterro compensado, sem controle do GC (c/trator de esteira Caterpillar-D8)	M3
1.6	16999	Execução de aterro com barro, utilizando-se o processo mecânico leve de compactação	M3
1.7	CGU-001	Execução de aterro abrangendo espalhamento, homogeneização, umedecimento e compactação mecânica em camadas de 20 cm de espessura, inclusive o fornecimento do barro proveniente de jazida a uma distância máxima de 26 km	M3
1.1	18137/1	Sinalização aberta s/ iluminação com cavaletes em madeira, espaçados a cada 2,0 m, conforme padrão Compesa	M
1.2	18139/3	Locação e nivelamento de valas para rede de distribuição com uso de equipamentos topográficos	M
2.1	60845/1	Escavação mecânica de valas, até 2,00 metros - mma	M3
2.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T.= 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
2.3	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
2.4	53167	Reaterro apiloado em camadas 0,20m c/ material argilo-arenoso	M3
2.5	55542	Colchão de areia, inclusive mão-de-obra de espalhamento, transporte com carro de mão e fornecimento comercial	M3
3.1	18400/1	Assentamento de tubulação DN-50mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
3.2	18400/2	Assentamento de tubulação DN-75mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
3.3	18459/1	Teste de rede de água	M
3.4	18460/1	Cadastro de rede de água	M
4.1	39706	Caixa proteção hidrômetro casas	UN
4.2	9844	Tubo PVC PBA 12 JE NBR 5647 p/rede água DN 50/de 60 mm	M
4.3	9846	Tubo PVC PBA 12 JE NBR 5647 p/rede água DN 75/DE 85 mm	M
4.4	7048	Te PVC PBA NBR 10351 p/ rede água 90G BBB DN 50/ DE 60mm	UN
4.5	7088	Te PVC PBA NBR 10351 p/ rede água 90G BBB DN 75/ DE 85mm	UN

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
4.6	11493	Te redução PVC PBA NBR 10351 p/ rede água BBB JE DN 75 x 50 /DE 85 x 60mm	UN
4.7	3825	Luva correr PVC PBA NBR 10351 p/rede água DN 50 - 60mm	UN
4.8	3844	Luva correr PVC de fofo JE DN 200	UN
4.11	1206	CAP PVC PBA NBR 10351 p/ rede água JE DN 50/DE 60 mm	UN
4.12	1183	CAP PVC PBA NBR 10351 p/ rede água JE DN 75/DE 85 mm	UN
4.13	1207	CAP PVC PBA NBR 10351 p/ rede água JE DN 100/DE 110 mm	UN
4.14	20032	Redução PVC PBA JE BB p/rede água DN 75 x 50/DE 85 x 60mm	UN
4.15	12774	Hidrômetro 5 m3/h DN 3/4"	UN
1.1.1	18137/1	Sinalização aberta s/ iluminação com cavaletes em madeira, espaçados a cada 2,0 m, conforme padrão Compesa	M
1.1.2	18137/2	Sinalização aberta com iluminação, inclusive cavaletes em madeira espaçados a cada 2,0m, gambiarra, lâmpadas, bocais e baldes, conforme padrão Compesa.	M
1.1.3	18138/1	Passarela p/ coberta de vala p/ passagem de veículos	M2
1.1.4	18138/2	Passarela p/ coberta de vala p/ passagem de pedestres	M2
1.1.5	18139/4	Locação e nivelamento de valas para coletores, com uso de equipamentos topográficos	M
1.2.1	10075/1	Escavação manual de valas em material de 1ª ou 2ª categoria até 2m de profundidade	M3
1.2.2	21551/7	Escavação manual de valas, material 3ª categoria, até 2,0m	M3
1.2.3	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
1.2.4	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
1.2.5	53167	Reaterro apiloado em camadas 0,20m c/ material argilo-arenoso	M3
1.2.6	55542	Colchão de areia, inclusive mão-de-obra de espalhamento, transporte com carro de mão e fornecimento comercial	M3
1.3.2	23744/1	Calcada de proteção em concreto magro 1:4:8 e=5,0cm, regularizado c/ argamassa cimento/areia 1:4 e=1,0cm (áspero)	M2
1.3.3	10086/2	Demolição de calcada em cimentado	M3
1.4.1	18400/3	Assentamento de tubulação DN-100mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
1.4.2	18454/1	Caixa de passagem para esgoto em anéis de concreto armado, lastro em concreto simples 1:3:5 e base em tijolo coroa com tampa de concreto armado (Fck >= 20 Mpa, controle B), DN - 0,40m e profundidade	UN
1.4.3	18454/2	Caixa de passagem para esgoto em anéis de concreto armado, lastro em concreto simples 1:3:5 e base em tijolo coroa com tampa de concreto armado (Fck >= 20 Mpa, controle B), DN - 0,60m e profundidade	UN
1.4.4	18459/2	Teste de rede de esgoto	M
1.4.5	18460/2	Cadastro de rede de esgoto	M
1.5.1	9817	Tubo PVC EB-644 p/ rede coletora de esgoto JE DN 100mm	M
1.5.2	303	Anel borracha p/ tubo PVC rede esgoto EB 644 DN 100mm	UN
1.5.3	6106	Selim PVC 90G c/ travas NBR 10569 p/ rede coletora de esgoto DN 150x100mm	UN
1.5.4	1858	Curva PVC 45G NBR-10569 p/ rede coletora de esgoto PB JE DN 100mm	UN
2.1.1	18137/1	Sinalização aberta s/ iluminação com cavaletes em madeira, espaçados a cada 2,0 m, conforme padrão Compesa	M
2.1.2	18137/2	Sinalização aberta com iluminação, inclusive cavaletes em madeira espaçados a cada 2,0m, gambiarra, lâmpadas, bocais e baldes, conforme padrão Compesa.	M
2.1.3	18138/1	Passarela p/ coberta de vala p/ passagem de veículos	M2
2.1.4	18138/2	Passarela p/ coberta de vala p/ passagem de pedestres	M2
2.1.5	18139/4	Locação e nivelamento de valas para coletores, com uso de equipamentos topográficos	M

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
2.2.1	18347/1	Escavação mecanizada de valas em material de 1ª ou 2ª categoria até 2m de profundidade	M3
2.2.2	18347/2	Escavação mecanizada de valas em material de 1ª ou 2ª categoria de 2a 4m de profundidade	M3
2.2.3	21551/7	Escavação manual de valas, material 3ª categoria, até 2,0m	M3
2.2.4	21551/8	Escavação manual de valas, material 3ª categoria, de 2,0 a 4,0m	M3
2.2.5	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
2.2.6	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
2.2.7	53167	Reaterro apiloado em camadas 0,20m c/ material argilo-arenoso	M3
2.2.8	55542	Colchão de areia, inclusive mão-de-obra de espalhamento, transporte com carro de mão e fornecimento comercial	M3
2.3.1	21558/1	Poço de visita (1,0x1,0)m, até 2,0m de profundidade c/ tampão de ferro articulado	UN
2.3.2	21558/2	Poço de visita (1,0x1,0)m, de 2,0 a 4,0m de profundidade c/ tampão de ferro articulado	UN
2.4.1	18400/4	Assentamento de tubulação DN-150mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
2.4.2	18400/5	Assentamento de tubulação DN-200mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
2.4.3	18459/2	Teste de rede de esgoto	M
2.4.4	18460/2	Cadastro de rede de esgoto	M
2.5.1	9818	Tubo PVC EB-644 p/ rede coletora de esgoto JE DN 150mm	M
2.5.2	9819	Tubo PVC EB-644 p/ rede coletora de esgoto JE DN 200mm	M
2.5.3	305	Anel borracha p/ tubo PVC rede de esgoto EB 644 DN 150mm	UN
2.5.4	306	Anel borracha p/ tubo PVC rede de esgoto EB 644 DN 200mm	UN
2.5.5	6106	Selim PVC 90G c/ travas NBR 10569 p/ rede coletora de esgoto DN 150x100mm	UN
2.5.6	1858	Curva PVC 45G NBR-10569 p/ rede coletora de esgoto PB JE DN 100mm	UN
3.1.1	18139/4	Locação e nivelamento de valas para coletores, com uso de equipamentos topográficos	M
3.2.1	18347/1	Escavação mecanizada de valas em material de 1ª ou 2ª categoria até 2m de profundidade	M3
3.2.2	18347/2	Escavação mecanizada de valas em material de 1ª ou 2ª categoria de 2 a 4m de profundidade	M3
3.2.3	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
3.2.4	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
3.2.5	53167	Reaterro apiloado em camadas 0,20m c/ material argilo-arenoso	M3
3.2.6	66375	Desmatamento e destocamento mecânicos de arvores de diâmetro inferior a 0,15 m, e limpeza do terreno	M2
3.2.7	71277/1	Esgotamento com bomba de 4,8HP	H
3.3.1	23744/1	Calcada de proteção em concreto magro 1:4:8 e=5,0cm, regularizado c/ argamassa cimento/areia 1:4 e=1,0cm (áspero)	M2
3.4.1	15827/1	Alvenaria de tijolos de 8 furos (1/2 vez) com argamassa 1:6	M2
3.4.2	15830/1	Alvenaria de tijolos de 8 furos (1 vez) com argamassa 1:6	M2
3.5.1	5619	Concreto estrutural Fck=15mpa, virado em betoneira, na obra, inclusive aplicação e adensamento. (conforme NBR 6118, permitido apenas para fundações)	M3
3.5.2	518	Concreto magro 1:4:8 preparo	M3
3.5.3	71341/7	Concreto armado aparente com forma e escoramento Fck 40 Mpa, controle a, consumo mínimo de cimento 533 kg/m3, utilizado em paredes de reservatórios de agua e de estacoes de tratamento	M3

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
3.6.1	15935/1	Chapisco com argamassa de cimento e areia no traço 1:3	M2
3.6.2	15937/1	Emboco com argamassa de cimento e areia, no traço 1:3	M2
3.6.3	67035	Impermeabilização, empregando argamassa de cimento e areia grossa, no traço 1:3 com Sika 1 - espessura de 3 cm	M2
3.7.1	18441/2	Assentamento de combogós cerâmicos de 30x30cm	M2
3.7.2	15914/2	Portas externas com folha em madeira de lei	M2
3.7.3	15994/1	Piso em cimentado com 2,0 cm de espessura e com traço 1:3	M2
3.7.4	15977/1	Lastro de piso com 10 cm de espessura	M2
3.7.5	9969/1	Caiação branca em obras de apenas um pavimento	M2
3.7.6	9969/1	Caiação branca em obras de apenas um pavimento	M2
3.7.7	16137/2	Pintura a óleo, com raspagem e com aparelhamento	M2
3.7.8	7752	Estrutura de coberta (canalete 49, Kalheta ou Maxiplac) em madeira para telhas autoportantes de cimento amianto	M2
3.7.9	55526	Cobertura (Kalheta ou canaleta 49) com telhas de cimento amianto, sendo a área medida na projeção horizontal	M2
3.8.1	16362/2	Ponto de agua com tubulação em PVC rígido soldável	PT
3.9.1	16175/1	Poste de concreto ref. 100/8 com engastamento de 1,40 m	UN
3.9.2	18.03.010	Estrutura secundaria B1 completa, inclusive fixação	UN
3.9.3	16211/1	Caixa para medição monofásica para uso interno	UN
3.9.4	16232/3	Disjuntor tripolar até 50A / 380 V	UN
3.9.5	18803	Assentamento de haste de aterramento de 5/8x2,40 m Copperweld ou similar, com conector paralelo e parafusos (inclusive o fornecimento do material)	UN
3.9.6	9972/3	Eletroduto rígido de 1" em lajes	M
3.9.7	16203/2	Curva rosqueável de 1"	UN
3.9.8	18716	Caixa de passagem subterrânea com dimensões internas 0,40x0,40 m, altura 0,60 m, sobre camada de brita com 0,10 m de espessura, paredes em alvenaria e laje de tampa em concreto armado, inclusive	UN
3.9.9	16287/4	Cabo de cobre (1 condutor), s.m. 6 mm2	M
3.9.10	16337/2	Luminária p/ lâmpada a vapor de mercúrio 250 W, ref. ABL 50/F, A.B. Leão ou similar	CJ
3.9.11	16235/1	Ponto de luz em teto ou parede, incluindo caixa 4x4 pol. Tigreflex ou similar, tubulação PVC rígido e fiação, até o quadro de distribuição	PT
3.9.12	16237/1	Ponto de tomada universal (2p+1t) Pial ou similar, inclusive tubulação de PVC rígido, fiação, caixa 4x2 pol. Tigreflex ou similar, placa e demais acessórios, até o ponto de luz ou quadro de distribuição	PT
3.9.13	16236/1	Ponto de interruptor de 1 seção	PT
3.9.14	16320/1	Luminária para 2 lâmpadas fluorescentes de 20 W, ref. TMS-500 Phillips ou similar	CJ
3.9.15	9972/2	Eletroduto rígido de 3/4" em lajes	M
3.9.16	16203/1	Curva rosqueável de 3/4"	UN
4.1.1	18347/1	Escavação mecanizada de valas em material de 1ª ou 2ª categoria até 2m de profundidade	M3
4.1.2	23626/1	Remoção de material 1ª Categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
4.1.3	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
4.1.4	53167	Reaterro apiloado em camadas 0,20m c/ material argilo-arenoso	M3
4.1.5	55542	Colchão de areia, inclusive mão-de-obra de espalhamento, transporte com carro de mão e fornecimento comercial	M3
4.2.1	18400/3	Assentamento de tubulação dn-100mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
1.1	15514/1	Escavação mecânica de valas, s/ escoramento, até 1,5 m	M3
1.2	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
1.3	518	Concreto magro 1:4:8 preparo	M3
1.4	06.03.143	Concreto armado pronto, Fck 25 Mpa, condição a (NBR 12655), lançado em qualquer tipo de escoramento e ferragem	M3
1.5	21.04.035	Ensecadeira com pranchões de madeira de lei com 3 x 6 polegadas e quadros utilizando longarinas de madeira de 3 x 5 polegadas, inclusive posterior retirada. (área cravada)	M2
1.6	21.09.300	Limpeza manual de canal ou canaleta, aberta ou c/tampa móvel, profundidade até 1,50m em locais próximos de encostas de morros, planícies ou alagados, c/transporte de material retirado em carro de mão até 100m distância e carga em caçamba estacionária e/ou caminhão basculante inclusive mão de obra c/ insalubridade, equipamentos e fardamento	M3
1.7	16836/1	Esgotamento com moto-bomba a gasolina de 3/4 HP	H
1.1	02.01.200	Serviço topográfico de pequeno porte (preço mínimo), diária de uma equipe com topografo, quatro auxiliares, teodolito, nível ótico etc.	UN
1.2	03.01.010	Demolição de cobertura com telhas cerâmicas	M2
1.3	03.01.020	Demolição de cobertura com telha ondulada de fibrocimento	M2
1.4	03.01.030	Demolição de estrutura de madeira para coberta	M2
1.5	03.01.050	Retirada de esquadrias de madeira ou metálicas	M2
1.6	03.01.070	Demolição de revestimento de piso em cimentado inclusive lastro de concreto	M2
1.7	03.01.080	Demolição de revestimento de piso com ladrilho hidráulico ou cerâmico.	M2
1.8	03.01.150	Demolição de alvenaria de 1/2 vez com preparo para remoção.	M2
1.9	03.01.160	Demolição de alvenaria de 1 vez com preparo para remoção.	M2
1.10	03.01.210	Demolição manual de concreto armado	M3
1.12	04.02.160	Transporte com carro de mão de areia, entulho ou terra até 100m.	M3
1.13	04.03.193	Remoção de metralha em caminhão basculante d.m.t 26 km, inclusive carga e descarga mecânicas	M3
1.4	18.25.230	Fornec.de conjunto c/luminária fechada p/lâmpada VS 150 W, c/difusor em policarbonato, soquete E-40 suporte em alumínio fundido ref. 1PLP 1000, polimetal ou similar, inclusive reator UE VS 150W x220V (acoplado), lâmpada, braço reto 1 1/4 pol. x 3m c/parafuso p/fixação em poste, fio 1,5mm² e instalação	UN
1.5	18.25.220	Fornecimento de conjunto c/luminária fechada p/lâmpada VS 70 W c/ difusor em policarbonato soquete E-27 suporte de alumínio fundido ref. 1 PLP 1000, polimetal ou similar, inclusive reator UE VS 70Wx220V (acoplado), lâmpada, braço reto 3/4 pol.x1m c/parafuso p/fixação em poste, fio 1,5mm² e instalação	UN
1.8	16222/2	Chave seccionadora com fusível, 250A, tipo 3NN2200, com 3 fusíveis NH tamanho 01	UN
1.9	33158	Aterramento com haste Coopeweld	UN
1.1	16170/1	Preparo de solo para gramado, com 10,0 cm de espessura e no traco4:1	M2
1.2	17.03.060	Fornecimento e plantio de grama de burro (Cynodon Dactylon).	M2
1.3	16170/2	Preparo de solo para canteiro com 20,0 cm de altura e no traço 2:1	M2
1.4	16199/2	Mudas rasteiras grupo 2 (viúva alegre, fumaça, onze horas, andarca, etc.)	M2
1.5	16192/1	Plantio de mudas arbóreas	UN
1.6	15995/2	Piso em cimentado c/ juntas de madeira formando quadros de 2,0x2,0 m, c/ 2,0 cm de espessura e com traço 1:3	M2
1.7	16747/2	Construção de meio-fio de concreto, rejuntado com argamassa de cimento e areia 1:2	M
1.8	16172/2	Banco com laje em concreto armado de 0,08 x 0,50 m, apoios em alvenaria de 1/2 vez de 0,40x0,42 m (sendo 0,10 m enterrados) a cada 2 m, assentado sobre sapatas de 0,10x0,20x0,40 m em concreto	M
1.9	16744/3	Pavimento com blokret com 10,0 cm de espessura sobre base já executada	M2
1.10	8179	Fornecimento e espalhamento de areia	M3

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
1.11	17.05.020	Fornecimento e assentamento de balanço mirim com 02 cadeiras ref. 098, girassol ou similar inclusive pintura e transporte para região metropolitana do grande recife	UN
1.12	17.05.080	Fornecimento e assentamento de carrossel stand tamanho médio ref. 131, girassol ou similar, inclusive pintura e transporte para região metropolitana do grande recife.	UN
1.13	17.05.100	Fornecimento e assentamento de escorrego mirim com rampa de 1.50m ref. 180, girassol ou similar, inclusive pintura e transporte para região metropolitana do grande Recife	UN
1.14	17.05.160	Fornecimento e assentamento de escada horizontal altura 2.00m ref. 192, girassol ou similar, inclusive pintura e transporte para região metropolitana do grande Recife	UN
1.15	17.05.210	Fornecimento e assentamento de gangorra mirim com 03 peças ref. 202, girassol ou similar, inclusive pintura e transporte para região metropolitana do grande Recife	UN
1.1	03.01.010	Demolição de cobertura com telhas cerâmicas	M2
1.2	03.01.020	Demolição de cobertura com telha ondulada de fibrocimento	M2
1.3	03.01.030	Demolição de estrutura de madeira para coberta	M2
1.4	03.01.050	Retirada de esquadrias de madeira ou metálicas	M2
1.5	03.01.070	Demolição de revestimento de piso em cimentado inclusive lastro de concreto	M2
1.6	03.01.080	Demolição de revestimento de piso com ladrilho hidráulico ou cerâmico.	M2
1.7	03.01.150	Demolição de alvenaria de 1/2 vez com preparo para remoção.	M2
1.8	03.01.160	Demolição de alvenaria de 1 vez com preparo para remoção.	M2
1.9	03.01.210	Demolição manual de concreto armado	M3
1.10	04.03.193	Remoção de metralha em caminhão basculante D.M.T 26 km, inclusive carga e descarga mecânicas	M3

Tabela – Verificação de sobrepreço

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
1.1	1.456,64	0,65	0,65	946,82	946,82		
1.2	291,33	10,60	10,41	3.088,08	3.033,60	54,48	
2.1	1.831,04	0,65	0,65	1.190,18	1.190,18		
2.2	366,21	10,60	10,41	3.881,80	3.813,32	68,48	
3.1	1.640,96	0,65	0,65	1.066,62	1.066,62		
3.2	328,19	10,60	10,41	3.478,84	3.417,46	61,37	
4.1	1.454,16	0,65	0,65	945,20	945,20		
4.2	290,83	10,60	10,41	3.082,82	3.028,43	54,39	
5.1	1.551,97	0,65	0,65	1.008,78	1.008,78		
5.2	310,39	10,60	10,41	3.290,18	3.232,13	58,04	
6.1	2.720,19	0,65	0,65	1.768,12	1.768,12		
6.2	544,04	10,60	10,41	5.766,80	5.665,07	101,74	
7.1	1.453,83	0,65	0,65	944,99	944,99		
7.2	290,77	10,60	10,41	3.082,12	3.027,75	54,37	
1.1	1.092,48	44,37	48,58	48.473,34	53.073,77		4.600,43
2.1	364,16	39,98	44,89	14.559,12	16.346,78		1.787,66
3.1	364,16	24,39	26,03	8.881,86	9.477,63		595,77
1.1	1.373,28	44,37	48,58	60.932,43	66.715,32		5.782,88
2.1	457,76	39,98	44,89	18.301,24	20.548,39		2.247,14
3.1	457,76	24,39	26,03	11.164,77	11.913,66		748,90
1.1	1.230,72	44,37	48,58	54.607,05	59.789,61		5.182,56

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
2.1	410,24	39,98	44,89	16.401,40	18.415,26		2.013,87
3.1	410,24	24,39	26,03	10.005,75	10.676,91		671,15
1.1	1.090,62	44,37	48,58	48.390,81	52.983,41		4.592,60
2.1	363,54	39,98	44,89	14.534,33	16.318,95		1.784,62
3.1	363,54	24,39	26,03	8.866,74	9.461,49		594,75
1.1	1.330,26	44,37	48,58	59.023,64	64.625,36		5.601,72
2.1	443,42	39,98	44,89	17.727,93	19.904,68		2.176,75
3.1	221,71	24,39	26,03	5.407,51	5.770,22		362,72
1.1	2.472,90	44,37	48,58	109.722,57	120.135,95		10.413,38
2.1	494,58	39,98	44,89	19.773,31	22.201,20		2.427,89
3.1	247,29	24,39	26,03	6.031,40	6.435,97		404,57
1.1	1.305,48	44,37	48,58	57.924,15	63.421,52		5.497,38
2.1	296,70	39,98	44,89	11.862,07	13.318,57		1.456,50
3.1	148,35	24,39	26,03	3.618,26	3.860,96		242,70
1.1	995,91	57,51	60,24	57.274,78	59.995,61		2.720,83
1.2	73,39	118,77	124,63	8.716,53	9.146,67		430,14
1.3	493,01	128,31	134,43	63.258,11	66.276,81		3.018,70
2.1	39,00	791,77	817,64	30.879,03	31.887,77		1.008,74
2.2	16,00	2.166,71	2.230,03	34.667,36	35.680,53		1.013,17
2.3	16,00	1.055,60	1.090,39	16.889,60	17.446,21		556,61
1.1.1	2.400,00	2,65	2,61	6.360,00	6.271,20	88,80	
1.1.2	1.391,48	4,10	3,98	5.705,07	5.535,31	169,76	
1.1.3	20,00	11,82	11,80	236,40	236,08	0,32	
1.1.4	3.791,48	2,16	2,50	8.189,60	9.463,53		1.273,94
1.2.1	610,44	22,69	23,74	13.850,88	14.490,62		639,74
1.2.2	565,60	16,76	21,92	9.479,46	12.396,82		2.917,36
1.2.3	56,05	10,60	10,41	594,13	583,65	10,48	
1.3.1	1.391,48	1,27	1,33	1.767,18	1.845,10		77,92
1.3.2	83,49	80,28	87,96	6.702,48	7.343,51		641,03
1.3.2	200,00	170,53	175,06	34.106,00	35.011,60		905,60
1.3.3	1.391,48	1,22	1,29	1.697,61	1.790,83		93,23
1.3.4	1.391,48	1,70	1,99	2.365,52	2.767,65		402,14
1.4.1	1.391,48	11,82	11,82	16.447,29	16.443,12	4,17	
2.1.1	1.134,56	4,10	3,98	4.651,70	4.513,28	138,42	
2.1.2	20,00	11,82	11,80	236,40	236,08	0,32	
2.1.3	18,00	22,30	22,26	401,40	400,61	0,79	
2.1.4	1.134,56	2,16	2,50	2.450,65	2.831,86		381,21
2.2.1	816,88	4,63	4,67	3.782,15	3.812,38		30,22
2.2.2	725,81	16,76	21,92	12.164,58	15.908,30		3.743,73
2.2.3	113,84	10,60	10,41	1.206,68	1.185,39	21,29	
2.3.1	740,20	1,35	1,40	999,27	1.039,24		39,97
2.3.2	394,36	2,55	2,65	1.005,62	1.045,84		40,22
2.3.3	90,76	80,28	87,96	7.286,60	7.983,49		696,89
2.3.4	17,00	1.707,15	1.720,84	29.021,55	29.254,21		232,66
2.3.5	1.134,56	1,22	1,29	1.384,16	1.460,18		76,02
2.3.6	1.134,56	1,70	1,99	1.928,75	2.256,64		327,89
2.4.1	740,20	24,78	24,78	18.342,16	18.340,68	1,48	
2.4.2	394,36	42,51	38,30	16.764,24	15.103,20	1.661,04	
2.4.3	124,00	5,72	6,50	709,28	806,00		96,72
2.4.4	66,00	8,49	9,65	560,34	636,64		76,30

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
1.1	300,00	2,65	2,61	795,00	783,90	11,10	
1.2	1.321,16	0,81	0,94	1.070,14	1.236,61		166,47
2.1	237,80	22,69	4,67	5.395,68	1.109,81	4.285,87	
2.3	232,67	16,76	21,92	3.899,55	5.099,66		1.200,11
3.1	1.121,43	0,77	0,79	863,50	889,29		25,79
3.2	199,73	0,86	0,90	171,77	179,16		7,39
3.3	1.321,16	1,22	1,29	1.611,82	1.700,33		88,52
3.4	1.321,16	1,08	1,22	1.426,85	1.614,46		187,60
4.1	199,73	20,29	16,56	4.052,52	3.307,93	744,59	
4.2	1.121,43	10,11	8,11	11.337,66	9.097,04	2.240,62	
4.3	2,00	14,69	16,56	29,38	33,12		3,74
4.4	1,00	26,39	34,53	26,39	34,53		8,14
4.5	5,00	6,20	4,98	31,00	24,90	6,11	
4.6	2,00	16,60	16,29	33,20	32,58	0,62	
4.7	1,00	3,13	3,59	3,13	3,59		0,46
4.8	1,00	49,30	56,45	49,30	56,45		7,15
4.9	1,00	36,82	41,51	36,82	41,51		4,69
4.10	200,00	27,87	27,48	5.574,00	5.496,40	77,60	
4.11	200,00	114,62	114,62	22.924,00	22.924,20		0,20
3	5,00	926,94	1.187,19	4.634,70	5.935,93		1.301,23
0101	12,00	156,00	195,00	1.872,00	2.340,00		468,00
0102	18,00	158,93	169,90	2.860,74	3.058,15		197,41
0103	25.564,00	1,74	1,01	44.481,36	25.921,90	18.559,46	
0104	10.732,00	3,39	4,41	36.381,48	47.295,92		10.914,44
0201	1.618,00	13,95	15,94	22.571,10	25.787,68		3.216,58
0202	1.414,00	20,94	62,18	29.609,16	87.921,11		58.311,95
0203	380,00	16,76	21,92	6.368,80	8.328,84		1.960,04
0204	80,00	409,24	451,40	32.739,20	36.111,92		3.372,72
0205	242,00	1.284,88	1.354,15	310.940,96	327.703,09		16.762,13
0206	3.802,00	45,02	56,75	171.166,04	215.744,49		44.578,45
0207	122,00	304,47	259,21	37.145,34	31.623,25	5.522,09	
0208	7.604,00	4,12	4,07	31.328,48	30.940,68	387,80	
0209	72,00	153,41	134,28	11.045,52	9.667,94	1.377,58	
0301	34,00	1.092,91	1.050,13	37.158,94	35.704,32	1.454,62	
0302	676,00	61,14	85,64	41.330,64	57.895,34		16.564,70
0401	24.506,00	23,79	28,61	582.997,74	701.190,18		118.192,44
0402	140,00	39,60	80,69	5.544,00	11.296,74		5.752,74
0501	10.516,00	77,17	107,00	811.519,72	1.125.243,55		313.723,83
0502	10.516,00	38,44	42,07	404.235,04	442.387,09		38.152,05
0601	5.934,00	4,12	4,07	24.448,08	24.145,45	302,63	
0602	5.934,00	16,56	19,15	98.267,04	113.630,17		15.363,13
0602	2.532,00	14,07	16,15	35.625,24	40.881,67		5.256,43
0701	424,00	304,47	368,69	129.095,28	156.325,83		27.230,55
0702	7.066,00	21,24	25,21	150.081,84	178.112,66		28.030,82
0801	252,00	143,92	169,94	36.267,84	42.823,87		6.556,03
0802	588,00	143,92	169,94	84.624,96	99.922,37		15.297,41
0803	200,00	202,41	200,85	40.482,00	40.170,00	312,00	
0901	1.000,00	85,66	65,22	85.660,00	65.221,00	20.439,00	
0902	1.600,00	45,14	106,03	72.224,00	169.644,80		97.420,80
0903	600,00	12,31	10,01	7.386,00	6.006,00	1.380,00	

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
0904	200,00	167,80	144,07	33.560,00	28.813,20	4.746,80	
0905	200,00	42,00	48,46	8.400,00	9.692,80		1.292,80
0906	200,00	41,68	43,49	8.336,00	8.697,00		361,00
0907	200,00	578,49	205,39	115.698,00	41.077,40	74.620,60	
1001	400,00	70,59	80,77	28.236,00	32.307,60		4.071,60
1002	200,00	50,41	58,19	10.082,00	11.637,60		1.555,60
1003	200,00	57,07	60,50	11.414,00	12.100,40		686,40
1004	400,00	55,76	63,77	22.304,00	25.506,00		3.202,00
1005	1.000,00	39,65	47,39	39.650,00	47.385,00		7.735,00
1006	600,00	10,57	12,21	6.342,00	7.324,20		982,20
1007	200,00	52,13	211,21	10.426,00	42.242,20		31.816,20
1008	200,00	102,74	232,67	20.548,00	46.534,80		25.986,80
1009	200,00	182,91	180,36	36.582,00	36.072,40	509,60	
1010	200,00	65,21	68,46	13.042,00	13.691,60		649,60
1011	200,00	252,79	268,42	50.558,00	53.684,80		3.126,80
1012	200,00	5,97	10,04	1.194,00	2.007,20		813,20
1013	600,00	6,58	16,38	3.948,00	9.828,00		5.880,00
1014	200,00	18,94	32,79	3.788,00	6.557,20		2.769,20
1015	400,00	23,82	29,20	9.528,00	11.679,20		2.151,20
1016	400,00	9,74	10,70	3.896,00	4.279,60		383,60
1017	200,00	10,10	11,18	2.020,00	2.236,00		216,00
1018	200,00	31,69	35,97	6.338,00	7.194,20		856,20
1101	2.100,00	8,75	11,41	18.375,00	23.969,40		5.594,40
1201	200,00	77,71	92,05	15.542,00	18.410,60		2.868,60
1202	200,00	67,86	102,34	13.572,00	20.467,20		6.895,20
1203	8.002,00	0,90	1,09	7.201,80	8.738,18		1.536,38
1.1	98.100,00	0,36	0,42	35.316,00	40.809,60		5.493,60
1.2	34.000,00	1,74	1,01	59.160,00	34.476,00	24.684,00	
1.3	360,49	13,95	2,78	5.028,84	1.002,88	4.025,95	
1.4	2.399,96	5,71	5,45	13.703,77	13.072,58	631,19	
1.6	3.599,95	30,54	33,76	109.942,47	121.537,91		11.595,44
1.7	3.600,00	50,05	60,36	180.180,00	217.292,40		37.112,40
1.1	288,00	2,65	2,61	763,20	752,54	10,66	
1.2	480,00	0,81	0,94	388,80	449,28		60,48
2.1	182,40	22,69	4,67	4.138,66	851,26	3.287,40	
2.2	64,80	10,60	10,41	686,88	674,76	12,12	
2.3	130,56	16,76	21,92	2.188,19	2.861,61		673,43
2.4	32,64	31,19	35,70	1.018,04	1.165,18		147,14
2.5	19,20	80,28	87,96	1.541,38	1.688,79		147,42
3.1	347,00	0,77	0,79	267,19	275,17		7,98
3.2	133,00	0,86	0,90	114,38	119,30		4,92
3.3	480,00	1,22	1,29	585,60	617,76		32,16
3.4	480,00	1,08	1,22	518,40	586,56		68,16
4.1	292,00	27,87	27,48	8.138,04	8.024,74	113,30	
4.2	347,00	10,11	8,11	3.508,17	2.814,86	693,31	
4.3	133,00	20,29	16,56	2.698,57	2.202,75	495,82	
4.4	2,00	14,69	16,56	29,38	33,12		3,74
4.5	1,00	36,82	41,51	36,82	41,51		4,69
4.6	2,00	26,39	34,53	52,78	69,06		16,28
4.7	2,00	8,35	8,42	16,70	16,85		0,15

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
4.8	2,00	194,65	196,47	389,30	392,94		3,64
4.11	16,00	6,20	4,98	99,20	79,66	19,54	
4.12	1,00	17,47	11,14	17,47	11,14	6,33	
4.13	3,00	68,41	20,71	205,23	62,13	143,10	
4.14	3,00	16,60	16,29	49,80	48,87	0,93	
4.15	292,00	114,62	114,62	33.469,04	33.469,33		0,29
1.1.1	1.854,00	2,65	2,61	4.913,10	4.844,50	68,60	
1.1.2	1.236,00	4,10	3,98	5.067,60	4.916,81	150,79	
1.1.3	10,00	22,30	22,26	223,00	222,56	0,44	
1.1.4	10,00	11,82	11,80	118,20	118,04	0,16	
1.1.5	3.089,00	2,16	2,50	6.672,24	7.710,14		1.037,90
1.2.1	1.383,87	22,69	23,74	31.400,01	32.850,31		1.450,30
1.2.2	345,97	83,76	47,80	28.978,45	16.537,71	12.440,74	
1.2.3	518,95	10,60	10,41	5.500,87	5.403,83	97,04	
1.2.4	1.210,89	16,76	21,92	20.294,52	26.540,29		6.245,77
1.2.5	302,72	31,19	41,33	9.441,84	12.510,51		3.068,67
1.2.6	216,23	80,28	87,96	17.358,94	19.019,16		1.660,21
1.3.2	742,00	31,25	36,60	23.187,50	27.153,49		3.965,99
1.3.3	742,00	10,28	11,96	7.627,76	8.874,32		1.246,56
1.4.1	3.089,00	1,27	1,33	3.923,03	4.096,01		172,98
1.4.2	291,00	101,73	140,41	29.603,43	40.860,18		11.256,75
1.4.3	301,00	170,53	175,06	51.329,53	52.692,46		1.362,93
1.4.4	3.089,00	1,22	1,29	3.768,58	3.975,54		206,96
1.4.5	3.089,00	1,70	1,99	5.251,30	6.144,02		892,72
1.5.1	3.089,00	11,82	11,82	36.511,98	36.502,71	9,27	
1.5.2	515,00	2,34	2,67	1.205,10	1.372,48		167,38
1.5.3	11,00	20,92	21,92	230,12	241,10		10,98
1.5.4	22,00	24,12	28,34	530,64	623,48		92,84
2.1.1	823,20	2,65	2,61	2.181,48	2.151,02	30,46	
2.1.2	548,80	4,10	3,98	2.250,08	2.183,13	66,95	
2.1.3	274,00	22,30	22,26	6.110,20	6.098,14	12,06	
2.1.4	183,00	11,82	11,80	2.163,06	2.160,13	2,93	
2.1.5	1.372,00	2,16	2,50	2.963,52	3.424,51		460,99
2.2.1	741,27	22,69	5,64	16.819,42	4.182,25	12.637,17	
2.2.2	93,25	27,08	7,75	2.525,21	722,50	1.802,71	
2.2.3	82,36	83,76	47,80	6.898,47	3.936,89	2.961,58	
2.2.4	839,28	87,57	63,74	73.495,75	53.494,87	20.000,88	
2.2.5	548,80	10,60	10,41	5.817,28	5.714,65	102,63	
2.2.6	1.317,12	16,76	21,92	22.074,93	28.868,64		6.793,70
2.2.7	329,28	31,19	35,70	10.270,24	11.754,64		1.484,39
2.2.8	109,76	80,28	87,96	8.811,53	9.654,27		842,74
2.3.1	17,00	1.707,15	1.720,84	29.021,55	29.254,21		232,66
2.3.2	10,00	2.135,09	2.152,37	21.350,90	21.523,71		172,81
2.4.1	1.309,00	1,35	1,40	1.767,15	1.837,84		70,69
2.4.2	63,00	2,55	2,65	160,65	167,08		6,43
2.4.3	1.372,00	1,22	1,29	1.673,84	1.765,76		91,92
2.4.4	1.372,00	1,70	1,99	2.332,40	2.728,91		396,51
2.5.1	1.309,00	24,78	24,78	32.437,02	32.434,40	2,62	
2.5.2	63,00	42,51	38,30	2.678,13	2.412,77	265,36	
2.5.3	218,00	5,72	6,50	1.246,96	1.417,00		170,04

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
2.5.4	11,00	8,49	9,65	93,39	106,11		12,72
2.5.5	158,00	20,92	21,92	3.305,36	3.463,04		157,68
2.5.6	158,00	24,12	28,34	3.810,96	4.477,72		666,76
3.1.1	21,20	2,16	2,50	45,79	52,92		7,12
3.2.1	83,21	22,69	5,64	1.888,03	469,47	1.418,56	
3.2.2	25,31	27,08	7,75	685,39	196,10	489,29	
3.2.3	113,66	10,60	10,41	1.204,80	1.183,54	21,25	
3.2.4	33,80	16,76	21,92	566,49	740,83		174,34
3.2.5	8,45	31,19	35,70	263,56	301,65		38,09
3.2.6	100,00	1,74	1,01	174,00	101,40	72,60	
3.2.7	80,00	8,58	8,92	686,40	713,44		27,04
3.3.1	9,12	31,25	32,11	285,00	292,84		7,84
3.4.1	29,06	26,35	29,04	765,73	843,96		78,23
3.4.2	4,64	50,06	55,38	232,28	256,96		24,68
3.5.1	3,22	406,08	411,52	1.307,58	1.325,08		17,50
3.5.2	1,80	304,47	259,21	548,05	466,57	81,47	
3.5.3	49,51	1.913,61	1.920,02	94.742,83	95.060,29		317,46
3.6.1	58,12	5,10	5,28	296,41	306,76		10,35
3.6.2	58,12	19,44	20,06	1.129,85	1.165,83		35,98
3.6.3	26,92	25,58	26,26	688,61	706,92		18,31
3.7.1	0,90	51,18	56,88	46,06	51,19		5,13
3.7.2	2,52	269,27	302,16	678,56	761,44		82,88
3.7.3	7,28	23,69	24,48	172,46	178,21		5,74
3.7.4	7,28	44,47	45,63	323,74	332,19		8,44
3.7.5	58,12	2,70	2,81	156,92	163,20		6,28
3.7.6	58,12	2,70	2,81	156,92	163,20		6,28
3.7.7	6,30	21,67	22,70	136,52	143,00		6,48
3.7.8	8,99	11,82	11,31	106,26	101,68	4,58	
3.7.9	8,99	73,41	78,08	659,96	701,92		41,97
3.8.1	1,00	41,74	45,21	41,74	45,21		3,47
3.9.1	1,00	435,64	487,44	435,64	487,44		51,80
3.9.2	1,00	55,72	68,69	55,72	68,69		12,97
3.9.3	1,00	178,75	188,47	178,75	188,47		9,72
3.9.4	1,00	69,26	73,83	69,26	73,83		4,57
3.9.5	1,00	70,82	74,85	70,82	74,85		4,03
3.9.6	15,00	8,62	8,96	129,30	134,36		5,05
3.9.7	5,00	11,62	12,87	58,10	64,35		6,25
3.9.8	3,00	74,35	79,37	223,05	238,10		15,05
3.9.9	60,00	6,73	5,72	403,80	343,20	60,60	
3.9.10	3,00	442,38	451,66	1.327,14	1.354,98		27,84
3.9.11	2,00	61,49	65,22	122,98	130,44		7,46
3.9.12	2,00	103,17	106,03	206,34	212,06		5,72
3.9.13	2,00	54,44	56,63	108,88	113,26		4,38
3.9.14	2,00	109,98	109,55	219,96	219,10	0,86	
3.9.15	6,00	4,82	4,97	28,92	29,80		0,88
3.9.16	8,00	8,26	9,14	66,08	73,11		7,03
4.1.1	402,50	22,69	5,64	9.132,73	2.270,91	6.861,82	
4.1.2	140,88	10,60	10,41	1.493,33	1.466,98	26,34	
4.1.3	289,80	16,76	21,92	4.857,05	6.351,84		1.494,79
4.1.4	72,45	31,19	35,70	2.259,72	2.586,32		326,60

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
4.1.5	40,25	80,28	87,96	3.231,27	3.540,31		309,04
4.2.1	575,00	1,27	1,33	730,25	762,45		32,20
1.1	1.980,00	13,95	4,32	27.621,00	8.545,68	19.075,32	
1.2	456,00	16,76	21,92	7.642,56	9.994,61		2.352,05
1.3	42,00	304,47	259,21	12.787,74	10.886,69	1.901,05	
1.4	396,00	1.803,62	2.214,04	714.233,52	876.761,03		162.527,51
1.5	476,00	141,74	136,44	67.468,24	64.943,06	2.525,18	
1.6	972,00	33,97	44,94	33.018,84	43.682,65		10.663,81
1.7	80,00	4,47	4,38	357,60	350,48	7,12	
1.1	40,00	881,28	990,15	35.251,20	39.605,80		4.354,60
1.2	1.260,50	4,44	6,45	5.596,62	8.127,70		2.531,08
1.3	821,00	1,81	2,64	1.486,01	2.166,62		680,61
1.4	2.065,50	11,36	16,54	23.464,08	34.155,11		10.691,03
1.5	624,00	5,00	7,28	3.120,00	4.542,72		1.422,72
1.6	1.278,45	8,50	12,39	10.866,83	15.838,72		4.971,89
1.7	827,25	4,57	6,67	3.780,53	5.516,93		1.736,40
1.8	6.070,10	6,93	10,09	42.065,79	61.235,17		19.169,38
1.9	1.133,70	11,95	17,38	13.547,72	19.704,84		6.157,12
1.10	49,34	117,68	171,55	5.806,33	8.464,18		2.657,85
1.12	2.654,20	24,15	31,97	64.098,93	84.846,81		20.747,88
1.13	2.654,20	27,11	36,93	71.955,36	98.027,57		26.072,21
1.4	16,00	628,19	598,91	10.051,04	9.582,56	468,48	
1.5	5,00	426,41	463,66	2.132,05	2.318,29		186,24
1.8	1,00	382,42	408,84	382,42	408,84		26,42
1.9	10,00	115,32	119,07	1.153,20	1.190,67		37,47
1.1	418,00	8,46	9,32	3.536,28	3.896,18		359,90
1.2	418,00	11,41	6,20	4.769,38	2.592,02	2.177,36	
1.3	65,00	15,72	17,45	1.021,80	1.133,99		112,19
1.4	65,00	4,13	4,23	268,45	274,63		6,18
1.5	24,00	39,09	39,74	938,16	953,78		15,62
1.6	766,00	25,74	26,53	19.716,84	20.324,28		607,44
1.7	409,00	23,18	25,42	9.480,62	10.394,74		914,12
1.8	118,00	114,74	83,51	13.539,32	9.854,42	3.684,90	
1.9	417,00	50,78	47,75	21.175,26	19.911,33	1.263,93	
1.10	39,00	77,74	85,70	3.031,86	3.342,14		310,28
1.11	1,00	454,96	548,37	454,96	548,37		93,41
1.12	1,00	963,43	1.156,13	963,43	1.156,13		192,70
1.13	2,00	461,46	548,37	922,92	1.096,73		173,81
1.14	1,00	610,96	730,37	610,96	730,37		119,41
1.15	1,00	742,26	892,87	742,26	892,87		150,61
1.1	11.201,75	4,44	6,45	49.735,77	72.228,88		22.493,11
1.2	734,25	1,81	2,64	1.328,99	1.937,69		608,69
1.3	11.936,00	11,36	16,54	135.592,96	197.373,70		61.780,74
1.4	3.738,66	5,00	7,28	18.693,30	27.217,44		8.524,14
1.5	8.142,88	8,50	12,39	69.214,48	100.882,14		31.667,66
1.6	7.310,25	4,57	6,67	33.407,84	48.752,06		15.344,21
1.7	33.791,24	6,93	10,09	234.173,29	340.886,03		106.712,74
1.8	6.759,78	11,95	17,38	80.779,37	117.491,74		36.712,37
1.9	286,96	117,68	171,55	33.769,45	49.227,41		15.457,96
1.10	15.744,44	27,11	36,93	426.831,77	581.489,40		154.657,63

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
			Total	8.487.475,20	10.082.432,11	264.445,18	1.859.402,10

Fonte: Exames efetuados pela CGU, em 24 de abril de 2017.

Destarte, verificou-se um desconto de R$ 1.594.956,91 entre o orçamento elaborado com fundamento em tabelas oficiais e a planilha original contratual, o que representa um desconto de 15,82%.

2.1.15. Contrato de execução nº 008/2010. Contrato aditivado. Verificação de sobrepreço.

Fato

Considerando-se a planilha aditivada do Contrato de execução nº 008/2010, celebrado a partir da Concorrência nº 013/2009-CEL, realizou-se uma pesquisa de preços unitários dos serviços que representavam 88% do valor aditivado, ou seja, R$ 9.070.197,52, de maneira a comparar tais preços com tabelas de referência oficiais, seja em relação ao Sistema Nacional de Pesquisa e Índices da Construção Civil (Sinapi), seja em relação às tabelas mantidas pela Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (Emlurb) de Recife.

Como resultados desse estudo, chegou-se a uma tabela na qual podem ser identificados os serviços com sobrepreço, e aqueles com subpreço.

Quadro – Serviços comparados em relação a referências oficiais

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
1.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
1.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.M. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
2.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
2.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
3.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
3.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
4.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
4.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
5.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
5.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
6.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
6.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
7.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
7.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d agua de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d'água de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d'água de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d'água de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d'água de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d agua de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d'água de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16882/3	Galeria c/ tubos CS - 0,30 m de diâmetro e valas de até 1,50 m de profundidade	M
1.2	16780/7	Galeria c/ tubos CS - 0,50 m de diâmetro e valas de até 1,50 m de profundidade	M
1.3	16882/9	Galeria c/ tubos CS - 0,60 m de diâmetro e valas de até 1,50 m de profundidade	M

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
2.7	73877/2	Escoramento de valas com pranchões metálicos - área não cravada	M2
1.1.4	18139/4	Locação e nivelamento de valas para coletores, com uso de equipamentos topográficos	M
1.2.1	10075/1	Escavação manual de valas em material de 1ª ou 2ª categoria até 2m de profundidade	M3
1.2.2	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
1.2.3	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
1.3.1	18400/3	Assentamento de tubulação DN-100mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
1.3.2	55542	Colchão de areia, inclusive mão-de-obra de espalhamento, transporte com carro de mão e fornecimento comercial	M3
1.3.2	18454/2	Caixa de passagem para esgoto em anéis de concreto armado, lastro em concreto simples 1:3:5 e base em tijolo coroa com tampa de concreto armado (Fck >= 20 Mpa, controle B), DN - 0,60m e profundidade	UN
1.3.3	18459/2	Teste de rede de esgoto	M
1.3.4	18460/2	Cadastro de rede de esgoto	M
1.4.1	9817	Tubo PVC EB-644 p/ rede coletora de esgoto JE DN 100mm	M
2.1.1	18137/2	Sinalização aberta com iluminação, inclusive cavaletes em madeira espaçados a cada 2,0m, gambiarra, lâmpadas, bocais e baldes, conforme padrão Compesa.	M
2.1.4	18139/4	Locação e nivelamento de valas para coletores, com uso de equipamentos topográficos	M
2.2.1	60845/1	Escavação mecânica de valas, até 2,00 metros - mma	M3
2.2.2	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
2.2.3	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
2.3.1	18400/4	Assentamento de tubulação DN-150mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
2.3.2	18400/5	Assentamento de tubulação DN-200mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
2.3.3	55542	Colchão de areia, inclusive mão-de-obra de espalhamento, transporte com carro de mão e fornecimento comercial	M3
2.3.4	21558/1	Poço de visita (1,0x1,0)m, até 2,0m de profundidade c/ tampão de ferro articulado	UN
2.3.5	18459/2	Teste de rede de esgoto	M
2.3.6	18460/2	Cadastro de rede de esgoto	M
2.4.1	9818	Tubo PVC EB-644 p/ rede coletora de esgoto JE DN 150mm	M
2.4.2	9819	Tubo PVC EB-644 p/ rede coletora de esgoto JE DN 200mm	M
2.4.3	305	Anel borracha p/ tubo PVC rede esgoto EB 644 DN 150mm	UN
2.4.4	306	Anel borracha p/ tubo PVC rede esgoto EB 644 DN 200mm	UN
1.2	18139/3	Locação e nivelamento de valas para rede de distribuição com uso de equipamentos topográficos	M
2.1	60845/1	Escavação mecânica de valas, até 2,00 metros - mma	M3
2.3	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
3.1	18400/1	Assentamento de tubulação DN-50mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
3.2	18400/2	Assentamento de tubulação DN-75mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
3.3	18459/1	Teste de rede de agua	M
3.4	18460/1	Cadastro de rede de agua	M
4.1	9846	Tubo PVC PBA 12 JE NBR 5647 p/rede água DN 75/de 85 mm	M
4.2	9844	Tubo PVC PBA 12 JE NBR 5647 p/rede água DN 50/de 60 mm	M

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
4.4	11493	Te redução PVC PBA NBR 10351 p/ rede água BBB JE DN 75 x 50 /de 85 x 60mm	UN
4.5	1206	CAP PVC PBA NBR 10351 p/ rede água JE DN 50/de 60 mm	UN
4.6	20032	Redução PVC PBA JE BB p/rede água DN 75 x 50/de 85 x 60mm	UN
4.9	7088	Te PVC PBA NBR 10351 p/ rede água 90G BBB DN 75/ de 85mm	UN
4.10	39706	Caixa proteção hidrômetro casas	UN
4.11	12774	Hidrômetro 5 m3/h DN 3/4"	UN
101	7329	Fornecimento e assentamento de placa da obra	M2
103	66375	Desmatamento e destocamento mecânicos de árvores de diâmetro inferior a 0,15 m, e limpeza do terreno	M2
104	67561	Locação da obra	M2
201	21551/1	Escavação manual de valas, material 1ª categoria até 2,0m	M3
202	7947	Aterro compactado manualmente	M3
203	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
204	24726	Radier de concreto 1:3:4	M3
205	21449/1	Concreto armado para fundações	M3
206	21461/6	Alvenaria de tijolos cerâmicos 8 furos 0,20m	M2
207	518	Concreto magro 1:4:8 preparo	M3
208	73928/6	Chapisco traço 1:4 (cimento e areia), espessura 0,5cm, preparo manual, incluso aditivo impermeabilizante	M2
209	05.02.140	Aterro utilizando solo cimento para fundações (traço 1:20) abrangendo espalhamento homogeinização, umedecimento e compactação mecânica leve em camadas sucessivas de 20 cm de espessura, inclusive fornecimento do material proveniente de jazida a uma distância máxima de 20Km	M3
301	68579/2	Verga reta concreto armado 1:3:5 c/60Kg aço CA-25 c/forma	M3
302	06.07.020	Laje pré-moldada para forro com vão normal, inclusive capeamento e escoramento	M2
401	15827/2	Alvenaria de tijolos de 8 furos (1/2 vez) com argamassa 1:8	M2
402	67002	Alvenaria em cobogós de cimento prensado	M2
501	08.01.035	Estrutura de coberta em madeira de lei para telhas cerâmicas - vão até 4 m	M2
502	17814	Coberta com telhas cerâmicas, tipo colonial	M2
601	73928/6	Chapisco traço 1:4 (cimento e areia), espessura 0,5cm, preparo manual, incluso aditivo impermeabilizante	M2
602	15937/2	Emboco com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4	M2
602	15938/2	Reboco em cimentado, tipo barra lisa, aplicada sobre emboco pronto	M2
701	15568/1	Concreto não estrutural (1:4:8)	M3
702	18706/1	Piso cimentado liso	M2
801	15914/1	Portas internas com folha em compensado de Jequitibá	M2
802	15914/1	Portas internas com folha em compensado de Jequitibá	M2
803	24167/2	Porta metálica, de abrir, veneziana completa 80 x 210cm -colocada	UN
901	16235/1	Ponto de luz em teto ou parede, incluindo caixa 4x4 pol. Tigreflex ou similar, tubulação PVC rígido e fiação, até o quadro de distribuição	PT
902	16237/1	Ponto de tomada universal (2p+1t) Pial ou similar, inclusive tubulação de PVC rígido, fiação, caixa 4x2 pol. Tigreflex ou similar, placa e demais acessórios, até o ponto de luz ou quadro de distribuição	PT
903	74130/1	Disjuntor termomagnético monopolar padrão Nema (americano) 10 a 30A 240V, fornecimento e instalação	UN
904	18.08.040	Fornecimento e assentamento de caixa para medição monofásica e caixa para disjuntor monofásico de policarbonato e noryl cinza, inclusive fita metálica e presilha para instalação caixas em poste (padrão Celpe) sem disjuntor	UN

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
905	16233/9	Quadro (para até 3 circuitos monopolares) sem barramento, tipo QCCP, gomes ou similar, com porta e trinco	UN
906	68069	Haste Copperweld 5/8 x 3,0m com conector	UN
1001	16360/2	Ponto de esgoto para pia ou lavanderia	PT
1002	16360/1	Ponto de esgoto para bacia sanitária	PT
1003	19.01.030	Ponto de esgoto para lavatório ou mictório, inclusive tubulações e conexões em PVC rígido soldáveis, até a coluna ou o sub-coletor	PT
1004	16360/4	Ponto de esgoto para ralo sinfonado, inclusive ralo	PT
1005	19.02.020	Ponto de agua, inclusive tubulações e conexões de PVC rígido soldável e abertura de rasgos em alvenaria , até o registro geral do ambiente	PT
1006	19.03.020	Fornecimento e assentamento de tubos de PVC rígido soldáveis, diam.50 mm, para ventilação de esgoto	M
1009	33125	Bacia sanitária, assento plástico, caixa de descarga PVC de sobrepor, engate plástico, tubo de descida e bolsa de borracha	UN
1010	67248	Lavatório simples, grande, sem coluna, de louca branca, inclusive fixação e acessórios correspondentes	CJ
1012	33138	Colocação de chuveiro com haste de PVC 1/2"	UN
1013	26316/2	Torneira plástica 1/2 para pia - fornecimento e instalação	UN
1014	21643/2	Colocação de registro de pressão 3/4"	UN
1015	74695	Válvula esfera soldável de 25mm, fornecimento e colocação.	UN
1016	21649/2	Colocação de sifão em PVC para pia	UN
1017	21649/1	Colocação de sifão copo em PVC	UN
1018	8232	Ligação domiciliar de agua (do hidrômetro até a casa)	UN
1019	16522/3	Caixas de inspeção, modelo 3, diâmetro 0,60 m, isenta de carga móvel	UN
1020	19.07.145	Fornecimento de caixa d'agua elevada de PVC, com tampa, capacidade para 500 litros, inclusive colocação	UN
1101	18304	Pintura com verniz copal sintético, duas demãos, em esquadrias de madeira	M2
1102	21692/1	Pintura em esmalte sintético s/ esquadrias de ferro (2 demãos)	M2
1103	18717/2	Pintura com tinta em pó industrializada de cal, pigmento e fixador, duas demãos	M2
1201	74056/1	Bancada (tampo) mármore sintético 120x60cm com cuba - fornecimento e instalação	UN
1202	21499/2	Lavanderia em mármore sintético (0,72x0,48)m	UN
1203	7948	Limpeza da obra	M2
1204	32682	Fornecimento e espalhamento de brita 25	M3
1.1	9546	Serviços topográficos p/ pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide	M2
1.2	66375	Desmatamento e destocamento mecânicos de arvores de diâmetro inferior a 0,15 m, e limpeza do terreno	M2
1.3	66866	Escavação mecânica de material de primeira categoria, proveniente de corte de subleito	M3
1.4	23436/1	Corte e aterro compensado, sem controle do GC (c/trator de esteira Caterpillar-D8)	M3
1.6	16999	Execução de aterro com barro, utilizando-se o processo mecânico leve de compactação	M3
1.7	CGU-001	Execução de aterro abrangendo espalhamento, homogeneização, umedecimento e compactação mecânica em camadas de 20 cm de espessura, inclusive o fornecimento do barro proveniente de jazida a uma distância máxima de 26 Km	M3
1.1.1	18137/1	Sinalização aberta s/ iluminação com cavaletes em madeira , espaçados a cada 2,0 m, conforme padrão Compesa	M
1.1.5	18139/4	Locação e nivelamento de valas para coletores, com uso de equipamentos topográficos	M
1.2.1	10075/1	Escavação manual de valas em material de 1ª ou 2ª categoria até 2m de profundidade	M3

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
1.2.2	21551/7	Escavação manual de valas, material 3ª categoria até 2,0m	M3
1.2.3	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
1.2.4	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
1.3.1	23744/1	Calçada de proteção em concreto magro 1:4:8 e=5,0cm, regularizado c/ argamassa cimento/areia 1:4 e=1,0cm (áspero)	M2
1.3.2	10086/2	Demolição de calcada em cimentado	M3
1.4.1	18400/3	Assentamento de tubulação DN-100mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
1.4.2	18454/1	Caixa de passagem para esgoto em anéis de concreto armado, lastro em concreto simples 1:3:5 e base em tijolo coroa com tampa de concreto armado (Fck >= 20 Mpa, controle B), DN - 0,40m e profundidade	UN
1.4.3	18454/2	Caixa de passagem para esgoto em anéis de concreto armado, lastro em concreto simples 1:3:5 e base em tijolo coroa com tampa de concreto armado (Fck >= 20 Mpa, controle B), DN - 0,60m e profundidade	UN
1.4.4	18459/2	Teste de rede de esgoto	M
1.4.5	18460/2	Cadastro de rede de esgoto	M
1.5.1	9817	Tubo PVC EB-644 p/ rede coletora de esgoto JE DN 100mm	M
1.5.2	303	Anel borracha p/ tubo PVC rede esgoto EB 644 DN 100mm	UN
1.5.3	6106	Selim PVC 90G c/ travas NBR 10569 p/ rede coletora de esgoto DN 150x100mm	UN
1.5.4	1858	Curva PVC 45G NBR-10569 p/ rede coletora de esgoto PB JE DN 100mm	UN
2.1.1	18137/1	Sinalização aberta s/ iluminação com cavaletes em madeira , espaçados a cada 2,0 m, conforme padrão Compesa	M
2.1.5	18139/4	Locação e nivelamento de valas para coletores, com uso de equipamentos topográficos	M
2.2.1	18347/1	Escavação mecanizada de valas em material de 1ª ou 2ª categoria até 2m de profundidade	M3
2.2.2	18347/2	Escavação mecanizada de valas em material de 1ª ou 2ª categoria de 2 a 4m de profundidade	M3
2.2.3	21551/7	Escavação manual de valas, material 3ª categoria até 2,0m	M3
2.2.4	21551/8	Escavação manual de valas, material 3ª categoria de 2,0 a 4,0m	M3
2.2.5	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
2.2.6	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
2.2.7	53167	Reaterro apiloado em camadas 0,20m c/ material argilo-arenoso	M3
2.2.8	55542	Colchão de areia, inclusive mão-de-obra de espalhamento, transporte com carro de mão e fornecimento comercial	M3
2.3.1	21558/1	Poço de visita (1,0x1,0) m até 2,0m de profundidade c/ tampão de ferro articulado	UN
2.3.2	21558/2	Poço de visita (1,0x1,0) m, de 2,0 a 4,0m de profundidade c/ tampão de ferro articulado	UN
2.4.1	18400/4	Assentamento de tubulação DN-150mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
2.4.2	18400/5	Assentamento de tubulação DN-200mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
2.4.3	18459/2	Teste de rede de esgoto	M
2.4.4	18460/2	Cadastro de rede de esgoto	M
2.5.1	9818	Tubo PVC EB-644 p/ rede coletora de esgoto JE DN 150mm	M
2.5.2	9819	Tubo PVC EB-644 p/ rede coletora de esgoto JE DN 200mm	M
2.5.3	305	Anel borracha p/ tubo PVC rede esgoto EB 644 DN 150mm	UN
2.5.4	306	Anel borracha p/ tubo PVC rede esgoto EB 644 DN 200mm	UN

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
2.5.5	6106	Selim PVC 90G c/ travas NBR 10569 p/ rede coletora de esgoto DN 150x100mm	UN
2.5.6	1858	Curva PVC 45G NBR-10569 p/ rede coletora de esgoto PB JE DN 100mm	UN
3.9.2	18.03.010	Estrutura secundaria B1 completa, inclusive fixação	UN
3.9.3	16211/1	Caixa para medição monofásica para uso interno	UN
3.9.4	16232/3	Disjuntor tripolar até 50A / 380 V	UN
3.9.5	18803	Assentamento de haste de aterramento de 5/8x2,40 m Copperweld ou similar, com conector paralelo e parafusos (inclusive o fornecimento do material)	UN
3.9.6	9972/3	Eletroduto rígido de 1" em lajes	M
3.9.7	16203/2	Curva rosqueável de 1"	UN
3.9.8	18716	Caixa de passagem subterrânea com dimensões internas 0,40x0,40 m, altura 0,60 m, sobre camada de brita com 0,10 m de espessura, paredes em alvenaria e laje de tampa em concreto armado, inclusive	UN
3.9.9	16287/4	Cabo de cobre (1 condutor), s.m. 6 mm2	M
3.9.11	16235/1	Ponto de luz em teto ou parede, incluindo caixa 4x4 pol. Tigreflex ou similar, tubulação PVC rígido e fiação, até o quadro de distribuição	PT
3.9.12	16237/1	Ponto de tomada universal (2p+1t) Pial ou similar, inclusive tubulação de PVC rígido, fiação, caixa 4x2 pol. Tigreflex ou similar, placa e demais acessórios, até o ponto de luz ou quadro de distribuição	PT
3.9.13	16236/1	Ponto de interruptor de 1 seção	PT
3.9.14	16320/1	Luminária para 2 lâmpadas fluorescentes de 20 W, ref. TMS-500 Phillips ou similar	CJ
3.9.15	9972/2	Eletroduto rígido de 3/4" em lajes	M
3.9.16	16203/1	Curva rosqueável de 3/4"	UN
2.10	71341/7	Concreto armado aparente com forma e escoramento Fck 40 Mpa, controle a, consumo mínimo de cimento 533 kg/m3, utilizado em paredes de reservatórios de agua e de estacoes de tratamento	M3
1.1	15514/1	Escavação mecânica de valas, s/ escoramento, até 1,5 m	M3
1.2	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
1.3	518	Concreto magro 1:4:8 preparo	M3
1.4	06.03.143	Concreto armado pronto, Fck 25 Mpa, condição A (NBR 12655), lançado em qualquer tipo de escoramento e ferragem	M3
1.5	21.04.035	Ensecadeira com pranchões de madeira de lei com 3 x 6 polegadas e quadros utilizando longarinas de madeira de 3 x 5 polegadas, inclusive posterior retirada. (área cravada)	M2
1.6	21.09.300	Limpeza manual de canal ou canaleta, aberta ou c/tampa móvel, profundidade até 1,50m em locais próximas de encostas de morros, planícies ou alagados, c/ transporte material retirado em carro de mão até 100m distância e carga em caçamba estacionária e/ou caminhão basculante inclusive mão-de-obra c/ insalubridade, equipamento e fardamento	M3
1.7	16836/1	Esgotamento com moto-bomba a gasolina de 3/4 hp	H
1.1	02.01.200	Serviço topográfico de pequeno porte (preço mínimo), diária de uma equipe com topografo, quatro auxiliares , teodolito , nível ótico etc.	UN
1.2	03.01.010	Demolição de cobertura com telhas cerâmicas	M2
1.3	03.01.020	Demolição de cobertura com telha ondulada de fibrocimento	M2
1.4	03.01.030	Demolição de estrutura de madeira para coberta	M2
1.5	03.01.050	Retirada de esquadrias de madeira ou metálicas	M2
1.6	03.01.070	Demolição de revestimento de piso em cimentado inclusive lastro de concreto	M2
1.7	03.01.080	Demolição de revestimento de piso com ladrilho hidráulico ou cerâmico.	M2
1.8	03.01.150	Demolição de alvenaria de 1/2 vez com preparo para remoção.	M2
1.9	03.01.160	Demolição de alvenaria de 1 vez com preparo para remoção.	M2

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
1.10	03.01.210	Demolição manual de concreto armado	M3
1.12	04.02.160	Transporte com carro de mão de areia, entulho ou terra até 100m.	M3
1.13	04.03.193	Remoção de metralha em caminhão basculante D.M.T 26 km, inclusive carga e descarga mecânicas	M3
1.1	16170/1	Preparo de solo para gramado, com 10,0 cm de espessura e no traco4:1	M2
1.2	17.03.060	Fornecimento e plantio de grama de burro (Cynodon Dactylon).	M2
1.3	16170/2	Preparo de solo para canteiro com 20,0 cm de altura e no traço 2:1	M2
1.4	16199/2	Mudas rasteiras grupo 2 (viúva alegre, fumaça, onze horas, andarca, etc.)	M2
1.5	16192/1	Plantio de mudas arbóreas	UN
1.6	15995/2	Piso em cimentado c/ juntas de madeira formando quadros de 2,0x2,0 m, c/ 2,0 cm de espessura e com traço 1:3	M2
1.7	16747/2	Construção de meio-fio de concreto, rejuntado com argamassa de cimento e areia 1:2	M
1.8	16172/2	Banco com laje em concreto armado de 0,08 x 0,50 m, apoios em alvenaria de 1/2 vez de 0,40x0,42 m (sendo 0,10 m enterrados) a cada 2 m, assentado sobre sapatas de 0,10x0,20x0,40 m em concretos	M
1.9	16744/3	Pavimento com blokret com 10,0 cm de espessura sobre base já executada	M2
1.10	8179	Fornecimento e espalhamento de areia	M3
1.11	17.05.020	Fornecimento e assentamento de balanço mirim com 02 cadeiras ref. 098, girassol ou similar inclusive pintura e transporte para região metropolitana do grande Recife	UN
1.12	17.05.080	Fornecimento e assentamento de carrossel stand tamanho médio ref. 131, girassol ou similar, inclusive pintura e transporte para região metropolitana do grande Recife.	UN
1.13	17.05.100	Fornecimento e assentamento de escorrego mirim com rampa de 1.50m ref.180,girassol ou similar, inclusive pintura e transporte para região metropolitana do grande Recife	UN
1.14	17.05.160	Fornecimento e assentamento de escada horizontal u altura 2.00m ref. 192,girassol ou similar, inclusive pintura e transporte para região metropolitana do grande Recife	UN
1.15	17.05.210	Fornecimento e assentamento de gangorra mirim com 03 peças ref. 202, girassol ou similar, inclusive pintura e transporte para região metropolitana do grande Recife	UN

Tabela – Verificação de sobrepreço

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
1.1	982,38	0,65	0,65	638,55	638,55		
1.2	365,32	10,60	10,41	3.872,39	3.804,08	68,31	
2.1	1.352,85	0,65	0,65	879,35	879,35		
2.2	439,68	10,60	10,41	4.660,61	4.578,39	82,22	
3.1	1.210,35	0,65	0,65	786,73	786,73		
3.2	438,75	10,60	10,41	4.650,75	4.568,70	82,05	
4.1	1.067,70	0,65	0,65	694,01	694,01		
4.2	387,04	10,60	10,41	4.102,62	4.030,25	72,38	
5.1	1.115,31	0,65	0,65	724,95	724,95		
5.2	362,48	10,60	10,41	3.842,29	3.774,50	67,78	
6.1	2.588,15	0,65	0,65	1.682,30	1.682,30		
6.2	744,09	10,60	10,41	7.887,35	7.748,21	139,14	
7.1	1.399,64	0,65	0,65	909,77	909,77		
7.2	306,52	10,60	10,41	3.249,11	3.191,79	57,32	
1.1	900,52	44,37	48,58	39.956,07	43.748,16		3.792,09

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
2.1	292,53	39,98	44,89	11.695,35	13.131,38		1.436,03
3.1	193,20	24,39	26,03	4.712,15	5.028,22		316,07
1.1	1.240,11	44,37	48,58	55.023,68	60.245,78		5.222,10
2.1	450,95	39,98	44,89	18.028,98	20.242,69		2.213,71
3.1	676,43	24,39	26,03	16.498,13	17.604,77		1.106,64
1.1	1.109,49	44,37	48,58	49.228,07	53.900,13		4.672,06
2.1	403,45	39,98	44,89	16.129,93	18.110,47		1.980,54
3.1	605,18	24,39	26,03	14.760,34	15.750,41		990,07
1.1	978,73	44,37	48,58	43.426,25	47.547,68		4.121,43
2.1	355,90	39,98	44,89	14.228,88	15.976,00		1.747,12
3.1	533,85	24,39	26,03	13.020,60	13.893,98		873,38
1.1	1.022,37	44,37	48,58	45.362,56	49.667,76		4.305,20
2.1	371,77	39,98	44,89	14.863,36	16.688,38		1.825,02
3.1	557,66	24,39	26,03	13.601,33	14.513,66		912,33
1.1	2.588,15	44,37	48,58	114.836,22	125.734,92		10.898,70
2.1	517,63	39,98	44,89	20.694,85	23.235,89		2.541,04
3.1	776,45	24,39	26,03	18.937,62	20.207,89		1.270,27
1.1	1.320,12	44,37	48,58	58.573,72	64.132,75		5.559,03
2.1	318,10	39,98	44,89	12.717,64	14.279,19		1.561,55
3.1	477,15	24,39	26,03	11.637,69	12.418,31		780,62
1.1	1.207,00	57,51	60,24	69.414,57	72.712,09		3.297,52
1.2	73,39	118,77	124,63	8.716,53	9.146,67		430,14
1.3	550,34	128,31	134,43	70.614,13	73.983,86		3.369,73
2.7	240,00	28,38	26,98	6.811,20	6.474,00	337,20	
1.1.4	1.566,00	2,16	2,50	3.382,56	3.908,74		526,18
1.2.1	561,36	22,69	23,74	12.737,26	13.325,56		588,30
1.2.2	420,42	16,76	21,92	7.046,24	9.214,77		2.168,53
1.2.3	56,05	10,60	10,41	594,13	583,65	10,48	
1.3.1	1.391,48	1,27	1,33	1.767,18	1.845,10		77,92
1.3.2	83,49	80,28	87,96	6.702,58	7.343,61		641,03
1.3.2	200,00	170,53	175,06	34.106,00	35.011,60		905,60
1.3.3	1.391,48	1,22	1,29	1.697,61	1.790,83		93,22
1.3.4	1.391,48	1,70	1,99	2.365,52	2.767,65		402,13
1.4.1	1.391,48	11,82	11,82	16.447,29	16.443,12	4,17	
2.1.1	1.134,56	4,10	3,98	4.651,70	4.513,28	138,42	
2.1.4	1.134,56	2,16	2,50	2.450,65	2.831,86		381,21
2.2.1	816,88	4,63	4,67	3.782,15	3.812,38		30,23
2.2.2	725,81	16,76	21,92	12.164,58	15.908,30		3.743,72
2.2.3	113,84	10,60	10,41	1.206,68	1.185,39	21,29	
2.3.1	740,20	1,35	1,40	999,27	1.039,24		39,97
2.3.2	394,36	2,55	2,65	1.005,62	1.045,84		40,22
2.3.3	90,76	80,28	87,96	7.286,21	7.983,07		696,86
2.3.4	17,00	1.707,15	1.720,84	29.021,55	29.254,21		232,66
2.3.5	1.134,56	1,22	1,29	1.384,16	1.460,18		76,02
2.3.6	1.134,56	1,70	1,99	1.928,75	2.256,64		327,89
2.4.1	740,20	24,78	24,78	18.342,16	18.340,68	1,48	
2.4.2	394,36	42,51	38,30	16.764,24	15.103,20	1.661,04	
2.4.3	124,00	5,72	6,50	709,28	806,00		96,72
2.4.4	66,00	8,49	9,65	560,34	636,64		76,30
1.2	1.217,87	0,81	0,94	986,47	1.139,93		153,46

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
2.1	237,80	22,69	4,67	5.395,68	1.109,81	4.285,87	
2.3	232,67	16,76	21,92	3.899,55	5.099,66		1.200,11
3.1	1.040,96	0,77	0,79	801,54	825,48		23,94
3.2	176,91	0,86	0,90	152,14	158,69		6,55
3.3	1.217,87	1,22	1,29	1.485,80	1.567,40		81,60
3.4	1.217,87	1,08	1,22	1.315,30	1.488,24		172,94
4.1	176,91	20,29	16,56	3.589,50	2.929,98	659,52	
4.2	1.040,96	10,11	8,11	10.524,11	8.444,27	2.079,84	
4.4	1,00	26,39	34,53	26,39	34,53		8,14
4.5	4,00	6,20	4,98	24,80	19,92	4,88	
4.6	2,00	16,60	16,29	33,20	32,58	0,62	
4.9	1,00	36,82	41,51	36,82	41,51		4,69
4.10	200,00	27,87	27,48	5.574,00	5.496,40	77,60	
4.11	200,00	114,62	114,62	22.924,00	22.924,20		0,20
101	16,00	156,00	195,00	2.496,00	3.120,00		624,00
103	25.564,00	1,74	1,01	44.481,36	25.921,90	18.559,46	
104	10.732,00	3,39	4,41	36.381,48	47.295,92		10.914,44
201	1.739,35	13,95	15,94	24.263,93	27.721,76		3.457,83
202	1.608,62	20,94	62,18	33.684,50	100.022,38		66.337,88
203	1.795,98	16,76	21,92	30.100,62	39.364,29		9.263,67
204	80,90	409,24	451,40	33.107,52	36.518,18		3.410,66
205	242,70	1.284,88	1.354,15	311.840,38	328.650,99		16.810,61
206	3.640,50	45,02	56,75	163.895,31	206.580,17		42.684,86
207	121,35	304,47	259,21	36.947,43	31.454,77	5.492,67	
208	7.281,00	4,12	4,07	29.997,72	29.626,39	371,33	
209	72,81	153,41	134,28	11.169,78	9.776,71	1.393,07	
301	34,00	1.092,91	1.050,13	37.158,94	35.704,32	1.454,62	
302	702,00	61,14	85,64	42.920,28	60.122,09		17.201,81
401	24.883,80	23,79	28,61	591.985,60	712.000,17		120.014,57
402	150,00	39,60	80,69	5.940,00	12.103,65		6.163,65
501	9.837,33	77,17	107,00	759.146,76	1.052.623,82		293.477,06
502	9.837,33	38,44	42,07	378.146,97	413.836,80		35.689,83
601	43.954,60	4,12	4,07	181.092,95	178.851,27	2.241,68	
602	43.954,60	16,56	19,15	727.888,18	841.686,64		113.798,46
602	2.534,40	14,07	16,15	35.659,01	40.920,42		5.261,41
701	419,64	304,47	368,69	127.767,79	154.718,33		26.950,54
702	7.010,00	21,24	25,21	148.892,40	176.701,07		27.808,67
801	252,00	143,92	169,94	36.267,84	42.823,87		6.556,03
802	588,00	143,92	169,94	84.624,96	99.922,37		15.297,41
803	200,00	202,41	200,85	40.482,00	40.170,00	312,00	
901	1.000,00	85,66	65,22	85.660,00	65.221,00	20.439,00	
902	1.600,00	45,14	106,03	72.224,00	169.644,80		97.420,80
903	600,00	12,31	10,01	7.386,00	6.006,00	1.380,00	
904	200,00	167,80	144,07	33.560,00	28.813,20	4.746,80	
905	200,00	42,00	48,46	8.400,00	9.692,80		1.292,80
906	200,00	41,68	43,49	8.336,00	8.697,00		361,00
1001	400,00	70,59	80,77	28.236,00	32.307,60		4.071,60
1002	200,00	50,41	58,19	10.082,00	11.637,60		1.555,60
1003	200,00	57,07	60,50	11.414,00	12.100,40		686,40
1004	400,00	55,76	63,77	22.304,00	25.506,00		3.202,00

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
1005	1.000,00	39,65	47,39	39.650,00	47.385,00		7.735,00
1006	600,00	10,57	12,21	6.342,00	7.324,20		982,20
1009	200,00	182,91	180,36	36.582,00	36.072,40	509,60	
1010	200,00	65,21	68,46	13.042,00	13.691,60		649,60
1012	200,00	5,97	10,04	1.194,00	2.007,20		813,20
1013	600,00	6,58	16,38	3.948,00	9.828,00		5.880,00
1014	200,00	18,94	32,79	3.788,00	6.557,20		2.769,20
1015	400,00	23,82	29,20	9.528,00	11.679,20		2.151,20
1016	400,00	9,74	10,70	3.896,00	4.279,60		383,60
1017	200,00	10,10	11,18	2.020,00	2.236,00		216,00
1018	200,00	31,69	35,97	6.338,00	7.194,20		856,20
1019	400,00	140,72	144,81	56.288,00	57.922,80		1.634,80
1020	200,00	262,45	291,73	52.490,00	58.346,60		5.856,60
1101	2.100,00	8,75	11,41	18.375,00	23.969,40		5.594,40
1102	1.680,00	22,30	23,39	37.464,00	39.290,16		1.826,16
1103	41.420,20	4,92	4,52	203.787,38	187.384,98	16.402,40	
1201	200,00	77,71	92,05	15.542,00	18.410,60		2.868,60
1202	200,00	67,86	102,34	13.572,00	20.467,20		6.895,20
1203	8.002,00	0,90	1,09	7.201,80	8.738,18		1.536,38
1204	126,00	108,17	127,47	13.629,42	16.060,59		2.431,17
1.1	78.480,00	0,36	0,42	28.252,80	32.647,68		4.394,88
1.2	23.787,30	1,74	1,01	41.389,90	24.120,32	17.269,58	
1.3	360,49	13,95	2,78	5.028,84	1.002,88	4.025,95	
1.4	2.399,96	5,71	5,45	13.703,77	13.072,58	631,19	
1.6	1.307,88	30,54	33,76	39.942,66	44.155,34		4.212,68
1.7	3.600,00	50,05	60,36	180.180,00	217.292,40		37.112,40
1.1.1	1.854,00	2,65	2,61	4.913,10	4.844,50	68,60	
1.1.5	3.089,00	2,16	2,50	6.672,24	7.710,14		1.037,90
1.2.1	1.383,86	22,69	23,74	31.399,78	32.850,07		1.450,29
1.2.2	340,00	83,76	47,80	28.478,40	16.252,34	12.226,06	
1.2.3	442,00	10,60	10,41	4.685,20	4.602,55	82,65	
1.2.4	1.210,89	16,76	21,92	20.294,52	26.540,29		6.245,77
1.3.1	742,00	31,25	36,60	23.187,50	27.153,49		3.965,99
1.3.2	742,00	10,28	11,96	7.627,76	8.874,32		1.246,56
1.4.1	3.089,00	1,27	1,33	3.923,03	4.096,01		172,98
1.4.2	291,00	101,73	140,41	29.603,43	40.860,18		11.256,75
1.4.3	301,00	170,53	175,06	51.329,53	52.692,46		1.362,93
1.4.4	3.089,00	1,22	1,29	3.768,58	3.975,54		206,96
1.4.5	3.089,00	1,70	1,99	5.251,30	6.144,02		892,72
1.5.1	3.089,00	11,82	11,82	36.511,98	36.502,71	9,27	
1.5.2	515,00	2,34	2,67	1.205,10	1.372,48		167,38
1.5.3	11,00	20,92	21,92	230,12	241,10		10,98
1.5.4	22,00	24,12	28,34	530,64	623,48		92,84
2.1.1	823,20	2,65	2,61	2.181,48	2.151,02	30,46	
2.1.5	1.372,00	2,16	2,50	2.963,52	3.424,51		460,99
2.2.1	741,27	22,69	5,64	16.819,42	4.182,25	12.637,17	
2.2.2	93,25	27,08	7,75	2.525,21	722,50	1.802,71	
2.2.3	82,36	83,76	47,80	6.898,47	3.936,89	2.961,58	
2.2.4	485,50	87,57	63,74	42.515,24	30.945,28	11.569,95	
2.2.5	548,80	10,60	10,41	5.817,28	5.714,65	102,63	

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
2.2.6	1.317,12	16,76	21,92	22.074,93	28.868,64		6.793,71
2.2.7	329,28	31,19	35,70	10.270,24	11.754,64		1.484,40
2.2.8	109,76	80,28	87,96	8.811,53	9.654,27		842,74
2.3.1	17,00	1.707,15	1.720,84	29.021,55	29.254,21		232,66
2.3.2	10,00	2.135,09	2.152,37	21.350,90	21.523,71		172,81
2.4.1	1.309,00	1,35	1,40	1.767,15	1.837,84		70,69
2.4.2	63,00	2,55	2,65	160,65	167,08		6,43
2.4.3	1.372,00	1,22	1,29	1.673,84	1.765,76		91,92
2.4.4	1.372,00	1,70	1,99	2.332,40	2.728,91		396,51
2.5.1	1.309,00	24,78	24,78	32.437,02	32.434,40	2,62	
2.5.2	63,00	42,51	38,30	2.678,13	2.412,77	265,36	
2.5.3	218,00	5,72	6,50	1.246,96	1.417,00		170,04
2.5.4	11,00	8,49	9,65	93,39	106,11		12,72
2.5.5	158,00	20,92	21,92	3.305,36	3.463,04		157,68
2.5.6	158,00	24,12	28,34	3.810,96	4.477,72		666,76
3.9.2	1,00	55,72	68,69	55,72	68,69		12,97
3.9.3	1,00	178,75	188,47	178,75	188,47		9,72
3.9.4	1,00	69,26	73,83	69,26	73,83		4,57
3.9.5	1,00	70,82	74,85	70,82	74,85		4,03
3.9.6	15,00	8,62	8,96	129,30	134,36		5,06
3.9.7	5,00	11,62	12,87	58,10	64,35		6,25
3.9.8	3,00	74,35	79,37	223,05	238,10		15,05
3.9.9	60,00	6,73	5,72	403,80	343,20	60,60	
3.9.11	2,00	61,49	65,22	122,98	130,44		7,46
3.9.12	2,00	103,17	106,03	206,34	212,06		5,72
3.9.13	2,00	54,44	56,63	108,88	113,26		4,38
3.9.14	2,00	109,98	109,55	219,96	219,10	0,86	
3.9.15	6,00	4,82	4,97	28,92	29,80		0,88
3.9.16	8,00	8,26	9,14	66,08	73,11		7,03
2.10	60,32	1.913,61	1.920,02	115.428,96	115.815,73		386,77
1.1	1.980,00	13,95	4,32	27.621,00	8.545,68	19.075,32	
1.2	456,00	16,76	21,92	7.642,56	9.994,61		2.352,05
1.3	42,00	304,47	259,21	12.787,74	10.886,69	1.901,05	
1.4	371,20	1.803,62	2.214,04	669.503,74	821.852,76		152.349,02
1.5	476,00	141,74	136,44	67.468,24	64.943,06	2.525,18	
1.6	972,00	33,97	44,94	33.018,84	43.682,65		10.663,81
1.7	80,00	4,47	4,38	357,60	350,48	7,12	
1.1	40,00	881,28	990,15	35.251,20	39.605,80		4.354,60
1.2	2.359,83	4,44	6,45	10.477,65	15.216,18		4.738,53
1.3	845,98	1,81	2,64	1.531,22	2.232,54		701,32
1.4	3.205,80	11,36	16,54	36.417,89	53.011,11		16.593,22
1.5	760,32	5,00	7,28	3.801,60	5.535,13		1.733,53
1.6	2.359,83	8,50	12,39	20.058,56	29.235,93		9.177,37
1.7	845,98	4,57	6,67	3.866,13	5.641,84		1.775,71
1.8	8.645,76	6,93	10,09	59.915,12	87.218,43		27.303,31
1.9	1.254,24	11,95	17,38	14.988,17	21.799,95		6.811,78
1.10	56,16	117,68	171,55	6.608,91	9.634,14		3.025,23
1.12	2.666,92	24,15	31,97	64.406,12	85.253,43		20.847,31
1.13	2.666,92	27,11	36,93	72.300,20	98.497,36		26.197,16
1.1	418,00	8,46	9,32	3.536,28	3.896,18		359,90

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
1.2	418,00	11,41	6,20	4.769,38	2.592,02	2.177,36	
1.3	65,00	15,72	17,45	1.021,80	1.133,99		112,19
1.4	65,00	4,13	4,23	268,45	274,63		6,18
1.5	24,00	39,09	39,74	938,16	953,78		15,62
1.6	766,00	25,74	26,53	19.716,84	20.324,28		607,44
1.7	409,00	23,18	25,42	9.480,62	10.394,74		914,12
1.8	118,00	114,74	83,51	13.539,32	9.854,42	3.684,90	
1.9	417,00	50,78	47,75	21.175,26	19.911,33	1.263,93	
1.10	39,00	77,74	85,70	3.031,86	3.342,14		310,28
1.11	1,00	454,96	548,37	454,96	548,37		93,41
1.12	1,00	963,43	1.156,13	963,43	1.156,13		192,70
1.13	2,00	461,46	548,37	922,92	1.096,73		173,81
1.14	1,00	610,96	730,37	610,96	730,37		119,41
1.15	1,00	742,26	892,87	742,26	892,87		150,61
			Total	7.971.994,63	9.231.409,70	177.536,35	1.436.951,41

Fonte: Exames efetuados pela CGU, em 24 de abril de 2017.

Destarte, verificou-se um desconto de R$ 1.259.415,07 entre o orçamento elaborado com fundamento em tabelas oficiais e a planilha aditivada contratual, o que representa um desconto de 13,64%.

2.1.16. Contrato de execução nº 008/2010. Medições. Verificação de sobrepreço.

Fato

Considerando-se os Boletins de Medição (BM) do Contrato de execução nº 008/2010, celebrado a partir da Concorrência nº 013/2009-CEL, realizou-se uma pesquisa de preços unitários dos serviços que representavam 88% do valor contratual, ou seja, R$ 9.070.196,52, de maneira a comparar tais preços com tabelas de referência oficiais, seja em relação ao Sistema Nacional de Pesquisa e Índices da Construção Civil (Sinapi), seja em relação às tabelas mantidas pela Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (Emlurb) de Recife.

Como resultados desse estudo, chegou-se a uma tabela na qual podem ser identificados os serviços com sobrepreço, e aqueles com subpreço.

Quadro – Serviços comparados em relação a referências oficiais

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
1.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
1.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
2.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
2.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
3.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
3.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
4.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
4.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
5.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
5.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
6.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
6.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
7.1	66879	Regularização mecânica de terreno natural, corte ou aterro até 20cm de espessura	M2
7.2	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d'água de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d agua de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d agua de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d agua de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d agua de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d agua de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16730/1	Pavimento com paralelepípedos graníticos assentados sobre colchão de areia com 6,0 cm de espessura e rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:2	M2
2.1	23606/1	Construção de meio-fio de pedras graníticas, rejuntado c/ argamassa de cimento e areia 1:2 e linha d agua de paralelepípedos, assentados sobre mistura de cimento e areia 1:6, c/ 6,0 cm de espessura	M
3.1	16144/8	Passeio em concreto 1:3:5 c/ juntas riscadas em quadros de 1,0x2,0 m	M2
1.1	16882/3	Galeria c/ tubos CS - 0,30 m de diâmetro e valas de até 1,50 m de profundidade	M
1.2	16780/7	Galeria c/ tubos CS - 0,50 m de diâmetro e valas de até 1,50 m de profundidade	M
1.3	16882/9	Galeria c/ tubos CS - 0,60 m de diâmetro e valas de até 1,50 m de profundidade	M
2.7	73877/2	Escoramento de valas com pranchões metálicos - área não cravada	M2
1.1.4	18139/4	Locação e nivelamento de valas para coletores, com uso de equipamentos topográficos	M
1.2.1	10075/1	Escavação manual de valas em material de 1ª ou 2ª categoria até 2m de profundidade	M3
1.2.2	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
1.2.3	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
1.3.1	18400/3	Assentamento de tubulação DN-100mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
1.3.2	55542	Colchão de areia, inclusive mão-de-obra de espalhamento, transporte com carro de mão e fornecimento comercial	M3
1.3.2	18454/2	Caixa de passagem para esgoto em anéis de concreto armado, lastro em concreto simples 1:3:5 e base em tijolo coroa com tampa de concreto armado (Fck >= 20 Mpa, controle B), DN - 0,60m e profundidade	UN
1.3.3	18459/2	Teste de rede de esgoto	M
1.3.4	18460/2	Cadastro de rede de esgoto	M
1.4.1	9817	Tubo PVC EB-644 p/ rede coletora de esgoto JE DN 100mm	M
2.1.1	18137/2	Sinalização aberta com iluminação, inclusive cavaletes em madeira espaçados a cada 2,0m, gambiarra, lâmpadas, bocais e baldes, conforme padrão Compesa.	M
2.1.4	18139/4	Locação e nivelamento de valas para coletores, com uso de equipamentos topográficos	M
2.2.1	60845/1	Escavação mecânica de valas, até 2,00 metros - mma	M3
2.2.2	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
2.2.3	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
2.3.1	18400/4	Assentamento de tubulação DN-150mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
2.3.2	18400/5	Assentamento de tubulação DN-200mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
2.3.3	55542	Colchão de areia, inclusive mão-de-obra de espalhamento, transporte com carro de mão e fornecimento comercial	M3
2.3.4	21558/1	Poço de visita (1,0x1,0)m, até 2,0m de profundidade c/ tampão de ferro articulado	UN
2.3.5	18459/2	Teste de rede de esgoto	M
2.3.6	18460/2	Cadastro de rede de esgoto	M
2.4.1	9818	Tubo PVC EB-644 p/ rede coletora de esgoto JE DN 150mm	M
2.4.2	9819	Tubo PVC EB-644 p/ rede coletora de esgoto JE DN 200mm	M
2.4.3	305	Anel borracha p/ tubo PVC rede esgoto EB 644 DN 150mm	UN
2.4.4	306	Anel borracha p/ tubo PVC rede esgoto EB 644 DN 200mm	UN
1.2	18139/3	Locação e nivelamento de valas para rede de distribuição com uso de equipamentos topográficos	M
2.1	60845/1	Escavação mecânica de valas, até 2,00 metros - mma	M3
2.3	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
3.1	18400/1	Assentamento de tubulação DN-50mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
3.2	18400/2	Assentamento de tubulação DN-75mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
3.3	18459/1	Teste de rede de agua	M
3.4	18460/1	Cadastro de rede de agua	M
4.1	9846	Tubo PVC PBA 12 JE NBR 5647 p/rede água DN 75/de 85 mm	M
4.2	9844	Tubo PVC PBA 12 JE NBR 5647 p/rede água DN 50/de 60 mm	M
4.4	11493	Te redução PVC PBA NBR 10351 p/ rede água BBB JE DN 75 x 50 /de 85 x 60mm	UN
4.5	1206	CAP PVC PBA NBR 10351 p/ rede água JE DN 50/de 60 mm	UN
4.6	20032	Redução PVC PBA BB p/rede água DN 75 x 50/de 85 x 60mm	UN
4.9	7088	Te PVC PBA NBR 10351 p/ rede agua 90G BBB DN 75/ de 85mm	UN
4.10	39706	Caixa proteção hidrômetro casas	UN
4.11	12774	Hidrômetro 5 m3/h DN 3/4"	UN
101	7329	Fornecimento e assentamento de placa da obra	M2
103	66375	Desmatamento e destocamento mecânicos de árvores de diâmetro inferior a 0,15 m, e limpeza do terreno	M2
104	67561	Locação da obra	M2
201	21551/1	Escavação manual de valas, material 1a. Categ., ate 2,0m	M3
202	7947	Aterro compactado manualmente	M3
203	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
204	24726	Radier de concreto 1:3:4	M3
205	21449/1	Concreto armado para fundações	M3
206	21461/6	Alvenaria de tijolos cerâmicos 8 furos 0,20m	M2
207	518	Concreto magro 1:4:8 preparo	M3
208	73928/6	Chapisco traço 1:4 (cimento e areia), espessura 0,5cm, preparo manual, incluso aditivo impermeabilizante	M2
209	05.02.140	Aterro utilizando solo cimento para fundações (traço 1:20) abrangendo espalhamento homogeinização, umedecimento e compactação mecânica leve em camadas sucessivas de 20 cm de espessura, inclusive fornecimento do material proveniente de jazida a uma distância máxima de 20km	M3
301	68579/2	Verga reta concreto armado 1:3:5 c/60Kg aço CA-25 c/forma	M3
302	06.07.020	Laje pré-moldada para forro com vão normal, inclusive capeamento e escoramento	M2
401	15827/2	Alvenaria de tijolos de 8 furos (1/2 vez) com argamassa 1:8	M2
402	67002	Alvenaria em cobogós de cimento prensado	M2

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
501	08.01.035	Estrutura de coberta em madeira de lei para telhas cerâmicas - vão até 4 m	M2
502	17814	Coberta com telhas cerâmicas, tipo colonial	M2
601	73928/6	Chapisco traço 1:4 (cimento e areia), espessura 0,5cm, preparo manual, incluso aditivo impermeabilizante	M2
602	15937/2	Emboco com argamassa de cimento e areia, no traço 1:4	M2
602	15938/2	Reboco em cimentado, tipo barra lisa, aplicada sobre emboco pronto	M2
701	15568/1	Concreto não estrutural (1:4:8)	M3
702	18706/1	Piso cimentado liso	M2
801	15914/1	Portas internas com folha em compensado de Jequitibá	M2
802	15914/1	Portas internas com folha em compensado de Jequitibá	M2
803	24167/2	Porta metálica, de abrir, veneziana completa 80 x 210cm –colocada	UN
901	16235/1	Ponto de luz em teto ou parede, incluindo caixa 4x4 pol. Tigreflex ou similar, tubulação PVC rígido e fiação, até o quadro de distribuição	PT
902	16237/1	Ponto de tomada universal (2p+1t) Pial ou similar, inclusive tubulação de PVC rígido, fiação, caixa 4x2 pol. Tigreflex ou similar, placa e demais acessórios, até o ponto de luz ou quadro de distribuição	PT
903	74130/1	Disjuntor termomagnético monopolar padrão Nema (americano) 10 a 30a 240v, fornecimento e instalação	UN
904	18.08.040	Fornecimento e assentamento de caixa para medição monofásica e caixa para disjuntor monofásico de policarbonato e Noryl cinza, inclusive fita metálica e presilha para instalação caixas em poste (padrão Celpe) sem disjuntor	UN
905	16233/9	Quadro (para até 3 circuitos monopolares) sem barramento, tipo QCCP, gomes ou similar, com porta e trinco	UN
906	68069	Haste Copperweld 5/8 x 3,0m com conector	UN
1001	16360/2	Ponto de esgoto para pia ou lavanderia	PT
1002	16360/1	Ponto de esgoto para bacia sanitária	PT
1003	19.01.030	Ponto de esgoto para lavatório ou mictório, inclusive tubulações e conexões em PVC rígido soldáveis, até a coluna ou o sub-coletor	PT
1004	16360/4	Ponto de esgoto para ralo sinfonado, inclusive ralo	PT
1005	19.02.020	Ponto de agua, inclusive tubulações e conexões de PVC rígido soldável e abertura de rasgos em alvenaria , até o registro geral do ambiente	PT
1006	19.03.020	Fornecimento e assentamento de tubos de PVC rígido soldáveis, diam.50 mm, para ventilação de esgoto	M
1009	33125	Bacia sanitária, assento plástico, caixa de descarga PVC de sobrepor, engate plástico, tubo de descida e bolsa de borracha	UN
1010	67248	Lavatório simples, grande, sem coluna, de louca branca, inclusive fixação e acessórios correspondentes	CJ
1012	33138	Colocação de chuveiro com haste de PVC 1/2"	UN
1013	26316/2	Torneira plástica 1/2 para pia - fornecimento e instalação	UN
1014	21643/2	Colocação de registro de pressão 3/4"	UN
1015	74695	Válvula esfera soldável de 25mm, fornecimento e colocação.	UN
1016	21649/2	Colocação de sifão em PVC para pia	UN
1017	21649/1	Colocação de sifão copo em PVC	UN
1018	8232	Ligação domiciliar de água (do hidrômetro até a casa)	UN
1019	16522/3	Caixas de inspeção, modelo 3, diâmetro 0,60 m, isenta de carga móvel	UN
1020	19.07.145	Fornecimento de caixa d'agua elevada de PVC, com tampa, capacidade para 500 litros, inclusive colocação	UN
1101	18304	Pintura com verniz copal sintético, duas demãos, em esquadrias de madeira	M2

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
1102	21692/1	Pintura em esmalte sintético s/ esquadrias de ferro (2 demãos)	M2
1103	18717/2	Pintura com tinta em pó industrializada de cal, pigmento e fixador, duas demãos	M2
1201	74056/1	Bancada (tampo) mármore sintético 120x60cm com cuba - fornecimento e instalação	UN
1202	21499/2	Lavanderia em mármore sintético (0,72x0,48)m	UN
1203	7948	Limpeza da obra	M2
1204	32682	Fornecimento e espalhamento de brita 25	M3
1.1	9546	Serviços topográficos p/ pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide	M2
1.2	66375	Desmatamento e destocamento mecânicos de árvores de diâmetro inferior a 0,15 m, e limpeza do terreno	M2
1.3	66866	Escavação mecânica de material de primeira categoria, proveniente de corte de subleito	M3
1.4	23436/1	Corte e aterro compensado, sem controle do GC (c/trator de esteira Caterpillar-D8)	M3
1.6	16999	Execução de aterro com barro, utilizando-se o processo mecânico leve de compactação	M3
1.7	CGU-001	Execução de aterro abrangendo espalhamento, homogeneização, umedecimento e compactação mecânica em camadas de 20 cm de espessura, inclusive o fornecimento do barro proveniente de jazida a uma distância máxima de 26 Km	M3
1.1.1	18137/1	Sinalização aberta s/ iluminação com cavaletes em madeira , espaçados a cada 2,0 m, conforme padrão Compesa	M
1.1.5	18139/4	Locação e nivelamento de valas para coletores, com uso de equipamentos topográficos	M
1.2.1	10075/1	Escavação manual de valas em material de 1ª ou 2ª categoria até 2m de profundidade	M3
1.2.2	21551/7	Escavação manual de valas, material 3ª categoria até 2,0m	M3
1.2.3	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
1.2.4	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
1.3.1	23744/1	Calcada de proteção em concreto magro 1:4:8 e=5,0cm, regularizado c/ argamassa cimento/areia 1:4 e=1,0cm (áspero)	M2
1.3.2	10086/2	Demolição de calcada em cimentado	M3
1.4.1	18400/3	Assentamento de tubulação DN-100mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
1.4.2	18454/1	Caixa de passagem para esgoto em anéis de concreto armado, lastro em concreto simples 1:3:5 e base em tijolo coroa com tampa de concreto armado (Fck >= 20 Mpa, controle B), DN - 0,40m e profundidade	UN
1.4.3	18454/2	Caixa de passagem para esgoto em anéis de concreto armado, lastro em concreto simples 1:3:5 e base em tijolo coroa com tampa de concreto armado (Fck >= 20 Mpa, controle B), DN - 0,60m e profundi	UN
1.4.4	18459/2	Teste de rede de esgoto	M
1.4.5	18460/2	Cadastro de rede de esgoto	M
1.5.1	9817	Tubo PVC EB-644 p/ rede coletora de esgoto JE DN 100mm	M
1.5.2	303	Anel borracha p/ tubo PVC rede esgoto EB 644 DN 100mm	UN
2.1.1	18137/1	Sinalização aberta s/ iluminação com cavaletes em madeira , espaçados a cada 2,0 m, conforme padrão Compesa	M
2.1.5	18139/4	Locação e nivelamento de valas para coletores, com uso de equipamentos topográficos	M
2.2.1	18347/1	Escavação mecanizada de valas em material de 1ª ou 2ª categoria até 2m de profundidade	M3
2.2.3	21551/7	Escavação manual de valas, material 3ª categoria, até 2,0m	M3

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
2.2.5	23626/1	Remoção de material 1ª categoria, em caminhão basculante, D.M.T. = 6 km (inclusive carga mecânica e descarga).	M3
2.2.6	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
2.2.8	55542	Colchão de areia, inclusive mão-de-obra de espalhamento, transporte com carro de mão e fornecimento comercial	M3
2.3.1	21558/1	Poço de visita (1,0x1,0)m, até 2,0m de profundidade c/ tampão de ferro articulado	UN
2.3.2	21558/2	Poço de visita (1,0x1,0)m, de 2,0 a 4,0m de profundidade c/ tampão de ferro articulado	UN
2.4.1	18400/4	Assentamento de tubulação DN-150mm PB em PVC / PRFV / RPVC / CPRFV com conexões e peças especiais	M
2.4.3	18459/2	Teste de rede de esgoto	M
2.4.4	18460/2	Cadastro de rede de esgoto	M
2.5.1	9818	Tubo PVC EB-644 p/ rede coletora de esgoto JE DN 150mm	M
2.5.3	305	Anel borracha p/ tubo PVC rede esgoto EB 644 DN 150mm	UN
3.9.2	18.03.010	Estrutura secundaria b1 completa, inclusive fixação	UN
3.9.3	16211/1	Caixa para medição monofásica para uso interno	UN
3.9.4	16232/3	Disjuntor tripolar ate 50a / 380 v	UN
3.9.5	18803	Assentamento de haste de aterramento de 5/8x2,40 m Copperweld ou similar, com conector paralelo e parafusos (inclusive o fornecimento do material)	UN
3.9.6	9972/3	Eletroduto rígido de 1" em lajes	M
3.9.7	16203/2	Curva rosqueável de 1"	UN
3.9.8	18716	Caixa de passagem subterrânea com dimensões internas 0,40x0,40 m, altura 0,60 m, sobre camada de brita com 0,10 m de espessura, paredes em alvenaria e laje de tampa em concreto armado, inclusive	UN
3.9.9	16287/4	Cabo de cobre (1 condutor), s.m. 6 mm2	M
3.9.11	16235/1	Ponto de luz em teto ou parede, incluindo caixa 4x4 pol. Tigreflex ou similar, tubulação PVC rígido e fiação, até o quadro de distribuição	PT
3.9.12	16237/1	Ponto de tomada universal (2p+1t) Pial ou similar, inclusive tubulação de PVC rígido, fiação, caixa 4x2 pol. Tigreflex ou similar, placa e demais acessórios, até o ponto de luz ou quadro de distribuição	PT
3.9.13	16236/1	Ponto de interruptor de 1 seção	PT
3.9.14	16320/1	Luminária para 2 lâmpadas fluorescentes de 20 w, ref. Tms-500 Phillips ou similar	CJ
3.9.15	9972/2	Eletroduto rígido de 3/4" em lajes	M
3.9.16	16203/1	Curva rosqueável de 3/4"	UN
2.10	71341/7	Concreto armado aparente com forma e escoramento Fck 40 Mpa, controle a, consumo mínimo de cimento 533 kg/m3, utilizado em paredes de reservatórios de agua e de estacoes de tratamento	M3
1.1	15514/1	Escavação mecânica de valas, s/ escoram., até 1,5 m	M3
1.2	55517	Reaterro apiloado de valas em camadas de 20 cm de espessura, com aproveitamento do material escavado	M3
1.3	518	Concreto magro 1:4:8 preparo	M3
1.4	06.03.143	Concreto armado pronto, Fck 25 Mpa, condição A (NBR 12655), lançado em qualquer tipo de escoramento e ferragem	M3
1.5	21.04.035	Ensecadeira com pranchões de madeira de lei com 3 x 6 polegadas e quadros utilizando longarinas de madeira de 3 x 5 polegadas, inclusive posterior retirada. (área cravada)	M2
1.6	21.09.300	Limpeza manual de canal ou canaleta, aberta ou c/tampa móvel, profundidade até 1,50m em locais prox. De encostas de morros, planícies ou alagados, c/ transporte material retirado em carro de mão até 100m distância e carga em caçamba estacionária e/ou	M3

Cód.	Referência	Descrição	Unid.
		caminhão basculante inclusive mão-de-obra c/ insalubridade, equipamento e fardamento	
1.7	16836/1	Esgotamento com moto-bomba a gasolina de 3/4 hp	H
1.1	02.01.200	Serviço topográfico de pequeno porte (preço mínimo),diária de uma equipe com topografo, quatro auxiliares , teodolito , nível ótico etc.	UN
1.2	03.01.010	Demolição de cobertura com telhas cerâmicas	M2
1.3	03.01.020	Demolição de cobertura com telha ondulada de fibrocimento	M2
1.4	03.01.030	Demolição de estrutura de madeira para coberta	M2
1.5	03.01.050	Retirada de esquadrias de madeira ou metálicas	M2
1.6	03.01.070	Demolição de revestimento de piso em cimentado inclusive lastro de concreto	M2
1.7	03.01.080	Demolição de revestimento de piso com ladrilho hidráulico ou cerâmico.	M2
1.8	03.01.150	Demolição de alvenaria de 1/2 vez com preparo para remoção.	M2
1.9	03.01.160	Demolição de alvenaria de 1 vez com preparo para remoção.	M2
1.10	03.01.210	Demolição manual de concreto armado	M3
1.12	04.02.160	Transporte com carro de mão de areia, entulho ou terra até 100m.	M3
1.13	04.03.193	Remoção de metralha em caminhão basculante d.m.t 26 km, inclusive carga e descarga mecânicas	M3
1.1	16170/1	Preparo de solo para gramado, com 10,0 cm de espessura e no traço 4:1	M2
1.2	17.03.060	Fornecimento e plantio de grama de burro (Cynodon Dactylon).	M2
1.3	16170/2	Preparo de solo para canteiro com 20,0 cm de altura e no traço 2:1	M2
1.4	16199/2	Mudas rasteiras grupo 2 (viúva alegre, fumaça, onze horas, andarca, etc.)	M2
1.5	16192/1	Plantio de mudas arbóreas	UN
1.6	15995/2	Piso em cimentado c/ juntas de madeira formando quadros de 2,0x2,0 m, c/ 2,0 cm de espessura e com traço 1:3	M2
1.7	16747/2	Construção de meio-fio de concreto, rejuntado com argamassa de cimento e areia 1:2	M
1.8	16172/2	Banco com laje em concreto armado de 0,08 x 0,50 m, apoios em alvenaria de 1/2 vez de 0,40x0,42 m (sendo 0,10 m enterrados) a cada 2 m, assentado sobre sapatas de 0,10x0,20x0,40 m em concreto s	M
1.9	16744/3	Pavimento com blokret com 10,0 cm de espessura sobre base já executada	M2
1.10	8179	Fornecimento e espalhamento de areia	M3
1.11	17.05.020	Fornecimento e assentamento de balanço mirim com 02 cadeiras ref. 098, girassol ou similar, inclusive pintura e transporte para região metropolitana do grande Recife	UN
1.12	17.05.080	Fornecimento e assentamento de carrossel stand tamanho médio ref. 131, girassol ou similar, inclusive pintura e transporte para região metropolitana do grande Recife	UN
1.13	17.05.100	Fornecimento e assentamento de escorrego mirim com rampa de 1.50m ref.180, girassol ou similar, inclusive pintura e transporte para região metropolitana do grande Recife	UN
1.14	17.05.160	Fornecimento e assentamento de escada horizontal u altura 2.00m ref. 192, girassol ou similar, inclusive pintura e transporte para região metropolitana do grande Recife	UN
1.15	17.05.210	Fornecimento e assentamento de gangorra mirim com 03 peças ref. 202, girassol ou similar, inclusive pintura e transporte para região metropolitana do grande Recife	UN

Tabela – Verificação de sobrepreço

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
1.1	982,38	0,65	0,65	638,55	638,55		
1.2	365,32	10,60	10,41	3.872,39	3.804,08	68,31	
2.1	1.352,85	0,65	0,65	879,35	879,35		
2.2	439,68	10,60	10,41	4.660,61	4.578,39	82,22	
3.1	1.210,35	0,65	0,65	786,73	786,73		
3.2	438,75	10,60	10,41	4.650,75	4.568,70	82,05	
4.1	1.067,70	0,65	0,65	694,01	694,01		
4.2	387,04	10,60	10,41	4.102,62	4.030,25	72,38	
5.1	1.115,31	0,65	0,65	724,95	724,95		
5.2	362,48	10,60	10,41	3.842,29	3.774,50	67,78	
6.1	2.588,15	0,65	0,65	1.682,30	1.682,30		
6.2	744,09	10,60	10,41	7.887,35	7.748,21	139,14	
7.1	1.399,64	0,65	0,65	909,77	909,77		
7.2	306,52	10,60	10,41	3.249,11	3.191,79	57,32	
1.1	900,51	44,37	48,58	39.955,63	43.747,68		3.792,05
2.1	292,53	39,98	44,89	11.695,35	13.131,38		1.436,03
3.1	193,20	24,39	26,03	4.712,15	5.028,22		316,07
1.1	1.240,11	44,37	48,58	55.023,68	60.245,78		5.222,10
2.1	450,95	39,98	44,89	18.028,98	20.242,69		2.213,71
3.1	676,43	24,39	26,03	16.498,13	17.604,77		1.106,64
1.1	1.109,49	44,37	48,58	49.228,07	53.900,13		4.672,06
2.1	403,45	39,98	44,89	16.129,93	18.110,47		1.980,54
3.1	605,18	24,39	26,03	14.760,34	15.750,41		990,07
1.1	978,73	44,37	48,58	43.426,25	47.547,68		4.121,43
2.1	355,90	39,98	44,89	14.228,88	15.976,00		1.747,12
3.1	533,85	24,39	26,03	13.020,60	13.893,98		873,38
1.1	1.022,37	44,37	48,58	45.362,56	49.667,76		4.305,20
2.1	371,77	39,98	44,89	14.863,36	16.688,38		1.825,02
3.1	557,66	24,39	26,03	13.601,33	14.513,66		912,33
1.1	2.588,15	44,37	48,58	114.836,22	125.734,92		10.898,70
2.1	517,63	39,98	44,89	20.694,85	23.235,89		2.541,04
3.1	776,45	24,39	26,03	18.937,62	20.207,89		1.270,27
1.1	1.320,12	44,37	48,58	58.573,72	64.132,75		5.559,03
2.1	318,10	39,98	44,89	12.717,64	14.279,19		1.561,55
3.1	477,15	24,39	26,03	11.637,69	12.418,31		780,62
1.1	1.207,00	57,51	60,24	69.414,57	72.712,09		3.297,52
1.2	73,39	118,77	124,63	8.716,53	9.146,67		430,14
1.3	550,34	128,31	134,43	70.614,13	73.983,86		3.369,73
2.7	240,00	28,38	26,98	6.811,20	6.474,00	337,20	
1.1.4	1.566,00	2,16	2,50	3.382,56	3.908,74		526,18
1.2.1	561,36	22,69	23,74	12.737,26	13.325,56		588,30
1.2.2	420,42	16,76	21,92	7.046,24	9.214,77		2.168,53
1.2.3	56,05	10,60	10,41	594,13	583,65	10,48	
1.3.1	1.531,98	1,27	1,33	1.945,61	2.031,41		85,80
1.3.2	83,49	80,28	87,96	6.702,58	7.343,61		641,03
1.3.2	200,00	170,53	175,06	34.106,00	35.011,60		905,60
1.3.3	1.531,98	1,22	1,29	1.869,02	1.971,66		102,64
1.3.4	1.531,98	1,70	1,99	2.604,37	3.047,11		442,74
1.4.1	1.531,98	11,82	11,82	18.108,00	18.103,41	4,60	
2.1.1	640,35	4,10	3,98	2.625,44	2.547,31	78,12	

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
2.1.4	1.134,56	2,16	2,50	2.450,65	2.831,86		381,21
2.2.1	816,88	4,63	4,67	3.782,15	3.812,38		30,23
2.2.2	725,81	16,76	21,92	12.164,58	15.908,30		3.743,72
2.2.3	113,84	10,60	10,41	1.206,68	1.185,39	21,29	
2.3.1	886,33	1,35	1,40	1.196,55	1.244,41		47,86
2.3.2	394,35	2,55	2,65	1.005,59	1.045,82		40,23
2.3.3	90,76	80,28	87,96	7.286,21	7.983,07		696,86
2.3.4	17,00	1.707,15	1.720,84	29.021,55	29.254,21		232,66
2.3.5	1.280,69	1,22	1,29	1.562,44	1.648,25		85,81
2.3.6	1.280,69	1,70	1,99	2.177,17	2.547,29		370,12
2.4.1	886,33	24,78	24,78	21.963,26	21.961,48	1,77	
2.4.2	394,36	42,51	38,30	16.764,24	15.103,20	1.661,04	
2.4.3	124,00	5,72	6,50	709,28	806,00		96,72
2.4.4	66,00	8,49	9,65	560,34	636,64		76,30
1.2	1.217,87	0,81	0,94	986,47	1.139,93		153,46
2.1	237,80	22,69	4,67	5.395,68	1.109,81	4.285,87	
2.3	232,67	16,76	21,92	3.899,55	5.099,66		1.200,11
3.1	1.040,96	0,77	0,79	801,54	825,48		23,94
3.2	176,91	0,86	0,90	152,14	158,69		6,55
3.3	1.217,87	1,22	1,29	1.485,80	1.567,40		81,60
3.4	1.217,87	1,08	1,22	1.315,30	1.488,24		172,94
4.1	176,91	20,29	16,56	3.589,50	2.929,98	659,52	
4.2	1.040,96	10,11	8,11	10.524,11	8.444,27	2.079,84	
4.4	1,00	26,39	34,53	26,39	34,53		8,14
4.5	4,00	6,20	4,98	24,80	19,92	4,88	
4.6	2,00	16,60	16,29	33,20	32,58	0,62	
4.9	1,00	36,82	41,51	36,82	41,51		4,69
4.10	200,00	27,87	27,48	5.574,00	5.496,40	77,60	
4.11	200,00	114,62	114,62	22.924,00	22.924,20		0,20
101	16,00	156,00	195,00	2.496,00	3.120,00		624,00
103	25.564,00	1,74	1,01	44.481,36	25.921,90	18.559,46	
104	10.732,00	3,39	4,41	36.381,48	47.295,92		10.914,44
201	1.739,35	13,95	15,94	24.263,93	27.721,76		3.457,83
202	1.608,62	20,94	62,18	33.684,50	100.022,38		66.337,88
203	1.795,98	16,76	21,92	30.100,62	39.364,29		9.263,67
204	80,90	409,24	451,40	33.107,52	36.518,18		3.410,66
205	242,70	1.284,88	1.354,15	311.840,38	328.650,99		16.810,61
206	3.640,50	45,02	56,75	163.895,31	206.580,17		42.684,86
207	121,35	304,47	259,21	36.947,43	31.454,77	5.492,67	
208	7.281,00	4,12	4,07	29.997,72	29.626,39	371,33	
209	72,81	153,41	134,28	11.169,78	9.776,71	1.393,07	
301	34,00	1.092,91	1.050,13	37.158,94	35.704,32	1.454,62	
302	702,00	61,14	85,64	42.920,28	60.122,09		17.201,81
401	24.883,80	23,79	28,61	591.985,60	712.000,17		120.014,57
402	150,00	39,60	80,69	5.940,00	12.103,65		6.163,65
501	9.837,33	77,17	107,00	759.146,76	1.052.623,82		293.477,06
502	9.837,33	38,44	42,07	378.146,97	413.836,80		35.689,83
601	43.954,60	4,12	4,07	181.092,95	178.851,27	2.241,68	
602	43.954,60	16,56	19,15	727.888,18	841.686,64		113.798,46
602	2.534,40	14,07	16,15	35.659,01	40.920,42		5.261,41

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
701	419,64	304,47	368,69	127.767,79	154.718,33		26.950,54
702	7.010,00	21,24	25,21	148.892,40	176.701,07		27.808,67
801	252,00	143,92	169,94	36.267,84	42.823,87		6.556,03
802	588,00	143,92	169,94	84.624,96	99.922,37		15.297,41
803	200,00	202,41	200,85	40.482,00	40.170,00	312,00	
901	1.000,00	85,66	65,22	85.660,00	65.221,00	20.439,00	
902	1.600,00	45,14	106,03	72.224,00	169.644,80		97.420,80
903	600,00	12,31	10,01	7.386,00	6.006,00	1.380,00	
904	200,00	167,80	144,07	33.560,00	28.813,20	4.746,80	
905	200,00	42,00	48,46	8.400,00	9.692,80		1.292,80
906	200,00	41,68	43,49	8.336,00	8.697,00		361,00
1001	400,00	70,59	80,77	28.236,00	32.307,60		4.071,60
1002	200,00	50,41	58,19	10.082,00	11.637,60		1.555,60
1003	200,00	57,07	60,50	11.414,00	12.100,40		686,40
1004	400,00	55,76	63,77	22.304,00	25.506,00		3.202,00
1005	1.000,00	39,65	47,39	39.650,00	47.385,00		7.735,00
1006	600,00	10,57	12,21	6.342,00	7.324,20		982,20
1009	200,00	182,91	180,36	36.582,00	36.072,40	509,60	
1010	200,00	65,21	68,46	13.042,00	13.691,60		649,60
1012	200,00	5,97	10,04	1.194,00	2.007,20		813,20
1013	600,00	6,58	16,38	3.948,00	9.828,00		5.880,00
1014	200,00	18,94	32,79	3.788,00	6.557,20		2.769,20
1015	400,00	23,82	29,20	9.528,00	11.679,20		2.151,20
1016	400,00	9,74	10,70	3.896,00	4.279,60		383,60
1017	200,00	10,10	11,18	2.020,00	2.236,00		216,00
1018	200,00	31,69	35,97	6.338,00	7.194,20		856,20
1019	400,00	140,72	144,81	56.288,00	57.922,80		1.634,80
1020	200,00	262,45	291,73	52.490,00	58.346,60		5.856,60
1101	2.100,00	8,75	11,41	18.375,00	23.969,40		5.594,40
1102	1.680,00	22,30	23,39	37.464,00	39.290,16		1.826,16
1103	41.420,20	4,92	4,52	203.787,38	187.384,98	16.402,40	
1201	200,00	77,71	92,05	15.542,00	18.410,60		2.868,60
1202	200,00	67,86	102,34	13.572,00	20.467,20		6.895,20
1203	8.002,00	0,90	1,09	7.201,80	8.738,18		1.536,38
1204	126,00	108,17	127,47	13.629,42	16.060,59		2.431,17
1.1	78.480,00	0,36	0,42	28.252,80	32.647,68		4.394,88
1.2	23.787,30	1,74	1,01	41.389,90	24.120,32	17.269,58	
1.3	265,17	13,95	2,78	3.699,12	737,70	2.961,42	
1.4	233,31	5,71	5,45	1.332,20	1.270,84	61,36	
1.6	1.307,88	30,54	33,76	39.942,66	44.155,34		4.212,68
1.7	3.600,00	50,05	60,36	180.180,00	217.292,40		37.112,40
1.1.1	1.854,00	2,65	2,61	4.913,10	4.844,50	68,60	
1.1.5	3.089,00	2,16	2,50	6.672,24	7.710,14		1.037,90
1.2.1	1.383,86	22,69	23,74	31.399,78	32.850,07		1.450,29
1.2.2	661,25	83,76	47,80	55.386,30	31.608,41	23.777,89	
1.2.3	424,43	10,60	10,41	4.498,96	4.419,59	79,37	
1.2.4	1.210,88	16,76	21,92	20.294,35	26.540,07		6.245,72
1.3.1	141,00	31,25	36,60	4.406,25	5.159,90		753,65
1.3.2	141,00	10,28	11,96	1.449,48	1.686,36		236,88
1.4.1	6.523,18	1,27	1,33	8.284,44	8.649,74		365,30

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
1.4.2	291,00	101,73	140,41	29.603,43	40.860,18		11.256,75
1.4.3	301,00	170,53	175,06	51.329,53	52.692,46		1.362,93
1.4.4	6.523,18	1,22	1,29	7.958,28	8.395,33		437,05
1.4.5	6.523,18	1,70	1,99	11.089,41	12.974,61		1.885,20
1.5.1	6.523,18	11,82	11,82	77.103,99	77.084,42	19,57	
1.5.2	515,00	2,34	2,67	1.205,10	1.372,48		167,38
2.1.1	823,20	2,65	2,61	2.181,48	2.151,02	30,46	
2.1.5	1.372,00	2,16	2,50	2.963,52	3.424,51		460,99
2.2.1	741,27	22,69	5,64	16.819,42	4.182,25	12.637,17	
2.2.3	82,36	83,76	47,80	6.898,47	3.936,89	2.961,58	
2.2.5	548,80	10,60	10,41	5.817,28	5.714,65	102,63	
2.2.6	1.317,12	16,76	21,92	22.074,93	28.868,64		6.793,71
2.2.8	109,76	80,28	87,96	8.811,53	9.654,27		842,74
2.3.1	17,00	1.707,15	1.720,84	29.021,55	29.254,21		232,66
2.3.2	10,00	2.135,09	2.152,37	21.350,90	21.523,71		172,81
2.4.1	2.788,40	1,35	1,40	3.764,34	3.914,91		150,57
2.4.3	2.851,40	1,22	1,29	3.478,71	3.669,75		191,04
2.4.4	2.851,40	1,70	1,99	4.847,38	5.671,43		824,05
2.5.1	2.788,40	24,78	24,78	69.096,55	69.090,98	5,58	
2.5.3	218,00	5,72	6,50	1.246,96	1.417,00		170,04
3.9.2	1,00	55,72	68,69	55,72	68,69		12,97
3.9.3	1,00	178,75	188,47	178,75	188,47		9,72
3.9.4	1,00	69,26	73,83	69,26	73,83		4,57
3.9.5	1,00	70,82	74,85	70,82	74,85		4,03
3.9.6	15,00	8,62	8,96	129,30	134,36		5,06
3.9.7	5,00	11,62	12,87	58,10	64,35		6,25
3.9.8	3,00	74,35	79,37	223,05	238,10		15,05
3.9.9	60,00	6,73	5,72	403,80	343,20	60,60	
3.9.11	2,00	61,49	65,22	122,98	130,44		7,46
3.9.12	2,00	103,17	106,03	206,34	212,06		5,72
3.9.13	2,00	54,44	56,63	108,88	113,26		4,38
3.9.14	2,00	109,98	109,55	219,96	219,10	0,86	
3.9.15	6,00	4,82	4,97	28,92	29,80		0,88
3.9.16	8,00	8,26	9,14	66,08	73,11		7,03
2.10	60,32	1.913,61	1.920,02	115.428,96	115.815,73		386,77
1.1	1.980,00	13,95	4,32	27.621,00	8.545,68	19.075,32	
1.2	456,00	16,76	21,92	7.642,56	9.994,61		2.352,05
1.3	42,00	304,47	259,21	12.787,74	10.886,69	1.901,05	
1.4	371,20	1.803,62	2.214,04	669.503,74	821.852,76		152.349,02
1.5	476,00	141,74	136,44	67.468,24	64.943,06	2.525,18	
1.6	972,00	33,97	44,94	33.018,84	43.682,65		10.663,81
1.7	80,00	4,47	4,38	357,60	350,48	7,12	
1.1	40,00	881,28	990,15	35.251,20	39.605,80		4.354,60
1.2	2.359,83	4,44	6,45	10.477,65	15.216,18		4.738,53
1.3	845,98	1,81	2,64	1.531,22	2.232,54		701,32
1.4	3.205,80	11,36	16,54	36.417,89	53.011,11		16.593,22
1.5	760,32	5,00	7,28	3.801,60	5.535,13		1.733,53
1.6	2.359,83	8,50	12,39	20.058,56	29.235,93		9.177,37
1.7	845,98	4,57	6,67	3.866,13	5.641,84		1.775,71
1.8	8.645,76	6,93	10,09	59.915,12	87.218,43		27.303,31

Cód.	Quant.	P. Unit. (R$)		P. Total (R$)		Sobrepreço (R$)	Subpreço (R$)
		Contrato	Ref.	Contrato	Ref.		
1.9	1.254,24	11,95	17,38	14.988,17	21.799,95		6.811,78
1.10	56,16	117,68	171,55	6.608,91	9.634,14		3.025,23
1.12	2.666,92	24,15	31,97	64.406,12	85.253,43		20.847,31
1.13	2.666,92	27,11	36,93	72.300,20	98.497,36		26.197,16
1.1	418,00	8,46	9,32	3.536,28	3.896,18		359,90
1.2	418,00	11,41	6,20	4.769,38	2.592,02	2.177,36	
1.3	65,00	15,72	17,45	1.021,80	1.133,99		112,19
1.4	65,00	4,13	4,23	268,45	274,63		6,18
1.5	24,00	39,09	39,74	938,16	953,78		15,62
1.6	766,00	25,74	26,53	19.716,84	20.324,28		607,44
1.7	409,00	23,18	25,42	9.480,62	10.394,74		914,12
1.8	118,00	114,74	83,51	13.539,32	9.854,42	3.684,90	
1.9	417,00	50,78	47,75	21.175,26	19.911,33	1.263,93	
1.10	39,00	77,74	85,70	3.031,86	3.342,14		310,28
1.11	1,00	454,96	548,37	454,96	548,37		93,41
1.12	1,00	963,43	1.156,13	963,43	1.156,13		192,70
1.13	2,00	461,46	548,37	922,92	1.096,73		173,81
1.14	1,00	610,96	730,37	610,96	730,37		119,41
1.15	1,00	742,26	892,87	742,26	892,87		150,61
			Total	7.996.360,91	9.255.031,45	173.766,20	1.432.436,75

Fonte: Exames efetuados pela CGU, em 24 de abril de 2017.

Destarte, verificou-se um desconto de R$ 1.258.670,54 entre o orçamento elaborado com fundamento em tabelas oficiais e as medições realizadas, que ao total foram 36 Boletins de Medição (BM), o que representa um desconto de 13,60%.

2.1.17. Contrato de execução nº 008/2010. Superfaturamento por desequilíbrio econômico-financeiro.

Fato

A proposta original de preços da empresa vencedora da Concorrência nº 013/2009-CEL, a qual deu origem ao Contrato de execução nº 008/2010, apresentava um desconto de 15,82% em relação aos preços oficiais.

Após a edição dos termos aditivos, o desconto diminuiu indevidamente para 13,64%, o que caracteriza um desequilíbrio econômico-financeiro em desfavor da Administração Pública em relação ao pacto inicial. Desta forma, um dos efeitos práticos da repactuação por intermédio de termos aditivos que desrespeitaram o desconto verificado no contrato inicial seria um prejuízo potencial no valor de R$ 200.917,18.

E, haja vista os 36 Boletins de Medição (BM) juntados ao processo de acompanhamento efetuado pela Caixa Econômica Federal referente ao Contrato de Repasse nº 0233.403-86/2007/Ministério das Cidades/Caixa, vê-se que esse desequilíbrio se concretizou ao se observar um desconto de apenas 13,60%, o que representa um superfaturamento por desequilíbrio econômico-financeiro de R$ 205.398,47.

Tabela – Desconto: contrato inicial x contrato aditivado

Parâmetro	Valor Total (R$)		Diferença	
	Empresa	Referência	R$	%
Contrato inicial	8.487.475,20	10.082.432,11	1.594.956,91	15,82%
Contrato aditivado	7.971.994,63	9.231.409,70	1.259.415,07	13,64%
Resultado esperado	7.771.077,45	9.231.409,70	1.460.332,24	15,82%
		Prejuízo potencial	200.917,18	

Fonte: Exames efetuados pela CGU, em 24 de abril de 2017.

Tabela – Desconto: contrato inicial x contrato aditivado

Parâmetro	Valor Total (R$)		Diferença	
	Empresa	Referência	R$	%
Contrato inicial	8.487.475,20	10.082.432,11	1.594.956,91	15,82%
∑ BM	7.996.360,91	9.255.031,45	1.258.670,54	13,60%
Resultado esperado	7.790.962,44	9.255.031,45	1.464.069,01	15,82%
Prejuízo efetivo			205.398,47	

Fonte: Exames efetuados pela CGU, em 24 de abril de 2017.

Sobre as causas do desequilíbrio econômico-financeiro em favor da contratada, destaca-se a exclusão de diversos serviços de demolição, e suas respectivas quantidades, que se apresentavam com subpreço na planilha contratual.

No sentido da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro contratual, exemplifica-se, da jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), o Acórdão 2533/2007-P e o Acórdão 1767/2008-P.

Manifestação da Unidade Examinada

Não houve manifestação da unidade examinada.

Análise do Controle Interno

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após a apresentação dos fatos, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo ‘fato’.

2.2 Parte 2

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja do **executor do recurso federal**.

3. Conclusão

Com base nos exames realizados, estritamente no âmbito do escopo da fiscalização, quanto aos atos de gestão praticados em relação à execução do objeto, a evidências obtidas foram suficientes para concluir que:

a) legalidade

O processo licitatório promovido para a contratação da empresa executora das obras apresentou vários vestígios indicativos de conluio entre os participantes do certame.

b) economicidade

Não foi identificado sobrepreço na contratação efetuada.

Contudo, foi identificado o superfaturamento por desequilíbrio econômico-financeiro tendo em vista a celebração de termos aditivos que desrespeitaram o desconto observado no início da contratação, num valor de R$ 205.398,47.

Ordem de Serviço: 201700938
Município/UF: Petrolina/PE
Órgão: MINISTERIO DO TURISMO
Instrumento de Transferência: Contrato de Repasse - 752026
Unidade Examinada: MUNICIPIO DE PETROLINA
Montante de Recursos Financeiros: R$ 2.368.596,68

1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 29 de março a 10 de maio de 2017 sobre a aplicação de recursos no Programa/Ação 23695116610V00026 - Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão / Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística, tendo sido fiscalizados os contratos de repasse 0346460-82 (Siconv n° 752026), 0336439-98 (Siconv n° 746349) e 0372580-78 (Siconv n° 766087), que tem como objeto a urbanização e revitalização da orla fluvial de Petrolina/PE. Os contratos de repasse tem como Contratada a Prefeitura de Petrolina/PE. Seus valores globais são de R$ 728.520,08, R$ 410.000,00 e R$ 1.230.076,60, respectivamente.

Na fiscalização, a CGU buscou obter evidências suficientes e adequadas que permitissem avaliar os atos de gestão praticados em relação à execução do objeto, no que tange à garantia das seguintes dimensões:

a) legalidade: se as fases de contratação, acompanhamento e recebimento do projeto e obra obedeceram às formalidades legais;
b) economicidade: se a execução do projeto e obras são compatíveis com os preços de mercado;
Os exames foram efetuados sobre os itens mais relevantes financeiramente, contratados e executados.

Os exames foram realizados em documentação solicitada à Prefeitura de Petrolina/PE, como: projeto básico, licitações, contratos e aditivos, projeto executivo, pagamentos e controles de execução contratual.

O Relatório Preliminar foi encaminhado para a Prefeitura de Petrolina que respondeu com o Ofício PROGEM N° 264/2017, de 3 de outubro de 2017.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas

especiais, as quais serão monitoradas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

2.1.1. Informações gerais dos contratos de repasse.

Fato

Os Contratos de Repasse n°s 0346460-82 (Siconv) n° 752026, 0336439-98 (Siconv n° 746349) e 0372580-78 (Siconv n° 766087) tem como objeto a urbanização e revitalização da orla fluvial de Petrolina/PE. Contudo, os dois primeiros contratos de repasse tiveram sua vigência expirada, sem execução, e os recursos foram devolvidos.

O Contrato de Repasse remanescente, n° 0372580-78 (Siconv n° 766087), foi firmado com valor global de R$ 1.230.076,60, sendo R$ 255.076,60 à título de contrapartida. Seu início ocorreu em 30 de dezembro de 2011 e o término da vigência, após prorrogações, passou a ser previsto para 30 de junho de 2017.

De acordo com o Boletim de Medição 08, datado de 16 de setembro de 2016, último emitido, foi realizado o valor acumulado de R$ 1.179.084,61, correspondendo a 95,9% do valor total.

Com a Tomada de Preços n° 006/2013, foi contratada a ENGECOL Engenharia de Construção Civil Ltda. (CNPJ: 24.339.822/0001-60), no valor de R$ 1.187.007,33. Após aditivos, o valor contratado passou para R$ 1.231.114,20.

2.1.2. Análise dos preços praticados - Contrato de Repasse n° 0372580-78 (Siconv n° 766087).

Fato

Com elaboração de orçamento paradigma para os serviços contratados para o Contrato de Repasse, considerando os custos do Sinapi, não foi identificado sobrepreço na obra.

Na avaliação do sobrepreço, foram analisados os itens financeiramente mais relevantes, que representam 82,49% do valor total contratado.

Tabela – análise do sobrepreço para as quantidades contratadas.

CÓD. LIC.	CÓDIGO SINAPI	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT. CONTRATADO (R$)	TOTAL CONTRATADO (R$)	TOTAL SINAPI C/ BDI (R$)
1.2	85384	REMOCAO MANUAL DE PASSEIO EM PEDRA PORTUGUESA	M2	8.394,72	4,78	40.126,76	38.476,49
3.3	74138/2	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=20MPA, INCLUSIVE LANCAMENTO E ADENSAMENTO	M3	87,36	522,83	45.674,43	39.277,83
3.4	73763/2	MEIO-FIO E SARJETA DE CONCRETO MOLDADO NO LOCAL, USINADO 15 MPA, COM 0,45M BASE X 0,30 M ALTURA, REJUNTE EM ARGAMASSA TRACO 1:3,5 (CIMENTO E AREIA)	M	933,68	78,60	73.387,25	70.187,64

CÓD. LIC.	CÓDIGO SINAPI	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT. CONTRATADO (R$)	TOTAL CONTRATADO (R$)	TOTAL SINAPI C/ BDI (R$)
3.5	73789/2	MEIO-FIO DE CONCRETO MOLDADO NO LOCAL, USINADO 15 MPA, COM 0,30 M ALTURA X0,15 M BASE, REJUNTE EM ARGAMASSA TRACO 1:3,5 (CIMENTO E AREIA)|PREÇO	M	3.121,04	49,63	154.897,22	146.556,76
4.1	17.01.170/EMLURB	PASSEIO EM BLOCO DE CIMENTO INTERTRAVADO TIPO PAVER OU SIM. FCK MINIMO 30 MPA COM PIGMENTO NATURAL, DIM.(0,20 X 0,10 X 0,06)M, ASSENTADO SOBRE COLCHAO DE AREIA COM 6CM DE ESPESSURA E REJUNTADO COM AREIA FINA COM USO DE PLACA VIBRATORIA	M2	6.360,52	66,30	421.702,48	467.096,17
4.2	17.01.172/EMLURB	PASSEIO EM BLOCO DE CIMENTO INTERTRAVADO TIPO PAVER OU SIM. FCK MINIMO 30 MPA COM PIGMENTO COLORIDO, DIM.(0,20 X 0,10 X 0,06)M, ASSENTADO SOBRE COLCHAO DE AREIA COM 6CM DE ESPESSURA E REJUNTADO COM AREIA FINA COM USO DE PLACA VIBRATORIA	M2	2.334,20	72,77	169.859,73	180.803,51
4.3	17.01.120/EMLURB	PASSEIO EM LAJOTA DE CONCRETO 50 X 50, APLICADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO 1 4 8 DE 5 CM DE ESPESSURA, INCLUSIVE EXECUCAO DO LASTRO.	M2	421,84	65,25	27.525,06	35.599,51
10.2	5622	REGULARIZACAO E COMPACTACAO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE	M2	8.539,72	3,14	26.814,72	23.550,07
10.5	73987/1	ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO FURADO 10X20X20CM, 1 VEZ, ASSENTADO EM ARGAMASSA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA), JUNTAS 10MM	M2	428,33	69,16	29.623,30	29.697,70
10.6	85174	EMBOCO PAULISTA (MASSA UNICA) TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA MEDIA), ESPESSURA 2,5 CM, PREPARO MANUAL DA ARGAMASSA	M2	658,79	39,30	25.890,45	16.136,32
		TOTAL ANALISADO				1.015.501,39	1.047.382,01

Fonte: Boletim de Medição 06 e Boletim de Medição 08, encaminhados com o Ofício n° 039/2017/SEPI/CONVÊNIOS, de 6 de abril de 2017, e Comunicação Interna n° 136/2017 SEXECINFRA, de 7 de abril de 2017, ambas da Prefeitura de Petrolina/PE.

2.1.3. Superfaturamento devido a superestimativa de quantidades, no valor de R$ 22.064,89 - Contrato de Repasse n° 0372580-78 (Siconv n° 766087).

Fato

Ao conferir quantidades de itens de serviços mais relevantes da planilha orçamentária, que representam 82,49% do valor total contratado, após aditivos, e integralmente medidos até o Boletim de Medição 08, constatou-se superestimava de quantidades, em relação ao extraído do Projeto Executivo, que se converteu em R$ 22.064,89 de superfaturamento. Além do mais, verificou-se que as dimensões gerais executadas são compatíveis com as constantes do Projeto.

Passa-se a detalhar, por grupos de serviço, a análise efetuada pela CGU:

a) Meio-fio e Sarjeta de Concreto (item 3.4);

A conferência da CGU, a partir dos desenhos do Projeto Executivo, fornecidos pela Prefeitura de Petrolina/PE, totalizou comprimento de 914,72m. Esse comprimento é inferior ao constante na planilha orçamentária contratada, de 933,68m, resultando em uma superestimativa de R$ 1.490,28.

A tabela a seguir detalha as quantidades contratadas, medidas, até o Boletim de Medição 08, e as conferidas pela CGU, bem como as diferenças quantitativas identificadas e as repercussões financeiras.

Tabela - quantidades contratadas, medidas, até o Boletim de Medição 08, e as conferidas pela CGU (serviços de Meio-fio e Sarjeta de Concreto).

				CONTRATADA		BM 08		CONFERÊNCIA CGU	
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**PREÇO UNIT. (R$)**	**QTDE**	**TOTAL (R$)**	**QTDE ACUMULADA**	**TOTAL (R$)**	**QTDE**	**TOTAL (R$)**
3.4	MEIO-FIO E SARJETA DE CONCRETO MOLDADO NO LOCAL, USINADO 15 MPA, COM 0,45M BASE X 0,30 M ALTURA, REJUNTE EM ARGAMASSA TRACO 1:3,5 (CIMENTO E AREIA)	M	78,60	933,68	73.387,27	933,68	73.387,27	914,72	71.896,99

				DIF. ENTRE CONTRATADA E CONF. CGU		DIF. ENTRE BM 04 E CONF. CGU	
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**PREÇO UNIT. (R$)**	**QTDE**	**TOTAL (R$)**	**QTDE**	**TOTAL (R$)**
3.4	MEIO-FIO E SARJETA DE CONCRETO MOLDADO NO LOCAL, USINADO 15 MPA, COM 0,45M BASE X 0,30 M ALTURA, REJUNTE EM ARGAMASSA	M	78,60	18,96	1.490,28	18,96	1.490,28

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	PREÇO UNIT. (R$)	DIF. ENTRE CONTRATADA E CONF. CGU QTDE	DIF. ENTRE CONTRATADA E CONF. CGU TOTAL (R$)	DIF. ENTRE BM 04 E CONF. CGU QTDE	DIF. ENTRE BM 04 E CONF. CGU TOTAL (R$)
	TRACO 1:3,5 (CIMENTO E AREIA)						
	TOTAL				1.490,28		1.490,28

Fonte: Boletim de Medição 08 e Projeto Executivo, encaminhados com o Ofício n° 039/2017/SEPI/CONVÊNIOS, de 6 de abril de 2017, e Comunicação Interna n° 136/2017 SEXECINFRA, de 7 de abril de 2017, ambas da Prefeitura de Petrolina/PE.

b) Meio-fio de Concreto (item 3.5);

A conferência da CGU, a partir dos desenhos do Projeto Executivo, fornecidos pela Prefeitura de Petrolina/PE, totalizou comprimento de 3.043,27m. Esse comprimento é inferior ao constante na planilha orçamentária contratada, de 3.121,04m, resultando em uma superestimativa de R$ 3.859,73.

A tabela a seguir detalha as quantidades contratadas, medidas, até o Boletim de Medição 08, e as conferidas pela CGU, bem como as diferenças quantitativas identificadas e as repercussões financeiras.

Tabela - quantidades contratadas, medidas, até o Boletim de Medição 08, e as conferidas pela CGU (serviços de Meio-fio de Concreto).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	PREÇO UNIT. (R$)	CONTRATADA QTDE	CONTRATADA TOTAL (R$)	BM 08 QTDE ACUMULADA	BM 08 TOTAL (R$)	CONFERÊNCIA CGU QTDE	CONFERÊNCIA CGU TOTAL (R$)
3.5	MEIO-FIO DE CONCRETO MOLDADO NO LOCAL, USINADO 15 MPA, COM 0,30 M ALTURA X0,15 M BASE, REJUNTE EM ARGAMASSA TRACO 1:3,5 (CIMENTO E AREIA)	M	49,63	3.121,04	154.897,22	3.121,04	154.897,22	3.043,27	151.037,50

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	PREÇO UNIT. (R$)	DIF. ENTRE CONTRATADA E CONF. CGU QTDE	DIF. ENTRE CONTRATADA E CONF. CGU TOTAL (R$)	DIF. ENTRE BM 04 E CONF. CGU QTDE	DIF. ENTRE BM 04 E CONF. CGU TOTAL (R$)
3.5	MEIO-FIO DE CONCRETO MOLDADO NO LOCAL, USINADO 15 MPA, COM 0,30 M ALTURA X0,15 M BASE, REJUNTE EM ARGAMASSA TRACO	M	49,63	77,77	3.859,73	77,77	3.859,73

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	PREÇO UNIT. (R$)	DIF. ENTRE CONTRATADA E CONF. CGU QTDE	DIF. ENTRE CONTRATADA E CONF. CGU TOTAL (R$)	DIF. ENTRE BM 04 E CONF. CGU QTDE	DIF. ENTRE BM 04 E CONF. CGU TOTAL (R$)
	1:3,5 (CIMENTO E AREIA)						
	TOTAL				3.859,73		3.859,73

Fonte: Boletim de Medição 08 e Projeto Executivo, encaminhados com o Ofício n° 039/2017/SEPI/CONVÊNIOS, de 6 de abril de 2017, e Comunicação Interna n° 136/2017 SEXECINFRA, de 7 de abril de 2017, ambas da Prefeitura de Petrolina/PE.

c) Concreto Usinado (item 3.3);

A conferência da CGU, a partir dos desenhos do Projeto Executivo, fornecidos pela Prefeitura de Petrolina/PE, totalizou volume de 55,59m³. Esse volume é inferior ao constante na planilha orçamentária contratada, de 87,36m³, resultando em uma superestimativa de R$ 16.714,88.

A tabela a seguir detalha as quantidades contratadas, medidas, até o Boletim de Medição 08, e as conferidas pela CGU, bem como as diferenças quantitativas identificadas e as repercussões financeiras.

Tabela - quantidades contratadas, medidas, até o Boletim de Medição 08, e as conferidas pela CGU (serviços de Meio-fio de Concreto).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	PREÇO UNIT. (R$)	CONTRATADA QTDE	CONTRATADA TOTAL (R$)	BM 08 QTDE ACUMULADA	BM 08 TOTAL (R$)	CONFERÊNCIA CGU QTDE	CONFERÊNCIA CGU TOTAL (R$)
3.3	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=20MPA, INCLUSIVE LANCAMENTO E ADENSAMENTO	M3	522,83	87,36	45.674,43	87,36	45.674,43	55,39	28.959,55

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	PREÇO UNIT. (R$)	DIF. ENTRE CONTRATADA E CONF. CGU QTDE	DIF. ENTRE CONTRATADA E CONF. CGU TOTAL (R$)	DIF. ENTRE BM 04 E CONF. CGU QTDE	DIF. ENTRE BM 04 E CONF. CGU TOTAL (R$)
3.3	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=20MPA, INCLUSIVE LANCAMENTO E ADENSAMENTO	M3	522,83	31,97	16.714,88	31,97	16.714,88
	TOTAL				16.714,88		16.714,88

Fonte: Boletim de Medição 08 e Projeto Executivo, encaminhados com o Ofício n° 039/2017/SEPI/CONVÊNIOS, de 6 de abril de 2017, e Comunicação Interna n° 136/2017 SEXECINFRA, de 7 de abril de 2017, ambas da Prefeitura de Petrolina/PE.

A tabela a seguir totaliza a superestimava identificada, em relação ao valor contratado, no montante de R$ 22.064,89.

ITEM	DESCRIÇÃO	DIF. ENTRE 2° REPLANILHAMENTO E CONF. CGU (R$)	DIF. ENTRE BM XX E CONF. CGU (R$)
3.4	MEIO-FIO COM SARJETA DE CONCRETO	1.490,28	1.490,28
3.5	MEIO-FIO DE CONCRETO	3.859,73	3.859,73
3.3	CONCRETO USINADO	16.714,88	16.714,88
	TOTAL	22.064,89	22.064,89

Fonte: Boletim de Medição 08 e Projeto Executivo, encaminhados com o Ofício n° 039/2017/SEPI/CONVÊNIOS, de 6 de abril de 2017, e Comunicação Interna n° 136/2017 SEXECINFRA, de 7 de abril de 2017, ambas da Prefeitura de Petrolina/PE.

Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício PROGEM N° 264/2017, de 3 de outubro de 2017, a Prefeitura de Petrolina encaminhou a seguinte manifestação:

"*Inicialmente, cumpre destacar que o contrato de nº 153/2013, de 21 de Junho de 2013, que teve sua celebração decorrente do Processo Licitatório Nº 188/2013, na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço – TP Nº 006/2013, foi formalizado pela gestão administrativa anterior, que exerceu mandato referente ao quadriênio 2013/2016. Ou seja, todos os trâmites de elaboração da licitação, especialmente do Termo de Referência, que incluía o Projeto Técnico, planilhas orçamentárias, Edital de Licitação, Homologação e Adjudicação do Objeto, decisão de celebrar o contrato, bem como celebrações de seus aditivos, deu-se sem que houvesse a participação da atual gestão, que passou a comandar os destinos da cidade e da gestão administrativa municipal, tão somente desde 01 de Janeiro do corrente ano de 2017.*

Por ser assim, fica evidente e claro, que a atual gestão municipal, em especial a da Secretaria de Infraestrutra e Mobilidade do Município, gestora do contrato, não teve e não tem a responsabilidade para com qualquer ato ou providência tomada para realização do processo de contratação e aditivos posteriores realizados até o período de 2016.

Neste sentido, após o inicio da nova gestão administrativa, a partir de janeiro de 2017, não havia tempo suficiente para a análise dos contratos ainda vigentes, de modo a avaliar legalmente suas cláusulas e seus objetos.

Registre-se ainda que, a Transição Administrativa entre as duas gestões, dos gestores que estariam saindo do governo e os que estariam iniciando a gestão em Janeiro de 2017, imposta por Lei no Estado de Pernambuco, que é cobrada e regulamentada pelo Tribunal de Contas do Estado, se deu de forma totalmente precária, o que impediu que a atual administração, tomasse providências e realizasse planejamento confiável. Deste modo, é patente e claro, não havia tempo para que fossem feitas as avaliações necessários para que se pudesse chegar a uma conclusão que permitisse tomada de decisão sobre qual a melhor fórmula ou modelo para a contratação da conclusão da obra em epígrafe.

Neste sentido, é importante advertir que todos os fatos relatados pela CGU referem-se à execução do contrato durante a gestão administrativa anterior à atual.

(...)

Superfaturamento devido à superestimativa de quantidades, no valor de R$ 19.289,24 (dezenove mil, duzentos e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos), Contrato de Repasse nº 0372580-78 (Sincov nº 766087). Importante ressaltar que de forma categórica, e a própria auditoria constatou, que o superfaturamento diz respeito ao exercício de 2016. Assim sendo, medidas serão tomadas por esta municipalidade para que os gestores da época sejam punidos e o erário seja recomposto".

Análise do Controle Interno

Inobstante a Prefeitura de Petrolina tenha informado que tomará providências, a confirmação da efetivação dessas providências somente poderá ser feita pelos gestores do ministério repassador dos recursos federais.

2.2 Parte 2

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja do **executor do recurso federal**.

3. Conclusão

Com base nos exames realizados, estritamente no âmbito do escopo da fiscalização, quanto aos atos de gestão praticados em relação à execução do objeto, a evidências obtidas foram suficientes para concluir que:

a) legalidade

Não foram identificadas impropriedades ou irregularidades em licitações e contratos com consequências capazes de resultar em dano ao Erário.

b) economicidade
Não foi identificado sobrepreço nas contratações efetuadas.

Contudo, para o 0372580-78 (Siconv n° 766087), foi identificado superfaturamento de R$ 22.064,89 devido a superestimativa de quantidades.